

# REVISTA

== DO ==

## INSTITUTO ARCHEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO

Commissão de Redacção

Drs. Mário Melo, Samuel Campêlo e  
Naasson Figuerêdo



*Os heroicos feitos dos antigos  
Tendes vivos e impressos na memoria  
Alli verets esforços nos perigos,  
Alli ordem na paz digna de gloria*

Prosopopéa BENTO TEIXEIRA



— BRASIL — PERNAMBUCO — RECIFE —

Officinas Graphicas da Imprensa Official — 1931

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.





# Directoria do Instituto em 1930

---

---

## Presidente

Dezembargador Arthur da Silva Rego

## 1.º vice-Presidente

Prof. Dr. Manoel Netto Carneiro Campello

## 2.º vice-Presidente

Prof. Dr. Gervasio Fioravanti Pires Ferreira

## 3.º vice-Presidente

Prof. Dr. Methodio Maranhão

## Oradores

Drs. Oscar Brandão e L. C. Cardoso Ayres

## Suplentes

Dr. Fernando Barroca e prof. Jeronymo Gueiros

## Secretario perpetuo

Dr. Mario Carneiro do Rêgo Melo

## 2.º secretario

Naasson Figuerêdo

## Suplentes

Dr. Samuel Campêlo, Zeferino Lima

## Thesoureiro

Othon L. Bezerra de Mello

## Commissão da Revista:

Mário Melo  
Samuel Campêlo  
Naasson Figuerêdo

## Commissão de Syndicancia

Raymundo Paes Barrêto  
Cardoso Ayres  
Rodolpho Lima

## Commissão de manuscritos

Corrêa de Brito  
Mário C. Pinto  
Ambrozio Leite

## Commissão de historia e geographia

Carlos Pereira da Costa  
Fernando Barroca  
Felipe Monteiro

## Commissão de fundos e orçamentos

Conego Jeronymo d'Assumpção  
Santanna Araujo  
Domicio Rangel

## Commissão de archeologia e ethnographia

J. A. Corrêa de Araujo  
João Peretli  
Jeronymo Gueiros.



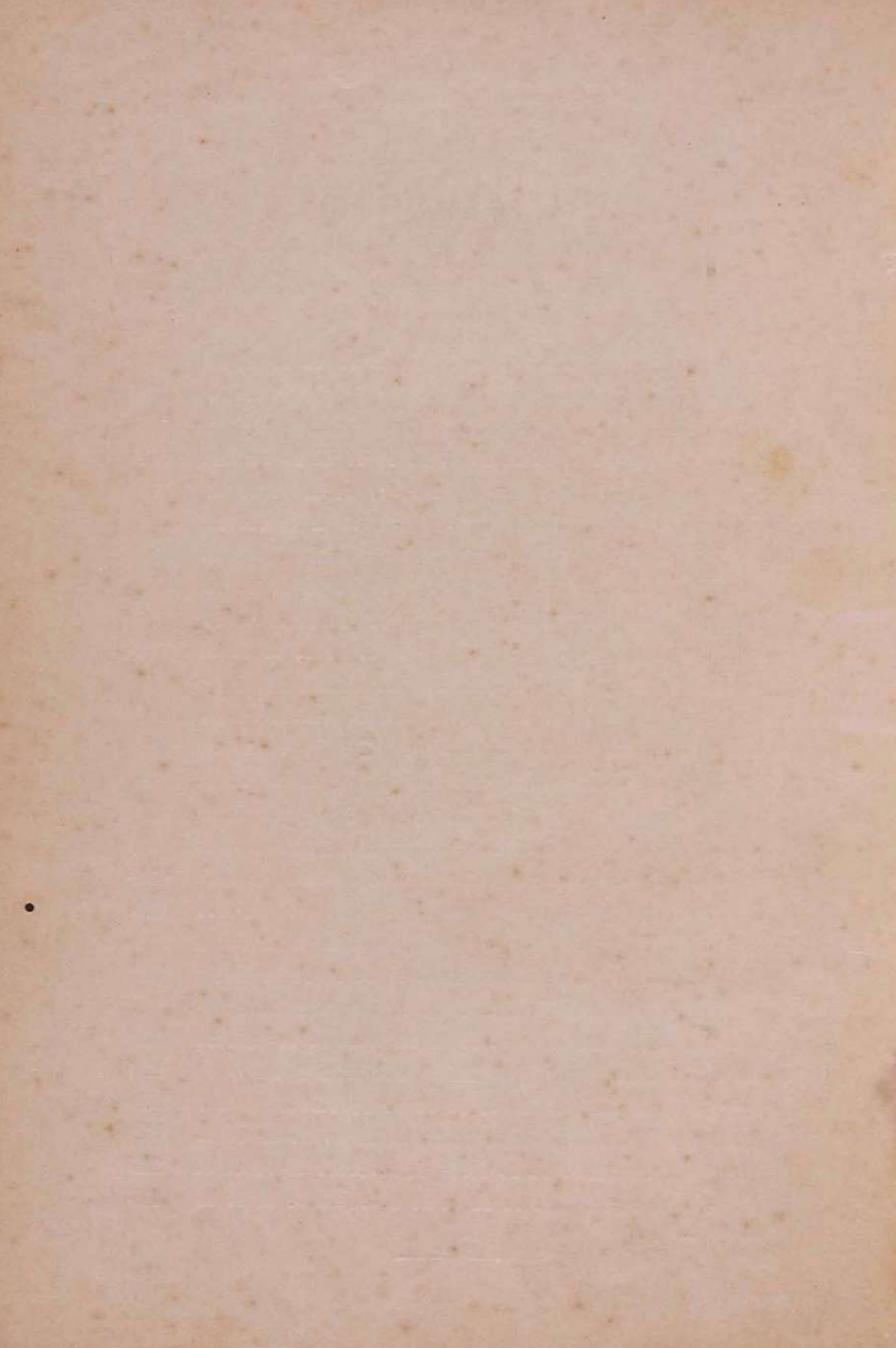
# SUMMARIO

---

---

|  |     |
|--|-----|
| A Ilha de Itamaracá, por Mário Melo .. . . . .                             | 7   |
| Viaturas coloniais, por F. A. Pereira da Costa .. . . . .                  | 25  |
| O topónimo Pernambuco, pelo dez. Gaspar Guimaraes .. . . . .               | 31  |
| Casas de biqueiras, por N. F. .. . . . .                                   | 33  |
| Cidade do Recife, por Adelmar Tavares .. . . . .                           | 37  |
| A Casa da Moeda em Pernambuco, por Mário Melo .. . . . .                   | 39  |
| Reminiscencias dos cultos africanos .. . . . .                             | 45  |
| Viagem ao Brasil, por H. Köster .. . . . .                                 | 57  |
| A torre Malakoff, por Mário Melo .. . . . .                                | 117 |
| A Bahia e o Rio São Francisco, por Barboza Lima Sobrinho .. . . . .        | 127 |
| Toponymia pernambucana, por Mário Melo. .. . . .                           | 175 |
| A Pedra do Navio, Ruber van der Linder .. . . . .                          | 233 |
| Haverá Petróleo em Pernambuco?, por José Theophilo .. . . . .              | 237 |
| A Casa Grande do Engenho Morenos, Raymundo Paes Barrêto .. . . . .         | 241 |
| Em romaria ao passado .. . . . .   | 245 |
| A Casa da Camara de Olinda .. . . . .                                      | 255 |
| O escudo de Armas de Jabotão .. . . . .                                    | 259 |
| A primeira batalha dos Guararapes, por uma testemunha holandesa .. . . . . | 263 |
| Dois fortes bahianos, por J. Felipe Monteiro .. . . . .                    | 271 |
| Página de saudade .. . . . .   | 273 |
| Relatorios do secretário perpetuo .. . . . .                               | 281 |
| Actas das sessões .. . . . .   | 289 |
| Cadastro dos socios .. . . . .   | 403 |

---





# REVISTA

DO

Instituto Archeológico Histórico e  
Geográfico Pernambucano

Vol. XXX

Janeiro a  
Dezembro de 1930

Ns. 143—146

## A Ilha de Itamaracá (1)

Desenvolvimento histórico

Itamaracá, segundo Teodoro Sampaio, o mais competente dos nossos indianólogos, é palavra tupi que significa sino.

"Assim é que se denominava itá-maracá, ao sino, por elles equiparado ao chocalho de pedra ou de ferro e que desde os primeiros annos da conquista serviu para designar a maior das ilhas da costa de Pernambuco e uma das capitánias creadas por d. João III e concedida a Pedro Lopes de Souza. O nome Itamaracá cêdo, porem, se alte

---

(1) Representante Official do Estado de Pernambuco no Oitavo congresso brasileiro de Geografia, reunido na cidade da Vitória do Estado do Espírito Santo, de cujo Congresso tive também a honra de sêr 1.º secretario, apresentei o trabalho que se segue e coube-me a fortuna de vê-lo aprovado por unanimidade, de accordo com o seguinte parêcer, redigido pelo prof. Honorio Silvestre, catedrático de Geografia do Colégio Pedro II, da Capital Federal:

"A sétima comissão do Oitavo congresso brasileiro de Geografia, por distribuição competente, foi presente a monographia intitulada Ilha de Itamaracá, da autoria do sr. dr. Mário



rou para Tamaracá apparecendo com essa graphia no "Roteiro do Brasil" de 1587, nas chronicas do seculo XVII, nas cartas hollandesas desse tempo".

E' ponto liquido, em nossa história, que Itamaracá, zona limitrofe dos tabajaras com os caetés, foi um dos primeiros trechos de terra brasileira em que se firmaram nossos colonizadores.

Antes da chegada de Duarte Coêlho, já se falava em fei-

---

Melo, nome assás conhecido nos meios em que se estudam a geographia e a historia patrias.

A monographia acima mencionada é, sem duvida, uma these de muita erudição, em que o seu digno autor demonstrou conhecer profundamente a ilha de Itamaracá no seu duplo aspecto historico e geographico.

Quando a perlustra sob o ponto de vista da acção do homem no meio geographico — a história — a these é completa e não pode deixar a menor duvida nem a máis insignificante interrogação, no espirito dos que na nossa terra estudam factos históricos. Não se limitou a compilar o que os outros escriptores, com boas informações, já fizeram. Foi mais longe, consultou chronistas em que tirou o maximo que se poderia conquistar; foi aos archivos e de lá desentranhou o que tinha em vista. Os vetustos chronistas da época colonial, hoje tão malsinados por uns tantos escriptores que ainda não comprehenderam a função das chronicas, vieram trazer as suas contribuições que, passadas pelo crisol da critica, facilitaram sobremaneira a função do historiador.

Frei Vicente do Salvadôr, na sua *Historia do Brasil*, frei Raphael de Jesus, no seu *Catrioto Lusitano* pretendendo corrigir ao *Valeroso Lucideno* de Frei Manoel Calado, Pierre Moreau, na sua *Histoire des dernieres troubles de Bresil*, foram consultados na feitura da presente monographia em que os historiadores pernambucanos Fernandes Gama e Pereira da Costa vem autorizar as suas affirmações nas quaes a verdade e a sinceridade se evidenciam em todas as phrases vasadas em bom estylo.

Tendo a consciencia de haver esgotado a parte historica, passa á parte physica, iniciando-a com a opinião dos professores Hartt, Casper Branner e Manoel Caetano, quanto á geologia desse accidente nesographico da costa nordestina do Estado de Pernambuco.

Não ha a menor duvida de que, pelo que expõe na sua *Corographia de Pernambuco*, a ilha, sob o ponto de vista geologico, na sua expressão estratigraphica, está ligada ao continente, isto é, Igarassú, formando-se, por consequencia, o canal em virtude da acção das grandes forças da natureza, que nada pode contrariar.

Entra, depois, numa exposição satisfactoria sobre os limites,

toria de Cristovam Jáques, que duas vezes veio ao Brasil, uma em 1516-1518 e outra em 1526-1528. Fôra de d'úvida é que, na primeira, fundou ãe uma feitoria em terra firme, defronte de Itamaracá, em pouso que, posteriormente, tomou o nome de Igarassú e hoje, mais restritamente, se chama sitio do Marco, e accitam alguns historiadores que, na segunda, fundou o mesmo expedicionário outra feitoria na própria ilha. (2)

O facto é que, quando retalhou o nosso território em

patamographia, producções e remata o trabalho por meio destas lindas lendas em que a imaginação do homem parece fugir da terra para alcançar a mansão do justo. E' a bravura, em dado momento, para esquecer o passado cruel e desditoso para no fim mergulhar a vida no fundo dum claustro em que a piedade é o apanágio do sêr que soffreu. Do outro lado é a jovem que se envelhecera com os annos e trabalhos, que ao succumbir ante a visão daquelle que amava e que se recolhera ao cenubio, vai transformar-se na esbelta, na linda, na umbrosa mangueira de que tão cheia e abundante anda a Ilha de Itamaracá.

Um appello ultimo faz o autor da **Ilha de Itamaracá** a fira de que os governantes se preocupem com esta parte da terra pernambucana, dotando-a de caminhos com que possa transportar os seus productos agricolas, fomentando a producção das fructas, as rosas, as mangas e as atas sem que haja esquecimento do coqueiro que, da Africa, transplantado ás nossas plagas encontrou no Brasil, condições superiores ao do seu primitivo *habitat*.

Estudado como fôra o trabalho acima mencionado, tendo em vista que é uma bella monographia de caracter regional em que ha erudição, saber e conhecimentos seguros, a Setima Commissão emitte os seguintes votos:

a) Espera que o governo de Pernambuco dote a ilha de fáceis meios de communicação com o continente;

b) que dado o interesse que possa despertar monographia tão bem tratada por mão segura de quem conhece o assumpto, seja a mesma publicada nos Annaes do Oitavo Congresso brasileiro de Geographia. —

Victoria, Sala das Sessões da Setima Commissão, 29 de novembro de 1926. — **Hororio de Souza Silvestre**, presidente e relator.

(2) Segundo estudo posterior de Jordão de Freitas — **O descobrimento pre-colombino da América Austral pelos portugueses** — transcrito em nossa Revista, vol. XXIX. "já em 1491, senão antes, Pernambuco, pôrto do Brasil (isto é, Itamaracá) estava na posse efetiva dos portugueses e estes tinham ali suas casas de morada e as habitavam".

Nesse mesmo importante trabalho o referido escritôr admite com fundamentos, que a feitoria de Itamaracá e a sua fortaleza tenham sido fundadas em 1501 ou talvez antes.

capitanias, d. João III tomou para limites das de Pero, Lopes e Duarte Coêlho, a feitoria de Cristovam Jáques, a da terra firme, onde foi plantado um marco que o tempo soterrou e tres séculos depois o exumamos e figura no Instituto Arqueológico de Pernambuco.

Do ancoradouro de Itamaracá procede o nome do nosso Estado (3) Chamavam-lhe pôrto de **Paranambuca** ou **Paranabuca** ou **Paranambuco** ou **Parana-mbuco** ou **Parana-mbuk** ou **Paranabuc** ou **Paranapucú** ou **Paranapoka**, modulações graficas que se aproximam da pronunciação dos habitantes da terra, ora interpretadas como mar furado, cova do mar, escavado pelo mar, pedra furada, ora bôca do mar, braço de mar, furo do mar, e que, de corrutela em corrutela, assentamos em nossos dias **P e r n a m b u c o**, "por respeito de huma pedra furada, por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Tamaracá" (Frei Vicente do Salvador).

Antes que o nosso primeiro donatário aqui chegasse, pretenderam os francêses estabelecer-se em Itamaracá, para o tráfico do pau-brasil que abundava em nossas costas. (4) Em fevereiro de 1531 Martim Afonso de Souza aprisionou tres embarcações francêsas. No ano immediato, Jean Duperet armou a nau *La Pelerine*, veio a Itamaracá, de pau-brasil carregou-a e, para garantir outras viagens com identica facilidade, fundou uma fortalêsa na ilha e guarneceu-a com 30 homens. A nau foi aprisionada pelos portuguezes nas proximidades de Gibraltar e a fortalêsa tomada, apos 18 dias de combate, por Pero Lópes de Souza a quem, mais tarde, el-rei galar-

---

(3) "Ilha de fernão buquo, que se chama na lingua dos índios tamaracá, e chamão-se **fernão buquo o velho** porque esteve aly primeiro hua fortaleza del rey" (Rev. Inst. arc. vol. XX 1918).

(4) Em 1520 chegou a Itamaracá, procedente de Diepe, na França, uma flotilha de comando de Parmentier. Segundo a relação da viagem, escrita por João Parmentier, "ao longo da costa e para o ocidente, os portuguezes não fizeram nenhuma fortaleza; somente se encontra em um lugar chamado Pernambuco, situado além do Cabo de Santo Agostinho, um fortim de madeira, que serve para abrigar alguns portuguezes degredados" (P. da Costa — **Anaes pernambucanos**, 1520).



doou com a dádiva das capitánias de Itamaracá e de Santo Amaro: (5)

“D. João &...hei por bem e me praz de lhe fazer mercê, como de feito por esta presente carta faço mercê e irrevogavel doação, entre vivos valedora deste dia para todo sempre, de juro e herdade, para elle e todos seus filhos, nettos herdeiros e successores, que após delle vierem, assua descendentes como transversaes e collateraes, segundo adeante irá declarado, de 80 leguas de terra da dita costa do Brasil, repartidas nesta maneira: 40 leguas que começarão de 12 leguas ao sul da ilha de Cananéa e acabarão na terra de Santanna, que está na altura de 28 graos e um terço; e na dita altura se porá o padrão e se lançara uma linha que se corra a loeste; e 10 leguas que começarão do rio de Curparé, e acabarão no rio de São Vicente; e no dito rio de Curparé da banda do norte se porá padrão, e se lançará uma linha pelo rumo de noroeste até altura de 23 graus, e desta dita altura cortará a linha directamente a loeste; e no rio de S. Vicente da banda do norte será outro padrão e se lançará uma linha que corte directamente a loeste; e as 30 leguas que fallecem, começarão no rio que corta em redondo a ilha de Itamaracá ao qual rio eu ora puz nome — Rio da Santa Cruz —, e acabarão na Bahia da Traição, que está em altura de 6 graus; e isto com tal declaração que a 50 passos da casa da feitoria, que de principio fez Cristovam Jacques pelo rio dentro ao longo da praia, se porá um padrão das minhas armas; e do dito padrão se lançará uma linha que cortará a loeste pela terra firme a dentro e a dita terra da dita linha para o norte será do dito Pero Lopes; e do dito padrão pelo rio abaixo, para a barra e mar, ficará assim mesmo com elle dito Pero Lopes, ametade do braço do dito rio da Santa Cruz da

---

(5) Sobre o processo da nau *Pelerine* é muito curlioso o trabalho de Jordão de Freitas, referido em a nota 2.

banda do norte, e será sua a dita ilha de Itamaracá e toda a mais parte do dito rio da Santa Cruz que vae ao norte; e bem assim serão suas quaesquer outras ilhas, que houver até 10 leguas ao mar na frontaria e demarcação das ditas 80 leguas. As quaes 80 leguas se entenderão e serão de largo ao longo da costa, e entrarão pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto poderem entrar e for da minha conquista; da qual terra e ilhas pelas sobreditas demarcaçoens lhe assim faço doação e mercê de juro e herdade para todo o sempre, como dito é. E quero e me praz que o dito Pero Lopes, e todos seus herdeiros e successores que a dita terra herdarem e succederem se possam chamar e chamem capitães e governadores della"... (Evora 1 de Setembro de 1534).

No seguinte ano da doação — assegura Fernandes Gama — tomou Pero Lopes de Souza posse de sua capitania e fundou a vila de Itamaracá, com o que está de acôrdo Pereira da Costa, que fixa o registo da carta, na câmara do senado da vila de Itamaracá — vila de Maraial ou de N. S. da Conceição de Itamaracá, — a 21 de Janeiro de 1535.

A nascente vila, fundada por Francisco ou Manoel Braga, (6) loco-tenente do donatário, estava no cimo da colina onde ainda hoje campeia a quatro vezes secular igrejinha, que, felizmente, os iconoclastas tem respeitado, e que é um dos mais antigo templos de Pernambuco e do Brasil. (7) Fôra esse o local que os francêses haviam escolhido para a sua feitoria e onde levantaram uma fortalêsa, que bem guardaram, a cavaleiro do pôrto.

---

(6) Segundo Luis Ramirez, na carta de 10 de junho de 1528, em que relata a derrota da frota espanhola de Sebastião Caboto em 1526, era feitôr de Itamaracá Manoel Braga.

(7) Sobre a fundação dessa igreja não ha documento autentico, prova insofismavel, como sobre o dos Santos Cosme e Damião de Igarassu'. E' muito provavel, entretanto, que, com a vila se levantasse também a igrêja, como de costume na época, o que aliás não tem sido alterado. A essa igreja se refere o padre José de Anchieta em carta de 1585, bem como Frei Vicente do Salvador, em 1627.

Da mesma época é a instituição da paróquia. A ela se refere o padre Anchieta em 1585, dizendo que tinha seu vigário. Em 1612 possuía a capitania de Itamaracá duas freguezias, sendo em Goiana a segunda, número que em 1627 já estava elevado a quatro: N. S. do Rosário da Vila de Goiana, N. S. da Penha de Taquara, S. Lourenço de Tejuco-papo e N. S. da Conceição de Itamaracá. Vinte engenhos de açúcar contava antes da invasão holandêsa, dois dos quaes na própria ilha.

---

De Pero Lopes não está bem claro o fim. Em regresso á Europa, de uma viagem da India, em 1539, desgarrou-se de um grupo de quatro a nau em que vinha e dela nem d'ele houve mais noticia. Sucedeu-lhe o filho menor de igual nome, que faleceu antes da maioridade, e a este o seu irmão Martim Afonso, que teve igual destino, sendo a capitania, de 1542 a 1558, governada pela viuva do 1.º donatário d. Izabel Gâmbôa.

Passou a capitania a d. Jerónima de Albuquerque Souza, 1558, terceiro rebento do donatário, casada com António de Lima de Miranda, da qual foi loco-tenente Lopo Delgado. Ignora-se a data do falecimento da 4.ª donatária, a quem succedeu sua filha d. Izabel de Lima e Souza.

---

Nenhum dos sucessores de Pero Lopes esteve á frente de sua capitania. Tenho mesmo minhas d'úvidas si o próprio Pero Lopes o esteve, depois da carta régia da doação. Na lista dos delegados ou loco-tenentes figuraram Francisco Braga, João Gonçalves, Pedro Vogado, Miguel Alvares de Paiva.

Com a morte de d. Izabel de Lima e Souza, em fins do século XVI, houve contenda judicial entre os parentes do 1.º donatário, pela inexistência de descendentes em linha reta. Os tribunaes deram ganho de causa a d. Alvaro Pires de Castro, conde de Mon-santo, descendente de Martim Afonso de Souza.

---

Veio a invazão holandêsa, Itamaracá tornou-se como cubizado e a corôa de Portugal apossou-se da capitania.

Apenas senhores de Olinda e do Recife, os flamengos or-



ganizaram grande frota para atacar a ilha em vários pontos e toma-la de assalto. Governava-a Salvador Pinheiro, que se aprestou para a defesa. Diz Frei Raphael que o governador

“com sua gente soube rebatar de sorte o flamengo que por nenhuma parte buscou alojamento que não achasse sepulcro”.

O autor do *Castrioto* fixa como data do ataque 22 de abril de 1631. Varnhagen, porém, firmado no officio de Weerdenburgh, de 31 de maio de 1631, regista o feito na data de 22 de maio.

O que é certo é que os holandêses não perderam de todo o ataque, nem foram tantos os sepulcros abertos, da enfática linguagem do frade, pois, occuparam uma parte da ilha e levantaram um forte de quatro frentes abaluartadas, forte a que deram o nome de Orange e do qual foi primeiro comandante o célebre Arcizewski. Magnifica a situação desse forte, cujos escombros ainda o atestam. Era situado sobre um baixo de areia, separado da terra firme por uma angra, vadeavel na baixa mar. Dominava a entrada do porto. Os navios que o demandavam tinham de passar sob suas baterias, na distancia dum tiro de arcabuz.

Com visinhos tão incomodos, ou melhor, com semelhantes hóspedes numa dependência de seus dominios, Sebastião Pinheiro fortificou a vila onde se achava a sede do governo — hoje chamada Vila Velha — defendendo-a por extenso recinto que contornava todo o outeiro. Faltava-lhe, porém, gente para a defesa, pois, dispunha apenas de 130 homens.

Atacou-a Segismundo van Schkoppe, guiado pelo célebre Calabar, e tomou-a a 22 de maio de 1633, rendendo-se, com os seus, o governador Salvadôr Pinheiro. A vila da Conceição passou a ser chamada vila Schkoppe e os holandêses dilataram seu dominio por toda a ilha.

Itamaracá passou a ser o celeiro dos holandêses, devido á sua fertilidade:

“Todo bastimento dellas (as praças do Recife, Maurícia, São Francisco, Paraiba e Rio Grande), informava Teodoro Estrater, sae da ilha de Itamaracá, de que os flamengos estão senhores”.

Para ter-se ideia do que era a fertilidade da ilha, basta recordar que, organizando um brasão para cada capitania con-

quistada e para cada camara das vilas sujeitas aos invasores. Maurício de Nassau deu como armas a Itamaracá, segundo o relatório do Supremo Consêlho do Recife á Assembleia dos XIX de Amsterdam de 6 de outubro de 1638, tres cachos de uva "porque esta ilha produz as melhores uvas do Brasil".

Levantada a conspiração de 1645, resolveram os pernambucanos um assalto á ilha, que julgavam não estar bem guarnecida. E a 14 de setembro chegou nossa gente a Igarassá, para, sem tardança, investir contra Itamaracá.

P. Moreau, que aqui estava a esse tempo, diz que os preparativos do ataque não foram feitos em segredo. Houve denúncia aos holandêses, estes guarneceram convenientemente o forte de Orange e incumbiram o conselheiro Adrian van Boolestrate da defesa da vila Schkoppe, cuja população foi encurralada na igreja, no momento convertida em casa-forte. Os atacantes acometeram a ilha pelo lado do norte mas foram repellidos; dirigiram-se á vila e, nas suas imediações, encontraram a derrota, sofrendo baixa de tresentos mortos e outros tantos feridos, inclusive o bravo Camarão.

No anno seguinte tentaram a desforra os pernambucanos. A 13 de junho, partiram do Arraial Nôvo os chefes Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira para um ataque a Itamaracá. Chegaram a 14 ao pôrto do Marco. Al se encontrava o hiate holandês Spreeuw guarnecido com 30 homens e 4 bôcas de fogo. Pela madrugada de 15, partiram dois botes dos nossos, cada um com 12 homens escolhidos, para o assalto ao hiate. Um deles foi a pique, o outro abordou o navio inimigo e fê-lo render-se. Passaram-se os chefes para bordo da prêsa e com ela foram á caça das caravelas Lichtart e Hamel, colocadas a certa distancia de Itapissuma. O Lichtart cafu em poder dos nossos; os inimigos abandonaram e incendiaram a outra. Havia mais um hiate, o Gulde Rhee que fugiu da zona do combate.

Vidal e Vieira incumbiram o capitão Antônio Gonçalves Tição de devastar as plantações da ilha e nela desembarcaram suas tropas.

A 21 os holandêses evacuaram os entrincheiramentos da vila Schkoppe, onde deixaram 18 peças. Dias Cardozo recolheu-as e destruiu as trincheiras.

Não foi possível, todavia, desalojar a guarnição do forte de Orange. Este só se rendeu em 1654, depois da capitulação da campina do Tabor da e em virtude dela. Havia nele 400 soldados holandêses, que se apoiavam em 33 bôcas de fogo.

O forte de Orange dos Flamengos, foi mais tarde conver-



tido em fortalêsa de Santa Cruz, reconstruida em 1696 e posteriormente em 1777. A despeito de sua excelente posição, começou a sentir o abandono; as ondas do oceano avançaram até seus paredões de pedras e iniciaram a destruição; o mar apoderou-se do interiôr e o que não fez o abandono nem a ação corrosôra das vagas, conseguiram mãos profanas. Do forte levantado pelos invasôres e reconstruido pelos nossos colonizadôres — monumento de uma época fulgurante — nada mais resta que um montão de ruinas encobertas pela vegetação!

---

Finda a guerra holandêsa, o marquez de Cascaes, decendente do primeiro donatário, reclamou e obteve posse e domínio de Itamaracá, em 1693. Mas nem êle nem seus sucessores vieram pôr-se á frente da terra ambicionada. Em fim, em 1763, segundo Fernandes Gama, ou em 1756, segundo Pereira da Costa, voltou Itamaracá para a corôa e ficou subordinada á capitania de Pernambuco no político e militar, continuando no judicial, como desde 1688, a obedecer á ouvidoria da Paraíba.

---

Facto é que o desprêso com que os legitimos donatários de Itamaracá trataram o fêudo, especialmente a ilha, tão importante que os holandeses a queriam para capital, divergindo de Mauricio de Nassau que escolhêra o Recife, deu lugar a que Goiana florescesse com impetuosidade, tornando-se vila em 1685, sede da Camara e da justiça da capitania, e, em 1711, sede do govêrno, regalia que perdeu em 1713, para mais tarde reconquistar.

E continuou a decadência de Itamaracá. Sêde de uma rendosa Provedoria, perdeu-a em 1760, passando as atribuições para a de Pernambuco. Sêde de uma Ouvidoria, partilhou-a com a da Paraíba, com a de Goiana e por fim, ficou reduzido a mero têrmo de Igarassú, quando em 1815 foi creada a comarca de Olinda. Reclamou, ascendeu a têrmo, com a execução do Código do Processo, mas uma lei provincial de 1840 o suprimiu, reatllhando o seu território com Igarassú e Goiana.

E, assim, de queda em queda, o mais fértil território da



zona do nordeste, por quaze segregado do continente, a despeito do seu contínuo pedido de uma ponte para facil comunicação; o ambicionado ponto dos francêses, no século XVI; o oásis que os holandeses tanto namoravam no século XVII. Na atualidade nada mais é que triste fêudo em decadência da, também decadente, outrora "muito nobre, sempre leal e mais antiga vila da Santa Cruz dos S. S. Cosme e Damião", hoje cidade de Igarassú.

### Geognosia

A ilha de Itamaracá é do período terciário. O prof. Karl Frederic Hartt, que a visitou no terceiro quartel do século XIX, assim se refere a Itamaracá, em Relatório ao Imperador:

"A ilha, já célebre na história do Brasil e notada pela excellente vinha, é um plateau de cerca de 30m. de altura, composto de camadas terciárias sobrepostas a camadas cretáceas, as quaes se veem ao longo da base das terras elevadas. Estas rochas cretáceas consistem, em parte, de calcáreos que são usados em pequena escala para a calcinação."

Atendendo á semelhança da estrutura da ilha com a do continente, em suas imediações, quando iniciiei a elaboração da minha *Corografia de Pernambuco*, em 1919, admiti a hipótese, ainda não estudada pelos competentes, de ter sido outrora Itamaracá unida ás terras de Igarassú. E consultei o sábio geologo John Casper Branner que a estudara em missão da Stanford University. Dêle recebi o seguinte informe:

"Quanto á geologia de Itamaracá temos poucos fósseis daquela ilha, mas são importantes e parecem provar que a sua margem oriental é terciária (eoceno). Um afloramento do terciário com fósseis achei na ponta nordeste da ilha. A rocha nesse lugar é um arenito moreno. A margem ocidental da ilha é talvez terciária mas é possível também que seja cretácea. Dêste lado ainda não vi fósseis, porem as camadas cretá-

ceas devem aparecer em baixo das terciárias nos mangues a oeste da ilha."

O jovem e estudioso prof. Manuel Caetano, filho, em trabalho recente publicado no *Diário de Pernambuco*, aceita a hipótese por mim formulada:

"Em face das palavras acima (de Hartt) e tomando-se ainda em consideração a estrutura geológica da costa adjacente, julgo que muito naturalmente se acha implícita a hypothese, que aceito aqui, de continuidade estratigráfica, em relação á ilha e ao continente. Destarte, a ilha não teria razão de ser em certo momento da história geológica do globo, havendo, porem, surgido em virtude de uma elevação da costa, relativamente ao nível médio do oceano".

A ilha é relativamente pobre de mineraes. São conhecidos: lenhito, hematito, ferro de aluvião, argila de várias côres, calcáreo em abundancia, pirito branco, caolim, talco.

No sítio Chicotinha, há uma fonte de agua ferruginosa.

### Limites

Situada a 7°47'12" de latitude sul e 8°19'4" de longitude oriental do Rio de Janeiro, a ilha de Itamaracá tem cerca de 90 quilómetros quadrados.

Confina: ao norte, com o distrito de Tejuco-papo, do município de Goiana, pelo rio Ubú e pela barra de Catuama; ao sul e ao oeste, com o município de Igarassú pelo pôrto de Itamaracá (outrora porto de Pernambuco), rios Igarassú e Salgado; ao leste com o oceano Atlantico.

### Potamografia

Dada a pequena extensão da ilha, os cursos d'água de Itamaracá são quaze insignificantes, meros riachos. Podem ser citados:

Poço do Cobre e Brejinho, no engenho S. João;

Gulandim, Engenhoca, Agua de Mulher e Biquinha, no engenho Amaro;

Gameleira, no Forno da Cal;

São Bom Jesus e Lavandeira, em São Bom Jesus, sendo o último afluente do

Jaguaribe, que é o de curso mais extenso (cêrca de 9 quilometros), iniciado com o nome de **Poço do Cobre**.

### Produção

O sólo de Itamaracá é, talvez, o de maior fertilidade do mundo. Quanto á vinha, já vimos que, apesar de clima tropical, Itamaracá produz uvas como as melhores da Europa, tanto que o governo holandês lhe deu por armas tres cachos delas. E, todavia, quase não há cultura de uvas, ou se há é insignificantissima. Apesar de estar o Recife a poucas horas de Itamaracá, a uva que se encontra em casas de comércio é toda importada e vendida a preços exorbitantes!

A manga de Itamaracá não tem rival, pelo tamanho, pelo sabôr, pelo perfume, pela variedade. Numa exposição de frutas, no Rio de Janeiro, só um expositor, o sr. José Moraes de Albuquerque Maranhão, apresentou cento e doze variedades de mangas de Itamaracá.

Há, na ilha, cerca de trinta sítios que vivem exclusivamente da colheita de mangas. Calculam em 1500 as mangueiras que ensombram, perfumam e enriquecem Itamaracá. Cada arvore produz, em média, por safra, 600 frutos.

As mais afamadas variedades de mangas de Itamaracá tem as denominações de Primavera, Parreira, Parreirinha, Jasmim, Maracujá, Cabra, João Elysio, Manjerona, Cajá, Pão de Ló, Rosinha, Matarina, Bôca doce.

Sôbre a manga jasmim há uma encantadora lenda a que me referirei noutro ponto.

Outra fonte de riqueza de Itamaracá é o côco. Milhares dessa palmeira ornamentam a ilha. E há coqueiros que, em média, produzem 150 frutos. A porcentagem do óleo do côco de Itamaracá é quase inatingível por outras zonas.

A cultura da cana de açúcar, outrora mais intensa, está hoje reduzida a três engenhos: Amparo, São João e Macaxeira.

Em horticultura e pomicultura, tudo produz Itamaracá. Há colheitas regulares de batatas, macaxeira, mandioca, inhames, araruta, milho, favas, café, abacate, sapotis, sapotas, melões, melancia, laranjas, goiabas, araçás, mangabas, baua-



nas, cajús, pinhas, jacas, cidra, maracujás, tangerina, pitanga, romã.

Entre as madeiras de lei, contam-se as seguintes: angelim, barbatimão, bálsamo, baraú, batinga, carne de vaca, cavalheira, carnassari, casquinha, conduru, coração de negro, cocão, embiriba, gararoba, jatobá, louro, massaranduba, oitizeiro, paudarco, pau santo, pitiá (amarelo e marfim), quiringa, sapucaia, sucupira, tatajuba, vinhático.

Entre as plantas taninosas: aroeira, angico, barbatimão, peroba, mangue.

Entre as tintureiras: paudetinta, mangue vaieteiro.

Entre as textis: anánás bravo, annanás doce, bananeira, coqueiro, carrapicho assú, gravatá de rede, macaibeiro.

Entre as gomas: figueira brava, gameleira, jaqueira, maçaranduba, mangabeira.

Riquíssima é a flora medicinal: alecrim de tableiro, alfavaca de cheiro, alfavaca de cobra ou parietaria, aleluia, angélica da praia, arruda, avenca, azeitona dos tableiros, angelim, ariticum, aroeira, barbadebode, barbatimão, batiputá, beldroega, bem-me-quer, bonona, boasnoites, burunhem, cabacinho, caboatã, cainana, cajazeira, cajueiro, camará, canna fistula, cansação, capela, capelinha, capim cheiroso, capitão, cardo santo, carnicula, carrapicho, cebola cecem, cedro, chanana, colonia, cravo de defunto, cumarú, dendezeiro, fedegoso, gameleira, genipapeiro, goiabeira, grama, herba babosa, herba cidreira, hervamoura, herba de passariño, herba de São João (mentrasto) ingazeiro, ipepacuanha, jaborandí, japecanga, jaqueira, jatobá, jeriquití, jitirana, joazeiro, junça, jucá, jurema, jurubeba, laranjeira, limeira, limoeiro, lingua de vaca, malícia de mulher, malva, mamoeiro, mamoneira, mangabeira, manjerioba, mangueira, maracujá, maçaranduba, mastruço, matapasto, meladinha, melancia da praia (gogoia), melão de São Caetano, milhomeni, mulungu, muçambê, mutamba, pimenta dagua, pinhão de purga, pitangueira, pitombeira, relógio, romeira, salsa da praia, sapê, sapucaia, sensitiva, sucupira, taboca, tansagem (tipi), tinhorão, umbaúba, vassourinha.

#### Fauna

A fauna de Itamaracá está assim representada: gambá, raposa, sagui, morcego, paca, cotia, preá, coelho do mato, rato, preguiça, tatú, tamanduá (bandeira e mirim), veado

(campineiro e galheiro), urubu' (rei e comum) caracará, gavião, tucano, picapau, anum, periquito, araponga, canário, joãodebarro, sabiá (gongá e da mata), bicudo, pinta-silgo, ticotico, juriti, rôla fogopagou, maçarico, nambú, garça, jacu', urú, gaivota, andorinha, xexéo de mavioso canto; jacaré, cágado, tartaruga, jararaca, sapo, gíá, sapoboi; abêlha trigona, jatí, abelha de cachorro; formigas em tal quantidade que numa aliança não combinada com os portuguezes, quase desalojavam os holandeses...

As praias de Itamaracá são riquíssimas em crustáceos e suas águas muito piscosas.

### Indústria

A indústria está ainda pouco desenvolvida. Além do fabrico de açúcar, há, presentemente, em Itamaracá, pequeno fabrico de sal, de cal — o que poderia ser feito em grande escala devido à natureza do terreno — de óleo de côco e de alguns sub-produtos.

### População

A população da ilha é calculada em cerca de 5.000 habitantes.

### Lenda

Encantadora lenda se formou, no século XVII, na ilha de Itamaracá, lenda que se vai passando ás gerações, que já deu assunto para uma alta comédia — *Marfília de Itamaracá* ou *A donzella da mangueira* — do dr. Luis Vicente Simoni, escrita no Rio de Janeiro em 1854, e para uma opera — *D. Leonor* — letra de José Afonso de Araujo, música de Euclides Fonseca, cantada no Recife em 1883.

Resumo-a do poema de José Soares de Azevêdo, transcrito no livro *Pernambucanas illustres*, de Henrique Capitolino:

Pela esbelta e linda pernambucana Sancha Coutinho, filha de João Paulo Vaz Coutinho, apaixonara-se o jovem paraibano António Homem de Saldanha e Albuquerque. Sua paixão encontrou guarida no peito da gentil donzela. Opôz-se-lhes a vontade do pae desta.

Acabrunhado com a repulsa, Homem Saldanha alista-se nas forças pernambucanas que combatiam os holandeses. em busca da glória para tornar-se digno da apaixonada, ou da morte para extinção da mágua.

Participou, como bravo, do combate contra o forte do Cabedêlo, em 1631, tendo um tiro do seu arcabuz abatido o comandante inimigo, e tomou parte em outros encontros. No do Arraial Velho, Homem Saldanha feriu o comandante holandês e cahiu baleado, sendo corrente que houvera falecido. Sancha Coutinho chorou a morte do bem amado.

Passaram-se anos. A donzela pernambucana morava agora em Itamaracá, em companhia de um irmão, por haver falecido o pae. Viuva do coração, vivia ralada de saudades, a pensar na memória daquêle que, pelo seu amor, se sacrificara.

Um dia chega á ilha o padre Aires Ivo Corrêa e bate á porta da casa em que residia Sancha Coutinho. Ela própria vem abrir-lha e, ao lançar a vista sobre o visitante, cae fulminada, porque reconhecêra no padre o seu antigo apaixonado que todos julgavam morto.

Sobre a sepultura de d. Sancha, plantou o padre Aires uma mangueira. Foram seus frutitos os mais saborosos da espécie. Deram-lhe o nome de manga Jasmim:

“E no lugar do sepulcro

Uma mangueira plantou

Onde o hálito de Sancha

Até morrer aspirou.

“Inda em torno da mangueira

Se vê um lindo jardim:

E as mangas do padre Aires

São as mangas de jasmim.”

#### Pela grandêsa de Itamaracá

Para desenvolvêr-se convenientemente, dadas as suas possibilidades económicas oriundas do seu fertilissimo sólo e em virtude de sua situação geográfica, com dois portos,



um dos quaes tem 40 a 50 pés de profundidade, reclama a ilha várias medidas a que tem direito, não atendidas ainda pelos governantes, na parte que lhes diz respeito:

Em primeiro lugar, uma ponte que a ligue ao continente, á semelhança da que se fez para a ilha do Pina, certamente menos dispendiosa, por ser o canal mais estreito que o braço do Capibaribe por esta atravessado. Em segundo lugar, a criação de escolas nos pontos de maior concentração de familias dos pescadores, a saber, nos povoados São Paulo, Baixa Verde e Jaguaribe; assistencia médica com a criação de postos de profilaxia; propaganda sobre os progressos da agricultura; combate ás formigas, reclamado desde o tempo da occupação holandêa, por sêr esta a maior praga que estorva o desenvolvimento agricola da ilha; propaganda para a organização de emprêsas que extraiam sal em quantidade sufficiente, pelo menos, para o abastecimento do Estado, e para a montagem duma refinação desse produto; propaganda para a cultura de tomate em grande escala e para a montagem duma fábrica de beneficiamento; medidas estas que atrairão outras e que reintegrarão a ilha no esplendôr dos primeiros anos de sua colonização.

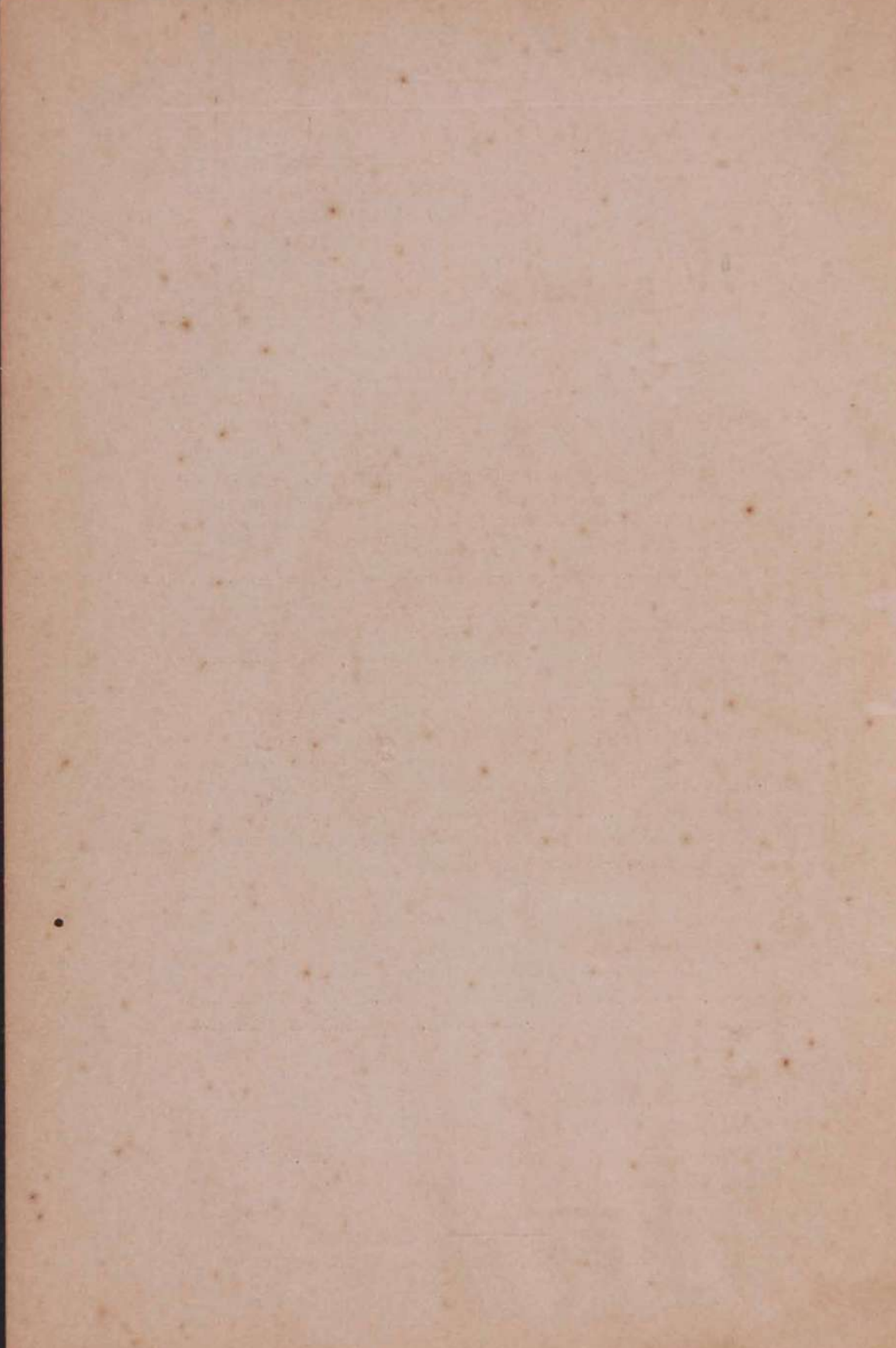
Na época em que o maximo problema dos govêrnos é o de penetração, seguindo com as rodovias o exemplo dos bandeirantes em busca de riquezas desconhecidos das zonas sertanejas batidas por flajelos de toda a ordem, não se comprehende fique despresado, á mingua de comunicação, o outrora celeiro do norte, o mais fertil territorio de Pernambuco, o inexcedivel pomar do Brasil.

### Conclusão

O VIII Congresso brasileiro de Geografia apela para o govêrno de Pernambuco para que sejam iniciados, quanto antes, os meios fáceis de comunicação da ilha de Itamaracá com o continente.

Recife, 1926.

Mario Melo



# Viaturas Coloniaes

A primeira carruagem appareceu em Pernambuco no  
anno de 1785

As carruagens são de invenção franceza, e se remontam ao seculo XVII; e como todas as innovações do progresso, as primeiras que appareceram soffreram os apupos da população.

Ao principio, as carruagens não eram suspensas, e tinham cortinas de couro, mais tarde substituídas por vidraças.

Frederico Guilherme, eleitor de Brandeburgo, foi o primeiro que se serviu de uma carruagem de molas inventadas por Chièze, seu architecto.

Por muito tempo as senhoras da corte reluctaram em servir-se deste novo meio de transporte; e ainda na entrada solemne de Luiz XIV em Pariz, figuravam as haçanêas brancas da rainha, cobertas de arnezes, em que brilhavam o ouro e a prata. Essa reluctancia, porem, foi vencida pelo tempo de sorte que no reinado de Frederico I constituíam já as carruagens um objecto de luxo e grande moda.

Em Portugal, já existiam em principios do seculo XVII, como se vê da carta-regia de 3 de outubro de 1615, dando providencias sobre o recuar das carruagens; e prodigiosamente, multiplicando-se o seu uso, attingiram a um luxo decorativo que representava avultada riqueza, para cohibir o que, prescreveu a Pragmatica de 24 de maio de 1749, que as carruagens não fossem guarnecidas com ouro, prata, ou outro qualquer metal dourado.

A introdução do seu uso entre nós, portanto, não podia ser senão em epocha muito posterior.

Primitivamente como escrevia em Pernambuco o autor dos Dialogos das grandezas do Brazil, pelos annos de 1616, as mulheres se trajavam muito bem e custosamente, e quando iam fóra caminhavam em hombros de escravos, mettidas dentro de uma rêde, não usando de cadeira ou palaquim, como na In-



dia, porque a rede é excellente para se andar nella por caminhos.

Os homens por sua vez, como refere Varnhagem, trabalhavam velludos, damascos e sedas, e despendiam briosamente em cavallos de alto preço, com sellas guiões das mesmas sedas das roupas, e ricamente ajaezado, só faltando para o completo luxo de hoje as carruagens, que em Olinda e outras terras do Brazil não tinham ainda entrado.

Em meados do seculo XVII, porém, vindo já de annos anteriores, era muito commum em Pernambuco o uso das cadeirinhas e palanquins, e um escriptor hollandez dessa epocha, referindo-se aos usos e costumes dos seus habitantes, diz o seguinte sobre esse particular: — As mulheres só sahem cobertas, e são carregadas em uma rede, sobre a qual se lança um tapete, ou encerradas em uma cadeira de preço (palanquim), de modo que ellas se enfeitam sómente para serem vistas pelos seus amigos e amigas.

Sobre o assumpto refere-se ainda Loreto Couto, em 1757, descrevendo o modo fidalgo do tratamento em Pernambuco nessa epocha: — O luxo, asseio e grandeza com que se tratam seus moradores, não tem que invejar o tratamento das cortes mais ricas e policiadas. Não usam de carruagens, mas sim usam as senhoras de cadeirinhas, á maneira de liteiras, que carregam escravos; e homens e mulheres de palanquins, carruagem grave, modesta e mais commoda que estrondosa.

O uso das cadeirinhas e palanquins, ricos e custosos uns, simples e modestos outros, apezar mesmo da introdução de carruagens diversas, se prolongou ainda além de meados do seculo passado, até que cahindo em completo desuso desapareceram completamente.

O viajante inglez H. Koster, que visitou Pernambuco pelos annos, de 1810-1816, traz na sua obra, originariamente escripta em inglez, *Travels in Brasil*, uma bonita estampa colorida representando uma dama em passeio em uma elegante cadeirinha, conduzida por dous escravos pretos bem uniformizados, porém descalços.

Do genero dessas cadeirinhas restam-nos duas de bella e luxuosa construcção, que pertenceram ás matrizes da Boa Vista e do Corpo Santo, as quaes eram destinadas aos parochos para a ministração do Viatico.

Ambas ellas são de um trabalho primorosissimo de talha dourada, com bonitos paineis allegoricos ao mysterio da Eucharistia, de fina pintura, e forradas de damasco carmezim; e se conservam, a primeira, um tanto estragada, no museu do

Instituto Archeologico, e a segunda, em bom estado de conservação, no Lyceu de artes e officios. (1)

A Igreja matriz de Santo Antonio, tinha tambem a sua cadeirinha, para o mesmo fim, mas de um trabalho artistico superior ás duas precedentes, e que, perfeitamente conservada, ainda alli se vê na sua sacristia do lado do Evangelho. São finas e bellissimas as suas pinturas decorativas.

O convento do Carmo do Recife tinha tambem a sua cadeirinha, de uma feição modesta, e vendo-se sob a vidraça da portinhola de entrada as armas da ordem, cuja peça ainda se conserva em perfeito estado e se vê no salão da sua bibliotheca.

Henrique Koster, que na sua segunda viagem a Pernambuco notára grande differença no aspecto do Recife e dos seus habitantes, ainda que depois de bem pouco tempo de ausencia, traça particularmente do assumpto da alludida estampa, escrevendo: — Os palanquins de que as senhoras se serviam para ir ás igrejas ou visitar suas amigas, tinham maior elegancia e os conductores vestiam com mais luxo Estes não podiam deixar de attrahir a attenção dos estrangeiros pela opulencia de seu traje, pelos seus bonets, suas plumas e pernas nuas”.

Tratando Pacifico de Amaral da nossa extincta Procissão de Cinza, assim chamada porque tinha lugar na Quarta-feira de Cinza, e descrevendo a immensa concorrencia de povo para a ver, como assim se manifestava nos primeros annos do secculo passado, fala dos bonitos palanquins ou cadeirinhas, em cujo bojo, repotreadas, viam-se a senhora do alto funcionario publico, do negociante dinheiroso, carregadas por africanos boçaes. Esses carregadores eram vulgamente chamados Palanquins ou Pretos de Cadeirinha, escravos todos, africanos ou não.

Dessas cadeirinhas communs, usuaes, sem os atavios do luxo e artes possui uma o nosso Instituto Pernambucano, em perfeito estado de conservação. (2)

---

(1) A do Corpo Santo foi restaurada, porque a não se encontrava no bom estado de conservação do tempo em que foi escripto este trabalho, e pode sêr vista no Museu do Estado. — M. M.

(2) Tres, duas das quaes ofertadas posteriormente, possui hoje o Instituto — M. M.



Entre a cadeirinha e o palanquim havia apenas uma simples distincção notada no modo de conduzir o pequeno vehiculo, que somente permittia, commodamente, a conducção de uma pessoa; o palanquim, a cadeirinha de arruar, tinha um varal que atravessava a coberta da frente para traz, deixando um braço de cada lado, que os carregadores levavam nos hombros; a cadeirinha tinha tambem dous varaes, mas lateralmente dispostos, em meia altura da peça, tendo as extremidades presas por uma correia que os carregadores deitavam aos hombros para a conduzir, como se vê da referida estampa de Koster, *Uma rua do Recife, 1816*, reproduzida nas *Notas dominicaes* de L. F. de Tollenare.

A *Serpentina*, era tambem um meio de condução muito usado entre nós, bem como na Bahia e outras partes do Brasil, como escreve d. Raphael Bluteau. Segundo este antigo lexicographo, a serpentina era — uma rede coberta com tecto e cortina a modo de liteira. Dous homens a levavam com uma canna de Angola aos hombros; e como as primeiras tinham como remate, a cabeça e a cauda de uma serpente, foram assim chamadas *serpentinhas*.

Tivemos enfim a *Tipoia*, que segundo Moraes, era um palanquim rede; a liteira, carregada por animaes, e a rede, que no interior não estão ainda de todo abolidas. A rede assim se vê em uma estampa, tambem de Koster, *Um senhor de engenho em viagem, 1816*, igualmente reproduzida nas *Notas dominicaes*.

Sendo porem de uso inveterado entre nós, entrarem as mulheres nas igrejas em serpentinhas e redes, prohibiu o bispo diocesano d. fr. José Fialho semelhante irreverencia por uma pastoral expedida em 21 de março de 1723, que conclue, recomendando aos parochos a fiel observancia daquella sua resolução. Depois da mensão daquelles diversos meios de viação primitivamente usados entre nós, cabe agora a vez da carruagem.

A primeira carruagem, que nos parece houve em Pernambuco, foi uma que o bispo diocesano d. frei Diogo de Jesus Jardim trouxe de Lisboa para o seu uso, em 1785, e que o conduziu quando regressou para Portugal. Segundo uma relação dos objectos do seu espolio feita em 1798 e remettido para o cabido de Olinda, era sua carruagem — uma sege de arruar de duas rodas.

Por esse tempo, nem todos podiam usar de carruagens, e aos proprios bispos foi permitido uzar das de duas baetas, por alvará de 2 de abril de 1762, sendo as de mais de duas prohibidas na corte de Lisboa e uma legua em redor, excepto os

coches dos embaixadores e ministros estrangeiros, e dos cardeaes, patriarchas, arcebispos e bispos.

Em 1817 apenas havia no Recife seis carruagens, que pertenciam aos seguintes personagens: o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o bispo diocesano d. frei Antonio de S. José Bastos, então no Rio de Janeiro, o intendente da marinha chefe da divisão Candido José de Siqueira, o marechal José Roberto Pereira da Silva, o advogado José Luiz de Mendonça, e o nosso chronista dr. Francisco Soares Maris, procurador da fazenda real de Olinda, que de todos aquelles foi o primeiro que na epocha, usou de carruagem no Recife. E' desses tempos, portanto, que vem a vulgarisação do seu uso em Pernambuco.

A essas viaturas primitivamente usadas referem-se os seguintes e chistosos versos publicados em 1842 no periodico humoristico, *O Carapuceiro*, sem duvida da lavra do seu unico redactor o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama:

Quando eu andava na escola  
Do mestre Feijão de côco,  
O Recife d'uma villa  
Nada distava ou bem pouco,  
Havia uma capoeira  
Sege do Governador;  
Tinha o bispo outra que tal,  
E ás vezes o ouvidor.

Mas depois vulgarisou-se por tal modo o uso das carruagens entre nós, que o mesmo poeta tratando no referido anno dos augmentos do Recife em outros versos publicados tambem no *Carapuceiro*, diz o seguinte:

Traquitanas, carros seges,  
Cabriolés e carrinhos,  
Obstruem, dia e noite  
Os populares caminhos.

.....

Que este Recife d'agora  
Não é mais nem se parece  
Qual o conheceste outrora.

D'ahi por diante, com o desenvolvimento na cidade, a riqueza e commercio, e com o seu luxo e opulencia, veio a necessidade do uso frequente de carruagens, de todos os generos



simples ou luxuosas, particulares ou de aluguel, puxadas ou não por soberbos e custosos cavallos de raças differentes.

A carruagem porem perdeu de impertinencia e cahiu mesmo em desuso, com o apparecimento do automovel.

Como meio de transporte publico veio o omnibus em 1841, introduzido pelo respectivo empresario Thomaz Sayl, que estabeleceu uma linha para o arrabalde do Monteiro, o que depois se adoptou para outros logares, como Olinda, Apipucos, Caxangá e Jaboatão, vehiculos esses que permaneceram até que os caminhos de ferro chegaram a esses logares.

O omnibus era um vehiculo a especie dos wagons dos caminhos de ferro, ou dos carros fechados da extincta Companhia Ferro Carril, sobre quatro rodas, altas e puxados por cinco animaes, com assentos aos lados, comportando uns vinte passageiros, e outros tantos sobre a coberta. Era porem um encommodo e caro meio de transporte, principalmente pelo inverno, nos trechos das estradas não calçadas, e outros inconvenientes. Custava mil reis cada viagem, ainda que um pouco modificada em assignatura mensal.

Em virtude da lei provincial n. 503 de 20 de maio de 1861 foi contractado um serviço de carros de praça na cidade do Recife e seus arrabaldes, o que porem não teve execução, apesar de tentativas posteriores, sempre frustadas, até que depois vieram os bondes da Companhia Ferro Carril de Pernambuco de tracção animal, que em linhas diversas percorriam toda a cidade e chegavam mesmo a alguns dos seus arrabaldes e que por fim vieram a desaparecer com a introdução dos bondes electricos.

(Dos Annaes Pernambucanos).

F. A. PEREIRA DA COSTA

---

# O Topónimo “Pernambuco”

Pernambuco foi o nome dado a uma feitoria anterior à vinda de Duarte Coêlho, que, nos termos da propria carta de doação expedida em favor deste, fôra fundada “de principio, Christovam Jacques, no ryo que cerqua em redondo toda a ylha de Itamaracá”, tendo sido o primeiro nucleo de povoação que tivemos.

Sobre a significação do topónimo divergem todos os escriptores, e ainda hoje se mostram indecisas, a respeito, as autoridades no assumpto; mas, o immediato contacto com o idioma brasilico durante a nossa longa permanencia no Amazonas, onde a lingua geral dos indios se intromette, a cada passo, no vernaculo, suggeriu-nos uma nova interpretação, que supponmos ser a mais exacta, tal é a sua singeleza.

Assim, parece-nos que o vocábulo alludido, empregado depois para designar toda a capitania, origina-se de-PARA-NA-MBUCU.

O primeiro elemento—**pará**—tanto pôde ser—mar,— como um—rio—mais ou menos consideravel, e alliado ao outro elemento—**nã**—, que o completa e quer dizer semelhante—, constitue uma expressão habitualmente empregada na Amazonia para designar todo braço de rio principal ou de mar que contornando uma ilha vae sahir mais adiante no mesmo rio principal, ou no mesmo mar.

—**Paraná**—, praticamente, é a ramificação fluvial, ou canal maritimo, semelhante a um rio e que não é um verdadeiro rio,—mas uma especie de atalho, por vezes de grande extensão.

E’ o caso perfeito do braço de mar que separa a ilha de Itamaracá do continente, denominado hoje —canal de Itapissunga. Assemelha-se ao mar, sem ser propriamente o mar; e, da mesma forma, affigura-se-nos um rio, não sendo um rio, pois não tem nascente.

Nos idiomas americanos, o termo—**para**—significa quasi sempre um rio, como em Grão-Pará, Parahiba, Paraguai e outros; todavia, isso é indifferente para a hypóthese, e as-

sim, podemos concluir da seguinte maneira: —**para**—, mar ou rio,—**paraná**—, semelhante a mar, ou a rio.

Passemos, agora, ao ultimo elemento —**mbucú**—, que se pronuncia como se fôsse quasi um paroxytono, gutturalmente, e vem de —**puçú**—, comprido.

Ha na lingua geral dos índios contínua mudança de letras, perdendo-se umas e trocando-se outras agglutinações, por causa do som nasal de maneira que, segundo a “Arte de la lengua guaraní”, de Montoya, as palayras começadas por “p” mudam, por vezes, essa letra em “mb”, citando o mesmo autor justamente, entre numerosos exemplos, —**puçú**—, comprido, que se transfôrma em —**mbucú**—.

Com esta base sólida, podemos igualmente assegurar que o topónimo —**PARA-NA-MBUCU**— encêrrra as idéas conjugadas de —semelhança com o mar (ou com um rio) e de —cumprido— para indicar muito claramente o accidente hydrographico entrê a ilha de Itamaracá e o continente, em cuja margem, do lado deste ultimo, existiu a velha feitoria que se ficou chamando “do Pannambuco”, depois “Parnambuco” e, por ultimo “Pernambuco”,— nome que passou successivamente á capitania, fundada posteriormente, á provincia e ao Estado Federado.

A concentração de —**paraná**—em—**parná** faz-se vulgar no Brasil, observando-se em Parnahiba, Parnagu Parnamerim,

Os corsarios francezes, traficantes de páo-brasil e que, de tempos a tempos, assolavam a feitoria, de parceria com os índios petiguáras que estavam do pousse da eminencia onde depois o donatario erigiu a sua primeira villa—**Igarassú**—, adulteraram a graphia nas respectivas cartas geographicas, escrevendo —**Fernambouc**—, a ponto dos proprios portuguezes, nas suas relações e diarios de navegação, mencionarem, por sua vez, a terra como —**Fernambuquo**—.

Gerou-se, pois, a fôrma actual da cartographia franceza, não havendo nisso um caso isolado. Possuimos um atlas da mesma procedencia que insere—, —**Pernaguá**—, em vez de —**Parnaguá**—.

Em summa, na ideologia dos primitivos brasilienses, —**PARA-NA-MBUCO**— significa um paraná (falso mar, ou falso rio) comprido—, e allude ao extenso braço de mar, em cuja margem foram lançados os alicêrces do nosso primeiro estabelecimento colonial, constante de um armazem e algumas casas de morada, ao abrigo de uma paliçada.



# Casas de Biqueiras

---

“..... até muito mais de metade do seculo passado, as construcções do Recife não obedeciam a um plano de alinhamento e se edificavam ainda casas de biqueiras...”

Tambem eu, se um tal escripto não me tivesse o acaso feito ler, e não me desse, por elle, á tarefa ardua de uma pesquisa, certo, ficaria crendo que a tortuosidade de algumas ruas do Recife e as casas de biqueiras lograram ainda o assentimento dos homens do ultimo quartel do seculo passado.

E dei-me ao trabalho de perquirir, só porque julguei demasiado ingrato imputar-se aos nossos avós uma semelhante desordem; como se ao encontro delles não tivesse vindo, do outro lado do mar, mesmo com passagem de 3.<sup>a</sup> classe, algo da civilisação e do progresso, já ali, á epoca, mercados a preço infimo!

Não é de nossos avós, portanto, que o Recife tem de lamentar o seu feitiço giboso: mas dos nossos tetravós. Só elles foram os culpados das suas ruas desalinhadas e tortuosas e das casas de biqueiras, das quaes algumas ainda ahí estão, não obstante o passo de sete leguas com que tem elle seguido com o progresso.

Entre estas, a da rua Direita de numero 198, — já agora em franca ruina, e em 1825, mercearia de propriedade de um tal Jardim. E teria sido delle, pelo motivo de ser o seu maior proprietario, a origem do nome da actual rua do *Jardim*. (?)

E contam que o velho Jardim, innocentemente e por muito tempo, esteve sob a maldição dos pernambucanos, só porque não quiz receber paga por um copo de vinho que forneceu a um dos milicianos espingardeadores de Frei Caneca, cahido á sua porta, sob grande commoção produzida pela



scena tragica que annullou o malogrado Frade, e da qual fôra, involuntariamente, um dos protagonistas!

Difficil é, porém, explicar-se porque os homens de após os holandezes se descuraram tanto da nova cidade que edificaram; sobretudo Santo Antonio, que surgiu das ruinas de *Mauricia*. Facil lhes eram seguir o mesmo plano traçado por Pieter Post. Já não digo pelas suas plantas, consignadas no livro de Barlaeus, pois estas só muito tarde foram do conhecimento delles; mas orientados pelos alicerces da cidade destruida.

E é preciso discernimento e criterio para o exame destas plantas. Pois só uma, em verdade, foi executada. A outra, a que localisa o bairro de S. José e o une aos Afogados por terra e por um canal, não passou de um simples projecto, — projecto que não logrou execução devido á brusca retirada de Nassau e, logo após, á insurreição pernambucana.

Não vale a pena, porém, argui-las aqui. Deixo-as para outro artigo que elaboro sobre as portas do Recife. A meu ver, em taes casos, não valem somente as chronicas e os chronicistas; mas ainda a logica e os factos. Só estes dois leões factores conduzem-nos á verdade historica.

As nossas casas de biqueiras — as poucas que ainda existem — datam de mais de 100 annos; foram prohibidas em 1830. Depois desta data nenhuma foi construida dentro da Cidade, nem rua alguma foi edificada sem observancia dum plano symetrico.

Tal deveria ter esmiuçado o autor dos dizeres que encaebam estas linhas.

“A Camara Municipal desta Cidade do Recife etc. Faz saber a todos os Habitantes desta Cidade, e seu termo, que nos Bairros do Recife, S. Antonio e Boa Vista, tiverem cazas, terrenos, e allagados proprios, ou foreiros a edificar, que da publicação deste em diante lhes fica prohibida toda, e qualquer Construcção, e arquitetura arbitraria; devendo de hora em diante edificarem-se todas as cazas, e ruas pelo plano dado pelo Sargento Mór Engenheiro João Blon, auctorizado e encarregado por esta Camara, para fazer cordear os terrenos e metreficar a arquitetura das frentes dos edeficios de maneira, que pelo decurso de tempo todos se venhão a igualar, e tirar esta lin-

dissima Cidade da antiga irregularidade, e incommoda tortuosidade, com que até o presente tem crescido. O mesmo Sargento Mór Engenheiro se acha authorizado para impedir a reedificação das cazas velhas, faze-las cordear e chamar as suas frentes ao alinhamento, e architectura do novo plano. Os contraventores, Proprietarios e os seus respectivos obreiros serão punidos com as penas comminadas em as novas Posturas á tal respeito. E para que chegue a noticia de todos e não possam allegar ignorancia mandou a Camara lavrar o presente, publicar pela Imprensa, e affixar nos logares do costume. Dado em Sessão extraordinaria da Camara Municipal da Cidade do Recife aos 11 de Setembro de 1830. — Antonio Joaquim de Mel o, Presidente — José Joaquim Jorge Gonçalves — Antonio Elias de Moraes — Caetano José Ferreira de Moraes — Manoel Joaquim Ferreira — José Rodrigues do Paço — Francisco Gonçalves da Rocha — José Gomes Leal”.

“..... as cazas terreas terão 20 palmos de altura desde a soleira, até a superficie do frechal, da superficie do 1.º soalhado até a do 2.º 20 palmos de altura, da superficie do 2.º soalhado até o 3.º 18 palmos de altura, e dahi para cima deminuirão 1 palmo por cada andar; as ombreiras terão 12 1/2 palmos de altura; tanto as portas, como janellas terão a mesma altura, e 6 palmos limpos de largura; não terão beiras, nem sobeiras, sim cornija. E para que chegue a noticia de todos mandei passar o presente, affixado nos lugares do costume, e publicado pela Imprensa, Recife 15 de Novembro de 1830 — João Alemão da Camara Cisneiro, fiscal da Freguezia do S.S. Sacramento do Recife etc”.



# Cidade do Recife

---

Patria de meo Amor! Recife linda!  
Como te guarda o meo saudoso olhar!  
Vêlas... Batéis... Os coqueiros de Olinda  
E uma terra a nascer da agoa do mar...

Um céu de estrellas que entrevejo ainda,  
Sob as pontes o rio a se estirar...  
Noites de lua de saudade infinda,  
Branças que dão vontade de chorar...

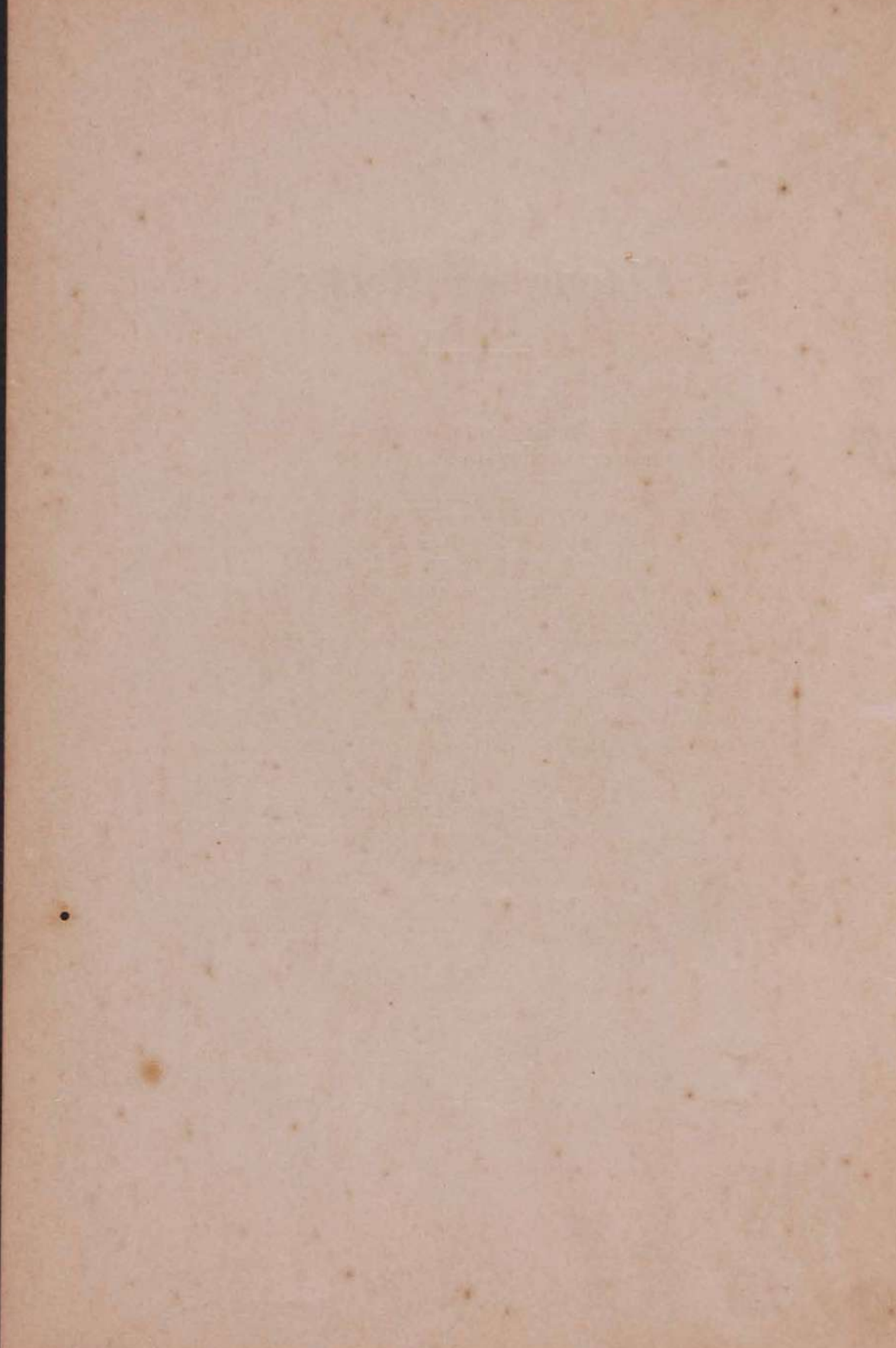
Filho, ingrato, parti mas nem um dia  
Deixei de te lembrar por mundo alheio  
Onde me trouxe a gloria fugidia.

Patria! quando eu morrer, Piedosa e Boa,  
Dá que eu durma o meo somno no teu seio,  
Como um seio de Mãe que ama e perdôa...

ADELMAR TAVARES.

---





# A Casa da Moeda em Pernambuco

Memória lida no Instituto arqueológico, pelo seu secretario perpétuo dr. Mario Melo

Pernambuco tem a primazia no Brasil, de cunhagem das primeiras medalhas e das primeiras moedas metálicas. Deu-se isto em 1645, 1646 — 1654, durante o dominio holandês. (1) Das medalhas não se conhece nenhum exemplar. Quanto às moedas, são rarissimas. Possui o Instituto uma de ouro, de tres florins, e o Museu histórico do Rio de Janeiro ostenta toda a série; ouro — tres, seis e doze florins; prata — quarenta e doze soldos (2).

Quando as moedas portuguezas subiram de valôr, foi montada, em 1663, uma officina em Pernambuco para as carimbar,

---

(1) Quando annunciando que os hiates Walk e Elizabeth viñham em socôrro dos holandêses sitiados, êstes, segundo a narrativa de Nieuhof fizeram cunhar duas medalhas de ouro para serem oferecidas aos capitães dos mesmos, com a legenda em holandês, cuja tradução literal é: **Pelo Falcão e o Isabel foi o Recife salvo.**

"Foi esta a primeira medalha batida no Brasil e precedida, de pouco menos de um ano, pelas famosas moedas obsidionares, hoje das mais valiosas raridades numismáticas, comquanto os pormenores da sua cunhagem até agora tenham permanecido quasi ignorados" — Alf. de Carvalho. **Moedas obsidionares cunhadas ao Recife.** Rev. do Inst. vol. XII.

(2) "Dellas (obsidionares holandesas) foi emissora a Geocroyerde Westindische Compagnie, que capitalizava a occupação e são de 1645 a 1654" — Saturnino de Pádua, numismata do Museu histórico. **Guia do colleccionador de Moedas brasileiras.**

Quanto a terem sido as primeiras moedas cunhadas no Brasil, para circulação no Brasil, basta sabêr-se que a primeira moeda provincial é de 1695, pois, a Casa da Moeda da Bala foi instalada em virtude de lei de 17 de junho de 1694.

dando-lhes o valôr do ágio, o que se repetiu em 1672 e em 1673.

Em 1693 a Câmara de Olinda reclamava á metropole a necessidade de uma Casa da Moeda á semelhança da que já sêr instalada na Baía.

Tenho havido, do govêrno da metrópole, proibição de circularem no Brasil as moédas cunhadas em Portugal e havendo recêio dos piratas que infestavam a nossa costa, a Casa da Moéda da Colonia passou a sêr ambulante. Fechou-se na Baía, (1694-1698) depois de quatro anos de serviço; transferiu-se para o Rio de Janeiro onde começou a trabalhar em 1699 e, finalmente por carta régia de 20 de Janeiro de 1700, veio para Pernambuco, onde trabalhou de novembro de 1700 até fins de 1702. (3)

Do Recife regressou para a cidade de São Sebastião.

Aqui foram cunhadas moedas de ouro de 4\$000 e moedas de prata de \$640, de \$320, de \$160, de \$080 e de \$040.

Essas moedas tinham no anverso, as de ouro as armas de Portugal, valôr á esquêrda, precedido de um ponto, tres florões á direita entre pontos PETRVS II DG PORTVGAL, REX, as de prata, armas de Portugal, data bi-partida, valôr á esquerda entre pontos, á direita um florão grande e dois pequenos entre pontos, PETRVS II DG PORT REX ET BRAS, DN. No reverso, as de ouro cruz de São Jorge cercada por quatro arcos unidos por florões e estes encimados pela letra P dentro dum círculo de linhas. ET BRASILIAE DOMINVS ANNO e entre florões 1702; as de prata SVBQ SIGN. NATA SAB. (4)

Conforme os valôres, havia no reverso das moédas de prata algumas variantes.

Até hoje não se conhece exemplar algum de cobre.

---

(3) "Vendo-se a carta inclusa de 7 de setembro do anno passado (1702), que escreve a v. magestade o Ouvidor Geral de Pernambuco João Guedes de Sá as utilidades que considera para se comprar a Casa da Moeda aos testamenteiros de Antonio Fernandes de Mattos, se deu vista delas ao Procurador da Fazenda, o qual respondeu que no Recife não era necessário que houvesse Casa da Moeda"... Consultas do Concelho ultramarino. Manuscrito do Instituto Arqueológico.

Esse António Fernandes Mattos foi o capitão do mesmo nome, fundador do forte do Mattos, em 1685, e onde, em 1711, estiveram prêsos alguns nativistas do movimento de 1710.

(4) Estes informes foram colhidos nos trabalhos de Pádua e de Alf. de Carvalho, acima citados.



A Casa da Moeda de Pernambuco funcionou na mesma oficina em que, em 1673, se fazia a marcação de dinheiro, no bairro do Recife, á então rua Maria Rodrigues, que posteriormente tomou o nome de rua da Moeda (5).

Aqui foram cunhados 8.103\$000 de ouro e 488.363\$260 de prata.

Tomei a ombros o trabalho de identificar a casa, que é para nós de valôr histórico, e tive para isso o concurso do sr. Renato Medeiros, então directôr da policia maritima e grande conhecedôr do bairro do Recife.

Recorremos primeiramente á tradição. Indicaram-nos vagamente a casa reformada n. 55.

Como é sabido, as casas do Recife tomaram nu'meros novos por metragem. Foi preciso recurrer aos livros da Recebedoria do Estado, o que me facilitou o respectivo administradôr dr. Layette Lemos e no que me auxiliou o chefe da secção sr. Cirilo Ramos.

A casa indicada pela tradição divergia do que escreveram Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa.

Para o primeiro, a Casa da Moeda estabeleceu-se, aqui no Recife, no prédio para este fim construído, á rua Maria Rodrigues n. 21 (6). Esse prédio tem hoje o n. 51 (7). Para o segundo foi o edificio que, em 1897, tinha o numero 41.

---

(5) "A rua da Moeda (lembra) a Casa da Moeda que nella existiu" — Codeceira — **Origem das diversas denominações das principaes ruas, praças, largos etc. do Recife.**

(6) Alf. de Carvalho — **Numismatica brasileira.** Rev. do Inst. vol. IX.

(7) — "Recebedoria do Estado de Pernambuco, Recife 13 de agosto de 1929. Gabinete do director, N. 1057 — Ilmo. sr. secretario perpétuo do Instituto archeologico histórico e geográfico pernambucano — Em resposta ao vosso officio s/n, datado de 29 de julho ultimo, tenho a informar que a casa n. 21 da rua da Moeda, freguezia do Recife, tem, segundo lançamentos feitos nos livros de décima, existentes nesta Repartição a contar do exercicio 1915-1916, o n. 21|51, estando escripturada como pertencente a patrimonio de orphãos. Devo tambem acrescentar que a casa n. 55, actual corresponde ao 23 antigo, e está escripturada em nome de Manoel Fernandes Vellozo. Outros esclarecimentos não podem ser fornecidos por esta Repartição em vista dos livros anteriores já se acharem recolhidos a Theouro. Saudações — Layette Lemos, director.



Comquanto fôsse Alfredo de Carvalho muito seguro em suas asserções e tivesse cultura elevada, tratando-se da crônica regional Pereira da Costa era investigador mais paciente, verdadeiro esmiuçador e dava-se a um luxo de pormenores que podiam ser enfadonhos mas resultam proveitosos, como agora.

#### Ouça-mo-lo:

A Casa da Moeda de Pernambuco foi estabelecida no próprio nacional construído em julho de 1673 para a marcagem (sic) da moeda, cuja officina permanecia no emprêgo de seu serviço. A casa era situada no bairro do Recife, na rua denominada Maria Rodrigues, nome este que foi posteriormente substituído pelo da Moeda, que ainda conserva, por haver ali funcionado a Casa da Moeda.

Com a extinção do estabelecimento foi o prédio vendido pela fazenda, em 1726, servindo de armazem de tabaco, pertencente então ao capitão João Gouçalves Bandeira.

Passado o prédio por morte daquele proprietário a seus filhos os padres Antonio da Conceição Bandeira e João Gonçalves Bandeira, doaram elles, com mais outras propriedades, o velho edificio da Casa da Moeda á Congregação de S. Philipe Nery em época anterior a 1767, por quanto de uma relação dos bens da referida congregação organizada naquelle anno, constam já os alludidos prédios, com o onus de uma missa por semana por alma dos doadores, e de património para seus parentes que entrassem na Congregação. Extinguindo-se esta instituição em 1830, passou o prédio, assim como todos os seus bens ao patrimonio dos orfãos, hoje a cargo da Santa Casa de Misericordia do Recife. O prédio da Casa da Moeda é hoje o sobrado de um andar de numero 41, situado á rua da Moeda (8).

---

Entre a simples referênciã de Alfredo de Carvalho e a informação circunstanciada de Pereira da Costa, inclino-me, sem hesitar, pela ultima.

---

(8) Pereira da Costa — Inéditos do Dicionário histórico e geographico pernambucano, in "Jornal do Recife", 1897.

Averiguando a que numero corresponde o sobrado referido, tive a certeza de que é o 125. (9).

Para que se não pèrca mais a memòria do facto que êle recorda, proponho lhe seja na fachada aposta uma lápida com os seguintes dizêres:

“NESTE PRÉDIO FUNCIONOU (1700-1702)  
A CASA DA MOEDA.

MEMORIA DO INSTITUTO ARC, EM 1929”.

---

(9) — Recebedoria do Estado de Pernambuco — Recife  
11 de setembro de 1929. Gabinete do Director — N. 1207. Ilmo.  
sr. secretario perpetuo do Instituto archeologico historico e geo-  
graphico pernambucano — Em resposta ao vosso officio s/n.  
datado de 29 de agosto ultimo, tenho a informar que a casa ou-  
trora n.º 41, á rua da Moeda, freguezia do Recife, tem, actual-  
mente, segundo lançamentos feitos nos livros de decima, exis-  
tentes nesta Repartição, o n. 125, estando escripturada como  
pertencente ao patrimonio de Orphãos, não havendo, porém, ne-  
nhuma referencia quanto á Congregação de São Felippe Nery.  
O citado immovel é sobrado de um andar, conforme verificação  
pessoal do funcionario encarregado da informação. Outros es-  
clarecimentos não podem ser fornecidos por esta Repartição, en-  
vista dos livros anteriores já se acharem recolhidos ao Thesour.  
Saudações — Layette Lemos, director.





# Reminiscências dos cultos africanos

## I

### O XANGÔ

Ainda se praticam no Recife cultos grosseiros, dentre os quaes o xangô, de que procuraremos dar idéa, aproveitando tópicos duma reportagem do *Diário da Tarde* de 3 de Dezembro de 1929:

O Pina, fóra da avenida que o corta e liga á Boa Viagem, é um verdadeiro labyrintho de casebres construidos anarchicamente, sem qualquer plano preconcebido.

Os "arruados" tortuosos e os bécços estreitos e coleantes não receberam nunca a visita dos fiscaes da Prefeitura. E se tal aconteceu, os fiscaes estavam cegos... Não ha nenhum alinhamento. E as construcções continuam obedecendo aos mesmos processos primitivos, sem que a Prefeitura accorde e abra os olhos dos seus fiscaes.

Caminhavamos. O silencio, as sombras dos casebres e o lento bater do bombo davam-nos uma impressão de mysterio... cinematographico.

Finalmente, depois de muitas voltas e reviravoltas chegamos a um recanto ainda mais armo e solitario. O batuque calára. Alguns passos á esquerda, um casebre pobremente illuminado. Percebiam-se sombras que entravam e saham...

O nosso guia tocou-nos no braço e disse.

— E' ali o Xangô da mãe Fortunata. Cuidado com a negra!

E bateu para traz...

Dominamos os nervos. Precisavamos apanhar a reportagem para os nossos leitores. O ambiente não é nada agradável, com effeito... Mas o dever da profissão...

Sentimos nesse momento que alguém visava a areia jun-

to de nós: voltamos os olhos para todos os lados, riscamos varios phosphoros e não vimos ninguém...

Alma do outro mundo? O espirito materializado de Xangô?

### NOS DOMINIOS DA "RAINHA" FORTUNATA MARIA DA CONCEIÇÃO

Eis-nos á porta de uma das mais feias habitações do Pina. Casa de aspecto mão. De taipa coberta de zinco.

Uma porta e uma janella. Batemos á porta. Correu ao nosso encontro uma negra moça, bonita, verdadeiro typo de Venus Hottentote. Luzia como um pedaço de ebano. E os olhos eram duas brazas amortecidas.

Pedimos-lhe para assistir o Xangô. A preta desconfiada, bateu-nos com a porta á cara, gritando-nos que esperasse um pouco.

Dentro do casebre ia um reboliço infernal. Arrastavam-se moveis. E ouviam-se passos humanos, duros e apressados...

Percebemos distinctamente uma voz murmurar:

— A policia!

Insistimos. Tornamos a bater. E desta vez quem nos appareceu foi um negralhão de porte sinistro. Entabolamos conversação e conseguimos convencel-o de que nada tinhamos com a policia do Recife. Pelo contrario...

A madrugada avançava. E ás tres horas a ditosa policia do Recife dormia o somno dos justos na Central e nos quartéis...

O negro convenceu-se. E deixou-nos entrar.

### NA CASA DA "MÃE JOANNA"

Sentamo-nos.

Uma cortina de panno réles divide a "sala de frente", do resto da habitação.

As paredes estavam totalmente cobertas de espelho, oleogravuras de santos e... calendarios de uma particularidade interessante: contamos seis blocos e todos marcavam a mesma data: 24 de agosto... E' esse o famoso dia de S. Bartholomeu, quando o diabo tem licença para fazer o "footing" sobre a terra, especialmente nos dominios da Fortunata... O diabo era, assim, gente intima do casebre...

Ao nosso lado uma commoda. Em cima uma toalha alva

e uma verdadeira Babel de objectos complicadíssimos. Vimos uma pequena "mão de pilão", torneada a capricho; um cocár de pennas de arara, já usado; uma sandalia, uma camisa para jogo de fott-ball, um castão de bengala representando uma cabeça de elephante; ferros, flexas, piteiras para cigarro, pentes, um bazar! No centro, muito aprumado, um boneco e duas bonecas de cellulóide. Um boneco preto retinto. Junto ao boneco um touro de barro. O negrinho de cellulóide trazia uma pequena corrente ao pescoço. Percebia-se logo que elle era uma personagem de grande importancia no Xangô, talvez a imagem do próprio Xangô.

Mais adiante, sobre uma mesa coberta com um pânno encarnado um jarrão de barro com agua e sobre o qual, na parede, prendia uma lithographia de Rodolpho Valentino e outra, menor, de Adolpho Menjou... No tecto bandeiras de papel. Mas a cortina abre-se e surgiu-nos a "rainha" Fortunata Maria da Conceição. E' uma preta ainda forte, mas com muitos e longos annos de vida. Olhos vivos, insoffregos, saindo de um lado para outro das orbitas... Bocca pequena como se fosse um caju' chupado. Ventas enormes de gado zebu'... Aproximou-se.

O nosso reporter photographico, que se munira, antes, com um precioso galho de arruda, pediu licença e ali mesmo, na cara da Fortunata, depois de fazer o signal da cruz, preparou a machina.

A rainha vestia á bahiana e trazia um turbante á cabeça, pulseiras de contas no pulso direito. Deu-nos um bôa-noite amigavel.

O diabo não é tão feio como se pinta. A rainha do Xangô, idem. Falaram-nos em um ser monstruoso que apparecia entre o fumo de cachimbadas e labarêdas...

Tentamos uma pergunta:

— Que idade tem você, "rainha"?

— 108 annos, "yôyô", 108 annos contados sem faltar um dia: 30 na "costa", 20 na Bahia e o resto aqui, no Pina...

— !

— Acha muito? Pois na minha terra ha gente de muito mais idade do que eu. Olhe: meu pae tem 140 annos, é africano e ainda vive. Mas sabe por que? E' pelo que a gente come na terra onde nascemos. Nada de feijoada e carne sêcca. Apenas mingão de milho ensopado com leite de côco. Ao meio dia carne de zamba (melhor que carne de boi) com inhame cozido e, á noitinha, inhame com carne... de zamba.



— Mas então na sua terra só se come isso?

— Prá que mais, “yôyô”? A barriga da gente acostuma-se... E não apparece doença.

— Quando veio para o Brasil?

— Que tempão faz! Vim casada, “yôyé”. Vi tanta gente minha arrastada para a escravidão, vendida, surrada, morta! Eu, não. Vim segura. Saltei na Bahia e lá estive 20 annos. Fiquei viuva. Meu marido era barrigueiro, mas eu não aprendi esse officio. Meu tirocinio é de assar peixe na banha. Ha meio seculo que viro e reviro peixe na caçarola... E duvido que ninguem ganhe nesse officio.

E calou-se. Negros e negras cantavam e saiam.

Era um vae-e-vem de repartição publica no dia 1.º de cada mez...

A verdadeira “casa de mãe Joanna”, sem dono, sem maadão, sem nada!

Mas todo novo conviva, de passagem pela negra, levantava o braço e murmurava:

— Mae Fortunata!

Alguns tambem cumprimentavam o pretinho da commoda...

Ia começar o Xangô. A Mãe Fortunata convidou-nos para tomar parte na função. Aceitamos. A negra, porém, a pretexto de “ageitar a cousa” rodou nos calcanhares e mergulhou no corredor, atraz da cortina...

### O CACHIMBO-TROMBETA

Parede meia, com o casebre ha uma quitanda pertencente á Fortunata. A “rainha” vende aos crentes do Xangô aguardente, peixe frito, mel de abêlha, fumo de rôlo e uma garapa nauseabunda que nos disseram depois ser xarope de formiga... Risadas, baforadas de fumo, o cheiro penetrante da aguardente chegavam até nós. Varias negras, de quadris vertiginosos, atravessavam a sala e iam á quitanda “refrescar”.

De repente irrompe na sala, totalmente nú, um pequeno de cinco ou seis annos de idade. A barriga roliça e dura como um tambor. Trazia na mão um enorme cachimbo com que ameaçava um grande gato que lhe corria á frente.

O cachimbo era de madeira. Perguntamo-lhe para que servia aquelle instrumento...

O menino falador como elle, não se fez de rogado:

—Esse cachimbo é da Mãe Fortunata chamar o diabo à 1/2 noite!...



Fortunata reapareceu e levou-nos ao interior da casa.

No corredor, também cheio de quadros e espelhos, ha um grande santuario, tosco, mas no interior vimos duas imagens, magnificamente modeladas, do "Coração de Jesus" e de "N. S. da Conceição".

Ao pé das imagens ardiam quatro vélas e perfumava o ambiente um ramo de cravos. Ao lado das imagens, porém, assentava uma gaiola com um casal de pombos pretos, deante dos quaes ardiam também algumas vélas de cêra colorida. E novas folhinhas márcando o dia 24 de agosto se espalhavam, enchendo as paredes!...

A sala posterior era o departamento destinado às danças.

A's paredes, novas oleogravuras de artistas cinematographicos espelhos, quadros com santos — S. Barbara, o Senhor do Bomfim, S. Benedicto, etc. No tecto uma esquisita ornamentação de bandeirolas de papel e firas encarnaçadas, de panno. A "função" ia começar. Esperava-se apenas a chegada de Lumida, disse-nos uma negra — o sambador-mór do Xangô...

### SATANAZ

Quem quizer ter uma impressão viva e penetrante do diabo transformado em gente, vá ver, como nós, o Lumida! E' um latagão enorme, espadaudo, de bôcca insondavel e olhos como duas brazas crepitantes. Os pés, descalços, têm um tamanho decommunal.

Lumida entrou na sala. E subito o ambiente cobriu-se de fumaça espessa. Ouviram-se uns gemidos como de barbaros batuques roubados á Africa...

O ambiente suffocava. Tossia-se. O gafo, de um pulo, ganhou a janella. Accordaram os pombos lugubres na gaiola. Latiam cães no terreiro. As pretas abanavam-se, pigarreando. Os negros não se abanavam, mas bufavam...

— Chegara o diabo, senhor?

### O XANGÔ

Xangô é vocabulo africano e quer dizer Deus. A graphia



mas exacta é "Alòxangô". Os negros que desceram ha dezas de annos das costas d'Africa trouxeram para o Brasil os seus costumes e ritos barbaros. Cantigas, dansas, religiões, bruxedos. O tempo tem dispersado grande parte das praticas africanas. Mas ainda se cultiva, aqui e ali, nas cidades brasileiras do Norte, o culto das divindades negras.

Os frequentadores da furna de Mãe Fortunata dansam todos o Xangê, mas crêm em deuses differentes...

Ha crentes para o preto que nós já vimos na sala, encarnado no moleque de celluloid e que fem o nome de Cordoba; ha devotos para o casal de pombos, ha outras divindades estapafurdias... E um respeito igual de todos pela aguardente. Nesse ponto não ha divergencias...



Mas começa o samba.

A negra Fortunata arregaça a ponta da saia, amollece o corpo e como um verdadeiro curropio entra a sambar. A principio é um verdadeiro pião, em voltas doudas e apressadas. Depois canta:

— Manjá, manjaricô! Otópe, otopé, otôpô!

Os "crentes", em côro, respondem:

— Manjá, manjaricô!

A negra entõa ainda outros versos em dialecto africano, respondendo invariavelmente o côro:

— Manjá, manjaricô!

Acabada a dansa a preta Fortunata explica-nos:

— Essa canção é offerecida á Virgem do Céu. Manjá, quer dizer, Santa Senhora Nossa. E durante toda a canção a gente leva a pedir á Santa que nos dê o feijão, a carne e a farinha... E' para o "sacco poder ficar de pé"...

Mas os bombos tornam a bater. Fortunata tira de novo o samba, chamando Lumida e as companheiras para a danha.

E canta:

— Poréré, poréré, porará! Oritré, oritri, oritrá!

E o côro:

— Poréré, poréré, porará!

Durante 10 minutos toda a assembléa saracoteia, atordoadamente, em volta da sala.

Por vezes a preta Fortunata deixa a roda e vae para o centro. Os dansadores fecham o circulo e cabriolam em volta da rainha negra. Depois, exhaustos, caem para um canto.

Ha um pequeno intervallo.



Uma preta de nome Martha serve aos clientes o tal xarope de formigas. Todos bebem uma colher da dróga nauseabunda. O nosso photographo, somnolento, desperta e julgando que lhe offerecem alguma capitosa taça de hydromel, acceita o xarope e prova-o.

Achou bom, repetiu. Estomago de avestruz!

### O DIABO QUE NÃO SE FEZ ANNUNCIAR

Mas tratemos das photographias. Os gallos, perto, alheios áquelle pedaço do inferno mettido dentro do Pina, cantavam annunciando o dia bruxoleante.

Preparou-se o magnesio. A machina foi collocada longe, fóra das vistas dos "crentes". Foi dado o signal... Explosão!

Nesse momento, sim, era perfeita a illusão da chegada de Satanaz... Uma larga chamma accendeu-se repentinamente dentro da casa, seguida de denso fumaceiro. Tocadores e dançarinos "galgaram o peitoril das janellas, "cahindo no mangue". Houve gritos, benziduras...

Fortunata e Lumida, no entanto, ficaram. O diabo era lhes familiar... Logo depois recommçou a "função", mais ardorosa e lasciva. O xarope de formigas voltou á garganta dos convivas; seccavam-se as garrafas de aguardente. Ouviam-se outras cantigas que eram verdadeiras blasphemias, gritos e invocações diabolicas!

Martha distribuiu uma vela a cada pessoa que a accendia e collocava no chão, em círculo, dansando todos em derredor...

Amanhecia.

Apertamos a mão de Fortunata e fugimos... do inferno

## II

### OS ALUFÁS

A seguinte reportagem de Antonio Freire, para A Provincia, mostra outra grosseira prática, de que ainda há adeptos entre nós:

— Você não conta, não, sinhôzinho?

— Não conto não, Bahiana, pôde confiar. Quero apenas ver o **candomblé**. E creia: eu tenho fé.

— Mas não é **candomblé**, Sinhôsinho, o que faço aqui. **Candomblé** é differente e tem umas danças arrepiadas que

Bahiana não gosta. Passou as mãos nos lábios grossos que o cuspido labioso começava a espumar nos cantos e bateu forte, na mesa tosca onde um grande crucifixo de madeira, sujo pelo pó de reboco a cair da parede ordinária, estendia os braços escuros entre duas molduras douradas; numa, S. Cosme e Damião e na outra, S. Vicente e S. Antônio.

Depois rio, com superioridade:

— Bahiana, Sinhôzinho, não vae com essa negralhada que anda por ahí. Bahiana só faz cousa boa. E em materia de mandinga de negro, pode crer, ninguem passa a perna em Bahiana.

— Mas, afinal, que religião é esta sua? **Encommenda, changô, feitiço?**

Bahiana arrepiou-se toda. E depois, num sorriso ironico:

— Sinhôzinho não sabe de nada. Mas tem razão: é muito novo. Venha vêr, Sinhôzinho, o alufá de Bahiana. E me levando pela mão através o corredor escuro foi dizendo, pondo carícias na voz pastosa:

— Sinhôzinho, na hora de pedir aos alufás escolha o que seu coração desejar. Peça sem receio. Dinheiro, muito Dinheiro ou, então, o amor. E apertando-me a mão, ainda mais camarada:

— Eu sei que dinheiro para Sinhôzinho não vale nada.

#### A PYTHONISA DE BOMBA GRANDE

Thereza Maria de Jesus, a Bahiana, que a gente pobre de Bomba Grande espalhando-se pelos mocambos que se estendem penetrando a Varzea e Caxangá, conhece e teme ha 25 annos que se alojou, sosinha, depois de perder o marido que morreu na Bahia, **soldado do governo**, na mesma casinhola em que ainda hoje vive, a curta distancia da linha de bonde. E' uma casinhola baixa, coberta de capim-lucas, mas toda de branco e cuidada. Em torno da casinhola Bahiana fez um quintal de varas limpas; e encostou junto ás paredes latas com tinhorões, avencas, melindres, samambaias e uma **espirradeira**, junto ao portão, por sobre o qual se debruçam os galhos com os cachos rebentados em flores muito brancas, Bahiana, dentro da casa, recebe visitas de toda gente: é uma romaria de negros, curibocas, mulatos, gente humilde de Paulista, S. Lourenço, dos arabaldes da cidade que vão procural-a para curar as doenças predizer o futuro, e arranjar com os **espíritos poderosos** o que desejam aquelles corações desesperados e soffredores. Bahiana tem nos lábios grossos um sorriso incerto e superior: um



sorriso de velhacaria e dominio, desconfiança e mysteriosos e os olhinhos pequenos e vagos que parecem apagar-se de todo, immoveis, inexpressivos, quando ella ri de verdade. Bahiana é o typo da negra bonita; deve ser mandinga ou achanti, raça da Guiné. Os cabellos são curtos e crespos; o rosto oval de traços firmes e regulares, bem desenhados, labios grossos, dentes alvos e essa exuberancia de formas, ondeante e perturbadora, — obsediante nas mulheres brancas que amadurecem — que a sua raça adquire logo adolescente, mercê do sangue quente e de todas as depravações do amor physico.

— Não recebo dinheiro pelos meus trabalhos, explica-me na sala de cerimoniaes a pythonisa negra; quem quer deixar esmolas para os santos bote naquelle mealheiro. E apontava um mealheiro enorme de barro, em cima duma mesa, junto a uma imagem de Nossa Senhora, rodeada de curtas velas accesas que se consumiam melancolicamente.

#### COMO SE INVOCAM OS "ALUFÁS"

A sala de cerimoniaes onde Bahiana invoca os alufás ou os grandes espiritos, offerece um aspecto pitoresco e estranho. Sobre uma mesa grande de pinho, coberta por uma toalha estampada de largos florões vermelhos, ha como que um banquete improvisado: gallinha guizada, costeletas de porco, frangos, doces, cerveja quente. Uma mesa de hotel barato. O quarto á esquerda, a porta larga aberta, apparece com um altar em gruta sagrada: são imagens de santos, crucifixos, redomas cobrindo reliquias as mais diversas e no chão, em pratos pequenos de barro lustroso, a comida para os santos.

A comida é variada: rodellas de tomate, cuentro, gerimum, talhadas de melancia verde, tudo repartido firmemente, como deve ser num repasto para as almas. No chão se estendia uma toalha enorme de linho muito alvo, tendo na ponta direita um panno encarnado e á esquerda em pedaço de panno azul. No primeiro Bahiana por um rosario um caramujo e dois buzios, com os quaes fez antes varios passes e no outro, collocou tres pedras roxas e uma espada minuscula, fóra da bainha. No meio da toalha de linho já estavam, amarrados pelos pés, uma gallinha, um frango de crista em forma de serra e um pombo branco. Num prato largo viam-se as visceras dum gallinaceo, misturadas com milho e envoltas em sangue coagulado. Bahiana começa então, a resar baixinho, com as mãos em cima do coração. Não se ouve bem o que diz. Apanho no ar:

— Alobá . . . Aluabaré . . . ohuabô . . . okoré . . .



Interrompo-a. Que quer dizer isto, Bahiana?

Ella responde seccamente, os olhos baixos, concertrandose.

— Okoré quer dizer: marido e mulher.

Subitamente ella me chama, uma voz grossa e indeciza:

— Aqui, Sinhôzinho, sente aqui. Sento-me numa cadeira desconjuntada, em frente à toalha de linho. Bahiana chama uma menina amarellinha que olha tudo, de cocoras, no canto da sala.

— Segura aqui, Maricota, diz, pondo-lhe nas mãos tremulas a espada e o pombo branco. Depois cobrio minha cabeça com uma toalha e me disse ao ouvido.

— Peça o que você mais deseja. Sinhôzinho.

— Peça o que você mais deseja. Sinhôzinho. Peça de olhos fechados. E pondo na minha mão um dos vintens molhados em sangue:

— Deixe isto, bem perto da bocca, enquanto pede. Eu vou rezar por você, Sinhôzinho.

Tomou a espada, das mãos de Maricota, segurou o pombo sobre a minha cabeça e fez que o atravessava com a espada. Reinava na sala um silencio abafado. As mãos de Bahiana tremiam depois, sobre os meus hombros.

#### A PEDRA DE SANTA BARBARA

Subito Bahiana poz-se a rir, os dentes muito de fóra, às gargalhadas. E começou a dançar depois num pé só uma dança rígida, de índio embriagado, os seios fortes como que marcando o rythmo de musica estravagante e selvagem.

— Maricota, o azeite.

A menina trouxe uma garrafa com azeite de dendê que ella derramou quase toda sobre as tres pedras roxas murmurando palavras africanas e fazendo gestos cabalísticos.

— Isto é a pedra de Santa Barbara, disse, e os dois coriscos.

Por aqui vejo tudo: o que se passou e o que vai se passar. O que pensa Sinhôzinho e o que seu coração pediu.

— E que foi que eu pedi, Bahiana?

Ella demorou um instante, pensativa.

Depois num riso franco e malicioso:

— Eu bem sei, Sinhôzinho. Você pediu o que Bahiana pediria se fosse moça.

## OS MILAGRES DA BAHIANA

Na porta, ao despedir-me, Bahiana lembrou com seriedade:  
— Sinhôzinho, se duvidar de Bahiana procure o dr. Pedro Allain.

— Para que Bahiana?

— Olhe: quem fez o dr. Pedro Allain conselheiro municipal fui eu.

Elle veio a mim e eu chamei os alufás.

Sinhôzinho, conhece o tenente Moêda?

— Conheço. Bahiana, é um bravo.

— Pois fui quem o fiz tenente. Elle não sahia daqui quando era sargento. Agora que é tenente não pisa mais na minha casa.

Tambem não chegará nunca a capitão. E batendo no meu hombro:

— Você terá Sinhôzinho, o que pediu.

Eu sei que v. é rico. Mas pôde querer mais dinheiro e terá. Não se esqueça da Bahiana: rache um bocão com ella. Cá fóra, na estrada ruim, os automóveis passavam levantando poeira doida. Fazia calor africano. Andando a pé para esperar meu bonde, pobrementemente, fui-me a pensar que eu bem poderia ter pedido um automovel aos alufás.

Ou uma fabrica daquellas que eu avistava ao longe, com o boeiro para o alto, dominador e insolente.

Ou aquella creatura de sorriso triste e olhos quentes que passava ao lado dum sujeito ventrudo e estúpido, que os evangelhos affirmam ser o meu proximo. Afinal o fundo de todas as theogonias, de todos os cultos, de todos os sortilegios que saria senão esse desejo do impossível, essa aspiração para o irrealisavel? Mas eu bem que poderia mesmo ter pedido, com fé, aos alufás de Bahiana.

Quem já vae assim, quase ao meio da vida, a travar somente dos calices mais amargos, tem o direito de apegar-se a todos os santos. Não faria mal nenhum si eu depois de rezar aos deuses até agora insenciveis, me voltasse para as pedras roxas vindas do fundo do mar e para os alufás mysteriosos da raça lasciva, que viveu nas florestas antigas, sob o dominio terrivel dos **mombodjombos**, sacerdotes implacaveis.





# Viagem ao Brasil

Provincias de Pernambuco, Ceará, Parahyba,  
Maranhão etc.

Usos e costumes dos habitantes desse pais  
Por Henry Koster

(Tradução para o francês por M. A. Tay e do francês para o português pelo  
falecido amanuense do Instituto archeologico Antonio C. de A. Pimentel.)

(CONTINUAÇÃO DO VOL. XXIX)

## CAPITULO XVIII

### População livre

A insufficiencia da população de Portugal para executar os planos gigantescos do seu governo, salvou provavelmente as suas possessões da America meridional das terriveis lutas que, segundo as apparencias, hão de armar dentro em pouco, nas colonias hespanholas visinhas, os creóios brancos contra os homens de cõr. Essa guerra de exterminio está agora declarada entre os descendentes dos Europêos nascidos no solo americano e os homens que viram a luz do dia na veilha Hespanha, mas terminando deve-se esperar o começo de outra, não menos devastadora, entre os primeiros e os seus compatriotas das differentes castas. O appêllo que os creólos brancos tem dirigido ao pôvo, as declarações pelas quaes obrigam-se a deixar-se guiar por sua vóz, a solemne exposição desses principios abstratos de governo tão seductores em theoria, mas tão difficeis na pratica, attrahirão provavelmente sobre elles o raio que houverem invocado.

Nas possessões portuguezas nenhum espirito de divisão existe nas diversas castas e nellas bem pouco se observam essas aviltantes distincções estabelecidas por todos os outros governos na administração de suas colonias. Essa vanta-

gem é antes fructo da necessidade do que de um sentimento de humanidade por parte da metropole, o que é facil de perceber-se lendo algumas das disposições regulamentares que claramente provam que de Portugal acredita-se que podia conservar a preponderancia aos brancos, teria, como a Hespanha, fundado o systema por meio de leis. Os soberanos de Portugal pretendam dar ao seu plano de colonisação illimitada extensão; mas o pais não fornecia população sufficientemente numerosa para garantir-lhe a excurção dos vastos planos. Foram estabelecer-se no novo mundo aventureiros que verdadeiramente o eram, porquanto não possuíam familias nem meios regulares de subsistencia. A gente de habitos ordeiros e que procurara garantir a existencia pelos meios licitos, no seu proprio pais achava occupação e Portugal nenhuma vontade tinha de desfazer-se della, que por sua vez não desejava tão pouco deixar a terra natal. Não havia excesso de população e cada qual, portanto encontrava trabalho se quizesse occupar-se; divisão de opiniões em materias politicas ou religiosas, não existia e assim não se viam emigrações além das que o crime determinara; os homens que fizeram parte das differentes expedições ao Brasil quasi todos não tinham familias. Chegando pois ao paiz contrahiram uniões desiguaes com mulheres indias e mais tarde tambem com as que iam da Africa. E' certo que os orphãos foram mandados para o Brasil pelo governo portu- gue, mas em pequena quantidade. A' segunda geração os colonos esposaram mulheres mistiças por não poderem encontrar outras de sua côr; o numero desses casamentos e o silencio das leis a respeito delles arredavam qualquer ideia de degradação dos que as contrahiram. Todavia a da superioridade dos Europêos não foi de todo esquecida e deu lugar a alguns regulamentos, em virtude dos quaes os brancos disfructam certos privilegios. Assim, embora as formulas de julgamento sejam as mesmas para todas as castas, não se pode infringir a pena capital aos individuos da raça favorecida senao em certas e determinadas cidades; os homens de côr são inabalaveis para prehencher altas funcções administrativas e não podem receber ordens sacras.

Graças á brandura das leis as castas misturadas tem todavia ganho muito terreno; os regulamentos contra ellas existentes são illudidos, ou antes cahiram em desuso. Talvez que a heroica conducta de Camarão e de Henrique Dias, o Indio e o preto, na celebre guerra entre Pernambucanos e

Hollandeses e as honras que lhes foram conferidas pelo governo portuguez, tenham contribuido para elevar as classes a que elles pertenciam. Uma certa familiaridade entre os chefes de diferentes corpos deve resultar de sua dedicação servindo a mesma causa, sobretudo quando a guerra é uma serie de escaramuças e de emboscadas em que os alarmas sendo frequentes forçam constantemente uns a correr em auxilio dos outros, ou quando é guerra de patriotismo contra invasões estrangeiras de religião diversa em que odio mortal divide dois partidos. Nestas circumstancias são todos iguaes, somente o que excede os outros em força, coragem e actividades é superior. A mistura das raças, consequencia do seu sentimento de igualdade não podia ser melhor favorecida do que pela guerra de que acabo de fallar; os laços de amizade contrahida sob taes auspicios não se quebram facilmente. Apesar da differença de condição existente entre os que assim se unem a partilha dos perigos torna caros ao homem os companheiros desses mesmos perigos e dá firmeza aos affectos, que subsistem muito tempo depois dos acontecimentos que os fizeram nascer.

A população do Brasil compõe-se hoje: 1.º de Europeus; 2.º de Brasileiros, isto é, de brancos nascidos no Brasil; 3.º de mulatos, mistura de brancos com negros; 4.º de memelucos, ou mistura de brancos com Indios em todas as suas variedades; 5.º de Indios civilizados, geralmente chamados cablocos, 6.º de Indios ainda selvagens conhecidos por tapuyas; 7.º de negros nascidos no Brasil e de africanos libertos; 8.º finalmente, de mestiços. A maxima de Direito romano *partus sequitur ventrem* é observada no Brasil como nas colonias das outras nações. (1).

As divrsas raças se distinguem tanto pelo caracter como pela cor. Fallemos em primeiro lugar dos brancos. Os Europeus que não occupam empregos ou que não são milita-

---

(1) Essa maxima nem sempre foi seguida nas ilhas francezas: Quando um Commeador abusa de uma preta, o filho mulato que nasce é forro e o pai é obrigado a alimental-o e a conserval-o até aos doze annos de idade, sem prejuizo da multa a que é condemnado. Historia das Antilhas, tom 2.º pag. 460.

Labat conta que o rei fez reviver por sua ordenação a lei romana que quer que os filhos tenham a mesma sorte do ventre que os trouxe. Esta lei teve execução em 1674, quando o rei tirou as ilhas do dominio das companhias que os reglam á seu prazer.



res, geralmente fallando, consistem em aventureiros, que chegando ao paiz com pequena ou nenhuma fortuna, começaram a exercer profissões de pouca importancia; mas com economia e esforços, dirigidos a um fim unico, o de juntar dinheiro, conseguem-no muitas vezes e acabam os dias na opulencia. Raramente deixam os seus primitivos costumes de influir-lhes no caracter que nem é generoso nem liberal. Despresam os Brasileiros ou antes consideram-se os primogenitos de uma raça superior, e até bem pouco tempo o governo não procurava destruir o ciúme que reina entre aquellas duas classes de habitantes; hoje mesmo não presta elle a esse melhoramento social a attenção que devia. (2).

O Brasileiro rico que descende dos primitivos donatarios ou cujos antepassados conseguiram distincções, forma de si proprio tão alta ideia que ás vezes fal-o parecer até ridiculo porem com mais frequencia inspira-lhe isso generosos sentimentos, boas acções e proibidosa conducta. Se é bem educado e teve a felicidade de possuir como preceptor um sacerdote esclarecido e criteriosamente tolerante com as opiniões alheias, um jovem Brasileiro desenvolve caracter a todos os respeitos dignos de elogios. Cercado da multidão dos parentes, de numerosos amigos, habitando um vasto paiz meio civilizado, mostra grande independencia de linguagem e de comportamento, moderada todavia pelo espirito de submissão que lhe foi inculcado no curso da educação. Com tudo não pretendo affirmar que seja sempre assim; poucos homens naquelle pais são educados de modo conveniente, e ainda mais, bem poucos aproveitam a educação que tiveram; pode-se porem garantir que o numero dos que recebem a instrução necessaria, augmenta consideravelmente, desde que as vantagens resultantes da cultura do espirito alcançaram os Brasileiros. Ouvi dizer muitas vezes, e não posso deixar de aceitar como verdade em parte, relativamente ao país de que fallo, que as mulheres, em geral, são menos humanas para com os escravos do que os homens; mas isso procede sem duvida do estado de ignorancia em que as deixam; ellas quasi que nenhuma educação recebem e não têm a vantagem de se poderem instruir com pessoas estrangeiras, de sua ma-

---

(2) A maioria do clero secular e regular de Pernambuco é de origem brasileira, o governador é europeu, a mór parte dos funcionarios civis, militares, e ecclesiasticos o são igualmente; todavia o bispo é brasileiro, bem como o **ouvidor** (auditor).

neira de viver, nem a de adquerir ideias na conversação geral: Nascem, criam-se e continuam a viver rodeadas de escravos, sem experimentarem a mais ligeira contrariedade, concebendo exaltada opinião de sua superioridade sobre as outras creaturas humanas, e nunca imaginando que possam estar em erro. Instrue as mulheres: ensinae-as a tratar os seus semelhantes como seres dotados de sentimento e de razão, e em nada serão inferiores aos homens; a falta não é do sexo, mas dos costumes. Logo que uma creança deixa o berço, dão-lhe um escravo de seu sexo e da sua idade, pouco mais ou menos, por camarada ou antes, para os seus brincedos; crescem juntos e o escravo torna-se um objecto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos; empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e na punição de quem mal procede. Emfim, a ridicula ternura dos pais anima o insupportavel despotismo dos filhos. No curso da vida, como nas primeiras impressões se apagam nos homens, porque o commercio do mundo as dobra e reprime, mas as moças não deixam a casa paterna e por isso nunca se lhes offerece occasião de se desapegarem dos máos costumes e até admira encontrar-se tantas senhoras excellentes quando tão pouco é de surprehender que o character de muitas se perverta com a desgraçada direcção que lhes dão na infancia.

Do mesmo modo que a vegetação é rapida naquelles climas, assim tambem os individuos do reino animal crescem lá mais depressa do que nos paizes menos quentes, por isso a necessidade da educação se faz assim mais rapidamente sentir, afim de incutir no homem novas ideias, domar-lhe as paixões, inspirar-lhe sentimento de honradez e a especie de amor proprio tão necessario ao comportamento.

Em vista do estado da sociedade, segundo o clima e o celibato de um clero numeroso, não é de estrahar que no Brasil seja tão grande a quantidade dos filhos illegitimos. Mas a instituição da **roda dos engeitados**, é uma prova da natural bondade dos habitantes do pais e previne os infanticidios, crime aliás quasi desconhecido no Brasil. A's vezes succede exporem um recém-nascido no correr da noite, na porta de uma pessoa rica, e quando é visto pela manhã recolhem-no e quasi sempre fica na casa, onde é educado com os filhos dos donos della, se não for preto; sem duvida que o olham como inferior, mas nunca como creado, e, seja mesmo qual for a côr, não deixa de sêr educado com os meninos brancos.

Constantemente engeitam creanças e com poucas excepções sempre as vi tratar com bondade. A opinião publica é pronunçiadissima contra quem se nega a acolher e educar um engeitado; falla-se com indignação do individuo abastado que manda botar na roda o recém-nascido que lhe depositaram na porta; se o fazem na de um homem pobre este o guarda até a noite seguinte e depois vai depô-lo á porta da casa grande. Este procedimento é considerado desculpavel e até meritorio, porquanto assim procedendo, elle está quasi certo de que o menino será lá bem tratado.

Notei que, em geral, os Europeus são menos indulgentes para com os escravos do que os Brasileiros. Os primeiros alimentam bem, mas exigem dos infelizes penosos trabalhos, enquanto os outros deixam que as coisas sigam o trem ordinario adoptado desde muito, e facilmente explicam-se estes differentes modos de proceder. O Europeu compra parte dos seus escravos a credito, e durante toda a sua vida só cuida em accumular riquezas; o Brasileiro, pelo contrario, herda a fortuna, e como nada o impelle a esforçar-se para obter maiores rendimentos, continua a seguir a marcha que lhe foi traçada pelos paes; os seus habitos pacificos e a natural indolencia, fazem delle um senhor manso e indifferente e se não toma tanto cuidado como o Europeu, na conservação dos escravos, estes, em compensação, têm mais descanso e podem exercer a sua industria em proveito de si mesmos. Esse espirito de avaresa que faz com que se obrigue um homem ou um animal a trabalhar até esgotar-se de todo, sem a menor attenção para com a infeliz creatura, tratada como simples machina, raras vezes se encontra nos habitantes das provincias brasileiras, que visitei; veem-se ali, é certo, exemplos de crueldade mas são fructos da maldade individual e não resultado de um reflectido systema de deshumanidade.

Apezar da infinidade de mulatos com raça negra, elles fem-se na conta de superiores aos memelucos; pendem para os brancos; e, á vista do pouco caso que fazem dos Indios gloriam-se de seu sêr totalmente estranho. Os pardos todavia sempre descendem de captivos e que existem mesmo muitos de sua côr nessa humilhante condicção, e eis porque olham como superiores a si os brancos, quando ricos e potentados. Essa differença de classe não é tão sensivel aos brancos inferiores, que estão mais no caso de se familiarisarem com os ricos de sua côr. Além disso a superioridade que fere o pardo é antes a da riqueza do que a da côr, porquanto sen-



do rico também tem os respeitos dos de sua raça que vivem an grandeza. (3) A condição dos homens de côr nas colonias inglezas é verdadeiramente deploravel. No Brasil, mesmo em rigôr, não se notam as ligeiras disposições que lhes são contrarias. Um pardo entra nas ordens ou na magistratura, se os seus papeis o mencionam como branco ainda mesmo que a côr d'elle possa desmentil-os. Um dia conversando com um pardo que eu tinha ao meu serviço, perguntei-lhe se um certo capitão mor não era mulato, e elle respondeu-me: **Era, porem já não é;** pedindo-lhe que se explicasse: **Pois senhor capitão mor pode ser mulato?**

Liguei-me intimamente com um padre, cuja côr e os cabêllos trahiam-lhe a origem; eu o estimava muito; era homem de espirito e perfeitamente educado. Este não é o unico exemplo que poderia citar.

Os regimentos de milicia chamam-se regimentos de mulatos porque todos os officiaes e soldados são de sangue misturado e porque nelles não entram brancos. Os principaes officiaes devem ser proprietarios, e os coroneis, como os dos outros regimentos, não estão subordinados ao governador da provincia. Nos regimentos brancos, os officiaes devem ser, brancos, segundo a lei; mas em geral ninguem se dá muito ao encommodo de verificar-lhes a pureza do sangue. Números soldados desses regimentos, são homens de côr. Os de linha, conforme já referi n'outra parte accéitam individuos de todas as qualidades menos Indios e negros; os officiaes porem devem provar nobresa. Todavia como esta muitas vezes tem sido conferida a pessoas de familias de sangue misturado a medida não pode ser olhada como dirigida contra os pardos ou mamelucos. Assim um aventureiro europeu não consegue um posto de official n'um daquelles regimentos, em quanto que um Brasileiro cuja familia se haja outr'ora distinguido na provincia, obterá sem se levar em conta o san-

---

(3) Servem-se do tratamento do **senhor** e de **senhora** para com as pessoas livres, brancos, pardos ou pretos, de qualquer condição que seja. O Dr. Pinkard diz em suas **Notas sobre as Indias Occidentaes**: O título de **mistress** parece reservado ás senhoras europeas e ás creôlas brancas e destinado a estabelecer distincção entre ellas e as mulheres de cor de todas as classes e condições.

que lhe corre nas veias; é nobre, pouco importa a origem de sua nobreza. (4)

O ultimo coronel do regimento mulato do Recife, de nome Nogueira, fazendo uma viagem a Lisbôa, voltou a Pernambuco com a comenda de Christo, com que fôra condecorado pela rainha. Um dos homens mais eminentes de uma das provincias é filho de um branco com uma parda; recebeu excellente educação, possui, com um coração generoso, as mais liberaes e humanitarias ideias; fizeram-no coronel, ennobreceram-no e o regente quiz espontaneamente ser padrinho de um filho d'elle. Portugal continua alguns annos a seguir por politica o systema que circumstancias particulares o forçaram outr'ora a adoptar. Alguns ricos colonos de Pernambuco e outros principiaes habitantes do Recife, são homens de côr, e a môr parte dos bons artistas é tambem de sangue misturado.

Dizem que os mulatos são máos senhores e isso tem muito fundamento com relação aos individuos dessa casta que foram escravos e que por sua vez chegam a possuir escravos ou vão ser feitores de engenhos. A mudança de condição porem produziria o mesmo effeito sobre homens de qualquer raça que fosse; não se pode entretanto considerar isto especialmente um crime. Vi mulatos nascidos livres, tão bons, tão mansos, tão pacientes com os escravos e creados como os mais compassiveis brancos.

Os casamentos de brancos com mulheres de côr não são muy raros ainda que o sejam bastante para que se faça menção delles fallando de alguém que se tenha alliado desta forma; entretanto nunca ha intenção de rebaixar-se o marido, nem mesmo se procura saber se é um rico proprietario, se a mulher é de côr duvidosa, porque de um moreno escuro, ella pode passar por branca. Quando o homem pertence a classe baixa a mulher é considerada sua igual, a menos que não seja quasi preta. Os aventureiros europeos contraem dessas alianças quando acham bom dote. Os mulatos ricos gostam de casar

---

(4) Isto pede explicação. De conformidade com os regulamentos militares de Portugal, os simples soldados podem chegar a officiaes, passando primeiramente pelos grãos intermediarios de cabos de esquadra, sargentos, etc.; e se bem que um individuo reconhecidamente mulato, não possa sahir desta maneira, um europeu de baixa extracção tem esse privilegio. Só para ser cadete de um regimento e official, sem haver servido nos postos inferiores, é que é necessario provar nobreza.

as filhas com esses homens, embora pobres, não só porque a côr dos netos sae mais clara, como porque, conforme o reconhecido espirito de ordem e de economia dos aventureiros, pôde-se esperar que façam grandes fortunas, mesmo principiando com pouca cousa. Na minha residencia em Jaguari-be eu via com frequencia um rapaz alto e bem feito, natural da ilha de São Miguel. Um dia achava-se elle em minha residencia quando recebi a visita de um chefe sertanejo o qual perguntou-lhe se sabia ler e escrever e obtendo do moço resposta negativa disse-lhe: nesse caso não me serve. E voltan-se para mim accrescentou: Um meu amigo incumbiu-me de levar para o sertão um rapaz Portuguez de bôa apparencia, costumes regulares e que saiba ler e escrever para casar com a filha delle. Estas especies de encommendas tambem não são raras.

Bem considerado, os Brasileiros ricos e de nascimento distincto não se preocupam de esposar mulheres cuja côr seja tem pronunciada e disso resultam singulares arranjos. Um homem dessa classe sente inclinação por uma mulher de côr, junta-se á ella, bota-a em casa, e pouco depois até senhoras casadas a visitam. Governa o lar, procede e considera-se como legitima esposa, e ás vezes, após o nascimento de muitos filhos, e quando já velhos ambos legitimam a união. Em ajuntamentos desta natureza as partes ligam-se com mais fidelidade do que nos casamentos entre pessoas pertencentes a duas familias de primeira ordem, porque estas casam-se antes por conveniencia do que por amôr e muitas vezes sô poucos dias antes do casamento se avistam pela primeira vez.

Acontece outras vezes nas ligações de que tenho fallado, que por inclinação, por necessidade ou por conveniencia, um individuo se vê em condições de precisar separar-se da mulher com quem se juntara e nesse caso dá-lhe um dote e ella espôsa um homem de sua condição, que a olha mais como viuva do que como pessoa que teve conducta irregular. Ha poucos exemplos de infidelidade por parte dessas mulheres; unem-se firmemente aos homens conseguem, coabitam e cuidam da casa com o mesmo zelo e cuidado com fariam se fossem legitimas donas. Olho como cousa digna de elogios que de um lado se desenvolvva tal dignidade e que de outro haja a recompensa elevando-se aquella que tanta fidelidade mostrou a uma respeitavel posição social. Não se deve deixar de attender que convém julgar o merito das acções e dos sentimentos de conformidade com o estado moral de um paiz e



não segundo as nossas proprias instituições. Só tenho fallado aqui do que succede com relação aos colonos, porque nas cidades grandes o homem por toda a parte é quasi o mesmo.

Encontram-se os mamelucos no sertão em maior quantidade do que nas costas e em geral são melhores do que os mulatos; as mulheres, sobretudo em belleza, excedem a todas as outras do paiz; a côr dellas é quasi a das mulatas, mas o rosto não é tão chato nem o cabello encolhido. Não creio que os homens dessa raça sejam mais corajosos do que os mulatos, mas quer seja por terem consciencia de descendem de ambos os lados de pessoas livres quer por effeito da residencia no interior onde o governo exerce menos autoridade, parecem ter maior independencia de caracter e mostram menos respeito do que os mulatos para com os brancos. Quando as mulheres do povo contam alguma aventura em que se trate de tentar empreza perigosa, o seu heroe é sempre um grande **mameluco**, como se estivessem convencidas de que essa raça é superior a todas as outras. Os mamelucos entram nos regimentos mulatos e são *apertados* para servirem nos de linha como homens de côr, sem que se preste attenção alguma á origem delles.

Ja dei sobre os Indios civilizados os poucos detalhes que pude colher por informações de outros ou mesmo por minhas proprias observações. Não se encontram mais Indios selvagens senão a grandes distancias das costas de Pernambuco e si bem que havendo muitos perto do Maranhão, de onde são terriveis visinhos, com tudo nunca pude ver um só.

Passo agora á descripção de uma numerosa e interessante raça de homens, a do preto creôlo, descendente originario da Africa, que foi transplantada, cultivada e muito melhorada naquella parte do novo mundo. A raça dos negros creôlos nada tem com outra; é pura, e só esta circumstancia bastaria para firmar a união que entre elles existe. Os mulatos e as demais raças misturadas, buscam approximar-se dos brancos e estabelecer com elles relações de parentesco; o proprio **mestiço** procura passar por mulato, e persuadir aos outros, como a si mesmos que nas veias lhes corre certa porção de sangue europêo, embora não possa disfarçar a sua origem negra e indiana. Os que não tem pretensão a nenhuma mistura de sangue, chamam-se negros, e a impossibilidade de poderem ser tidos por descendentes de outra raça forma entre elles reciprocos e fortissimos laços. São homens bem feitos, bravos, vigorosos submissos e obedientes aos brancos

aos quaes tratam de agradar, sendo porem faceis de se irritarem, e a menor allusão á sua côr, nunca deixa de excitar-lhes a colera; dizem sempre: **negro sim, porem direito**. Distinguem-se de seus irmãos captivos pela condição de homens livres que os torna superiores a elles.

Os pretos creólos tem, como os mulatos os seus regimentos cujos officiaes e soldados só podem ser absolutamente negros. Ha na provincia de Pernambuco dous desses regimentos compostos de numero indeterminado de homens dispersos por toda a provincia. Esses regimentos tem os nomes de antigos e novos Henriques, em honra de Henrique Dias, o celebre chefe negro que se assignalou na guerra contra os Hollandeses. As pessôas mais instruidas a que interroguei acerca desse negro, fallam com enthusiasmo da maneira pela qual elle secundou os brancos naquella guerra. Vi no Recife uma guarda de honra de um desses regimentos, que acompanhava a procissão de Nossa Senhora do Rosario, padroeira dos pretos. Trajavam todos uniformes de panno branco com forro escalarte e tinham verdadeiro ar militar, parecendo desempenharem-se do serviço naquelle santo dia com todo o zêlo e ardor possiveis. Aquelle destacamento foi o mais bonito côrpo de tropas que vi no pais. Nos dias solemnes os officiaes pretos vão apresentar ao governador as suas homenagens do mesmo modo que os das outras raças. Não ganham nada, de maneira que a sua bôa apparencia annuncia que possuem alguma fortuna; os soldados do mesmo modo não percebem soldo. Alguns brancos procuram ridicularisar os officiaes pretos, mas nunca na presença delles; o motivo disto é talvez um secreto desejo de impedir que os pretos usem dos signaes distinctivos dos postos com que o governo muito sensatamente lhes concedeu, mas cuja concessão choca a vaidade europêa. O regimento dos antigos **Henriques**, estava sem coronel durante a minha residencia em Pernambuco e ouvi diversas vezes vivissimas discussões, entre pretos creólos, acerca da pessôa mais competente para preencher a vaga. (5).

---

(5) Corria o boato de que pretendiam nomear um branco para o posto de coronel d'aquelle regimento e que o mesmo se daria com relação ao dos pardos do Recife. Varios homens dessas castas pergutaram-me com inquietação se eu acreditava na veracidade dessa noticia. Não posso crê-lo; a politica liberal que parece dirigir o gabinete do Rio de Janeiro não o permite; mas se a cousa for verdadeira pode-se esperar ver seguirem-se as mais funestas consequencias.

Os negros do Recife, geralmente fallando, são artistas de todas as profissões; não alcançaram ainda os elevados grãos de burguezes, plantadores e negociantes. Alguns delles tem conseguido juntar avultadas sommas de dinheiro e comprado escravos aos quaes ensinam o seu officio ou mandam ensinar outros para d'ahi tirarem proveito. Esses escravos trabalham para os senhores e rendem grandes beneficios, porque a mão de obra em geral é bastante cara e os trabalhos que exigem certa pericia são pagos com mais liberalidade. O melhor pintor de igrejas e de imagens em Pernambuco é um preto de boas maneiras com ares de grande importancia, sem todavia parecer mui vaidoso de suas vantagens. Os negros são excluidos do sacerdocio (6) assim como todos os empregos que os mulatos podem conseguir iludindo a lei, mas as quaes a côr inequivoca do negro lhes permite aspirar. Perante a lei, todos os homens que não são brancos, nascidos livres, são figuras; os escravos libertados acham-se no mesmo caso que os individuos fôrros. Ainda que as exclusões pronunciadas contra os negros sejam humilhantes, ha casos em que elles tem razão de estar satisfeitos. Não, podem, por exemplo, em virtude de côr, servir nos corpos de linha nem em outros que não sejam os que lhes estão affectos, mas por isso mesmo escapam ás perseguições a que, nas epocas de recrutamento, estão sujeitas as outras raças. Os soldados e officinas dos regimentos dos Henriques, são tão unidos entre si, que os soldados dos regimentos mulatos ás vexações dos brancos. Os officiaes destes ultimos regimentos, tendo uma certa apparencia de branco, sacrificam muitas vezes ás exigencias de um capitão mor, ou

---

(6) Os padres da ilha de S. Thomé, nas costas d'Africa, são pretos. Vi diversos no Recife onde tinham ido passar algum tempo e ouvi dizer que não podiam celebrar missa senão no lugar em que foram ordenados, mas não creio nisso. Na Viagem do Cavalheiro das Marchas á Guiné, ilhas visíveis e á Cayenna, acho que haviam conferido ordens a homens de cor nas ilhas de São Thomé e dos Principes, e o edictor da Viagem diz: Quasi tutto o clero da cathedral era dessa cor. Vol. 3.º, pag. 4.ª. E mais adiante: A igreja de Santo Antonio, que é a parochia da ilha dos Principes é servida por sacerdotes pretos ou mulatos. Pag. 30.

Soube de boa fonte, conforme referi na minha obra, que a lei prohibe a ordenação de mulatos; que essa lei é illudida não tenho duvidas, e espera que a legislação se lhes torne mais favoravel.



de qualquer outro official superior a protecção que devem aos seus soldados.

Os individuos encarregados de prender os escravos fugidos dos engenhos, são, quasi sem excepção, pretos creolos; chamam-se **capitães de campo** e acham-se sujeitos a um **capitão mór** do matto, que mora no Recife; recebem as ordens do governador ou desse official. Essas ordens os autorisa a apoderarem-se e a reconduzir aos senhores todos os escravos que andam vagando fora de casa sem autorisação delles. Existem em cada localidade diversos desses agentes, que se occupam no que lhes convem quando não são chamados a cumprir os deveres de sua profissão. De ordinario são individuos de experimentada coragem. Nas suas expedições se fazem acompanhar de dous ou tres cães adestrados a descobrir, e, sendo preciso, a subjugar e a agarrar o negro cujo senhor quer que seja preso. Os capitães de campo podem obrigar qualquer pessoa que tenha um escravo alheio a entregar-lhe para elles mesmo o irem levar ao dono.

Não ha necessidade de fallar dos mestiços que por si mesmos se classificam entre os mulatos e no meio dos quaes quando um pouco mais escuros não são faceis de distinguir-se. Homem de côr acobreada, figura antipathica e corpo mal feito; é communmente chamado **mestiço** e ninguem se preoccupa em conhecer-lhe a origem.

Resta-me ainda fallar de uma raça de homens mas cujos individuos que a compõem não são tão numerosos que se possa classificar-a entre as grandes divisões da especie humana que formam a população do Brasil; alem de que esses individuos excitam menos interesses do que os outros, em todo caso não se pode deixar em silencio os **Ciganos**. (7). (E' assim que os denomina). Ouvi fallar delles muitas vezes, mas nunca vi nenhum. Bandos de **cigannos** tinham por costume mostrar-se antigamente, uma vez por anno, na povoação de Pasmado e outras localidades da provincia; mas sendo o governador inimigo delles e havendo tentativas para agarrarem alguns, cessaram as visitas. Descrevem-nos como homens altos, bem feitos, de côr morena com traços semelhantes aos dos brancos. Eram em bandos homens, mulheres e creanças, trocando, comprando ou vendendo cavallos e bugiangas de ou-

---

(7) Esta palavra é indubitavelmente derivada da palavra **Egypticianos**; disseram-me que tambem dá-se a esses homens o nome de **Gitanos**.

ro e prata. As mulheres viajam sentadas entre os cassuaes dos cavallos de cangalha, cujo passo elles se contentam em afrouxar quando estampados com o peso, sem pensar, em apearem-se vem em repartir a carga por todos os animaes. Dizem que não observam pratica alguma religiosa, não ouvem missa nem se confessam, e acerescentam que os casamentos são feitos entre elles mesmos.

Ha muitos negociantes inglezes estabelecidos no Recife e mesmo um consul ali reside, mas na epoca da minha partida não havia lá nem igreja protestante, nem ministros nem ao menos cemiterio para os nossos compatriotas. Um acto do parlamento provêo, supponho eu, a todas estas cousas, porem nada se fez ainda para execução das medidas adoptadas a este respeito. Sem pratica alguma exterior de religião deveremos esperar que o povo brasileiro faça vantajosa ideia dos nossos concidadãos, de sua probidade, de sua moralidade e que ponha de parte os prejuizos contra os estrangeiros? E ainda que saiba perfeitamente hoje que temos pelo menos figura humana, o dom da palavra e tanta intelligencia como o resto dos homens para as transacções ordinarias do mundo, como poderemos esperar que demonstrem respeito para com homens que nenhum sentimento religioso manifestam? Deve-se pensar em que é um povo por demais agarrado ás formas exteriores do culto e que o seu zêlo pela religião exerce á todos os outros affectos. Não hade ser deste modo que a nação ingleza se torne respeitavel. Poderemos estabelecer relações commerciaes, mas precisamos contentar-nos com a estima individual á proporção da nossa utilidade; nem conseguiremos o respeito d'aquella nação, nem mesmo mais do que a simples consideração de sermos escutados na discussão de questões importantes e que dê algum peso aos nossos conselhos e observações. Não deixarão de contemplar-nos como gente que só vive no pais para commerciar e voltar depois á Europa; não verão em nós senão homens a quem nenhum laço commum prenda, nenhum ponto de união geral, nenhum fim ao qual todos se dirijam. Não temos ares de pertencer a uma mesma nacionalidade, senão como compatriota que casualmente se encontram em terra estranha.

A estas considerações politicas que fazem sentir a necessidade de exercicio do culto, juntam-se outras de muito maior importancia a que nenhum christão deve mostrar-se indifferente. Bem sei que não é de negociatas queo mal procede. Mas eis ahi bastante, não irei mais longe. Si bem que

por muito tempo pudesse demorar-me neste assumpto. Quizerá ter podido abster-me inteiramente de fallar nelle e tello-hia feito se não entendesse que seria passar em silencio por um objecto que com frequencia servia de texto aos meus discursos quando me achava naquellas plagas. Os meus sentimentos são ali bem conhecidos pela mór parte dáquelles que frequentei.

## CAPITULO XIX

### Os Escravos

As leis equitativas concernentes aos homens de côr nas possessões portuguezas da America Meridional, tem sido, até certo ponto, extensivas á parte da população que geme no captiveiro, e tornaram a vida dos escravos do Brasil menos dura e penosa do que a dos outros entes degradados que arrastam miseravel existencia sob o jugo de outras nações. O escravo brasileiro é instruido na religião do senhor, e permittelhe esperar a liberdade á custa dos seus proprios esforços; apesar disso porem é escravo e indispensavel se faz submeter-se a alheia vontade, e só essa ideia priva-o do prazer que poderia desfructar no cumprimento do dever. A lembrança de que se não executar com sollicitude as determinações que lhe derem a isso será forçado pela autoridade do senhor, tira-lhe o desejo de agradar. Não sendo a obediencia uma ordem dada na supposição de possível recusa, segue-se que não lhe é levada em conta por aquelle ao mando de quem obedece, e elle proprio sente que nada mais faz do que ceder á imperiosa lei da necessidade. No mundo hão constantemente repercutido as crueldades commetidas pelos senhores contra os escravos, tanto nas colonias inglesas com nas das outras potencias de modo a já não poder-se pol-as em duvida. Não quero dizer que sejam frequentissimos os exemplos de taes crueldades; como quer que seja, porem, desgraçadamente são demais. Custei a convencer-me de que podessem existir homens tão perversos como me diziam, e que civilizados houvessem retrogrado de uma maneira tão extraordinaria para o estado de barbaria. Devo dizer que no Brasil ha tambem similes dessas crueldades, porem nada mais raro e ninguem falla nessas sem indignação. Todavia é bastante que se tenha exemplo de condemnaveis excessos do poder absoluto de um homem sobre outro, é sufficiente que a existencia do



despotismo seja autorisada, para que o systema sobre o qual se basêa pareça um mal immenso e justifique os esforços que entendam a destruil-o e para que tambem todos os governos se sujeitem a certas desvantagens de preferencia augmentar o numero desses entes votados a vontade, e só essa priva-o numero desses entes votados a tão execravel degradação.

A escravidão dos Indios ha alguns annos foi abolida no Brasil, e todos os escravos naquelle pais, ou são Africanos, ou descendentes dos dous lados, ou ainda filhos de mães africanas; nenhum regulamento se estabeleceu fundado no grão da alvura da pelle para dar direito á liberdade de um filho, cuja mãe seja captiva. Muitas pessoas existem brancas de origem segundo toda a apparencia, condemnadas á escravidão.

No Brasil entretanto os escravos gosam muitas vantagens das quaes estão privados os seus irmãos das colonias inglezas. As numerosas festas cuja observação a igreja catholica prescreve, dão ao escravo muitos dias para descansar ou trabalhar para si mesmo; são trinta e cinco alem dos domingos, o que lhes permite empregar no que lhes aprás uma certa parte do seu tempo. (1).

Ha poucos senhores inclinados a impedir os escravos de disporem dos seus dias como o julguem a proposito, ou pelo menos quasi nenhum existe que se atreva a afrontar a opinião publica, tirando-lhes o tempo que a lei concede como propriedade que torna a existencia menos penosa, qualquer que seja o modo de pensar a esse respeito. Esse tempo fornece ao escravo que o deseja, meios de juntar algum dinheiro, e si bem que nos termos da lei esse dinheiro seja tambem propriedade do senhor, conforme a disposição que declara o escravo inhabil para possuir alguma cousa propria, não ha exemplo de que um proprietario tenha jamais tentado tomar do seu escravo o salario que penosamente ganhou. O escravo pode obrigar o senhor a libertal-o offerecendo-lhe a somma que custou ou

---

(1) Um escriptor Portuguez diz: Quando se permitio, em Portugal, trabalhar em certos dias de festas, esta permissão não se estendeo ao Brasil por um principio de humanidade, afim de não se privar os escravos de seus dias de descanso. **Correio Brasileiro.** — Dezembro de 1815. Pag. 738.

o preço porque o poderia vender se esse preço é maior do que o que foi primitivamente pago. (2)

Este regulamento, como todos os que tem sido publicados em favor dos escravos, está sujeito a ser illudido, se o dono recusa-se a libertar um escravo este não se atreve a apellar da decisão, porque, segundo o estado da legislação no país quasi que lhe é impossivel conseguir uma audiencia, alem disso, por medo de ser severamente castigado e de soffrer depois cousa peor do que soffria d'antes, caso não conseguisse sahir victorioso obtendo a liberdade, conforma-se com a decisão do senhor. (3)

---

(2) Na ilha de Grenada, uma lei da colonia estabeleceu a multa de cem libs. sterl. por cada alforria. Dizem que essa lei não produziu effeito, nem como prohibição, nem como boa medida financeira. **Edwards, History of the West. Indies** vol. I pag. 230.

Em Surinan, diz outro escriptor, se um senhor queria libertar o seu escravo alem da perda do mesmo escravo era obrigado a comprar muita carta de liberdade, sem qual nenhum negro podia ser baptisado nem instruido na religião christã. Viagem a Guiana em 1789 pag. 224.

Bolingbroke diz: "Não é absolutamente raro ver, n'aquellas colonias, negros juntarem sufficiente quantia para comprarem a sua liberdade, e só mesmo varios exemplos de escravos que pagavam aos senhores uma certa parte do preço que tinham custado e depois de libertados trabalhavam afim de completar a somma. **Viagem á Demerara** pag. 65. Cito esta passagem e com prazer estaria outra no mesmo sentido sobre a qual me cahio a vista percorrendo o livro, mas devo advertir que essa obra é inteiramente a favor da escravidão e do commercio de escravos.

(3) Um senhor de engenho, cujos filhos conheço muito, possuía um escravo, mestre de assucar e tido por todos na conta de perito nesse officio. Esse homem tendo juntado uma somma de dinheiro offereceo-a ao senhor por sua liberdade; mas foi recusada, e, embora conseguisse interesar em seu favor pessoas bastante consideradas no paiz, nada poude obter o pobre escravo. O senhor fel-o carregar de ferros, obrigando-o a trabalhar assim, e só com a morte daquelle tyranno, poude afinal alforriar-se, porque a viuva, accetando o valor delle, passou-lhe a carta de liberdade. A profissão de mestre de assucar proporcionava-lhe annualmente grandes lucros e hoje vive elle na abundancia. Este exemplo de recusar-se a libertação e outros que chegaram ao meu conhecimento me faziam duvidar de que o costume de libertar os escravos fundava se em lei; se eu não soubesse que muitas outras leis eram lettras mortas deante do dinheiro e da prepotencia. Não vi escripta esta de que trata, mas nunca achei quem pozesse em duvida de que um escravo tivesse o direito de evocal-a, se o julgasse a proposito; agora que fosse sempre attendido isto é outra cousa.

Vê-se que essas libertações muito dependem do caracter dos senhores, que entretanto empregam o maior cuidado em não contrariar imprudentemente a opinião bem conhecida dos padres em favor desta medida, a das pessoas de sua condição na sociedade e mesmo a das classes inferiores da população, além do receio que tem de ficar sem o escravo que facilmente pode fugir e neste caso arrisca-se a nunca mais o ver, sobre tudo se for um preto creôlo. (4) Em geral, quando um escravo pretende comprar a sua liberdade nenhuma difficuldade encontra da parte do senhor, que muitas vezes já está prevenido para ouvir o pedido, não só pela conducta e industria do escravo, como pelas informações dos parceiros e trabalhadores do engenho que dão noticia de que elle se occupa em juntar dinheiro para esse fim. O senhor poderia na verdade, privar o escravo do fructo do seu trabalho, mas nem pensa em semelhante cousa; sabe que elle esconde cuidadosamente o dinheiro ou o confia a pessoa com quem pode contar e sujeitar-se-hia de preferencia a qualquer castigo a descobrir o seu thezouro; uma razão ainda mais poderosa para resolver o senhor, e o medo de contrariar a opinião publica e incorrer na vergonha que resulta de uma negativa; talvez tambem que a natural bondade existente no coração de quasi todas as creaturas humanas o desvie da pratica de uma revoltante injustiça e acção tão condemnavel.

Permite-se ao escravo procurar senhor que mais lhe agrade, redige-se uma nota declarando que o portador está autorisado a entrar para o serviço de quem quizer pagar o preço exigido pelo senhor. O escravo munido desse documento dirige-se ao proprietario a quem deseja ouvir, segundo as informações que tem do seu procedimento para com os ou-

---

(4) A maioria dos escravos que fogem é reconduzida aos Srs. mas alguns conseguem subtrahir-se ás pesquisas e nunca mais se sabe noticias delles. Ganham qualquer região longiqua e lá ficam como homens livres, e os que uma vez desfructuram as docuras da liberdade, sendo reconduzidos aos senhores, só ficam em poder delles o tempo de que precisam para illudir a attenção dos encarregados de o vigiarem, mas correndo o risco de nova prisão com todas as suas consequencias. Um moço e lindo mulato foi um dia pedir-me para o comprar; pouco antes de ser reconhecido por um amigo do senhor, viéra do centro dos sertões, onde casára com uma mulher livre, cuja familia o suppunha tambem livre. Sendo entregue ao senhor foi vendido a outra pessoa; fugio, voltou, tornou a fugir, e finalmente quando sahi do paiz havia quasi um anno que não se ouvia fallar d'elle.



tros escravos, ou por outro qualquer motivo. Essas frequentes mudanças ao menos facultam ao escravo o meio de trocar uma cruel servidão por outra mais moderada.

Muitos escravos ficam libertos com o fallecimento dos senhores, mas ha pessoas ricas que raramente deixam de libertar alguns, mesmo durante a vida.

Um acto de libertação, por mais simples que seja, não pode ser effectuado com assignatura particular; um registro desses actos é mantido no cartorio do tabellião publico e deste modo são garantidos contra qualquer accidente que possa resultar da perda dos originaes, porque as copias fazem fé perante a justiça. Uma escrava que tenha dado á luz e creado os filhos, está liberia perante a lei; mas essa disposição é geralmente illudida, e além disso o numero de meninos é bastante consideravel para tornar frequente a applicação e o beneficio dessa lei. (5) O custo de um escravo recém-nascido é de 20\$000 réis; o senhor é obrigado a libertal-o se na occasião do baptismo para isso lhe offerecerem essa quantia e deste modo o beneficio da liberdade torna-se mais commum. A modicidade do preço permite a muitos homens livres, que tiverem ligações com escravas, alforriarem seus filhos e ha padrinhos que tambem praticam esta boa acção. Constantemente as mulheres escravas convidam pessoas de certa ordem para padrinhos dos filhos; na esperanza de que um sentimento de amor proprio não lhes permita consentir

---

(5) Fui testemunha do seguinte caso: Uma preta que tivera dez filhos e nove dos quaes estavam vivos e trabalhando para o senhor, reclamou a sua liberdade, mesmo porque o ultimo filho se morrera depois de haver attingido a idade em que já não precisava dos cuidados della. Foi-lhe porem recusado e abrigaram-na a um homem rico para servir de ama de leite a um filhinho deste, o qual tentou obter a liberdade da preta, mas não conseguiu; então comprou-a e immediatamente mandou passar-lhe a carta pelo tabellião. Voltando á casa disse á mulher que avisasse a ama de que era sua escrava e no correr do dia entregou-lhe a carta de liberdade. Quando deixei o paiz a unica preocupação da negra era que, sendo livre, os senhores poderiam talvez despedil-a, demonstrando com este receio quanto era feliz e reconhecida.

que os afilhados continuem na escravidão, (6) Assim, em cada anno muitos individuos recobram a liberdade ou por seus proprios esforços, ou por favor dos senhores ou por outros meios.

A condição dos escravos é bem differente, segundo a pessoa a quem pertencem. Uns acham-se condemnados a penosa e miseravel existencia pela natureza dos trabalhos e pelo character dos senhores, enquanto que outros, comparativamente, tem a vida socegada e tranquilla. E' certo que, nos paizes em que se empregam trabalhadores livres, os trabalhos são repartidos igualmente, mas os salarios são em proporção do serviço e cada homem é livre de escolher a occupação para a qual se considera com força e aptidão. O escravo porem é comprado para fim especial e ha de se seguir o genero da vida que for traçado pelo senhor; não é empregado no serviço que prefere ou pelo menos ninguem lhe indaga dos desejos a respeito, sem fallar na obrigação de desempenhar um serviço para o qual não está habilitado, ou, quando nada que não escolhêo; é pois indispensavel que aprenda a supportar a oppressão, os caprichos e o mau humor de um senhor cujas ordens não podem ser discutidas, cuja vontade é absoluta e que raramente responde perante a justiça pelos actos de prevevidade que pratica. Pune-se, é verdade, com muitas as crueldades que os senhores commtem com os escravos, se chegam ao conhecimento do ouvidor da

---

(6) Dutertre diz, fallando das festas que se realisavam por occasião dos baptisados: Os padrinhos e madrinhas, que de ordinario são Franceses amigos dos senhores, não deixam de contribuir para os banquetes. Historia das Antilhas, vol. 2.º pag. 528.

Escravos ou pessoas livres de cor, em geral, são padrinhos e madrinhas dos filhos de escravos no Brasil; mas penso que melhor é que sejam escravos do mesmo senhor, porque tomam pelos afilhados maior interesse. Os afilhados, em todas as classes, nunca se chegam ao padrinho ou á madrinha sem lhes to-  
 tomar a benção. Labat, fallando de um negro, que lhe fizesse renunciar a todos esses pactos implicitos e explicitos com o diabo, diz: "Incumbi o senhor, que tambem era padrinho delle, de velar cuidadosamente pela sua conducta". Nova Viagem, tol. 2.º pag. 54.

Nunca ouvi dizer no Brasil que o senhor de um escravo lhe servisse de padrinho, nem penso tão pouco que isso chegue nunca a succeder, porquanto, segundo a natureza desse laço, tal como o consideram no paiz, o senhor jamais poderia fazer castigar o seu escravo.

provincia; mas não sei que hajam nunca levado a punição mais longe do que até esta insignificancia. O dinheiro que rende este meio de punição, é forte argumento em seu favor e pode-se duvidar de que os maus tratos suportados pelo escravo sejam o verdadeiro motivo dessa maneira de punir, além disso o escravo não lucra cousa alguma da multa.

Todos os escravos no Brasil seguem a religião dos senhores. (7) Apesar dos abusos e das praticas supersticiosas que acompanham o exercicio da religião catholica no Brazil, taes são no entanto os beneficos effeitos do christianismo que aquelles filhos adoptivos se tornam melhores e mais ditosos. O escravo que rigorosamente cumpre os preceitos de sua religião, é quasi sempre um bom servo. Os Africanos importados da Angola são baptisados em massa antes de sahirem de sua terra, e chegando ao Brasil ensinam-lhes os dogmas religiosos e os deveres do culto que vão seguir. Trazem no peito o signal da corôa real afim de indicar que foram baptisados e por elles pagos os direitos. (8).

Os escravos que importam das outras regiões da Africa chegam ao Brasil sem ter sido baptisados, e antes de pro-

---

(7) A mesma cousa tem lugar nas colonias francesas e hespanholas. Dutertre, que parece, segundo a sua obra, haver sido um homem muito melhor do que o são os frades em geral, falla da difficuldade de converter os Caralbas e de sua indifferença pela religião. Acrescenta: — Os negros porem são de certo tocados por Deus, pois conservam até a morte a religião que abraçam, praticam as virtudes e exercem as boas obras; e posso dizer com verdade que vivem mais christãmente em sua condição de que muitos Franceses. Tom. 2.º, pag. 502.

(8) Labat assegura que os habitantes de São Domingos tinham por habito marcar os escravos que compravam com ferro em brasa; e acrescenta, a seu modo, com a sua bondade dominicana: de sorte que o escravo que era vendido e revendido varias vezes, apparecia, por fim, cheio de caracteres como os obeliscos do Egypto. Conta-nos que esse uso era desconhecido na Martinica e em Guadelupe, e ajunta que os negros e principalmente os escravos creôlos haviam de desesperar se os marcassem como se faz com bois e cavallos; que nas ilhas pequenas isso não é preciso mas que em S. Domingos, paiz bastante vasto, não se podia fazer de outro modo porque os escravos fugiam para as montanhas.

Os colonos de São Domingos tem pago caro os excessos a que se entregavam para que haja generosidade em ataca-los hoje. Pode-se finalmente, observar que no Brasil, que é um paiz maior do que São Domingos, nunca se julgou necessario marcar escravos como bestas”.



ceder-se á cerimonia que os deve fazer christãos, é necessario ensinar-lhes certas orações, para o que concedem ao mestre o praso de um anno no fim do qual é obrigado a apresentar o discipulo na igreja parochial. Essa lei talvez nem sempre seja rigorosamente observada com relação ao tempo, que commetteria grave peccado, se deixasse o seu escravo permanecer na idolatria, e os Brasileiros possuem bastantes sentimentos religiosos para deixarem de cumprir qualquer dos preceitos da Igreja. Do seu lado, o escravo deseja a qualidade de christão porque os camaradas tendo com elle a menor questão, terminam sempre o excesso dos injuriosos epithetos que lhe dirigem, com o de pagão. O negro ainda anabaptista, vê com pesar considerado como um sêr inferior, e embora ignorando o valor que os brancos ligam ao baptismo, sabe que deve lavar a mancha que lhe exprobam e mostra-se impaciente por tornar-se igual aos outros. Os Africanos chegados a muito tempo, estando imbuidos dos sentimentos catholicos, parecem esquecer que outrora estiveram nas mesmas condições que os recémchegados. Não se pergunta aos escravos se querem ou não ser baptisados; a entrada delles no gremio da Igreja Catholica é considerada como questão de direito. Realmente elles são tidos menos por homens do que por animaes ferozes, até gozarem do privilegio de ir á missa e receber os sacramentos.

Como os homens livres os escravos têm as suas irmandades a ambição de qualque delles é fazer parte de uma dessas associações e chegar a ser um dos seus directores. Muitas vezes ate parte da somma que o escravo consegue juntar para adquirir a liberdade é empregada no adorno de alguma imagem, na esperança de conseguir, na qualidade de bemfeitor, ser um importante personagem na Irmandade a que pertence. Os negros tem uma invocação da Virgem (diria quasi uma Virgem) que lhes é particular. Nossa Senhora do Rosario é algumas vezes mesmo representada sob uma apparencia negra e é assim que se attrahe a attenção dos escravos para um objecto pelo qual elles tomam logo interesse sem que disso lhes resulte o menor mal.

Desta maneira arreda-lhes do espirito a lembrança de sua terra e faz-se com que suas ideas tomem direcção differente, propria para consolal-os dos desgostos do exilio. A eleição de um rei de Congo, de que já fallei no Capitulo XIII, pelos escravos vindos dessa parte da Costa da Africa, parece que devia dispor-os a recordar os costumes da patria; porem os reis

de Congo eleitos no Brasil, rezam a Nossa Senhora do Rosario e trajam á móda dos brancos; elles e os seus subditos conservam, é certo, as dansas do seu pais; mas nessas festas admittem-se escravos africanos de outras regiões, creólos e mulattos, que dansam da mesma maneira; essas dansas actualmentes são mais dansas nacionaes do Brazil do que a Africa.

Todos os escravos fallam o portuguez e o idioma africano é tão pouco usado que muitos dentre elles esquecem-se completamente. Não se tem lançado mão de constrangimento para os fazer adoptar os costumes dos senhores, mas insensivelmente lhes dirigem as idéas para esse lado; os senhores ao mesmo tempo contraem alguns habitos dos seus escravos e desta sorte o superior e o inferior se approximam. Eu não duvido que o systema de baptisar os negros importados tenha antes a sua origem na devoção dos portuguezes do que em vistas politicas, mas tem produzido os melhores resultados. Os escravos tornados christãos, fazem mais progressos na civilisação. Elles se acham tambem por isso sob a protecção do clero, e quando outras vantagens não resultassem de sua entrada no seio da Igreja, isso bastaria para ser um grande meio de acção para elles reservado.

Entretanto a introdução do catholicismo entre os escravos, em caso algum tem prestado maior serviço do que na transformação operada na maneira porque os homens tratam suas esposas e na conducta delles proprios.

Um escriptor muitissimo conhecedor do que se pratica nas Indias Occidentaes, Mr. Edwards, pretende que a adopção do casamento nas colonias não produziria bom effeito e que quem pensa achar remedio contra a polygamia submettendo os escravos ás leis de casamento estabelecidas na Europa, não lhes conhece nem os costumes, nem as inclinações, nem as superstições. (9) Não são somente os senhores que consideram esse melhoramento como cousa de somenos importancia e por consequencia como pouco digna de excitar-lhes a solitudine. Uma vez executada a obra não se pensa mais nella. Ali, onde o interesse do senhor o exige, os costumes, as inclinações e as superstições, são logo reformadas. Espero que presentemente semelhantes opiniões não sejam communs. Todos os homens no estado de barbaria, tratam suas mulheres com du-

---

(9) History of the west  
Indies Vol, II pag. 82 e 147

reza. Aqui o mal não provém do natural da raça negra, mas da horrível condição a que ella se acha reduzida. Porque não tentar instruir e fazer melhores os entes que a compoem?

Os casamentos dos escravos no Brasil, celebram-se com todas as formalidades prescriptas pela igreja catholica; os proclamas são publicados da mesma maneira que os das pessoas livres e vi muitos casaes felizes (pelo menos tanto quanto escravos o podem ser) rodeados de numerosos filhos que cresciam sob as vistas dos pais.

Os senhores animam os casamentos entre os seus escravos por ser por meio destes laços legaes que esperam ver augmentado o numero de creóllos de sua propriedade. Um escravo não pode casar-se sem licença do senhor nem o parochó publicaria os proclamas antes de formal consentimento. E' tambem permittido o casamento entre escravos e libertos, mas os filhos só são livres quando a mãe não é escrava.

O escravo não se pode casar antes de saber rezar e de receber os sacramentos da penitencia e da eucharistia.

O senhor ou administrador de uma plantação, ou de outra qualquer propriedade, descobre logo a predilecção de dous escravos um pela outro e a união legitimada de ambos é logo resolvida.

Nas cidades há mais devassidão entre os negros do que nas outras classes de homens. (10).

Há quem pense que o amor como paixão não existe senão entre as populações que já tenham attingido um certo grau de civilisação. Pode-se concordar com essa oppinião sem todavia concluir-se ao mesmo tempo que os negros sejam incapazes de união duradora e sem pensar-se que a attração de um sexo pelo outro seja unicamente por puro e grosseiro desejo, ao qual não se ligue nenhuma predilecção reciproca.

Essa especie de affecto que torna communs os mais caros interesses a dous seres sensiveis, de certo que não nasce no coração do homem reduzido ao estado de barbaria.

Um negro pode entretanto affeição-se a um objecto de

---

(10) A vil e abominavel conducta de alguns e senhoras (estas ultimas mais do que os primeiros) augmenta a inclinação que esses entes desgraçados e ignorantes sentem pelo deboche. Já tem se visto castigar mulheres por se recusarem a augmentar o numero das concubinas do senhor. E' um facto, mas quasi incrível. Qual dos dous então é o mais depravado: a escrava ou o senhor?



preferencia a todos os outros; posso affirmar que esse sentimento se verifica, por quanto vi com os meus próprios olhos negros affrontarem perigos e castigos só para visitarem o objecto de sua preferencia, emprehenderem de noite longas e penosas caminhadãs, depois de todo um dia de fadigas, mostrarem grande constancia, a mais firme resolução de vencer obstaculos que se oppunham aos sentimentos de seus corações. (11).

A grande desproporção entre a quantidade de homens e de mulheres accarreta necessariamente difficeis consequencias. As mulheres são mais sujeitas a má conducta e d'ahi resulta a inconstancia dos homens; se porem houver cuidado de conservar na fazenda um numero conveniente de mulheres e de ensinar aos escravos a comportarem-se decentemente, os seus costumes serão tão regulares como os de outra qualquer especie de homens; (12) talvez até que em todos os casos a conducta delles pareça menos censuravel do que a de outros individuos que não têm em que se occupem, ainda que a educação seja infinitamente superior; que existem muitos homens e mulheres depravados é isso devido, repito-o á natureza da especie humana e não a culpa da desgraçada raça de que fallo.

---

(11) Testemunhei o facto que vou citar: uma negra foi pedir a um colono para compral-a, levando para esse fim uma carta do senhor. Acquiecendo foi o negocio concluido entre os dous. No dia seguinte ao da mudança para a casa do novo senhor, procurou-o e cahndo-lhe aos pés disse-lhe que tinha um amigo que tambem desejava servir-o. O novo senhor fallou ao proprietario do escravo, porém este recusou vendel-o e a cousa ficou nisso. mas trez dias depois recebeu a visita d'aquelle homem que lhe declarou ceder o escravo acrescentando que elle recusava-se a trabalhar e ameaçava enforcar-se, e como era negro Gabam, temia ver a ameaça posta em pratica. Fixaram o preço e no outro dia chegou o negro que se mostrou um excellente servidor.

(12) A seguinte aventura passou-se em casa de um oppulento habitante do Recife, que m'a contou. Um negro queixou-se ao senhor da infidelidade de sua mulher. Interrogaram-na e além disso outras indagações provaram a veracidade da accusação e a negra foi atada a um poste para ser açoutada. O seu marido, que a principio mostrara alguma satisfação em vel-a soffrer, estava presente; mas logo detendo o braço do executor dirigiu-se ao senhor e supplicou-lhe que dêsse ordm para soltarem a mulher declarando que lhe prdoava, porque, acrescentou, ha aqui tantos homens e tão poucas mulheres que estas não podem guardar fidelidade.

Vou descrever agora a maneira por que são transportados os Africanos de sua terra para o Brazil, o tratamento que experimentam por occasião da chegada, os caracteres dos negros das diversas regiões com os quaes carregam os navios do trafico, a condição differente dos que são empregados no Recife, nos engenhos dos arredores, nas plantações de algodão no matto, ou finalmente nos sertões, nos lugares destinados á criação de gado.

Como seja curto o trajecto da Costa d'Africa ás praias oppostas da America Meridional, porque os ventos pouco variam e o tempo é geralmente bom, os navios occupados nesse trafico, são de ordinario pequeninos e muito mal construidos. O emprego de commandante de um navio de trafico é tido na marinha mercante portugueza, como secundario e a opinião o colloca em condição inferior aos que commandam os grandes navios destinados ao commercio entre a Europa e o Brazil.

Esses navios de transporte eram antigamente atravancados de negros de uma maneira revoltante e não havia meio de impedil-o; porém depois uma lei limitou o numero de pessoas que cada navio deve conduzir. (13).

Supponho todavia que essa lei não se cumpre ou que pelo menos procuram meios de illudil-a.

Quando chega ao Recife um carregamento de negros, o regulamento do porto determina que todos sejam desembarcados e levados para Santo Amaro, localidade bem arejada e sufficientemente affastada da capital, afim de prevenir os effeitos de qualquer molestia contagiosa, se por ventura alguma houver entre os escravos importados. Aquelle local, situado de-

---

(13) Os navios empregados nesse transporte são na ida carregados de barris cheios d'agua salgada para servir de lastro, mas depois de embarcada a carga viva, essa agua é em parte substituida pela agua potavel necessaria ao consumo dos individuos embarcados. Succedeu uma occasião que um navio que partira havia muitos dias da Africa para o Brazil com o carregamento completo se apercebesse que não tinham substituido a agua salgada pela potavel. Estando então mui distante de ambas as costas para poder alcançar qualquer dellas antes da penuria, recorreram como consequencia ao desapiedado expediente de lançar ao mar grande numero de negros! Esse desgraçado accidente succedera por esquecimento e negligencia; penso que seria preciso achar-se em semelhante posição, para affirmar que não se procederia como procederam os portuguezes; em todo caso porém é um dos fructos de tão execravel commercio.

fron­te do Recife á margem das aguas que formam maré entre a cidade e a terra, acha-se a commoda distancia para os compradores. Seja porém como fôr, aquelle excellenté regulamento, como muitos outros, não se cumpre, e se os escravos vão alguns dias para Santo Amaro, voltam logo para a cidade e deixam-nos nas ruas deante das portas dos senhores, sem respeito pela decencia, nem pela commiseração, nem pela salubridade publica.

Durante o dia as ruas do Recife são occupadas em parte por essas miseras creaturas, deitadas ou sentadas promiscuamente ao longo das casas em numero de duzentas ou trezentas.

Os homens trazem em torno da cintura uma tira de fazenda azul que passam por entre as côxas e amarram atrás; as mulheres um pedaço de panno maior que usam á maneira de saia e algumas vezes dão-lhes outro para cobrir a parte superior do corpo.

O fétido que exalam esses grupos de homens e mulheres, é quasi insupportavel para quem não está habituado, e o aspecto delles é horrivel ácima de toda a expressão e todavia parecem nada sentir de sua posição, senão que é incommoda.

Sua alimentação é composta de carne salgada, de farinha de mandioca, de feijão e as vezes de bananas.

A comida do dia é cozinhada no meio da rua, n'um grande caldeirão; á noute são recolhidos em armazens e um homem conta-os á proporção que vão passando, fecha o armazem e no dia seguinte ao amanhecer abre-lhes a porta.

O desejo que sentem esses infelizes de sahir do estado de inacção e de incommodidade, manifesta-se apenas se apresenta um comprador.

Tive muitas occasiões de ver comprar negros porque os meus melhores amigos do Recife moravam defronte dos armazens de escravos; nunca notei que algum demonstrasse o menor pezar ao separar-se dos outros e attribuo isso ao medo do castigo se deixassem perceber o menor signal de sensibilidade, ou talvez a algum sentimento de resignação e de mudo desespero que os torna indifferentes ao seu destino; além disso raramente acontece ser levada para o Brazil uma familia inteira; a separação dos parentes e dos amigos se realisa na Africa. E' entre os mais novos, expostos á venda, que se vê particularmente brilhar viva alegria ao mudarem de condição que os força a sahir da cidade. Os de idade mais avançada obedecem, mas não mudam de cara.



Penso que pouco se preocupam em evitar a separação dos individuos da mesma familia que chegam em um navio; depende tudo da vontade do dono do carregamento. (14).

Uma especie de parentesco se estabelece entre os escravos que chegam no mesmo navio; tratam-se por *malungos*, nome muito apreciado entre elles.

O comprador distribue por cada um de seus novos escravos uma peça de algodão e um chapéo de palha e os conduz o mais breve possivel para a sua fazenda. Em viagens succedeu-me varias vezes encontrar bandos de escravos dirigindo-se á nova residencia; ordinariamente via-os bastante satisfeitos que condição não seria preferivel á de permanecer nas ruas do Recife amontoados na porta de um armazem de escravos! O proprietario, de sua parte, faz quanto pode nos primeiros dias, qualquer que seja o comportamento que depois empregue para com elles.

Os escravos que de ordinario levam para Pernambuco são conhecidos pelos nomes de Angola, Congo, Rebôlo, Angico, Gabam e Moçambique.

Os ultimos só de pouco tempo para cá têm sido importados, provavelmente pela difficuldade que há de procurar negros da costa occidental d'Africa, pela extrema vigilancia dos cruzadores inglezes n'aquellas paragens e tambem por causa

---

(14) Um dia achava-me presente a uma venda de escravos. O comprador entrou a escolher por toda parte os que mais lhe convinham, e designou, entre outros uma bella mulher e um lindo pretinho de cinco a seis annos de idade; aquella mulher fora escrava em Loanda, na Costa d'Africa e fallava um pouco o portuguez. Durante a operação o negociante que tinha sido obrigado a sair, voltou, vio os negros que haviam sido escolhidos e disse ao comprador que nem a mulher nem o pequeno podiam ser vendidos separadamente por fazerem parte de um lote que não podia ser dividido, e perguntando-lhe o comprador qual a razão, respondeu que era por se compôr de uma familia inteira, marido, mulher e trez filhos, mostrou-os e foram todos vendidos juntos. Há bem poucos negociantes de escravos que procedam assim.

Em quanto tudo isso se passava, nem o negro nem a mulher mudaram de semblante, embora ambos entendessem o portuguez: os filhos eram muito creanças para saberem de que se tratava, além disso fallava-se n'uma lingua que elles não entendiam. Não tenho a menor duvida de que o pai e a mãe estivessem naquello momento afflictissimos com a idéa da separação a que se viam quasi a ser condemnados porque depois vi muitas vezes aquelles escravos e soube que eram muito unidos e amantes dos filhinhos.

do incommodo e demora que soffrem os navios detidos, mesmo quando lhes é permittido continuar a viagem.

Os negros d'Angola são os melhores escravos, muitos delles já serviram como captivos na sua terra e por conseguinte só mudam para melhores. Alguns mesmo tem servido a brancos, habitantes, de Loanda, principal estabelecimento dos Portuguezes na costa d'Africa; outros porem eram livres em Angola e é com dôr que se lembram da patria. Os negros de Angola são geralmente mansos; pode-se sem difficuldades, formal-os para o serviço da caça e da cavallariça; mostram com frequencia grande dedicação, fidelidade e honradez, (15) sendo tambem os que mais trabalham para adquerir a liberdade.

Os congos têm muito do caracter dos Angollas, sendo igualmente doces, porém mais brancos e especialmente proprios para os trabalhos do campo; são em tudo menos activos do que os primeiros e não parecem nem tão intelligentes nem tão corajosos; em pouco tempo aprendem a lingua portugueza.

Os Rebolos apenas podem ser distinguidos das outras duas raças; são baixos e vigorosamente talhados, tendo a pelle preta, mas não luzidia, e rosto chato. Parecem constituir um

---

(15) Eis um exemplo da dedicação desses negros para com os senhores. Quando o Brasil principiou a commerciar directamente com a Grã Bretanha, vieram á Liverpool algumas pequenas embarcações manobradas em parte por escravos, porque os senhores ignoravam que em tocando o solo inglez elles se tornavam livres. Os negros tiveram logo sciencia disto e muitos se aproveitaram da occasião. Um delles, pertencente á tripulação de um barcosinho, tendo-o deixado, embarcou n'outro como marinheiro e voltou á procura de trez dos seus camaradas empennhando-se com elles para que seguindo-lhe o exemplo voltassem. Estes aquiecendo responderam que como os tinham sempre tratado bondosamente, não desejavam procurar outro modo de vida. Esses trez homens voltaram pois ao Brazil na sua embarcação e ouvi dizer que ao chegar foram libertados. Tenho gosto em acreditar na veracidade desta noticia; quando porem os defensores da escravidão referem factos semelhantes fazem-no com a intenção de provar que, geralmente fallando, os escravos são felizes. Taes anedoctas entretanto unicamente mostram a bondade individual do senhor e a gratidão pessoal do escravo mas em geral nada provam nem alteram a grande questão hoje já mui esclarecida, para que exemplos particulares, tenham qual-quer influencia na opinião publica.

Mas ou fosse resignação ou excessso de desespero, temor ou vergonha de mostrar o que padeciam deante de tantos extranhos, não manifestaram o menor signal de sensibilidade.

ramo dos Angollas e dos Congos, porém mais obstinados e sujeitos ao desespero do que estes.

Os negros destas tres tribus parece terem originariamente pertencido á mesma nação, porque suas pessoas e seus caracteres se assemelham e os tres dialectos tem bastante relação para reciprocamente se entenderem.

Os Angicos têm apparencia de pertencerem a outra tribo e são bons escravos quando bem tratados, porém com severidade conveniente. Difficeis de se instruirem, supportam o jugo com impaciencia, caracter independente que não se atrevem a manifestar e juntam a isso muita destreza e desejo de illudir. São altos e bem constituídos, a pelle bastante preta e luzidia, olhos expressivos e physionomia denunciando claramente não ser de boa vontade que soffrem o captiveiro. O numero delles é pequena e suas cabanas perfeitamente aceiadas; ás vezes trabalham para juntar dinheiro, porém são menos sensatos e economicos de que os de quem já fallei. Todos os Angicos tem em cada face tres gilvazes talhados em forma de arcos de circulo, desde a orelha até o canto da bocca.

Os Gabãos só a pouco tempo são importados para o Brazil, e pelo seu reconhecido character, vendidos por baixo preço; passam por anthropophagos. Com effeito parecem mais selvagens do que os outros e sujeitos a entregarem-se ao desespero e por consequencia ao suicidio.

Tem acontecido mesmo vezes que de vinte negros comprados ao mesmo tempo, nem um só continuou a viver logo depois de poucos mezes, morrendo todos, uns de desgostos, outros por darem cabo da vida de uma maneira mais rapida.

E' difficiloso adestrar os Gabãos nos trabalhos que não sejam de maxima simplicidade e não é raro ficarem muitos annos pagãos pela difficuldade que se encontra em fazel-os articular sons novos para elles. Entretanto acredito que é mais por não quererem aprender de que por não- o poderem, por quanto tenho ouvido de muitos colons que, si se consegue alegrar um Gabao e inspirar-lhe interesse pelas pessoas que o cercam e pelo serviço, torna-se um escravo bastante laborioso e intelligentissimo.

Os Gabãos são altos e bem feitos, pelle preta mui luzidia e o rosto menos chato do que os Africanos em geral.

Os Mossambiques formam uma raça de individuos feios, fracos, preguiçosos e que facilmente desanimam; a côr é escura, mas possuem todos os traços do negro.



De preço inferior ao dos outros escravos, alguns colonos os compram para experiencia; porem acham que elles possuem as ruins qualidades dos Gabãos, menos o seu vigôr.

Um escravo ás vezes diz ao senhor que está resolvido a deixar-se morrer e quasi sempre o dono não se demora a ver o resultado de uma tal solução; o negro emmagrece, perde o appetite e morre quando já não é mais do que um esqueleto.

Um dos meios que esses infelizes empregam na propria destruição é comer terra e cal. Tão extranho habito, contrahido ás vezes pelos Africanos, o é igualmente por moleques creólos e com frequencia tambem por meninos livres tanto quanto pelos escravos.

Tal disposição não é considerada doença, mas vicio, que se pode vencer com a vigilancia dos que cuidam das creanças sem recorrer á medicina.

Em varias occasiões verifiquei que não empregam como necessario nenhum tratamento medicinal e que os meninos curam-se á força de castigos e de vigilancia. Tive conversações a este respeito e notei que muitas pessoas livres que conhecem essa affeição, pelos exmplos que observam nos filhos ou nos dos visinhos, a tinham por costume e não por doença. (16) Nos adultos é mais commum nos escravos do que nos fôrros.

Em Pernambuco nunca houve revolta seria de escravos; na Bahia porém tem rebentado varias insurreições, sendo as ultimas as de 1814 e de 1816. Penso que a Bahia conta menos homens livres do que Pernambuco em proporção ao numero de escravos e em parte não posso deixar de attribuir a tranquillidade desta ultima cidade ao facto de só serem importados para ella mui poucos negros da Costa do Ouro, em quanto que para a Bahia é d'aquelle centro da Africa que vai a maior parte dos escravos.

Foram os negros Minas que se revoltaram na Bahia e na Jamaica os Koromanties em 1760; são, supponho, os mesmos homens com diferentes nomes; representam-no como robustissimos e de feróz caracter.

Os Obeahs das Antilhas e os Mandingueiros do Brasil, segundo os seus usos, são evidentemente a mesma especie de homens.

---

(16) As opiniões sobre o assumpto se acham divididas. Mas, Edwards diz que é doença e não costume. Labat, pelo contrario, quer que seja costume e não doença.

A religião que ensinam aos escravos do Brazil tem operado nelles salutar effeito porque conseguio diminuir ou destruir completamente a cega confiança que depositavam nos sortilegios dos seus compatriotas. Exercem a sua credulidade do modo mais innocente. Os terriveis resultados da autoridade dos **Obeahs** nas Antilhas, não se verificam no Brazil ácerca dos **Mandingueiros**. A crença que lhes concedem não se extinguiu de todo, e alguns creôlos não estão longe de admittir a efficacia de seus encantamentos, porém esse prejuizo nem é geral nem delle resultam perniciosas consequencias. (17).

Os escravos que servem no Recife podem ser divididos em duas classes: a dos que servem como creados, e a dos que são obrigados a entregar semanalmente aos senhores uma certa porcentagem sobre os salarios que percebem de algum genero de industria que exercem por fora. Os da primeira classe só mui difficilmente conseguem comprar a liberdade e estão sujeitos ao mau humôr dos senhores e das senhoras, alguns são livres pela benevolencia dos senhores a que serviam, sendo tambem melhor alimentados e mais bem vestidos do que os outros. A segunda classe compõe-se de marceneiros, sapateiros, alfaiates, barqueiros e ganhadores. Estes podem obter somma bastante consideravel para comprar a liberdade, se tiverem o bom senso e a perseverança de economisar os seus ganhos; porém quasi sempre os dissipam em loucas despezas. Lucram diariamente mais do que os senhores lhes exigem, pertencendo-lhes além disso os domingos e dias santificados, e quando se alimentam e vestem á sua custa ainda lhes concedem os sabados. (18).

Estou convencido de que á vista de tal concessão, um escravo, mesmo alimentando-se, trajando decentemente e até fa-

---

(17) Os negros tirados da provincia de Senegambia são conhecidos dos plantadores das Indias Occidentaes pelo nome generico de **Mandings** (History of the West-Indies, vol. 11 pag. 50.

(18) M. Edwards diz: "Na Jamaica dão aos escravos um dia por quinzena, além dos domingos e dias santificados, afim de poderem cultivar os seus terrenos e levar os productos ao mercado. A religião protestante prescreve a observação de trez ou quatro festas, e a catholica a de mais de trinta. Dutertre diz que o costume de conceder-se aos escravos certo numero de dias no anno para se entreterem, foi introduzido nas Antilhas pelos **hollandezes expulsos do Recife**, e acrescenta que elles governam os escravos á moda do Brasil.

zendo algumas pequenas despesas de capricho ou de divertimentos, no fim de dez annos dispõe de recursos para libertar-se; porquanto se o avaliam em preço elevado, é porque elle exerce profissão lucrativa de que tira a compensação.

As mulheres tambem podem trabalhar para a aquisição da liberdade, fabricando doces, bôlos, empregando-se como amas de leite, cosinheiras ou creadas.

Acreditam geralmente que os negros creôlos e os mulatos tem mais capacidade para aprender um officio do que os Africanos e que esta aptidão certamente provém do facto de se familiarisarem com os costumes e a linguagem dos senhores desde a infancia. Todavia, segundo a pouca experiencia que adquirei a respeito de escravos e de accordo com o que colhi de pessoas mais competentes para julga-los ão que eu, penso que um Africano acostumado à sua nova condição, é melhor escravo do que um creôlo ou do que um mulato, e em geral inspira mais confiança.

Bem longe de sujeitarem-se mansamente à posição em que nasceram, os creôlos e os mulatos só com grande odio supportam o jugo.

A presença continua de tantos individuos de sua raça disfructando a liberdade excita-lhes o desejo da independencia e deploram a cada momento a desventurada sorte a que estão condemnados; a consideração com que são tratados os libertos de côr, contribue para augmentar o desgosto dos que jazem no captiveiro.

Os Africanos porém não soffrem tal desgosto porque a opinião publica tem estabelecido uma linha de demarcação entre elles e os creôlos que não se consideram como provindos do mesmo tronco.

Vê-se mendigando nas ruas do Recife alguns miseraveis acabrunhados ao peso da velhice e das enfermidades; a m'or parte foi escravo que quando impossibilitados de trabalhar, os senhores libertam não lhes concedendo outro recurso, nessa desgraçada situação além da compaixão publica, que procuram excitar.

Exemplos de perversidade de tão revoltante injustiça, não são communs, é verdade; mas basta que o facto se dê para que uma lei deva vir em soccorro dessas infelizes victimas e forçar os senhores a cuidarem dellas no fim da vida.

As plantações de propriedade dos Benedictinos e dos Carmelitas são aquellas onde os trabalhos se executam com mais



cuidado, regularidade e onde ao mesmo tempo se vela com a maxima attenção pelo bem estar dos escravos.

Das dos Eenediclinos posso fallar com segurança porque a minha residencia em Jaguaribe dava-me todos os dias occasião de observar o regimen de uma de suas fazendas, visinha da minha. Não era engenho de assucar, porém o numero de escravos era sufficiente para o movimento de um, e como ali plantavam cannas, que eram moidas n'um engenho que ficava mais longe, as frequentes communicações entre os escravos d'aquelle e dos outros dominios do mesmo convento onde se fabricava assucar, deram-me ensejo de convencer-me de que todos os estabelecimentos de que os Benedictinos são proprietarios, observam as mesmas regras.

Os escravos da plantação de S. Bento em Jaguaribe sobem a cem quasi e são creôlos. Os negros destinados á instrucção ensinam os pequenos a rezar, o hymno á Virgem é cantado por todos os escravos, homens e mulheres, ás sete horas da noute diariamente, hora em que todos se devem recolher.

Durante a m'or parte do dia deixam brincar os meninos, cujas unicas occupações em certas horas consistem em fazer pavios para os candeiros, escolher o feijão que tem de ser plantado e outras cousas iguaes. Logo que attingem á idade de doze annos, as femeas são empregadas em fiar algodão para o fabrico do panno commum do país, e os machos pastorêam os gados.

Se um menino manifesta especiaes disposições para alguma profissão, tratam de desenvolvê-la e de o empregar segundo o gosto de sua vocação. Muitos aprendem a musica e servem de còristas nas solemnidades do Convento.

Os rapazes podem casar-se aos 17 ou 18 annos, as raparigas aos 14 ou 15; animam bastante os casamentos e realisam-se muitos.

Logo depois de casados os moloques principiam a trabalhar regularmente no serviço do campo e muitas vezes por espontanea vontade adeantam o tempo fixado pela regra, por não lhes ser permittido cultivar para si proprios antes de o fazerem para os senhores.

Quasi tudo faz-se por tarefa, que de ordinario termina ás trez horas da tarde, o que permite aos escravos laboriosos trabalhar ainda nos seus terrenos.

Dão-se aos escravos os sabbados além dos domingos e dias

santos, afim de que possam prover a sua subsistencia, e os diligentes raras vezes deixam de resgatar a liberdade.

Os frades não reservam para si direito algum nas terras que concedem aos escravos para dellas tirar a sua alimentação.

Quando morre ou liberta-se um negro, é-lhe permittido legar o seu terreno ao companheiro que lhe apráz escolher para seu herdeiro. As necessidades dos que envelhecem são providas com o maximo cuidado (19).

Na propriedade de Jaguaribe não mora frade algum, porém nos domingos e dias santificados vai um de Olinda celebrar a missa ali. Nos demais dominios dos Benedictinos porém residem frades.

Os escravos tratam os senhores bastante familiarmente e só ao abbade votam grande respeito porque o consideram o representante de São Bento.

No paiz não ha quem ignore que o comportamento dos moços do clero não é mui austero, não sendo principalmente mantido com rigor o voto de castidade. Esta circumstancia enfraquece não pouco a veneração que aquelles homens grangeariam nos seus dominios; d'ahi a devassidão das mulheres.

Vi n'aquellas propriedades grande quantidade de mulatos de côr bem clara, mas quando essa côr se approxima muito da branca, tratam logo de casal-os com pessoas mais pretas. Nenhum constrangimento se faz para resolver os escravos ao casamento, pelo que muitos se conservam celibatarios contra a vontade dos senhores.

Os frades consentem que suas escravas se casem com homens livres, mas não consentem que escravos se casem com mulheres livres. Para uma tal differença allegam varios motivos, sendo o principal que escravos só devem ter filhos que augmentem o numero dos da fazenda, o que não acontecerá sendo a mãe liberta, porque neste caso os filhos o seriam igualmente. Tambem não se importam que uma familia livre more com os escravos. O homem livre que casa com uma escrava passa todo o dia no seu trabalho ou no serviço da communida-

---

(19) Um velho que com frequencia se embriagava, e ainda bastante vigoroso, habituara-se a visitar-me. Dizia-me que nem elle nem os seus companheiros eram escravos dos frades, porem do proprio São Bento e que por consequencia os frades eram apenas representantes do senhor na direcção de suas propriedades aqui no mundo. FALLEI a respeito com outros escravos e verifiquei que a opinião era geral entre elles.

de e por conseguinte na dependencia dos frades; quasi sempre só á noite volta para partilhar a choupana com a mulher, pois os filhos pertencem ao convento.

A fazenda de Jaguaribe é administrada por um escravo mulato que desposou uma mulher da mesma côr igualmente escrava do convento. Comprou elle a liberdade da mulher e dos filhos e possui dous escravos Africanos; o producto do seu trabalho pertence-lhe, sendo porém elle obrigado a dirigir o da propriedade e cuidar em que sejam cumpridas as ordens dos senhores. Offereceu aos frades os dous escravos Africanos em troca de sua propria liberdade, mas responderam-lhe que não, por quanto a fazenda de Jaguaribe só por elle podia ser bem administrada e que por tanto quizesse ou não quizesse, continuaria a ser escravo. Aquelle mulato offerece um dos mais notaveis exemplos do natural desejo de independencia. Nicolau, é o seu nome, tem a absoluta direcção de um importante dominio, e disfructa toda a abastança que pode aspirar um homem como elle; quando sai vai tão bem montado como os mais ricos colonos e permitem-lhe sentar-se na presença dos senhores. Finalmente goza de todos os privilegios dos homens livres, e todavia a idea de achar-se sujeito a outros, mortifica-lhe o espirito e fal-o desejar possuir por direito as prerogativas que só deve á benevolencia dos senhores. (20).

Depois das plantações que pertencem aos conventos, estão as dos Brasileiros ricos. Nestas, em geral o trabalho não é feito por tarefa e os escravos não provêm á sua subsistencia. Mandam-nos para o serviço do campo em idade menor do que convém e de que os dos conventos. Ha entretanto algumas plantações de particulares onde concedem o sabbado para trabalhar para a sua alimentação. Ahi applicam castigos corporaes, o que nunca se pratica nos dominios de São Bento nem nos outros dependentes dos conventos. Si bem que raras as

---

(20) Um colono possuia um velho escravo com o qual estava satisfeito, pois nunca merecera o menor castigo. Um dia perguntou-lhe o senhor se desejava libertar-se. O escravo sorriu-se e ficou calado; mas repetida a pergunta, respondeu que naturalmente desejava ser livre. O senhor então declarou-lhe que naquelle mesmo dia lhe passaria a carta de liberdade. O escravo ouvindo isso abanou a cabeça e disse: para que manga assim do seu negro velho? Apenas porem se convenceu de que era seria a declaração, poz-se a dançar como um louco e durante alguns minutos foi-lhe impossivel proferir palavra.



erueldades para com os captivos, este modo de punição é perniciosissimo. (21).

Penso que a prisão e as privações dariam melhor resultado. O orgulho do escravo açoutado, a principio se mortifica por ser obrigado a mostrar o corpo coberto de cicatrizes, porém em seu coração a vergonha extingue-se logo e neste caso é preciso perder a esperança de reformar-lhe a conducta, pois continuará a praticar os mesmos delictos tornando-se indifferente ás surras que lhe applicaram. Alguns habituados a serem assim tratados, ás vezes me pediam para condemnal-os antes ao chicote do que tronco ou á prisão.

O que se poderia oppôr contra os castigos que proponho é que elles não se fazem com apparatus e que por tanto não servem de exemplo; porém o chicote tornou-se commum, o que a respeito lhe tira o effeito. Pode parecer estranho que o escravo

---

(21) O sabbado não basta para o escravo prover a subsistência, a menos que o serviço do senhor se faça por tarefa, porque neste caso pode elle haver-se de maneira a terminal-a mais cedo e trabalhar ainda um pouco no seu terreno todos os dias. E' verdade que pode bem viver acrescentando ao trabalho dos sabbados o dos domingos e dias santificados, mesmo quando o serviço do senhor não é feito por tarefa; mas isso não é justo, porquanto os domingos e dias santos lhes pertencem, ainda mesmo que o senhor o alimente; porém escravidão e justiça difficilmente se unem.

Um colono do meu conhecimento foi um dia surpreendido por trez dos seus amigos, quando surrava quatro negros. Os desgraçados estavam amarrados a um poste e os algozes enquanto os dilaceravam riam-se a **bandeiras despregadas** gritando a cada açoute: "A tua saude". Aquelle miseravel arruinou-se e a causa disso foi o modo porque tratava os seus escravos, pois muitos morreram e outros acharam meios de subtrahir-se á sua tyrania por maneira menos triste.

Outro colono ordenou a um escravo que fosse trabalhar no engenho e elle respondeu que não podia por estar doente; o Senhor porém insistio e o negro foi, mas antes disse: Quer então matar o seu escravo? e cansado de supportar os maus tratos que lhe inflingiam, alli chegando mettu a cabeça debaixo de uma das rodas do engenho que a separou do corpo. Eu poderia citar muitos factos desta ordem, taes como se podem colher em todas as nações que possuem escravos, porém bastam alguns para mostrar até onde chega a ferocidade do coração de um homem. Nenhuma das aventuras que tenho relatado, faz parte da serie de atrocidades praticadas nos mattos e das quaes fallei no curso desta obra. Ah! morrem cincoenta e cinco escravos em menos de quinze annos.

prefira os castigos corporaes e tal preferencia denotar que os individuos dessa classe são desprovidos do sentimento de vergonha, de que tenho tratado; todavia convenço-me de que tal sentimento se acha tão profundamente enraizado no coração dos negros como no dos outros homens. O que acontece quando um escravo é frequentemente surrado e vê os seus companheiros tambem expostos ao mesmo castigo? acontece que essa punição que elle tem muitas vezes soffrido e que do mesmo modo tantos soffrem ainda, faz-lhe perder o medo que d'elle devia ter. Tudo isso prova a que estado de aviltamento pode o homem ser reduzido.

Nunca se aconselhará bastante o uso da prisão, porque esse castigo não degrada o culpado, e deve-se esperar que o tempo que se lhe concede para reflectir e o abatimento que a solidão produz o levem ao arrependimento.

Com o azourrague, pelo contrario, excitam-se odios e o desejo de vingança; ou então o escravo cae no desespero e em ambos os casos o senhor é que perde, porque o escravo persevera nas faltas, mata-se ou obstinadamente recusa-se ao trabalho.

Outra objecção pode-se fazer que é a perda de tempo resultante de uma detenção prolongada; mas julgo que essa perda é menos prejudicial de que a da saúde e a do sentimento de toda a vergonha e além disso perde-se igualmente o tempo para curar os ferimentos resultantes dos açoites. Empregam tambem correntes e gargalheiras de ferro; taes castigos aviltam igualmente o escravo. Observei e ouvi dizer muitas vezes, que os escravos que soffriam frequentes punições nunca resgata-ram a liberdade. As más inclinações de uns, a indiferença que os reiterados castigos infundem em outros explicam sufficientemente o facto (22).

Os escravos creólos são empregados como operarios e como creados, e nos engenhos não são bastante numerosos para as occupações desse genero, é por isso principalmente que destinam aos Africanos os trabalhos do campo. Mandam os negros para o serviço logo ao nascer do sol, e, longe de se acharem em

---

(22) Ninguém poderia conseguir nas colonias inglezas uma acção que obrigasse o senhor de um negro a libertal-o, ainda mesmo obrigando-se a pagar-lhe quantia equivalente ao valor do escravo... Mas não é aqui o lugar de entrar em semelhante assumpto.

melhores condições de trabalhar pela manhã, os Africanos tornam-se inertes e desfallecidos, até que o calor do sol dissipe a impressão do frio do amanhecer. Muitas vezes saem de casa envolvidos em cobertores, parecendo bastante incommodados com a frialdade do ar.

Almoçam ás oito horas, tendo para isso meia hora. Alguns senhores determinam que os escravos almocem antes de principiar o serviço, isto é, antes do romper da aurora. Para o jantar concedem-lhes do meio dia ás duas horas, depois do que recommçam os trabalhos até as cinco e meia. A' essa hora ainda são, quasi sempre, obrigados a ir cortar capim nos arredores para os cavalllos de sella do senhor e quando não há esta obrigação continuam no trabalho até o pôr do sol, quasi seis horas.

Na volta, á noite são tambem muitas vezes obrigados a raspar mandioca, durante uma ou duas horas, como em nenhum dos principaes estabelecimentos se costuma vender farinha, só fabricam a quantidade necessaria para o consumo do pessoal, pelo que esse serviço só se faz uma vez por semana.

No tempo da moagem só se interrompe o trabalho nos domingos e dias santos e é de dia e de noite, revesando-se os negros em horas marcadas, como os marinheiros a bordo dos navios.

Os negros que trabalham no campo são vigiados por um **feitor**, (nas colonias francezas esse individuo tem o titulo de **mandador**) que de ordinario é branco, porem mais frequentemente pardo. Alguns tambem confiam esse emprego a escravos crêolos e até Africanos, e pode se contar mais com um feitor escravo de que com um liberto de côr; o primeiro por ser, propriedade do dono da fazenda e ter tudo a receiar ou a esperar d'elle, cuida melhor em fazer com que cada um cumpra o seu dever e é notavel que seja necessario vigiar os **feitores escravos** afim de impedir-lhes a demasiada severidade com aquelles aquem governam, pois em geral são mais rigorosas de que os homens livres. Depois dos **feitores escravos** os mais inexoraveis são os **feitores europeus**. Tambem se tem observado que os Africanos libertos, por sua vez possuidores de escravos, o que ás vezes acontece, os tratam de modo cruel, parecendo redobrar a sua ferocidade quando se lembram do que elles proprios soffreram. O coração do homem se endurece; atormentaram-no, com indifferença elle atormenta tambem quando lhe cabe a vez.



Os soccorros da medicina não são administrados aos escravos convenientemente; isso porém é menos por negligência dos colonos do que por ser pequeno na terra o numero dos homens da arte, mesmo porque do interesse dos proprietarios (ponde de parte o sentimento de humanidade) é empregar os meios de conservar-lhes a vida e a saude (23).

Considero insufficiente a quantidade e a qualidade da alimentação dos escravos, em relação ao trabalho que delles exigem; assim não poderiam viver se o trabalho dos dias destinados ao descanso, não fornecesse um suplemento á ração dada pelo senhor. Disse algures que a parte vegetal da alimentação dos negros, consta de farinha de mandioca e a parte animal, de ordinario, de carne do ceará salgada importada do Rio Grande do Sul, ás vezes substituida por peixe salgado. O vestuario dado ao escravo consiste n'uma camisa, uma calça de algodão da terra e um chapéo de palha e dão-lhe tambem uma esteira e um pedaço de panno para servir de cobertor. Esses objectos porém não se renovam, como é necessario.

Embora a alimentação dos negros esteja á cargo dos senhores, não sendo todo o terreno de uma fazenda occupado por ella, permittem que os escravos plantem o que quizerem e vendam as suas colheitas. Muitos criam porcos, aves domesticas e ha mesmo alguns que possuem cavallos que allugam sendo sua a importancia do alluguel. (24).

Os ultimos negros importados passam a servir no engenho logo depois que chegam. Se são tratados de modo conveniente, podem ser empregados em qualquer especie de trabalho no fim oito ou dez mezes, mas nunca antes desse tempo. No principio deviam evitar-lhes o trabalho nos lugares humidos e não obrigar-os a trabalhar antes das oito horas, principalmente dando-

---

(23) Achei a seguinte passagem n'uma obra mui apreciada nas colonias inglezas: "A cousa pela qual os escravos das Indias Occidentaes deveriam mostrar á generosidade dos senhores a maior gratidão, é o cuidado que estes têm em acudir-os com os soccorros da medicina quando adoecem". Quem vê o seu cavallo doente não o leva ao veterinario?

(24) Os animaes ordinariamente são marcados na coxa direita com o signal particular do proprietario; os dos escravos tem a marca na coxa esquerda. Assim, embora a lei se opponha a que os escravos tenham a faculdade de possuir alguma cousa propria, o uso estabeleceu um costume melhor adaptado ao estado actual do paiz.

lhes o almoço antes de partirem. Com estas precauções prevenir-se-hia a perda de muitos e cumpria-se o dever de humanidade (25).

Referi a condição ordinaria dos escravos nas plantações, porém como todas as commidades que podem fruir esses infelizes e o descanso que lhes acontece gozar, dependem absolutamente da vontade dos senhores, os casos em que a sorte do escravo é quasi insupportavel, são por desgraça mui frequentes.

Alguns colonos exigem que os seus escravos trabalhem à noite, embora tenham durante o dia desempenhado a sua tarefa ordinaria, por exemplo, que façam farinha, preparem o barro para tijollos ou louça de cosinha, levantem paredes carreguem tijollos e lenha. Esse serviço extraordinario tem o nome de *quinguigú*. Cheguei mesmo a saber que uma vez o serviço do campo continuara até a meia noite alumiado por grandes fogueiras accezas em redor, nada havendo que isso justificasse além do bel prazer do senhor, porque a estação era favoravel e não ia tão adeantada que não se podesse fazer o serviço nas horas habituaes e acabal-o a tempo.

Sobre o artigo crueldade dos senhores, eu muito teria que dizer, porém já me estendi sobre esta parte do meu assumpto e não irei mais longe. A publicação de semelhantes actos faz mais mal do que bem, servem de exemplos aos que tem o coração insensível e depravado; ahí descobrem caminhos que poderão seguir porque outros os tem amedrontado mais do que precipicios que é necessario evitar.

---

(25) O systema de repartir os negros recém-chegados pelos mais antigos para cuidarem d'elles, tal como se pratica na Jamaica, não tem sido adoptado no Brasil. Penso que o costume é bom, porque assim cada escravo antigo se interessa por um dos novos companheiros; estes ultimos se conformam mais depressa com a sua situação pelo interesse que lhe testemunham, e as suas necessidades chegam mais facilmente ao conhecimento dos senhores.

A lei decretada no Rio de Janeiro em 1809, prohibindo que se tomasse por dividas uma parte das propriedades dos colonos fabricantes de assucar, pode dar bom resultado. Os escravos não podem, salvo accordo com o senhor, ser vendidos separadamente da propriedade para satisfazer credores e o senhor não é obrigado a dispôr d'elles se não quando a divida sobe ao valor da propriedade. Assim e de alguma sorte é o escravo considerado em condição de creado.

Quando o poder de um homem sobre os seus semelhantes é mui grande delle resultam os abusos; o systema é radicalmente mau.

Conheço colonos que compram todos os escravos, por peor que seja a reputação delles, se poderem adqueril-os por menos do que o preço corrente.

Os individuos de segunda ordem, que possuem insignificante numero de escravos e que para punil-os, quando se portam mal, não dispõem dos meios empregados nas grandes propriedades, vendem aquelles de que estão descontentes aos ricos que os queiram comprar.

Há no matto uma fazenda cujo dono é conhecido por comprador de escravos por mais ruins que sejam, com tanto que lh'os vendam baratos. Esse homem procura com o maximo cuidado manter no seu dominio a melhor ordem possivel e consegue-o; prefere mesmo os escravos creôlos aos Africanos porque os primeiros são sempre mais difficeis de aturar. E' homem de character firme e decidido. Quando lhe chega um novo escravo, leva-o á prisão, mostra-lhe o tronco, as correntes e o chicote e diz-lhe: eis o que o espera se continua a portar-se mal. Depois dá-lhe uma choupana, roupa e os demais objectos necessarios, sempre em maior quantidade e melhor qualidade do que nas outras propriedades. Succedeu uma vez que um negro batesse no feitor; foi preso esperar que se tirasse o negocio a limpo, e verificou-se que o homem livre fôra o culpado e por isso demitido, soffrendo o negro tambem um certo castigo por ter ousado levantar a mão contra o seu superior, em seguida porém e depois de occupar por algum tempo o lugar immediatamente inferior, foi elevado a feitor.

Se aquelle colono não castigasse com maior severidade os seus escravos, quando apanhados em faltas, o seu dominio se tornaria logo um covil de ladrões e assassinos, porque sabe de que se compõe a sua fabrica de escravos; aquelle homem é de sangue misturado, mas aparentado com as melhores familias da provincia. E' bom que um individuo por modica differença no preço dos escravos, queira sujeitar-se, arriscando a vida e os bens, a governar um bando de homens sem instrucção nenhuma e, consequentemente sem regra de conducta e de habitos viciosos.

Nas actuaes circumstancias elle presta um serviço á sua terra. Mas que terrivel desgraça a de serem as instituições de um paiz reguladas por tal forma, podendo nelle viver uma im-



mensidade de homens, muitos delles criminosos, que de certo nunca serão punidos por leis communs, arbitrariamente lhes possam inflingir castigos aquelles a quem servem!...

Os escravos dos roçados de algodão soffrem, como é de suppor, os mesmos castigos e estão expostos ao mesmo tratamento d'aquelles de quem tenho fallado. A sorte delles aliás é mais sua ou mais rigorosa, conforme o character individual dos senhores. Todavia acham-se expostos a maiores privações pela propria natureza da região que habitam e não gosam da vantagem que o tempo da colheita proporciona aos negros dos engenhos. Além disso, naquelles cantões tão distantes das grandes cidades e das costas, a obtenção de viveres, não é nada facil, e os escravos custam mais a vender a mandioca, o milho e o feijão, que plantam em seus terrenos. Entretanto alguns negros d'aquelles dominios resgatam a liberdade, porque o algodão é mercadoria que se vende por bom preço e pode ser cultivada e posta em condições de ser vendida sem grande despeza. Os escravos que plantam algodão e o apanham regularmente acabam por alcançar a compensação dos seus esforços. O mesmo já não acontece com relação aos que plantam canna de assucar, porque para cultivar-a são precisos soccorros em certas estações, e soccorros indispensaveis, sobretudo para moê-las e del-las tirar lucro.

No engenho o escravo não tem a sua propriedade debaixo das vistas, e como ella passa pelas mãos de muita gente que nenhum respeito vota a semelhante proprietario, o qual de nenhum meio dispõe para conseguir justiça, não pode esperar que com sigo procedam com lealdade. Taes inconvenientes a que para os captivos está sujeita a cultura da canna, fazem com que elles, por sua conta, quasi nunca a plantem.

As fazendas de gados contém poucos escravos e só se occupam nos serviços domesticos, porque quasi nenhum, a não ser creolos, é julgado capaz de domar bois, cavallos, que é tarefa difficilima; os escravos ficam pois em casa occupados nos trabalhos que exigem menos audacia.

O clima do Sertão é considerado favoravel aos Africanos e os negros doentes são comprados por baixo preço pelos habitantes do interior que acreditam que com o clima elles promptly se restabelecem.

A chigúa (bicho de pé) não existe nas planicies do Sertão, o que para os colonos é de grande vantagem, porque esse insecto muito mal faz aos negros; por mais precauções que se le-

nham tomado, muitos tem ficado sem os pés, por não ter sido possível extrahir delles tão terriveis animaesinhos.

A chigüa agarra-se a certas pessoas de preferencia a outras, e as que estão sujeitas aos ataques desses insectos, muitas vezes o unico remedio que tem para se libertarem, é a mudança para lugar onde elles não existiam.

A seccura do ar e do solo do Sertão geralmente cura as febres chronicas e a amarellidão, que quasi sempre é consequencia dellas. Os Africanos mui pouco são accommetidos de febre, porém com frequencia de amarellidão.

Nas fazendas ácima do sertão e junto ás montanhas, onde são os roçados de algodão e que em grande parte fornecem viveres aos moradores das planicies, o numero de negros cresce todos os dias. Tive varias occasiões de conversar com negros do Sertão e notei que todos gostavam mais de morar nas fazendas de gados, mesmo nos lugares do paiz que limitam o mar. O alimento desses negros é melhor do que o das plantações, e só isto justifica a preferencia. Carne verde de boi ou de carneiro, é a alimentação ordinaria dos negros do Sertão, cousa que aos das plantações quasi nunca fornecem.

A terrivel enfermidade a que os negros estão mais particularmente sujeitos de que os outros homens é a que nas colonias inglezas se chama naw's e no Brazil bôbas. Tive occasião de ver pessoas atacadas desse mal; o aspecto não pode ser mais repugnante; todo o corpo se cobre de grandes ulceras e os accommettidos tornam-se semelhantes a esqueletos e de ordinario por algum tempo paralyticos. A facilidade com que essa molestia se transmite augmenta ainda a triste condição de um enfermo, porque tomam-se todas as precauções para isolal-o dos outros escravos. Os adultos que della se restabelecem mui raramente gosam da saúde perfeita que antes disfructaram. Pretendem os negros que ella se fixa nos ossos. Qualquer mudança de temperatura provoca dores nos que já soffreram essa molestia, mesmo quando considerados perfeitamente restabelecidos, e não raro perderem momentaneamente o uso de um dos membros.

Deve-se observar severo regimen durante muitos mezes ainda depois de desapparecer a molestia afim de evitar-se uma recahida, e não é raro que um excesso praticado annos mais tarde, occasione fortes dores nas articulações.

O que vou referir passou-se á minha vista. No tempo em que residia em Jaguaribe o filho de um dos meus visinhos, que soffria dessa molestia, habituara-se a vir brincar com outros

filhos dos moradores do engenho; pouco depois outro, filho de um dos operarios, foi atacado porém occultaram-se esse accidente, do qual só fui sabedor quando um dia me vieram avisar que um moleque de oito annos estava com bôbas, succedendo cahir tambem o pai logo após, e apesar de todos os cuidados possiveis empregados, outras pessoas. Mandou-se chamar um cirurgião que receitou mercurio para todos os doentes, inclusive uma creança de mezes de nascida. Os menores que já haviam attingido a uma certa idade, escaparam todos e na epoca da minha partida, nenhum tinha recabido nem experimentado algum dos incommodos que se seguem á enfermidade. O pai do moleque ficou ainda doente, mas em vias de restabelecimento. O desenvolvimento do recém-nascido foi interrompido e não havia quasi esperanças de salvá-lo.

Esse espantoso mal pega quando se permanece no mesmo aposento em que estiver um contaminado e por uma singular especie de innoculação. E' operada por um mosquito do qual é quasi impossivel livrar-se a gente. Infinito numero desses insectos apparece pela manhã muito cedo, diminuindo quando começa a força do sol, se um delles, depois de pousar em pessoa affectada de bôbas, se agarra ao canto do olho, á bocca ou a qualquer escoriação de pessoa de saude, basta para transmitir-lhe a doença.

As cicatrizes que esse mal imprime na pelle dos negros dão-lhes o mais horrendo aspectto, porque a ferida, que penetra muito, muda-lhe a côr, que fica de um branco sujo e nauseante. (26). De mais todas as feridas profundas produzem o mesmo effeito na pelle dos pretos.

---

(26) O dr. Pinchard, em suas notas sobre as Indias Occidentaes, diz que com pouco resultado empregou-se em Berbice o mercurio contra esse mal.

Mr. Edwards duvida qu para elle ha, a remedio. Refere ter ouvido dizer que o negro da Costa do Ouro o innoculavam nos filhos e acreditavam igualmente que atacava os ossos. Bellingbrooke pensa que contra essa doença nunca houve remedio, e diz que a saliva fal-a reentrar, mas que ho'e empregam enxofre e outros remedios semelhantes para cural-a, acrescentando que ha negros que a inoculam nos filhos para attenuar-lhe os effeitos.

Encontro na Viagem á Guyana etc. em 1789, esta phrase a respeito da mesma enfermidade: **Apanham-na mui facilmente com as Indias quasi todas contaminadas.** M. Edwards suppõe que foi importada da Africa, e a mesma opinião prevalece no Brasil. De facto é menos commum entre os Indios do que entre os homens de côr.



Há numerosos brancos, e mesmo pardos, que possuem dous ou trez escravos que com elles partilham o producto do trabalho jornalheiro e até do do campo. Esses escravos em geral são creólos, creados na casa, ou Africanos comprados muito novos por pouco dinheiro quasi sempre considerados como pessoas da familia, e repartem com o senhor o alimento que vão, cada um para seu lado, ganhar todos os dias uteis. Nos domingos e dias santificados apresentam-se bem trajados e com um certo ar de independencia que annuncia que neste mundo se consideram alguma cousa mais do que simples captivos. E' notavel a differença dos sentimentos que cada um desses homens tem para com o senhor e os que os escravos dos grandes dominios experimentam pelos seus. Os primeiros não admittem em sua presença a menor offensa ao senhor, em quanto que os outros pouco se importam que façam aos seus as maiores injurias.

Os escravos dos pequenos proprietarios não estão sujeitos a contrahir os defeitos tão communs nos dos ricos; têm mais amor-próprio, grande desejo de se portarem com honestidade e maior temôr das reprehensões por faltas commettidas.

Nos grandes dominios o ajuntamento de tantos escravos, contribue para propagar a depravação de alguns e a immensa distancia entre elles e os senhores tende a inculcar-lhes idéa mais poderosa de sua inferioridade; com relação porém aos pequenos proprietarios a differença de condição é infinitamente menor, e d'ahi talvez, além de outras razões, o mutuo socorro que se prestam o senhor e o escravo nas occupações diarias. (27).

Segundo a enorme extensão da região poderia bem suppor-se que, quando foge um escravo, é difficilimo rehavel-o; pois não é assim. E' com facilidade reconhecida pela sua maneira de fallar a língua portugueza; e quando um individuo desta nacionalidade não pode provar que é forro, não o deixam socegado por muito tempo, porque a gratificação pela prisão de um escravo é consideravel.

Além de que os Africanos que se libertam, em geral costumam continuar a residir na visinhança da propriedade em

---

(27) No Brazil um pequeno proprietario possui de dous a dez escravos, um rico, na parte do paiz de que posso fallar, possui de vinte a sessenta.

que serviram quando captivos; de sorte que se algum se estabelece onde não é conhecido, pensam logo que não é livre.

Os creôlos libertados, pelo contrario, retiram-se logo para pontos affastados, porque não querem que no lugar de sua nova habitação seja conhecida a condição a que estiveram submettidos.

Um Africano necessariamente só deve ter ido para o Brazil como escravo e o seu novo estado de homem livre prova boa conducta, sem o que não conseguiria libertar-se. Um creôlo porém pode ter nascido forro e quando não, deseja naturalmente occultar que foi captivo.

Os creôlos escravos e especialmente os mulatos, fogem com frequencia e quasi sempre os senhores nunca mais sabem noticia delles; entretanto algumas vezes esses mesmos são agarrados.

Uma aventura bem triste succedeu no Recife, pouco antes de minha partida d'aquella cidade. Um negro e sua mulher fugiram da casa do senhor, e como se passassem dezeseis ou dezeseite annos sem noticia delles, pensava que tinham morrido ambos. Um dia, porém bateram-lhe á porta diversos capitães de campo, escoltando alguns individuos. O senhor immediatamente reconheceu os escravos e disseram-lhe que os cinco jovens que estavam com elles eram filhos e por tanto seus escravos tambem. Aquellas creaturas tinham vivido até então na feliz idéa de que eram livres. Um rapaz de dezeseis annos e sua irmã de quatorze iam na primavera da vida, incetar uma miseravel existencia!

O senhor os mandou prender até vendel-os a um negociante, que os embarcou para o Maranhão. Nunca pude saber como haviam descoberto que aquelles infelizes eram escravos.

Maldito systema que assim destroe todas as esperanças de um viver ditoso!

Alguns negros que se escapolem, tomam o partido de fugir dos pontos habitados. Ocultam-se nos mattos em vez de procurar estabelecer-se como livres em alguma aldeia ou povoação distante. Edificam cabanas, a que chamam **mocambos**, nos lugares menos frequentados e ahí vivem de caça e das fructas que encontram. Esses homens as vezes se juntam em numero de dez ou dose e então surprehendel-os é difficilissimo porque o conhecimento que têm dos mattos que habitam, lhes

dá immensa vantagem sobre os que são contra elles enviados. (28).

A's vezes todo um districto é perturbado por um desses bandos, que devasta as terras, rouba os vitellos, os carneiros e as aves domesticas. (29). Dizem tambem que os negros ga-bãos violam as creanças.

Os escravos no Maranhão são talvez menos de que em Per-

(28) Um escravo pertencente ao coronel de um regimento de artilharia de milicia, rico colono, tinha o costume de occultar-se de vez em quando no matto durante dias; reconduziam-no á casa, era castigado e logo tornava a fugir, e assim procedeu por longo tempo. Um dia, no correr de uma de suas ausencias encontrou-se com o senhor, que seguia a cavallo por um caminho estreito. O negro postou-se-lhe em frente e tirando o chapéo pediu-lhe algum dinheiro. O coronel assustadissimo deu-lhe o que pedia e o negro deixou-o passar, mas o senhor pediu segredo desse encontro. O escravo fôí logo depois agarrado, mas continuou a fugir, a ser preso e a fugir sempre, tantas vezes e durante tantos annos que por fim o senhor o deixou fazer o que quizesse, porque na verdade temia segundo encontro nos mattos e não ser tratado com a delicadeza do primeiro. Recusou-se tão obstinadamente a vender o negro que este caprichou tambem em não servir-o, isso pelo singular prejuizo que tem certos colonos de não quererem se desfazer de um escravo que lhes pertença senão alforreando-o.

(28) Havia no engenho Jaguaribe um moleque africano de doze annos de idade que frequentemente embrenhava-se nos mattos e lá ficava muitos dias consecutivos. Uma occasião matou um bezerro e com um seixo cortante esquartejou-o para com mais facilidade poder conduzi-lo. Foi descoberto pelos signaes do sangue derramado; e logo que o dono do bezerro ponde alcançal-o, quiz, com razão, leval-o ao senhor; elle porém atirou-se ao chão e recusou seguil-o. Então o homem amarrou-o a uma arvore, fôí buscar um cavallo e pondo-o em cima atado de pés e mãos o conduziu a Jaguaribe, tangendo o cavallo deante de si. O moleque foi severamente castigado, mas poucas horas depois de surrado disse a um camarada: Pelo menos tive a honra de vir acompanhado por um pagem. Este caso deu-se antes da minha residencia em Jaguaribe.

Pouco antes de minha sahida d'aquelle engenho o mesmo moleque, contado então quatorze annos, fugio com outro quasi da mesma idade, e já estavam ausentes a muitos dias quando um operario Indio os reconduzio ao engenho. Aquelles moleques tinham despido todas as roupas, e preparado arcos e flechas, com que pretendiam matar aves, ratos e outros animaes para se alimentarem. O aspecto de ambos era verdadeiramente risivel, mas inspirava compaixão. Logo que se soube que tinham sido apanha-



nambuco, e no fundo o systema adoptado para com elles é o mesmo. O alimento habitual é arroz de que affirmam que a maior parte dos Africanos não gosta. Diz-se que n'aquella provincia são tratados com mais rigor, porém a esse respeito nada posso contar por não ter tido occasião de julgal-o por mim mesmo.

Os negros considerados absolutamente incorrigiveis, são enviados de Pernambuco para o Maranhão, e, embora bastante conhecida a causa dessa deportação, ali são bem vantajosamente vendidos, e nada contém o escravo no comprimento do dever como a ameaça de embarcal-o para o Maranhão ou para o Pará.

Ninguém deve esperar que homens reduzidos ao captiveiro possuam bom e amavel character; é mesmo surprehendente encontrar-se alguma virtude em sêres reduzidos a tão desgraçada condição.

Os escravos são bastante inclinados a furtar, principalmente dos senhores e acreditam que quasi nenhum mal fazem com isso. (30).

A embriaguez tambem é commum entre elles (31).

Com difficuldade se obtém de um escravo uma resposta directa, porém consegue-se tudo o que se deseja saber, empregando-se quatro ou cinco perguntas desviadas, e este meio é muitas vezes necessario, menos por dezejo que elle tenha de enganar do que pela estupidez e ignorancia da lingua.

E' no modo de se comportarem com suas familias e com os camaradas que manifestam a bondade do coração e é bem natural que assim seja. Os negros mostram a maior dedicação

---

dos, todos os pequenos companheiros e outros moradores do engenho reuniram-se para ver passar aquelles terrivis negros do matto. Eu os tratava bem, por consequencia somente a inclinação para não seguir um habito mais severo estabelecida no dominio do senhor, os impellia a preferir a vida selvagem dos mattos.

(30) Um d'elles costumava dizer quando lhe censuravam algum furto: Ora furtar do senhor não é furtar!

(31) Existem a este respeito estranhas ideas, e indicam varios remedios para acabar com esse vicio; porém o apontado como o melhor de todos é este: dar a beber ao negro, sem que elle saiba, uma pitada de terra de uma sepultura e dissolvida n'agua.

por suas mulheres, filhos e parentes e tambem estimam muito os **malungos** e companheiros.

O respeito que votam á velhice é grande. Os velhos Africanos nos engenhos, nunca deixam de fazer pelos camaradas o que lhes é possível. Fallando-se-lhes empregam os nomes de **pai e mãe**. O proprio senhor antecede com uma destas palavras o nome do velho escravo a quem se dirige.

Não se pense que em geral todos os escravos dediquem aos senhores affecto. E porque o dedicariam? A união entre essas duas classes de individuos, não é a da amizade, da boa harmonia, dos beneficios, que infundem gratidão, da estima nem do respeito; mas pelo contrario, união de odio, de discordia, de desconfiança e de continuas suspeitas; se em tal união existe algum sentimento, alguma reciproca affeição, entre os que della usufruem as vantagens e os que lhe experimentam os soffrimentos, deriva-se da propria natureza humana e nunca desse espantoso systema.

Vê-se, pelo que acabo de referir, que os escravos das partes do Brazil que visitei, estão em melhor condição do que os das Antilhas, mas em todo caso sempre no captivo e esta palavra encerra grande miseria, grande humilhação, grande desgraça!

## CAPITULO XX

### O commercio de escravos é impolitico

E' infame e cruel o commercio de negros, e hoje poucas pessoas ha na Inglaterra que ainda tenham duvidas a este respeito e nenhuma que ouse defendel-o. E' um grande mal moral, talvez o maior que existe. A Inglaterra por fim libertou-se d'elle, mas a sua tarefa não se completará em quanto outras nações continuarem a arrebatam os naturaes da Africa para os conduzir á America meridional.

Quando a Grã Bretanha conseguir, por seus esforços, impedir esse commercio, deve ainda proseguir, nas suas proprias colonias, no empenho de abolir a escravidão. Será preciso que expie os crimes que praticou e que pelo zelo que empregar nessa causa, extirpando com a maxima conveniente presteza tão execranda condição, convença os outros povos de sua sinceridade.

Há no Brazil muita gente boa que ainda acredita que o

trafico de escravos, arranca os Africanos á morte e que se os Europeus os não vendessem seriam assassinados pelos proprios compatriotas. Esta opinião predominava na Inglaterra a poucos annos, por tanto não admira que os Brazileiros mantenham tal prejuizo. Um mal entendido interesse fortifica essa opinão e elles não têm meios de desenganar-se. Quanto aos colonos, receio bem que todos os argumentos que se lhes podesse apresentar, fossem inuteis para convencel-os. Julgam que sem escravos estariam perdida as propriedades.

Se a classe clerical chegasse a convencer-se da crueldade de tal commercio, de sua desastrosa influencia sobre a moralidade dos naturaes da Africa, de sua directa tendencia para augmentar, nos paizes frequentados pelos negociantes de escravos, os numerosos males do estado da actual sociedade; se se podesse persuadir os padres de que a sua approvaçãõ sanciona um dos mais horrendos systema que o mundo já viõ, não ha duvida alguma de que se pronunciariam pelo aniquilamento d'elle. Não preciso dizer de que peso seria a opinão do clero junto a todas as outras classes.

Um dos principaes argumentos empregado pelos sacerdotes é que os Africanos escravos tem a vantagem de entrar na igreja catholica. Mas não seria melhor ensinar-lhes a religiãõ christã lá mesmo na Africa do que fazel-os padecer os males a que estão expostos pelo captiveiro?

Adoptaram tambem no Brazil a crença de que é suspeita a pureza dos designios do governo inglez na aboliçãõ desse commercio. Pretendem que só a politica ditou tal medida, desde que as colonias inglezas estão completamente providas de escravos. O que elle quer, dizem, a pretexto de capciosos motivos de moral e de humanidade, é tirar aos outros povos as vantagens que colhem de suas colonias e obrigar-as a abandonar a cultura dos productos coloniaes que não se pode conseguir sem auxilio de trabalhadores escravos. (32).

---

(32) O Investigador Portuguez e o Correio Brasileiro, dous Jornaes portuguezes publicados em Londres, postaram-se ao lado da justiça, da humanidade e da sã politica. O primeiro traduzio a brochura do dr. Thorpe ácerca da colonia da **Serra Leão** e inserio-a por fragmentos em seus numeros. Confio que os editores comprehendam que antes de tudo a imparcialidade, e que publicarão o relatorio especial dos directores da instituiçãõ africana em resposta ás accusações contra elles levantadas pelo dr. Thorpe.



E' claro que os que assim raciocinam estão mal informados, e se se dessem ao trabalho de estudar, haviam de saber de que fonte limpa dimana o zêlo pela prohibição do commercio de escravos, aprenderiam o detalhe dos esforços da perseverança de Clarendon, o grande apostolo dessa causa e se venceriam enfim de que a eloquencia de Wilberforce apoiava-se nos mais desinteressados principios; saberiam além disso que os dous personagens cujos nomes, permanecerão eternamente ligados á famosa lei para a promulgação da qual tanto contribuíram, tem sido sustentados por uma multidão de philanthropos esclarecidos e de generosos escriptores.

As provas da pureza de principios, segundo os quaes essa lei obteve maioria no parlamento, são tão decisivas, que relatando apenas os factos se teria a certeza de satisfazer qualquer pessoa que de antemão não estivesse decidida a recusar a evidencia.

O governo do Brazil acha-se em difficil posição. Tem sob as suas leis numeroso corpo de proprietarios de escravos espalhados em extenso territorio, onde a acção da autoridade é necessariamente fraca. A possibilidade de resistencia existe; embora as suas ordenações sejam decretadas de maneira despótica, elle deve guardar-se de ir muito longe, porquanto não tem meios de forçar as principaes provincias a cumprir-lhe as ordens, caso alguma não queira submeter-se. Creio bem até que o governo se inclinaria ao exemplo das principaes potencias Europeas no que diz respeito ao trafico de negros, porém que deve livrar-se de agir com precipitação; é preciso que para essa mudança a população esteja preparada, porque hoje lhe há de parecer prejudicial e destruidora de sua propriedade.

E' na Bahia que os negociantes e colonos se tem levantado com maior energia a favor do commercio de escravos. E' lá que mais se negocia com a Costa d'Africa. N'aquella provincia conta-se nos grandes dominios duzentos, trezentos e quatrocentos captivos; os seus proprietarios consequentemente são mui ricos e a influencia delles sobre a população é notabilissima. E' na Bahia que a opposição ás medidas que não convém aos seus habitantes, se tem manifestado com maior força. A abolição do trafico de negros, o comportamento dos cruzadores inglezes, estacionados nas costas africanas para in-

terceptar os navios negreiros (33) hão despertado innumerables murmurações e dado lugar a petições notaveis pelo calor das expressões.

Um escriptor brasileiro, com licença do príncipe regente, publicou varias brochuras, nas quaes revelou-se contra esse commercio, tanto quanto possível nas circumstancias presentes. Chama á escravidão cancro politico, que tende a impedir o augmento da população branca, e, segundo uma expressão bastante energica, africanisar o novo mundo.

Um escriptor de grande reputação entre os seus concidadãos diz: "Se não receiassemos a autoridade do governo, porque hesitaríamos em combater as erroneas opiniões do povo, certo como estamos de que embora aquelle que combate os prejuizos de uma nação torna o seu nome odioso, se todavia pode esperar que a posteridade lhe faça justiça?"

Outro jornal tambem de grande apreço assim se exprime:

"E' grande desgraça que a principal força de um imperio esteja na proporção do numero de seus escravos; e se o Brazil reflectisse bem em que cada negro que importa da Africa é forçosamente um inimigo que introduz no seio, talvez que a muito se tivesse limitado a bem poucos escravos".

Espero que outros homens d'aquelle país encarem este assumpto sob o mesmo ponto de vista e que façam sentir aos seus compatriotas que é de equidade, de misericordia e de sã politica, acabar com tão abominavel commercio.

Em todos os lugares onde fui, ouvi predizer a ruina do Brazil e annunciar a decadencia de sua agricultura se esse tra-

---

(33) Os clamores levantados contra a tyrannia e injustiça da Grã Bretanha no emprego de sua superioridade naval, deveriam cessar, porque convencionou-se que a Inglaterra pagaria uma somma de contado ao governo de Portugal para o fim de indemnizar os seus vassallos que julgasse terem sido injustamente tratados.

Os apresamentos de que mais se queixaram foram realizados depois da opinião de que os navios que, içando o pavilhão portuguez commerciam com a costa d' Africa para comprar escravos, deviam ser de construcção portugueza. Era um escravo proveniente da má interpretação dos tratados concluidos entre as duas potencias em 1810.

fico fosse prohibido; não entra na idéa de ninguem a possibilidade de empregar n'um trabalho jornalheiro a população livre. Dizem que sem Africanos cahirá tudo na estagnação e logo apóz na miseria.

Este argumento contra a abolição é menos plausivel com relação ao Brazil do que ás Antilhas. Nestas ultimas colonias, o pessoal de côr, liberto, é menor, ao passo que no Brazil grande parte da população consta de libertos pertencentes ás classes inferiores; em varias localidades o numero dos livres é superior ao de escravos, e não creio que haja districto em que o numero de captivos seja triplicado ao dos libertos,

Deve ter-se notado, nos precedentes capitulos, que os engenhos não são bem providos de escravos e que não há uma unica propriedade que não tenha uma parte do terreno occupada por familias livres; estas formam em geral a população dos povoados e mesmo nas cidades a maior parte dos artistas é liberta.

O commercio de escravos é impolitico, relativamente ao Brazil, de conformidade com o principio de que um homem reduzido ao captivo e menos util do que o que trabalha para si proprio e cujo augmento de fortuna por meios licitos faz subir a prosperidade da sociedade geral a que elle pertence. E' facto que não se pode pôr em duvida; todo mundo admite este principio, tão verdadeiro é elle; mas os que tem estado ao alcance de ver habitualmente a maneira porque os escravos fazem o serviço diario, devem torçosamente estar disto melhor compenetrados. A indifferença delles e a extrema lentidão dos movimentos mostram de maneira clara quão pouco se interessam pelos progressos do serviço.

Observei dous grupos no mesmo campo, um de gente livre e outro de escravos, o que raramente, porém se vê ás vezes. Os primeiros cantavam e mutuamente dirigiam-se gracejos rindo-se, em quanto trabalhavam com bôa vontade, ao passo que os outros guardavam morno silencio, e se alguem a alguma distancia os contemplasse apenas lhes aperceberia os movimentos.

Como já disse, a população livre do Brazil é numerosa, e parece ter chegado o tempo dessa parte da grande familia tornar lugar na sociedade, a despeito dos regulamentos existen-



les (34). Estou disto tão convencido que penso que a abolição do commercio escravo mal seria sentida em Pernambuco no primeiro momento. Os ricos proprietarios de escravos comprariam logo de boa vontade os Africanos expostos á venda o que faria levantar-lhes o preço. Mas o numero de libertos é sufficiente para preencher os claros que podessem resultar da cessação do commercio que a parte da população importada alimenta.

Constituida como está a sociedade nos estados civilizados, os pobres devem depender dos ricos para terem occupação e os ricos dos pobres para a execução dos seus projectos. A situação do Brazil porém exclue as classes baixas da assistência dos que se acham acima dellas e privam os oppulentos das vantagens que poderiam colher do trabalho dos pobres.

O camponez vê-se na necessidade de cultivar a terra para a propria subsistencia, sem possuir capital para tal empreza, e se a colheita falta acha-se em completa privação.

---

(34) Achei a seguinte passagem n'uma obra muito merecidamente apreciada: "Os Romanos apesar das prodigiosas perdas causadas pelas continuas guerras que durante seculos sustentaram, nunca tiveram falta de homens nos primeiros tempos da Republica e puderam estabelecer colonias no exterior com o excesso da população. No tempo dos imperadores porém, logo que punham em campo e nas guarnições os exercitos, onde o soldado disfructa melhor saude do que no exercicio de outra qualquer profissão, a população romana achou-se bastante reduzida e cada dia declinava mais, por causa da alteração havida na divisão das propriedades e do monstro e pernicioso augmento da escravidão domestica que deixou a classe pobre dos cidadãos livres sem outro meio de subsistencia além da caridade publica (Ensaio sobre a politica militar e as instituições do imperio Inglez, por G. W. Pasley capitão (hoje coronel no corpo de engenheiros reaes).

Na obra em que se acha esta nota o autor tem por fim provar que a quantidade da população de um paiz, nunca pode ser affectada pelo numero dos mortos, mas que depende unica e exclusivamente dos meios de subsistencia que aos vivos esse paiz offerece. Eu a transcrevi principalmente porque o autor refere que a escravidão domestica é na Italia uma das causas da diminuição da população, e ainda que esse regimen no Brazil não faça sentir com tanta força os seus funestos effeitos, não há duvida de que impeça o rapido crescimento de numerosas pessoas de cor. Se o trafico continua ainda por alguns annos tenderá a esbarrar de todo o augmento da classe das pessoas de sangue mixto. Ninguem negará a utilidade de favorecer a população livre dos homens de cor, que são os colonos do estado, o baluarte por meio do qual o Brazil se tornará invencivel.

Os esforços de numerosos individuos aos muitos que se-  
jam, occupados cada qual para o seu lado em limpar e plan-  
tar em terrenos separados, não podem prehencher facilmente  
nem com tanta perfeição o trabalho que poderia ser executa-  
do pelos esforços unidos do mesmo numero.

Quando mesmo o commercio escravo continuasse por  
longo tempo, a ordem natural das cousas seguiria provavel-  
mente o seu curso, e acabariam por empregar nas proprieda-  
des bem administradas trabalhadores livres conjuntamente  
com escravos. As classes baixas da população diminuiriam  
bastante, porque cada familia poderia possuir uma sufficiente  
extensão de terreno para viver; parte seria forçada a sujei-  
tar-se ao salario dos que podessem pagar e os colonos conhe-  
ceriam a vantagem de alugar os seus trabalhadores. Assim  
sem que o governo empregasse o menor cuidado ou attenção  
a esse importante assumpto, o trabalho dos homens livres se-  
ria acceito.

Pela separação do trabalho em pequenas porções de ter-  
reno cultivado, se a isso se pode chamar cultivo, como só se  
pratica, grandes partes ficam incultas, e só pode exis-  
tir pequeno numero de familias, n'uma extensão que po-  
deria fornecer meios de subsistencia a muita gente dedicada a  
um serviço commum.

Si o trabalho fosse pago por proprietarios zelosos na ob-  
tensão de boas colheitas, em melhorar as suas terras e que  
prestassem á cultura conveniente attenção, o systema utiliza-  
va a uma e a outra, isto é, á classe dos opulentos e á terceira  
que nada possui.

A segunda classe, composta de pequenos colonos, que vi-  
vem com abastança, tendo casa decente, tres ou quatro escla-  
vos, um ou dous cavalloos e mais algumas propriedades de  
pouco valor, não seria de maneira alguma incommodada com  
a alteração na applicação do trabalho da classe que lhe fica  
imediatamente inferior.

Os colonos de mediocre fortuna que não dispõem de di-  
nheiro para augmentar o numero de seus escravos e que to-  
davia não podem só com os que possuem satisfazer os seus  
projectos agricolas, occupam com frequencia trabalhadores li-  
vres.

No actual systema não tiram do trabalho dos libertos to-  
da a vantagem possivel; o tempo é mal empregado, quando  
executam sós e com pouca actividade, o que facilmente fariam  
se muitos trabalhassem juntos.



Esta observação é sobretudo admiravel n'um paiz novo onde os obstaculos a vencer no preparo das terras para o plantio, são em tamanha quantidade.

Se um individuo se persuade de que para conseguir a alimentação precisa renovar todos os dias o seu labor, é provavel que trate de aproveitar a occasião presente e que não guarde para amanhã o que pode e é de seu interesse fazer hoje, e como sabe que o seu bem estar depende da regularidade dos seus esforços, nunca se descuidará de fazer o seu serviço diario; mas se os proveitos não correspondem aos esforços empregados, há toda a probabilidade de permanecer negligente e que, pela menor cousa deixe para outra vez a execução do trabalho.

O salario de um jornaleiro lhe é pago logo que termina o serviço ajustado. Se fica na ociosidade perde o tempo e não há boa fortuna nem estação favoravel que repare a perda; porém se o lucro depende da fertilidade do solo, de estação favoravel, da boa qualidade da semente ou de todas estas cousas combinadas, ou mesmo de outras que lhes sejam totalmente extranhas, guarda para depois, preferindo ficar em casa ou acceitar convite para um divertimento.

A cultura do terreno é penosa, os homens em geral só trabalham por necessidade e precisa-se de estímulos para os pôr em acção. Esta verdade é applicavel a todos os climas, especialmente porém aos que impellem os habitantes á indolencia.

Si todos os agricultores fossem homens livres, poderia dispensar-se avultados capitães e trabalhos extraordinarios que hoje são inevitaveis para fundar uma plantação, pois é preciso não esquecer que a compra dos escravos, propriedade tão perigosa e precaria, absorve muito dinheiro. Na compra de capital vivo (para servir-me da expressão creôla), o risco só existe nas enfermidades do corpo e ainda assim naquellas a que estão sujeitos corpos endurecidos no clima, mas se arrancaes o negro de sua terra natal, que para elle é a melhor do mundo, tereis de curar-lhe o espirito ferido e desanimado. E' necessario combater a influencia da violencia e das privações que padece, conservar-lhe a saude do corpo e do espirito, do contrario pouco trabalho d'elle conseguireis.

As perdas que o colono soffre com os fallecimentos prematuros não recahiriam tão directamente sobre elle, se empregasse homens livres. O tempo que o escravo fugido perde



nos mattos ou em algum povoado longínquo, não seria também tanto capital morto. As despezas que as doenças acarretam e o prejuizo do tempo proveniente da mesma causa, não seriam á custa do senhor, e o lugar de um individuo seria preenchido por outro. O colono já não se veria no estado de anciedade continua occasionado pelos maus costumes dos seus escravos e por outras causas inseparavelmente ligadas de accordo com o systema de uma pessoa governar quantidade de seus semelhantes que ao mesmo tempo são propriedade sua.

Um proprietario de terras poderia ter algum descanso e não seria forçado a prestar toda a attenção aos seus negocios, como agora precisa fazel-o, se deseja augmentar a fortuna e se quer conservar em bom estado os entes por intermedio dos quais pode conseguil-o. E' muito certo que á força de ouvir o administrador repetir que os escravos estão doentes, estropiados por accidentes ou que fugiram, acabam por habituar-se a não prestar a isso mais attenção. A noticia do restabelecimento ou da volta é recebida com indifferença.

Com a mesma insensibilidade ordenam castigos por crimes ou por faltas; tudo lhes parece natural; esta razão abstém-se de reflectir a respeito.

Num paiz accommettido da terrivel molestia, do captiveiro, ná mais exemplos de crueldade de que de justiça; a punição das faltas para com o senhor é de ordinario immediata e proporcionada ao prejuizo causado aos seus interesses, sendo porém difficil conseguir castigos por crimes que affectam a sociedade.

E' de vantagem para os senhores occultar ás autoridades superiores os actos dos escravos que os possam expor a prival-os do serviço. Tem havido casos em que a propria lei se tem desviado da linha recta da justiça para evitar que seja prejudicado com a execução ou deportação do escravo. O homem rico que devia ser o dispensador da justiça muitas vezes procede de modo contrario ao cumprimento do dever e opposto aos principios da equidade. Assim os crimes e faltas de grande parte da população do lugar em que elle habita, não são punidos como deviam ser, porque elle cala a respeito dos vizinhos, afim de que estes, sendo necessario, tenham para consigo a mesma benevolencia. Mas os crimes que os escravos commettem a respeito dos senhores, não são os unicos delictos a que esta classe de individuos pode ser arrastada. O senhor mesmo que não tem coragem de vingar-se das offensas

que lhe fazem, pode ordenar que a sua vingança seja tomada por um dos desgraçados que lhe estão sujeitos. Tem se visto exemplos.

A geral tendencia resultante do captiveiro, se examinarmos o assumpto em suas essenciaes correlações, é a de revelar as pessimas qualidades d'aquelle que ordena e do que obedece. Por este systema um governo contribue para a desmoralisação do povo, permittindo que os bens de seus vassallos sejam prejudicialmente administrados. O estado é obrigado a alimentar no seu seio grande quantidade de individuos que lhe são menos uteis do que o não seriam se estivessem collocados n'outra situação, em quanto que classe diversa da sociedade está privada da parte activa que poderia ter na prosperidade do paiz.

---

The first part of the history of the  
 country is a description of the  
 country as it was in the  
 year 1000. The second part  
 is a description of the  
 country as it was in the  
 year 1500. The third part  
 is a description of the  
 country as it was in the  
 year 1800. The fourth part  
 is a description of the  
 country as it was in the  
 year 1850. The fifth part  
 is a description of the  
 country as it was in the  
 year 1900. The sixth part  
 is a description of the  
 country as it was in the  
 year 1950. The seventh part  
 is a description of the  
 country as it was in the  
 year 2000.



# A torre Malakoff

## I

Tratando da projectada demolição da torre Malakoff, o *Jornal do Brasil* em sua edição de 2 do corrente, emittiu injustos conceitos sobre a attitude do Instituto Archeologico em relação ao caso, negando-lhe até a prioridade do protesto e da iniciativa sobre sua conservação.

Attendendo ao que foi unanimemente deliberado em sessão de 7, por proposta do dr. Samuel Campello, levo ao velho órgão informações fidedignas, para restabelecimento da verdade.

Começo pela transcripção do libello:

“Justiça seja feita, porém, ás autoridades navaes de Pernambuco. Quando se cogitou, pela primeira vez, de derrubar a torre de Malakoff, os jornalistas do Recife, com Annibal Fernandes e Gilberto Freire á frente, protestaram contra o attentado. Mostraram as razões pelas quaes não se devia tocar no edificio, chamando a attenção para a significação historica que elle tinha na bella capital pernambucana.

O Capitão do porto do Recife, homem de consciencia, officiou ao Instituto Archeologico solicitando informações, no sentido de saber que significação tinha a torre de Malakoff na historia da cidade. Sabem o que respondeu o funcionario do Instituto, encarregado de deslindar a questão? Respondeu que a torre de Malakoff não tinha significação nenhuma para a historia de Pernambuco. Nem para a historia do Brasil. E que, portanto, podia ir ao chão...

Só depois da abalizada resposta da casa mais autorizada a dar opinião sobre o assumpto, é que o Capitão do porto do Recife se dispoz a pôr ao chão a torre de Malakoff. E assim salvaguardou a sua responsabilidade”.

A documentação com que instruirei estas linhas mostra-

rá como os factos se têm desenrolado de modo muito diverso.

Primeiramente, o caso da torre Malakoff já vem de annos atraz. Consta da acta de 13 de Novembro de 1924, do Instituto:

“O Dr. Samuel Campello propoz, com approvação unanime, um voto de louvor ao Commandante Varella Quadro, commandante do porto, por haver obtido a conservação da torre Malakoff, condemnada á demolição. Fez ainda votos para que a fiscalização das obras do porto advogasse o desejo do Instituto de conservar o forte do Brum”.

Estavamos todos tranquilos sobre a sorte da torre Malakoff quando, em Maio do anno passado, um telegramma do Rio de Janeiro noticiou que se tinha novamente deliberado derrubar a torre.

Immediatamente o Instituto Archeologico tratou de ver se evitava o attentado e na duvida sobre a autoridade que tinha jurisdicção quanto ao edificio, dirigiu-se ao sr. Ministro da Viação e ao da Marinha nos seguintes termos:

“RECIFE, 22 de Maio de 1930. — Exmo. Sr. Ministro: Segundo telegrammas procedentes dahi e publicados nos jornaes diarios, vimos que está ameaçada de demolição a torre do Arsenal de Marinha desta Capital. Trata-se duma torre característica, dum dos pontos mais elevados do velho Recife, na qual de ha muito fôra installado o relógio que dá a hora legal á cidade. Não sabemos das razões de ordem technica que teriam aconselhado a destruição desse edificio, mas acreditamos possa elle ser conservado de qualquer maneira, até porque não está fóra do alinhamento da praça que domina. Este Instituto que desde 1862, época da sua fundação, vem cumprindo o seu programma de defender as tradições de Pernambuco; que se tem constituido em guarda das reliquias da nossa historia, veria com grande pezar a destruição da torre característica, tão tradicionalmente ligada a phisionomia da nossa cidade. Pede e implora que V. Exc. se digne de mandar sustar a ordem de demolição e ao mesmo tempo solicite dos technicos um meio de conserval-a. Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exc. os nossos protestos de consideração e estima. — Desembargador Arthur da Silva Reg<sup>o</sup>, presidente”.

Para que tivesse a collaboração efficiente do governo do Estado no assumpto, o presidente do Instituto se dirigiu ainda ao Inspetor estadual de monumentos, na mesma data, nos seguintes termos:

“Tenho a honra de communicar a V. Exc. que o Instituto Archeologico, tomando conhecimento da medida que visa á destruição da torre Malakoff, se dirigiu aos Exmos. Srs. Ministros da Viação e da Marinha, fazendo-lhes um appello, em nome das nossas tradições, para que seja a mesma conservada. Sendo Vossa Exc. a autoridade a quem o Estado incumbiu de oficialmente zelar as nossas tradições, solicita o Instituto seus bons officios, no sentido de amparar esse monumento, cuja extincção não ha motivo ponderante que justifique. Aproveito o ensejo para apresentar a V. Exc. protestos de estima e consideração. Arthur da Silva Rego, presidente”.

Em officio de 11 de Junho, o Sr. Ministro da Viação respondeu ao Instituto que, infelizmente já era tarde para providenciar, porque se tratava de facto quasi consummado.

O sr. Ministro da Marinha nada respondeu. Pouco tempo depois S. Exc. embarcava para o Norte. O Instituto mandou-lhe uma delegação composta do presidente, do Deputado Othon Bezerra Mello, do Dr. Samuel Campello e do signatario deste, para tratar da sorte da Malakoff. A commissão, marcada audiencia, foi recebida a bordo do “Minas Geraes”.

Eis como o “Diario de Pernambuco” noticiou o que se passára:

“Recebidos immediatamente pelo Sr. Ministro da Marinha, o Sr. Desembargador Silva Rego apresentou a S. Exc. os cumprimentos do Instituto e, referindo-se ao pedido que lhe fôra feito em officio, disse que o sodalicio tinha o maior empenho na conservação da torre Malakoff, que, embora não ligada a factos historicos, era, comtudo, edificio caracteristico e tradicional.

“O Sr. Ministro disse que havia recebido o officio do Instituto nas vespervas da partida para o Norte e por isso nada respondera, pois, queria estudar o assumpto *in loco*. Que aqui chegando lhe tratára sobre o assumpto o Dr. Estacio Coimbra, manifestando, igualmente, como bom pernambucano, os seus desejos de ser conservado o edificio e accrescentando que, se fôra Governador ao tempo da abertura das avenidas, teria empregado todos os esforços em favor da conservação da Igreja do Corpo Santo. Que já tivera oportunidade de ir á torre onde se acha installada a Capitania do Porto, admirára a sua construcção e se certificára de que não ha necessidade de sua demolição, especialmente por exigencias do trafego, visto que ella domina uma praça onde es-



te, aliás, não é intenso. Que dera instrucções ao Capitão do Porto para manter o *statu quo* até o seu regresso ao Rio de Janeiro, quando se entenderia com o seu collega da Viação, de quem é amigo pessoal, e acreditava ser possível uma solução a contento dos pernambucanos”.

Por esse tempo (“Diário de Pernambuco” de 4 de Agosto de 1929) o signatario deste publicou um estudo historico sobre a torre Malakoff, no qual restabeleceu a origem do nome, fixou a data da sua construcção e desfez lendas creadas em torno do edificio (1).

O engenheiro chefe da Fiscalização das Obras do Porto — o engenheiro chefe e não o capitão do Porto — officiou então ao Instituto perguntando:

“I — O primitivo destino do predio e a data da sua construcção;

II — Se houve algum facto historico ligado á referida obra e qual tenha sido elle”.

Eis a resposta do Instituto, pela qual se evidencia ainda o seu interesse na conservação do edificio, para o que não podia ligal-o a factos historicos que só irresponsaveis conhecem:

“Recife, 6 de Agosto de 1929. — Exmo. Sr. Dr. M. A. de Moraes Rego, M. D. Engenheiro Chefe da Fiscalização do Porto do Recife: — Respondo ao vosso officio n. 436 de 2 do corrente, sobre a torre Malakoff. I — A torre era parte integrante do Arsenal de Marinha desta capital e foi terminada a sua construcção em 1855. II — Não conhecemos facto de importancia historica ligado á torre Malakoff. Conforme estudo recente que leu no Instituto o Dr. Mario Melo, seu secretario perpetuo, desfazendo a lenda de ter sido o nome Malakoff originario do relógio que nella existe ou do relógioeiro que o collocara, essa denominação foi dada pelo povo, por analogia, em virtude da resistencia empolgante da torre Malakoff de Sebastopol, na guerra da Criméa, ao tempo da construcção do Arsenal de Marinha. Permitti vos informe, tambem, que o Instituto vem pleiteando a conservação da torre Malakoff não por ser edificio propriamente historico, mas pela sua feição caracteristica dada á cidade; pela sua imponencia majestosa: pela severidade de suas linhas architectonicas e por não lhe parecer aconselhavel a destruição

1 — Esse trabalho vai adiante transcripto na integra,

duma torre monumental, a caminho de um seculo de existencia — torre que domina uma praça de pouco movimento aliás, e que podia e devia ser poupada. Retribuo os protestos de estima e apresento-vos os meus votos de consideração e respeito. — Arthur da Silva Rego, presidente”.

Deante do exposto, farta e chronologicamente documentado, vê-se que o *Jornal do Brasil* accitou como fidedignas informações de gente pouco escrupulosa, cujo fito era atacar sob cortinas a mais antiga sociedade historica dos Estados, a qual sempre viveu cercada da consideração e respeito dos grandes vultos do paiz e de notabilidades do estrangeiro, e se apoia no apreço que lhe vota o povo pernambucano.

Recife de Pernambuco, 17 de Maio de 1930. — **Mario Melo.**

(Secretario perpetuo do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano). (2).

## II

Estêve ultimamente em grandes evidencia a chamada torre Malakoff pela ameaça de destruição que lhe pesa, não obstante o sr. ministro da marinha havêr prometido pessoalmente á directoria do Instituto que tudo faria para poupa-la.

Quando o Instituto archeológico — voluntária sentinela do nosso patrimonio histórico e artistico e zeloso e permanente guarda das nossas tradições — pediu ao sr. ministro da Viação fôsse poupado o inofensivo monumento de architectónica, o illustre titular, dando as razões por que não podia atendêr, transcreveu palavras da Inspetoria dos portos, pelas quaes fôra o ministério sciencificado de que o nome Malakoff provinha do relojoeiro que colocara ali o regulador.

### Depoimento valioso

Tive, num dêstes dias, a felicidade do encontro com o sr. Joaquim Alves da Silva Santos, cidadão portuguez, que conta

---

2 — Do “*Jornal do Brasil*” de 29 de Maio de 1930, sob o titulo “O Instituto Archeologico Pernambucano e a Torre Malakoff” e o sub titulo, tudo em duas columnas: “Em nome da quella Instituição, o sr. Mario Melo escreve ao “*Jornal do Brasil*”.

hoje 87 anos de idade, dos quaes 75 vividos no Recife. Está em perfeita lucidez de espirito e tem relativa fortalêza fisica. Vai ainda diariamente ao estabelecimento comercial que fundou e é hoje dirigido pelos filhos.

Desejava me indicasse o ponto exato do Forte do Matos, cujas ruínas alcançara ainda em 1854 quando para aqui vieram, ao que se prontificou, levando-me ao local.

Durante o trajecto, o velho Alves ia falando de suas reminiscências, do que era o Recife antigo, as transformações por que passou e veio incidentemente um relato:

“Quando cheguei aqui, menino, vindo do Portugal num barco a vela, estavam construindo o Arsenal de Marinha. Dirigia as obras o capitão do pôrto Elisiário António dos Santos. O portão do Arsenal, se ainda hoje o é, naquêlo tempo era torre monumental.

“A Europa estava empenhada na guerra da Criméa. Deu-se o assédio de Sebastopol pelos francêses e inglêses. As noticias chegavam aqui a intervalos, quando algum navio da Europa trazia jornaes. Em Sebastopol havia uma fortificação inexpugnável: era a tôrre Malakoff.

E começaram os habitantes do Recife a comparar a tôrre do Arsenal de Marinha com a tôrre Malakoff, nome que lhe impôz, o pôvo e chegou aos nossos dias”. (3).

3 — Recebi posteriormente do respeitavel octogenario Monsenhor Pedrosa, decano dos vigarios de Pernambuco, a seguinte carta que reforça o depoimento:

“Amigo dr. Mario Melo.

“Malakoff (torre) formidavel construcção que defendia Sebastopol e que foi tomada de assalto por nossos soldados, a 8 de setembro de 1855”.

A esde tempo, mais ou menos, deve ter sido construida a nossa torre Malakoff, junto ao Arsenal da Marinha, ao que parece áquelle que, aos 65 annos passados estudava em Olinda e, por graça de Deus, ainda vive para escrevêr estas linhas, pois ouvia repetirem muitas vezes a seguinte tradição:

Ao fundar-se a nossa torre Malakoff, o engenheiro que a delineou e dirigia os trabalhos foi advertido por um pedreiro, apontado como grande architecto ou o mais competente dos ce seu officio, por desgracia ébrio habitual: — Antes de fecharem o zimbório vai tudo abaixo!

O engenheiro não levou em conta o pedreiro, por julga-lo incompetente e devido ao vício da embriaguez, e mandou proseguir o trabalho.

E a profecia realizou-se. Mal tinham os pedreiros fechado o zimbório, a tôrre desabou!

O engenheiro estudou novamente o plano da obra, tomou as



## Malakoff perante a historia

Procurei vêr até que ponto devêria acêitar êssa expli-  
cação.

Consultando Cêsar Cantú (*História Universál* vol. XIII pgs. 46-48) verifiquei que de fácto a guerra da Crimêa de-  
corrêra de 1853 a 1855, ano em que foi inaugurado aqui o  
Arsenal de Marinha; que Sebastopol resistiu onze mezes; que  
Malakoff representou papel importantissimo e que os aliâdos  
só impuzeram a paz depois da quêda da tôrre Malakoff: "A  
tomada da tôrre de Malakoff geccidiu da sorte de Sebastopol,  
que foi abandonada pelos russos depois de metêrem a piquê  
os nâvios de vela que tinham no ancoradouro".

Quanto á autêntica Malakoff, encontro as seguintes in-  
formações, do que era e do que representou na guerra da  
Crimêa:

"Malakoff, baluarte de Sebastopol. No principio do cêr-  
co de Sebastopol, em 1854 e 1855, o lado sul da praça em  
frente do quál acampâram os exêrcitos alliados, era defendi-  
do pelo baluarte do Mastro, o Grande Redente, o baluarte  
do Malakoff e o Pequeno Redente. De estas obras, a mais  
importante era a torre Malakoff, dominando a cidade e a ba-  
hia Sebastopol. O chefe da defêsa, Todiaben, tinha feito de  
ella um immenso reducto, protegido por duas linhas de trin-  
cheiras. A sua posse tornou-se o principal objectivo do ge-  
neral Pelissier, commandante em chefe das tropas francêsas.  
Apressadamente, em 7 de junho, mandou assaltar pelo 2.º cor-  
po do general Bosquet, as obras francas e o Cabêço vêrde,  
depois, em 18 Malakoff foi por seu turno atacado pelas divi-  
sões Mayran, Brunet e d'Autemarre.

A derrota foi completa e o exercicio francês perdeu ..

---

devidas cautelas para sua segurança e ordenou a sua reedifica-  
ção.

Quando já estava o serviço adeantado, o pedreiro appare-  
ceu novamente, cambaleando, olhou, observou e sentenciou: —  
Não vai. Tem de desabar outra vez!

E outra vez a tôrre veio abaixo.

Falida a sciencia do constructor, chamaram o bêbedo.

E elle levantou-a e ahí está ella de pé, sólida e conservada.

E é pena que os modernistas queiram agora demoli-la, não  
satisfeitos com o que já fizeram com os arcos da Conceição e de  
Santo Antonio e com a majestosa igreja do Corpo Santo —  
Creado, amo. admor. — **Monsenhor Pedrosa**".

3.000 homens, entre os quaes os generaes Brunet e Mayran. Pelissier teve de se limitar a proseguir methodicamente as suas marchas para Sebastopol. Um novo assalto teve logar a 8 de Setembro. Emquanto os inglêses atacavam o Novo Redente, a divisão MacMahon, sustentada pela brigada Wimpfen, lançava-se sobre Malakoff. Ao meio dia os zuavos saltavam fora das trincheiras e, escalando o parapeito arvoravam a sua bandeira sobre o baluarte. Bateram-se cõrpo a cõrpo, às coronhadas, com alviões e pás. Mas, apezar da chegada das reservas russas, apezar do aviso de que Malakoff estava minado, Mac Makon sentou-se. "Aqui estou, aqui fico—" exclamava elle. A's quatro horas, Malakoff estava definitivamente em poder dos francêses. No dia seguinte os russos evacua-vam Sebastopol. Pelissier tinha 8.600 homens fora de combate, dos quaes 5 generaes mortos e Bosquet estava gravemente ferido. Pelo seu lado, os russos perderam 14.000 homens. Pelissier recebeu o bastão de marechal e o título de duque de Malakoff". (Encyclopedia e Diccionario Internacional, vol. XII, pgs. 6902-6903).

A guerra da Criméa teve como pretexto a prepondêrancia de católicos e de ortodóxos em Jerusalem. Em poucas palavras a sintetiza Oliveira Lima:

"A guerra propriamente não foi muito longa. Odessa bombardeada, Cronstadt bloqueada, expulsos os turcos da bacia do Danubio e confiada á Austria a occupação dos principados, a França e a Inglaterra concentraram seus esforços contra o poderio russo no mar Negro, atacando-o na Crimea e pondo cerco a Sebastopol, o grande arsenal maritimo, depois de obtida a victoria d'Alma e de repellidas as forças que vinham em soccõrro da praça nos combates de Blakhava, onde ficou famosa a carga de cavallaria inglesa e de Inkerman. O cêrco de Sebastopol durou onze mezes e a resistencia do general Todleben salvou a honra das armas russas. Os contrarios luctaram tambem contra doenças, fazendo o typho grandes estragos. Afinal conseguiu o general Pelissier apoderar-se do Malakoff, determinando a rendição. (História da Civilização, pag. 559)".

#### Exterminio duma lenda

Examinemos a lenda do relojoeiro e da marca do relógio.

Procurei o sr. Maximo Ferreira Castro, um dos mais antigos relojoeiros da cidade. Ha 30 annos trabalha na casa

“Regulador da Marinha”, cuja denominação provém do facto de ter sido a encarregada de zelar e regular o grande relógio da torre do Arsenal de Marinha. Durante muitos anos foi elle proprio o official que se incumbia dêsse serviço. Afirmou-me que o relógio do Arsenal de Marinha não é Malakoff; que nunca conheceu nem por ouvir dizer tivesse existido aqui algum Malakoff relojoeiro; que sendo veterano em concêrto de relógios, por suas mãos têm passado milhares de reguladores e nunca viu nenhum com a marca Malakoff, nem lhe consta haja ou houvesse fabricante com esse nome.

Substituiu-o como zelador do grande relógio o sr. Antonio da Costa Araujo. Fez-me idénticas declarações. Que o relógio não é marca Malakoff nem lhe consta haja hoje ou houvesse fabricante com o nome de Malakoff.

### A fôrça da analogia

Contou-me a propósito, que ao relógio de algibeira avantajado se dá aqui o nome de Malakoff. Mas isso dêve ser expressão pejorativa. Como o regulador da torre Malakoff é ou era o maior da cidade, diz-se por extensão, exageradamente, que um relógio de algibeira maior do que o comum é um Malakoff, para dar idéa do seu tamanho.

E' o império da analogia.

### Verdun revive Malakoff

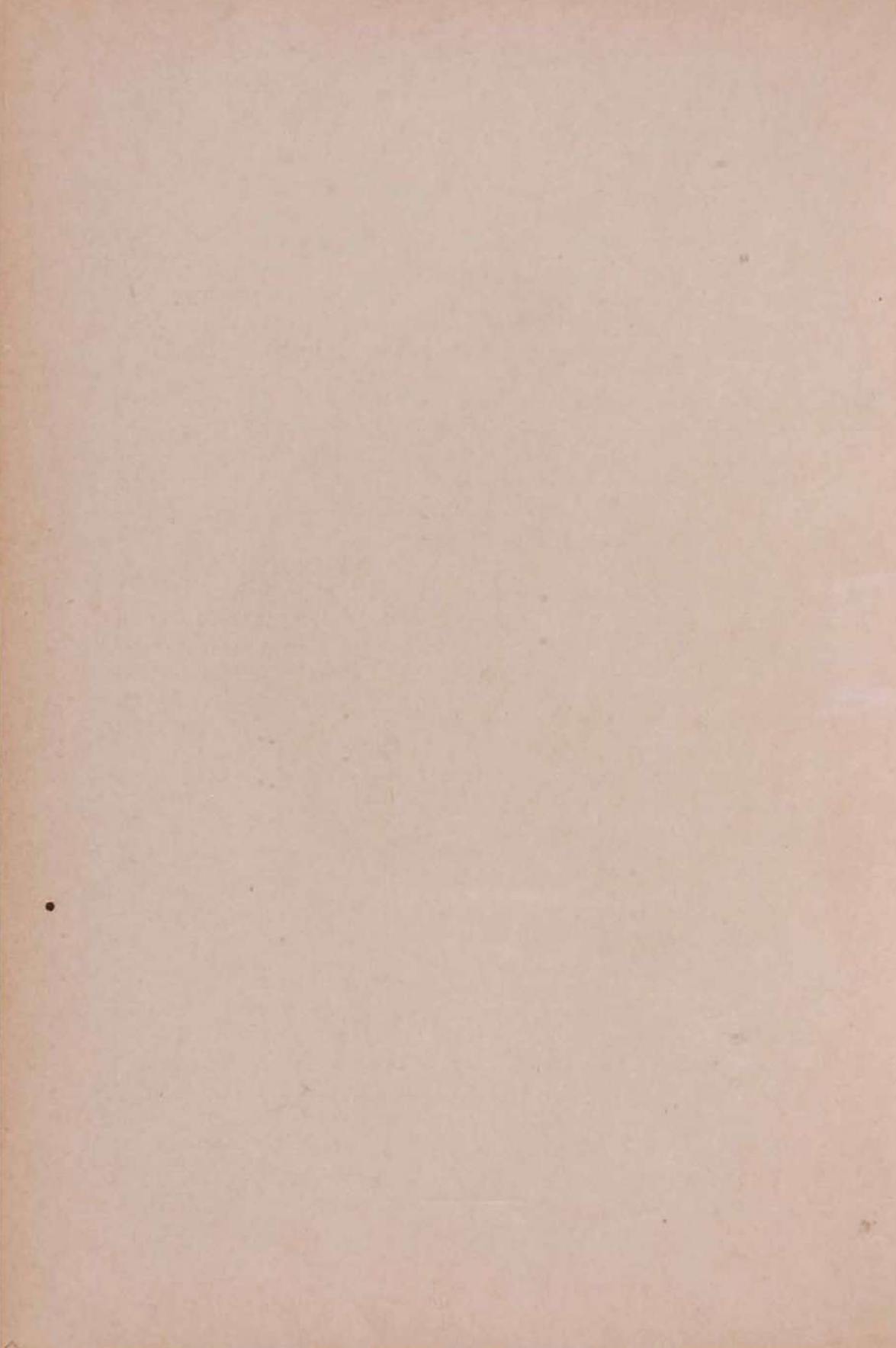
Somos contemporaneos da Grande Guerra e vimos o efeito que a resistencia de Verdun produziu aqui. Este nome foi applicado a sitios, a casas, a estabelecimentos. Temos no Recife uma habitação com o nome de vila Verdun, em memória á famosa fortalêsa.

E' facil o avaliar-se a admiração que a resistencia de Malakoff produziu no animo do nosso pòvo e esta deve ser a crigem tradicional do nome da torre caracteristica que, desgraçadamente e sem razões ponderosas querem destruir, mas por cuja conservação nos temos batido com unânime apoio.

Mário Melo.

---





# A Bahia e o Rio São Francisco

## I

(Replica ao Sr. Pedro Calmon)

Sob a epigrapha "A Bahia e o Rio São Francisco" o Sr. Pedro Calmon acaba de publicar, no "Jornal do Commercio", uma serie de artigos. Pelo assumpto, pelos titulos, pela ordem de exposição, pelas referencias frequentes, acredito que seja uma resposta ao meu livro "Pernambuco e o São Francisco". Eu sustentei que a irradiação pernambucana se fizera sentir tambem para o sul, na margem esquerda do rio São Francisco; o Sr. Pedro Calmon entende que só a Bahia concorreu para o dominio ou a colonisação daquela zona. Advertindo-se tambem que o articulista bahiano me declarára pessoalmente que ia responder ao meu livro, tenho motivos para acreditar que não seja outro o designio de seus estudos.

Não poderia, pois, recusar-lhe o troco, embora não se tenha detido a replica nas razões e nos documentos que reuni.

O methodo de meu contradictor consiste em deixar de parte o meu reducto. Elle faz abstracção dos argumentos oppositos e cava esforçadamente algumas trincheiras novas, á distancia do campo adversario.

Eu poderia, por isso, limitar-me a repetir as razões e a recordar os documentos de que me servi. Mas o amor das formulas directas leva-me a outro processo. Meu reducto continua inatacado; eu o deixo por um momento e vou combater nessas trincheiras novas, que o Sr. Pedro Calmon procurou estabelecer á distancia de meu campo.

Veremos então o que valem essas trincheiras ou se não ha, de minha parte, excesso de boa vontade no denominar assim as obras defensivas, que o Sr. Pedro Calmon quiz oppor á conclusão de meu livro.

Digo-o não sem melancolia. Eu me sentiria mais lisongeado, se a replica estivesse em melhor correspondencia com o esforço e a pesquisa de meu trabalho.

### AS CARTAS DE DOAÇÃO

Varios escriptores bahianos haviam argumentado com o teor das cartas de doação, para sustentar que o rio São Francisco, divisa das capitánias de Duarte Coelho e Francisco Pereira Coutinho, devia servir, apenas como indicação no littoral, para o traçado de linhas imaginarias no rumo de oeste, até encontrar o meridino de Tordesilhas. Como a carta de Duarte Coelho declarava que seria delle "todo o rio de São Francisco", os advogados bahianos entendiam a phrase como incluindo toda a largura do rio, para o effeito da demarcação da faixa littoranea, de cujos extremos deveriam partir as linhas imaginarias para oeste.

O Sr. Eduardo Espinola escreveu a esse respeito um trabalho minucioso, seguindo indicações e conclusões que o Sr. Teive e Argollo havia fixado. O Sr. Pedro Calmon, embora não mencione os predecessores senão de passagem, na obscuridade de uma nota succinta, não diz uma palavra adêante do que elles affirmaram. Repete a arguição de que as capitánias foram demarcadas apenas no littoral; repete ainda a idéa que de outro modo a demarcação da capitania pernambucana incluiria territorio das dontatarias da Bahia, Ilhéos, e Porto Seguro. Aqui, como eu houvesse lembrado a questão da data das cartas, para o respeito da mais antiga, o Sr. Pedro Calmon tem alguma cousa sua. Lembra um proloquio latino pelo qual a lei posterior se deve conciliar com a anterior: — "*leges posteriores ad priores pertineant*"... Mas teve a prudencia de não dar o trecho final do proloquio — **quando não sejam contrarias**, "*nisi contrariæ sint*". Porque a applicação dessa doutrina jurídica, verdadeira para a hypothese das leis, seria absurda nas doações, cujo character patrimonial lhes assegurava a força de um direito adquirido, revogavel em casos especialissimos, dependentes de delictos e do respectivo processo. A carta de Francisco Pereira Coutinho expressava o remedio para a situação que tanto alarma os defensores bahianos. "E não havendo — dizia ella — dentro no dito limite as ditas 50 leguas, ser-lhe-á entregue a parte que para cumprimento dellas fallecer para a banda do sul". Deante desses termos, ainda mutilado como appare-



ceu, o proloquio latino não ampara a these do Sr. Pedro Calmon.

No entanto, nesse debate, o articulista reivindica uma contribuição mais ampla. E' a interpretação do trecho — *metade do rio Santa Cruz* — na carta de Duarte Coelho. O Sr. Pedro Calmon não se esqueceu de advertir-nos quando á novidade do argumento, que consiste em entender que aquella phrase envolvia a largura e não a extensão do rio Santa Cruz, "pois seria absurdo offerecer metade do curso do rio que se não sabia de onde vinha, nem, consequentemente, quanto media". "Este aspecto dos problemas — previne S. S. — escapou aos criticos, esforçados em dar á expressão do diploma, isolada e sem communicação com os outros assertos d'elle, o seu sentido grammatical".

Uma vez o Sr. Pedro Calmon me havia dito pessoalmente que eu não vira esse lado da questão. Eu tinha o meu livro perto. Limitei-me a abrir o volume e a ler um trecho do seu primeiro capitulo. Fiquei certo, depois disso, que ao menos nesse ponto o Sr. Pedro Calmon não insistiria numa falsidade que lhe daria uma victoria extremamente facil e ephemera.

Eu sustentara exactamente no livro que os adjectivos *todo* e *metade*, usados na carta de Duarte Coelho, envolviam a extensão do rio de São Francisco e de Santa Cruz, a que se reportavam. E escrevi o seguinte (pag. 13):

"Em questões de limites, sempre que se disser, numa linha divisoria, *todo o rio tal*, ninguem deixará de entender que se trata de toda a extensão de seu curso. A propria carta de doação o comprehendeu assim, quando definiu a fronteira norte da Capitania e empregou a expressão *metade do rio Santa Cruz*. Tanto envolvia a idéa de extensão desse curso, que immediatamente se accrescentou: — *pela demarcação sobredita*." Essa demarcação consistia em que a carta mandava levantar padrão a cincoenta passos da feitoria de Christovam Jacques e fazia partir dahi para oeste a linha imaginaria da fronteira. Até esse ponto, a expressão *metade do rio Santa Cruz* implicava a extensão do rio; e se a extensão se detinha ahi, era em razão do termo expresso da carta e da restricção constante daquella phrase: — "pela demarcação sobredita".

Como se vê, estava apercebido daquelle aspecto do problema e até mesmo o utilisara como argumento. Quanto a

mim, a censura do Sr. Pedro Calmon prova apenas que elle não viu, ou não quiz ver o que eu escrevi.

Consola-me, no entanto, a certeza de que tenho companheiros na injustiça de que sou victima. E esses companheiros são os antecessores do Sr. Pedro Calmon na defesa da causa bahiana. Ha mais de trinta annos o Sr. Teive e Argollo empregara o argumento. (1). O sr. Espinola tambem não o desprezou, antes ainda dos descobrimentos do Sr. Pedro Calmon. E tanto existia a arguição que eu lhe respondi, no livro referido.

Não me surprehende, na evidencia desse facto, que se houvesse deixado sem resposta as razões que expuz. Gonçalves Maia insistira na significação do adjectivo *todo*. Eu accrescentei os seguintes reparos:

a) Nas cartas de doação, quando se queria incluir numa donataria a largura de um rio, não se empregava o adjectivo *todo*. Preferia-se mandar levantar o padrão de limites numa das margens do rio. Assim se comprehendia a largura do rio Curupacé, na donataria de Pero Lopes e a do São Vicente na de Martim Affonso, sómente com o ordenar-se que se levantaria o padrão na margem norte dos rios.

b) O curso do rio Itapemirim, divisorio entre as capitánias de São Thomé e Espirito Santo, era indicado para limite em toda a sua extensão, com aquella mesma formula: — "e fica *todo o dito rio* com o dito Pero de Goes".

c) O rio São Francisco era o eixo das donatarias de Duarte Coelho e Francisco Pereira Coutinho, demarcando-se a primeira do São Francisco para o norte e a segunda do São Francisco para o sul, quando a praxe na região era seguir do norte para o sul.

d) As capitánias não obedeceram a nenhum criterio de egualdade. Martim Affonso obtinha cem leguas, enquanto a seu irmão davam oitenta. De 60 leguas era a donataria de Duarte Coelho e de 50 as outras que se demarcavam dahi para o sul.

e) Não é certo que todas as capitánias fossem demarcadas apenas no littoral. O estudo das cartas de Martim Affonso e de Pero de Souza reforma inteiramente essa doutrina. A carta de Duarte Coelho estava no mesmo caso. Coubessem ou não no littoral as leguas da concessão, a donataria se demarcaria entre o São Francisco e o Santa Cruz, acompanhando o curso do primeiro e seguindo-se, no norte, á linha ima-



ginaria que deveria partir do padrão levantado a 50 passos da feitoria de Christovam Jacques. Não se pôde equiparar essa demarcação precisa às outras em que apenas se indicava uma extensão litoranea, com a faculdade de levar o padrão para o sul, até onde se completassem as leguas pre-determinadas.

O Sr. Pedro Calmon não se deteve em nenhum desses argumentos. Preferiu voltar a insistir na these das demarcações litoraneas, sem ao menos explicar as excepções que provei com o texto das cartas (pags. 17-21). Em compensação, elle, que não viu nada disso, enxergou a certa altura que eu me insurgia contra a idéa de que se poz balisa no rio São Francisco.

Li a accusação. Compreendi que a minha pretendida insurreição era especialmente para que elle pudesse atirar-me sobre a cabeça um trecho de Gabriel Soares, um trecho que eu proprio citara. Estava prompta, com todas as peças, a minha terrível contradicção.

O que eu apenas pretendi dizer, no entanto, foi que a these bahiana, entendendo como “**todo** o rio São Francisco” apenas a largura desse curso d’agua, devia levar a balisa da donataria de Duarte Coelho para a margem sul do São Francisco. O Sr. Espinola accceitou expressamente a conclusão: — “O territorio da primeira ficou assim deŕimitado: sessenta (leguas) a partir do meio da barra do rio Santa Cruz para o sul até a margem sul do rio São Francisco”. Ao que eu ponderei: — “Essa interpretação teria assegurado a Pernambuco o dominio sobre as duas margens do baixo São Francisco, cuja orientação para o norte, nesse primeiro trecho, o collocaria inteiramente entre as parallelas da donataria de Duarte Coelho afastando-se dellas só muito mais tarde, nas proximidades da affluencia do rio Verde, a cerca de 200 leguas da foz. Mas não havia naquelle tempo bastante fantasia para entender dessa fórma as cartas de doação. Duarte Coelho e seus filhos respeitaram sempre o curso do São Francisco, que seus successores consideraram egualmente como a divisoria das capitancias visinhas. E’ um contemporaneo dos donatarios, Gabriel Soares, quem escreve com referencia a Duarte Coelho: — “pediu a S. A. que lhe fizesse mercê de uma capitania nesta costa, que logo lhe concedeu, abalisando-lh’a da boca do rio de São Francisco da **banda do noroeste**, e correndo della a costa cincoenta leguas contra Tamaraquá’.

Eis ahí a minha contradicção.

O Sr. Pedro Calmon não percebeu que esse trecho de Gabriel Soares era invocado para prova de que não se inclui-



ra no littoral pernambucano a largura do rio São Francisco, pois que o marco de limites, ponto de partida para a supposta linha imaginária, ficava na margem norte do São Francisco. E vem jubilioso proclamar um facto que desmente o conceito essencial da these de que se fez defensor!

Por fim, é bem possível que para esse articulista o padrão de limites se tenha fixado na margem norte e que a expressão **todo** se refira á largura do rio. O leitor que o entenda, se é que o Sr. Pedro Calmon não se dispõe a afirmar que o adjectivo **todo** era uma simples particula expletiva, que nem dava ao donatario a largura, nem a extensão do rio. Será essa a occasião de dizer, e ahí com verdade, que os criticos não se haviam apercebido desse aspecto dos problemas...

## II

### O DOMINIO DO RIO S. FRANCISCO

O dominio da margem esquerda do baixo São Francisco, no primeiro seculo, é uma conquista pernambucana, que até hoje ninguem procurou negar. Mas o Sr. Pedro Calmon, nos artigos publicados no "Jornal do Commercio", intentou diminuir a expressão desse facto. "A gente de Olinda — disse elle referindo-se ao primeiro seculo de nossa historia — não o procurou por terra, rasgando uma communicação directa entre o oceano e a margem esquerda da grande caudal. Tornou-lhe o devassamento um appendice de sua aventura maritima. Ao envez de bater-lhe as ribas de gneiss e micashito permeiados de arneiros tristes, que a agua serena espelha, navegou-o com os seus barcos costeiros e os seus apparatus nauticos. A villa de Penedo, primeira séde da comarca, ainda attesta esse aspecto do descobrimento."

Vamos a analysar a phrase, para que a possamos entender. A geologia creio que se refere ás margens do São Francisco, embora o autor queira tratar da ligação entre Olinda e o São Francisco. As palavras de *villa* e de *comarca* soam como anachronismos, numa conclusão relativa ao primeiro seculo, em que nem Penedo se tornara villa, nem se pensara ainda em crear a comarca de Alagôas.

Mesmo assim, a essencia do conceito ainda é fantastica. Procura apresentar a creação de Penedo como prova de que a ligação entre o São Francisco e Olinda se estabeleceu por mar. Conclusão forçada, evidentemente. Basta, pensar que os primeiros caminhos foram traçados perto das praias. O itinera-

rio que a conquista hollandeza nos deixou, e que se apresentava como consumindo 90 horas de viagem, ligava-se a Penedo. O raciocinio do Sr. Pedro Calmon deve ter alguma subtiliza que me escapa inteiramente. Creio que elle parte da convicção de que todas as entradas pernambucanas se reduziram á primeira expedição maritima de Duarte Coelho. O parecer de varios historiadores, entretanto, é de que Penedo surgiu nas garras dos filhos do primeiro donatario. Quanto á segurança das communicações terrestres com Olinda, basta reler os chronistas. Frei Vicente do Salvador ensina que, em consequencia da peleja dos filhos de Duarte Coelho contra os Caetés, os indios da região deixavam-se "amarrar dos brancos como se foram seus carneiros e ovelhas". E' o que se lê tambem em Jaboa-tão. A "Relação do naufragio que passou Jorge de Albuquerque Coelho" destruiria as ultimas duvidas, se as houvesse legitimas e ponderaveis. Contava-se ahí que ao chegar o guerreiro á capitania, não ousavam os habitantes de Olinda afastar-se da villa mais que uma ou duas leguas pela terra dentro e ao longo da costa tres ou quatro leguas. "E depois que acabou de a conquistar seguramente podem ir quinze ou vinte leguas pela terra dentro, e sessenta ao longo da costa, por tantas ter a dita capitania de jurisdicção". Isso em 1565, a que se reporta a narrativa.

Fóra destes termos e desses testemunhos, só ha logar para a fantasia. Não vejo outra classificação para o esforço do Sr. Pedro Calmon, que procura negar tambem o valor dessas entradas e guerras de Pernambuco na região do São Francisco. Não sei como explicaria elle a pacificação do gentio, ou os vinculos que desde esse tempo se estabeleceram entre os povoadores do rio e as autoridades de Olinda e de que são testemunhos os nomes dos Indios Porquinho, Seta e Araconda. Quando veiu a guerra neerlandeza, os laços se mantiveram e se fortaleceram, mercê da influencia de Felipe Camarão. O Conde da Torre, a 17 de Novembro de 1639, escrevia a esse chefe indio, recommendando-lhe que "tanto que receber esta passará o Rio de São Francisco junto com o Capitão João Lopes Barbalho, só com gente de guerra assim dos brancos como dos indios, e deixando o mulhero e doentes em Sergipe; e todos unanimes marcharão (para a) aldeia que o dito D. Antonio Felipe Camarão sabe, a qual está sete leguas do (rio?) adonde se previnirá de bastecimentos, procurando juntar-se com o Rodella, (para que) o acompanhe, fazendo muito por adquirir todos os principaes (segurando-lhe que) S. M. os gratifi-



cará e lhes fará mercê, como bons vassallos.” Comprova-se a execução dessa ordem com a existencia de um contingente de indios rodellas no terço de Camarão, 200 tupuias “di mostruosa corporatura”, na expressão de Frei Giuseppe di Santa Teresa.

No desejo de annullar esses factos, o Sr. Pedro Calmon falla no “medio São Francisco, que um Sebastião Alvares, enviado pelo governador geral Luiz de Britto, visitara por primeiro”. Cita em apoio de sua affirmação Frei Vicente do Salvador. Mas quem procurar a referencia, verá que o Sr. Pedro Calmon concluiu muita cousa que não vinha expressa. O chronista não argue prioridade de Sebastião Alvares. Ao contrario, pelo que menciona, antes de seguir o chefe, fôra para o sertão Diogo de Crasto, portador de uma carta ao indio Porquinho, afim de que auxiliasse a expedição. Para affirmar a prioridade, caberia antes demonstrar o ponto a que alcançara o sertanista e o saber onde se detivera o esforço guerreiro de Jorge de Albuquerque. Basta considerar que o indio Porquinho era conhecido antes da partida de Sebastião Alvares, e tinha categoria e serviços que justificavam uma carta do Governo Geral solicitando a sua alliança, no auxilio á expedição. Quando se tornara conhecido? Fizera parte da confederação para os caetés? A affirmação peremptoria do Sr. Pedro Calmon envolveria a solução de todos esses problemas, que são ainda hoje duvidosos para qualquer historiador sincero. E que a expedição de Sebastião Alvares não era facto isolado, prova-o o documento que citei no meu livro “Pernambuco e o São Francisco” (appendice, nota 6). O Sr. Pedro Calmon nem se deteve a explicitar-o, ou contestar-o. Achou mais commodo passar de olhos fechados.

Mais pittoresco ainda é que, depois de dizer que Sebastião Alvares navegou “algumas leguas além das cachoeiras”, o articulista conclue: — “Tanto que em 1622, Francisco Dias de Avila possuia cem leguas de dominios entre as serras da Jacobina e o sertão e outras cem dalli para o mar”. Não atino com a relação entre os dous factos. Em que o dominio de Francisco Dias de Avila provaria a prioridade de Sebastião Alvares, cerca de cincoenta annos antes? Em que a prioridade de Sebastião Alvares provaria, cerca de cincoenta annos depois, o dominio de Francisco Dias de Avila?

Deve ter sido um raciocinio da mesma ordem o que levou o senhor Pedro Calmon a fallar no “esforço colonizador” que “partiu do reconcavo da Baía com os vaqueiros de Garcia de Avila, o velho”. Diz elle que esse Garcia de Avila “ao



fallecer, no fim do seculo I, levava as pontas de gado a banharem-se no medio São Francisco”.

Antes de responder, é necessario interpretar a phrase. O senhor Pedro Calmon provavelmente não quer dizer que o velho Garcia de Avila conduzisse os seus rebanhos para que o gado se banhasse no medio São Francisco. Haveria mais perto rios servindo para esse destino. Supponho tambem que não pretende affirmar que Garcia de Avila houvesse morrido no fim do seculo I, quando Jaboatão lhe ensinaria que a data de seu trespasse fôra a 23 de Maio de 1609. Depois dessas explicações, resta do conceito que a casa da Torre, em fins do seculo I, estendera os seus curraes até o medio São Francisco.

O Sr. Pedro Calmon, todavia, não offereceu documentos que comprovassem a affirmativa. Até hoje, nas minhas leituras não encontrei base para semelhante conclusão. Gabriel Soares ensina que em 1587 o povoamento bahiano não ultrapassara o rio Real. Depois da guerra de Christovam da Rocha contra o gentio de Sergipe é que as sesmarias começaram a caminhar para o lado do São Francisco. Em 1606, Thomé da Rocha increvia-se com uma propriedade junto do oiteiro da Tabangua, pelo rio acima. (1) Vão apparecendo nessas imediações e nas margens do São Francisco outros nomes, como os de Bernardo Corrêa Leitão, Gaspar d'Araujo, André Gonçalves, Gaspar de Souza, Henrique Ferraz Mendes, Francisco da Rocha, Braz Rebello, Luiz Mendes, Pero Viegas, Melchior Maciel de Andrade, Antonio de Andrade Caminha. Estes últimos surgem, na região do Porto da Folha. (2) Mais tarde, Christovam de Burgos, Pero Garcia Pimentel e outros inscrevem-se nos dómínios entre os rios de Sergipe e Vasa Barris e o São Francisco. Esta ultima sesmaria de 1677.

A marcha da expansão da familia Avila parece-me ter obedecido a outra orientação. Pelos elementos conhecidos, os rios Inhambupe e Itapicuru' serviram de apoio á expansão da Casa da Torre. E' o que se deprehe de Felisbello Freire (3) e das cartas de 23 de Agosto de 1621, 23 de Maio de 1654 e 8 de Abril de 1654. Acompanhando o curso desses rios, alarga-se pelo nordeste bahiano, alcança o São Francisco e por

1 — Rev. do Inst. Geog. e Hist. da Bahia, III, 525

2 — Felisbello Freire, id. 421

3 — Felisbello Freire, Hist. territorial do Brasil pags 30-32.

elle vae subindo, em competiçãõ com a Casa da Ponte, num trecho do medio São Francisco.

Não se esqueça, porém, que se o Sr. Pedro Calmon antecipa de tal modo a conquista desses serlões, nem por isso se considera em difficuldades para sustentar a nenhuma profundidade da conquista no primeiro seculo.

E assim é a sua historia. Quanto á sociologia, não vem melhor documentada. Veja-se que elle attribue a inercia de Pernambuco, na conquista da cultura do assucar. E affirma tambem, que a pecuaria não se desenvolveu na capitania de Duarte Coelho por força do interesse maior pela fabricaçãõ do assucar. O que não obstava fosse a Bahia um importante centro pastoril.

O raciocinio, como se vê, continua a ser arbitrario. A Bahia apresentava, ao tempo do Padre Cardim, 36 engenhos, com uma producçãõ annual que não seria inferior ás . . . . . 120.000 arrobas registradas em Gabriel Soares. Se a prosperidade da industria assucareira explicava a inercia pernambucana, como poderia deixar de impedir a actividade bahiana? O Sr. Pedro Calmon não se prende numa difficuldade tão pequena. Para elle, Pernambuco se concentrou na lavoura da canna do assucar; a Bahia teve margem para a expansãõ pastoril.

Não sei onde foi encontrar semelhantes conclusões. A pecuaria teve grande importancia em Pernambuco, desde os primeiros tempos. O Padre Cardim registrava que a donataria de Duarte Coelho era uma "terra de muitas creações de vaccas" (pagina 334). "As primeiras vaccas que foram á Bahia — disse Gabriel Soares — levaram-nas de Cabo Verde e depois de Pernambuco" (pag. 151).

Para negar um facto que todas as referencias do tempo comprovariam, o Sr. Pedro Calmon partiu do presupposto de que havia opposiçãõ entre a industria assucareira e a pecuaria. Hypothese errada, pois que entre as duas actividades não havia opposiçãõ, mas até mesmo attracção. O gado se tornava indispensavel ao trabalho dos engenhos, não só no transporte, como no proprio serviço de moagem, pois que os engenhos conhecidos sob o nome de "trapiches" faziam rodar as moendas por meio de juntas de bois. Era com esse elemento que se organizava o transporte, que ia apanhar as cannas no córte e a lenha necessaria ao cosimento do mel. Elle tambem servia para conduzir assucar aos portos de embarque. Não foi uma simples coincidencia, que no Brasil co-

lonial creou centros de pecuaria ao lado de zonas do assucar.

Se vier a reconhecer esses factos, creio que o Sr. Pedro Calmon os attribuirá á influencia dos pastores bahianos. O seu bairrismo não é menor que a sua coragem de affirmar. Elle diz, por exemplo, que na guerra hollandeza a Torre de Garcia de Avila "ficava como eixo da resistencia da coordenação e da dispersão portugueza". Descreve a região do São Francisco nesses termos: — "liça vasta para as correrias dos guerrilheiros da Bahia acamaradados com os pernambucanos".

Sem querer examinar a primeira phrase, que me parece esoterica devemos considerar que na Torre de Garcia de Avila campara o exercito que vinha das peijas de Pernambuco, sob o commando de Bagnolo. Detivera-se naquelle ponto por ordem do Governo Geral que não o queria na cidade da Bahia. Não houve nenhum convite, nenhuma iniciativa de bôa vontade e de acolhiimento, senão a ordem de não ir para diante. Dahi começaram então a sahir exepdições guerrilheiras, sob a chefia dos veteranos de Pernambuco. E' isso que o Sr. Pedro Calmon descreve como um florão de gloria para o castello de Tatuapara, de onde sahiam os "guerrilheiros da Bahia acamaradados com os Pernmbucanos". Guerrilheiros da Bahia? Henrique Dias? Felipe Camarão? Francisco Rebello? Luiz Barbalho? João Lopes Barbalho?

"A reconquista — continua o Sr. Pedro Calmon — dahi irradiava como um leque que se abre". Tudo para gloria do castello dos Avilas. Pois se partiam de lá os "guerrilheiros bahianos acamaradados com os pernambucanos"! Foi certamente para preparar terreno, que o Sr. Pedro Calmon apontou Luiz Barbalho ás creanças bahianas como um "capitão natural da Bahia".

Tem-se a impressão de uma especie de engrenagem, em que o articulista deixa cahir o esforço pernambucano. Depois, dá uma ou duas voltas á manivela. Pléque-pláque... O trabalho pernambucano são da engrenagem convertido em merito dos bahianos.

Ora, A Bahia, que possui tantos louros de gloria esplendida e indisputavel, não poderá applaudir a attitude dos que a procuram adornar com as corôas alheias.



## III

## O CONHECIMENTO DO CURSO DO S. FRANCISCO

No<sup>s</sup> artigos publicados no "Jornal do Commercio", em resposta ao meu livro "Pernambuco e o S. Francisco", leio o seguinte: — "O rio de S. Francisco limitava ao norte a capitania da Bahia, que ao oeste fronteirava com o Piauí — dizia ainda em 1802 o professor Luiz dos Santos Vilhena, nas suas *Cartas Soteropolitanas*". Assim escreve o Sr. Pedro Calmon, que acrescenta: — "Não ha melhor argumento do que essa vizinhança do Piauí a corroborar a these da erronia geographica sobre a verdadeira orientação do rio, nos seculos 17 18, e a confirmar a convicção historica desse direito, criado pela occupação, enraizado com a economia, desdobrado com a conquista".

O Sr. Pedro Calmon indica o lugar em que encontrou a phrase: — "Pagina 604, vol. II das *Cartas Soteropolitanas*, edição de Braz do Amaral". Não se acha nessa pagina a referencia, se o autor se reporta á edição de 1921 (Bahia, Imprensa Official do Estado).

A' pagina 591, porém, Vilhena escreveu: — "Pelo Poente divide com as capitancias do Piauí e de Pernambuco pelo grande rio de S. Francisco". Mas é de advertir que se referia á *comarca da Jacobina*, que naquelle anno tinha realmente as suas fronteiras no Piauí, pela subordinação em que lhe ficára o termo da villa da Barra, desde 1753.

Mesmo assim, é indubitavel que Vilhena não possuia ideas muito precisas a respeito dessas regiões, sem que se possam acompanhar o Sr. Pedro Calmon, que dahi conclue uma "erronia geographica sobre a verdadeira orientação do rio". Seria inacreditavel que o autor das "*Cartas Soteropolitanas*" ignorasse a orientação do S. Francisco para o Sul, quando nos dá as latitudes do territorio mineiro (paginas 678-682.) Vide tambem pag. 593). Se elle indicava a barra do S. Francisco a "10° e minutos de latitude" (pag. 804) e o apontava em latitudes mais altas, a cêrca de 14° para a confluencia do Carinhanha (pagina 593) e dentro do territorio de Minas, como pretender que ignorasse a orientação do S. Francisco para o Sul? Como admittir semelhante desconhecimento depois do periodo da mineração?

O que Vilhena ignorava não era o traçado do S. Francisco para o Sul, e sim o que havia do outro lado do rio, na

margem pernambucana. As suas confusões e erros vêm dessa causa. Apresenta o rio Grande entrando por leste no S. Francisco (pag. 592); o rio Preto afigura-se-lhe um affluente do rio Verde, na fronteira de Minas Geraes (pag. 43); parece acreditar que o Paramicim e o Carinhanha entravam pela margem esquerda, uma vez que o Rio Grande entrava por leste (pags. 592-593), o que não o impedia de mostrar-nos o Carinhanha como sabido das serras de Montes-Altos (pagina 597); não menciona o rio Corrente; sob o nome de "sertões do S. Francisco" não inclui senão a margem direita (pag. 592), indicava do outro lado apenas a freguezia de São Francisco das Chagas, na Barra do Rio Grande, com 299 fogos e 2.026 almas (mappa, á pagina 480), quando a estatistica anterior e de origem pernambucana lhe dava, em 1782, 692 fogos e 4.873 almas, de accordo com a relação dos parochos. A esse tempo em que Vilhena escrevia, já se encontrava allí a freguezia de Campo-Largo, com 280 fogos e 1.637 almas, segundo a "Idéa da população da Capitania de Pernambuco, desde o anno de 1774", pags. 61-63. Existia tambem a freguezia de Pilão Arcado, com 419 fogos, 1.805 almas, 3 egrejas filiaes e 35 fazendas.

Não é expressiva a ignorancia? Não é prova de que as relações deviam ser muito mais importantes com as autoridades pernambucanas? Tres annos depois de incorporada a villa da Barra á comarca de Jacobina, o governo bahiano esquecia a camara daquella villa, na relação dos donativos para a reconstrucção de Lisbôa; o mappa das freguezias da Bahia omittia duas freguezias da margem esquerda; um autor informado como Vilhena reúne dados confusos e erroneos sobre o outro lado do São Francisco. Ou eu não sei raciocinar, ou então os vinculos com a Bahia estavam longe da importancia e da fatalidade que modernamente lhes attribuem.

Vejamos agora se eu fui apressado na indicação do momento em que o S. Francisco se tornou conhecido. No meu livro "Pernambuco e o S. Francisco", escrevi, referindo-me á ratificação da carta de Duarte Coelho em 1603 e 1627, que "em 1603 ou em 1627 já não se póde allegar existisse ignorancia quanto ao curso do S. Francisco". O Sr. Pedro Calmon entende que eu antecipei exaggeradamente a época do conhecimento do rio.

Precisemos o sentido exacto de minha phrase. Os advogados da Bahia entendem que a carta de Duarte Coelho não incluia a extensão do S. Francisco na sua donataria, pois que se ignorava inteiramente o curso do rio. Eu apontei as ratifica-



ções da carta como documento de que os limites se mantinham numa época em que a orientação do S. Francisco para o Sul já se fizera patente a varias expedições. Annullava-se assim o argumento que impugnava o limite, apoiando-se á ignorancia absoluta sobre o curso do rio, no momento das doações.

Como o Sr. Pedro Calmon vetou o meu conceito, procurei ver de que momento datava elle o conhecimento do rio. E confesso que não cheguei a nenhuma conclusão. Elle diz, por exemplo: — "Terminava o seculo XVII. Até então sempre se julgara que o rio S. Francisco corresse em linha recta do interior para o mar, seguindo o parallelo, talvez como o rio das Contas, ou o Jequitinhonha". "E' de notar — accrescenta — que sómente no seculo XIX, ás vespas da Independencia, foram descobertas as nascentes da grande caudal". Logo a seguir occorre uma citação de Gabriel Soares; junto, uma informação de 1692. Ha referencias á cartographia, uma palavra de Southey, o descobrimento de Eschwege... E' difficil saber se a ignorancia do S. Francisco se circumscreve a alguns desses periodos, ou se abrange todos, até Eschwege, que lhe precisou as nascentes. Quero crêr, entretanto, que o Sr. Pedro Calmon não subordinará a esse episodio o facto historico do devassamento do rio.

Seria pueril o esforço para recuar o conhecimento dessa orientação do S. Francisco até o século XIX, por se não saber precisamente de suas nascentes; como seria ridiculo demoral-o até Halfeld pela ausencia de observações perfeitas de suas distancias, ou até os sabios que venham ainda determinar peculiaridades da flora ou da fauna de suas ribeiras.

Não comprehendo, tambem, como um leitor de historia possa escrever que até os fins do seculo XVII "sem̄pre se julgara que o rio S. Francisco corresse em linha recta do interior para o mar, seguindo o parallelo". Bastava que o Sr. Pedro Calmon se lembrasse dos mappas de Bartholomeu Velho, em 1561, de van Doegt, citado por elle proprio noutra passagem, de van Langerer, em 1596, de Nicolas Sanson d'Abbeville em 1650, para que o adverbio sempre tomasse o sentido de um grave erro de historia.

Não me parece mesmo que se tenha feito geral o uso de apresentar o S. Francisco seguindo em linha recta para Oeste. Preferia-se limitar o traçado do rio á região mais ou menos explorada. Num periodo de quatro lustros, entre 1550 e 1570, phase importante sob esse aspecto, encontraríamos dentro dessa tendencia as cartas de Pierre Desceliers (1558), Lazaro Luis



(1563), Diogo Homem (1568), Fernão Vaz Dourado (1568), Ortelius (1570). Não sei também que os autores do tempo houvessem autorizado o Sr. Pedro Calmon áquella affirmativa.

Quanto a mim, para a these que sustentei, basta-me que em 1603, ou em 1627, a orientação do S. Francisco para o Sul não fosse um facto inteiramente desconhecido. E para a substancia do conceito encontrei elementos que me parecem incontrovertidos.

Em primeiro lugar, havia a expedição de Espinosa, que chegára ao S. Francisco dentro do actual territorio de Minas Geraes, nas proximidades do Jequitahy, a cerca de 17° de latitude meridional; havia também a viagem de André de Leão, em que o roteiro de Glimmer nos permite acreditar, que o curso do S. Francisco se apresentara aos sertanistas nas imediações do 20° de latitude. E Belchior Dias Moréa? E as informações do gentio? E as entradas que de logares differentes se deixaram attrahir pelo mysterio e pelas riquezas do sertão?

Pôde-se considerar como resultante desse conhecimento a preferencia pelo littoral do Sul, nas entradas que visavam as minas fabulosas do alto S. Francisco. E' o cyclo de Porto Seguro, de Ilhéos e do Espirito Santo, como ponto de partida de entradas. E talvez houvesse também uma inspiração da mesma ordem na ida de D. Francisco de Souza para S. Paulo, centro escolhido para a sua actividade exploradora.

Além de tudo isso, teria mesmo o parecer de uma autoridade insuspeita á Bahia, o erudito Sr. Theodoro Sampaio, a quem se deve o respeito que os sabios merecem. No seu estudo sobre a expedição de Knivet, elle proclama que das entradas do tempo "colheu-se para a geographia uma noção mais perfeita do curso superior do rio São Francisco, a linha mais fundada que se attingiram, no sertão, no seculo XVI." (4).

Se o Sr. Pedro Calmon procura neste momento retardar o periodo do conhecimento da orientação do S. Francisco para o Sul, devemos estar lembrados de que elle enxergara antes o velho Garcia de Avila conduzindo pontas de gado, em fins do seculo I, para os curraes que o autor lhe descobriu no medio S. Francisco. A menos que elle chame de medio São Francis-

---

(4) — Rev. do Instituto Historico, 1.º Cong. Hist. Nacional, parte 2.ª pag. 363:

co ao **baixo** S. Francisco, a phrase contradiz as suas novas theorias sobre a demora no conhecimento do rio.

Verdade é que os seus argumentos têm sempre alguma coisa de estranho e desconcertante. Vimos que elle affirma que, até fins do seculo XVII, julgava-se "que o rio S. Francisco corresse em linha recta do interior para o mar, seguindo o parallelo, talvez como o rio das Contas ou o Jequitinhonha". Ora, o desvio do Jequitinhonha para o Súl é maior do que o do S. Francisco, dentro da mesma extensão. O primeiro, em pouco mais de mil kilometros de curso, dá uma differença de cerca de dous graus e meio entre a latitude da foz e a da nascente; o São Francisco, na mesma extensão de mil kilometros, que vae até perto de Chique-Chique, não apresenta, entre a latitude da foz e a desse ponto de seu curso, mais de 0°,20' de differença para o sul.

#### IV

#### JURISDICÇÕES CONFUNDIDAS

Sustentou o Sr. Pedro Calmon que a jurisdicção sobre a Capitania do S. Francisco estava confundida entre Pernambuco e a Bahia, numa situação semelhante á de Itamaracá. "Longa correspondencia entre as duas autoridades de Olinda e da Bahia, por todo o segundo quartel do seculo XVIII, gyra em torno da jurisdicção sobre Itamaracá e por sobre a Capitania do S. Francisco, deduzindo-se della que a investidura de funcionarios, posse, correição á Bahia pertenciam". Assim escreve o Sr. Pedro Calmon, embora seja meu o grypho. A correspondencia a que se refere é da segunda metade do seculo XVII e não XVIII.

Cabe inicialmente observar que a Capitania do Rio S. Francisco, a esse tempo, tinha a sua séde na Villa de Penedo. André da Rocha Dantas, nomeado Capitão-mór do Rio S. Francisco, tomava posse desse cargo deante dos officiaes da Camara de Penedo. Esse ponto é incontestavel e ainda ninguem o poz em duvida. Dispensome de comprovações, pela notoriedade do facto.

Ora, o articulista bahiano nos diz que havia confusão de jurisdicção entre a Bahia e Pernambuco, a respeito dessa capitania. Antes do termo de Penedo, a ultima capitania pernambucana, para o sul, era a de Alagôas do Sul, limitada ao curso do Jequiá, como quer o Sr. Craveiro Costa (Historia

das Alagoas, 62), ou ao curso do S. Miguel, segundo informações hollandezas (Relatorio sobre o Estado das Alagoas em Outubro de 1643 — in Rev. do Inst. Arch. Pern. n. 33, pag. 153).

Isso quer dizer que a fronteira de Pernambuco não era mais, a esse tempo, o S. Francisco, mas o Jequiá ou o S. Miguel. Da barra desses rios até o S. Francisco estendia-se uma região litigiosa, em que se confundiam as duas jurisdições, a bahiana e a pernambucana. A novidade não é pequena. Nenhum historiographo se apercebera, até hoje, de que o São Miguel, ou o modesto Jequiá, houvessem representado em algum tempo função de tanta valia entre os dous governos. E é o caso de Alagoas se premunir contra alguma reivindicação, que venha por ahí, nas azas da fantasia...

Tudo porque o Sr. Pedro Calmon não estudou a correspondencia a que se refere. Todavia, se houvesse attendido melhor ao que disse a respeito, no meu livro "Pernambuco e o S. Francisco" (pags. 96-99), creio que a these não o haveria reduzido.

O Governo Geral do Brasil tendia a applicar os seus poderes, á custa das autoridades regionaes, num esforço de reivindicação que datava de Thomé de Souza. As necessidades da luta com os hollandezes detiveram a centralisação, relativamente á capitania pernambucana, que precisou de autonomia franca e a obteve, pela accumulção dos poderes civis e militares no commandante do seu exercito. A cessação da peleja renovou o conflicto, na correspondencia de que falla o Sr. Pedro Calmon.

Não houve identidade, todavia, entre o caso de Itamaracá e o de S. Francisco, muito embora o articulista os equipare no mesma referencia. Logo depois da guerra hollandeza, os governadores de Pernambuco entenderam que o Capitão-mór de Itamaracá lhes devia obediencia, invocando para isso a subordinação que a peleja creara, e os proprios termos das patentes passadas pelo rei. O governo geral protestava contra semelhante dependencia, negando que Itamaracá estivesse no caso das capitánias annexas a Pernambuco. A Parahyba e o Rio Grande do Norte se encontraram tambem envolvidos no mesmo debate, que terminou com a reaffirmação da autonomia de ambos deante do governo de Olinda. O caso de Itamaracá teve conclusão identica.

A correspondencia relativa ao conflicto sobre a Capita-



nia do S. Francisco derivava de outro motivo, vinculando-se a um debate mais amplo quanto á competencia dos dous governos, o geral e o regional, no provimento dos postos civis e militares do Estado. Não se recusava, como no caso de Itamaracá, o reconhecimento da dependencia em que se achava a Capitania do S. Francisco, deante do Governo de Pernambuco; o que se discutia era a extensão dessa dependencia, isto é, até onde poderia ir a autoridade de um governo regional, no territorio de seu dominio, quanto ao provimento dos postos.

A questão surgiu com um caracter geral, logo depois da capitulação da campina do Taborda (Documentos historicos, IV, 263). Francisco Barreto não tinha ainda um mez de exercicio do governo do Brasil e já mandava a André Vidal de Negreiros, Governador de Pernambuco, as patentes que lhe pareciam prerogativas de seu cargo (Documentos historicos, IV, 3 e segs.). Em carta de 24 de Julho de 1657, elle dizia ao seu collega de Pernambuco: — “Com esta, remetto a V. S. a copia do Capitulo 42 do Regimento deste governo, para que V. S. tenha entendido quanto Sua Magestade prohi-be criação de novos officios, e a do Capitulo 41 para justificação minha, porque como são obrigações do posto os provimentos de todo o Estado do Brasil, não é possivel faltar a ellas”. (id. pags. 13-14). Mas fazia resaltar a sua bôa vontade, pedindo a André Vidal de Negreiros que lhe indicasse os candidatos para os postos: — “para que ainda que seja deste Governo a Provisão seja sempre de V. S. o provimento”.

Não obstante a cortezia dessas communicações, o debate se azedou. Nem por isso se resolveu de todo. A palavra real não foi decisiva na controversia e permittiu se renovasse pouco depois, no governo do Conde de Obidos (Documentos historicos IX, paginas 124, 133 e segs., 162 e segs.). Alexandre de Souza Freire deu ainda maior intensidade á polemica. E' então — e só então — que apparece, em 1668, a Capitania do Rio São Francisco, num conflicto de competencia, que tivera antes por objecto outras capitanias do governo pernambucano.

Em carta de 26 de Setembro de 1668, o Governo Geral ordenava que se considerassem vagos os postos militares da Capitania do S. Francisco, pedindo relação das pessoas providas nos officios politicos (Documentos historicos IX, 299-300). Queria reagir contra o descuido que se observava nessa

materia, uma vez que as autoridades locais não mandavam buscar na Bahia os provimentos definitivos, que eram da competência do governo geral.

O debate entre Bahia e Pernambuco resultou do protesto que o governo de Olinda oppoz a esses actos. Na carta em que se justificava, dizia o Governador Geral, Alexandre de Souza Freire: — “e faz V.S. grande caso de mandar... prover os officios politicos e Companhias da Ordenança do Rio de São Francisco, podendo eu prover tudo; quando as daquelle Rio se proveram sempre por este governo sem intermissão de general algum, nem consulta dos de Pernambuco”. O Sr. Pedro Calmon citou esse trecho, com a homenagem de um grypho. Não teve a correcção de citar a continuação da phrase, quando dizia Alexandre de Souza Freire o seguinte: — “ não necessita de novo estylo para o provimento daquelles postos, quando foi sempre estylo provel-os o Governo Geral que não tem pelo seu Regimento dependencia alguma de outrem para prover tudo o que nelle vaga” (Documentos historicos, IX, 319). O mesmo Alexandre de Souza Freire declarava, na mesma carta ao Governador de Pernambuco: — “...me pareceu dizer a V. S. que deve V. S. enviar-me a memoria de todos os officios pliticos que ha nessa villa, e em todas as mais dessa Capitania, capitães-mores dellas, e bem assim da Ordenança”. Para que o Governo Geral pedia essas listas de postos? A carta o explica: — “para eu os prover e avisar-me V. S. das pessôas que quizer que vão providas, porque em todas irão os provimentos”.

Como se vê, a questão continuava a ser a da subordinação dos governos regionaes ao governo geral, no provimento dos postos de todo o Estado. “O Capitulo 41 do Regimento do Governo Geral do Estado — dizia, ainda na mesma carta, o referido Alexandre de Souza Freire — manda que proveja absolutamente as serventias que vagarem de todos os postos maiores e menores de guerra, fazenda e justiça de todo o Estado” (id., 317).

Leitor desattento, ou insincero, o Sr. Pedro Calmon conclue da investidura dos funcionarios que a “posse, correição á Bahia pertenciam”. Poderíamos, entretanto, pedir-lhe que abrisse qualquer livro de patentes concedidas nessa época. Veria o senhor Pedro Calmon que o Governo Geral nomeava para todos os pontos do paiz, desde o Ceará até o extremo sul. Folheie, por exemplo, e para maior facilidade, um Catalogo de Manuscriptos da Bibliotheca Nacional. No volume II, pa-



ginas 40 e seguintes, encontrará, entre os actos do Governo Geral, a provisão do cargo de ouvidor da gente de guerra da Parahyba, a nomeação de um tabellão para Olinda, outro para Igarassú, outro para o Rio de Janeiro; a provisão do officio de provedor de ausentes e residuos na Capitania de S. Vicente. É assim por deante, atravez de todo o paiz.

Receio que se invoque a nomeação para os postos militares. O Catalogo de Manuscriptos (volume I, 334 e segs.) mostraria as patentes remetidas para o Rio Grande do Norte, S. Vicente, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Parahyba, Itamaracá, Alagôas... Então, póde-se deduzir dessa investidura dos postos que sobre esse vasto dominio "posse, correição á Bahia pertenciam"?

No caso da Capitania do São Francisco, o proprio governo geral reconhecia expressamente que era dominio pernambucano. Attente-se a que na propria carta citada como documento da confusão, o Governador Alexandre de Souza Freire, referindo-se á patente de sargento-maior do Rio de S. Francisco, passada pelo Governo de Pernambuco em favor de Vicente Roiz Bezerra, não protesta contra a nomeação e sim contra os seus termos, ou contra o character definitivo que lhe queriam dar: — "V. S. o provê absolutamente sem fallar enquanto Sua Majestade ou este Governo, não ordenassem o contrario" (Documentos historicos, IX, 320).

Por isso, no meio da controversia não se deixava de reconhecer que a autoridade de Pernambuco não alcançava Itamaracá, mas apenas as capitánias annexas, que eram "Porto-Calvo, Serinhaem, Alagôas e Rio de São Francisco". Assim escrevia o Conde de Obidos (Documentos historicos, IX, 165); assim o repetia mais tarde Affonso Furtado de Mendonça, que acrescentava Igarassú á lista das capitánias annexas (Documentos historicos X, 12). O Sr. Pedro Calmon parece achar que a palavra "annexa" reduzia os direitos de Olinda. Elle diz que a Capitania do S. Francisco era uma capitania "apenas annexa á de Pernambuco, como accentuava o Conde de Obidos". Apenas annexa! Tanto quanto Igarassú! tanto quanto Serinhaem! Que argumento, Santo Deus! O Conde de Obidos empregava a palavra para indicar a amplitude dos direitos de Pernambuco; o Sr. Pedro Calmon recorda-a como limitativa desses direitos!

Alexandre de Souza Freire reconhecia que a Capitania do São Francisco era da jurisdicção pernambucana, o que não obstava pudesse ter os seus postos providos exclusivamente



pelo Governo Geral. Confessava-o em carta ao Governador de Pernambuco, nestes termos expressivos: — “Tambem o de Capitão-mór do Rio de São Francisco é de menagem; e sendo aquella villa da jurisdicção dessa capitania e tanto deste governo o provimento do posto de capitão-mór que fazendo S. A. mercê a João Vieira de Moraes de patente para elle, lhe não mandou dar a posse pelo Governador de Pernambuco, senão pelo Capitão Geral do Estado” (Documentos historicos, IX, 388). “Daqui é partido João Vieira de Moraes — dizia Souza Freire ao Governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho — com carta minha para V. S. o mandar metter de posse do Rio de S. Francisco” (Documentos historicos IX, 401). Affonso Furtado de Mendonça escrevia a D. Pedro de Almeida, Governador de Pernambuco: — “E pareceu-me dizer a V. S. que só da Villa de Olinda e Recife se têm mandado aqui buscar algumas provisões, e de todas as villas que comprehende essa capitania se não tem vindo buscar mais que unicamente de Porto-Calvo uma de tabellião e do Rio de S. Francisco outra de escrivão da Camara, sendo as villas tantas e tantos os officios que em cada uma dellas ha”. (Documentos historicos X, 138).

E’ a isso que o Sr. Pedro Calmon denomina “confusão de jurisdicções”, sem observar a que não envolvia nenhuma contestação de fronteiras, e sim apenas de autoridade. O conflicto que o surprehendeu na Capitania do S. Francisco vinha sendo mantido de uma fôrma geral desde muito; nem era privilegio de Pernambuco. O governo do Brasil sustentou a mesma reivindicação deante das outras autoridades regionaes, deante de S. Paulo, da Parahyba, do Rio Grande do Norte, do Espirito Santo.

Aos officiaes da Camara de S. Paulo o Conde de Attou-gula declarava: — “Ao capitão-mór ordeno se abstenha de continuar os provimentos dos officios na fôrma que o fazia, pois era tanto contra a faculdade que para isso lhe dei, na provisão de que tão mal usou, nem elle terão occasião de o poder fazer, porque de cá são providas quasi todas as serventias” (Documentos historicos, III, 289). Francisco Barreto reclamava as mesmas prerogativas ao Capitão-mór de S. Vicente (Id., 393). Alexandre de Souza Freire não esquecia de recordar essa faculdade ao Capitão-mór da Parahyba. “De todos os officios que vagarem — dizia elle — fará V. M. tambem os provimentos no interim, e me dará logo conta; e os providos mandarão buscar suas provisões a este governo, co-

mo são obrigados” (Documentos históricos, IX, 397). Era o que Affonso Furtado de Mendonça escrevia ao Capitão-mór do Rio Grande: — “e V. M. só os pôde provêr no interim, na fórma do Regimento que a essa capitania enviou o Conde de Obidos sendo Vice-Rei e Capitão Geral deste Estado, e a todas as mais delle”. (Documentos históricos, IX, 467). Repetições, enfim, da mesma these que Francisco Barreto sustentara, em 1657, deante do Capitão-mór do Espirito Santo: — “Dos mais (cargos) que houver me faça V. M. aviso, com relação das pessoas que forem benemeritas, para que não tendo provisão minha se lhe remetta” (Documentos históricos, III, 394). Não deixara a faculdade de ser lembrada também ao Governador do Rio de Janeiro; — “com denegação aos ditos governadores de poderem fazer outro provimento no tal officio de que logo devem dar conta ao Governador Geral para virem delle as provisões, sem as quaes não poderão proseguir os providos pelas provisões dos governadores das capitánias” (Documentos históricos, VI, 181, 216).

Se o Sr. Pedro Calmon enxerga uma “confusão de jurisdicções” nesses casos, para dahi deduzir que “a posse, correição á Bahia pertenciam”, deverá concluir que lhe cabiam a posse e a correição de todo o paiz, uma vez que o facto registrado em Pernambuco era identico aos que se verificavam nos regionaes.

Não creio que elle admitta a conclusão. Vou mesmo até uma observação mais ampla. Para mim, o Sr. Pedro Calmon não pretendeu negar a Pernambuco o dominio sobre Penedo, mas apenas sobre a Capitania do S. Francisco, sem advertir que era a mesma cousa. Porque afinal a pilheria de recuar os limites de Pernambuco para o rio São Miguel, ou o Jequiá, poderia comprometter definitivamente o credito do articulista.

## V

### TERRA DE TODOS

O meu contradictor, Sr. Pedro Calmon, escreve, com referencia a D. João de Lencastro, que esse governador “fez levantar no sertão limitrophe entre o campo de acção dos pastores da Bahia e a jurisdicção confundida de Pernambuco e do Maranhão a villa da Barra. O seu territorio poderia sêr adjudicado pelo governo de Olinda, adstricto á idéa antiga de que a margem esquerda do S. Francisco lhe pertencia.



Mas o povoamento bahiano, o commercio bahiano, a força bahiana..." "formaram essa como que fatalidade economico-historica, que não permittiu se incluisse a villa da Barra nos limites administrativos de Pernambuco".

Entretanto, D. João de Lencastro não fez levantar a villa da Barra. Apenas mandou aldeiar os indios naquelle ponto, creou a **aldeia** ou **povoação** da Barra, obedecendo a uma ordem regia. Quanto a chamar sertão limitrophe entre o Maranhão e Pernambuco ao territorio vizinho do S. Francisco, não sei onde o articulista bahiano se apoiou para a affirmação. A jurisdicção pernambucana estendeu-se pelo Piauí. Fez sentir-se a reivindicação maranhense quando o povoamento se approximava do littoral.

Observe-se tambem que o articulista menciona a "fatalidade economico-historica" do povoamento e do commercio bahiano, num tempo em que a aldeia recém-fundada não teria ainda permittido a influencia desses factores, mesmo que os admitissemos como verdadeiros. Deve ser um argumento para semelhante conclusão o episodio que o Sr. Pedro Calmon relata, a proposito do fumo.

"Não era só o gado — diz elle — que descia para a Bahia, ac invez de encaminhar-se para Pernambuco. Os moradores das margens do S. Francisco pediam e obtinham, por despacho de 17 de Fevereiro de 1672, que fôsse o fumo de suas plantações carregado para a Bahia, onde chegava em melhores condições de preço, pela relativa facilidade de communicações".

Aquí, o Sr. Pedro Calmon cita um documento. Mas esse documentô não tem uma unica palavra que autorize a phrase final do articulista, de que o fumo chegava á Bahia "**em melhores condições de preço pela relativa facilidade das communicações**". O Sr. Pedro Calmon imaginou que assim fôsse.

Entretanto, nesse mesmo documento se verá um facto, que o commentador occulta, a saber: "da Capitania de Sergipe vae muito tabaco para Pernambuco" (Docs. historicos, X, 37). Ao que se poderá tambem applicar aquella mesma phrase do articulista, isto é, de que o fumo de Sergipe chegava a Pernambuco "**em melhores condições de preço, pela relativa facilidade das communicações**". Para os dous casos, a base é a mesma.

Moradores do Rio S. Francisco pretendiam mandar para a Bahia o fumo que produziam. Provavelmente pela opposição do governo de Pernambuco, elles recorreram á Relação



da Bahia, órgão judiciário de suprema instancia no Estado. A sentença favorável lhes permittiu encaminhar o fumo para a Bahia, com o que não se conformou o governo de Pernambuco, ponderando que os rendimentos do tabaco eram necessários ao sustento dos serviços da capitania. Mas a resposta do Governo Geral, mandando respeitar a sentença, accrescentava que “da Capitania de Sergipe vae muito tabaco para Pernambuco, sem este governo obrigar a que venha a esta Bahia; e assim como no Recife paga aquelle o tributo que lhe toca para o sustento da infantaria, paga tambem aqui o do Rio o que deve ao sustento da dita praça”. (Documentos históricos, X, 37). Dahi resultava uma especie de compensação: — “É como estes pagam ahi e os do Rio de S. Francisco aqui o tributo que lhes toca para o sustento da infantaria, em nenhuma parte fica o serviço de Sua Alteza prejudicado” (Idem, 41). Insinuava-se, mesmo, que a preferencia resultava de uma differença de tributação: — “e se a Camara (de Olinda) entende que por elles pagarem menos tributo na Bahia não vão a Pernambuco, na sua mão está o remedio” (Idem, 51).

Releia-se a explicação do senhor Pedro Calmon. E concuia-se por ahi o valor de uma fatalidade economico-historica apoiada a semelhantes pilares.

Não nos deve espantar, depois disso, que elle escreva que o territorio da Barra “poderia sêr adjudicado pelo governo de Olinda, adstricto á idéa antiga de que a margem esquerda do São Francisco lhe pertencia”. Assim reconhece o articulista que nessa época, fins do seculo XVII, o dominio de Olinda sobre a margem esquerda do S. Francisco era “uma idéa antiga”. De onde vinha, porem, se elle recusa a interpretação que nesse sentido se attribue á carta de Duarte Coelho? Se o territorio poderia sêr adjudicado a Olinda, é que haveria fundamento para isso. Qual, senão a carta de doação? A phrase do Pedro Calmon destroe tudo que elle veio escrevendo sobre essa questão. Tem a sonoridade das palinodias. Reponta fácil e espontanea, como um desafogo do sub-consciente. Matéria para “freudistas”.

Que autoridade lhe resta, depois de tudo isso, para pretender affirmar que a margem esquerda do S. Francisco foi uma “terra de todos”? Já vimos com elle que houve conflicto de jurisdicção, signal de interesse dos governos pela região; agora, elle nos diz que houve confusão de poderes, simultaneidade de funções, o que seria signal de desinteresse dos governos pela região. Infelizmente, na imprecisão de lingua-

gem do articulista, não podemos saber a que periodo se refere a confusão. E é arriscado concluir alguma cousa nesse autor, onde os anachronismos se dissimulam como pareceis.

Aqui mesmo elle falla nas "fundações de Rio Preto, Parnaguá e Campo Largo", consideradas por elle "desdobramento da acção policiadora do ouvidor de Jacobina". Não sei se quer referir-se ás aldeias, ou ás villas de Rio Preto, Parnaguá e Campo Largo. Se é ás aldeias, devemos considerar que Rio Preto e Parnaguá são anteriores á criação da Comarca de Jacobina. Se é ás villas, precisamos observar que Parnaguá resultou de actos das autoridades do Piauhy; Rio Preto é de criação mais recente, e não existia ainda ao tempo da mutilação; Campo Largo foi erigida em villa pelo ouvidor do Rio de S. Francisco, João Carlos Leitão e não pelo ouvidor de Jacobina. Fique, pois, ao Sr. Pedro Calmon a faculdade de optar por um dos dous erros.

Tres documentos são exhibidos pelo articulista, como prova de que a margem pernambucana de S. Francisco era uma "terra de todos". Todos? A que se refere? Todos os individuos? Todas as provincias? Nada disso. Todos serve ahí, apenas, para indicar Pernambuco e a Bahia. Talvez um pouco tambem ao Piauhy. Já vimos, pelo capitulo das cartas de doação, que o Sr. Pedro Calmon attribue sentido limitado e particularissimo a um adjectivo de tanta larguesa.

Para sustentar que a margem esquerda do S. Francisco era uma "terra de todos", isto é, de Pernambuco e da Bahia, o senhor Pedro Calmon se contenta com tres documentos. Confessemos que não é muito, quando dezenas de provas foram alinhadas a favor dos direitos de Pernambuco. Mas o criterio historico do articulista bahiano é de facil accomodar. Analysemos esses tres documentos.

I — O primeiro é uma carta de 1728, na qual o Vice-Rei dizia ao Governador de Pernambuco: — "Não duvido que deferisse ao requerimento de Garcia de Avila de que me não lembro, porém, é certo que se o fiz havia de sêr em mui differentes termos e tambem ignorando sêr aquelle districto pertencente ao governo de Pernambuco". Documento que eu juntei ao meu livro "Pernambuco e o S. Francisco". (App., nota 43). Nessa mesma carta, o Vice-Rei justificava o seu acto com a affirmação de que elle "não diminuia a jurisdicção do de Pernambuco, a que pertence o dito districto, como V. S.

me diz". O Vice-Rei mandava prevalecer o acto do Governo de Pernambuco, e citava aquella ignorancia como uma escusa de negligencia, ou inadvertencia, e não como negação do dominio pernambucano. Diferença essencial, que vale como prova do direito de Pernambuco, e tão nitido que por isso mesmo a acrescentei ao meu livro.

II — O segundo documento é uma portaria, que eu tambem divulguei no meu livro (appendice, nota 45). O Sr. Pedro Calmon invoca o documento, sem dizer que o encontrou no meu trabalho. A portaria mandava ao juiz da Earra não dê-se cumprimento "a ordem alguma ou despacho que se lhe apresentar da Capitania de Pernambuco" quanto a bens de defuntos e ausentes. Não preciso, para resposta, mais que transcrever a explicação dada no meu livro (pagina 143): — "O Vice-Rei desejava saber em que termos e de que modo se processava alli a arrecadação das fazendas dos defuntos e ausentes, para poder dar as providencias que salvaguardassem os interesses reaes. Enquanto não se pronunciasse o Vice-Rei sobre esse processo arrecadador, ficariam o capitão-mór e o juiz ordinario desobrigados de cumprir os despachos da Capitania de Pernambuco.

Mais uma vez, era o Governo Geral que se prevalecia de seus poderes sobre as capitánias subordinadas. Ainda assim limitava aquella interdição, de cumprir ordens de Pernambuco, aos assumptos de arrecadação dos bens de defuntos e ausentes, e somente enquanto o Vice-Rei providenciava sobre o processo mais conveniente. Fôra desses limites provisórios e restrictos, as ordens de Pernambuco prevaleceriam, evidentemente pela razão de que lhe pertencia o districto". Do contrario, a interdição não teria limites, e diria apenas que ficava Pernambuco prohibido, em qualquer tempo, de arrecadar fazendas de defuntos e ausentes naquella região. Do geito como appareceu a ordem, apenas contestava a forma da arrecadação, e de modo nenhum o direito que ahi tocava a Pernambuco.

III — A terceira prova — a ultima dessa these fantasiosa é que "em 1725, com o desembaraço de quem se julga em harmonia com os seus deveres, propunha Sabugosa a el-rei se criasse um lugar de ouvidor geral para o Rio de S. Francisco, mutilando-se a extensa e antiga ouvidoria de Jacobina, o que



deferiu o monarca em 1731". Contem essa phrase as seguintes asserções:

a) Em 1725, Sabugosa propunha ao Rei a criação da comarca para o Rio de S. Francisco. b) Essa comarca mutilava a ouvidoria de Jacobina. c) A esse tempo, 1725, a comarca de Jacobina já existia, e era mesmo "extensa e antiga". d) A criação dessa comarca para o Rio S. Francisco se decidiu em 1731, data do deferimento.

Nenhuma dessas affirmações é verdadeira. Vejamos uma por uma:

a) Em 1725, o que Sabugosa propunha ao rei não era a criação de uma ouvidoria para o Rio de S. Francisco, mas "para o Rio das Contas, Jacobina e Rio de S. Francisco da parte que pertence a esta Bahia", segundo os termos de sua carta de 24 de Janeiro daquelle anno. A comarca do Rio de S. Francisco ainda esperaria quasi um seculo, creando-se em 1820; dentro dos limites suggeridos pelo Conde de Sabugosa ia levantar-se, pouco depois, a Comarca de Jacobina.

b) Vê-se por ahi que a victoria da pretensão do Conde de Sabugosa não constitua "mutilação" da Comarca de Jacobina, que ainda não existia, mas sim a propria criação da comarca.

c) Por isso mesmo que não existia, não podia sêr essa comarca, ao tempo a que se refere o Sr. Pedro Calmon, nem "extensa", nem "antiga".

d) A comarca do Jacobina não foi decidida definitivamente em 1731, e só se creou em 1742; a do S. Francisco data de 1820.

Eis ahi que enquanto eu, no meu livro, alinhei dezenas e dezenas de provas, demonstrativas do direito de Pernambuco, o meu contraditor se contenta com tres documentos que, examinados de perto, provam todos contra elle. Não pôde haver espirito scientifico menos exigente.

Sobre esse alicerce imaginario, que parece mais effeito de miragem, o Sr. Pedro Calmon pretende apolar a sua these. Só pelo facto de o affirmar, acredita que o facto existe. E porque o affirmou, suppõe que a margem esquerda do S. Francisco foi uma "terra de todos", que só em 1811 se libertou do Piahy.

A data é inteiramente arbitraria. Ella apenas significa a

época em que se erigiu o Piauí em capitania independente do Maranhão.

Mas os seus limites permaneceram inalteráveis e já estavam ha muito definidos e fixados, desde 1722, quando se creou a comarca do Piauí. Em 1759 nomeava-se um governador especial para esse districto. De que modo se reflectiria a autonomia de 1811 nesse caso, se ella apenas alterava as relações entre o Maranhão e o Piauí, e não os vinculos que existissem entre o Piauí e o termo da Barra?

Não nos surprehendemos, porém. O mesmo criterio que fez encontrar aquella significação em 1811, levou o articulista a considerar de modo semelhante e fantasioso o anno da annexação da margem pernambucana do S. Francisco ao dominio bahiano. Elle parte da idéa de que a margem esquerda permaneceu indecisa entre os dous governos, até vespéras da independencia. A revolução de 24 foi o pequenino episodio que inclinou a balança para o lado da Bahia. E essa annexação constituiu um facto decisivo e definitivo, pois que 1827 foi a "era, precisamente, da consolidação da liberdade brasileira".

E sabem por que 1827? Porque foi o anno em que se deu á Bahia a Comarca de S. Francisco. Para toda a gente que lê historia, 1827 é uma data sem maior significação deante, por exemplo, de 1822, época da independencia, ou de 1824, momento da Constituição. Mas numa e noutra occasião, a Comarca do S. Francisco pertencia a Pernambuco, que a contava no seu territorio quando figurou entre as provincias do Brasil independente e do Brasil constitucional. Por isso 1822 e 1824 perderam qualquer valor deante de 1827 "era, precisamente, da consolidação da liberdade brasileira".

Se, depois disso, não acharem que eu estou perdendo o meu tempo...

## VI

### OS DIREITOS DE PERNAMBUCO

No termo de considerações suggeridas pelos artigos do Sr. Pedro Calmon, desejo frisar alguns aspectos geraes dos direitos de Pernambuco á margem esquerda do rio S. Francisco,

Entendia-se, no debate do assumpto, que o dominio incontrvertido de região do Rio Grande, adeante de Petrolina, só se destacara em 1715, ou 1718, data de uma supposta provisão a favor da capitania pernambucana. Antes dessa época, os defensores da Bahia affirmavam que a região se subordinara ao governo de S. Salvador; os pernambucanos respondiam que a autoridade de Olinda se exercera desde a carta de Duarte Coelho, subindo a margem do S. Francisco de accordo com a irradiação do povoamento. Admittiam ainda que D. João de Lencastro houvesse interrompido a jurisdição pernambucana, que afinal se restaurara na supposta provisão de 1715, ou 1718. Dahi por deante, tinha havido a sujeição daquella zona ao dominio judicial de Jacobina, até 1810, quando se creou a Comarca do Sertão de Pernambuco, que reintegrou o termo da Barra no dominio exclusivo de Pernambuco. Em 1824, verificava-se a mutilação.

Essa versão, acceita dos proprios defensores de Pernambuco, deixava tão controvertida e repartida a soberania da região, que em verdade seria precario e deficiente qualquer esforço reivindicador.

Examinando sem idéas preconcebidas o material historico existente, cheguei a conclusões diversas das que vinham sendo repetidas tradicionalmente. No meu livro "Pernambuco e o S. Francisco" mostrei que a famosa provisão de 1715, ou 1718, não dizia respeito a Pernambuco. O dominio dessa capitania sobre a margem esquerda do S. Francisco surgira com a carta de Duarte Coelho, e continuara inalteravel atravez dos primeiros seculos. Creada a Comarca de Jacobina, só em 1753 é que se submettera a essa autoridade judicial installada nos sertões a correição do termo da Villa da Barra, a qual cessou em 1810, com a criação da Comarca do Sertão de Pernambuco. Desse modo, desde a fundação das capitanias até o anno da mutilação, em 1824, a margem esquerda do S. Francisco, entre a cachoeira de Sobradinho e o Carinhanha, só esteve fóra do dominio pernambucano no judicial, e isso mesmo nos cincoenta e sete annos que vão de 1753 a 1810. Em compensação, o dominio ecclesiastico estendeu-se até 1854, trinta annos além da mutilação. Afinal, nos duzentos e noventa annos entre 1534 e 1824, a soberania pernambucana se



exercera integral na margem esquerda do S. Francisco, descontados os cincoenta e sete annos de uma sujeição judicial que se estabelecera, não com as autoridades de S. Salvador, mas com as de Jacobina. O governo da Bahiá não teve allí nenhuma parcella de autoridade administrativa senão como governo geral do Brasil; não teve allí tambem nenhuma soberania territorial; os vinculos ecclesiasticos eram exclusivamente com a diocese de Olinda.

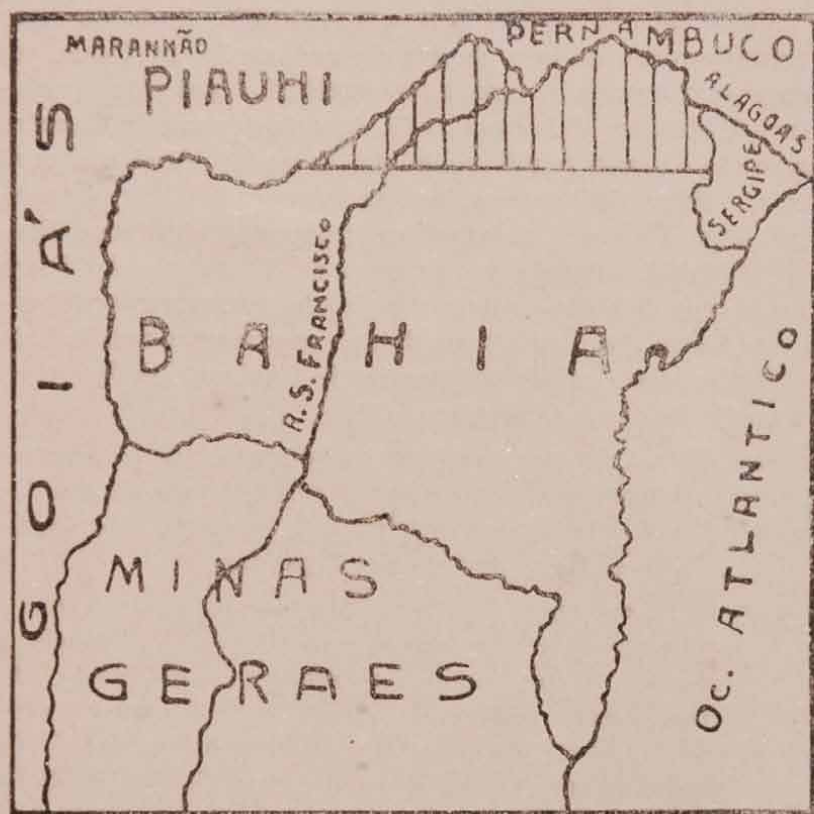
Deprehende-se dos termos geraes dessa demonstração a importancia que tinha, no debate, a famosa provisão de 1715, ou 1718. Vejo, por isso, com alegria, que o primeiro contraditor que me apparece, o Sr. Pedro Calmon, não impugna os argumentos com que destruí esse ponto de articulação de toda a these bahiana. O curioso, porém, é que sem defender a provisão, elle procura repetir os corollarios que decorriam desse documento.

Está nesse caso a impugnação da carta de doação de Duarte Coelho. Antes, contestava-se o valor desse titulo, porque assim se robustecia a expressão da provisão de 1715, ou 1718, sustentando-se que a soberania se mantivera até então controvertida entre Olinda e S. Salvador. Mas se abandonamos essa provisão, e continuamos a recusar a carta de Duarte Coelho, abrimos um problema historico que reclama explicação.

Haja vista que o Sr. Pedro Calmon sustenta que as donatarias eram demarcadas no littoral. Dos pontos extremos indicados na costa partiriam linhas rectas para oeste, até onde se estendesse o dominio portuguez. Esse, no entender do Sr. Pedro Calmon, o principio geral e incontestavel.

Ora, a demarcação de Pernambuco foi uma excepção nesse principio geral. De começo, desrespeitou a linha para oeste porque foi acompanhando o curso do S. Francisco, que ia para o norte; depois, desobedeceu novamente á norma preestabelecida, descendo para o sul quando o curso do S. Francisco se estendeu para baixo da referida linha recta. Qual a explicação dessa dupla desobediencia? Qual o titulo que as permittiria, como infracção de uma regra que se considera infallivel? São interrogações que o Sr. Pedro Calmon provoca e a que não responde.

Os defensores do actual dominio bahiano fallam muito em conquista e em povoamento. Para elles, a mutilação per-



Territorio bahiano que se tornaria litigioso, se a Bahia accettasse realmente a these das demarcações littoraneas. O trecho riscado mostra a região que ficava ao norte de um paralelo que partisse da foz do S. Francisco, para Oeste. Mas os advogados bahianos repelliriam a conclusão, que poderia servir até mesmo a Sergipe. Pelo que parece, a verdadeira these bahiana até hoje se expressa nos seguintes termos: O S. Francisco servia de limite quando se orientava para o norte; e deixava de ser fronteira, desde que começava a correr para o sul

nambucana foi uma restituição á Bahia da terra que ella havia povoado e conquistado. E' a these irredentista, que se repete e que teria, não direitos, mas sympathias, se houvesse precedido a annexação. Acontece, porém, que ella é posterior aos factos em que procura apparecer como causa; é mais consequencia do que factor. Demonstrei no meu livro que os

habitantes das ilhas do S. Francisco reclamavam o titulo de pernambucanos dentro do termo da Villa da Barra (pags. 172-173). Fiz ver tambem que se reconhecia melhor a região em Pernambuco do que na Bahia (pags. 156-157). Mais do que isso, reuni provas de que, depois da annexação, a Bahia se mostrara indifferente a esse novo territorio, que pela linguagem actual de seus defensores ella deveria ter recebido entre festas, como alguma região redimida do poder inimigo. Apon-tei provas desse desinteresse bahiano (pags. 193-194). Acrescentarei agora a carta geographica e topographica da Provincia da Bahia, iniciada no governo de Francisco de Souza Martins, e concluida na administração de seu successor Francisco de Souza Paraiso. Deve datar approximadamente de 1836. E' uma carta official. O territorio bahiano limita-se á margem direita do S. Francisco. (5)

Essas circumstancias tornam inexpressivo o irredentismo bahiano, que só muito mais tarde se mostraria exigente e apaixonado, nos debates provocados pelo projecto de João Barbalho, depois da proclamação da Republica.

Só então se começou a achar extravagante que Pernambuco se prolongasse pela margem esquerda do S. Francisco até o Carinhanha. Arguiu-se que, no momento da carta de Duarte Coelho, não se conhecia o curso do S. Francisco, sem se reparar que tambem não se conhecia o ponto em que devia passar o meridiano de Tordesilhas, que serviria de fronteira occidental para as donatarias. Se o curso do S. Francisco era um problema geographico, o mesmo se poderia dizer desse meridiano, e da influencia que elle teria na desigualdade do territorio das capitancias.

Perdeu-se igualmente de vista a consideração dos limites ecclesiasticos. A diocese de Olinda alcançava os sertões de Paracatu', e chegou mesmo a comprehender uma freguezia goyana e os descobertos do Piauhý. Entretanto, a demarcação da diocese dizia apenas que ella correria do Ceará até o S. Francisco, "que servirá de limite entre a Diocese de Olinda e a Diocese de S. Salvador" — *quod inserviet pro termino inter Diocesim de Olinda et Diocesim Sancti Salvatoris de Bahia.* (6).

---

(5) — Segundo Ivo do Prado, A Capitania de Sergipe, pag. 64.



Os termos da bulla equivalem aos que foram usados no regimento de Thomé de Souza, em que a referencia ao S. Francisco se acompanha da seguinte phrase: — “por onde parte com a capitania de Duarte Coelho”. Frei Vicente do Salvador dizia tambem, a respeito da Bahia: — “Pela banda do norte parte esta capitania com a de Pernambuco pelo rio de S. Francisco”. Joannes de Laet fallava no rio São Francisco “pelo qual é separada da Bahia” a capitania pernambucana.

As expressões que levaram a diocese de Olinda até o Paracatu’ foram as mesmas que estenderam a capitania pernambucana até os extremos do sertão do S. Francisco. A approximação dos dous factos prova que pareceram naturaes, tanto para a jurisdicção civil, como para a jurisdicção ecclesiastica.

Além disso, devemos considerar que os advogados bahianos acceitam a doutrina das demarcações littoraneas dentro de reservas que a annullam. Uma linha partindo da foz do S. Francisco para oeste tornaria litigiosa uma grande faixa do actual territorio bahiano, conclusão que os advogados não acceitam nem deante de Pernambuco, nem deante de Sergipe. Se se falla tanto em demarcações littoraneas, é apenas para reivindicar a doutrina de que o rio S. Francisco servia de limite entre a Bahia e Pernambuco quando corria ao norte da linha tirada de sua foz; e deixava de servir de limite quando corria ao sul da linha mencionada! Era limite contra Pernambuco, e jámais contra a Bahia!

A verdade é que Pernambuco perdeu a comarca do S. Francisco apenas para castigo de seus impulsos revolucionarios, quando o governo do paiz recebeu que a Confederação do Equador se espraiasse pelo sertão da capitania pernambucana, e visse attingir os nucleos ordeiros de Minas. Na revolução anterior, de 1817, Pernambuco já havia perdido a Comarca de Alagoas. Por isso um dos meus mestres me observava, ha dias, com razão, que se não fossem os movimentos revolucionarios de Pernambuco, elle seria hoje um dos maiores Estados do Brasil, com as suas fronteiras no S. Francisco e no Carinhanha.

Não obstante, o illustre Sr. Plinio Barreto, em commentarios com que honrou o meu trabalho, dizia lamentar, em nome dos republicanos, que Pernambuco se houvesse apartado dessas tradições revolucionarias, com que se fizera campeão das liberdades publicas. Para responder, eu não precisava mais do que perguntar a esse brilhante publicista, se ainda achava muito grande o territorio pernambucano, e se não lhe parecia que duas

mutilações consecutivas, e a que todo o paiz se mostrou indifferente, eram o bastante para desalentar os impulsos de uma collectividade idealista.

## VII

## SYNTHESE DE UM DEBATE

Esperei que decorressem duas semanas após o meu ultimo artigo de resposta ao Sr. Pedro Calmon. Tenho agora o direito de acreditar que toda a sua replica se resume ao trabalho que publicou no *Jornal do Commercio*, dando-lhe o sub-titulo de "Resposta a uma critica".

Diz o Sr. Pedro Calmon que eu me demorei a "descobrir fantasias, desacertos ou dislates" no seu trabalho, "sem cogitar dos reparos feitos a varios conceitos" do meu livro "Pernambuco e o S. Francisco".

Ora, os reparos feitos pelo Sr. Pedro Calmon foram escasissimos. Nos quatro artigos que publicou, havia somente seis citações de meu trabalho. Duas se referiam á these das demarcações littoraneas, na distribuição das donatarias; outra considerava como contradição a referencia que eu fizera a uma phrase de Gabriel Soares, a proposito do balisamento da capitania de Duarte Coelho na margem norte do S. Francisco. Havia duas citações a respeito do conhecimento do curso desse rio, ao tempo das ratificações da carta de Duarte Coelho. A ultima citação alludida á expressão de um documento de 1725. Nada mais.

Das tres primeiras citações dei conta no artigo intitulado "A Bahia e o Rio S. Francisco", na parte em que tratei das cartas de doação; as outras duas sobre o conhecimento do S. Francisco; a derradeira citação encontrou resposta no meu artigo denominado "Terra de todos". Respostas longas, directas, minuciosas.

Quando o Sr. Pedro Calmon vem agora dizer que eu não cogitei de reparos feitos ao meu livro, é natural que me surpreenda, de uma censura deante que não me parece honesta.

Quem não respondeu aos reparos, foi o Sr. Pedro Calmon. E para que não pareça que eu desço aos mesmos processos de polemica, enumero as observações mais expressivas que fui elaborando sobre o texto de seus artigos.

1) Mutilou um proverbio latino, supprimindo a segunda parte, que lhe era expressamente contraria, no desejo de negar o valor da precedencia da carta de Duarte Coelho. 2) Reivindicou a primasia na interpretação da phrase "metade do rio San-

la Cruz”, quando a these tinha mais de trinta annos de vida. 3) Arguindo-me falsamente de contradicção, citava um trecho de Gabriel Soares adverso á sua doutrina. 4) Mencionou a villa de Penedo e a comarca de Alagôas, numa época em que ainda não existia nem uma, nem outra cousa. 5) Ligava inexplicavelmente a viagem de Sebastião Alvares á presença de Francisco Dias de Avila no S. Francisco, embora entre os dous factos se intercalasse meio seculo, e não houvesse entre elles nenhuma relação conhecida. 6) Mencionava Garcia de Avila “ao fallecer, em fins do seculo I”, quando a morte desse colono é occurrencia de 1609. 7) Atribuuiu a Vilhena, em começos do seculo XIX, depois do periodo da mineração o desconhecimento de que vinha do sul o curso do rio São Francisco. 8) Affirmou que até fins do seculo XVIII sempre se julgara que o S. Francisco viesse em linha recta, do interior para o mar, e eu citei quatro mapas provando o erro do adverbio. 9) Apontou o Jequitinhonha como exemplo dos rios traçados debaixo de um mesmo parallelo e em diversidade, nesse particular, com o S. Francisco, quando a verdade é que, dentro da extensão do Jequitinhonha — cerca de mil kilometros — a inclinação do S. Francisco para o sul é menor. 10) Levou a região litigiosa entre Pernambuco e a Bahia até o Jequiá, ou o S. Miguel, contrariando toda a historiographia. 11) Atribuuiu a D. João de Lencastro a fundação da villa da Barra, e esse vice-rei se limitou a crear o povoado ou aldeia, surgindo a villa mais de 50 annos depois. 12) Embora negasse o valor da carta de Duarte Coelho como titulo de dominio sobre o S. Francisco, affirmou que a jurisdicção de Pernambuco, na margem esquerda do rio, era uma idéa “antiga” em fins do seculo XVII. 13) Reconheceu tambem que nessa época se podia “adjudicar” a Pernambuco esse territorio da margem esquerda. 14) Fallou nas fundações de Rio Preto, Parnaguá e Campo Largo, entendendo-as como resultado da “acção policiadora do ouvidor de Jacobina”, quando as aldeias desse nome foram anteriores á creação daquella ouvidoria, e as villas de Parnaguá e Campo Largo se crearam sob a autoridade de outras comarcas. 15) Confundiu a creação da Comarca de Jacobina com a creação da Comarca do Rio de S. Francisco, embora os dous factos se distanciassem por mais de meio seculo (78 annos).

Esses os principaes reparos que fiz aos artigos do Sr. Pedro Calmon Mas ao lado dessas observações, contestei formalmente os pontos fundamentaes de sua these. Impugnei o caso do commercio do fumo, com que pretendia provar a fatalidade das relações economicas entre a Bahia e o S. Francisco. Analysei ex-



haustivamente a confusão de jurisdições que pretendeu ver na capitania do S. Francisco. Mostrei a fragilidade dos argumentos com que procurava descrever a margem esquerda desse rio como uma "terra de todos". O Sr. Pedro Calmon não voltou a defender nenhum desses pontos, como também não disse uma palavra quanto ás respostas que eu havia dado á sua replica, na theoria das cartas de doação, no conhecimento do curso do São Francisco e no valor de um documento de 1725.

A sua "resposta a uma critica" se limita a dous reparos e a algumas questões. Começarei pelos dous reparos.

O primeiro é uma accusação de anachronismo. Referime á Casa da Ponte, a proposito da expansão bahiana no S. Francisco, pela segunda metade do seculo II. O sr. Pedro Calmon recorda que por esse tempo o senhor dessas propriedades, Antonio Guedes de Britto, não podia ter aquelle titulo. O nome de "Casa da Ponte" viria mais tarde, com o casamento de sua herdeira D. Joanna Guedes de Britto com Manuel de Saldanha da Gama. Calcula o Sr. Pedro Calmon em um seculo a differença. Não seria tão grande, de certo. Não tenho duvida, porém, em reconhecer que uma linguagem precisa não se compadece com aquella denominação. Tomarei cuidado para evital-a de futuro. E tomarei também cuidado para não crêr em manuaes de historia bahiana, onde Antonio Guedes de Britto apparece como "chefe da Casa da Ponte". Leia o Sr. Pedro Calmon a "Historia" de sua autoria e veja se não encontra a pag. 83 (2.<sup>a</sup> ed.), essa indicação, que hoje classifica de anachronismo.

O outro reparo, que o Sr. Pedro Calmon resolveu fazer, arrogantemente, do alto dos cothurnos com que se presentou, é a respeito de um itinerario que eu citei: — "O itinerario que a conquista hollandesa nos deixou e que se apresentava como consumindo 90 horas de viagem, ligava-se a Penedo". O meu contradictor classifica summariamente de "erro" a minha phrase. Affirma que o "itinerario não foi hollandes, mas portuguez, portuguezissimo". Explica que o "caminho de Penedo não foi aberto pelos hollandezes, senão pelos portuguezes que se retiravam, perseguidos cruel e teozantemente".

O articulista poderia ver que eu vinculara o livre acesso de Penedo ás pelejas dos filhos do primeiro donatario. O itinerario referido não era, pois um facto geral, mas uma circumstancia especial, como a indicação das horas o denun-

ciava. Aquella retirada dos portuguezes se fizera em 90 horas? — deveria perguntar o Sr. Pedro Calmon. E essa indagação o levaria a desconfiar de que eu citava algum documento. Vou dizer-lhe qual seja esse documento. Intitula-se "Itinerario desde a cidade Maricia até o forte Mauricio situado junto ao rio de S. Francisco". Foi copiado do archivo particular do rei da Hollanda, como o Sr. Pedro Calmon poderá vêr do fasciculo 31 da Revista do Instituto Archeologico Pernambucano. E' a isso que o articulista, sem saber do que se tratava, classificou arrogantemente de itinerario "portuguez, portuguezissimo"!

Explicados esses dous pontos, passo ás questões em que o Sr. Pedro Calmon voltou a debate, na sua resposta. Tere-mos ahí os seguintes assumptos: a) a ligação entre Penedo e Olinda; b) a prioridade de Sebastião Alvares no médio S. Francisco; c) a marcha dos rebanhos da família Avila; d) a importancia da pecuaria em Pernambuco; e) o papel do castello da Torre na conquista neerlandesa.

Ver-se-á, pela simples enumeração da materia, que nenhuma dessas questões se reporta ao meu livro "Pernambuco e o São Francisco". Pertencem todas á these que o meu contradictor quiz sustentar nos seus artigos. Prova-se desse modo o que affirmei de inicio, isto é, que o debate se empenha nas defesas que o Sr. Pedro Calmon preparou longe do meu reducto.

## VIII

### QUESTÕES DE HISTORIA COLONIAL

#### A ligação entre Olinda e Penedo

Das questões em que prometti resposta á replica do Sr. Pedro Calmon, a primeira se prende á ligação entre Penedo e Olinda. As nossas divergencias a respeito são grandes.

A fundação de Penedo, por exemplo, resultou, segundo o articulista bahiano, dos emprehendimentos maritimos da capitania de Duarte Coelho. Eu continu'o a considerar o problema não resolvido, uma vez que varios historiadores preferem ver, na fundação de Penedo, uma consequencia das guerras travadas pelos filhos do primeiro donatario com os indios do sul da capitania.

O Sr. Pedro Calmon parece tambem não acreditar que houvesse facilidade e segurança na communicação entre os dous

pontos do litoral pernambucano. Contestei essa desconfiança, transcrevendo um trecho da "Relação do naufragio que passou Jorge de Albuquerque Coelho" e segundo o qual, depois das pejejas dos filhos dos donatarios, podia-se ir "quinze ou vinte leguas pela terra a dentro e sessenta ao longo da costa, por tantas ter a dita capitania de jurisdicção". Os autores concordam em que nessa época se pacificou o gentio da donataria de Duarte Coelho, como se veria do proprio Varnhagem (ed. Rodolpho Garcia, I, 441). Frei Vicente do Salvador mostrava o gentio "desta costa até o rio S. Francisco tão atemorizado que se deixavam amarrar dos brancos como se foram seus carneiros e ovelhas". Por isso Fernão Cardim achava no seu tempo que "os indios da terra são já poucos", segundo impressões de uma visita a Pernambuco. (Tratados, 334). "Nesta epoca — dizia Fernandes Gama, alludindo a 1580 — já havia estabelecimentos mais ou menos consideraveis desde Olinda até o rio de S. Francisco". (Memorias de Pernambuco, I, 141). O que se confirmaria com o velho Frei Vicente, quando nos descreve o gentio vencido deixando "alargar-se os brancos e viver em suas granjas como aos do rio de S. Francisco, aonde foi em companhia de seu irmão". (pag. 183). O frade se reportava aos dous filhos de Duarte Coelho.

Qualquer que tenha sido o momento da fundação de Penedo, existisse ou não facilidade na comunicação entre os dous logares, é ainda assim não estaria prejudicada a extensão da colonisação pernambucana no S. Francisco. Esta colonisação poderia apresentar-se independentemente daquelles dous problemas. Imaginemos que os olindenses fossem embarcados ao S. Francisco e que dahi iniciassem a conquista do rio, fazendo de Penedo o ponto de partida para as suas entradas.

Ainda aqui se mantém a divergencia. O Sr. Pedro Calmon apresenta a acção pernambucana no S. Francisco, no primeiro seculo, ou até os hollandezes, como uma simples aventura maritima, circumscripta ao leito do rio provavelmente impedida pela cachoeira de Paulo Affonso. Synthetizou a sua these na seguinte phrase: — "A exploração pernambucana no S. Francisco, no I seculo, foi por agua".

Ora, os documentos dizem o contrario. A "Relação" do naufragio de Jorge de Albuquerque refere-se aos "cinco annos que gastou em conquistar a dita capitania pelas montanhas e desertos". Mostra-o "quebrantado" dos trabalhos que passara em companhia de seu irmão no "descobrimento do Rio de São Francisco". Frei Vicente affirma tambem, como vimos no tre-



cho supracitado, que os dous irmãos foram ao S. Francisco. Jaboatão informa que com essas pelejas descobriu-se naquelle rio "muita parte delle pelo sertão a dentro, de onde recolhido Duarte Coelho para Olinda, continuou Jorge de Albuquerque a conquista do gentio".

O Sr. Pedro Calmon impressionou-se com as expedições que seguiram embarcadas até o São Francisco. Francisco de Caldas e Gaspar de Taide foram de Pernambuco ao S. Francisco levando muitos soldados e "entraram muitas leguas pelo sertão" (Frei Vicente, 218). A expedição de Francisco Barbosa da Silva dividiu-se em dous grupos, seguindo um por mar e outro por terra, e encontrando-se ambos no "desembarcadouro do rio S. Francisco", o qual seria provavelmente Penedo. Dahi seguiram para o interior, num percurso cheio de difficuldades e de aventuras guerreiras, vencendo poderosos redutos do gentio. Mais tarde esse mesmo Francisco Barbosa da Silva retornava ao empreendimento, com peor fortuna, pois sahiu "desbaratado de outra entrada no sertão". (Frei Vicente, 339).

Quanto á importancia dessas entradas, basta considerar que reduziram definitivamente o gentio de uma grande região do S. Francisco, iniciando relações que a guerra hollandêza veiu desenvolver, por meio da actividade de Felipe Camarão.

#### A PRIORIDADE DE SEBASTIÃO ALVARES

A prioridade de Sebastião Alvares no medio S. Francisco é affirmada peremptoriamente pelo Sr. Pedro Calmon, que invocava a autoridade de Frei Vicente do Salvador. Eu contestei que o velho chronista autorizasse a affirmação e duvidei da these.

Frei Vicente contava que antes de seguir Sebastião Alvares, Diogo de Castro levava uma carta do governador geral, solicitando para a expedição os auxilios do indio Porquinho. Essa indicação provocava a pergunta: de onde vinha o conhecimento desse indio? Teria sido parte na confederação contra os caetés? Coperára para os resgates de indios no São Francisco?

O Sr. Pedro Calmon não demora nesses reparos, que para elle são "erros", summariamente, com o que não me impressiona, nem me agrava, pois verifiquei de perto a ligeireza de sua critica historica. Elle exclama que os serviços de Porquinho viriam depois da expedição.

Eu não ignorava esses serviços posteriores á expedição. Não

me parecia, porém, que pudessem explicar a carta de Dom Luiz de Britto, que não os adivinhava. Cogitava também que não seria habito dos governadores geraes o solicitar tão solemnemente a alliança de indios com os quaes não existissem relações e entendimentos anteriores.

Mantenho a minha reserva, quanto á extensão e á certeza da affirmativa do Sr. Pedro Calmon. Não recusei a presença de Sebastião Alvares no S. Francisco, mas á sua **prioridade no medio São Francisco**. Entendia que uma affirmação dessa ordem envolvia a solução de problemas ainda obscuros, como o de saber até onde haviam chegado os predecessores de Sebastião Alvares e até onde alcançaram o proprio Sebastião Alvares.

Frei Vicente diz que o indio Porquinho poz o barco de Sebastião Alvares em "paragem onde o rio era todo navegavel, porque dalli para baixo lhe ficava já a cachoeira e o sumidouro". Admittindo-se que o sumidouro correspondesse a Paulo Affonso, como queria Capistrano, o barco fôra posto nas proximidades da Vargem Redonda, que ainda não se poderá denominar **medio São Francisco**. Frei Vicente não adianta se Sebastião Alvares navegou dahi por deante

Acontece também que essa indicação não está fóra de duvidas. Gabriel Soares informa que Sebastião Alvares "trabalhou por descobrir quando poude, no que gastou quatro annos e um grande pedaço da fazenda d'El-Rei, **sem poder chegar ao sumidouro**". Não é sobre semelhantes alicerces que se pode apoiar a asserção peremptoria de que esse capitão "visitara por primeiro" o **medio S. Francisco**.

O largo espaço de tempo consumido pelo sertanista dá a idéa de que elle se retardou, extraviando-se, talvez, nas preocupações e aventuras do resgate de indios. A referencia da "Historia de Colonisação Portugueza", transcripta no meu livro, (Appendice, nota 6) serve de apoio á conjectura.

#### GARCIA DE AVILA NO MEDIO S. FRANCISCO

O Sr. Pedro Calmon havia iniciado seus artigos repetindo o conceito de Frei Vicente do Salvador, quanto á profundidade do povoamento realizado no seculo I. Não obstante, escreveu que o velho Garcia de Avila, em fins desse mesmo seculo, levava os seus rebanhos ao **medio S. Francisco**.

Alludindo rapidamente á contradicção, impugnei a presença daquelle povoador no **medio São Francisco**. A conquista, no seculo primeiro, não se distanciou muito do littoral. A



Casa da Torre não chegou ao São Francisco senão no seculo seguinte, em periodo que ainda não foi determinado precisamente.

Pelo que se vê, a divergencia não é apenas "apparente e inicial", como declara o Sr. Pedro Calmon. Duvido muito, porém, que a discussão adeante qualquer cousa. A falta de criterios chronologicos torna movediço o terreno das affirmações e theorias de meu contradictor. Aqui mesmo, assegura que o rio Salitre foi o "eixo da penetração do S. Francisco" e que o centro dos movimentos da Casa da Torre foi Jacobina. Eu acreditava que estivessemos discutindo o seculo primeiro e o modo como se chegara a esses pontos, que elle já exhibe como "centro" e "eixo" de conquista do S. Francisco.

No "Roteiro" de Gabriel Soares, as costas de Sergipe apparecem dominadas pelos tupinambás, que alli negociavam com os francezes. O chronista achava conveniente que se fizesse uma povoação no rio Sergipe "para atalhar que não entrem ahi os francezes" e "por segurar aquella costa do gentio que vive por este rio acima, o qual todos os annos faz muito damno". O rio Real não estava em condições de maior segurança. A povoação que o Governador Luiz de Britto ahi estabelecera se despovoou "sem se tornar a bulir nisso". Quando esse mesmo Gabriel Soares nos diz que Garcia de Avila possuía "dez curraes por esta terra adeante", não podemos entender, que fossem adeante do rio Real, pelas condições em que se apresentava essa região no seu proprio livro. Fernão Cardim, numa passagem que os doutos prendem ao velho Garcia de Avila, dizia delle que era na Bahia "o segundo em riquezas por ter sete ou oito leguas de terra por costa" (Tratados, 331).

Depois das guerras de Christovão de Barros ao gentio de Sergipe, não ha signal de que as doações de terra no S. Francisco favorecessem os Avilas. Entre o Cotinguiba e o S. Francisco estabelecia-se uma grande propriedade do filho de Christovão de Barros, Antonio Cardoso de Barros. Succedem-se depois numerosos nomes no São Francisco, em sesmarias que Felisbello Freire divulga em appendice á sua interessante "Historia de Sergipe". Supponho que as numerosas cartas que o Sr. Pedro Calmon declara esquecidas em Felisbello (Historia de Sergipe), para encontral-as depois em Felisbello (Historia Territorial) não se reportariam todas ao territorio sergipano e á vizinhança do São Francisco.

Demonstraram esses factos que o dominio da Casa da



Torre não se estendeu simplesmente de Tatuapara ao S. Francisco pela faixa do littoral sergipano. Revelam tambem que não se incluíram os seus senhores entre os primeiros proprietarios da margem do rio. Dahi a conjectura de que houvessem alcançado o S. Francisco seguindo o valle de alguns rios do littoral bahiano, o Inhambupe, por exemplo, ou o Itapicuru'. Mas assim, pela necessidade de vencer uma grande região sertaneja, seria necessario retardar a presença de seus rebanhos no S. Francisco e ainda no *medio* S. Francisco. No seculo I, como pretendeu o Sr. Pedro Calmon, é inaceitavel. Ia adeantando o seculo segundo, quando Frei Vicente escrevia do S. Francisco: — Nem o rio se povoa até agora mais que de alguns curraes de gado e roça de farinha ao **longo do mar** (pag. 104).

De qualquer modo, as questões historicas permitem a modificação dos criterios ou idéas tradicionaes. Basta que sejam exhibidos documentos, provas decisivas. Será esse o caso actual?

Não. O Sr. Pedro Calmon cita explorações de Francisco Dias de Avila; menciona o roteiro de Belchior Dias; allude á prosperidade dos curraes seargipanos e á importancia das propriedades dos Avilas no S. Francisco, segundo Martin de Nantes e Antonil. Em que as duas entradas provariam a presença do velho Garcia de Avila no *medio* São Francisco? A prosperidade dos Avilas ao tempo de Martin de Nantes e de Antonil tambem não explicaria aquella these, pois que o desenvolvimento de seus dominios, como o dos Guedes de Britto, foi vertiginoso exactamente na segunda metade do seculo XVII. A criação em Sergipe, na sua primeira phase, ainda está para provar que se incluísse entre as façanhas dos Avilas, quando tantos foram os sesmeiros, indicados para as terras Sergipanas.

Aqui o Sr. Pedro Calmon, convencido no intimo de que divagou, detem-se um minuto e previne: — “Vejam, enfina, o documento”. E acrescenta: — “Nenhum teria para o caso o valor do testamento do proprio Garcia d'Avila, o velho. Pois é o bandeirante quem affirma ser proprietario no S. Francisco”. Esse exordio impressiona. Lê-se com anciedade o trecho do testamento: — “Declaro que deixo aos ditos Padres de São Bento a parte que me cabe nas **terras da fazenda de S. Francisco**”. E' assombroso! Cita-se o nome, titulo da fazenda e não a sua localização. Fazenda de S. Francisco e não fazenda *no* S. Francisco. E se ainda viesse na segunda for-

ma, restaria provar, pela frequencia do nome, que não era desprezado no Reconcavo: a) que se tratava do rio de S. Francisco: b) que a fazenda era no curso medio do rio.

## IX

## QUESTÕES DE HISTORIA COLONIAL

## A importancia da Pecuaria em Pernambuco

Temos agora a questão da sociologia.

O Sr. Pedro Calmon sustenta que a Bahia foi uma capitania pastoril; Pernambuco preferiu a lavoura da canna de assucar. Entre essas duas actividades, o articulista enxerga opposição irreductivel. Ora, como a conquista do S. Francisco se deve na maior parte á pecuaria, só é possivel considerá-la, dentro desse raciocinio, como realização bahiana.

Impugnei essa explicação em todos os terrenos. Fiz ver que entre a fabricação do assucar e a industria pastoril havia antes attracção do que repulsão, dada a necessidade de rebanhos no trabalho dos engenhos. Por isso os dous maiores centros assucareiros do paiz — Pernambuco e a Bahia — haviam sido igualmente centros de criação. Como se discutia o seculo XVI, citei as autoridades do tempo, todas em abono da minha affirmativa. O Sr. Pedro Calmon recua nesse ponto e já admite "alguma criação de gados na capitania", no seculo XVI.

Ora, o raciocinio deve ser justo. Se ha opposição entre a agricultura e a pecuaria, se os engenhos de assucar impediam os curraes de gado, os dous maiores centros de fabricação de assucar no paiz, Pernambuco e Bahia, não deviam ter criação. E' absurdo limitar a Pernambuco semelhante consequencia, como fez o Sr. Pedro Calmon, num raciocinio que por isso mesmo classifiquei de arbitrario.

No tempo de Gandavo, os engenhos da Bahia eram em numero de dezoito; Cardim e Gabriel Soares contavam trinta e seis.

Em começos do seculo XVIII, Antonil informava que elles chegavam a cento e quarenta e seis contra duzentos e quarenta e seis de Pernambuco. Não obstante a differença na quantidade de engenhos, a produção bahiana excedia a pernambucana, por serem maiores os seus engenhos. A Bahia apresentava annualmente quatorzemil e quinhentas caixas, contra doze mil e trezentas da capitania visinha. A influencia



da agricultura como obstaculo á criação deveria, pois, actuar fortemente num centro assucareiro de tanta importancia.

Poderia deter-me nesse argumento, que é bastante para invalidar o raciocinio mutilado em que se apoia o meu contraditor. Mas preciso provar-lhe que as referencias do tempo relevavam a importancia de Pernambuco na criação de gado. O Sr. Pedro Calmon prodigalisou tanto as suas exclamações de ante dessas minhas affirmativas!

A negação do articulista se baseia na idéa daquella opposição entre a agricultura e a pecuaria, nos "Dialogos das grandezas do Brasil" e nos pronunciamentos de uma assembléa realizada no octennio de Mauricio de Nassau. Aquella opposição, elle proprio a destroe, quando não admite a sua applicação nos dominios bahianos. E as autoridades citadas não o defendem neste momento, pois que elle teve a imprudencia de cital-as de segunda mão.

Dos "Dialogos", apanha o transumpto de Capistrano de Abreu, que se reportava ao phenomeno geral da expansão da pecuaria, collocando-se num ponto de vista moderno. A importancia da criação de gado era muito relativa nesse tempo. Cardim registrava com algum assombro que houvesse na Bahia quem possuísse quinhentas ou mil cabeças; o autor dos "Dialogos" citava tambem como extraordinario o facto de conhecer um proprietario que tinha mil cabeças de gado. Só com alguma lisonja — disse muito bem Capistrano — se poderia dar a esses rebanhos o nome de "industria criadora."

Mas nós não estamos raciocinando dentro dos criterios modernos sobre a pecuaria, mas na relatividade de sua existencia primitiva nas duas maiores capitancias do paiz. Era tambem nesse criterio relativo que se collocavam os "Dialogos" para dizer: — "Tambem ha nesta terra quantidade grande de gado vaccum, todo de muitas carnes e gorduras, excellente para se comerem, que dão infinidade de leite, do qual não se sabem ou querem aproveitar, e a maior utilidade que do tal gado tiram são os novillos, de que se fazem bois mansos para serviço dos engenhos e das lavouras, com ser das melhores fazendas que ha na terra. E conhecia eu um homem que tinha mais de mil cabeças de gado vaccum dividido por curraes, dos quaes tirava grande proveito; e outros têm menos, posto que todos pretendem ter curraes de vaccas, por ser fazenda de muita importancia". (Rev. do Inst. Arch. Pernambucano, n. 33, pags. 104—105). "Na Capitania de Pernambuco — diz noutro passo — ha infinitos engenhos de fazer assucares, muitas la-



vouras de mantimentos de toda a sorte, criações sem conta de gado vaccum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de bolateria e outras domesticas, diversos generos de frutas, tudo em tanta copia que causa maravilha a quem o contempla e com curiosidade o nota". (Id., n. 28, pag. 35).

O terceiro e ultimo baluarte do Sr. Pedro Calmon está nas decisões de um congresso dos escabinos do Brasil hollandez, ao tempo de Mauricio de Nassau. "Aquella sisuda assembléa — diz o Sr. Pedro Calmon, que a denomina "sisuda" por sua conta — propoz medidas que versavam sobre a criação de gado que ameaçava extinguir-se". A phrase gryphada é de Sotto Maior, como nós adverte o articulista. Nas actas em que Sotto Maior se baseou, vê-se que as medidas se limitavam ao districto de Porto-Calvo.

Regulava-se a contribuição de carne e farinha para as tropas e os delegados daquella região pediam que não se matassem as "vaccas capazes de gerar, por serem poucas as que existem". A Camara de Serinhaem tambem pleiteava que não se matassem "bois domesticados nem as vaccas que existem naquelle districto, para que não se extinga a geração". O Conselho Supremo concordava com o requerido, que nos revela o interesse dos colonos pela conservação de seus rebanhos.

Isco em 1640, quando ainda estavam presentes as devastações guerreiras nos dous districtos. Ainda assim, não appareceu naquella assembléa nenhuma informação sobre os districtos meridionaes de Alagoas, onde exactamente se fizera sentir mais vivamente a importância da criação. Em 1638, um documento hollandez salientava a expansão da pecuaria nessa região. Era o "Breve discurso sobre o estado das quatro capitánias conquistadas", redigido pelos commissarios Mauricio de Nassau, van Ceulen, Adrien van der Dussen. Registrando que o districto de Alagoas, entre Persinunga e o São Francisco, tinha pelo menos 15 engenhos, acrescentava: — A principal industria, em que os moradores costumam empregar-se, é a criação de toda a sorte de gado, sobretudo bois e vaccas, que ahí existem em mui grande quantidade e em numerosos curraes, e é deste districto que toda a parte septentrional do Brasil tira quasi todo o gado de que necessita, tanto para o corte, como para o trabalho de engenho e carro". (Rev. do Inst. Arch. Pernamb. n. 34, pag. 143). O "Diario" da rebelião em 1647, considerava desastrosa a rendição do forte Mauricio, no São Francisco: — Para a companhia e para muitos particulares. é esta certamente, uma enorme perda que sentirão por mui-

to tempo, pois esse lugar era o viveiro do nosso gado e, sem elle, soffreremos grandes encommodos, assim, por causa da nossa alimentação como por causa dos engenhos, que, em não tendo bois devem parar”, (Rev. do Ins. Arch. Pernamb., n. 34, pags. (145-146). Barleus descrevia a parte sul de Alagoas nestas palavras: — “Montibus vallibusque loetissimis haec regio distinguitur, cannarum sacchari feracissima, etium ligni Brasiliensis optimi. Nec minus pareuns quoque est te pecore abundans, ut, quod de Campania ab Italis olim dictum fuit, sumen Brasiliae dici mereatur”. (Rerum per octennium in Brasilia, 41). O panegyrista de Nassau escrevia pouco depois daquella assembléa.

Ainda se poderia consultar a esse respeito, Joannes de Laet (Annaes das Companhia das Indias Occidentaes, I, 272), o Marquez do Basto (Memorias diarias da guerra, ed. Mello Moraes, 145) e a Memoria apresentada por Adriano Verdouck em 1630.

As devastações da guerra devem ter prejudicado os rebanhos em todo o districto do S. Francisco, pois que tambem não foram pequenas em Sergipe, onde Nassau estabeleceu premio para as cabeças de gado que dahi fossem retiradas, no desejo de fazer á Bahia o damno de lhe difficultar o abastecimento. E’ possível, tambem, que nos centros intensamente agricolas os rebanhos se limitassem ás necessidades dos engenhos, creando-se por isso, ao lado dessas regiões, as zonas de curraes, para o abastecimento dos povoados e dos engenhos que fossem apparecendo. Esse o papel das zonas do Una, do S. Miguel e do S. Francisco para Pernambuco; esse tambem o papel de Inhambupe, do Itapicuru’, do Real e do S. Francisco para a Bahia.

O certo é que, depois dos hollandezes, Antonil estimava em 500 os curraes existentes na Bahia e em 800 os de Pernambuco. “E posto que sejam muitos os curraes da parte da Bahia, chegam a muito maior numero os de Pernambuco” (Cultura e opulencia do Brasil, 263). “De gado vaccum — dizia Loreto Couto, em meados do seculo XVIII — ha tanta abundancia que pobres e ricos, brancos e pretos se sustentam de suas carnes, que são as mais saborosas de todo o Brasil; fóra da que se gasta na terra, para a Bahia e Minas, sahem todos os annos mais de 300.000 bois” (Desagravos do Brasil, I, § 58).

A hypothese do Sr. Pedro Calmon, a hypothese capenga, pois não chega para a Bahia, oppõe-se, na parte de Pernam-

bucó, aos documentos e aos autores, não obstante os pontos de exclamação com que registrara minhas affirmativas nesse sentido, admirando-se de conceitos que seriam triviaes para qualquer leitor menos desattento.

### A TORRE DOS AVILAS E OS HOLLANDEZES

Chego á ultima questão da replica. O Sr. Pedro Calmon fallava na Torre de Garcia d'Avila "como eixo da resistencia" portugueza, ao tempo da guerra contra o hollandez. "A reconquista dahi irradiava como um leque que se abre: empolgava Sergipe e Alagoas, seguia a margem direita do S. Francisco". Era um titulo de gloria para a Bahia, no momento em que o autor ennumerava os argumentos e os serviços que deviam excluir Pernambuco da conquista do S. Francisco. O articulista falava nos guerrilheiros bahianos, que dalli sahiam acamara-dados com os pernambucanos.

Observei varias questões, a proposito desses conceitos. Achei extravagante que apparecesse aquelle episodio entre os titulos bahianos, quando a tropa aquartelada na Torre de Garcia d'Avila fôra o exercito que vinha das pelejas pernambucanas, sob o commando de Bagnuolo. Não vi tambem que especie de merito poderia dahi decorrer para os senhores de Tatuapara, que não viveram nenhuma iniciativa para o estacionamento, nesse dominio, do exercito pernambucano. "Não houve nenhum convite — dizia eu — nenhuma iniciativa de boa vontade, senão a ordem de não ir para deante". O Sr. Pedro Calmon entende que eu errei, embora não o diga bem porque. Fernandes Gama resume os historiadores da guerra quando escreve: — "Chegado á torre de Garcia, Bagnuolo achou um official que lhe deu, de parte a ordem formal de fazer alto, até que se procurasse um acantonamento para as suas tropas" (Memorias, II, 52). O official chamava-se Pedro Cadena Villa-Sanli. Bagnuolo chegou á Torre de Garcia de Avila a 29 de Novembro de 1637. A 16 de Dezembro, depois de algum repouso, conferenciou com o Governador Pedro da Silva sobre o alojamento da tropa. Convencido de que os hollandezes iriam atacar S. Salvador, Bagnuolo pretendia aquartelar-se em Villa Velha, pois que a Torre ficava a 14 leguas da cidade e não facilitaria o soccorro de sua tropa, num ataque a São Salvador. O Governador Geral, descrente da investida hollandeza e temendo possiveis conflictos de autoridade, entendeu que seria melhor que o exercito permanecesse em Tatuapara.





Foi o parecer que prevaleceu no Conselho. Bagnuolo continuou na Torre d'Avilla, até que os seus espias lhe deram certeza de que o inimigo marchava para S. Salvador. Então, contra a opinião manifesta no conselho, levantou quartéis e foi para Villa Velha, aonde chegou a 14 de Março, depois de cerca de tres mezes de estacionamento na propriedade dos Avillas. Eis ahí a que se reduz o famoso "eixo da resistencia portugueza".

Numa guerra tão movimentada, o "eixo da resistencia" haveria evidentemente de mudar de pouso. O Arraial do Bom Jesus e Porto Calvo desempenharam essa função: Sergipe tambem, e com uma grande importancia. As primeiras defesas, quando Sergipe estava sob o dominio hollandez, estacionaram no rio Real. Os guerrilheiros tinham mais coragem do que o deixa suppor o Sr. Pedro Calmon. Elles achariam muito distante do inimigo o ponto do castello dos Avillas.

Na guerra de recursos, os commandantes do exercito pernambucano foram os elementos mais destacados da acção. Talvez o Sr. Pedro Calmon não aceite a affirmativa. Elle tornou Luis Earbalho em "capitão natural da Bahia". Póde ter dado titulos semelhantes aos outros, para entender que essa guerrilha é um merecimento bahiano, justificativo de sua expansão pela margem esquerda do rio.

Quanto aos serviços dos Avillas na guerra neerlandeza, e assumpto ainda para investigações. A referencia de Jaboatão é muito vaga, nem o premio (capitão de ordenanças) reclamava maior merecimento. Os historiadores da guerra, e escriptores bahianos como Rocha Pitta e Mirales, não mencionam quaes fossem esses serviços.

O que se conhece não permite inferir senão a existencia de fornecimentos, em grande parte vindos provavelmente de fazendas expostas ás requisições, e que tinham na tropa de Bagnuolo defesa contra as sortidas inimigas. Nunca me pareceu que esses serviços estivessem em correspondencia com a importancia dos morgados da Torre, nem que fossem para citar, numa peleja em que os generaes e os heroes eram tantas vezes os proprios moradores do paiz. (7).

**Barbosa Lima Sobrinho.**

---

(7) — Artigos publicados no "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, a 26 de Janeiro, 1, 8, 16 e 22 de Fevereiro, 1, 14, 15 e 16 de Março de 1930. Não houve resposta aos trez ultimos artigos.

# Toponymia Pernambucana

Mário Melo

Em 1907, Alfrêdo de Carvalho compilou um elucidário estymológico que publicou com o título de *O tupi na chorographia pernambucana*.

Como explicou no Prefácio do trabalho, extraiu d'*O Tupi na Geographia nacional*, de Theodoro Sampaio, os vocábulos referentes a Pernambuco, e depois coligiu outros que interpretou com o auxilio do *Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo traductor da Conquista Espiritual* organizado pelo dr Baptista Caetano de Almeida Nogueira e ainda com auxilio de Theodoro Sampaio, conforme *Notas manuscriptas* dêste.

Pode dizêr-se que oitenta por cento dos topónimos do trabalho de Alfrêdo de Carvalho foram interpretados por Theodoro Sampaio — o grande mestre do tupi.

Não só se esgotou o volume da Revista do Instituto Archeológico em que foi publicado *O tupi na Chorographia de Pernambuco* como é rarissimo encontrar-se um exemplar do mesmo trabalho editado em avulso.

Tive a felicidade de estreitar relações com Theodoro Sampaio em 1916, no Congresso Brasileiro de Geographia reunido na Bahia e desde êsse tempo comecei a interessar-me pela interpretação dos nomes tupis. Em momentos de dúvidas, recorria ao mestre, que nunca recusou a ninguem o auxilio do seu sabêr.

E como somente eu, em Pernambuco, me dava a êsses estudos, vez por outra recebia pedidos de interpretações, não só daqui, como de Estados visinhos, até onde chega a influência do *Diario de Pernambuco* e do *Jornal Pequeno* em cujas columnas attendia ás solicitações.

Trouxe-me isto a certeza de que, por maior que houvera sido a colheita de Alfredo de Carvalho, muitos topónimos lhe escaparam.

Reuni, por minha vez, grande messe e dei-me ao trabalho de interpreta-los. Tamanha foi a minha felicidade que, justamente na epoca em que estava entregue a esse estudo, aqui surgiu inesperadamente Theodoro Sampáio, para uma visita a Pernambuco.

Submetti á opinião do mestre os vocábulos interpretados e ouvi seus conselhos.

---

A minha colheita era apenas complementar á de Alfrêdo de Carvalho. Publica-la sem esta, que ja não está ao alcance dos estudiosos, porque esgotadas as publicações, seria fazer trabalho incompleto.

Resolvi, assim, fundir os dois num só trabalho, pospondo as iniciaes A. C. em cada vocábulo do livro de Alfrêdo de Carvalho e M. M. nas observações aposats aos mêsmos e nos vocábulos por mim colhidos.

Penso que, com esta orientação, fiz cousa útil.

---

Para que não houvesse disparidade, abdiquei, neste trabalho, de meu systema orthographico e segui o de Alfrêdo de Carvalho.

Muito discutido é, por exemplo, o emprêgo do Y na lingua tupi e a Conferencia de Geographia do Rio de Janeiro resolveu substitui-lo terminantemente por *i*, como resolveu substituir *ch* por *x* e *ç* por *ss*. Si é certo que observei estas regras nos vocabulos de minha colheita, conservei o *y*, o *ch* e o *ç* nos da colheita de Alfrêdo de Carvalho.

---

### *Elucidário etymológico*

#### A

ABURÁ — (Serra no municipio de Nazareth) — ‘Se não soffreu alteração, como parece, é composta de duas palavras tupis: *abú* — folego, respiração, e *rá* — soltar, desprender. De sorte que o nome *Aburá*, applicado a uma serra, quer exprimir que nella a respiração da gente se solta, isto é, respira-se a pulmões largos; é como se se dissesse: *serra do resfôlego* (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.



ACAHU' — (Riacho no mun. de Goyanna). "Applicado a um correço, é palavra tupi que, se não soffreu alteração, se decompõe em: *Acá* — querella, disputa, troca de palavras, questão; *hũ*, ou simplesmente *u* — bebêr, ou por synonymia — bebedouro, aguada. *Acahũ* ou *Acaú*, applicado a um curso d'agua, quer dizer: *aguada* ou *bebedouro da questão* ou *da briga*. Se porém o nome tupi alterou-se, como frequentemente se deu, *Acahú* pode ser corruptela de *Acahy*, isto é *Acá-y*, e, porque o *y* dos tupis, soando como o *u* dos francêses e fortemente guttural, não era fácil a portugêses e brasileiros, que ora o pronunciavam *i* ora *u*, a ultima parte do nome *Acahy* ou *Aca-y* se alterou em *u* e, neste caso, *Aca* — *hũ* ou *Aca-ũ* não significa senão. — *água da questão* ou *córrego da briga* ou *da rixa*. — Sebastião Galvão interpretou *Acahú* (*Dicc. Chor. de Pern.* pag. 2) como equivalente a *Acá-una* e o traduziu *cabêça prêta*; mas interpretou *Acahy*, como se fôra *Acã* — *hy* traduzindo-o por *cabêça do rio*, o que é incorrecto do ponto de vista tupi, mas sim *rio da Cabêça*, que é o que significaria *Acã-hy*. No tupi do norte, a palavra *hũ* não significa *nêgro* que, na lingua costeira, se traduziu pela palavra *una* ou *pixuna*. Só no tupi do sul no guaraní, máis contracto do que no tupi do norte, é que se encontra *hu*, mas *hun* nasal, significando *negro*, *prêto*. No norte do Brasil, no tupi-costeiro, se diria por *cabêça nêgra*, *acã-una*; no guaraní, no tupi do sul, se diria, porém, *acahun*" (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ACAHY — (Serra no Mun. de Cimbres). O mesmo que o precedente.

ACAJUPAIÉ — (Ant. log. no Mun. do Recife). C. *acayú-payé*, o cajú do feiticeiro, do pagé. — A. C.

AÇANABUÇÚ — (Antigo eng. no Mun. da Escada). C. *acã-un-buçú*, o grande carôço prêto. — A. C.

AGUÃ — (Riacho no mun. de Salgueiros). — S., ave conhecida, vulgo *cauã*, ave agoureira entre o gentio (*Falco cachinans*). (Th. S., 108). — A. C.

AÇUREMA — (Dist. policial no Mun. de Aguas-Bellas). — C.º *çoo-açu-rema*, veado fétido. (A. C.)

AGARIBA — (Pov. no Mun. do Cabo). — "Dada a hypóthese de não estar alterada a denominação do povoado, o nome *Agariba* se decompõe em *Aga-r-yba* e se traduz: *árvore do veneno* e também *árvore do amargôr*". (Th. S. Ns. Ms.) — A. C.

AGISSÉ — (Eng. no Munic. de Goyanna). — "Parece

corrupção de *Hayi-cen*, que quer dizer: *o grão nasce, ou a semente brota*". (Th. S. Ns. Ms.) — A. C.

AITUBA — (Pedra ao sul do ancoradouro do Lamarão no porto do Recife). — "Se não está alterada esta denominação, é palavra tupi, que se decompõe em *Ai-tyba*, por corrupção da última parte, *Ai-tuba*, significando *abundância de preguiças, onde ha preguiças* (*Bradypus tridactylus*). Sendo, porém, o nome applicado a uma pedra do ancoradouro do Lamarão, a origem e significação são outras. No tupi, dá-se ás coisas não lisas, ou que tem asperesas, rugas ou caroços, a denominação *ai*; é, portanto, natural que o nome *Aituba*, applicado a um rochêdo, signifique: *abundância de coisas ásperas*, ou, por outra, *muitas pontas, ou cabêços, e também cascalhos*" (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

AMARAGY — (Mun. villa e rio affl. do Serinhaem). — "É palavra tupi que se decompõe: *amã-rá-gy*, em que *amã-rá* significa *sólto das nuvens, tirado das nuvens, ou procedente da chuva*; *gy* ou *g-y* quer dizêr *água* e por extensão *rio, curso d'água*. *Amaragy*, quer, pois, dizêr *rio procedente da chuva*, isto é, um curso d'água temporáreo, torrente". (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

AMBEREÇUMBÛ — (Riacho affl. do Capibaribe-mirim). Corr. de *amperé-cym-o-y*, rio dos lagartos lisos. — A. C.

ANGUATÁ — (Riacho affl. do Capibaribe). — Corr. de *anguã-atã*, o tambôr, ou o timbale rijo, duro (?). — A. C.

ANHUMAS — (Eng. no Mun. de Gameleira) — Corr. de *Nhã* — *um*, ave prêta, com posposição do português *as*. (Palamedea cornuta) — M. M.

ANINGA — (Eng. no munic. de Timbaúba). — Nome de planta aquática. Também existe um palmípede mergulhadôr, que vive de peixes (potus aninga), a que ora chamam *Aninga*, literalmente cabeça pequena, ora *biguá-tinga*, pé redondo, branco. Stradelli assim o descreve: "Palmípede do tamanho do perú, bem reconhecível pelo fino e redondo pescôço, a cabeça pequena e elegante, acabada por um bico fino e comprido como ponta de flexa. A sua carne é boa e muito próxima á de pato". — M.M.

APEPE — (Riacho affl. do Tapacurá) — "E' nome tupi *apé*, caminho, verêda, trilho no augmentativo, que nossa lingua se forma müitas vezes com a repetição do nome. Assim, *apé-pé* é como se dissesse *apé-apé*, caminho grande, caminho largo, nome applicado a algum rio temporário, que se

apresenta como uma estrada larga no tempo de sêcca". — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

APETUMBÚ — (Riacho affl. do Pirapama) — Corr. de *apé-tumoi-ú*, rio do caminho da lombada — A. C.

APETURIBÚ — (Riacho, affl. do Caranguêjo) — Corr. de *apé-torib-ú*, rio do caminho da fogueira (?). — A. C.

APIPUCOS — (Arrabalde da cidade do Recife) — "Corr. de *apé-puc*, o caminho se divide ou se parte; a encruzilhada; pode ser também corrupção de *apé-pucú*, caminho ou varê-da longa". (Th. S., 111) — A. C.

Na 3.<sup>a</sup> edição d'*O Tupi na Geographia nacional*, Th. Sampáio dá máis as seguintes interpretações: *a-pipuc*, o tropel de gente; *a-pi-puc*, a frúta de casca rachada, a pinha. — M.M.

APODY — (Eng. no Mun. de Água Prêta) — "Se fôr tupi, como parece sêr, se decompõe em *a-poly*, significando *altura firme*, ou *elevação unida, fachada*. A serra do Apody é uma chapada." (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

APORÁ — (Serra no Mun. de Nazareth) — Vide *Aburá*. A. C.

APUÁ — (Riacho affl. do Capibaribe). — "*Apuá* decompõe-se em *ã-poã*, alto, que se levanta, ou se ergue". (Th. S. Ns. Ms.) — A. C.

APUÉPE — (Riacho affl. do Tapacurá) — Corr. *apó-eb*, raiz ôca. — A. C.

ARABARY — (Riacho no Mun. de Bom Consêlho) — "*C. arabe-r-y*, rio das baratas; corr. *araberí*, a baratinha, o peixinho d'água dôce conhecido por *lambarí* ou *alambary* (*Chalceus nematurus*)". (Th. S. 111) — A. C.

ARACAJÚ — (Eng. no Mun. de Água Prêta) — "*C. de ar-acayú*, cresce ou nasce o cajueiro; apanhar ou colhêr cajús; corr. *ara-acayú*, cajueiro dos papagaios". (Th. S., 111) — A. C.

ARACAPÁ — (Ilha no Rio S. Francisco) — C. de *ará-capab*, o pássaro ferido, ou corr. de *ará-capar*, o pássaro briguento. — A. C.

Pode sêr ainda *oaracapá*, o escudo — M.M.

ARAÇÁ — (Serras nos Muns. de Cimbres e da Victoria). — "S., nome dado ás myrtáceas do genero *Psidium*: c. *ará-gá*, estação, época, (B. C., 47), allusão ao facto de apparecêr o fructo do *Psidium* em tempo próprio". (Th. S. 111) — A. C.

ARAÇAGY — (Eng. no Mun. do Cabo) — C. de *araçá-g-y*, rio dos araçás. — A. C.



ARAGUABA — (Eng. no Mun. de Barreiros) — “C. de *ará-guaba*, comida ou bebida dos papagaios; pode dizêr-se *bebedouro dos papagaios*”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ARAGUARY — (Eng. no Mun. de Barreiros) — C. de *ará-guá-r-y*, rio do valle ou da baixada dos papagaios — A. C.

ARANDÚ — (Riacho affl. do Pirapama) — ‘*Arandú* é o mesmo que *ará-ndú*, e quer dizêr, ruido dos papagaios, o vosear destes passaros” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ARAPUÃ — (Serra no Munic. de Floresta) — ‘*Corr. de ira-apuã*, mel redondo, ou ninho de abêlhas redondo”. (Th. S., 112). — A. C.

ARAQUARA — (Riacho affl. do Serinhaem) — C. de *araquara*, refúgio ou viveiro dos papagaios. — A. C.

ARARA — (Riacho affl. do Pirapama) — ‘S., augmentativo de *ará*, nome applicado aos papagaios grandes (*Psittacus Macrocerus*)’. (Th. S., 112). — A. C.

ARARI — (Antigo nome do rio Araripe) — C. *ará-r-y*, rio dos papagaios. — A. C.

ARARIBA — (Riacho affl. do Pirapama; nome, também, de tres engs. no Mun. do Cabo) — *Corr. de arara-iba*, árvore da arára — M. M.

ARARIPE — (Grande serra que atravessa os Muns. de Ouricury, Exú, Granito e Salgueiro). “*Corr. ara-r-y-pe*, *ara-ar*, nascêr surgir, *y*, água, *pé*, posposição equivalente a *em* ou *na*; portanto, *no nascêr dos rios*, o mêsmo que *serra das nascentes ou das cabeceiras*.” (Th. S., 112) — A. C.

Ajnda, segundo Th. Sampáio, *ara-ari-pe*, por sôbre o mundo, e *ara-r-i-pe*, no rio dos papagaios. — M. M.

ARAROBÁ (Serra do Mun. de Pesqueira) — Provável corruptela de *arára-ubá*, fruíto de arara. — M. M.

ARARUNA — (Eng. no Mun. de Água Prêta) — *Araruna*, arara prêta. (*Psittacidae*) — M. M.

ARASSANGY — (Riacho affl. do Sibiró) — “Pode procedêr de *ará-çã-gy*, e, neste caso significa rio da corda de papagaio”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ARASSÚ — (Eng. no Mun. de Barreiros) — C. de *ará-assú*, papagaio grande — A. C.

ARASSUAGY — (Eng. no Mun. do Cabo) — “E’ idêntico a *Arassuahy*, e, num e outro caso, é alteração do tupi *araçoiá y*, que significa rio do chapeo, ou antes rio do cocar, ou toucado de plumas” — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ARATACA — (Riacho affl. do Itapirema) — “C. *ara-tac*, colhêr batendo com estrépito, apanhar desabando sôbre; ar-

madilha usada para as aves ou caça miuda. (Th. S., 112). -- A. C.

ARATAGY — (Riacho afl. do Goitá) — *C. ará-tanha-g-y*, rio das *aratanhas*, pequenos camarões d'água doce, cujas longas e fortes tenazes justificam bem o seu nome de *ará-tanha* ou bico de papagaio — A. C.

ARATICUM — (Serra no Mun. de Bonito) — “*C. de áratikum*, que significa fructa rala, mole” (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

ARATINGA — (Eng. no Mun. de Palmares) — *C. ára-tin-ga*, papagaio branco — A. C.

Pode sêr também, bom tempo, tempo claro — M. M.

ARATUHYPE — (Riacho afl. do Tupupiré) — *C. aratú-y-pe*, no rio dos aratús, espécie de pequenos caranguejos vermelhos (*Grapsus*) — A. C.

ARAÚNA — (Eng. no Munic. de Água Prêta) — “*C. de ará-una*, papagaio escuro, quase nêgro, espécie de ararazul”. (Th. S., 113) — A. C.

Trata-se, provavelmente, do mêsmo engenho Araruna, acima consignado — M. M.

ARENDEPE — (Eng. no Munic. de Ipojuca) — Corr. *ará-endape*, no lugar dos papagaios (?) — A. C.

Pode ser também *a-rembe-pe*, em torno da povoação — M. M.

ARICORY — (Primitivo nome de Ouricury) — “Corr. *ari-curí*, o cacho amiudado, ou repetido, o que dá cacho de contínuo (*Cocos coronata*, Mart. ou *Atalea*)” (Th. S., 113) — A. C.

Durante o tempo em que estive com os índios carnijós de Águas Bellas, sempre ouvi pronunciar *aricuri*, em referência á palmeira de cuja palha fabricam chapeos, cestas etc. — M. M.

ARIMBÚ — (Eng. no Munic. de Ipojuca) — “Pode procedêr de *aráimbú*, e neste caso se traduzirá — imbuzeiro dos papagaios; pode vir também de *ará-iembú*, manancial ou fonte dos papagaios” (Th. S., *Ns Ms.*) — A. C.

ARIMUNĀ — (Eng. no Munic. da Escada) — Corr. de *arib*, cacho, espiga, *monā*, nascêr, gerar, formar, crear; o cacho formado, onde se gera o cacho. — M. M.

ARIPIBÚ — (Pov. no Munic. de Amaragy) — “Pode sêr corr. de *ará-yipi-bú* em que *aráypi*, quer dizêr -- tempo sêcco, tempo em que não chove, *bú* ou *ybü*, significa fonte, nascente, ôlho d'água; e então *Arípi bú* significará fonte da

sêca, isto é, fonte que atura pelo tempo sêco, ou que resiste á sêca". (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ARIPUÁ — (Serra no Munic. de Floresta) — "Pode ser corr. de *harii-poã*, e então significa cachos levantados, pode também provir de *arapoã* — *eira-poã*, que quer dizêr abêlhas assanhadas". (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ARIQUINDÁ — (Cambôa na margem esquerda do rio São Francisco) — "Antigo *Aracondá*, é alteração de *aracundá*, que se pode traduzir por pássaro enroscado, ou melhor, pássaro enleiado, atado, embaraçado". (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

AROCA — (Lagôa no Munic. de Flôres). Tenho dúvidas sôbre si a palavra é tupí. No caso affirmativo, pode provir de *arô*, alegre, *oca*, casa. — M. M.

ASSUREMA — (Dist. policial, no Munic. de Águas Belas) — Vide *Açurema*.

ATAPUZ — (Pontal entre a foz do rio Tejucopapo e o canal de Itamaracá) — "Corr. *atã-pu*, forte soar, ressoar, ressonancia; é o nome de uma bozina dos jangadeiros e pescadôres, feita de um grande búzio ou caramujo desta denominação; dizem também *gatapuz*". (Th. S., 113) — A. C.

AY — (Primitivo nome da foz do rio Igarassü) — C. *aiba*, ruim, imprestável, em allusão a sêr o rio impróprio á navegação, devido ás múltas voltas e ao pouco fundo (?) — A. C.

## B

BADABUÁ — (Riacho, affl. do Jacú, que por sua vez è affl. do Brígida, tributário do São Francisco) — Será *babag*, mexêr-se, *puã*, levantar-se, erguêr-se movendo-se ? — M. M.

BAGÉ — (Riacho no Munic. de Triumpho) — "Corr. *pagé*, o feiticeiro, o santão do gentio". (Th. S., 114) — A. C.

BAITHÉ — (Eng. no Munic. de Palmares) — "Pode sêr corr. de *abá-eté*, que quer dizêr homem honrado, varão illustre". (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Outra hypóthese: *mba-ité*, o feio. Quer num quer nou-tro caso, nada justifica, para *Baité*, a graphia *Baithé* — M. M.

BARABÚ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Corr. *ybirá-mbú*. páu sonoro — A. C.



Inclino-me por outra hypóthese: *Guára-bü*, o individuo rôxo. É árvore que dá madeira escura. — M. M.

BARAUNA — (Pov. no Mun. de Nazareth) — “Corr. de *ybirá-una*, madeira preta (*Melanoxylon Brauna*).” (Th. S., 114) — A. C.

BATATA — (Riacho affl. do Capibaribe) — “Corr. *ybá-tālā*, fructo duro ou de casca rija”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

BATICUBA — (Serra no Mun. de Bezerros) — “Pode sêr corr. de *abati-cupaba*, que quer dizêr lugares do milho, milharaes”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

BATINGA — (Serra e riacho no Munic. de Bom Consêlho) — “Corr. *ybá-tinga*, fructa branca ou esbranquiçada”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

BEBERIBE — (Pov. e rio no Munic. de Olinda) — Antigo *iabe-bery*. C. *iabebir-y-pe*, no rio das ráias ou peixes chatos — A. C.

Pode sêr, também, segundo Th. S., *bibi-r-y-pe*, no rio do vae-e-vem. — M. M.

BEPICÚ — (Riacho affl. do Tejucopapo) — C. *Apé-pucü*, caminho comprido, verêda longa — A. C.

BERTIOGA — (Logar á beira-mar, no munic. de Olinda) — “Corr. *parati-oca*, alt. *Barati-oga*, ou casa, *refugio* paradeiro das tafnhas” (Th. S., 114) — A. C.

BJARÍ — (Eng. no Munic. de Gayanna) — Corr. *ybi-yari*, que quer dizêr terra longa, uma espécie de planície” (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

Na 3.<sup>a</sup> edição do “Tupí na Geographia Nacional”, Th. Sampáio deu nova interpretação: *mbi-iari*, a pelle sôlta, a casca não adherente, ou *ibi-iari*, a terra sôlta, fôfa. Hoje é corrente BUJARÍ — M. M.

BOACICA — (Eng. no Munic. de Ipojuca) — Corr. *mboi-acig*, cobra curta, ou cortada, que dizem têr duas cabeças. (B. C. 250) — A. C.

Pode sêr tambem (Th. S.) *mboaciga*, o atalho, o corte. — M. M.

BOISSÓ — (Riacho affl. do Serinhaem) — “Parece corr. de *mboyyçog*, que se traduz bicho de cobra ou piolho de cobra” (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

BONGY — (Lug no Munic. do Recife) — “Parece corr. de *pongy*, que significa água da pancada, ou água do rumôr”. — (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

Admitto outra hypóthese: corr. de *bang-y*, onde *bang* alterado para *bong*, é coisa torta, sinuosa, irregular, contrafeita. *Bongy* ou *Bonji* poderá sêr água torcida, corrente sinuosa, onde a corrente ou onde o rio faz a curva — M. M.

BORAREMA — (Log. no Munic. de Sirinhaem) — Pode sêr corr. de *mbora*, manchar, *eima*, particula negativa. Sem mancha. Immaculado. Também pode sêr *porá*, gente, *eima*, sem. Sem gente; o deserto. Consultado sôbre as duas hypótheses, Th. Sampáio opinou pela segunda. *Borborema* é corr. de *pora-eima* — M. M.

BORBOREMA — (Grande serra ao norte do Estado) — “*Corr. por-porá-yema*, sem moradores, sem habitantes; o sertão” (Th. S., 116) — A. C.

BŪ — (Riacho no Munic. de Goyanna) — “Uma vez que é denominação de riacho, dêve sêr corr. de *ybu-ypú*, que quer dizêr manancial”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Na 3.<sup>a</sup> edição do “Tupí na Geographia Nacional”, Th. Sampáio admite também outra hypóthese: alteração de *bur*, surdir, emergir, sair donde estava occulto: o que tem por hábito armar emboscada e assaltar de surprêsa. — M. M.

BUCŪ — (Serra nos Munic. de Cimbres e de Pedra) — Alt. *pacū*, longo, comprido — A. C.

BUIQUE — (Villa e Munic.) — Corr. *yby-ubu-*, *bu-yiqui*, sal da terra; o Município é abundante em salitreiras. — A. C.

Th. Sampáio interpretou: corr. *mboyy*, fazêr manar, lugar de manadeiros ou fontes — M. M.

BUJARÍ — Veja Bijarí.

BULANDY — (Lagôa no Munic. de Bom Consêlho) — Corr. *ybirá-nândi*, pau de azeite ou de óleo — A. C.

BURANHAEM — (Engs. nos Munic. de Cabo e Serinhaem) — “*Ybirá-nhem*, *bura-nhem*, pau dôce, sapatécea de cascata adocicada. (*Chrysophyllum glycyphelleum*)”. (Th. S., 116) — A. C.

BURARAMA — (Eng. no Munic. de Serinhaem) — “Parece corr. de *ybirá-rama*, ou futuro de *ybirá*, porque, no tupi os nomes também tem passado e futuro como os verbos, e, neste caso, significa, arvores que não de sêr, arvores vindouras. Pode sêr, também, *ybirá-retama*, significando terra das arvores ou região da matta”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

BURARÉ — (Eng. no Munic. de Nazareth) — “*Corr. ybirá-ré*, *ybirá-nem*, madeira, ou pãu fétido; nome dado a arvores e a lianas” (B. C. 194) — A. C.

BURITY — (Riacho affl. do Ipojuca) — “*Corr. mbiriti*,

nome da Palmeira (*Murífla vinifera*, Mart.)” (Th. S.,) — A. C.

BYTHURY — (Riacho no Munic. do Brejo) — “Pode sêr corr. de *ybytlû-r-y*, significando o rio, ou a água das nuvens, como pode procedêr de *ybytyr-y*, alterado para *ybitur-y* e finalmente *bitur-y*, que se traduz água do monte”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Não encontro explicação para o —h—A graphia dêve sêr Bytury, ou melhor Biturí, dêsde que o —y— é coisa múito discutivel no tupi. — M. M.

## C

CABANGA — (Localidade no Mun. do Recife) — *Cáa*, mato, *bang*, virado, tórto. — M. M.

CABOATÁ — (Log. no Munic. de Olinda) — Corr. *cáapo-atã*, matto de fibra dura; é o nome de uma sapindácea (*Cupania vernalis*, St. Hil.) — A. C.

CABOCÓ — (Log. no Munic. do Recife) — “Parece corr. de *cába-ocó*, que quer dizêr a vespa; isto é, onde ha vespa”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CABROBÓ — (Munic.) — “Não é tupi; procede de *cropobó*, que, na lingua *cariri*, vale dizêr guerra, luta” (Th. S.) — M. M.

CABRUNEMA — (Eng. no Munic. da Escada) — “Pode sêr alteração de *cabarû-nema*, significando cavallo ruim, como pode sêr corr. de *cabun-nema*, significando vespão fêtido”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CABÚ — (Eng. no Munic. de Igarassú) — Alt. *cabun*, vespa nêgra ou prêta — A. C.

CABUÇÓ — (Riacho no Munic. de Rio Formosô) — C. *cába-uçú*, vespa grande — A. C.

CAÇATUBA — (Riacho affl. do Capibaribe) — C. *cáa-aça-tyba*, cercados em abundancia — A. C.

Minha interpretação: *cáa*, mato, *açá*, atravessar, cruzar, *tuba*, lugar. Lugar de páus cruzados; cêrca. — M. M.

CAFUNDÓ — (Riachos nos Muns. de Palmares e de Bom Consêlho; engenhos nos Muns. de Caruarú e de Palmares) — Si não é africanismo, é hybrido do tupi *cáa*, mato, e do português *fundo*, alterada a pronúncia. Mato fundo, fundo da mata. — M. M.



CAHETÊ — (Eng. nos Munic. de Goyanna e Ipojuca) — Corr. *cáa-etê*, mato real ou verdadeiro; mata virgem. (Th. S., 117) — A. C.

Divirjo da graphia. O —h— não tem justificativa. Caeté era o nome da tribo que habitava a costa dêsde Olinda até o rio São Francisco. — M. M.

CAHÚ — (Eng. no Munic. de Igarassú) — Corr. *cáa-y*, rio da mata — A. C.

Parece forçada a interpretação. Temos *cá-a* ou *cá*, mato, fôlha, ú, bebêr. Bebêr fôlhas. Infusão — M. M.

CAIÂNNA — (Log. no Munic. de Bezerros) — Corr. *Cayenne*, capital da Guayanna francesa, de onde, em principios do século XIX, foi importada a variedade da cana de açúcar que tem este nome — A. C.

CAIAPÊ — (Eng. no Munic. de Igarassú) — “Parece corr. de *acayá-pé*, significando varêda dos cajás”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Pode sêr também *caia-pe*, na queimada. — M. M.

CAIARA — (Riacho no Munic. de São Lourenço da Matta) — “Pode sêr corr. de *acayá-rê*, que também se diz *acayarana*, que quer dizêr semelhante a cajá”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CAIÇARA — (Pov. no Mun. da Victória) “Corr. de *cáa-icá*, o cercado, a trincheira, ou paliçada, o curral” (Th. S., 118) — A. C.

CAIPÊ — (Riacho, affl. do Ipojuca) — C. *cáa-y-pé*, no rio da matta — A. C.

Th. Sampáio interpretou: “a varêda do rio da matta” — M. M.

CAIPORA — (Log. no Mun. de Gravatá) — “Corr. *cáa-y-póra*, o que mora, habita, ou frequenta a matta; genio da mythologia selvagem” (Th. S., 118).

Posteriormente Th. Sampáio, admittiu máis estas hypótheses: *cai-pora*, o que tem fôgo; o que queima; *cai-pora*, o que tem acanhamento ou que é corrido — M. M.

CAITÉ — (Eng. no Munic. de Igarassú — Vide Cahete) — A. C.

Segundo Th. Sampáio: *cáa-itê*, o mato discorde, variegado, o mato feio — M. M.

CAIUPE — (Eng. no Mun. de Igarassú) — “Parece alteração de *caiu-pé*, significando varêda dos cajús” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CAJÁ — (Riacho affl. do Tapacurá) — Corr. *acayá*, fructo de carôço (Spondias venulosa) — A. C.

CAJABUSSÚ — (Riacho affl. do Pirapama) — “Pode proceder de *acayaba-uçũ*, significando cedro grande”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CAJASSURÍ — (Fazenda no Mun. de Pedra) — Corr. *acayá-assú-r-y*, rio dos caçás grandes — A. C.

CAJÚ — (Eng. no Mun. de Taquaritinga) — “Corr. de *acayú* (anacardium occidentale) nome genérico dos anacárdios, de *acã*, carôço, *yu*, suffixo”. (B. C. 21) — A. C.

Th. Sampáio traduziu *acã-yü*, o pomo amarelo; o anno — M. M.

CAJUCÚ — (Eng. no Munic. de Goyanna) C. *acayü-cú*, o cajú comprido — A. C.

CAIUGÍ — (Eng. no Mun. de Goyanna) — Corr. *carü-g-y*, rio da comida, ou do alimento — A. C.

CALUMBÍ — (Logarêjo no Mun. de Nazareth) — Corr. de *cáa-r-ombí*, a fôlha azul — M. M.

CAMARÁ — (Eng. no Munic. de També) — “Corr. *cáa-pará*, herva ou fôlha variegada, de muitas côres, ou colorida (Lantana spinosa, Linn.) — A. C.

CAMARAGIBE — (Riacho affl. do Capibaribe) — “Corr. *camará-g-y-pe*, no rio dos camarás” (Th. S., 118) — A. C.

CAMARATUBA — (Riacho no Mun. de Bom Consêlho; serra em diversos Munits.) — De *camará*, herva (lantana), *tuba*, lugar — M. M.

CAMASSARY — (Engs. nos Muns. de Jaboatão, Escada e Rio Formôso) — Corr. *camará* — *çaryb*, camará de cacho ou de penca, penca de camarás. — A. C.

Pode sêr, também *cama-çary*, a lágrima do peito; leite; ou *cáa-moçary*, planta que lacrimoja. Camassari é uma árvore que, ferida, exsuda substância leitosa. — M. M.

CAMOCIM — (Pov. no Mun. de Bezêrros) — “Corr. de *cambú-chi*, vaso d'água, pote, cántaro, tina” — (B. C. 66) — A. C.

Pode procedêr ainda, segundo Th. Sampáio, de *cáa-mbo-cy*, o fruto de duas partes juntas. — M. M.

CAMORIM — (Riachos nos Muns. de São Lourenço e Goyanna; eng. no de São Lourenço) — *Camurí*, nome de peixe muito vulgar — M. M.

CAMURIGY — (Riacho affl. do Capibaribe) — C. *camúry-g-y*, rio dos camurins — A. C.

CAMURYGYMIRIM — (Riacho affl. do Sirinhaem) — Corr. *camuri-g-y-mirim*, pequeno rio dos camurins. — A. C.

CAMUTANGA — (Pov. e riacho no Mun. de També) — Corr. de *acamitã*, cabêça vermêlha, crista; nome de várias aves e de um papagaio” (B. C. 19) — A. C.

CANANDUBA — (Eng. no Mun. de Jaboatão) — Vocábulo híbrido, formado de *canna-duba* (*tyba*), canas em abundancia, canavial. — A. C.

CANGAÇA — (Eng. no Mun. de São Lourenço da Mata) — “Corr. *acang-açab*, galho sêco ou cortado — A. C.

Em Th. Sampáio: *Acang-açaba*, a travessia da cabeceira — M. M.

CANGAHŪ — (Eng. no Munc. de Nazareth) — “Corr. *acang-y*, rio das cabeceiras, água das nascentes”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Na 3.<sup>a</sup> edição do “Tupi na Geog. Nacional”; *acanga-ú*, bebêr nas cabeceiras, o bebedeiro das nascentes. Prefiro a graphia Cangau — M. M.

CANENGA — (Riacho no Mun. de Ipojuca) — *Cáa*, mato, *nheeng*, falar, mato que fala ou faz éco. Tambem se diz Canhenga — M. M.

CANHENGA — (Riacho no Munic. de Ipojuca) — *Cáa*, mato, *nheeng*, falar, mato que fala ou faz éco. Tambem se diz Canenga — M. M.

CANINDÉ — (Eng. no Munic de Água Prêta) — “Nome de uma espécie de arara, talvez contr. de *arara-canindé*, arara muito retinta”. (B. C., 67) — A. C.

CAPEMA — (Riacho no Mun. de Bonito) — Corr. de *cáa-pema*, pau chato ou pau esquinado”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Na 3.<sup>a</sup> ed. do “Tupi na Geog. Nac.”: “Designa especialmente o estôjo dos cachos novos das palmeiras”. — M. M.

CAPIBARIBE — (Rio) — “Corr. *cáa-piuar-y-pe*, alt. *capibar-y-be* no rio das capivaras”. (Th. S., 119) — A. C.

Não é autorizada a graphia Capiberibe, corrente no sul — M. M.

CAPIBARIBEMIRIM — (Rio) — Corr. *cáa-piuar-y-pe-mirim*, no pequeno rio das capivaras — A. C.

A decomposição melhor é *capibara* (*capí-uara*, o comedôr de capim), *i*, água, *pé*, em, *mirim*, pequeno — M. M.

CAPIM — (Serras nos Muns. de Quipapá e Tacaratú;



lagôas nos de Altinho, Bom Consêlho e Granito) — Corr. *capin, cãa-piyn*, matto fino — A. C.

CAPISSURA — (Riacho no Mun. de També) — Corr. *capin-çur-á*, capim de grão, ou semente saliente. — A. C.

Prefiro *Capi-surá*, semente de capim — M. M.

CAPIVARA — (Lug no Mun. de Bom Jardim; riacho no Mun. de Bonito) — “Corr. *capin-uara*, o comêdor de capim, o *herbívoro* (*Gydrochocus capibara*)”. (Th. S., 119) — A. C.

CAPOEIRAS — (Riachos nos Muns. de Bonito e Palmares) — “Corr. *cãa-poera*, mato extinto, matta cortada ou destruída; costuma confundir-se com *capueira*, e *cõ-poé-ra*, roça extinta, roça velha, abandonada e já invadida pelo matto.” (Th. S., 119) — A. C.

CAPUNGA — (Arrabalde da cidade do Recife) — Corr. *cãa-pong*, pau sonoro, que percutido sôa; caaponga é o nome vulgar da *Philoxerus vermiculata*, Swart. — A. C.

CAÇACITUBA — (Riacho afl. do Ipojuca) — “Corr. *cará-cin-tyba*. Chama-se *caracin* a raiz de cará. *Caracintiba* quer dizêr: abundância de raízes de cará”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

CARAÇUIPE — (Eng. no Mun. de Água Prêta) — C. *acará-assú-y-pe*, no rio dos carás grandes. — A. C.

CARACUNDAYA — (Antigo nome da foz do Tracunhaem) — C. *acará-cundá-yai*, ancoradouro dos carás tortos ou torcidos. — A. C.

Pode sêr também *carã-cundai*, o emaranhado da cêrca — M. M.

CARAGUATÁ — (Eng. no Mun. de São Lourenço da Matta) — “C. *carau-a-atã*, o carauá rijo, duro”. (Th. S. 120) — A. C.

CARAGUSSÚ — (Riacho afl. do Ipojuca) — *Acaraguassú*, cará grande — A. C.

CARAHÚ — (Riacho no Mun. de Igarassú) — Corr. *cará-y*, água ou rio dos carás — A. C.

Para Th. Sampáio é *acará-ú*, o bebedouro dos acarás, ou rio dos acarás. Também pode sêr cará escuro. Não vêjo necessidade do *h* — M. M.

CARNAHYBAS — (Pov. no Mun. de Boa-Vista) — “Adj. forte, valente, sábio, sagrado; appellido do homem branco entre os tupis”. (Th. S., 112) — A. C.

CARAI — (Fazenda no Mun. de Floresta) — “Corr.

*carahyba*, com o mesmo significado do precedente". (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

*Carai* é também uma espécie de simio — M. M.

CARAMURÚ — (Eng. no Mun. de Água Preta) — Corr. *acará-mburú*, cará-diabo, amoréa. — A. C.

Para outros, *caramurú* é branco molhado; naufrago Sabido que o Caramurú era o naufrago Diôgo Corrêa, bem applicada está esta interpretação. — M. M.

CARAÇITANGY — (Riacho na ilha de Itamaracá) — C. *acará-pitã-g-y*, rio dos acarás vermelhos, ou das carapitangas — A. C.

CARASSÚ — (Riacho no Mun. de Barreiros) — C. *acará-assú*, cará grande. — A. C.

CARAUTÁ — (Pov. no Mun. de Igarassú) — "Corr. *caruá-atã*, o caruá rijo, duro". (Th. S. 120) — A. C.

CARAUPE — (Pov. no Mun. de Água Preta) — C. *acará-un-y-pe*, no rio dos carás escuros ou prêtos. — A. C.

CARAUNA — (Riacho no Mun. de Jaboatão) — Corr. de *cará-una*, cará escuro ou prêto — A. C.

Pode sêr também corr. de grauna, alteração de *quirá*, pássaro, *una*, prêto, cu'o nome varia de região em região: carauna, grauna, garauna, irauna etc. — M. M.

CARICÊ — (Loc. no Mun. de També) — Temos *acari*, peixe d'água doce e *acari*, macaco, *acé* gritar. Dou meu testemunho de que o acari (loricariae) emite uma espécie de grunhido, donde o chamarem peixe roncadôr. Pode, assim, o som sêr applicado ao peixe e ao macaco. — M. M.

CARIJÓ — (Eng. no Mun. de Goyanna) — "Corr. *cari-yo*, o descendente, o tirado dos carahybas; tem o mesmo significado de *cariboca*." (Th. S., 120) — A. C.

CARIMÁ — (Riacho afl. do Una) — "Corr. *quirin-mã*, bôlo tenro ou punhado de coisa branda, pois que *quirin* significa succo brando, macio, uma massa flúida, *mã*, bôlo, punhado, mólho". (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CARIRÍS — (Serra que separa Pernambuco do Ceará) — "Corr. *kiriri*, adj., taciturno, silencioso, calado; appellido do pôvo selvagem que outrora occupou grande extensão do Brasil para o norte, e máis tarde encontrou-se nos sertões de Pernambuco Parahiba, Rio Grande do Norte e Ceará". (Th. S. 121) — A. C.

CARNAHUBA — (Riacho afl. do Pajehú) — "Corr. *caraná-uba*, a palmeira conhecida (Copernicia cerifera)" (Th. S., 121) — A. C.

CARNAHYBA — (Pov. no Mun. de Flóres) — O mesmo que o precedente. — A. C.

CARNIJÓ — (Eng. no Mun. de Jaboatão; riacho no Mun. de Bom Consêlho) — “Parece corr. de *carã-ny-yó*, que significa o cará se arranca. É como se se dissesse: onde se colhe o cará. *Carány* é o cará rugôso, a raiz cheia de rugas, ou nós.” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Há no Mun. de Águas Belas uma tribo a que chamam Carnijó. Elles se dizem Fulniôs mas os de fora os chamam Carnijós, sem que saibam explicar a razão. — M. M.

CARPINA — (Pov. no Mun. de Nazareth) — “Corr. *carapindar*, o que lavra, cercêa, apara; o carpinteiro”. (B. C., 59). — Este nome indigena e tradicional foi ha pouco ineptamente mudado, pela Camara Municipal de Nazareth, para o de Floresta dos Leões ! — A. C.

CARUÁ — (Serra no Mun. de Gravatá) — Corr. *caruar*, espécie de paralyisia que ataca as pernas do gado vacum. — A. C.

Para Th. Sampáio é corr. de *cará-uã*, vulgarmente conhecido por *crauí*, bromélia cujas fôlhas dão excellentes fibras para vários misteres industriaes: cordas, tecidos, papel — M. M.

CARUARÚ — (Cidade e Mun.) — Corr. *caruar-y*, alt. *caruar-ü*, rio das caruaras — A. C.

Th. Sampáio dá para *caruara* várias intepretações: a) uma espécie de formigas que dá nas árvores, cuja mordedura coça como sarnas; b) qualidade de abêlha, cujo mel é nocivo; c) *caru-ara*, o que come ou corroe — comichão, sarna, boubas; d) moléstia que ataca o gado. Donde Caruarú é a aguada das caruaras; água que produz a moléstia da caruara no gado — M. M.

CASSUÁ — (Eng. no Mun. de Escada) — “Se fôr tupi, como parece, é corrupção de *cáa-açoyá*, alterado para *cáa-goá* e finalmente *cassuá*, significando cobertura, ou chapéu de páu, tapagem de pau, isto é, tecido ou trama de páu, ou de cipós. O cassuá é um cêsto feito de cipós rijos, com azêlhas. O nome cassuá pode vir ainda de *cassu-á*, ou melhor *cá-uçu-á*. *Cauçú* é uma vespa grande, também denominada *cabuçú*; sendo *caba* ou *cauá*, e por contração *cá*, vespa; *uçú*, grande. *Cauçú* alterou-se em *caçú*, como se observa frequentemente no Sul. *Caçú-á* significiria, neste caso, vespão em pé, vespão assanhado”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.



CASSUPIM — (Eng. no Mun. da Escada) — “Corr. *caçú, cauçu-pim*, picada de vespão ou o vespão morde”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CATENDE — (Cidade e Mun.) — Tenho dúvidas si é do tupi ou do Congo. Na primeira hypóthese, *cáa*, mato, *tendi*; baboso; planta babosa. Ou *tendi*, resplandecêr; luzir; planta que reluz, que dá reflexos. Ou ainda *tendi*, pulga. Pulga do mato — M. M.

CATINGA — (Pov. no Mun. de Gravatá) — “Corr. *cáa-tinga*, mato branco, alvacento, especial das regiões secas do Brasil”. (Th. S., 121) — A. C.

CATIMBAU — (Serra no Mun. de Buique) — Corr. *cáa-tin-imbai*, mato ou folha branca ruim, catinga ruim. — A. C.

No guarani do sul *catimbó*, cachimbo. Também o cigarro grôssô e mal feito, segundo B. Solari, é *catimbó*. Como no *catimbau* ou *catimbó* — espécie de feitiçaria — o *cachimbo* é indispensavel, talvez dahi o nome por que a prática é conhecida — M. M.

CATINGUEIRA — (Riacho no Mun. do Brejo) — Vocábulo híbrido, composto do tupi *catinga* e do suffixo português *eira*; é o nome vulgar de várias leguminosas e euforbiáceas — M. M.

CATOLÉ — (Serra no Mun. de Belmonte) — “Voc. que não parece tupi e que se encontra no sertão designando uma palmeira (*atalea humilis*)”. (Th. S., 121) — A. C.

CATÚ — (Eng. no Mun. de Goyana) — “Adj. bom, bonito, conveniente; adv. bem, bastante”. (Th. S., 121) — A. C.

CATUAMA — (Pov. no Mun. de Goyanna) — “Pode vir de *cáa-tuã*, significando talos de fôlhas, grêlos, palmitos”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Pode sêr também corr. de *icatú-ana*, está bem; ou de *acatuam*, que significa á direita, do lado direito. Convém notar que o nome de Catuama é também dado á bôcca norte do canal de Itapissuma, e que, portanto, está á direita de quem, navegando, em demanda de Itamaracá se approxima de terra. — M. M.

CATUCÁ — (Lug. no Mun. de Goyanna) — Corr. *catú-cáa*, bastante mato (?); as matas de Catucá são famosas pela sua extenção e espessura — A. C.

Além de lugarêjo no Mun. de Goyanna, temos o nome de Catucá num riacho, em Quipapá; num affl. do Pirangi

e numa zona do districto de Afogados, no Recife. Houve lapso de Alf. de Carvalho no interpretar *catú* como quantitativo, quando *catú* é bom, lapso, aliás, ressaltado por uma interrogação. Si o topônimo fôr tupi, do que tenho dúvidas, a interpretação pode sêr *catú*, bom, bem, *Cáa*, mato; ou *cáa*, mato, *tuca* batêr, ou *catucá*, excitar. A zona de Afogados tomou o nome do quilombo que ali existiu. O nome deve de sêr africano e significar lugar de fuga, coito — M. M.

CAUÁ — (Eng. no Mun. de Água Preta) — Vide Acauá — A. C.

CAXANGÁ — (Pov. no Mun. do Recife) — Corr. *cáa-gang-ab*, mato estendido (?); pode sêr ainda corr. *cáa-gang-guá*, mato do vale dilatado, ou, finalmente, corr. *cáa-cianguá*, mato da madrastra ou da madrinha — A. C.

É provavel que Caxangá não provenha do tupi; seja africanismo. Si provier do tupi, prefiro: *cá*, mato, *sanga*, alagado — aliás de perfeito acôrdo com a região — M. M.

CHANGUÁ — (Eng. no Mun. do Rio Formoso) — C. *gang-guá*, vale dilatado ou estendido. — A. C.

Th. Sampaio interpreta: *Çam-guá*, a corda redonda, o rodeio — M. M.

CIBIRÓ — (Riacho afl. do Sirinhaem) — “Parece corr. de *cibi-rô*, significando o cebi ferido; um passarinho pardo, conhecido por cebi, nome que se alterou para cebinho”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

COCAHÚ — (Riacho afl. do Sirinhaem) — Corr. *co-ca-y*, rio dos mantimentos, ou dos viveres. — A. C.

Para Th. Sampaio é aguada, junto á qual se come a matolagem; a aguada da merenda. A procedencia é *coca-ú*. Hoje se diz e se escreve Cucaú — M. M.

CORTES — (Serra, no Mun. de Nazareth) — C. *cui-etê*, vaso real, cúa grande, ou cabaz, cúa boa. (B. C. 80) — A. C.

COLUMBI — (Log. no Mun. de Flores) — “Em outros lugares Calumbi, é corr. de *cáa-umby*, mato vêrde, ou fôlha azulada, ou tirando a azul. — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

COMMUNATY — (Serra no Mun. de Águas Bellas) — “Corr. *comaná-tin*, feijão branco”. (Th. S., 122) — A. C.

COREMAY — (Riacho na ilha de Itamaracá) — C. *corimã-y*, rio das corimãs. — A. C.

COTIGY — (Riacho no Mun. de Escada) — Corr. *acuti-g-y*, rio das cotias. — A. C.

COTUNGUBA — (Pov. e riacho no Mun. de Gravatá) — “Em outros lugares, Cotinguiba, é corr. de *colynga-yba*, que quer dizer pau de vela, isto é, mastro de embarcação.” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CRAUASSÚ — (Riacho e engenho no Mun. de Ipojuca). — *Carauássú*, gravatá grande — M. M.

CRAUTA — (Riacho no Mun. de Ouricury) — *Caruá-tá*, o caruá riço — M. M.

CROMATÁ — (Ilha no rio São Francisco) — Vide Coromatá — A. C.

CRUANGY — (Pov. no Mun. de Timbaúba; riacho affl. do Capibaribe-mirim) — C. *curuã-g-y*, rio das curuanhas ou cruanhas, árvore silvestre, que cresce em abundancia nas suas margens. — A. C.

CRUSSAHY — (Riacho affl. do Capibaribe) — Corr. *curuçá-y*, rio da cruz. *Curuçá* é alteração tupi do português cruz. — A. C.

CUATÉ — (Lug. no Mun. de Itambé) — “Corr. *quaté*, pôço desmanchado ou transformado.” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CUEPE — (Eng. no Mun. de São Lourenço da Mata) — “Parece corrupção de *cué-pe*, que quer dizer no mexido, no agitado, no revolvido” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CUMARÚ — (Logares nos Muns. de Limoeiro e Bom Jardim) — “Corr. de *cumbarú*, *cumbary*, espécie de pimenta (deram-me como significado em geral “tempero”, *cu*, o alimento, *mboari*, alegrar). (B. C. 81). É também o nome de uma leguminosa (*Dipterix odorata*, D. C.) — A. C.

CUMBE — (Lug. no Mun. de Olinda) — “Não parece tupi, mas se o fôr, parece compôr-se de *cum-be*, o mesmo que *cum-pe*, em que se troca o *p* por *b*, porque se dá o abrandamento do som, por estar precedente uma syllaba nasal”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

*Cum-pe* quer dizêr — na lingua. Também pede provir de *cumbi*, que significa barbicacho, cabeção — M.M.

CUPETÍ — (Pov. e riacho no Munic. de Alagoa de Baixo) — Corr. *copi-t-y*, rio da roça ou roçado — A. C.

CUREMAHY — (Riacho, na ilha de Itamarajá) — Vide Coremahy — A. C.

CURCURANAS — (Pov. no Mun. de Jaboatão) — Ant. *caracurana*, *caracuarana*, o falso vinho de raizes (?) — A. C.

CURSAHY — (Eng. no Munic. de Pau dalho) — Vide Crussahy — A. C.



CURIBE — (Riacho no Munic. de Igarassú) — “Parece corr. de *curú-beb*, cabaças grossas”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

CURUBÚ (Riacho no Munic. de Olinda) — Corr. *curub-y*, alt. *curub-u*, rio dos seixos ou do cascalho — A. C.

CURUPAITY — (Engs. nos Munic. de Água Prêta, Nazareth, Palmares, Sirinhaem e S. Lourenço da Mata) — Segundo B. Solari, a interpretação é *curupá-ib-tug*, lugar onde abundam curupáis — M. M.

CURURÚ — (Eng. no Mun. de Gamelleira) — O roncador, o que ronca, o sapo grande (Pipa cururú) — (Th. S. 14) — A. C.

CURUZÚ — (Eng. no Munic. de Gamelleira) — “É o vocábulo *cruz* pronunciado á moda guaraní”. (Th. S., 124) — A. C.

CUTEGY — (Riachos nos Muns. de A Lagoa de Baixo e de Escada) — Corr. *cui-elê-g-y*, rio das coités — A. C.

CUYABA' — (Eng. no Mun. de Água Prêta) — “C. *cuy-abá*, gente forte, esforçada, valente”. (Th. S., 124) — A. C.

Outra interpretação de Th. Sampáio: *cui-abá*, o homem de farinha, o farinheiro — M. M.

CUYAMBUCA — (Pov. e riacho no Mun. de Agua Preta) — “Corr. *cunhambucú*, mulher alta, alongada, isto é, moça” — (B. C. 263) — A. C.

Pode ser também *cunhã*, mulher (aliás *cunhã* é propriamente fêmea, porque se aplica a todos os animaes) *mbuca*, violentada, deflorada. O máis provavel, porém, é que seja *cuiambuca*, que já se incorporou ao português como *combueca*: *cui*, cabaça, *mbuca*, furada. Segundo Quintino do Valle, *combueca* é a pronuncia, ao norte, de *cuiambuca*. — M. M.

## E

EMA — (Riacho no Mun. de Tacaratú) — Nome duma ave corredora, chamada por Tastevin “avestruz americana”. Th. Sampáio não considera a palavra originaria do tupi — M. M.

EMBOASSÚ — (Pontal ao norte do Estado e próximo á Ponta do Funil) — “C. *embó-assú*, riacho grande. Pode ser corruptela de *mboy-uçú*, cobra grande”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Stradelli regista *amboá*, *ambuá*, *ammoá*, minhoca, verme, larva. E' muito conhecido o myriapodo vulgarmente chamado amboá ou emboá. Emboassú é emboá grande — M. M.

EMBURANAS — (Pov. no Mun. de Caruarú; serras nos Muns. de Caruarú e Taquaritinga) — Corr. *imbú-rana*, semelhante ao *imbú*, planta da familia das leguminosas (Dipterix peteropa) — A. C.

Preferível, sob todos os aspectos, a graphia Imburanas — M. M.

EXÚ — (Mun. e villa; serras nos Muns. de Buique e Brejo da Madre de Deus) — “C. *eichú* ou *eira-chú*, abêlha, nêgra que faz ninho rugoso, áspero” — (Th. S., 124) — A. C.

O nome dêve de sêr tapúio, pois, a cidade de Exú está situada onde os jesuitas localizaram a tribo Ansú. Provavelmente *ansú* se corrompeu em *ensu' eixu'*, *exu'* — M. M.

## G

GAIBÚ — (Pov. no Mun. do Cabo) — Talvez corruptela de *ingai-ubu*, o ôlho dagua do ingazeiro — M. M.

GAIPTÓ — (Eng. no Mun. de Ipojuca) — Corr. de *ingai-piog*, raiz de ingazeiro — M. M.

GAMBÁ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — “Corr. de *gua-ambá*, seio ôco, e saco vasio; nome de um marsúpio que guarda os filhos em um saco que tem na barriga”. (Didelphus). (Th. S., 124) — A. C.

GARANHUNS — (Mun. e cidade) — “Corr. *guirá-nhur*, os pássaros prêtos” (Th. S., 124) — A. C.

A derivação deve sêr *guára-nhum*, individuo prêto, applicada ao quilombo da serra, pois, ainda hoje, os indios carnijós de Águas Bellas conhecem Garanhuns como *claiô*, no seu dialeto iatê — *clai*, branco *iô*, não; não branco, escuro, prêto. Convém ainda notar que a serra de Garanhuns era conhecida pelo nome da tribo garanhuns, de origem cariri, que a habitava. — M. M.

GARAPÚ — (Eng. no Mun. do Cabo) — Corr. *guará-ypá*, fonte dos guarás, que ali abundam devastando os canaviaes — A. C.

Talvez seja melhor interpretação *guará-pú*, rumôr de guarás — M. M.

GATIUBA — (Riacho, no Mun. de Goyanna) — “Parece

corr. de *catiuba* que, por sua vez, é corr. do tupi *cáa-t-yuba*, que quer dizêr pau amarello" (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

GENIPAPO — (Riacho no Mun. de Bonito) — "Corr. *yanipaba*, ou *nhandipab*, fructa de esfregar, ou que serve para pintar". (Th. S., 125) — A. C.

GEQUIÁ — (Pov. no Mun. do Recife) — Ant. *Yequeá*, "o cêsto, o covo de apanhar peixes ou aves". (B. C. 587) — A. C.

*Mki-á*, o covo aberto. Prefiro a graphia *Jiquiá*, como se usa em outros pontos do Brasil — M. M.

GERIMÚ — (Serra no Mun. de Garanhuns) — Corr. *inayurumun*, cabaça de bôcca ou gargalo estreito; nome indígena da abóbora conhecida (cucurbita major rotunda) ou talvez, com máis propriedade a variedade denominada gerimú de pescôço" (B. C.) — A. C.

Th. Sampáio interpretou: *yuru-m-un*, o pescôço escuro — nome de uma variedade de abóbora grande — M. M.

GERIQUITY — (Loc. no Mun. do Recife) — "Corr. *yariquynty*, cacho cortado". (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

GINDAHY — (Riacho afl. do Tracunhaem) — Corr. *nhendai-hy*, rio das jandáias — A. C.

GOIÁS — (Loc. no Mun. da Boa-Vista) — Corr. de *guaiá*, gente semelhante — M. M.

GOITÁ — (Rio afl. do Capibaribe) — "Parece corr. de *gua-itá*, que quer dizêr pedra da báixa; pode ser tambem corr. de *cuin-itá* e se traduz pedra de farinha ou gral, pedra em que se quebra o milho para fazêr a farinha. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

GOYABEIRA — (Eng. no Mun. de Jaboatão) — Voc. híbrido composto do tupi *goyaba* (*acoyá*, junta de grãos), nome do psidium e do suf. português *eira*; a árvore da goyaba — A. C.

GOYANNA — (Mun. e cidade) — "Ant. Gueena, como escreveu na sua História do Brasil, de 1627, Frei Vicente do Salvadôr; mas deve ser antes Guayanna, c. *guá-yái*, porto, ou ancoradouro do valle, ou da bacia". (Th. S., 125) — A. C.

Tem máis as seguintes interpretações: *guái-ana*, planta anileira; *iguá-anama*, semelhante ao que existe nágua, charco; *guaianna*, flôr da cana — M. M.

GRAMAME — (Riacho no Mun. de També) — "Corr. *guára-mamo*, cêrca, curral, rodeio, manga". (Th. S., 125) — A. C.



Também pode ser *guirá-mane*, no bando de pássaros — M. M.

GRAVATA — (Mun. e cidade) — Corr. de *carauá-atã*, o carauá rijo, duro — A. C.

GUABIRABA — (Pov. no Mun. de Limoeiro) — “Corr. *guab-i-roba*, alt. *guab-ira-ba*, comida, aliás fruta de comêr amarga (*Abbevillea maschalantha*)”. (Th. S., 126) — A. C.

GUAIAMUM — (Loc. no Mun. de Sirinhaem) — *Guiá-mum*, o caranguêjo azulado — M. M.

GUAIBIHEBÉ — (Riacho afl. do Copibaribe) — C. *guaibi-ebé*, barriga de velha — A. C.

GUAIBIPOPEBA — (Riacho afl. do Araripe) — “Corr. *guai-bin* ou *guaimi-popeba*, que se traduz — a mão chata da velha — e também cinta ou faixa da velha. O nome *popeba* indica uma trança ou faixa, tira de pano, espécie de tanga, que as mulheres traziam á cinta”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

GUAIBÚ — (Pov. e ancoradouro no Mun. do Cabo) — “Parece corr. de *guá-ybú*, que quer dizer fonte ou ôlho d’água do valle. isto é, ôlho d’água da baixa”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Vide Gaibú, nome hoje corrente — M. M.

GUAJÁ — (Riacho afl. do Pirapama) — C. *guayá*, o caranguêjo. — A. C.

GUAJAGUIRÁ — (Braço do rio Cebiró) — “Corr. *guayá-guirá* pássaro ou ave dos caranguêjos, designando-se com esse nome uma ave que se alimenta destes crustáceos”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

GUAJIRÚ — (Pov. no Mun. de Goyanna) — “Corr. *guá-gy-r-ú*, água da lagôa”. (Th. S., 126) — A. C.

Também pode ser corr. de *guá-iari*, frúito comestível — M. M.

GUAPEBA — (Logarejo no Mun. de Glória de Goitá — *Gua-peba*, redondo e chato; disco. Também nome de planta — M. M.

GUARACIABA — (Loc. no Mun. de Bom Jardim) — *Guaruci*, sol, *aba*, *cabello*; cabelo côr do sol — M. M.

GUARANÍ — (Riacho no Mun. de Amaraji e nome de engs. em vários Muns.) — *Guarani*, guerrear, guerra, guerreiro. Nome de grande familia indigena da América do Sul — M. M.

GUARARAPES — (Montes célebres na guerra hollandêsa) — “Corr. *guarara-pe*, nos tambôres” (Th. S., 127) — E’ um dos raros vocábulos indigenas bem interpretados pelos

antigos chronistas. Já Frei Raphael de Jesus, no Castrioto Lusitano, (ed. 1679, pg. 579) explicava: Guararapes, na lingua do Gentio, hé a mesma que estrondo ou estrépito, que cãu- são os instrumentos de golpe, como sino, tambôr, atabale & outros; & o rumor que fazem as agoas pellas roturas, & concavidades delles (montes) lhes deu o nome de Guararapes) — A. C.

GUARIBAS — (Serra no Mun. de Gravatá e nome de localidades em vários Muns.) — *Guarib*, variedade de macacos Em Th. Sampaio *guára-ai-ba*, individuo feio, vivente feio — M. M.

GUI — (Eng. no Mun. de També) — *Gui* aqui — M. M.

GURJAHÚ — (Pov e riacho no Mun. de Jaboatão) — Ant. *Gurujáy*, C. *guarú-yá-y*, rio do viveiro dos sapos, ou onde se criam os sapos. — A. C.

GUTIUBA — (Riacho afl. do Caraú) — Corr. de *guti*, *ití*, *iba*, A árvore do *oití*; o oitizeiro — M. M.

## H

HUMAITÁ — (Nome de vários engenhos, provavelmente influencia da acção da famosa fortaleza da margem esquerda do rio Paraguái) — Corr. de *mbaitá*, papagáio pequeno, geralmente conhecido como maitaca — M. M.

## I

IBIAPABA — (Serra nos limites com o Ceará) — *Ibiã-paba*, a estancia dos barrancos — M. M.

IBIPUPURA — (Ant. eng. no Mun. do Recife) — Corr. *ibir-popúr*, terra fértil — A. C.

IBIRAPABA — (Riacho afl. do Araripe) — C. *ibirá-paba*, madeira talhada, cortada, lavrada — A. C.

IBIRAPITANGY — (Riacho afl. do Capibaribe) — C. *ibirá-pitã-g-y*, rio do pau vermêlho, ou pau brasil — A. C.

IBITARA — (Ant. Eng. no Mun. de S. Lourenço da Mata) — “Corr. *iby-tara*, espiga de terra, isto é, o ornato em forma de espiga que se introduzia no beico inferiôr ou nas orêlhas, uns feitos de pedra (*itametara*), outros de terra (*ybitara* ou *ybimetara*).” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

IBITURI — (Eng. no Mun. de Bello Jardim) — *Ibi-turi*, a queimada da terra, o chão queimado — M. M.

IBÓ — (Localidade no Mun. de Cabrobó) — *Ibó*, atirar flexas. A propósito advertiu-me Th. Sampáio: "Si não fôr cariri ou tapúia, pois, ahi, nêsse trêcho, estamos na zona não tupi. Os nomes Cabrobó, Pambú, Orocó etc. são tapúios". — M. M.

IBURA — (Logar no Mun. do Recife) — Corr. *ibur*, a fonte, o manancial, a nascente — A. C.

ICAPUPEBA — (Riacho affl. do Pirapama) — Corr. *ici-po-péb*, o cipó chato, o liana em forma de fita — A. C.

IGARASSÚ — (Cidade e munic.) — *Igara*, canôa, *assú*, grande; canôa grande, barco. Nome dado pelos tabajaras aos barcos a vela procedentes do Velho Mundo. O topônimo é Igarassú (em alguns antigos escriptôres *Garaçú*, *Garassu'*, *Garazu'*) e não Iguarassu', cuja traducção seria bahia grande e não canôa grande — M. M.

IGARASSUPITANGA — (Riacho affl. do Igarassú) — C. *ygara-assu-pitã*, a grande canôa vermêlha — A. C.

IGUAPÉ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — C. *iguape*, o caminho do lagamar ou da bacia fluvial — A. C.

IGUARASSÚ — V. Igarassú.

IMBÉ — (Serra no Mun. de Cimbres) — "C. *ym-mbe*, planta que se arrasta, planta rasteira, trepadeira. (*Philon-dendron imbê*)". (Th. S., 130) — A. C.

IMBIRIBEIRA — (Log. no Mun. de Recife) — Vocábulo híbrido, compôsto do tupi *imbi-rib* (*in-piri*, perto ou junto d'água, *ib*, árvore) nome das aroideas, vulgo "folhas da fonte", e o suf. portuguez *eira* — A. C.

IMBÚ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Nome duma frúita muito commum no sertão do nordeste: "spondias tuberosa". Consultado sôbre êste vocábulo, escreveu-me Th. Sampáio: "*Imbú* ou *umbú* é vocábulo de procedencia duvidosa. Si fôr tupi, como parece, pode interpretar-se como compôsto de *mboú*, que significa faz com que se beba, ou de bebêr. Neste caso o nome allude aos tubérculos da raiz dessa planta que armazenam água e que tanto a caracterizam, donde lhe vem o nome scientifico spondias tuberosa" — M. M.

IMBURANAS — (Serra no Mun. de Caruarú) — *Imbou-rana* (vêja-se o que foi dito sôbre Imbú) terebintácea de frúito parecido com imbú — M. M.

INGÁ — (Riacho no Mun. de Quipapá) — C. *ingá*, en-sopado, cheio d'água; é o nome de várias mimosas e leguminosas — A. C.



INGAZEIRA — (Mun. e villa) — Voc. híbrido, formado do precedente com o sufixo *eira*; árvore do ingá. — A. C.

INHACIPOPUCO — (Riacho no Mun. de Igarassú) — “Corr. *nhancipópug*, o cipó partido, ou arreventado”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

INHAEM — (Ilha no rio São Francisco) — “Corr. *y-nhaem* panella d’água, pote”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

INHAMÃ — (Pov. no Mun. de Ipojuca) — “Corr. *y-nhamã*, círculo d’água, rodeio d’água, água em tórno” — (Th. S. Ns. Ms.) — A. C.

INHUMAS — (Riacho no Mun. de Altinho) — Alt. *anhumas*, “corr. *nhã-um*, com apposição do artigo português *a*, significava ave prêta (*Palamedea cornuta*)”. (Th. S. 110) — A. C.

INTÃS — (Lagôa no Mun. de Pesqueira) — *Itã*, concha — M. M.

IOBÍ — (Riacho afl. do Tapirema) — C. *y-obí*, o rio vêrde — A. C.

IOBUGUASS’U — (Antigo nome do Rio Formôso)—Corr. *y-obí-guassú*, grande rio verde — A. C.

IPETUNGA — (Riacho afl. do Araripe) — “Corr. *ipe-tunga*, pulga ou bicho da sujeira, bicho da immundicie; pode, porém, ser corruptela de *yby-tunga*, que se traduz bicho do chão ou pulga do chão, ou bicho de pé”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

IPIRANGA — (Eng. no Mun. de Agua Prêta) — C. *y-piranga*, água ou rio vermelho — A. C.

IPOEIRA — (Serra no Mun. de Ouricuri e localidades nos Muns. de Leopoldina e de Buique) — Interpretação de Th. Sampáio: *i-poêra* é forma plural de *i*, significando simplesmente águas, alagados, brejos”. — M. M.

IPOJUCA — (Mun., cidade e rio) — “C. *yapó-yuc*, estagnado, pôdre, banhado de águas pútridas” (Th. S., 131) — A. C.

IPUTINGA — (Log. no Mun. do Recife) — C. *ipú-tinga*, olho d’água branca, fonte clara — A. C.

IRAPOÁ — (Serra no Mun. de Salgueiro) — *Irá-poã*, mel fabricado no alto — M. M.

IRUZUI — (Riacho no alto sertão, afl. do Parnahyba) — “Corr. *uruçú-y*, rio do uruçú, nome de uma bôa variedade de abelhas indígenas. (Th. Sampáio, Ns. Ms.) — A. C.

ITABORAHY — (Eng. no Mun. de Páu d'Alho) — “Corr. *itá-pore-y*, rio do salto da pedra” — (Th. S., 131) — A. C.

Outra hypóthese, e máis provavel; *itaporã*, pedra bonita, *y*, água, rio — M. M.

ITACAIMBÓ — (Serra no Mun. de Bello Jardim). Interpretação duvidosa: *itá-acambé*, pedra de cabeça chata; *itá-acambóia*, cabeças de pedras unidas; *ta-cambé*, tronco de cabeça chata; *tacá-mbé*, o tacape chato, em forma de remo. — M. M.

ITACARATÚ — (Mun. e Villa) — Vide Tacaratú — A. C.

ITACOARA — (Log. no Mun. de Goyanna) — C. *Itá-quara*, o buraco da pedra, a furna, a lapa. — A. C.

ITACUATIARA — (Cachoeira no rio S. Francisco) — *Itá-quatiara*, pedra escripta, pedra com riscos, com signaes etc. — M. M.

ITACURUBA — (Ant. nome de um affl. do Araripe) — “C. *itá-curuba*, pedacinhos ou fragmentos de pedras, -seixos” — (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

ITAENGA — (Eng. no Mun. de Paudalho) — *Itá-nheenga*, fala de pedra, éco — M. M.

ITAGUASSUTIBA — (Ant. nome do rio das Ilhetas) — “Corr. *itaguassú*, ou *itá-guassú-tiba*, significando penedia, pois que *itaguassú* significa penêdo, penhasco, padrão — (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

ITAÍBA — (Local, no Mun. de Pau d'Alho) — *Itá-iba*, leteralmente pedra ou metal, árvore; pau ferro — M. M.

ITAMÃ — (Riacho afl. do Gurjaú). Corr. *itã-imã*, a concha antiga — M. M.

ITAMARACÁ — (Ilha) — C. *itá-maracá*, maracá, ou chocalho de metal, o sino, a campã”. (Th. S., 132) — A. C.

ITAMBÉ — (Mun. e cidade) — “C. *itá-aimbé*, pedra áspera, penêdo afiado, cortante, ponteagudo.” (Th. S., 132) — A. C.

Divirço da interpretação. O topónimo é També, não Itambé, como no sul, e significa pedra de fogo. Vide També adeante — M. M.

ITANHENGA — (Pov. no Mun. de Paudalho) — “C. *itá-nheenga*, som da pedra ou pedra sonora”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

Provavelmente se trata de variante gráfica do engenho Itaenga. Vide esta palavra — M. M.

ITAPARICA — (Cachoeira no rio São Francisco) — *Itá-parí*, tapagem de pedra — M. M.

ITAPECERICA — (Riacho afl. do Ipojuca) — *Itapé-cERICA*, lage escorregadia — M. M.

ITAPESSOCA — (Riacho no Mun. de Igarassú) — “*Corr. itapé-çoca. Itapé é a contração de Itapeba, que perde a última syllaba ao entrar em composição, e significa literalmente pedra chata, isto é, lage; çoca, quer dizêr batida, perfurada, moída. Itapeçoca quer dizêr, pois, lage batida ou perfurada*” — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ITAPICURÚ — (Eng. no Mun. de Igarassú) — “*Corr. de itapé-curú, lage fragmentada, pedra meuda, seixos, calhaus; pode ainda sêr corr. itá-pucú-r-ú, rio da pedra comprida, ou melhor, da penha longa, rio dos lageados extensos*”. (Th. S., 133) — A. C.

ITAPIREMA — (Riacho afl. do Ubú) — “*Corr. itá-apireima, pedra sem fim, e tambem pode sêr corr. tapir-ema anta fétida ou fedorenta*”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Dêve de sêr Tapirema. Estive no engenho Tapirema onde notei esquizito máu cheiro. *Tapir-inema*, máu cheiro de tapir ou anta — M. M.

ITAPIRUSSÚ — (Mórrô no Mun. de Olinda) — “*Corr. tapir-uçú, significando anta grande, o que é mais provavel do que se interpretasse por itá-apira-uçú, ou ita-apiruçú, que se traduz cabeceira grande de pedra*”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ITAPISSUMA — (Pov. no Mun. de Igarassú) — Ant. *Itapícima*, c. *Itápecim*, pedra de superficie liza, lage, lousa — A. C.

ITAPISSURU — (Pov. no Mun. de Sirinhaem) — *Corr. itape-çurú, lage que desliza, lage escorregadiça*”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

ITAPOCIRICA — (Riacho afl. do Capibaribe) — “*Pode sêr corr. de ita-pé-cirica, que quer dizêr lage corredia, lage resvaladia. O gentio designava com o nome de itapecirica os cabêços rochosos calvos, onde a vegetação não consegue medrar. No littoral do sul, do Rio de Janeiro para São Paulo e além, ainda se conserva na língua popular o nome indígena com essa significação*”. (Th. S. Ns. Ms.) — A. C.

ITAPURUSSÚ — (Log. no Munic. de Boa Vista) — Vide *Itapirussú*



ITĀS— Vide Intās

ITUBA — (Lug. no Mun. de Tacaratú) — “Corr. *y-tyba*, abundancia d’água, ou aguaçal, paúl”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

IUIÁS — (Riacho afl. do rio Mandaú) — “Corr. *gui-da*, rās pequenas”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

## J

JABAIRA — (Riacho afl. do Capibaribe) — *C. yabá-ira*, esconderijo do mel — A. C.

JABOATÃO — (Rio, Mun. e cidade) — “Antigamente *Iauapoa-tã*, que se decompõe em *Iauá-poa-tã*. *Yaua* é a forma contracta de *yaguá* que é o mesmo *yaguara*, perdendo este a última syllaba ao entrar em composição; *poa-tã* ou *pó-atã*, quer dizêr mão rija, mão firme. Portanto, *yauá-poa-tã* quer dizêr mão rija de onça, mão dura de onça. Como, porém, o nome indigena se applica a um fructo espinhoso, de fibra dura, reconhece-se que o selvagem o compara ou equipara a uma mão aspera como a da onça com as suas unhas estendidas (Th. S., Ns. Ms.) A. C.

Th. Sampáio apresenta também *ia-poa-tã*, o individuo linceiro, o tronco recto. Prefiro a interpretação de Rod. Garcia: *ia*, o que tem, *bo*, fibra, *atã*, forte, isto é, o vegetal de fibra forte — M. M.

JABOTICABA — (Serra no Mun. de Bezêrros) — “Corr. *iapoticaba*, botão de fructos, ou fructas em botão; nome tupi do fructo de várias myrtáceas”. (B. C. 184) — A. C.

Tudo faz crêr que o nome da serra provenha dessa fruíta prêta (*eugenia cauliflora*) a que chamam de uvas sertanêjas e nasce do próprio tronco. Contudo, Th. Sampáio admite, também, *yabuti-caba*, a gordura do kágado; *yaboti-guaba*, comida de kágado — M. M.

JABURU’ — (Localidade no Mun. de Taquaritinga) — *Abírú*, o que está farto. Nome de ave, da familia ciconiidae — M. M.

JACARAPINA — (Eng no Mun. de Goyanna) — Talvez corr. de *iacaré-pinima*, jacaré pintado — M. M.

JACARARÁ — (Serra no Mun. de Taquaritinga) — “Parece corr. de *yacarerã*, significando semelhante ou parecido com jacaré; designa alguma coisa cujo exterior se assemelha ao coiro do jacaré”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

JACARÉ — (Riacho nos limites dos Muns. de Olinda e do Recife) — “Corr. de *ya-caré*, o que é encurvado, ou sinuoso; corr. *y-echa-caré*, o que olha tórto, ou de banda; pode ser ainda corr. *yaguá-ré*, a fera de outro genero, ou como se fôra — a onça d’água (*Crocodylus sclerops*)” — (Th. S., 134) — A. C.

JACÍ — (Eng. no Mun. de Goyanna) — “Corr. *y-a-ci*, lua, a mãe dos fructos — M. M.

JACÚ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — C. *y-a-cú*, o que come grãos, o que traga, ou engole fructos” (Th. S., 135, B. C. 365) — A. C.

JACUHYPE — (Rio afl. do Una) — “Corr. *yacú-y-pe*, no rio dos jacús” (Th. S., 135) — A. C.

Pode sêr também, e ainda de acôrdo com Th. Sampáio, *y-acuí-pe*, no rio enxuto, no rio temporário — M. M.

JAGUARÁ — (Riacho afl. do Ipojuca) — C. *yaguá-rá*, semelhante á onça; o cão — A. C.

Interpretação de Th. Sampáio: “Corr. *yaguá-rá*, tirado da onça, a ficção de onça. É o nome de um folguêdo, que se fazia entre os catechúmenos, com o disfarce de uma onça, envolta em palhas ou folhas sêccas. Pode sêr também de *Jaguar-ã*, a onda erguida, ou de pé” — M. M.

JAGUARAMA — (Riacho afl. do Pirangyzinho) — C. *yagua-retama*, alt. *yaguá-rana*, a região das onças — A. C.

JAGUARANA — (Lug. no Mun. de Amaraçy) — C. *yaguá-rana*, parecido com, semelhante á onça, o cão — A. C.

JAGUARÉ — (Eng. no Mun. de Sirinhaem) — *Jaguar-é*, lugar de jaguares — M. M.

JAGUARI — (Eng. no Mun. de Sirinhaem) — *Jaguar-í*, água de onça; rio da onça — M. M.

JAGUARIBE — (Braço do rio Maria Farinha; riacho na ilha de Itamaracá) — “Corr. *yaguár-y-pe*, no rio da onça.” (Th. S., 135) — A. C.

JAGURUSSÚ — (Riacho afl. do Capibaribe) — “Pode ser corrupção de *yacú-r-uçú*, o jacú’ grande”. (Th. S., Ns. Ms) — A. C.

Talvez seja *jaguar-assú*, o jaguár grande, a onça grande — M. M.

JANDIROBA — (Riacho no Mun. de Bom Consêlha) — *Iandí-roba*, óleo amargo — M. M.

JAPARANDUBA — (Eng. e riacho no Mun. de Palmares) — Ant. *Iaparitiba*, corr. *yapara-tyba*, arcos em abundancia; como é o nome de uma árvore de madeira muito fléxivel pode

também ser corruptela de *yapára-t-iba*, árvore dos arcos — A. C.

JAPICANGA — (Serra entre os Muns. de Bonito e do Brejo) — “Parece corr. de *yapê-cang*, significando o que é torto e secco. Pode ser ainda *ya-ape-cang*, ramagem de espinho, haste de espinho”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

JAPOMIM — (Riacho no Mun. de Goyanna) — “Parece corr. de *yapó-num* que quer dizer brejinho, pantano pequeno” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

JAQUICIPITANGA — (Riacho afl. do Ipojuca) — Ant. *Iequicipitanga*, “parece corr. de *y-quicin-pitanga*, que se traduz água revolvida, ou água turva, vermêlha”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

JARACATIBA — (Serra no Mun. de Garanhuns). — “Parece corr. de *yára-raca-tyba*, onde abundam as jararacas”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

JARARACA — (Log. no Mun. de Goyanna) — “C. *yará-r-ag*, o que colhe ou agarra envenenando, ou, vulgarmente, o que tem bote venenoso (Bathrops)”. (Th. S., 136) — A. C.

JASSIRÚ — (Riacho afl. do Sirinhaem) — “Pode ser corr. de *yaci-r-ú*, que se traduz bebida da lua, bebedouro da lua”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Prefiro *iassura'*, atoladiço — M. M.

JATINÃ — (Lagoa no Mun. de Cimbres) — “Corr. *yatii-nã*, grão grôso, ou cabeça grôso” — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

JATOBÁ — (Mun. e villa; riacho afl. do Una) — “Corr. *y-atã-obá*, o que tem dura a casca ou a superficie” (Th. S., 136) — A. C.

Outra interpretação de Th. Sampáio: “*yatay-ybá*, o fruto do yatahy, ou jatahy” — M. M.

JATURECAY — (Ant. nome de um afl. do Capibaribe) — “Parece corr. de *yá aturé-cai*, que se traduz — cabaça curta queimada, ou queimada de cabacinhas”. — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

JEQUI — (Riacho afl. do S. Francisco) — *I-iké-i*, aquilão em que se entra; armadilha para peixe — M. M.

JERIMONGO — (Serra no Mun. de Bom Conselheiro) — Corr. de *iari*, cacho, *mong*, collado, unido — M. M.

JETIRANA — (Eng. no Mun. de Barreiros) — C. *yeti-*



*rana*, parecido com, ou semelhante á batáta, em allusão á semelhança das folhas da jetirana com as da batata — A. C.

JIQUI — (Riacho, também conhecido pelo nome de Mepes) — Veja-se Jequí — M. M.

JJQUIÁ — (Arrabalde no Mun. do Recife) — Graphia máis preconizada de Giquiá — M. M.

JIRITACÓ — (Localidade no Mun. de Alagôa de Báixo) — É voz tupi: *iari-tacói*, cuja tradução deixo de dar, por offensiva á pudicicia — M. M.

JITAI — (Pov. no Mun. de Ipojuca) — Pode ser *ia-atã-iba*, a árvore de fruto duro, ou *iataí*, qualidade de abêlha que tem predileção pela árvore; ou ainda corr. de jataí ou jatobá — M. M.

JUÁ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — C. *yu-á*, fruto de espinhos — A. C.

JUAZINHO — (Riacho afl. do Capibaribe) — Voc. hybrid, composto do precedente e do suff. dim. port. *zinho* — A. C.

JUCÁ — (Serra no Mun. de Gravatá, localidade no de Limoeiro; engenhos nos de Bom Jardim, Goyanna e Nazareth) — *Iucá*, apodrecido, matado; nome, também, duma leguminosa "Cesalpinia férrea", de rijo cáule, de que os selvagens faziam tacape — M. M.

JUNDIA — (Riacho afl. do Una) — C. *yundi*, espinhal, barbas, espinhos, *á*, cabeça; *jundiá*, o que tem cabeça cheia de barbas ou espinhos; peixe d'água dôce (*Platistoma spatula*)" — (Th. S., 136) — A. C.

JUPARITIBA — (Riacho afl. do Capibaribe mirim) — "Corr. *yu-pari-tyba*, em que *yu-pari* quer dizer cerca de espinhos ou fecho de espinhos, trama de espinhos; *tyba* é suffixo exprimindo abundancia. *Yu-pari-tyba* é, pois, — espinhal trançado, salçal, silvado" (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

JUPI — (Serra no Mun. de Garanhuns) — C. *yu-pi*, espinho aguçado, ponteagudó, fino — A. C.

JUQUICIPITANGA — (Riacho afl. do Ipojuca) — Vide Jaquicipitanga. — A. C.

JUQUIPITANGA — (Riacho afl. do Capibaribe mirim) — C. *yuquirpitanga*, sal vermêlho — A. C.

JUQUIRI — "*Yuquiri*, salmoira, água, muito salgada. Pode ser corr. de *yuqueri*, que designa um espinheiro, ou sarça". (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

JUREMA — (Pov. no Mun. de Brejo) — C. *yu-rema*, es-



pinho fétido ou fedorento; é o nome de várias mimosas — A. C.

JURISSACA — (Eng. no Mun. do Cabo) — Por ventura corr. de *iurú-assab*, boca atravessada — M. M.

JURUBEBA — (Serra no Mun. de Bezerros) — *Iurubeba*, nome de uma planta medicinal — M. M.

JURUPARIOBA — (Riacho afl. do Araripe) — Corr. *yurupari-ob*, fôlha do demônio — A. C.

Mais propriamente *iurupari-oba*, a roupa do diabo — M. M.

JUSSARA — (Serra no Mun. de Bom Conselho) — “Corr. *yu-içara*, ou *yú-içá*, vara de espinho ou haste de espinho. É o nome de uma palmeira que attinge grande altura e de que ha variedades”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

## M

MACAHYBA — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Corr. *bacayba*, a palmeira *Aerocomia Scleorocarça* Mart. — A. C.

MACAMBIRA — (Riachos nos Muns. de Bom Conselho e de São Bento; serra no de Bom Jardim; localidade no de Ingazeira; eng. no de Timbaúba) — *Mã-cambira*, bromeliácea de que se estrae fibra — M. M.

MACAPÁ — (Pov. no Mun. de Timbaúba) — “C. *macá-pá*; *macá*, *macaba*, ou *bacaba*, a palmeira (*Oenocarpus Bacaba*, Mart.), *pá*, lavrar, cortar, derribar; a derribada de macabas”. (Th. S., 138) — A. C.

Nová interpretação de T. Sampáio: *maca-paca*, a estancia, o pomar das macabas — M. M.

MACAXEIRA — (Localidade no Mun. do Recife; eng. na ilha de Itamaracá) — Corr. de *macaiêra*, túbera alimentícia. *Aipi-macaiêra*, ou simplesmente *macaiêra* — M. M.

MAÇARANDUBA — (Riacho e pov. no Mun. de Goyana) — “Corr. *mbae-çarand-yba*, em que *mbae-çarand* quer dizêr coisa resvaladia, e *yba*, árvore. *Maçaranduba* — *mbae-çarand-yba* é árvore que dá coisa resvaladia, isto é, fruto escorregadio ou lúbrico” — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MACUCA — (Riacho afl. do Mandahú) — “Corr. *mbacuca* ou *mbae-cuca*, alguém que traga, o que traga, o traga-dôr ou engolidôr” — (Th. S., Ns. Ms.) — Nome de um pássaro — A. C.

Também pode sêr corr. *macucu*, coisa muito boa de comêr — M. M.

MACUJÉ — (Eng. no Mun. de Jaboaão) — Corr. *ma-*

*cu-gé*, coisa de comêr agradável. Nome duma planta — M. M.

MAGÊ — (Riacho afl. do Tapirema; serra no Mun. de Pesqueira) *Pagé, bagé, magé*, o feiticeiro — M. M.

MAMBUCABA — (Lug. no Mun. do Recife) — Corr. *mombucaba*, o furo, a aberta, a passagem, o rasgão — A. C.

MAMELUCO — (Usina no Mun. da Escada) — Corr. de *mama-ruca*, o que procede da mistura, o mestiço. Filho de bugre com branco — M. M.

MAMUCABA — (Riacho no Mun. de Rio Formoso) — “Parece corr. de *mamô-cai*, que quer dizer cerca queimada, ou fecho que se queimou”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MAMUCAYA — (Lug. no Mun. de S. Lourenço) — Vide Mamucaba — A. C.

MANASSÚ — (Riacho afl. do Jaboatão) — “Corr. *amana-assú*, chuva copiosa, tempestade”. (Th. S., 138) — A. C.

MANDAÇAIA — (Riacho afl. do Capibaribe) — C. *manda-eçai*, estendêr os olhos em feixe (?); é o nome de uma abêlha — A. C.

Interpretação de Th. Sampáio: “*manda-çãia*, o ninho estendido. Allusão á forma do ninho da abêlha deste nome, feito de barro, com o orificio de entrada saliente. (Melipona anthividides)” — M. M.

MANDACARÚ — (Riacho afl. do Capibaribe) — *Mandacarú*, nome dado a cardos e fructos espinhosos, ou penugentos”. (B. C., 216) — A. C.

MANDAÏHÚ — (Rio) “Corr. *manda-ú*, ou *manda-y*, o rio dos feixes ou dos montões”. (Th. S., 138) — A. C.

Segundo Th. Sampáio, em nova interpretação, corr. de *amanda-y*, o granizo, a saráiva, chuva de pedras — M. M.

MANDIOCA — (Riachos, afls. do Ipanema e do Jenipapo) — C. *mandioca*, túbera de que se faz a farinha — M. M.

MANDURÍ — (Localidade, no Mun. de Bom Jardim) — *Mandari*, nome duma abêlha silvestre — M. M.

MANGABI — (Riacho afl. do Jaboatão) — Corr. *mangá-r-y*, o rio dos cachos — A. C.

MANICOARA — (Lagôa no Mun. de Igarassú) — Corr. *manib-coara*, buraco, ou cova de mandioca — A. C.

MANIÇOBA — (Riachos afls. do Brígida, do Ipojuca e do Moxotó) — *Maniçoba* fôlhas da mandioca e da macaxeira; árvore de que se extrae a borracha — M. M.



MANIMBÚ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Corr. de *manimb-bur*, a maniva que brota; onde a maniva nasce. Também no sul ha um pássaro *Manimoé*, de que *manimbú* poderia ter sido corruptela — M. M.

MAPIRUMA — (Riacho afl. do Ipojuca, loc. no Munic. de Palmares) — *mbae-pir-unga*, o que tem a pelle anegrada; árvore tintureira, de fruíto comestível — M. M.

MARACAHYPE — (Ponta, riacho e pov. no Mun. de Ipojuca) — “Corr. *maracá-y-pe*, no rio do maracá ou do chocalho”. (Th. S., 139) — A. C.

MARAGOGY — (Riacho no Mun. de Correntes) — “C. *morog-g-y*, rio livre, desempedido; rio amplo, desembaraçado; pode ser tambem corruptela de *Mair-aqui-gy-pe*, no rio dos francezes afogados”. (Th. S., 139) — A. C.

Talvez *marau-gy*, rio dos maracujás (maraús) — M. M.

MARANGUAPE — (Pov. no Mun. de Olinda) — “C. *marangua-pe*, no valle da batalha, ou da lucta”. (Th. S., 139) — A. C.

MARANHÃO — (Engenho no Mun. de Ipojuca) — Pode tẽr várias interpretações: *maranhã*, guará; *maranã*, desordem, tumulto; *maranã*, maldade; pecado; *mbará-nã*, rio caudaloso. Consultado por mim, Th. Sampáio interpretou: *Mará*, *mbará*, *pará*, rio, *nhã*, corrẽr, fiuir, andar; o mar corrente — M. M.

MARAPICÚ — (Localidade no Mun. da Victória) — Corruptela de *mará-pucú*, o pau comprido — M. M.

MARAYAL — (Pov. no Mun. de Palmares) — Corr. de *mbarayá*, espécie de côco, palmeira; em uma sesmaria de 1820 encontra-se escripto *Marayá* — A. C.

MARIBONDO — (Log. no Mun. de Limoeiro) Corr. *mberú-ybó*, mosca que flexa, que fere como flexa. (B. C., 229) — A. C.

MARIM — (Ant. nome de Olinda) — “Corr. *ma-yri*, cidade” — (Th. S., 139) — A. C.

Os interpretes do tupi não são acordes quanto a esta palavra. B. Caetano procurou traduzir *marim* como corruptela de *Mairini*, pousada de estrangeiros, o núcleo dos francezes. Stradelli informa que Belem do Pará já teve o nome de *marim* — M. M.

MARIQUIPÚ — (Riacho afl. do Capibaribe) — “Parece alteração de *mburi-qui-pú*, que quer dizer ôlho d’água dos macacos” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MARIUNA — (Eng. no Mun. de Goyanna) — Pode sêr

*marí-una, umari* (fruta) *una*, preta, ou *maruí-una*, maruim (mosquito) preto — M. M.

MARY — (Riacho afl. do Capibaribe) — “Corr. *mbary* ou *parí*, uma espécie de espinho, sarça, silva”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MASSANGANA — (Eng. no Mun. do Cabo) — Si não é africanismo, pode provir de *moçanguã*, o que é ligado, o que faz liga, união — M. M.

MASSAUASSÚ — (Usina de açúcar no Mun. da Escada) — Corr., talvez de *mbuçú-assú*, o mussu’ grande, ou de *amana-uassu’*, a chuva grossa, a tempestade — M. M.

MAUÉS — (Loc. no Mun. da Victória) — Interpretação duvidosa. Talvez composição de *mau*, pássaro nocturno, é, bom; pássaro bom, comida boa. Pode sêr também *moeé*, temperar, adoçar, salgar. Segundo me informou Th. Sampáio, havia no Amazonas uma tribo Maués, que habitou a ilha de Tupinambaranas — M. M.

MATAPAGIPE — (Eng. no Mun. do Cabo) — Corr. *ibatã-gy-pe*, no rio do pau duro — A. C.

MATAPIRUNA — (Riacho afl. do Ipojuca) — Corr. *ibatã-purum*, pau duro que estronda — A. C.

MATARY — (Riacho afl. do Tracunhaem) — Corr. *ibatã-r-y*, rio do pau duro — A. C.

Creio não houve corr. E’ *ma-ta-ry*, rio da mata — M. M.

MATURY — (Eng. no Mun. de Bom Jardim) — Corr. *ibã-tiriri*, fructo mingado, pequeno; diz-se do fructo do cajueiro ainda não desenvolvido — A. C.

Para Th. Sampáio, é *ma-turi*, a coisa que está para vir — M. M.

MEGAHO’ — (Riacho no Mun. de Goyanna) -- Ant. *Mogai*. “Parece corr. de *mingáu-ó*, ou *minga-ahó*, lama fétida, barro fétido”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MEGUAHYPE — (Eng. no Mun. de Jaboatão) — Corr. *mbiguar-y-pe*, no rio dos escravos — A. C.

MENIQUARA — (Riacho no Mun. de Igarassu) — Corr. *manib-quara*, cova ou buraco da maniva ou de mandioca — A. C.

MEREPES — (Riacho afl. do Ipojuca) — Corr. de *mereb*, feridas, sarnas”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MERERE — (Eng. no Mun. de Goyanna) — *mbereré, pereré, mereré*, nome de uma espécie de rã. Tastevin trata dum bicho chimérico *meré*, cujo olhar faz tremêr a terra. Neste

caso, *meré-meré*, *meré (me) ré*, o *meré grande*, ou quantidade de *merés* — M. M.

MERUEIRA — (Riacho no Mun. de Igarassú) — “Parece corr. de *merú-eira*, que se pode traduzir *môscã* com forma de *abêlha*; pode ser também palavra híbrida, dando-se á palavra *merú* a terminação portuguesa *eira*” — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MINGAU — (Eng. no Mun. de Goyanna) *Mingau*, pápa; de *mingab*, esmigalhado. — M. M.

MIRIM — (Loc. no Mun. de Ipojuca) — *Mirim*, pequeno, Palavra que, sem deturpação, se incorporou ao português do Brasil — M. M.

MIRINGABA — (Pov. no Mun. da Victória) — “*Miringaba* quer dizer *pequenezã*” — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MIRITIBA — (Mórro nas divisas de Pau dálho e Igarassú. Da aldeia Miritiba proveio o célebre indio Potí, d. António Felipe Camarão, o herôe da guerra holandêsa) — Pode sêr corr. de *mberú-tiba*, o sítio das *môscas*, o *mosqueiro*; ou de *umiri-tiba*, o sítio dos *umiris* (frúita comestível) — M. M.

MIRUEIRA — (Log. no Mun. de Cimbres) — “Corr. de *merú-eira*, *môscã luzidia*, *polida*”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MOCÓS — (Pov. no Mun. de Timbaúba) — “C. *mo-coó* ou *ma-coó*, bicho que rôe, animal roedôr (*Cavia rupestris*)” — (Th. S., 140) — A. C.

MOCOTÓ — (Riacho, afl. do Tapacurá; loc. no Mun. de Cimbres; eng. no Mun. de S. Lourenço) — *Mocotó*, sapo roneadôr; planta acanthácea. Também pode sêr *mbo-cotó*, as mãos desarticuladas — M. M.

MONDÊ — (Serra no Mun. de Garanhuns) — “C. *mondê*, fazêr *sobrepôr*, ou *cobrir*; o que *envolve*; o que se *alça*; o *laço*, o *alçapão*.” (Th. S., 141) — A. C.

MONDUBIM — (Riacho afl. do S. Francisco) — *Mandubi*, leguminosa papilonácea. Tem muitas variantes: *mendobi*, *mandobi*, *amendoim* — M. M.

MONGUBA — (Loc. no Mun. de Limoeiro) — Nome duma palmeira — “*arvore da várzea e do igapó*”, segundo Tastevin — M. M.

MONJOPE — (Eng. no Mun. de Igarassú) — Proce-dencia desconhecida. Si fôr tupi, pode sêr corr. *moinjê-ope*, fazêr *entrar em casa* — M. M.

MOROJÓ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Igual-



mente de difficil interpretação. Accaso corr. de *poro-ó*, esvaziar — M. M.

MORORÓ — (Riacho afl. do Brigida e do Ipanema) — Também de origem duvidosa. Provirá de *moroiró*, apressar? — M. M.

MOSSORÓ — (Riacho afl. do Ipanema) — Corr. *mos-soroc*, faz rompêr — M. M.

MUÇAHYBA — (Lug. no Mun. de S. Lourenço) — “Corr. *moçá-ybá*, em que *moçá* ou *mê-eçá*, fazer olho, avultar; *yba*, árvore. *Moçá-yba* significará árvore de vulto, árvore vistosa. “(Th. S. Ns. Ms.) — A. C.

MUÇUPE — (Engenho no Mun. de Igarassú) — “*Muçupe* ou *Mussupe* é corrupção de *mbuçú-pe*, que quer dizer no *muçum* (espécie de enguia)” — Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MUCUM — (Riacho afl. do Capibaribe) — Nome dum insecto — M. M.

MUCURY — “Parece corrupção de *mycura-y*, rio da mucura, espécie de marsupio, ou *sariguê*. Costuma-se também designar por este nome uma palmeira que chamam *Licury*, *Uricury*, *Ouricury*” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Alf. de Carvalho régista o topónimo sem dizêr onde localizado. Parece-me, entretanto, que nenhuma localidade ou accidente geográfico possui tal nome em Pernambuco — M. M.

MUNGUBA — (Riacho no Mun. de També) — Veja Monguba — M. M.

MUPAM — (Eng. no Mun. do Cabo) — “Parece alt. de *nupã*, que quer dizer pancada” — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MUQUEM — (Lagôa no Mun. de Goyanna; riachos nos Muns. de Bom Consêlho e de Bom Jardim) — *Mocaém*, o secadeiro, o assadeiro. Grelha de varas para tostar o peixe. Palavra incorporada ao português do Brasil — M. M.

MURIAÉ — Veja Uruaé — M. M.

MURIBA — (Eng. no Mun. de S. Lourenço) — Talvez corr. de *mberú-obi*, a varejeira — M. M.

MURIBARA — (Loc. no Mun. de Limoeiro) — Ant. *Miribara*, corr. *merú-uara*, o comedôr de moscas, o papa moscas — A. C.

MURIBECA — (Eng. no Mun. de Jaboatão) — Ant. *Mirubeca*, corr. *mberu-beca*, a môsca importuna, o mosquito persistente (Th. S. 141) — A. C.

MURUABEBA — (Loc. no Mun. de Limoeiro) — Possivelmente corr. de *merú-abebe*, a môsca ligeira — M. M.

MUSSÚ — (Riacho afl. do Ipojuca) — Corr. *mbuçú*, vulgo *muçum*, espécie de enguia d'água doce — A. C.

MUSSUREPE — (Riacho afl. do Capibaribe) — “Corr. *mbuçure-pe*, em que *mbuçú-re* quer dizer — *muçum* diferente, qualidade diferente de *moçum*; *pe* é a posposição, para nós preposição — em. *Mbuçuré-pe* quer dizêr, neste caso, no *moçum* de outra espécie”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

MUTUCA — (Loc. no Mun. da Victória) — Mutuca, insecto, tabão — M. M.

MUTUNS — (Riacho afl. do Ipojuca; loc. no Mun. de Palmares) — *Mutum*, ave galiforme — M. M.

## N

NATUBA — (Riacho que despeja no Tapacurá, afl. do Capibaribe) — Corr. de *nã-tiba*, o sitio dos ananazes, o ananazal — M. M.

NITERÓI — (Eng. no Mun. de Goyanna) — Provavelmente nome tomado á cidade do Estado do Rio de Janeiro. Th. Sampáio dá duas decomposições que chegam, máis ou menos, ao mêsmo resultado: *nhe-terô-i*, abrigar coisa encurvada, água, isto é, seio d'água abrigada, bahia segura; *inheterô*, água abrigada em seio — M. M.

## O

OBÚ — (Log. no Mun. de Goyanna) — “Corr. *upú*, ou *y-bú*, água que ferve ou surge, o manancial, o olho d'água” (Th. S., 142) — A. C.

OITÍ — (Riacho afl. do Pajeú; lagôa no Mun. do Brejo; serra no Mun. de Flôres) — *Ui-ti*, a massa apertada. Miricácea — M. M.

OITICICA — (Serra no Mun. de Salgueiro; riacho que despeja no Terra-Nova, afl. do São Francisco) — *Uiti-icica*, o oiti resinoso. Pleragina umbrosissima. — M. M.

ORÁ — (Eng. no Mun. de Páu dalho) — Corr. de *uirá*, pássaro. — M. M.

OROBÓ — (Riacho afl. do Tracunhaem; loc. nos Muns. de Bom Jardim e de Cabrobó.) — Palavra de origem duvidosa. Talvez corr. de *oro-mboe*, nós o ensinamos — M. M.

OROROBÁ — (Serra no Mun. de Pesqueira) — Igualmente de origem duvidosa. Si fôr tupi, pode provir de *urá-ubá*, o fruto do passaro — M. M.

ORY — (Serra no Mun. de Flôres) — Corr. *ory*, o cacho — A. C.

OURICURY — (Mun. e villa) — “Corr. *ary-curii*, o cacho amiudado, ou repetido, o que dá cacho de continuo (cocos coronata Mart.)” — (Th. S., 143) — A. C.

Durante o tempo em que estive entre os carnijós, que empregam muito a palmeira nas suas indústrias, sempre ouvi pronunciar Aricuri — M. M.

## P

PACARÉ — (Lagôa no Mun. de Taquaretinga) — *Paca-ré*, a paca diferente — M. M.

PACAS — (Riachos nos Muns. de Gameleira, de Igarassú, de Bom Conselho e de Jaboatão; loc. no de Barreiros; engs. nos de Gameleira e Victória) — *Paca*, nome de conhecido roedôr. Literalmente, alertada, vigilante — M. M.

PACOVA — (Lagôa no Mun. de Também) — *Pacoba* ou *pacova*, a fôlha de enrollar. Nome do fruto das bananeiras — M. M.

PACÚS — (Log. no Mun. de Flôres) — “C. *pag-ú*, rápido ou veloz no comêr, é o peixe fluvial *Prochilodus argentus*”. (Th. S., 143) — A. C.

PAGY — (Riacho no Mun. de Nazareth) — C. *pag-y*, rio das pacas — A. C.

PAJEHÚ — (Rio) — “Corr. *payé-ú*, ou *payé-y*, rio do feiticeiro — (Th. S. 143) — A. C.

Segundo Schwennhagen, é *piaga-ú*, a casa do Piaga — M. M.

PANEMA — (Rio afl. do S. Francisco) — “C. *y-pane-ma*, água ruim, imprestavel” (Th. S., 130) — A. C.

Stradelli regista *panema*: infeliz na caça ou na pesca, mofino, imprestável, sem expediente — M. M.

PAPICÚ — (Riacho no Mun. de Goyanna) — “Parece alt. de *y-pa-pucú* que quer dizêr — lagôa comprida, o brejo extenso”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

PAQUEVIRA — (Riacho no Mun. de Correntes; serra no de Timbaúba; antigo nome da villa de Glycerio) — *Pacavira*, nome duma musácea, com cujas fôlhas enrolam o tabaco — M. M.



PARÁ — (Serra no Mun. de Pesqueira; eng. no de Ipojuca) — *Pará*, o mar. Talvez nome tirado do território banhado pelo Amazonas, pois, o engenho Pará se limita com os engenhos Belém e Maranhão — M. M.

PARAGUASSÚ — (Eng. no Mun. da Escada) — “*C. pará-guassú*, mar grande, também rio grande; pode sêr ainda *pará-guá-açú*, rio grande do mar, bahia, gôlpho”. (Th. S., 144) — A. C.

Também pode sêr *paraguá*, cocar, corôa, *assú*, grande. Paraguassú é o nome da lendária companheira de Caramuru, filha de maioral — M. M.

PARANÁ — (Engenhos nos Muns. de Goyanna e de Água Prêta) — *Para-nã*, semelhante ao mar — M. M.

PARNAMIRIM — (Log. no Mun. do Recife) — *C. paranã-mirim*, *para-mirim*, o risonho, o rio menor — A. C.

PARATÍ — (Serra no Mun. de Limoeiro) — *Paratí*, nome dum peixe, ou *pará-tí*, o golfo. Parece que nome tomado á localidade do Estado do Rio de Janeiro — M. M.

PARATIBE — (Rio e povoado no Mun. de Olinda) — Corr. *pirá-ty-pe*, nos peixes brancos, ou nas tainhas — A. C.

PASSASSUNGA — (Rio e pov. no Mun. de Limoeiro) — “Parece corr. de *mbea-ça-cynga*, que se traduz — porto resvaloso, ou escorregadio. O nome *mbeaçá* ou *peaçá*, que quer dizer porto, ou o caminho sae, isto é, onde vem ter o caminho á beira d’água, altera-se muitas vezes em *piacá*, *paçá*, ao entrar em composição”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

PASSIRA — (Serra no Mun. de Limoeiro) — “*Ant. Bacira*, corr. *pab-cira*, extremidade polida, ponta reluzente”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

PATUÁ — (Serra no Mun. de Bonito) — De *patuá*, nome duma palmeira, de cujas fôlhas os selvícolas faziam um paneiro que ficou conhecido como patuá. Por extensão, chamam também patuá ás bolsas de coiro e ás orações que os sertanêjos trazem ao *peseôço*, dentro duma sacola — M. M.

PENANDUBA — (Eng. no Mun. de Jaboatão) — “Corr. *panã-dyba*, abundancia de borbolêtas”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

PENDERACA — (Eng. no Mun. de Palmares) — “Parece corr. de *pindó-r-ag*, que quer dizêr — palmeira amarga, isto é, que dá palmito amargôso. Pode ser ainda corr. de *pindá-r-ag*, que se traduz — veneno do anzol” — (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

PENDERAMA — (Eng. no Mun. de Ipojuca) — “Parece

corr. de *pindórana*, que se traduz terra das palmeiras". — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

PERAJUHY — (Eng. no Mun. de Igarassú) — Corr. *pirá-yu-y*, rio do peixe amarello ou dourado — A. C.

PERNAMBUCO — (Nome do Estado) — Ant. *Paranambuca*; corr. *paranã-buc* ou *paranã-puca*, o mar quebra, ou o mar arrebenta, isto é, mar, em allusão ao recife" — (Th. S., 146) A. C.

Na 2.<sup>a</sup> edição do TUPÍ NA GEOGRAPHIA NACIONAL, publicou Th. Sampáio: "Corr. *paranã-mbuca*, o furo ou entrada do lagamar, allusão á brecha natural do recife, por onde o lagamar se communica com o mar. O nome *paranambuca* era commum na costa do norte, no trecho della tomado pelos recifes, e o sentido que os índios lhe davam era o de *furo-entrada*, passagem natural aberta na muralha do recife. No tupi do norte, no nheegatú, *paranã-mbuca* que quer dizer — jôrro do mar — allusão á embocadura por onde elle se escapa. Mui acertadamente escreve a propósito o autôr do *Cas-trioto Lusitano*, Frei Raphael de Jesus, ao tratar do porto do Recife:" ... uma abertura á qual os naturaes chamam Pernambuco, que, em sua lingua é o mesmo que pedra furada ou buraco que fez o mar de que se forma a garganta da barra..." O vocábulo *paranã* traduz-se semelhante ao mar; é lagamar formado na junção dos rios Capibaribe e Beberibe; é o furo, a aberta, a quebrada". Esta, também a interpretação de B. Caetano e de quaze todos os outros que estudaram o topónimo (vide Rev. Inst. Arc., XXIX, 128). Acontece, porém, que o nome de Pernambuco não foi dado ao Recife mas ao porto de Itamaracá, cuja ilha é separada do continente por um canal, onde desemboca o rio Igarassú. Atendendo a esta circumstancia, Gaspar Guimarães procura interpretar como *parana-pucú*, rio comprido, em allusão ao canal que, por sua natureza, é estreito e comprido — M. M.

PERÓ — (Lagoa no Mun. de Águas Bellas) — Corr. de *perog*, esvaziar. Pode sêr também *piró*, nome dado ao português — M. M.

PEROBA — (Pequena enseada junto á ponta do Persi-nunga) — C. *pe-rob*, casca amarga; é o nome de várias leguminosas — A. C.

PERORY — (Eng. no Mun. de Itambé) — Corr. *yperúr-y*, rio dos tabarões — A. C.

A gráphia máis commum é *peruri*, talvez corr. de *piri-*

*ri*, ligeiro, veloz, rápido, pois, no local não há rio e, que houvesse, o tubarão não vive água doce — M. M.

PERPERY — (Riacho afl. do Pirapama) — “C. *pepen-r-y*, rio das quebradas, ou das quinas, rio das pontas (Th. S., 145) “Pode ser também alteração de *piri-piri*, o juncal” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

PERSINUNGA — (Rio, no limite de Pernambuco e Alagoas) — Alt. *Piraçû-nunga*, c. *pirá-çunun*, onde o peixe rumoreja — A. C.

Th. Sampáio interpretou *pira-cininga*, o ronca-peixe — M. M.

PETIMBÚ — (Ponta, porto e pov. no Mun. de Goyana) — Ant. *Apitumbú*, c. *petyn-bú*, olho d’água do fumo, ou do tabaco” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

Também pode sêr *petim-b-ú*, bebêr fumo, fumar, e, por extensão, o cachimbo — M. M.

PETRIBÚ — (Riacho afl. do Capibaribe) — “Parece alt. de *botirybú*, significando olho d’água das flôres; pode ser ainda corr. de *apiter-ybú*, que quer dizer olho d’água do meio” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

PIABAS — (Engs. nos Muns. de Rio Formoso e Sirinhaem; riachos nos Muns. da Victória, de Olinda e de Sirinhaem; lagôas nos de També e Águas Bellas) — *Piaba*, nome vulgar de pequeno peixe — M. M.

PIATYBA — (Corôa junto á foz do rio Maria Farinha) — C. *piab-tyba*, abundancia de piabas — A. C.

PIAUHI — (Serra nos limites com o Piauí, donde, provavelmente, tomou o nome) — Segundo Stradelli, *piauhí*, piaba pequena; segundo Th. Sampáio, *piau-i*, rio dos piáus (*py-yau*, a pelle manchada) — M. M.

PIAUHIRA — (Riacho afl. do Capibaribe; localidade no Mun. de Limoeiro) — Literalmente, *piau*, piaba, *ira*, mel; talvez corr. de *piau-guira*, o piau de baixo — M. M.

PIAUTÁ — (Riacho no Mun. de Alagoa de Baixo; serra no mesmo) — Talvez *piau-atá*, fôgo brando; ou *piu-atá*, andar macio; ou ainda *piantá*, forte — M. M.

PINDOBA — (Riacho afl. do Ipojuca) — “C. *pindob*, folha de palmeira, palmeira em geral; nome também da mesma palmeira” (B. C. 337) — A. C.

Para Th. Sampáio, *pind-oba*, a folha de anzol, aquella cujo talo serve para vara de anzol — M. M.

PINDOBÚ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Alt. *pin-*



*dob-ú*, corr. *pindob-y*, rio das palmas ou das palmeiras — A. C.

PIPOCA — (Riacho no Mun. de Itambé) — “Corr. *pipoca*, a pelle estalando, ou arrebetando; o milho torrado” (Th. S., 146) — A. C.

PIRAGINE — (Eng. no Mun. de Água Preta) — C. *pirá-g-y-pe*, no rio do peixe — A. C.

*Pirá-giba*, braço de peixe, barbatana. Nome dum guerreiro petiguara — M. M.

PIRAJÁ — (Riacho e eng. no Mun. de Água Prêta) — *Pira-iá*, viveiro de peixes — M. M.

PIRAJÚ — (Localidade no Mun. de Igarassú) — *Pirá-iuba*, peixe amarello (Th. S.) — M. M.

PIRAJÚÍ — (Loc. no Mun. de Igarassú — *Pira-iuba-i*, água do peixe amarello, rio do dourado — M. M.

PIRANGA — (Loc. no Mun. do Recife, nome deturpado para Ipiranga por imitação a São Paulo) — *Pirang*, vermelho — M. M.

PIRANGIBE — (Riacho no Mun. de Água Prêta) — “Corr. *pirã-g-y-pe*, no rio das piranhas” (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

PIRANGY — (Riacho afl. do Una) — C. *piran-g-y*, rio vermelho — A. C.

Talvez corr. de *pir-ã-i*, a tesoura, o que corta a pelle; nome dado á piranha (*Pygocentrus*) pela sua voracidade — M. M.

PIRAPAMA — (Rio) — “C. *pirá-pama*, bate o peixe, onde o peixe salta nágua” (Th. S., 147) — A. C.

PIRAPORA — (Eng. no Mun. de Nazareth) — “C. *pirá-pora*, o peixe salta, ou pula; lugar do rio encachoeirado, onde o peixe pula”. (Th. S., 147) — A. C.

PIRAUÁ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Corr. *pirá-u-á*. — A. C.

Alf. de Carvalho não deu a interpretação de *pirá-u-á*, que é, literalmente, peixe, água, êlle. Parece-me que a interpretação seria *pirá*, peixe, *aua*, suffixo que substantiva a palavra: o peixe. Stradelli regista *pira-uauá*, peixe cão. O topónimo, além de engenho do Mun. de Nazareth, se applica a outro no de Palmares, a uma serra e a uma localidade no Mun. de Timbaúba. Nada de água. Máis provavel seja corr. de *pirá-uara*, o que come peixe, applicado a animal — M. M.

PIRAUHYRA — (Riacho afl. do Capibaribe) — “Corr.

*pirá-û-ÿra*, água do peixe cortada, ou o mesmo que água do peixe temporárea" (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

PIRIGUAY — (Riacho no Mun. de Igarassú) — *C. pt-riguá-y*, rio dos piriguás (o que é atinente a junco), nome dado a aves, entre outras ao anú — A. C.

PITANGA — (Riacho afl. do Igarassú) — Corr. *pitã*, vermelho — A. C.

PITANGUARÉ — (Eng. no Mun. de Goyanna) — Interpretação duvidosa. Talvez *pitã-guaré*, o que foi vermelho ou *pitã(ga)-uara*, comedôr de pitanga — M. M.

PITIMBÚ — (Eng. no Mun. do Cabo) — *Petim-mbur*, fumar — M. M.

PITÓ — (Serra no Mun. de Pesqueira) — Talvez *potó*, insecto coleoptero — M. M.

PIXANANA — (Serra no Mun. de Amaragi) — *Pixanã*, parente de gato, animal semelhante ao gato. Pode sêr também corruptela de *puxinanã*, ananás ruim — M. M.

PITUASSÚ — (Eng. no Mun. de Goyanna) — *C. pitú-açú*, pitú grande; *pitú*, grande camarão escuro (*pin-tum*, pelle escura ou negra) — A. C.

POROROCA — (Riacho afl. do Ipojuca) — "Corr. de *perorog*, rebentar, estrondar, desparar; *pororoca*, part. estrondante, o que arrebenta ou faz rumor; o macareo" (Th. S., 147) — A. C.

PREÁ — (Serra no Mun. de Tacaratú; riacho no de Tam-bé) — *Aperéá*, no nome vulgar dum roedôr. Literalmente "mora no caminho" — M. M.

PREJUÍ — (Logarejo no Mun. de Igarassú) — Outra *Pirajuí*, rio do peixe amarello — M. M.

PUÍÚ — (Lagôa no Mun. de Buique) — *Puiú*, apodrecido, corrupto — M. M.

PUMATY — (Eng. no Mun. de Palmares) — Corr. *ypú-mityn*, a fonte da sementeira, o olho d'água da planta-ção — A. C.

PUTÁ — (Eng. no Mun. de Gameleira) — *Potá*, colhêr — M. M.

PUXINÃ — (Serra no Mun. de Pedra) — *Puxi-nã*, parecido com feio; coisa ruim — M. M.

## Q

QUANDÚ — (Serras nos Muns. de Altinho e Granito; eng. no de Bonito; logarejos nos de Bom Conselho e da Victória;

riacho affl. do Pirapama) — Corr. *coandú*, roedôr da família dos coendídios — M. M.

QUATI — (Serra no Mun. de Bom Consêlho) — “Corr. *quá-ti*, riscado, punçado, ou lenhado; o que traz riscas, ou sulcos; o animal *Nasua*” (Th. S., 148) — A. C.

QUERAIBA — (Riacho affl. do Araripe) — “Parece corr. de *ker-ayba*, dormida ruim, ou poiso ruim, ou poiso mau” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

QUIMANGAS — (Barreta junto á ponta de Sirinhaem) — Corr. *qui-mong*, espinho pegajoso ou viscoso — A. C.

Interpretação positivamente forçada. Temos *qui*, farinha de mandioca; *mongui*, pulverisar, moêr. Talvez *quimanga* seja corr. de *qui-mongui*, farinha moída; onde se mõe a farinha, por analogia, a casa de farinha — M. M.

QUIPAPÁ — (Mun., villa e riacho) — “Aug. *quipá*, que se pode decompôr em *qui-pã*, ponta, estylete, espinho cravado, atolado, introduzido; s. tenaz, torquez; é o nome do cardo rasteiro dos sertões do Norte do Brasil”. (Th. S., 146) — A. C.

QUITEMBÚ — (Riacho e pov. no Mun. de Ingazeira) — “Parece corr. de *qui-ti-bá*, que quer dizêr — ôlho d’água do limpo” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

## S

SABIA — (Eng. no Mun. de Bom Consêlho) — *Soo-biá*, animal apazível. Nome duma arvore canora — *turdus sabiá* (Th. S.,) — M. M.

SACOPEMA — (Eng. no Mun. do Cabo) — Provavel corr. de *sapopema*, a raiz esquinada — M. M.

SAGUIM — (Eng. no Mun. de Nazareth) — “Corr. *çã-i*, olhos pequenos, o que é esperto, o vivo, agil; nome dum pequeno simio (*Hapale*)” (Th. S., 149) — A. C.

SAÍ — (Riacho no Mun. de Pau dalho) — Pode sêr *eça* ou *essá*, ôlho, *i*, pequeno ou *eça*, ôlho, *i*, agua, isto é, lágrima. É também nome duma ave tanagra — M. M.

SAMAMBAIA — (Serra no Mun. de Gravatá; pov. no de Alagoa de Báixo) — Nome duma planta polipodiácea — M. M.

SAMBACUY — (Log. no Mun. de Alagoa de Báixo) — Corr. *tambá-quib*, cisco de ôstras ou conchas; os montes de cascas de mexilhões, ou de conchas, vulgo sambaquis — A. C.



SANHARÓ — (Pov. no Mun. de Cimbres) — “Corr. *çó-haron*, que se traduz — bicho bravo. Nome applicado a uma qualidade de abêlhas silvestres e bravias. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

SAPÉ — (Outeiro ao norte da Barra das Jangadas) — “Corr. *eçapé*, o que allumia; graminea (*Saccharum sapé*) que servia para cobrir casas e fazêr fachos”. (B. C. 88) — A. C.

SAPOCAYA — (Log. no Mun. da Victória) — “Corr. *çapucaí*, subs., o grito, o clamôr; verbo, gritar, clamar; subs. o gallo ou a gallinha; corr. *yçapucaí*, o fructo conhecido por *sapucaia* (*Lecythis*) — (Th. S., 149) — A. C.

SAPOCAGY — (Riacho afl. do Ipojuca) — C. *çapocai-g-y*, rio das sapocâias — A. C.

SARARÁI — (Riacho no Mun. de Igarassú) — C. *çarará-y*, rio das maripôsas — A. C.

*Sarará* tem várias traduções, além da apontada por A. C.: é crêspo; rúivo; é nome dum pássaro; é nome dum pequeno caranguejo; é uma qualidade de formiga; é, finalmente, uma classificação de certa espécie de mulatos. Com esta última significação está a palavra incorporada ao português do Brasil — M. M.

SAUÉ — (Log. no Mun. de Amaragy) — Corr. *içau-e*, a formiga mestra diversa, a sauna de outra espécie — A. C.

SAUNA — (Log. no Mun. do Brejo) — Corr. *içá-una*, formiga prêta — A. C.

Literalmente: olhos pretos. Nome dum peixinho dâgua salgada — M. M.

SERINHAEM — (Rio, Mun. e cidade) — “Corr. *ciri-nhaem*, bacia, vaso dos siris, viveiro dos siris, corr. *ciri-nheem*, o siri rumoreja, onde os siris fazem rumôr” (Th. S., 150) — A. C.

Pelo expôsto, a graphia preferível é Sirinhaem — M. M.

SERAMBÍ — (Ponta no Mun. de Sirinhaem) — “Corr. *cerinambí*, o marisco, a ameôa” (Th. S., 150) — A. C.

Nova interpretação de Th. Sampaio: *cér-namby*, próprio de orelha. É a concha branca e bella de que os indios faziam ornatos, brincos — M. M.

SIBAUNA — (Log. no Mun. do Rio Formoso) — “É nome tupi corrupto e que toma diversas formas, como *Sibauma*, *Sebauma*, *Subauma*, *Sebauna*, *Sabauna*, todos corr. de *Tambá-una*, que quer dizer — concha prêta, espécie de marisco dâgua doce”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

SIBIRÓ — (Rio que atravessa os Muns. de Escada, Ipojuca e Sirinhaem) — Vide Cibiró — A. C.

SICOPEMA — (Eng. no Mun. do Cabo) — Vide Saco-pema — M. M.

SICUPIRA — (Pov. no Mun. de Jaboatão) — Nome duma árvore. Também pode sêr corr. de *sipó-kira*, o sipó vêrde — M. M.

SINIMBÚ — (Fazenda no Mun. de Aricuri) — É o nome do camaleão. Significa, literalmente, “o que emite scintillações” — M. M.

SIPÓ — (Várias serras, fazendas e engenhos) — Corr. *içá-pô*, o que enleia — M. M.

SIRÍ — (Riacho afl. do Tejucopapo) — “Corr. *ciri*, o que corre, o corredôr ou corredio” — (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

SIRIEMA — (Serra no Mun. de Aricuri) — Corr. *sariaam*, crista erguida. Nome da ave *micradactylus cristatus*. — M. M.

SIRIGÍ — (Riacho afl. do Tracunhaem) — Corr. *ciri-g-y*, rio dos siris — A. C.

SIRIJÓ — (Riacho no Mun. de Goyanna) — “Corr. *ciri-yó*, o que procede do siri, ou tirado do siri (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

SUAPE — (Riacho e barra no Mun. do Cabo) — Corr. *çoo-apé*, o caminho ou a verêda da caça — A. C.

Interpretação de Th. Sampáio: *sua-pe*, na face, na frente, no rôsto — M. M.

SUASSUARANA — (Fazenda no Mun. de Ingazeira) — Corr. *suassurana*, parecido com veado. Espécie de onça de pello pardo — M. M.

SUASSUNA — (Riacho afl. do Jaboatão) — Corr. *çoo-assû-una*, veado prêto — A. C.

SUEIRA — (Riacho no Mun. de Ipojuca) — “Parece corr. de *çoo-era*, animal extinto, carniça” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

SUPITANGA — (Riacho no Mun. de Itambé) — “Pode ser corr. de *çoo-pitanga*, bicho vermelho; como pode ser abreviação de *çoo-açupitanga*, alterado para *suassupitanga* e abreviado em *Supitanga*, que quer dizer — veado vermelho”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

SURUAJÚ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Corr. *çur-uã-yú*, espinho de talo saliente — A. C.

## T

TABATINGA — (Riacho afl. do Ipojuca) — “C. *tabatinga*, aldeia branca; corr. *tauá-tinga*, barro branco”. (Th. S., 115) — A. C.

TABAYACÚS — (Espiracellado no ancoradouro do Lamação) — Corr. *itá-baya-cú*, pedra dos baiacús — A. C.

TABAIRÉ — (Eng. no Mun. de Goyanna) — “Corr. *tabairèr*, pequena aldêa que foi, aldeasinha extinta — A. C.

Talvez seja corr. de *taba-ré*, morador de outra aldeia (Th. S., 112) — M. M.

TABAJARA — (Eng. no Mun. de Goyanna) — “Corr. *taba-yara*, os aldeões, os moradôres das aldêas, os senhores dos povoados” (Th. S., 131). Nome de uma nação indigena — A. C.

TABIRA — (Eng. no Mun. de Goyanna) — “Corr. *itabir*, penha empinada, ou erguida” (Th. S., 151) — A. C.

Tabira foi um grande chefe tabajara, guerreiro de valentia lendária, aliado dos portuguezes e convertido ao chistianismo. Talvez o nome não se tenha corripido: *ta-bira*, o tronco em pé — M. M.

TABOCAS — (Monte no Mun. da Victória) — “C. *ta-boc*, ou *ta-bog*, haste furada, tronco ôco, haste fendida, graminea conhecida (Th. S., 151) — A. C.

TACARATÚ — (Mun. e villa) — C. *itá-quar-atú*, a furna curta, a lapa de pouca profuudidade, a caverna superficial A. C.

TACAETÊ — (Serra e fazenda no Mun. de Bello Jardim) — Presta-se a máis de uma interpretação: *taca* (pe)— *eté*, pau verdadeiro. boa madeira; *itá-caetê*, a pedra do caetê (tribu que habitou Pernambuco) ou a pedra do cabôclo. Prefiro esta, porque o nome é originado de grande pedra com gravuras — M. M.

TACARUNA — (Cambôa no Mun. do Recife) — Ant. Itaquaruna. “Parece corrupção de *taca-r-una*, em que *tacã* é o nome *tacape*, que perdeu a última syllaba, ao entrar em composição, cacête, pau grôso de ponta romba como uma mão de pilão e que servia de arma de guerra. *Tacã-r-una*, neste caso, se traduz — o tacape nêgro, ou feito de madeira escura” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TACEBOCA — (Log. no Mun. de Goyanna) — “Parece corr. de *taçá-boca*, que se traduz — travessa fendida ou travessa ôca” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.



TACIS — (Recifes submersos ao sul da costa de Pernambuco) — Corr. *itá-acir*, pedra pontuda — A. C.

TAGUARY' — (Eng. no Mun. de Sirinhaem) — C. *taguá-r-y*, rio do tauá ou do barreiro — A. C.

TAIAPÚ — (Riacho afl. do Igarassú) — “Corr. de *tayá-ypú*, fonte dos tayás ou tayobas”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TAIPE — (Riacho afl. do Igarassú) — “Pode ser corr. de *ita-ipé*, em que *ipé* é uma contração de *i-peba*, traduzindo, neste caso, *itá-i-pé* por — pedra chata, recife” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TAIPÚ — (Riacho no Mun. de Bom Consêlho) — “Pode ser corr. de *itá-ypú*, que quer dizer fonte da pedra ou das pedras”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TAMANDARÉ — (Barra, ponta e pov. no Mun. de Rio Formoso) — “Corr. *tãmanduar-é*, o que se assemelha ao tamanduá, o que sobe ás árvores como o tamanduá, o que faz o papel do tamanduá; nome do Noé dos selvagens, na sua lenda do dilúvio” (Th. S., 151) — A. C.

Também pode sêr, e ainda segundo Th. Sampaio, *tamanda-ré*, depois da volta, em seguida ao rodeio. Baptista Caetano traduziu: *tab-moi-nda-ré*, aquelle que fundou pôvo; o repovoadôr da terra — M. M.

TAMANDUÁ — (Serra no Mun. de Nazareth; riacho no de Bom Conselho; fazenda no de Aricuri) — *Tá-mõduá*, o caçadôr de formigas. *Myrmecophaga jabata* — M. M.

TAMATÁ — (Riacho e serra no Mun. da Victória) — Nome duma espécie de peixe que resiste algum tempo fora d'água — M. M.

TAMATAUPE — (Eng. no Mun. de Nazareth) — “Parece corr. de *tambaetá-ú-ape*, em que *tambaetá* é o plural de *tambá*, significando conchas, mariscos; *ú*, comêr; *pé* é a posição equivalente á nossa preposição em. *Tambataupe* quer, pois, dizer, neste caso, — no comêr doş mariscos, isto é, onde se comem mariscos” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TAMBÉ — (Cidade e Mun. nos limites com a Parahiba) — *Tá-aimbé*, *també*, pedra que dá fogo; pederneira; sílex pyrómacho. Também e Pedras de Fogo formam um só núcleo de população, separado pela rodovia inter-estadual. Do lado de Pernambuco, o nome tupí; do lado da Parahiba, a tradução do mêsmo: villa das Pedras de Fôgo. A notar, ainda, que, na região, ha jazidas de pederneiras. Divirjo, assim, da graphia Itambé, e da interpretação dada á mêsmã — M. M.

TAMBIÁ — (Log. no Mun. do Recife) — Corr. *tambuá*, centopea, “piólho de cobra”, aliás *tã-bi-á*, o que tem pellos hirtos”. (B. C. 478) — A. C.

TAMOATÁ — (Riacho afl. do Tapacurá; logarejo no Mun. de Bom Jardim) — O mêsmo que Tamatá — M. M.

TAMUATÁ-MIRIM — (Riacho afl. do Tapacurá) — C. *tamoatá-mirim*, o tamboatá pequeno ou menor. — A. C.

TAÓ — (Logarejo no Mun. de São Lourenço) — *Taó*, formiga de grande tamanho — M. M.

TAPACURÁ — (Riacho no Mun. da Victória) — “*Tapacurá*, ligas, jarreteiras (B. C. 480); ant. *Tapacurai*, c. *tapacuray*, rio das ligas ou das jarreteiras — A. C.

Stradelli registou *tapacúra* — liga, atadura, que os indígenas do Amazonas usam abáixo dos joelhos, crentes de que isso lhes dá resistência para grandes caminhadas e os livra de cáimbras. — M. M.

TAPEPORUCÚ — (Serra no Mun. de Cimbres) — “Parece corr. de *itá-pipó-r-ucú*, que se traduz — pedras grossas separadas, ou distantes”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TAPERA — (Eng. no Mun. da Victória) — “Corr. *tabera*, aldeia extincta, ruina, povoação de outrora”. (Th. S., 152) — A. C.

TAPESSIRICA — (Riacho afl. do Ipojuca) — “É o mesmo que *itapecirica*, que quer dizêr lage escorregadia” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TAPESSOROCA — (Riacho no Mun. de Igarassú) — “Corr. *itapé-çoroca*, que quer dizer pedra rasgada, fendida” (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TAPICURÚ — (Serra no Mun. de Alagôa de Baixo; riacho, no de Bom Consêlho; fazenda, no de Pesqueira) — Corr. *itapé-curú*, lage áspera — Th. Sampáio apresenta outras hipótheses: *ta-pi-curú*, tronco de casca grossa; *ta-pi-curú*, indivíduo de pelle caroçuda; nome de uma espécie de pato bravo — M. M.

TAPINASSÚ — (Riacho afl. do Tracunhaem) — “Corr. *tapii-n-açú*, choça grande, rancho grande”. (Th. S., Ns. Ms.) — A. C.

TAPIREMA — (Pov. no Mun. de Goyanna) — “C. *tapir-eii*, a manada de antas; corr. *tapir-ema*, a anta fétida, ou ca-linguenta; corr. *tapireima*, falta de antas, lugar onde não há desses animaes”. (Th. S., 152) — A. C.

Vide minha nota sôbre a palavra Itapirema — M. M.

TAPIRUSSÚ — (Riacho afl. do Sirinhaem) — “C. *ta-*

*pir-uçú*, anta grande, vacca, boi, gado bovino". (B. C. 482) — A. C.

TAPOPIRUSSÓ — (Riacho afl. do Araripe) — C. *itá-po-pir-uçú*, grande pedra lascada ou fendida". — A. C.

TAPUAMA — (Eng. no Mun. de Gameleira) — Talvez corr. de *tapúirama*, a região dos tapúias — M. M.

TAPUGÍ — (Riacho afl. do Pirapama) — Corr. *tabó-g-y*, rio da raiz; corr. *itá-pu-g-y*, rio do toque de sino (?) — A. C.

TAPÛYA — (Eng. no Mun. de Amaragy) — Corr. *tapúy*, o bárbaro, o gentio — A. C.

Th. Sampáio interpretou: *Ta-epy-ia*, que H. Stradelli identifica com *taua-epy-ia*, traduzindo — fruto origem das tabas ou aldeias, isto é, originário das aldeias, e não inimigo, de referencia aos primitivos habitantes que, pela invasão dos tupis, se refugiaram nos sertões — M. M.

TAQUARA — (Riachos afl. do Ipojuca e do Una) — "C. *tã-quara*, haste furada, ou cheia de buracos". (Th. S., 152) — A. C.

TAQUARETINGA — (Mun. e villa) — C. *itá-quar-tinga*, buraco de pedra branca, furna ou lapa branca — A. C.

Divirjo da interpretação: E' *taquari-tinga*, o taquari branco, espécie de taboca fina, que avulta na serra, onde a cidade está situada. Portanto, a graphia é Taquaritinga e não Taquaretinga — M. M.

TAQUARI — (Riacho, engenhos, povoados, logarejos em diversos Municípios) — Nome duma espécie de taboca fina — M. M.

TARÁ — (Pov. no Mun. de Buique) — C. *tab-parab*, pelo vário; o que varia de pello, furta-côr; o cameleão — (B. C. 486) — A. C.

Para Stradelli, *tará* é uma ave pernalta, do Amazonas, espécie de Ibis — *Ceronticus excercus* — M. M.

TATINTIBA — (Riacho afl. do Capibaribe) — Corr. *ita-tin-tyba*, o pedregal branco, o montão de pedras brancas — A. C.

TATIUBA — "Parece corr. de *tati-yba*, alterado em *tati-úba*, significando — arvore de espigas, ou planta de espigas" (Th S., Ns. Ms.) — A. C.

TATÚ — (Povs. nos Muns. de Bezerros e de Canhotinho) — Mamífero dasypodidae. Literalmente, *ta-tú*, o casco grôso, a couraça — M. M.



TATUOCA — (Rio que despeja na barra de Suape) — C. *tatú-oca*, a casa ou refúgio dos tatús — M. M.

TAÚ — (Serra no Mun. de Belio Jardim) — *Taú*, fantasma — M. M.

TAUÁ — (Lug. no Mun. de Buique) — “Alt. *taguá*, contr. *itá-guaba*, pedra ou argilla de comêr; corr. *itá-guá*, pedra ou argilla variegada, de côres diversas. (Th. S., 151) — A. C.

TEITANDUBA — (Eng. no Mun. de Nazareth) — “Parece corr. de *itô-tâ-dyba*, em que *itatâ* quer dizêr pedra dura; *itata-dyba* quer dizêr — abundancia de pedras duras, pedregal rijo”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

TEGIPIÓ — (Riacho no Mun. do Recife) — “Parece alt. de *teju-piô*, corr. de *teyú-piog*, raiz de tejú — (T. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

TEJUCOPAPO — (Riacho afl. do Itapessoca) — “Corr. *tuyuc-paba*, lama espriada, lamaçal, lameiro”. (Th. S., 153) — A. C.

TEJUCUSSÚ — (Barreta formada pelo pontal ao sul do Rio Formoso) — Corr. *tuyuc-uçú*, lameiro grande, brejão — A. C.

TEMBY — (Riacho afl. do Capibaribe) — C. *tembé-y*, borda ou margem do rio — A. C.

Vide Timbí — M. M.

TIBYRI — (Eng. no Mun. de Barreiros) — C. *tyby-r-y*, rio das covas ou das sepulturas — A. C.

TIJUCO — (Riacho no Mun. de També) — *Ti-iuc*, água pôdre, charco — M. M.

TIMBAÚBA — (Mun. e cidade) — corr. *timbá-yba*, árvore muito branca, alvissima, árvore da familia das leguminosas — A. C.

Para Souza Docca é *timbó-ava*, enterolobium timbaúva Mart. É o conhecido tamboril — M. M.

TIMBÍ — (Riacho afl. do Capibaribe; engenho, no Mun. de São Lourenço) — Corr. *timbir*, a fibra — M. M.

TIMBÓ — (Riacho afl. do Una) — “S. a planta cujo suco mata o peixe, vara, vergóntea, cipó (Paulinia Pinnata, L.) (Th. S., 153) — A. C.

TIMBOASSÚ — (Pov. no Mun. de Ipojuca) — C. *timbó-açú*, timbó grande — A. C.

TIMBÚ — (Lug. no Mun. de Panellas) — “S., o furado do nariz”. (B. C., 518); nome de um marsúpio. — A. C.

TIORÉ — (Riacho afl. do Moxotó) — Talvez corr. de

*toré*, casta de nambús, ou *toré*, espécie de flauta indígena — M. M.

TIRACUÁ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Corr. de *taracuá*, espécie de formiga carnívora — M. M.

TIRIRÍ — (Eng. no Mun. do Cabo) — C. *tiriri-y*, água escassa, rio pequeno — A. C.

TIRIRICA — (Pov. no Mun. de Garanhuns) — Nome de uma trepadeira de fôlha e cáule cortantes. Literalmente, *tirica-lirica*, afasta-afasta. *Sceléria reflexa* — M. M.

TITARA — (Eng. no Mun. de Nazareth) — Nome de espinhosa palmeira — M. M.

TIUMA — (Pov. no Mun. de Itambé) — Corr. *tiuun*, líquido turvo, enxurro, enxurrada; rio sujo". (B. C. 350) — A. C.

Prefiro interpretar: *ti*, água, *uma*, planta, árvore; planta aquática — M. M.

TUBITINGA — (Riacho no Mun. de Goyanna) — C. *tobi-tinga*, o tobi branco; tobi é nome de um peixe — A. C.

TRACUNHAEM — (Rio e pov. no Mun. de Nazareth) — "Corr. *taracunhaem*, panella de formigas, formigueiro" (Th. S., 154) — A. C.

TRAIÉPE — (Riacho afl. do Capibaribe) — C. *ityra-eb*, monte ôco, vasio — A. C.

TRAIPIÚ — (Riacho que nasce em Pernambuco e termina em Alagôas) — Corr. *ityra-ypú*, ôlho d'água do monte, a fonte do môrro". (Th. S., 154) — A. C.

TRAIÍBAS — (Rio, que nasce na serra do Araripe) — Nome dum peixe fluvial — M. M.

TRAPIÁ — (Riacho afl. do Capibaribe) — Corr. *ityra-apiá*, monte manchado, pintado ou marcado — A. C.

*Tapiá*, o grão (testiculus). Nome, também de planta urticácea — M. M.

TUCURUBÁ — (Pov. na foz do Pajehú) — Corr. *tucur-ymbá*, fruta do gafanhôto, ou da formiga — A. C.

Prefiro *tucú* — *ibá*, árvore de fibra; a palmeira tucú — M. M.

TUPÁ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — *Tupá*, chefe, pái — M. M.

TURYASSÚ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — "C. *tury-açú*, rio grande das fogueiras". (Th. S., 155) — A. C.

Nova interpretação de Th. Sampáio: *tory-açú*, o facho grande, a fogueira ou incendio — M. M.

## U

UBÁ — (Eng. no Mun. de Goyanna) — “Corr. *ybá*, fructo; corr. *uybá*, a canna de flexa, ou caniço; a canôa de casca”. (Th. S., 156) — A. C.

UBACA — (Eng. no Mun. de Sirinhaem) — “Parece corr. de *y-bag*, que significa — a água que muda, que volta”. (Th. S., *Ns. Ms.*) — A. C.

UBAIA — (Logarêjo no Mun. do Recife) — Corr. *ibá-aiá*, fruíto ácido — M. M.

UBATUBA — (Eng. no Mun. de A'gua Prêta) — “Corr. *ybá-tyba*, canavial bravo, flexal, fructal”. (Th. S., 156) — A. C.

Nova hypóthese de Th. Sampaio: *ybá-tyba*, o sitio das canôas — M. M.

UBŪ — (Riacho que despeja na barra de Catuama) — “Corr. *yby*, a terra, o solo”. (Th. S., 156) — A. C.

UMARÍ — (Loc. no Mun. de Leopoldina) — Nome do fruíto da *umariba*, umarizeiro. A árvore é a leguminosa *geoffoya spinosa* Linn., de cujos ólhos verte líquido e a que Fernão Cardim dedicou um capítulo intitulado “Da árvore que tem água”. Também é conhecida como *marí*. Th. Sampaio interpretou *i-mbo-ri-i*, árvore que faz que verta água — M. M.

UMARY — (Eng. no Mun. de Gameleira) — Corr. *cumbari*, que vide — A. C.

Creio que se trata do mêsmo topónimo antecedente — M. M.

UMÁS — (Serra no Mun. de Floresta) — Nome duma tribo da nação kiriri. Si fôr tupi, será *umã*, velho, ou *uimã*, feixe de flexas — M. M.

UMBŪ — (Eng. no Mun. de Nazareth) — “O fructo também conhecido por imbú (*Spondias tuberosa* Arruda) — Th. S., 156) — A. C.

UMBURANA — (Pov. no Mun. de S. José do Egypto e no de Caruarú) — *Umbú-rana*, semelhante a umbú. *The-rebintácea*. — M. M.

UNA — (Rio) — Ant. *Iuna*, c. *y-una*, rio prêto — A. C.

URUAHÉ — (Eng. no Mun. de Goyanna) — C. *uru-ae*, o cêsto differente, de outra forma — A. C.

Penso que dêve de sêr *uruá* (gasteropode), é, differente, diverso; *uruá* differente do commum. Não há justificativa para a graphia *Uruahé* — M. M.

URUBÁ — (Serra no Mun. de Cimbres) — Corr. *urú-ybá*,



fructa dos urú; onomatopáico de várias perdizes pequenas — A. C.

Vide Ararobá, nome por que é a serra máis conhecido — M. M.

URUBÚ — (Riachos afls. do Capibaribe e do Tabocas) — “Corr. *urú-bú*, a gallinha prêta, a ave nêgra”. — (Th. S., 156) — A. C.

URUÇÚ — (Serra no Mun. de Gravatá) — Corr. *eiruçu*, abêlha grande, de côr avermelhada e que não morde” — (Th. S., 157) — A. C.

URUPEMA — (Riachos, um afl. do Capibaribe, outro do Sirinhaem) — *Urú*, cêsto, *pema*, chato — M. M.

UTINGA — (Riacho afl. do Igarassú) — “Corr. *y-tin-ga*, água branca” — (Th. S., 157) — A. C.

## X

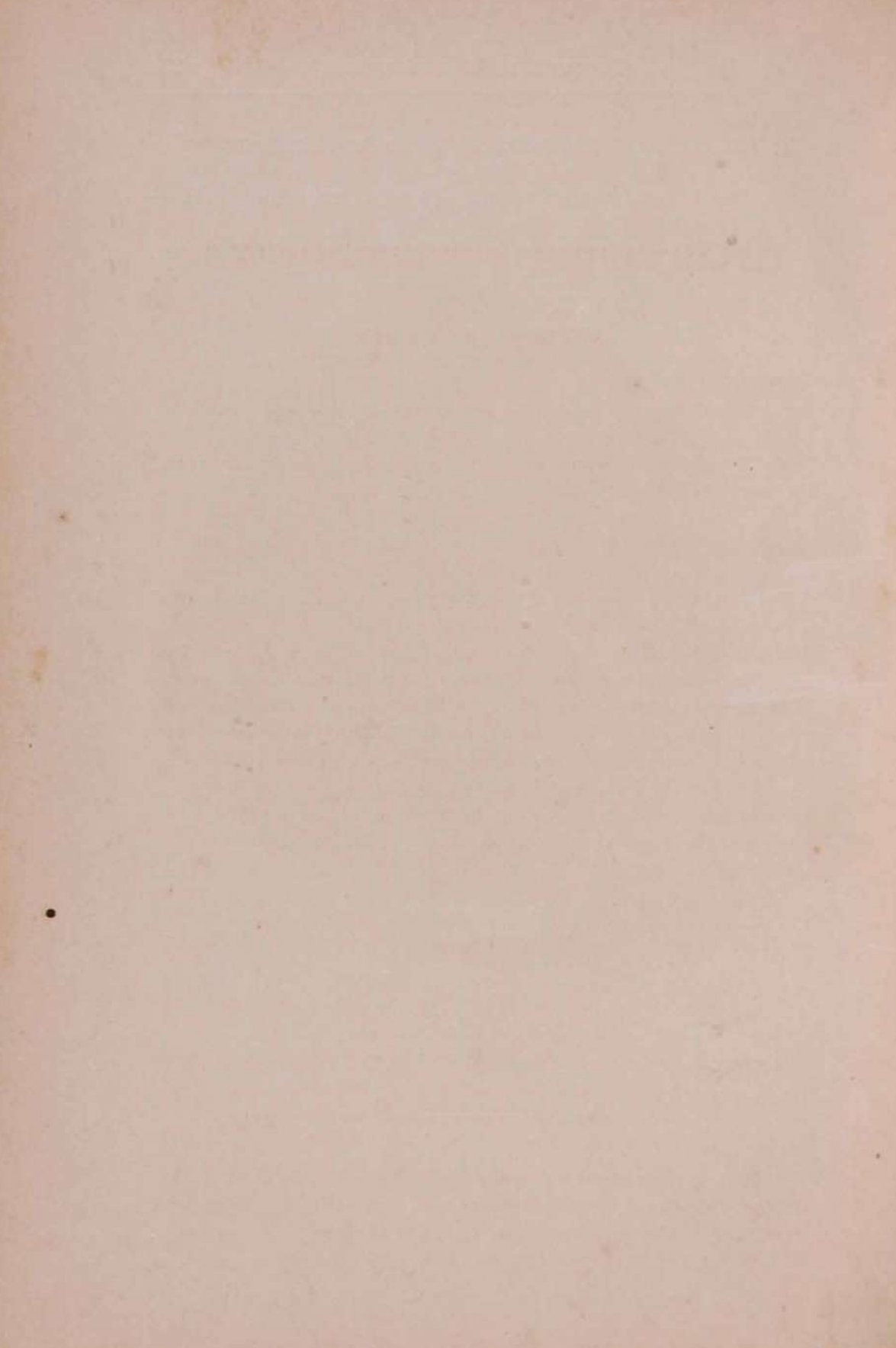
XAREU — (Loc. na ilha de Fernando de Noronha) — Nome vulgar de peixe marítimo — M. M.

XEXEU — (Pov. no Mun. de Água Prêta) — Nome vulgar dum pássaro canoro, *cassicus persicus* — M. M.

XIXÁ — (Eng. no Mun. de Igarassú) — Talvez corr. *chê* ou *xê-eçá*, olhos de mim; meus olhos — M. M.

## Z

ZABELÊ — (Eng. no Mun. de Timbaúba) — “Corr. *çaberê* ou *eçaperê*, c. *eça-pererê*, olhos encascados, ou cheios de caspas; nome uma ave gallinácea, espécie de perdiz de pernas amarellas (*Crypturus noctivagus*)” (Th. S., 161) — A. C.



# Archeologia pernambucana

## A PEDRA DO NAVIO

Quem desce, em desfiladeiros abruptos, a escarpa occidental da Serra de Garanhuns, em breve attinge á orla do deserto. A' flora viridente da matta succede, numa mutação brusca, a vegetação cahotica do sertão.

Elerda o caminheiro o avanço torturante no areial combusto; offusca-lhe o reverbero dos quartizitos lampejantes; exita-lhe o martyrio da canicula e atormenta-o a agressão selvatica dos cardos. Antolha-se-lhe, em breve, uma visão inesperada. Um horizonte baixo e monotono. O olhar fatiga-se na contemplação de um areial infindo, inhospito e deserto. Leito detritico de um mar geologico que, em milenios idos, titulara, ali, as vagas altaneiras, solapando em "falaises" a aba das serranias, e de que, agora lhe attestam a memoria os detritos de sua fauna fossilisada, nas depressões do granito.

Nesta miragem retrospectiva, aviva-se a imaginação num detalhe inesperado: uma nave de granito, desarvorada, em evidente encalhe e posta a secco, num preamar que se eternisa.

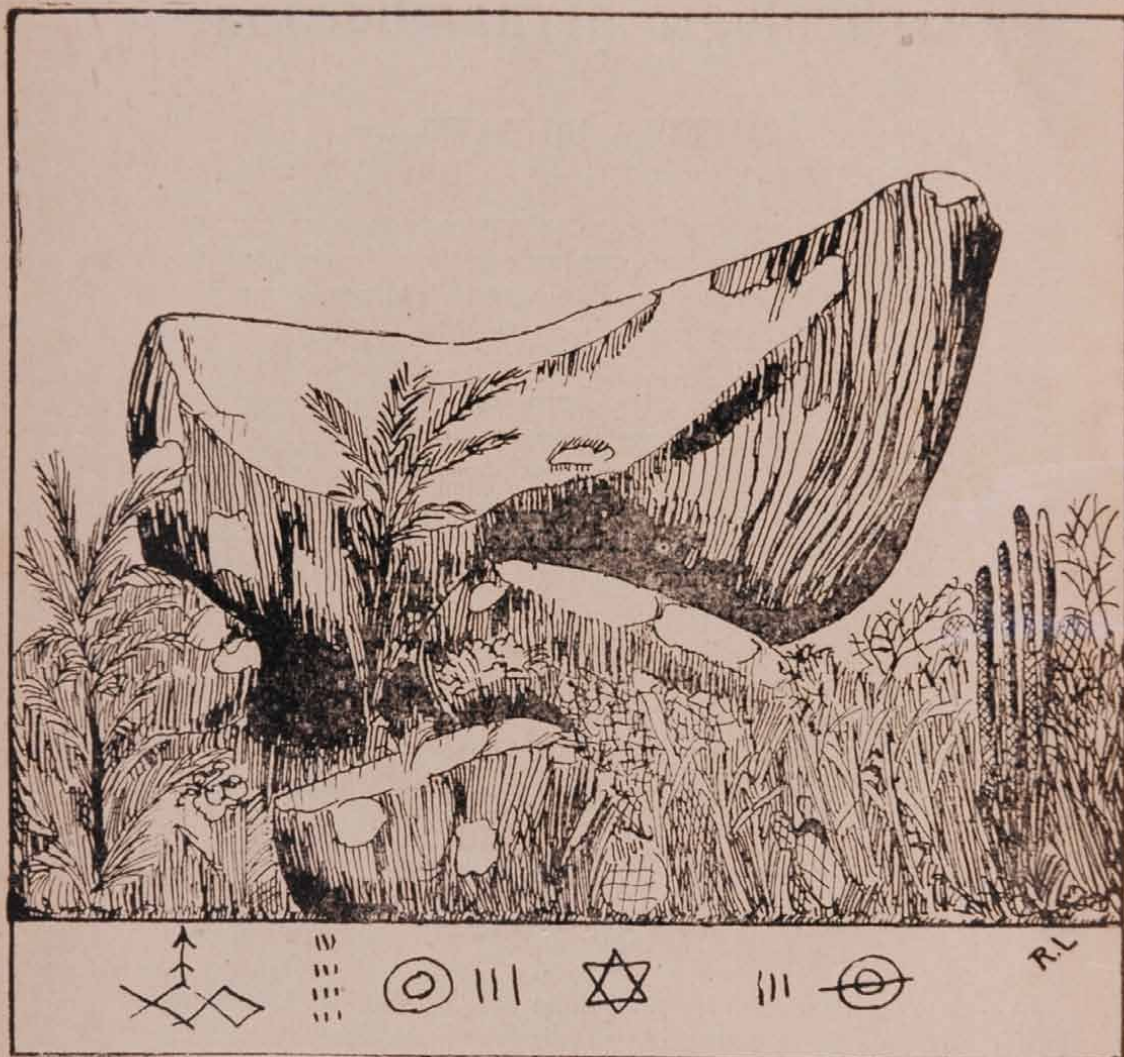
E' a Pedra do Navio.

A Pedra do Navio é uma mole de granito, de character erratico, polida e esboroada pela acção lenta das aguas, num esquisito perfil de velho galeão desarvorado. Admira-se a perfeição caprichosa de suas linhas de prôa e quilha e o realismo do seu encalhe no affloramento de pegmatito, emergente, insolito, no estendal de areia.

Aquelle rochedo extranho, contrastando com a monotonia selvatica da paysagem, enche a imaginação do sertanejo bronco, attribuindo-o ao labor do velho hollandez, numa obstinação que se perpetua em gerações successivas.



Enigmáticas inscripções, feitas a limonito, toscas, desordenadas, communissimas nos sertões e, possivelmente, o indice de fontes de agua dos antigos povoadores, mais con-



A Pedra do Navio

corre para que a gente da ribeira viva num sonhar perenne com o fabuloso arcano de pedrarias e oiro que o batavo tivesse, avaramente, accumulado no arcabouço do navio phantasma.

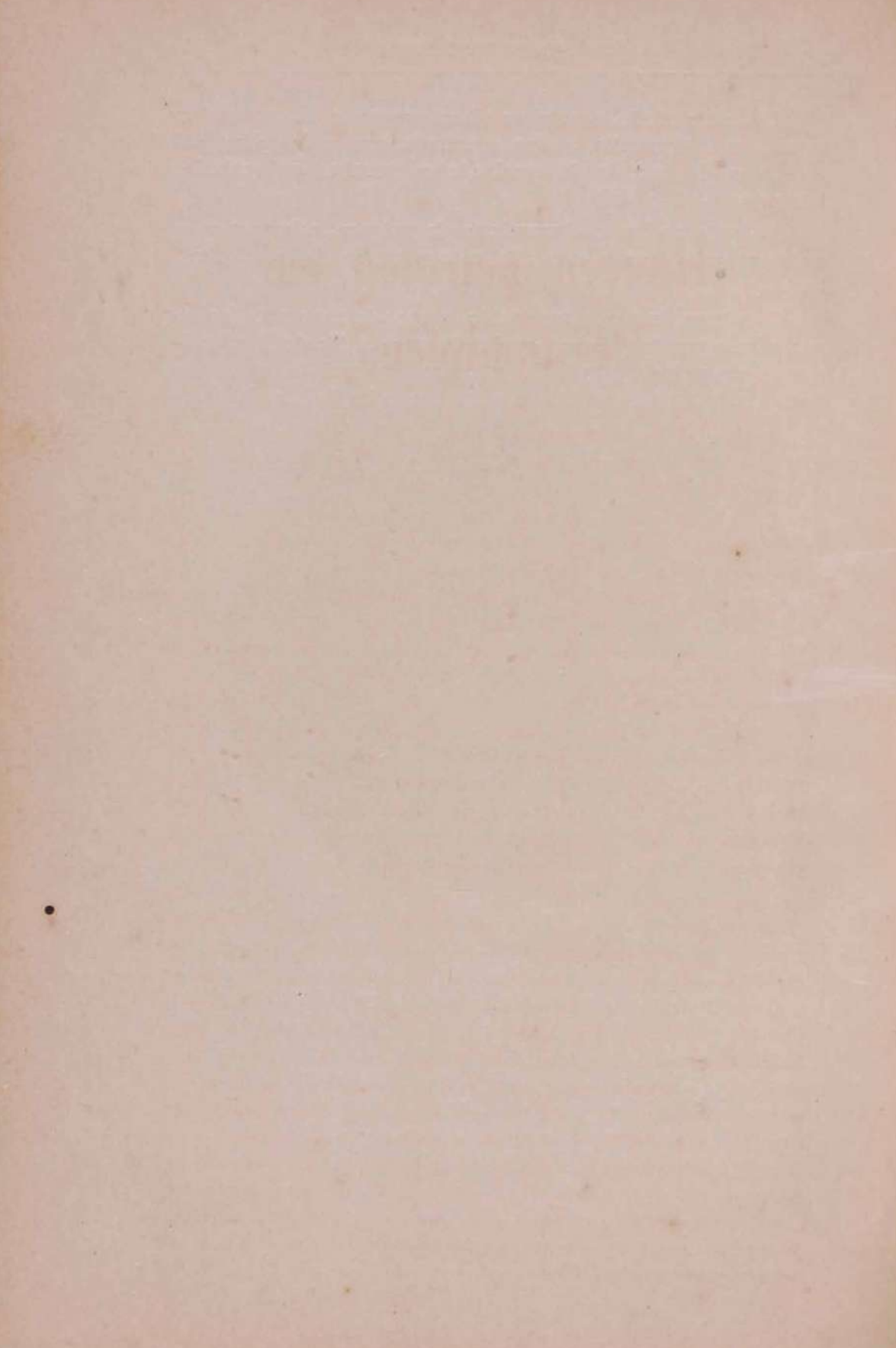
Um mais afoito, crente na phantasmagoria de um sonho, arremeteu, a dynamite, contra aquella incognita de pedra, na esperanza de encontra-la escalvada e prenhe do cabedal lendario.

Cedeu a rocha ao dynamismo da polvora, esboroou-se a prôa em estilhaços e com ella as esperanças dessa eventura louca.

O enigma de pedra, acrescido, agora, de mais esta legenda, permanece inabalavel, aprôando para a Fonte de Serriha, oasis unico naquelle Sahara, qual phanal e guia do rude caminheiro, martyrisado pelo latego impiedoso da canicula...

RUBER VAN DER LINDER

---





# Haverá petroleo em Pernambuco ?

Em 1922, mais ou menos, o sr. A. M. Tavez publicou na *Brasilian Business* um estudo sobre a possibilidade da Brasil possuir o petroleo. Escreveu o seguinte:

“A constituição geologica da maior parte da America do Sul parece ser de uma camada argilosa dos periodos devoniano, carbonifero, permiano, mesazoico e terciario. Rochas, de origem ignea, umas antigas, outras comparativamente recentes, formam uma parte relativamente pequena do territorio sul-americano, com especialidade no Brasil. Na maioria das bacias permianas e carbonificas brasileiras que se estendem do nordeste para o sudoeste dos Estados do Maranhão e Piauhy, até o Rio Grande do Sul, os sedimentos parecem ter-se depositado em grande quantidade. Traçando-se uma linha recta entre as cidades de S. Luiz do Maranhão e Porto Alegre, essa linha dividirá, sobre o mappa, uma vasta zona de strata triassica, permiana superior, permiana inferior e, em extensão pouco menor de strata carbonifera e devoniana.

Sendo essas camadas geologicas aquellas em que com mais probabilidade se consegue chegar a descoberta de petroleo é de crer que será ao longo dessa zona que serão encontrados no Brasil reservatorios de oleo em quantidade negociavel. Essa zona abrange parte dos Estados do Maranhão, Piauhy, Bahia, Goyaz, Minas Geraes, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, não lhe faltando indicios da existencia de petroleo, o que igualmente ocorre com as caracteristicos dos depositos de carvão de pedra brasileiros. Grandes accumulos de schisto, contendo oleo, existem nas camadas permianas e triassicas do sul do Brasil, onde se encontram outros indicios da existencia de petroleo, como seepages e a descoberta de areias petroliferas, ao cavarem-se poços. Diversos productos de petroleo oxydado, como o albertine, parecem ser encontrados nos Estados de Goyaz e Pa-

raná, assim como abundam asphaltos em muitas localidades do sul do Estado da Bahia e no município de S. Pedro, no Estado de S. Paulo...

Nessa mesma localidade, um terreno verde, avenaceo, impregnado de petroleo, revelando a agua dos poços superficialmente cavados, uma exuma característica de oleo, cheirando fortemente a petroleo..."

Actualmente está provado que existe petroleo em Rio Doce, etc., em Alagoas. Traçando-se uma linha recta partindo dos arredores de Maceio para Açã ou para Entremós, no Rio Grande do Norte, os municípios pernambucanos de Agua Preta, Palmares, Escada, Cabo, ficarão nesta linha. Elles podem conter schistos betuminosos e petroleo. Em 1922, em Sergipe, no decorrer das excavações para o assentamento das bases da nova machina da Fabrica de Tecidos Confiança, deparou-se na superficie das aguas um liquido negro ou pardo, ligeiramente limpido e de aspecto e cheiro variavel. Desconfiaram que fosse o petroleo bruto. A analyse chimica revelou a existencia de petroleo. E' possivel que a uma certa profundidade dos mangues e varzeas do Cabo, Ipojuca, etc. se encontre o petroleo. No Chaco paraguayano foi encontrado em terrenos alagadiços.

Tenho visto em aguas de um engenho em Goyanna, uma nata ou substancia espessa, liquida, entre negro e pardo e igualmente em ribanceira de riacho. Não sei o que significa. Muitas pessoas devem ter notado mesmo em varias localidades. Conheço um pequeno terreno esteril, de cor verde, arenoso.

Pode haver schistos betuminosos em Pernambuco. São indícios de petroleo: enxofre, betume, areias petroliferas, rocha-capã impermeavel, schistos arenosos, e schistos betuminosos, gredas porosas, rochas sedimentares; formações carboniferas, jurassicas, cretaceas e terciarias superiores nas grandes planicies e costas. Pernambuco possui estes sub-solos. Fallam-nos poderosas sondas. Calculam existir nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe 35 campos petroliferos, representando uma superficie de 25.000 kilometros quadrados. Riacho Doce dista uns 15 kilometros a nordeste de Maceió e a zona petrolifera se estende até Garça Porto, com uma superficie de 400.000 metros quadrados, n'uma posição inclinada de leste para oeste. A de Marros dista 72 kilometros (cerca de 12 leguas), de Maceió.

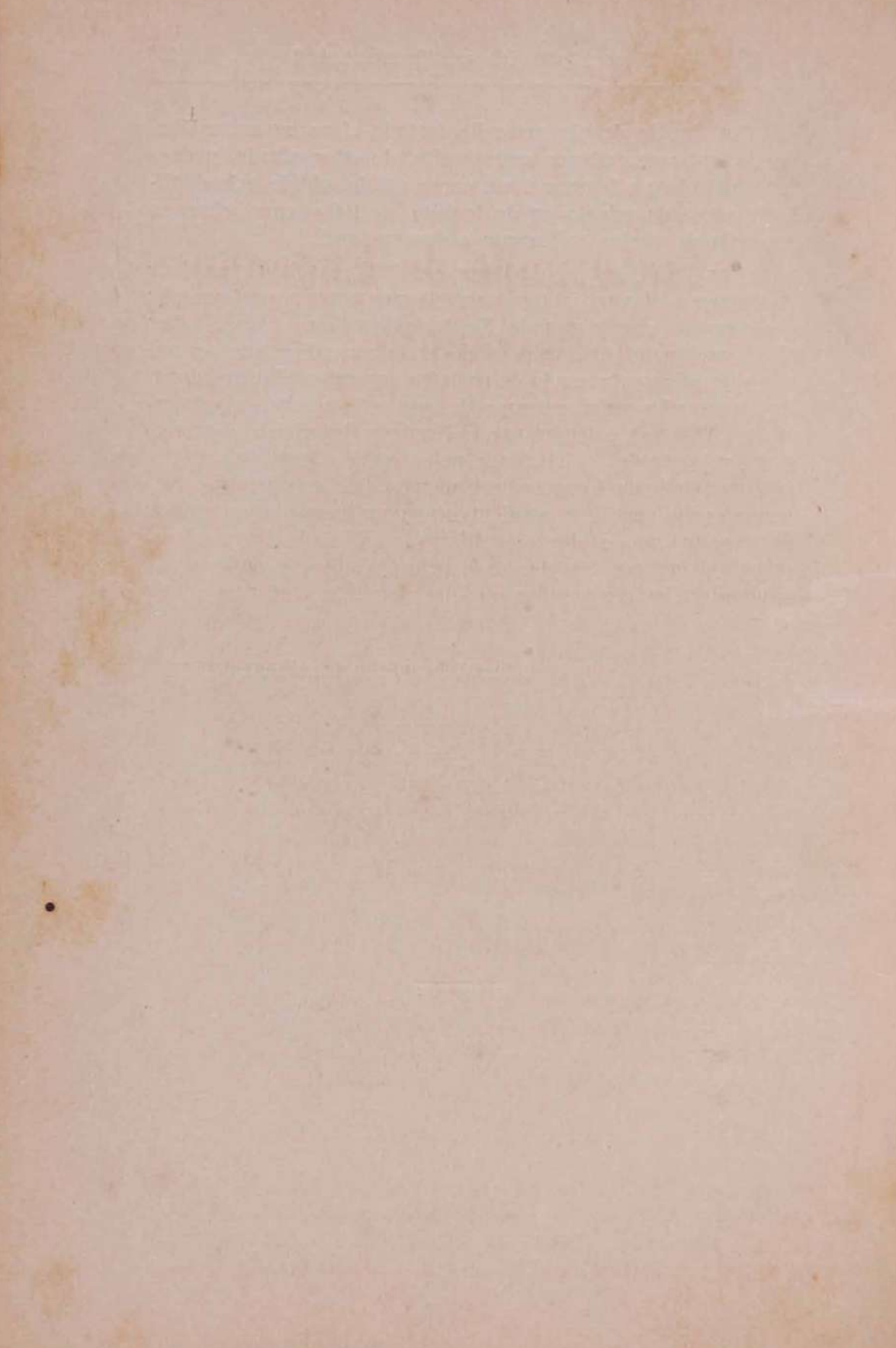
Um liquido de côr amarello furtado claro ou avermelhado escuro, com reflexos esverdeados, de odor alhado, poderá ser o petróleo; o betume é um corpo solido, obtido pela distillação sêcca de schisto ou do lenhito, a 100.º com chamma amarella de cheiro suffocante e desagradavel.

O sr. José Gustavo de Lima, em 1925 se achou na cidade de Tampico, Mexico. Notou a semelhança entre a configuração geologica da região e a do Nordeste brasileiro. Disse elle: "Uma região torrida, coberta de areia movediça que ao menor sopro do vento, muda de posição; arvores rachiticas, doentes, reseccadas pelo mormaço de que está prenhe a atmosphera. Veiu-nos á lembrança o Nordeste brasileiro, descripto com tanta vividez e felicidade pelo saudoso Domingos Olympio, no seu bello livro **Luzia-Homem...**" E' preciso que pernambucanos energicos sondem os nossos campos, no sentido de descobrirem jazidas petroliferas e o Estado desenvolver-se pelas riquezas descobertas e pelo trabalho de milhares de habitantes das companhias que dia e noite explorarem o subsolo.

José Theophilo de Albuquerque

---





# A casa grande do Engenho Morenos

## VELHAS EGREJAS E VELHOS ENGENHOS

Velhas igrejas jesuíticas, velhos ambientes vestidos de azulejo, carregados de ouro... Velhos engenhos pensativos, sujos telheiros acaçapados sob que rodaram almanjarras e rodas d'agua... Eu não sei de assumpto de mais interesse para um jornal de domingo. Um dia feito para a bôa modorra da rêde ou da preguiçosa. E para uma outra leitura repouzante Bem fóra da lenga-lenga politica da semana. Das malcreações dos partidos. Da rhetorica massadora dos deputados...

## SGERE O QUE FALLO HOJE

Eu fallei um destes domingos sobre a igreja de Nossa Senhora da Luz. Fallo hoje sobre o engenho Morenos. Sobre um dos seus detalhes mais curiosos e mais encantadores: a sua casa grande. Que, de casa grande, afinal de contas, só tem mesmo o tamanho...

## CASA GRANDE

A casa grande tem uma physionomia matriarchal. Um bom ar acolhedor. E' geralmente tocada duma certa alegria ingenua. E offerece a quem passa ao sol a sombra preciosa do vasto alpendre montado sobre pilares caiados. Ella...

## CASA DE BARÃO

O Barão de Morenos fel-a diferente. Fel-a casa de barão. Extensa faixa branca rasgada de janellas. Dois andares. Sobrado aristocratico. A' vista de cuja enorme fachada procuram os olhos, instinctivamente, sobre a larga porta central, a rica

pedra das armas. Uma coisa lamentavelmente esquecida pelo velho Barão...

#### POR DENTRO

Mas por fóra. Só por fóra. Por dentro...

Outra casa. A verdadeira casa grande. Somente um pouco menos expansiva. Um pouco mais retrahida. Mais quieta. Ambiente menos para cavacos intimos e gargalhadas estrepidosas do que para recordações socegadas.

#### A SALA DE JANTAR

Dessa atmospheria de recato tira-se a sala de jantar.

Ampla illuminada, simples é a nota cantante da casa. Tem muito de gaiola de canario. Recebe-nos rindo alto. Parece que perguntando pela nossa familia. Fazendo-nos intima. Pondo-nos á vontade.

Não foi de certo feita para a cerimonia do banquete. Mas para a grande alegria ruidosa do brodio dos anniversarios da familia. Com muito viva enthusiastico e muita deliciosa travessa de arroz doce...

#### A BIBLIOTHECA

Na casa dos livros. á vista das encadernações douradas, um tanto severas, volta muito naturalmente o recato.

Bonito aposento.

A' direita de quem entra, a grande mesa de trabalho, pesada e custosa. A' esquerda, jacarandás talhados, envernizados em dois tons, parece que segundo o gosto do tempo em que foram feitos. Ao fundo, as estantes.

Foi onde eu quiz recordar, na tarde da minha visita. Onde o dr. Antonio de Souza Leão fallou-me dos Souzas Leões. E leu-me trechos da genealogia da casa illustre que, com a veneranda figura de Domingos de Souza Leão, nos trouxe de Portugal as quinas da realza metropolitana e os bravos leões rompentes de goles... Infelizmente muito pouco sobre o Barão de Morenos. Apenas isto:

Antonio de Souza Leão, Barão de Morenos, Dignitario da Ordem da Rosa, Commendador da de Christo; foi eleitor. 1.º Juiz de Paz e quando se creou o Municipio de Jabotão, Presidente da Camara Municipal, fornecendo á sua custa todos os moveis e mais objectos necessarios á



instalação do município; por ocasião da visita de Ss. M. M. I. I. a esta provincia, em 1859, foi um dos membros da comissão nomeada para tratar da recepção dos mesmos na cidade do Recife, e teve a honra de hospedá-los em seu engenho Morenos com grande esplendor; senhor dos engenhos Morenos, Catende, Chichaim, Viagens, Pitimbu', Carnijo, Eom Dia, Brejo, em Jaboatão; casado em primeiras nupcias com sua prima Maria Leopoldina de Souza Leão, filha do Coronel Francisco Antonio de Souza Leão e sua mulher Maria da Penha Pereira da Silva, não teve filhos desse matrimonio; e em segundas nupcias com Maria Amelia de Souza Leão, Baroneza de Morenos, filha do Capitão Francisco de Pinho Borges e sua mulher Thomazia Firmina de Pinho Borges, teve sete filhos...

Doces momentos evocativos os dessa leitura. Em que se levantaram grandes senhores de engenho, mandando. E desfilarão gordos **balões** tufados. E alvejaram perucas. E reviveram fortes figuras de capitães mores. E passaram bravos tenentes idealistas defendendo bandeiras gloriosas em batalhas renhidas...

### O SALÃO DE VISITAS

Enorme. Mais retrahido do que todo o resto da casa. Quasi solenne.

Consolos. Castiças. Lanternas. Retratos. Grandes retratos de familia.

Dois delles chamam logo a attenção: o do Barão e o da Earoneza.

Muita segurança de desenho. Muita capacidade interpretativa. Muito genio. Prendem-nos longo tempo. Fazem-nos pensar. Ajudam-nos na comprehensão das duas figuras que representam.

Quem os assigna?

Um, Aurelio Figueredo. Um, desconhecido. Um, sem nome.

Mas que somente por esses trabalhos pagaria a pena da busca cuidadosa pelo que ha de catalogado ou escripto da historia da pintura pernambucana.

### MOGNOS AMERICANOS

Esses mognos americanos, para acabar. E para, no caso, defender o quasi sempre deprimente qualificativo **americano**.

Tem muito de alguns dos nossos jacarandás mais garri-

---

dos. São adoráveis como conforto e como peças decorativas. E são, nobres marquezas e altos cadeirões de fina talha, o encanto maior, talvez, nos olhos de quem corre o salão.

Quando, em 1882, Wilde visitou os Estados Unidos, horripou-se. Horripou-se das cidades, das casas, da indumentaria, dos moveis dos americanos. Disse-o, mesmo, varias vezes, com uma forte dose de azeda sinceridade, aos proprios americanos. Mas eu estou certo que não foram escriptas para mognos venerandos como os da casa grande do engenho Morenos as duras palavras de "meaningless machine-made furniture, generally of rosewood which creaked dismally under the weight of the ubiquitous interviewer".

Raymundo Paes Barrêto.

---

# Em romaria ao passado

Uma comissão do Instituto archeologico visita alguns pontos  
historicos do sul do Estado, particularmente  
Rio Formoso e Tamandaré

Transcrevemos do Diario de Pernambuco de 27 de dezembro de 1927 as linhas abaixo, publicadas com o titulo e o substitulo acima:

A fim de estudar *in loco* o meio pratico de ser lembrado aos vindouros o ponto em que existiu o reducto do Rio Formoso, cuja resistencia épica na guerra hollandesa constitue o padrão de maior orgulho de nossa historia guerreira, o Instituto archeologico delegou representação aos seus associados srs. Othon L. Bezerra de Mello, Samuel Campello e Mario Melo.

Combinada a excursão para a sexta-feira da semana ultima, os amantes de nossas cousas do passado sahiram daqui de automovel ás primeiras horas do dia e rumaram pela estrada principal do Recife a Palmares.

Com 55 kilometros de percurso, deparou-se-lhes, á direita, num alto, vasto edificio colonial ligado a uma egrejinha.

Resolveram visita-la e fizeram um pequeno estagio. Era o antigo

## ENGENHO NOVA NORUEGA

Pedida a necessaria licença para a visita á egrejinha, appareceu-lhes o sr. Alfredo Machado Cavalcanti que, antes de investigar sobre a identidade dos excursionistas, se promptificou, elle proprio, a abrir a capella.

Inquerido sobre si ali não existia alguma inscripção, alguma data, mostrou-lhes um grande sino de bronze, em que se lê, em alto relêvo, uma dadiva do capitão-mór Manoel Thomé de Jesus, em 1853. De um lado, o tumulo deste, com outra data — 1856, e do outro o tumulo do barão de Jundiá — 1389.



Este devera ter sido successor daquelle, mas a casa, solar da velha fidalguia pernambucana, provem, naturalmente, do periodo colonial.

O sr. Machado Cavalcanti levou-os á sacristia da igreja e ahi encontraram os excursionistas grande copia de material capaz de enriquecer um museu de antiguidades.

Convidados para uma visita ao velho solar do barão de Jundiá, os excursionistas ficaram deslumbrados com o que ali ainda resta do mobiliario antigo, de objectos de uso, de retratos, tendo-se a verdadeira impressão de estar numa casa de engenho das de que nos falam as chronicas em referencia áquelles que se tratavam á lei da fidalguia. E honrando essa tradição, o sr. Machado Cavalcanti, tambem representante dessa fidalguia dos nossos senhores de engenho, porque filho do grande Ambrosio Machado, cumulou os excursionistas de gentilezas, insistindo para que demorassem para o almoço, no que não pôde ser attendido, por alterar profundamente o programma.

Proseguindo na viagem, o automovel continuou a rodar pela estrada geral até as proximidades do rio Serinhãem, onde enveredou pela estrada que vae a Cucahú e dahi, feito ligeiro descanço no barracão, onde foram obsequiados pelo sr. Mattos, administrador deste, proseguiram para

## RIO FORMOSO

em cuja cidade entraram, pela parte occidental, ás 16 horas.

Rio Formoso, em conjuncto, dá a ideia de uma opulencia extincta.

Aquí e ali as ruínas de uma grande casa de alvenaria, cujas parêdes da frente resistiram ao tempo. No lugar desta, em substituição, um mucambo. Na rua principal, alguns edificios imponentes, seculares, e junto a estes construcções pobres, sem gosto. A ideia perfeita de uma grandesa que se extinguiu. Absoluta falta de vida, de movimento.

Para o sr. Mario Melo, a causa dessa decadencia foi a mesma que affectou Igarassú e que quase levava Goyanna á ruína: o facto da estrada de ferro ter cortado outra zona, formando em seus pontos de parada novos nucleos que iam sugando a seiva das velhas cidades de communicacão difficil com a capital. Para o sr. Bezerra de Mello, foram as usinas que mataram essas cãmadas, porque descaracterizaram a vida dos engenhos e se constituiram, ao mesmo tempo em nucleos

de industria e de commercio, com seus barracões de grandes sortimentos.

Para o sr. Samuel Campello, a decadencia de Rio Formoso proveio desses dois motivos; a estrada de ferro de um lado, a tirar-lhe a importancia, as usinas do outro.

Muito pitoresca, em Rio Formoso, a localização da igreja matriz, como duas imponentes palmeiras imperiaes, que lhe montam guarda.

Ainda existem vestigios do engenho Rio Formoso, em cuja area foi edificada a cidade, engenho anterior á occupação hollandesa, mais tarde propriedade de hollandês Roeland Carpentier, que os rioformosenses, de papel de tanto relevo na guerra da libertação, enforcaram em 1646, com todos os seus moradores.

A' entrada da cidade, esperava os excursionistas o sr. José Accioly, prefeito do municipio, que acolheu com toda a fidalguia os hospedes no proprio paço municipal.

Prevenido da viagem, o sr. Accioly providenciara sobre tudo, com uma solicitude pouco commum.

A visita ao reduto dependia da maré. Não era possivel faze-la naquella tarde. Os excursionistas, em companhia do prefeito, fizeram um passeio pela cidade e ahí pernoitaram.

Mal clareou o sabbado, sahiram todos para o porto, com destino ao local do reduto, numa das

### MARGENS DO RIO FORMOSO

Aguardava-os, no porto, uma canôa, que, a remo, tomou a direcção da embocadura.

Verdadeiramente apropriado o qualificativo de "formoso", que ao rio deram. Da cidade ao oceano, influenciado pela maré, vai-se alargando pouco a pouco por entre uma orla de outeiros, numa distancia de cerca de vinte kilometros. A comparação seria exagerada, mas ha qualquer cousa que faz recordar a belleza da Guanabara. A embocadura do rio defendida no sentido da largura por uma orla de recifes, tem proporções para um grande pôrto, melhor do que o nosso e, na extensão de suas margens, para uma cidade ainda maior do que a nossa capital.

Depois de uma hora de navegação, tempo que se escoara sem que o percebessem, devido ao magestoso espectaculo daquella formosa natureza, os excursionistas, que de longe já divisavam um ponto branco num outeiro da margem meridio-

nal. aportaram ao pé de um môrro em cujo cimo se erguera outrora

### O REDUTO,

hoje assinalado por modesto monumento de alvenaria que termina por uma cruz latina e tem feição funebre.

De accesso impossivel pelo leste e pelo norte, devido á forma alcantilada, o outeiro parece prolongamento de uma serra que ao sul tem á direcção O-L e á qual está ligada por uma estreita nesga de terra. Escalaram-no pelo sudoeste, apezar de muito ingreme, nesse ponto, de antemão preparado para a subida.

Invejavel situação a que escolheram os nossos antigos para atalaia e para defesa. Do môrro se decortina o oceano e todo o rio é por elle dominado.

Com religioso respeito á memoria dos seus defensores, reconstituíram os excursionistas o episodio épico de 7 de fevereiro de 1633:

Em frente ao reduto, quinze lanchas e dez navios, ao mando de Sigismundo van Skopde, entrados sorrateiramente pela madrugada, peçados com tresentos holandêses; á retaguarda, isto é, ao sul, um batalhão de tresentos flamengos dirigidos pelo transfuga Calabar, que se bandeara para os invasores; ao centro vinte homens apenas com duas peças de artilharia, commandados por Pedro de Albuquerque.

Os assaltantes fazem signal aos sitiados para que se rendam ante a superioridade numerica. Pedro de Albuquerque responde-lhes mandando romper fôgo.

Tres assaltos repelidos; oitenta inimigos fóra de combate. Inicia-se o quarto assalto. O fortim cala-se. Os holandêses temem uma cilada e escalam o reduto com cautelas. Ao penetrarem no fortim, abysmam-se com o inacreditavel heroismo: o capitão ensanguentado, inerte, arquejante, sobre desenove cadáveres dos seus vinte commandados. Apenas um escapara com vida, porque tivera ordem de relatar o feito ao governador da capitania e, embora ferido, illudira os sitiantes, atravessando o rio a nado! (\*)

---

(\*) Netcher, historiador holandês, portanto insuspeito, relata o episodio com as seguintes palavras:

“Esse forte tinha duas peças e por guarnição vinte homens, sob o commando de Pedro de Albuquerque. Nunca sol-



Discutidos e acertados os planos para os dizeres e a colocação das placas commemorativas desse feito, os excursionistas regressaram a canôa até o sitio da Pedra, tomaram cavallos e dirigiram-se para a usina Porto Alegre, de propriedade do prefeito sr. José Accioly, distante cerca de tres leguas.

Em companhia deste, que os aguardava, tomaram o automovel. rumo a

### TAMANDARÉ

Aproveitaram os excursionistas a circumstancia da proximidade e as facilidades da occasião para prolongar o passeio até Tamandaré, onde tambem existe um baluarte que o tempo está acabando de reduzir á situação do forte do Buraco e em cuja ensejada, em 1645, se deu um combate naval entre a esquadra do almirante Paiva e a do almirante Lichtart,

Recebidos gentilmente pelo dr. Olivio Montenegro, director do patronato João Coimbra — instituição em bôa hora creada pelo governo federal e de tão grande proveito — dirigiram-se para a velha fortaleza, onde ainda restam de pé algumas balaustradas, sobre uma das quaes, se ergue o farol.

Sobre o portão do baluarte ha uma data avivada — 1691 — ao lado de symbolos mal feitos de guerra,, verdadeiros monstrenhos de ornamentação heraldica, e entre estes uma bandeira do Brasil republica, o que demonstra ter sido cousa recente.

Essa data de 1691 deve ter sido da primeira reforma, pois, sabido é que a fortaleza foi construida em 1646, por Fernandes Vieira, pouco tempo após o levante da conspiração restauradora.

---

dados cumpriram melhor o seu dever do que esse punhado de portugueses.

“Intimado para se render, o bravo commandante respondeu que se defenderia até morrer; e com efeito resistiu a quatro ataques consecutivos. De vinte soldados, desenove cahiram mortos; o vigesimo, posto que ferido, atravessou o rio a nado e escapou assim aos vencedores que, entrando no forte, acharam o commandante portuguez estendido ao lado dos desenove bravos, com um mosquetaço no peito Os nossos, admirados e commovidos por esse rasgo de heroismo, prestaram-lhe os soccorros necessarios, os quaes concorreram para a sua cura”

Desolador o estado de ruínas em que se encontra esse forte, que poderia ter sido conservado como o foram o do Brum e o das Cinco Pontas, delle contemporaneos.

Do ponto culminante do farol, contemplaram os excursionistas o porto natural de Tamandaré — o maior e o melhor do nordeste — abrigado pela linha de recifes emergentes.

Visitadas tambem as esplendidas installações do Patronato, em que se transformaram as do abandonado lazareto, voltaram os viajantes para a usina Porto Alegre em cuja "casa grande" a exma. genitora do sr. José Accioly lhes offereceu um almoço regional.

Após ligeiro descanso, apresentaram despedidas para o

### REGRESSO

Desejosos de conhecer uma zona diversa da viagem de ida, os excursionistas voltaram por outra estrada.

Partindo de Rio Formoso, rumaram a Santo Amaro e dahi a Serinhaem. A ponte sobre o rio deste nome está cahida ha muitos meses e a travessia foi feita numa balsa. De Serinhaem tomaram a direcção de Ipojuca, atravez de caminhos mal conservados e, em certos pontos, perigosos; transpuseram a ponte sobre o Ipojuca, em péssimas condições e pela estrada da usina Salgado — optimo trecho rodoviario — vieram encontrar a estrada geral no povoado Ponte do Carvalho, chegando ao Recife á noite após um trajecto de 408 kilometros.

Digno de registo o espirito conservador dos senhores de engenho de toda essa região do regresso. As "casas grandes" obedecem invariavelmente ao mesmo estylo — vastas, baixas, carcadadas por um largo alpendre.

Da excursão trouxeram os viajantes.

### DUAS NOTAS CURIOSAS:

Uma dellas se refere á onomástica. Quando transpunham um mau trecho, entre Rio Formoso e Serinhaem, na curva de um outeiro, o automovel parou e o motorista disse com certo ar de espanto: "garril". Era uma arvore tombada sôbre o caminho, a impedir o transito. Fazia-se necessario que todos descessem para remove-la. O motorista, porem, estava assombrado e explicou que no sertão, quando os cangaceiros querem assallar viandantes, cortam uma arvore e a lançam no meio da estrada para, enquanto se trata distraidamente

da remoção, dar-se o assalto de surpresa, tomada a frente e a retaguarda. Chama-se a isso garril.

A outra nota pittoresca foi registada ao pé do môrro do reduto.

Os srs. Othon e Samuel Campello sondavam a praia na esperança do encontro de algum vestígio do fortim. O sr. Mario Melo atrasara-se um pouco atraído por um cajueiro de fructos saborosos. Subito, o primeiro dá com um pedaço de ferro velho, deformado pela ferrugem e coberto de moluscos.

A primeira analyse fazem cogitações. Quem sabe se ali não está um pedaço de tranca da fortaleza ou a chave do deposito da polvora...

Chamam o companheiro mais afastado e, como esse demorasse um pouco, mandam-lhe o achado pelo canoeiro.

— Que é isso? pergunta o secretario do Instituto, ao receber a presumida reliquia histórica.

— Nada, inhôr não; é um ôio de inxada veia...

---

Dessa visita resultou o Instituto archeológico obtêr do Prefeito de Rio Formoso assignalar, com duas placas commemorativas no modesto monumento que existe, o que foi o reduto do Rio Formoso e que página brilhantissima ahí escreveu Pedro de Albuquerque.

A inauguração das lapidas foi a 12 de outubro de 1928 e assim o noticiou o **Diario de Pernambuco**:

No dia 12 do corrente, conforme estava annunciado, realizou-se a collocação das lapides no pedestal do cruzeiro, erigido no local em que se feriu uma das epopéas mais brilhantes das pugnas nativistas, a 7 de fevereiro de 1633, em Rio Formoso. O acto foi presidido pelo prefeito José Accioly, perante autoridades, familias, grande massa popular, que para ali se dirigiram ás primeiras horas do dia.

A charanga rioformosense 13 de maio tocou durante a festividade. Antes, frei Valeriano celebrou missa campal, tendo, nessa occasião, lido um conciso discurso sobre o feito dos vinte pernambucanos ao mando de Pedro de Albuquerque.

Seguiu-se a apposição das lapides. Em nome do prefeito, falou o coronel Euclides Celso, enaltecendo o feito e lembrando a acção do pernambucano dr. Carlos Xavier Paes Barretto, desembargador no Estado do Espirito Santo, que se vem batendo para que fique assignalado o acontecimento historico; lembrou tambem o movimento do Instituto Archeologico



de Pernambuco, com a actuação dos drs. Mario Melo e Samuel Campello, bem como o do coronel Adolpho Luiz Wanderley, grande proprietario na praia Guadalupe, incansavel entusiasta do feito pernambucano; referiu-se, ao terminar, á actuação do prefeito José Accioly, no sentido de reviver a lembrança dos dignos pernambucanos que, ali, preferiram a morte á derrota com a vida, terminando a oração com applausos.

Falou, então, o orador official do Instituto archeologico e historico pernambucano, dr. L. C. Cardoso Ayres, que iniciou o discurso tecendo um hymno ao ambiente ainda selvagem, e cheio de sol, daquelles recantos historicos; commentou os rasgos titanicos de Pedro de Albuquerque e Luiz Barbalho Bezerra, os dois heroes pernambucanos, a seu ver incomparaveis na historia nativista brasileira; disse que todas as vezes que, dentro e fóra deste Estado, occupa a tribuna cívica a sua voz não cessa de glorificar os lances magnificos dos dezenove heroes anonymos ali, naquelle morro, aniquilados, sob as ordens de Pedro de Albuquerque, louco de bravura e illuminado de gloria; historia os pormenores do acontecimento, as quatro investidas dos seiscentos commandados de von Schoppe, induzidos por Calabar, obrigando, por um circulo de fogo, os pernambucanos á rendição; exalta a phrase stoica de Pedro de Albuquerque em resposta á intimação dos batavos: "o povo desta terra só se rende pela morte"; prosegue o discurso glorificando o filho de Serinhãem, cantando os feitos dos nossos maiores e termina pedindo ás autoridades um movimento unanime em prol da nossa nacionalidade para que sejamos dignos dos sacrificios dos nossos antepassados, e que a 7 de fevereiro de 1933, tri-centenario do feito epico, já exista ali um monumento condigno, appellando tambem para os responsaveis pela direcção local, no sentido de ser feriado, naquelle municipio, o dia 7 de fevereiro.

O orador recebeu muitos applausos.

Depois de farto **lunch** regado a saborosa agua de côco verde, regressaram todos á cidade do Rio Formoso, tendo o sr. Estevam Baptista da Silva, velho guarda daquelle logarejo historico, entregue ao representante do Instituto tres balas esfericas encontradas em escavações que ali fizera ha cerca de um anno.

Houve ás 14 horas o almoço offerecido pela commissão das festas, no palacio da municipalidade. Depois da troca de

brindes amistosos, terminou o repasto na maior cordialidade, realizando-se, à tarde, uma hora literaria.

Nesse entretenimento litero-cívico, tomaram parte intelligentes alumnos da professora Maria Quiteria de Oliveira, e as senhoritas Dina Alves da Silva, Carmen Firmo de Oliveira e M. Andrade.

O dr. Francisco Moraes, coroneis Euclides Celso, Fabio Fausto, Paulo Martins Sobrinho e Aureliano Barbosa tambem fizeram recitativos.

O dr. L. C. Cardoso Ayres falou cerca de uma hora sobre a mulher no Brasil, recebendo, como os outros, muitos applausos.

A' noite, realizou-se o baile na prefeitura, prolongando-se as dansas até alta madrugada, deixando a todos a melhor impressão.

— As escolas publicas tomaram parte em todas as festas, cantando hymnos e canções patrioticas.

— O representante do Instituto trouxe, para o archivo deste, a acta lavrada por occasião de serem appostas as lapides.

Eil-a:

“Aos doze dias do mez de outubro de mil novecentos e vinte e oito, pelo onze horas, no Reducto deste municipio, local onde, no dia sete de fevereiro de mil seiscentos e trinta e tres, Pedro de Albuquerque e seus commandados travaram batalha com os hollandezes, ahi presentes, sob a presidencia do sr. coronel José Accioly Alves da Silva, o dr. Luiz Cesario Cardoso Ayres, representante do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano, o capitão Nilo Barretto de Gouvêa, representante do desembargador Carlos Xavier Paes Barretto, conselheiros municipaes, autoridades e outras pessoas de dislição, as escolas publicas e grande massa popular, o coronel prefeito declarou inauguradas as placas apositas no monumento commemorativo do grande acontecimento, pronunciando um seu representante ligeiras palavras de civismo. Em seguida o mesmo representante do referido Instituto Historico pronunciou, como orador official, patriota oração, enaltecendo o valor dos grandes batalhadores conterraneos. Antes da inauguração mencionada, honve uma missa campal, celebrada pelo revm. frei Valeriano Mettê, que usou da palavra, de forma elogiosa ao feito patrio. Durante a solemnidade, a banda de musica local 13 de maio tocou varias peças. E, para constar mandou-se lavrar a presente acta para ser enviada

ao Instituto Historico, por intermedio do seu representante. Eu Pedro Joaquim Vianna de Lemos secretario da prefeitura municipal, a escrevi. — (aa) José accioly Alves da Silva. prefeito, L. C. Cardoso Ayres (pelo Instituto Historico de Pernambuco). Nilo Barretto de Gouveia, Brasiliano Adonico de Castro Barroca (juiz de direito), Euclides Celso da Silva. Frei Valeriano Mettê O. F. M. Dr. Francisco Wanderley de Moraes, Paulo Martins de Almeida Sobrinho, Amaro Tavares de Albuquerque, José Santiago Ramos, Benedicto de Lima Vasconcellos, José Apollinario de Albuquerque, Antonio Barbosa Cavalcanti, Francisco Cesar Ribeiro Campos. Fabio Fausto Silva, Fausto Cesar Ribeiro Campos, João Cancio de Moraes, Adolpho Lins Wonderley, Joaquim Accioly Alves da Silva, Alfredo José Soares, Luiz de França Moreira, Antonio Januari Chaves, José Sancho Lins, Francisco Ferreira de Albuquerque Junior, José Antonio de Souza Carvalho, José da Natividade Chaves, Aureliano Francisco Barbosa, João Albuquerque, Francisco Hermes Alves da Silva, Eudoxio Ribeiro Nogueira, Manoel Quintino Wanderley, Victor Pereira de Farias, Mario Alcides dos Santos, José Fernandes da Silva, Antonio Fernandes da Silva, Paulino Damasceno Rocha, Manoel Bento da Motta, Amaro Pereira de Albuquerque, Sebastião Paulino Rodrigues Lima, Pedro Joaquim Vianna de Lima, Horacio Eloy de Andrade, Antonio Francelino Alves, José Herculano da Silva, Antonio Francisco de Andrade.

---



# A Casa da Camara de Olinda

Copia authenticã da Consulta do Conselho Ultramarino, de 28 de novembro de 1691, acerca da construcção de uma nova Casa da Camara na Cidade de Olinda e de um caes junto do Rio Beberibe.

(Copia do orijinal existente no "Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa" — Secção "Consultas".)

Senhor — Os Officiaes da Camara da Capitania de Pernambuco em carta de 10 de Julho do anno passado dão conta a V. Magestade em como por varias vezes tinha o Bispo requerido apoventadoria e elles não tinhão outras casas mais que as do Senado, e que sobre a Cadeia que se estaua fabricando se poõia fazer Casa da Camara e da audiencia, ficando as outras para os Bispos por estarem junto á Sée; e porque não havia estrada para a seruentia do povo daquella Cidade para o Recife se ajustarão com o mestre das obras para a fazer por seis centos mil rs., fazendo-se hum Caes junto ao Rio e calçada de bastante cumprimento, o que se não principiara (sendo muito necessaria) sem primeyro darem parte a V. Magestade.

E vendosse tambem a carta que sobre este mesmo particular escreueo a V. Magestade Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho sendo Governador daquella Capitania em 2 de Junho do mesmo anno em que dá a mesma conta se deu vista ao Procurador da Fazenda e respondeo que não se lhe offerecia duvida a que se fizesse a Casa da Camara sobre a Cadea, nem a fazer-se a estrada havendo rendimento da Camara, com que estas obras se fizessem, e não pelos effeitos applicados a infantaria dose de Inglaterra e paz de Holanda, nem de outras semelhantes contribuiçoens do pouo, porque estas não erão rendas do Conselho, mas direytos Reaes e somente se deuião dispender naquelles gastos a que estauão applicados por V. Magestade.

Ordenandosse ao Sindicante de Pernambuco o Dezembargador Belchior Ramires de Carualho informasse com seu pa-

recer remetendo a planta desta obra insinuando o que se poderia fazer de despeza, para cujo effeito a mandasse por em pregão e de que effeitos se poderia tirar consignaço, que se applicasse ao gasto della, entendendo sempre que não hauia de ser nunca sem sahir das rendas que estauão applicadas a infantaria o custo da Casa da Camara e o da estrada. Respondeo em carta de 24 de Julho deste anno, que os officiaes da Camara tinhão principiado huma Cadea no Meyo daquella Cidade, em lugar muito comodado para aquella obra que era muito necessaria e precisa, porquanto a que estaua seruido e a do Recife erão incapazes de ter prezos, e não sabia na verdade como todas as horas não estauão fugindo; que sobre a ditta Cadea se podia fazer Casa de audiencia e Camara e seria obra muito aseita de todos pela conueniencia de ficar em boa paragem, assim para os Ministros de justiça fazerem os actos tocantes a ella como as partes seos requerimentos, e tambem os prezos tinhão sua conueniencia para mandarem requerer sua justiça e se fazerem lembrados nella aos Ministros quando passarem e para comodamente poderem hir a quaesquer perguntas que se lhe quizessem fazer, e os desconmodos de se continuarem as audiencias e actos da Camara nas Casas que de presente hauia erão muitos mas o principal era ficar em despouoadado no alto da Cidade, e com grande desconmodo em tempo de calma e chuua, e por esta causa padecião as partes na falta do requerimento das suas causas, e como supplicantes erão obrigados dar Casa de apozentadoria ao Bispo de que pagauão hum aluguel grande, lhe podião largar as dittas Casas, que para elle lhe ficauão em commodo a despeito da Sée ficar perto; e posto não tiuessem as commodidades necessarias para hum prelado viuer, poderia elle obrar tudo o que lhe fosse necessario por hauer capacidade para isso e ficaua a Camara liure de pagar todos os annos esta apozentadoria, com que lhe parecia justo o requerimento; e quanto ao Caes que pertendião fazer remetia a planta e certidam do menor lanço que era de seis centos mil rs. (as quaes com esta se enuião a V. Magestade) concontudo aquella Cidade sempre tiuera a mesmo seruentia sem nunca peorar do que era, nem poderia ser pello Rio Beberibe a não poder prejudicar pella sua corrente das agoas e mangues que tinha, e para correjar e descarregar as canoas e embarcar a gente, nenhuma difficuldade hauia, e a poderia hauer com os cinco degrãos que lhe querião fazer com que lhe parecia se podia escusar esta obra, fazendo só a calçada em reção dos atoleiros e la-

mas no tempo do inuerno; que a da Cadea e Casa da Camara se hauia de fazer pelos sobejos dos subsidios que administrava a Camara, que não tinham outro rendimento, satisfeito primeiro o pagamento dos soldados e as mais despezas, que por Regimento e Provizoens de V. Magestade erão obrigados a fazer.

E tornandosse a dar vista ao Procurador da Fazenda respondeo que esta informaçam confirmava ser util a Calçada e não o Caes, e conueniente a Cadea Casa da Camara e audiência; mas era de saber que os subsidios applicados a infantaria erão impostos para defenza daquella Capitania, como o erão as decimas no tempo de guerra, e destas nunca se fizera gasto em pontes, fontes e calçadas que erão as obras mais uteis ao publico, mas para ellas se buscarão outros effeitos e assim parecia que dos subsidios relatados se não podia fazer esta despeza, como já requerera.

Ao Concelho parece que visto se reconhecerem por muy necessarias estas obras que apontão os officiaes da Camara assim da casa em que se fação as suas vereações como as audiencias, e informa o sindicante a quem se cometeu o exame dellas, e que por este meyo se poderá acomodar o Bispo nas em que athegora seruião, escusandosse o aluguel da aposentadoria, que este Prelado pede, que V. Magestade deue ser seruido mandar passar ordem para que os mesmos officiaes da Camara de Holinda fação pôr em pregão estas obras para se arrematarem a quem as tomar ó fizer com mais commodo, applicando a sua despeza os sobejos dos mesmos contractos e subsidios que administrarão, paga a infantaria e as mais consignações que ha postas por ordens de V. Magestade; e emquanto á obra do Caes se lhe deue de auisar, que bastará que se faça huã calçada, por se entender, que esta passagem ficará assim com sufficiente seruentia sem tanto custo como a despeza do Caes, e que de tudo darão conta do que vão obrando neste particular.

Lisboa, 28 de novembro de 1691. (a) Conde de Val de Reis — Antonio Paes de Sande. Tristão Guedes de Queiroz — João de Sepulveda Emauz.

Toda a pessoa que quizer lançar na obra do Caes que se hade fazer no Rio Beberibe começando da Ponte para baixo; ha de ter de comprido 930 palmos e alto seis e de grosso coatro e a estrada de 30 palmos ladrilhada, de pedra negra de lastro e a escada de vinte palmos com cinco degrãos, a de ter o caes dois arcos para despejar as agoas de inuerno.



Seis centos mil rs. pedem por fazer esta obra, se ouuer quem menos lance tomai-lhe o lanço.

Certifico eu Paulo Pereira, Porteiro do Conselho desta Cidade que he verdade que eu de mandado do Desembargador Sindicante o Dr. Belchior Ramirés de Carualho trouee em Pregão muitos dias na Praça e mais Lugares publicos desta Cidade e da Povoação do Recife a obra do Caes que se ha de fazer no Rio Beberibe, junto desta Cidade, tudo na forma dos apontamentos asima e não ouve quem lançasse menos que Antonio Fernandes de Matos que fez o lanço de seis centos mil réis, e por parar tudo na uerdade dei a presente por mim assignada e feita por mim, Jorge da Costa Calheiros, tabelião que tambem asiney com o meo signal raso. Olinda de Julho vinte e sette de mil e seiscentos e noventa e hum annos (2)  
Jorge da Costa Calheiros — Paulo Pereira.

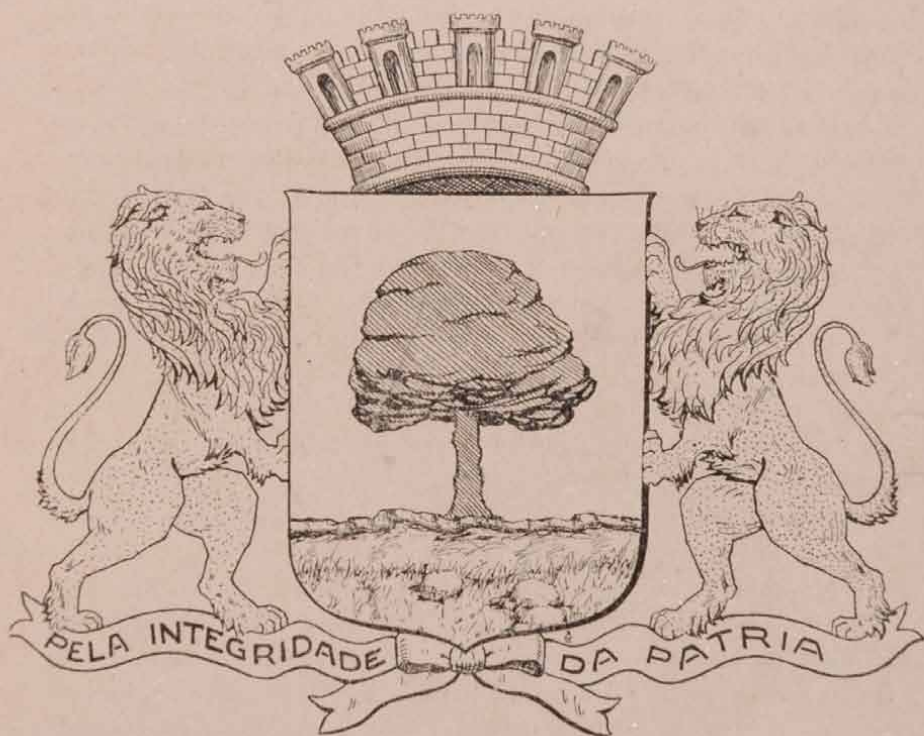
Cópia authentica e conforme ao orijinal existente no "Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa". — Lisboa, 6 de fevereiro de 1909.

DUARDO DE CASTRO ALMEIDA

Director do Archivo de Ma. Ultramar

---

# O Escudo de Armas de Jaboatão



Incumbido pelo sr. Francisco Antonio Brandão Cavalcanti, prefeito de Jaboação, de organizar um projecto de escudo para armas do municipio, o dr. Mario Mélo, secretario perpetuo do Instituto Archeológico levou a bom terno a tarefa que lhe foi commettida, de accordo com a gravura acima.

Eis a carta elucidativa do projecto, que foi approvado pelo Conselho municipal e sancionado pelo chefe do executivo:

“Recife, 8 de fevereiro de 1928. — Exmo. Sr. Prefeito do municipio de Jaboação — Attendendo ao pedido verbal de v.

exa., posteriormente confirmado em carta, de organizar um projeto de escudo para armas desse município, tenho a honra de remetêr-lhe o resultado dos meus estudos em duas vias — uma no seu colorido natural e outra na adaptação convencional da Heráldica.

Foi meu primeiro trabalho estudar o topónimo “Jaboatão”, que, sabem todos, se deriva da lingua tupi.

Não são acordes os indianistas que procuraram interpreta-lo.

Para d. Luis de Brito é **jaboti**, especie de tartaruga, **atam**, andar, perdida a última silada de **jaboti** na junção dos dois vocábulos: andar de tartaruga, andar como tartaruga ou onde as tartarugas andam.

Para Th. Sampaio, em notas a Alf. de Carvalho, é **Yauá-poatá**, mão rija de onça; em seu livro “O tupi na geographia nacional” é **ya** — **poatam**, individuo linheiro, o tronco reto, nome de um árvore que dá mastro para embarcações.

Para Rod. Garcia é **ya**, o que tem, **bo** ou **pó**, fibra, **atam**, forte, dura, isto é, o que tem fibra forte. Nome dum vegetal.

Preferi a interpretação do ultimo, que se me afigura mais lójica.

Proceurei, por intermédio de v. exa. e de outras pessoas do município desenho da planta que os indigenas conheceram. Não foi possivel obtê-lo.

Tive logo a convicção de que a peça principal do escudo deveria de sêr a árvore ou arbusto “japoatam”.

Estudando as origens do núcleo de população de que hoje se deriva o município, na bem elaborada monografia de Samuel Campêlo que o Congresso de Geografia de Belo Horizonte aprovou, verifiquei que partira do fêudo de Antonio de Bulhões ao tempo do terceiro donatário Jorje de Albuquerque. Esse Bulhões era fidalgo português, natural de Vizeu e parente do gloriôso Santo Antonio, segundo a “Nobiliarquia pernambucana” de A. V. Borjes da Fonsêca. O tronco da familia se encontra no ducado de Bulhom, dos Paizes Baixos e dela foram dois reis de Jerusalém: Godofrêdo e Balduino. Tinha armas e, como timbre destas, uma árvore. Não podia, portanto, a árvore deixar de sêr a figura principal do escudo.

Mas, com o mesmo nome do município, existe um rio que o banha. Si duvidas persistissem sôbre designar a palavra “Japoatam” um arbusto, um fruto, fibra ou animal, facto é que se perpetue na denominação do rio. Outra figura indispensavel para o escudo.



Jaboatão provém da época de Jorje de Albuquerque. Este possuía escudo em que figurava o leão que ainda hoje predomina em as armas do Estado, porque pertencia á fidalguia de Duarte Coêlho. Foi em Guararapes, do território de Jaboatão, que os pernambucanos combateram como leões e travaram a batalha decisiva de que resultou a expulsão dos holandêses e a reincorporação do Norte do Brasil á corôa de Portugal. Ali se consolidou a integridade da Pátria. Figuram nas armas dois leões como tenentes e a divisa — *Pela integridade da pátria* — em lembrança ao feito dos Guararapes

Por fim, a corôa mural como timbre — característico das armas municipaes.

Em resumo: no escudo do municipio está gravada a origem do nome, pelo rio ou pela árvore; conserva-se a memória do seu fundadôr, pela árvore; glorifica-se o seu valor no passado pela divisa e pelos suportes ou tenentes.

Em linguagem da Heraldica é esta a sua leitura:

Em campo de prata, uma árvore de vêrde, á marjem dum rio. Como timbre, uma corôa mural. Como suportes, dois leões de oiro que se apoiam na divisa *Pela integridade da Pátria*.

Os desenhos foram executados sob a minha direção pelo pintor patricio sr. Baltazar da Camara.

Esperando têr correspondido á confiança de v. exa. e felicitando o municipio de Jaboatão por têr tido a idea de adotar um escudo para a sua representação, apresento a v. exa. e ao povo dessa circumscripção nas pessoas dos seus representantes ao Consêlho municipal, os meus protestos de estima e respeito — **Mario Mélo.**”

“Jaboatão, 18-3-1828 — Exmo. sr. dr. Mário Melo — Accuse recebida sua carta de 28 de Fevereiro findo. Somente hoje tive conhecimento de sua volta á capital e, dando-lhe as boas vindas, venho desempenhar-me do devêr de agradecêr-lhe o estudo e direção do desenho do Escudo d’armas do municipio, já nesta impresso, por ter sido approvedo pelo Conselho municipal.

A solicitude com que se houve attendendo ao meu pedido, demonstra o seu desejo de cooperação no que diz respeito á vida do nosso Estado e eu o felicito pelo bom resultado da execução do meu desejo, de ha muito projectado, e agora brilhantemente realizado, graças ao seu trabalho.

O serviço do pintor sr. Balhazar foi indemnizado na conformidade do seu trato com o mêsmo e eu me interesso em saber quaes outras despezas que possa ter tido com o serviço para prompta liquidação.

Agora, com os meus sinceros agradecimentos, queira aceitar os meus protestos de alta estima e consideração, dispondo dos prestimos publicos ou particulares de quem se subscreve de v. s. am.º ett.º obrg. — **Francisco Antonio Brandão Cavalcanti.**”

---

# A Primeira Batalha dos Guararapes

Descripta por uma Testimunha Hollandêsa

JORNAL da Viagem da Frota dos Paizes Baixos Unidos para o Brasil contendo tudo que occorreu: outrosim a Batalha entre o Senhor General Sigismundo Schoppe (1) e o General dos Portuguezes. Principiando do dia 17 de Janeiro do anno de 1648 até o dia 17 de maio.

Tudo descripto por um Capitão Tenente do Exercito do referido Senhor General Sigismundo Schoppe.

Em Amesterdam, impresso por João van Hilten, Livreiro na Beurs-street (rua da Bolsa) no Luva Bordade, anno de 1648.

Traducção do Padre Geraldo Pauwels, sócio correspondente do Instituto.

## JORNAL

Depois de termos estado até seis vezes debaixo de velas, saímos afinal em 17 de Janeiro de 1648 do ancoradouro de Zelandia; na mesma noite passámos o "Hoofden" (2) e fomos entrar, devido a uma tempestade, em Portland; tendo ahí ficado oitos dias, puzemo-nos de novo á vela com um vento favoravel com mais dois dos nossos navios que encontramos ahí. No canal tivemos uma forte tempestade de cerca de 24 horas; passado o mar de Espanha chegámos ás ilhas Canarias; dirigimos o nosso curso para a ilha de S. Vi-

---

(1) O nome Schoppe apparece com outras graphias.

(2) Poderia traduzir-se pela palavra pontal.



cente, onde outra vez apanhámos forte temporal de cerca de meia hora.

Depois de termos tomado á ilha 36 barris (3) de agua e caçado uns 14-15 cabritos, puzemo-nos no terceiro dia á vela e chegamos a 29 de março (de manhã cedo) á terra do Brasil, entre S. Aleixo e o cabo de S. Agostinho, onde passámos pertinho e vimos ancorados 9 navios dos portuguezes com 20 caravelas carregados de assucar. Velejando desta forma o longo da costa, avistámos 4 cruzadores do Recife e enviamos para os mesmos um bote afim de ouvirmos algumas novidades, pelas quaes percebemos que tudo ia bem e que se tinham feito estas seguintes presas, a saber:

S. João Baptista, por Geraldo Verhagen, capitão no Doulphijn,

N. S. do Carmo, por Leonardo Cornelissz, cap. no Hasewint,

N. S. da Victoria e S. Boaventura, por Marcos Hartman, capitão no Eendracht,

Caravela S. Antonio, por Jacob Ezechielisz, capitão no Foret,

N. S. do Amparo por Cornelio Hoose, capt. na fragata Armuyden,

N. S. da Conceição, por cap. Geraldo Verhagen no Doulphijn.

Almas e Todos os Santos, pelo referido Geraldo Verhagen,

S. Antonio, por Lucas Pol, capitão no Arent,

S. Antonio idem, por Marcos Hartman, cap. no Eendracht,

S. Antonio da Guarda, por Heltor Cornelissz, cap. no Harder,

Bom Jesus de Bouças, por João Christoffelsz, capitão no Elias,

S. Antonio, por Adriano Prijs e Marcos Hartman.

N. S. da Conceição, por Outger Walichsz, capitão no Stere.

No dia 30 de Março ancorámos deante do Recife. No mesmo se afundaram por tiros duas presas e foram á terra dois copitães com um marinheiro (commandante do navio)?

No dia 31 cedo pesámos terra com a nossa gente e de-

---

(3) Trata-se de pequenos barris, em hollandez: ochoofden.

pois de eu ter parado com ella cerca de uma hora no "Antonio Paes", (4) recebemos ordem do general Schop de marcharmos para os "Afogados", na obra externa ou o quartel novo, que foi feito junto á trincheira dos Afogados; estavam ahí collocadas 10 grandes tendas, em cada uma das quaes bem podiam demorar 100 homens.

O inimigo estava distribuido deante de nós desde a ponta sul junto ao mar até a ponta norte junto á cidade de Olinda, forte cerca de 8.000 homens, debaixo de quatro commandantes, a saber Camarão sobre os brasileiros, Henrique Dias sobre os pretos, João Fernandes Vieira os colonos, André Vidal os soldados, ficando elles distantes de nós cerca dum tiro de mosquete, junto a uma trincheira, collocada num passo de situação favoravel, de onde por alguns mezes tinham atirado fortemente sobre o Recife.

Em 3 de abril se affixaram cartazes, pelos quaes todos os transfugas, tanto portuguezes como soldados, que voltariam, foram avisados que seriam perdoados.

No mesmo dia foram trazidas duas prêsas com assucar. Do cabo de S. Agostinho não partem 6 caravelas, sem que no minimo apanhemos a metade.

A cidade do Recife está bem aprovisionada, outrosim o castello do Mar ("da agua"), (5) o castello da Terra, (6) as Cinco Pontas, (7) Antonio Paes, (8) a ponta Orp (?), Rio Grande, Itamaracá, o Forte Parahiba, a trincheira de Bruijn (Brum), e os Afogados.

No dia 4 de Abril o capitão uyt den Oven, enviado pelo general como embaixador, com um creado levando uma bandeira branca e 2 trombeteiros tocando sem parar, foi a cavallo para o inimigo; chegando junto delle, foram perguntados pelo que desejavam; respondeu-se que se queria falar com elles em nome do general Schoppe. Mas os mesmos gritaram apenas: — Vão-se embora, temos para vocês ape-

---

(4) Trata-se, naturalmente, da ilha formada pelos rios Capibaribe e Beberibe, então conhecida por ilha de Antonio Vaz. (M. M.)

(5) E' o forte do Picão. (M. M.)

(6) E' o forte de São Jorge. (M. M.)

(7) Fundado pelos hollandezes com o nome de Frederico Henrique. (M. M.)

(8) Antonio Vaz. Provavelmente o Forte Ernesto, onde está hoje o palacio da Justiça. (M. M.)

nas polvora e chumbo e a ponta da espada — Voltou pois o sobredito capitão para o nosso acampamento, tendo estado fóra duas horas.

No mesmo dia trouxe-se mais uma caravella com assucar; e no dia 5, 6, 7, 8, 9 até o dia 11 se vendeu assucar, ás vezes 2-310 caixas em um dia, a arroba 45 a 55 xelíngues.

No dia 5 o coronel Carpentier esteve são na igreja, o dia depois faleceu e no dia 8 foi enterrado no mosteiro em S. Antonio Paes. (9)

Durante a noite do dia 5 para 6 uma caravela veio arastada atravez da ponte (que fica entre Antonio Paes e o Recife) e tirou uma grande parte da ponte; a caravela deu em terra entre a ponta Orp e as Cinco Pontas, onde os inimigos estavam na matta e na sua troncheira; os mesmos vieram pelo meio dia incendial-a, queimando ella até o dia seguinte.

Nos dias 6 e 7 entraram outra vez duas presas com assucar e fumo. O Canhão, os reparos e toda a munição-chegados para o Recife—foram no mesmo dia tirados dos navios.

No dia 9 despacharam-se cartas para o exercito do general Schoppe — acampado para Tappasina (?) (10) e Igarassu', para tentar vir o mais depressa possivel para nós no Recife, donde tambem até agora já chegaram algumas caravelas.

No mesmo dia se fizeram mostras geraes em todas as praças e se puzeram as 11 companhias antigas outras. Os officiaes principaes mantinham seu tratamento até ter chegado da patria o soccorro completo.

No dia 10 se assentou praça forçada a 800 homens, como negros e outros, afim de cada um carregar o peso de 30 libras, quer seja polvora, balas, mechas, ou outras munições de guerra, as quaes pelo dia 14 todas deveriam estar promptas tanto de navios mercantes como de outros arrendados, excepto os de guerra, de cada um dos quaes foram commandados 6 marinheiros, para puxarem o canhão.

Os soldados recebem todas as semanas sua ração em carne bôa, toucinho, ervilhas, Trutze, (11) vinho e dinheiro Dia por dia dizia-se que a gente nova receberia dois mezes

(9) Convento de São Francisco. (M. M.)

(10) Itapissuma, junto ao canal que forma a ilha de Itamaracá. (M. M.)

(11) Areia triturada.



de soldo; já teria assim acontecido, caso os coroneis tivessem tido a vontade de receber o dinheiro a tal preço como aqui vae.

Na 4. a f. se fizeram orações publicas e se apromptou tudo para entrar em campanha.

No dia 11 foi enforcado um inglez no nosso acampamento; depois foi tirado e suspenido pela perna direita, a cabeça para baixo. Elle quizera envenenar a agua e incendiar os navios e tinha por isso desertado para nós.

No mesmo dia mandou sob pena corporal que todos os marujos deviam estar a bordo e que as boticas (da campanha) se fechassem; porque deviam estar promptas para o exercito 30 caixotes com medicamentos que deveriam ser carregados por 30 negros.

Oito peças de campanha serão empregadas em marcha.

No dia 12 do dito veiu toda gente de Tapacina (12) e Igarassu' para o nosso exercito, excepto tres companhias que se deixaram ahí. Apromptaram-se 12.000 cartuchos; 12 chalupas já estão promptas no estaleiro, com que os carpinteiros navaes (vindos da patria) ganharam por dia tres florins e a comida.

No dia 16 carregaram-se algumas caravelas e chalupas, que no dia seguinte deverão sahir com munición de bocca, caixotes com mechas, caixotes com balas e barricas com polvora para o exercito. Em Antonio Paes estão promptas 8 grandes chalupas.

Na mesma tarde pelas 4 horas o general Shoppe deu ordem (depois de no dia anterior todos os regimentos terem recebido seus viveres e munición de bocca para oito dias) para na noite seguinte pela uma hora estarem promptos para marchar. Os inimigos que tinham suas guardas nas arvores e nos podiam ver marchar durante o dia tinham descoberto que pela guarda da noite chegaram para nós 9 companhias do regimento do coronel van den Brande, cerca de 200 tapuyas, e gritavam ás vezes para nós oeciões etc.

Para visital-os, o general Shoppe durante a noite veiu com todo o silencio (baixinho) para os contingentes novos com todos os regimentos de Antonio Paes e do Recife. E antes de amanhecer estavamos deante da matta na baixada, em ordem de batalha, fortes cerca de 7.000 homens, todos gente escolhida; pois todos que soffriam de alguma doença nas

---

(12) Itapissuma. (M. M.)

pernas, e os que eram um tanto pequenos ou novos, foram collocados nas trincheiras, afim de que cada um estivesse disposto e apto para marchar e combater. O general ordenou tambem que se não esperasse pelos que ficassem atraz.

Nesta disposição o general se pôs em marcha, com boa ordem, as bandeiras desfraldadas, ao som das trombetas e o rufar dos tambores, destacando como vanguarda todas as companhias de mosqueteiros, com tres tropas perdidas; marchou-se em duas alas, das quaes uma foi commandada e conduzida pelo referido Segismundo Shouppe, o outra pelo coronel van den Brande. Uma destas divisões avançava a direita deante da matta, a outra sobre alluvisões pela agua que estava baixa, para certa povoação, junto á qual ficava um castello, o passo direito para os moinhos de Brabant.

A vanguarda referida manteve algumas escaramuças com o inimigo, mas sem ficar ferido nenhum. 11 brancos estavam com 200 tapuyas numa tropa perdida; e apenas souberam, onde estavam alguns portuguezes, os acometteram tão furiosamente que os metteram em fuga e duma feita abateram seguramente 40; dos nossos foram feridos dois tapuyas, um mais nas costas por uma estocada, o outro por uma cutelada na barriga da perna.

No dia 18, depois de o sol ter brilhado uma hora, veiu o general marchando pela matta, encontrando os inimigos em posição num morro — bem vantajoso para elles (13). Oito pequenas peças de campanha — atirando balas de 6 libras — foram assestadas contra o inimigo, em tres grupos. O regimento do senhor Schoppe ia adeante com o regimento van der Elst contra o morro; o regimento do capitão Carpentier — que Deus haja —, conduzido pelo tenente Carlos Kerwe, marchava ao lado, por debaixo do morro; o coronel Hoest com o seu regimento e o coronel Brink no centro; avançava assim o morro acima, do qual os inimigos atiravam tão horrorosamente como se fosse tempestade de granizo, estando firmes como homens, vestidos a maneira que se descrevem os romanos, com calçados até abaixo dos joelhos, as calças acima dos joelhos, e as mangas arregaçadas. O regimento van den Brande e o regimento do senhor Guilherme van Houtijn, sabindo do matto, viram o general Schoppe como que desesperado, pene-

---

(13) Guararapes. Segue-se a descripção da primeira batalha. (M. M.)



trando a cavallo por entre os inimigos e sahindo delles outra vez, pela razão de o inimigo se ter assenhoreado de 2 peças e tres bandeiras nossas. O coronel van den Brande, vendo isso agrupou, empunhando a espada, brevemente a sua gente, e collocou-se ao lado da primeira fileira, gritando: — alegres! meus bons soldados! agora podeis ganhar honra e vencer o vosso inimigo; mosfrae-vos agora leões! — E avançou assim com o regimento inteiro, subindo o morro, onde os outros mais regimentos estavam dispersos e malferidos, correndo atravez dos inimigos; de sorte que os mosqueteiros de van den Brande deram cinco descargas e tão irresistivelmente acomettiam que o inimigo teve que retirar-se. Senhor Guilherme com o seu regimento secundava ao regimento de van den Brande e caso o regimento que ficara no passo, tivesse feito seu dever, o inimigo teria sido de vez mettido em fuga. Karwe foi baleado, e o regimento fugindo pensava poder escapar pela matta, mas correu para dentro do pantano, no qual alguns se afogaram, voltando os restantes de novo em direcção para nós.

O inimigo com isso por seu lado ganhou com isso outra vez coragem e não quiz abandonar o morro. As duas referidas peças e as tres bandeiras perdidas reconquistámolas e chegamos tambem no morro no acampamento do inimigo, que ficou na encosta do morro doutro lado. Este combate foi tão furioso que se diz nunca no Brasil se ter ferido outro igual e durou mais de seis horas, não se gritando de ambos lados senão: — matae os cachorros!—

O morro mencionado está situado a meio caminho entre o Recife e o Cabo, e estava quasi todo coberto de feridos e mortos, mas a vantagem — graças a Deus — era nossa; enxotamos o inimigo com furia tal que os fugitivos cahissem em nossas mãos. O general dos inimigos estava num cavallo branco, mostrando muita coragem á sua gente.

Nesta batalha ficaram dos nossos mais de 300 soldados rasos, fóra os feridos. O inimigo teve inumeros mortos, jazendo entre nós e elles nos dias 19 e 20 ainda insepultos. (14)

O coronel Schoppe foi baleado no artelho do pé; coronel Hoest, depois de ter recebido 2 tiros, matou ainda a um com

---

(14) Segundo Rio Branco: "A participação official hollandeza declarou a perda de 515 mortos e 528 feridos, quase todos deixados no campo. Do nosso lado contavam-se 80 mortos e 400 feridos". (M. M.)



um tiro de pistola e puxou pela espada; os inimigo perguntaram-no, se queria quartel; elle respondeu que não e foi morto por um tiro no mesmo lugar. Coronel Senhor Guilherme foi egualmente ferido; outrosim o coronel Elst. Karwe (que commandava o regimento de Carpentier) foi preso. O coronel van den Brande foi, na ausencia do general Schoppe, encarregado do commando e recebeu ordem de retirar-se do morro para a "casa de tirar leite", onde fica uma agua entre ambos. Os feridos foram transportados para o Recife em botes. 9 navios de nossa frota se aguardam ainda aqui; 7 já foram vistos na vizinhança de S. Vicente.

11 bandeiras nossas ao todo ficaram com o inimigo. (15)

A bateria dos portuguezes (de onde elles atiravam sobre o Recife) encontramos abandonada; dalli os nossos avançaram até Olinda, não encontrando nesta Cidade nem um unico homem e occupando o reducto de pedra. (16) No dia seguinte os portuguezes nos expulsaram de lá outra vez com perda de um capitão e dois soldados.

No dia 7 de maio forão trazidas outra vez 5 presas, a saber: 2 bons navios e 3 caravelas, carregadas de 1.800 caixas de assucar e 1500 caixas de fumo, fóra outras mercadorias.

No dia 11 do dito se fez mostra dos soldados e deu-se-lhes dinheiro; os mesmos entram diariamente pela terra com partidas fortes. O almirante Witte Wittensz partiu do Recife com 14 navios bem equipados e outros (até 26) e 2 brulotes; qual o fim que se visa não se sabe. Ao todo chegaram aqui 92 bandeiras.

---

(15) Ainda segundo Rio Branco: "O inimigo perdeu 33 bandeiras e estandartes e abandonou duas peças na retirada". (M. M.)

(16) José de Vasconcellos localizou o acampamento holandês no morro em que está situado o mosteiro de São Bento, cujo reducto era conhecido como "Guarita de João de Albuquerque". (M. M.)

# Dois Fortes Bahianos

No Diário de Pernambuco em maio ou junho de 1929, um distincto confrade falando sobre o Forte do Barbalho, na Bahia, incorreu em pequeno engano.

Disse elle: "Barbalho reforça as condições de resistencia do forte de Santo Antonio, (actualmente com o seu nome) e ao lado de soldados pernambucanos, de Rebellinho e Henrique Dias, offerece ao inimigo formidavel resistencia".

Os fortes são dois: Santo Antonio em uma eminencia, e Barbalho em outra.

Nessa epocha os locaes desses dois fortes ficaram fóra da cidade.

Quando Mauricio chegou á Bahia, procurou cercal-a por mar e por terra, e, no actual largo do Barbalho, edificou um baluarte, cujo nome primitivo desapareceu.

Luiz Barbalho Bezerra, que, depois da capitulação do forte de Nazareth, fora mandado para Hollanda, d'onde passara a Portugal e d'ahi regressara commandando um auxilio de 250 homens, para Bahia, foi pelo governador incumbido de tomar o baluarte, que tanto mal fazia á cidade, o que levou a effeito, com o costumada bravura.

Muito damnificado pelo assalto, foi o baluarte reedificado por Barbalho, que n'elle se alojou, incumbido de defender a cidade por esse lado; desde então ficou, não só o baluarte reedificado com a vasta campina onde está situado, com o nome de Luiz Barbalho, até hoje, quando já a campina está incorporada á cidade e cercada de casaria.

Arruinado o baluarte pelo tempo e incuria foi mandado edificar um forte sobre os alicerces, por D. João 5.<sup>o</sup> e ainda ampliado no tempo do Conde das Galveas.

Nenhum governo, quer da monarchia, quer da republica, se lembrou felizmente, de mudar-lhe o nome, para o de algum prócere de occasião e si o fizesse, o povo continuaria a chamar forte do Barbalho e largo do mesmo nome.

Quanto ao forte de Santo Antonio, é uma velha fortaleza do tempo de D. Diogo de Menezes; sustentou tambem rehindos

combates contra os hollandezes em 1624, 27, 37 e diante dos dois, Santo Antonio e Barbalho, que lhe fica fronteiro, vieram quebrar-se os impetos do inimigo.

Santo Antonio foi tambem reedificado em 1703 por D. João de Lencarter e melhorado no tempo do governo de D. Rodrigo da Costa.

Hoje nenhum delles serve para defeza da cidade, não só por estarem muito d'ella a dentro, como porque, perante o calibre da artilharia moderna pouco valor têm taes fortalezas.

Tem o nome de Santo Antonio, não só o forte, como a freguezia da matriz.

Quanto ao governador Pedro da Silva, deu, por occasião do ataque a Bahia, um nobre exemplo de generosidade. Recusando os soldados de Pernambuco obedecer ao governador e os da Bahia a Bagunolo, Pedro da Silva renunciou a todo o poder, que o rei lhe conferira, na pessoa do Bagunolo e o collocou-se ás suas ordens.

J. Felippe Monteiro.



# Página de Saudade

DR. SERGIO AQUINO

A 4 de Julho de 1928 falleceu na Bahia o nosso socio correspondente dr. Sergio Aquino Fonseca de Araújo que ali exercia as funcções de delegado fiscal do Thesouro Nacional.

Formado pela Faculdade de Direito do Recife, o dr. Sergio Aquino preferiu continuar como funcionario da Fazenda Nacional, para cuja classe entrou após honroso concurso.

A sua carreira foi rapida, tendo attingido nella, apesar de sua mocidade, elevados postos. E' que não lhe faltavam, intelligencia, competencia e probidade.

Designado para o Rio, depois de ter servido por muito tempo na Delegacia Fiscal deste Estado, ali teve do ministerio da Fazenda as mais importantes e espinhosas commissões, das quaes sempre se desempenhou com elevado criterio, merecendo os maiores louvores.

A principio nomeado delegado Fiscal, no Espirito Santo, foi mezes depois removido para a Bahia com iguaes funcções.

A sua actuação naquelle Estado foi das mais brilhantes. E' o que dizem todos os jornaes bahianos, referindo-se aos melhoramentos que, em pouco tempo elle conseguira introduzir na sua repartição, afim de melhor servir ao publico e melhor defender os interesses da Fazenda Nacional.

O dr. Sergio Aquino tinha um nome merecidamente acatado no seio da sua classe. E postos mais elevados, de maior destaque lhe estariam reservados, si não fosse tão prematuramente colbido pela morte.

Tendo nascido nesta capital e aqui passado a maior parte de sua vida, tinha, entre nós, fortes sympathias e velhas amizades.

Servido por uma bella intelligencia, estudioso, trabalhador, merecia esse ambiente de sympathia que o cercava.

Amigo lealdoso, sabia conservar as amizades conquistadas pela sua educação apuradissima e pelas suas invulgares qualidades moraes.

Filho estremoso, o seu desaparecimento ferio dolorosa-

mente cruelmente, o coração dos seus velhos paes que tanto o idolatravam.

Era ainda esposo modelar e pae amantissimo, vivendo, fóra de suas obrigações funcioneaes, exclusivamente para sua familia.

Dos seus concidadãos tinha o mais invejavel respeito, a que se impunha pelos seus actos, moldados sempre na moralidade e justiça.

A sua morte abalou profundamente este velho distincto, prestimoso e tão justamente estimado em todos os nossos circulos sociaes, que é major Manoel Sant'Anna de Araujo.

Duro, terrivel o golpe que o feriu. Para a sua grande magua, de nada valeram as palavras de conforto que lhe foram levar, logo após conhecida a triste nova, numerosas pessoas de distincção social.

O dr. Sergio Aquino contava 35 annos de idade, sendo seus paes o major Manoel Sant'Anna de Araujo e a exma. sra. d. Francisca Aquino Fonseca Araujo.

Casado com a exma. sra. d. Idalina Freitas Araujo, deixou 6 filhos menores: Leopoldo, Anthero, Nylo, Iliá, Aurino e Pedro Paulo.

Era bacharel em letras pelo Gymnasio Pernambucano e em direito pela Faculdade do Recife.

#### DR. LUIS CORRÊA DE BRITO

O Instituto Archeológico perdeu, na noite de 11 de setembro de 1930 um dos seus sócios mais prestimosos, socio effectivo desde 27 de novembro de 1913, o senadôr federal dr. Luis Corrêa de Brito.

O dr. Luiz Correia de Britto nasceu na Bahia a 21 de Junho de 1859, tendo se diplomado em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

Iniciou a sua vida profissional nas obras do abastecimento d'agua da capital da Republica, vindo, logo depois, para este Estado, contractados os seus serviços pela Companhia de Melhoramentos de Pernambuco.

Mais tarde foi convidado para o cargo de director-gerente da Usina de Goyanna, no qual permaneceu durante longos annos.

Exercendo, com operosidade e honradez, o cargo de prefeito d'aquelle municipio, em 1918 foi eleito deputado federal, sendo reeleito nas legislaturas seguintes.

Em 1927, indicado pelo saudoso dr. Manoel Borba, que terminara o mandato à alta casa do Congresso Nacional, foi eleito senador federal.

Catholico pratico, teve uma acção bem coordenada na solução dos nossos problemas catholico-sociaes.

Espirito inclinação ao bem, humanitario, rodeava-o um ambiente de profundas sympathias.

Autoridade em assumptos agricolas e industriaes, chegou a ser um dos autorisados "leaders" da lavoura e da industria de Pernambuco.

Fundador do Syndicato Agricola de Goyanna, foi, por muitos annos, seu presidente. Era director-technico do Cotonificio Othon Ezerra de Mello e occupou ainda as presidencias do Circulo Catholico e da Sociedade de Agricultura.

Exercia, inda o cargo de mordomo da Santa Casa de Misericordia do Recife.

Trtando de sua personalidade, assim se manifestou na Camara Federal o deputado Annibal Freire, então leader da bancada pernambucana:

"A minha mocidade se embevecia no exercicio da carreira jornalística ao ver defrontarem-se nesses comícios de classe os "leaders" da agricultura pernambucana, nas justas da intelligencia e da oratoria: Corrêa de Brito, sobrio, preciso, sem miragens de metaphoras ou subtilezas de raciocinio e meu venerando amigo e collega de representação que neste momento me honra com a sua attenção, o sr. Barros Barreto, impetuoso, ardente, desenvolvendo por entre conceitos de Celson e Schmoller chispas de ironia, fulgurações de vibratilidade nas manifestações e flexibilidade no pensamento e na argumentação, tornou-se Corrêa de Brito, nessas pugnas o defensor vigilante dos interesses de Pernambuco. Na cathedra, no jornalismo, nos comícios, na pregação civica, sempre desenvolveu as suas ideas com brilho, honestidade e a mais alta probidade intellectual. Guarda a politica brasileira um episodio que assignalou definitivamente a orientação de Corrêa de Brito em sobrepôr a quaesquer contingencias ou seducções partidarias as lidimas aspirações da terra que o distinguiu com os postos de mais alta representação. Convidado para "leader" da maioria no governo Epitacio Pessoa, nobremente excusou-se de recolher esse galhardão aos seus meritos porque julgava a politica economica federal contraria aos anhelos da lavoura pernambucana. Esse gesto definiu bem o seu character e a precisão de suas di-



rectrizes a respeito dos problemas economicos de Pernambuco.”

Tambem no Senado assim se referiu ao grande morto o senador José Maria Bello, já reconhecido governador de Pernambuco:

“Não o attraheu a politica. Industrial e agricultor, foi nesses campos de actividade que firmou rapidamente o seu nome, criando-se pelas suas altas virtudes de intelligencia, caracter e bondade, uma rara ambiencia de estima e respeito.

Por muito tempo foi Corrêa de Brito um verdadeiro “leader” da agricultura em Pernambuco. Ninguem em meu Estado se dedicou com maior carinho e maior brilho ao estudo das questões economicas locais. Catholico ferforoso que não se limitava á pratica do culto, elle tentou em Pernambuco uma especie de politica que em outros paizes onde as correntes da vida publica se formam em torno dalgumas idéas claras e precisas, chamar-se-ia de socialismo christão.

Em nome deste nucleo de homens de bôa vontade que sonhavam para a democracia brasileira algumas bases novas e melhor equilibrio para as dolorosas desigualdades sociais, Corrêa de Brito candidatou-se pela primeira vez á representação federal por Pernambuco. Não estava maduro ainda o fruto... Mas desde este dia creio que a actividade politica immediata começou a seduzi-lo.

Em 1918, sob o governo do illustre e saudoso Manoel Borba, Corrêa de Brito ingressou na Camra Federal onde teve o seu mandato renovado até a legislatura passada quando passou para o Senado. Excuso-me de lembrar aos nobres senadores, que com elle conviveram, a sua acção nesta Casa do Congresso e que ninguem poderia ser mais estimado e acatado.

Corrêa de Brito, sr. presidente, não era uma figura da minha geração. Não poderia estabelecer-se assim entre nós esta intimidade de sentimentos e idéas em que os homens aprendem a estimar-se e perdoar-se reciprocamente. Mas guardo d'elle no nosso convivio dos ultimos annos, uma recordação indelevel. Raras pessoas tenho encontrado com tão profundo espirito de tolerancia. Elle era dos que desejavam sinceramente o reinado da paz entre os homens. Porque nenhuma virtude me attrás mais do que a da serena tolerancia e da capacidade de sacrificio e de renuncia e eu o estimei e respeitei. Indifferente á fortuna, modesto, desambicioso, deve ter morrido com a consciencia tranquila de que cumpriu como lhe permittiram o temperamento e o meio do tempo o seu dever sobre a terra...”

Corrêa de Erito era sôgro do nosso prestimoso thesoureiro Othon L. Bezerra de Mello.

Deixou os seguintes filhos: dr. Luiz de Araujo Correia de Britto, advogado em São Paulo; dr. Paulo de Araujo Correia de Britto, engenheiro da Sorocabana; sr. Roberto de Araujo Correia de Eritto, funcionario do Thesouro de São Paulo; senhora Maria Amalia Britto Bezerra de Mello, esposa do sr. Othon Bezerra de Mello, senhoritas Maria Candida, Maria Iza-bel, Maria da Gloria e Maria Luiza Correia de Eritto.

Tendo falecido na cidade de Florstia dos Leões foi seu ca-daver transportado para o Recife e sepultado no Cemiterio pu-blico de Santo Amaro.

A'sua memoria foram prestadas excepcionaes homenagens.

### SOLIDONIO ATTICO LEITE

Nasceu Solidonio Attico Leite em 30 de janeiro de 1867, em Pajehu de Flores, na então Provincia de Pernambuco.

Era filho de Antonio Attico de Souza Leite e d. Honorina Gonçalves de Souza Lima.

Seu pae, que fôra, em diversas legislaturas, deputado á As-semblêa Provincial, morreu moço, deixando a familia na mais extrema miseria.

Orphão de pae, entrou Solidonio para a Colonia Orphana-logica de Santa Isabel, onde iniciou os seus estudos. De tal mo-do se distinguiu que os frades capuchinhos, que a dirigiam, procuraram attrahil-o para a Ordem, com promessas de o man-dar estudar em Roma. Não o seduziram, entretanto, essas pro-messas, porque já então havia escolhido a carreira que seguiu: a advocacia. Seus collegas, pobres como elle, riam-se das suas palavras, quando affirmava que seria advogado.

Em fins de setembro de 1884, subiu ao governo de Per-nambuco, o dr. Sancho de Barros Pimentel, a cuja administra-ção Gonçalo Attico Lima, irmão mais velho de Solidonio, veio a prestar relevantes serviços eleitoraes. Perguntando-lhe o governador qual o meio de lhe ser utli, pediu Gonçalo autori-sação para que seu irmão Solidonio fosse desligado da Colonia de Santa Izabel.

Concedida a autorisação, Solidonio passou a cursar o Gym-nasio Pernambuco; e, em 1889, matriculou-se na Faculdade de

Direito de Recife. Foi escolhido pelos collegas do 1.<sup>o</sup> anno juridico para orador official numa festa commemrativa do anniversario do Gabinete Portuguez de leitura.

Ainda estudante, collaborou em diversos periodicos, principalmente na Revista do Norte.

Em março de 1892, após um curso brilhantissimo, em que obteve approvação distincta em quasi todas as cadeiras, recebeu o grau de bacharel em Sciencias Juridicas e Sociaes.

Para poder formar-se leccionava particularmente as cadeiras de que havia prestado exames, e exercia o cargo de professor de geometria e desenho linear no Arsenal de Guerra de Pernambuco.

Advogou nos auditorios do Recife até principios de 1894, quando se mudou para S. João Nepomuceno (Minas-Geraes), onde se manteve até setembro de 1897, anno em que foi a Pernambuco, afim de realisar o seu casamento com d. Maria Virginia Fonseca Leite, filha do dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca, illustre jurisconsulto e lente da Faculdade de Direito do Recife. Voltando immeditamente para Minas, fixou residencia em Juiz de Fóra.

Frequentando com certa assiduidade a imprensa juridica de Minas (O Forum) e Rio de Janeiro (O Direito, Revista de Jurisprudencia) e já havendo publicado em 1898, com um prefacio de Clovis Bevilacqua, as — “Questões Juridicas”—, teve, na qualidade de membro correspondente do Instituto dos Advogados Brasileiros, de tomar parte nos trabalhos do Congresso Juridico Americano, reunido no Rio de Janeiro, em 1900.

Pela mesa do Congresso foi juntamente com outros designado para relatar algumas das theses, ainda não relatadas. Quatro dias depois apresentou o seu trabalho, dissertando sobre a questão da “Unidade e Universalidade da fallencia”, cujas conclusões foram approvadas: uma por grande maioria e outra unanimemente, depois de haver o relator respondido immeditamente aos diversos oradores que sobre ellas se manifestaram.

A 3 de fevereiro de 1901, foi nomeado para substituir o dr. Inglez de Souza, que não podera tomar parte nos trabalhos da Commissão especial do Instituto dos Advogados encarregada de dar parecer sobre o Projecto do Codigo Civil, cabendo-lhe a parte relativa aos arts. 1482 e 1632 (deposito, mandato, gestão de negocios e sociedade). Aceitando a nomeação, começou a tomar parte nas sessões, desde 18 de maio, servindo como Secretario. As actas que, mais tarde fez publicar, em virtude de



auctorisação do Ministro da Justiça — Dr. Felix Gaspar, mostram ter tomado parte saliente nas discussões. O trabalho, que a respeito dos citados arts. 1482 a 1682 concluiu dentro de pouco tempo, e não pode ser discutido pela Comissão do Instituto, occupada em discutir o apresentado pelo dr. Torres Netto, foi adoptado pelo membro da Comissão Especial da Camara dos Deputados, a quem coube dar parecer a respeito dos mesmos artigos.

S. excia. disse no seu parecer:

“Entre todos, releva dizel-o, devo a mais valiosa collaboração ao illustrado membro do Instituto dos Advogados, sr. dr. Solidonio Leite, que m'a proporcionou com o offerecimento gentil do seu trabalho, digno de ser lido e aproveitado, examinando detida e proficientemente, artigo por artigo, com a competencia de jurista abalisado. Feitas as excepções que expressamente accentuam o meu desacordo sobre alguns pontos com aquelle notavel cultor da sciencia do direito, declaro-me de pleno accordo no mais, com as opiniões que externa, fazendo minhas, como permite o Regimento interno da Comissão, as emendas que elle apresenta”.

Na discussão destas emendas tomaram parte os drs. Clovis Bevilacqua, Andrade Figueira, Didimo da Veiga, além de outros. Foram quasi todas approvadas.

Tomou parte nos trabalhos do Congresso Scientifico Latino Americano reunido no Rio de Janeiro de 6 a 16 de Agosto de 1905, servindo na Secção de Sciencias Juridicas como 1.º secretario (em substituição ao dr. Rodrigo del Busto), desde a 2.ª até a ultima sessão. O trabalho que apresentou sobre a XVI questão dos questionarios (Do nome commercial e suas garantias), foi muito bem acceito, sendo unanimemente approvadas as suas conclusões.

Neste Congresso apresentou uma moção que destruiu os máos effeitos das conclusões do dr. Alexandre Alvares, relativas a um direito internacional latino-americano.

Tratando deste ponto, disse em sua 1.ª Varia o Jornal do Commercio de 12 de setembro de 1910:

“Na sessão de 15 de Agosto o trabalho do jurisconsulto chileno, justamente estimado na Europa e na America, foi solememente desautorizado por

uma moção do dr. Solidonio Leite, como tudo consta dos Annaes, onde tambem ha esta nota edificante a respeito da memoria do dr. Alvarez: "Este trabalho deixa de ser publicado porque, retirado da Secretaria pelo seu autor, não foi a ella restituído".

Em virtude de convite do dr. Ferdinand Daguin — Secretario Geral da Societé de législation Comparée, foi, durante muitos annos, o collaborador brasileiro do ANNUAIRE ETRANGER, incumbido annualmente de mandar para este a noticia do movimento legislativo.

Tendo o Instituto dos Advogados resolvido continuar a publicação da sua "Revista", ha muitos annos interrompida, foi escolhido praa a Comissão de Redacção. Os numeros publicados em 1905, 1906 e 1907, mostram a diligencia com que se desempenhou da missão que lhe fora confiada.

Em 1923, foi eleito Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, na vaga aberta pela eleição do sr. Estacio Coimbra á vice-presidencia da Republica; sendo renovado o seu mandato para a legislatura seguinte.

Substituindo, provisoriamente, na commissão de Justiça, o deputado Gonçalves Maia, recebeu do presidente da Republica, dr. Arthur Bernardes, a incumbencia do relatar o parecer sobre o projecto da lei de imprensa, approvado pelo Senado. Aceitou o convite, com a condição de apresentar emendas; com o que concordou o Presidente. O trabalho apresentado, e approvado sem nenhuma restricção pelo Presidente da Republica, constituiu verdadeiro substitutivo, tal o numero de emendas.

Fez parte da commissão de Finanças, onde, pronunciando-se sobre uma emenda do deputado Agamemnon Magalhães, iniciou formidavel campanha contra a Revista do Supremo Tribunal.

Nomeado, em 1922, membro do Conselho Administrativo da Caixa Economica do Rio de Janeiro; foi promovido a Presidente em setembro de 1927.

Em 1927, recebeu do General Sezefredo Passos, então Ministro da Guerra, a incumbencia de fazer o Regulamento para as Requisições Militares, o qual foi approvado por decreto do Poder Executivo.

Em 18 de fevereiro de 1929 foi nomeado Consultor Geral da Republica.

Era socio correspondente deste Instituto desde 1924.

Falleceu no Rio de Janeiro a 11 de dezembro de 1930.

# Relatorio do Secretario Perpetuo

1929

Deveria apresentar-vos, na sessão de 27 de janeiro, o Relatorio do ano de 1929.

A remodelação de uma parte do edificio impediu festejássemos o nosso aniversario com sessão solene. Entendo que é esta ocasião apropriada, reunidos que estamos em assembléa, não para lêr-vos um relatório, mas para apresentar-vos uma resenha dos nossos trabalhos:

Tivemos, durante o ano de 1929, quatro sessões publicas, duas de assembléa geral, e vinte ordinárias.

No movimento de socios, até 31 de dezembro, perdemos, por morte, os efetivos Zeferino Agra e Euclides Fonsêca; o honorário conselheiro Rosa e Silva e os correspondentes Inácio Moura e Amadeu Amaral. Adquirimos, como efetivos, Mario Coelho Pinto, Zeferino Lima e general Alberto Lavêner Vanderley; como correspondentes drs. Higino de Bastos Mello, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e prof. Jorge Bertolasso Stella e como bemfeitôres dr. Estácio de Albuquerque Coimbra e Murillo La Greca.

As nossas coleções receberam as seguintes dádivas de mais importancia: as insignias de oficial, de cavalheiro e de comendador da ordem da Rosa, que pertencêram ao desembargador Gervasio Pires Ferreira; o lenço que o Imperador Pedro II beijou m Goiana; uma coleção de armas usadas em Pernambuco; a lápide da rua do Vigário Tenorio; medalhões com as efijies de Pedro I e Frei Miguelinho; grande tela de uma dama pernambucana da familia Holanda Cavalcanti; uma urna funerária de barro, do antigo colejo dos jesuitas do Recife; toda a documentação referente ao primeiro centenário do "Diario de Pernambuco".



Merecem destaque os seguintes assuntos de que tratamos em algumas sessões:

A torre Malakoff. As Obras do porto condenaram a torre Malakoff. A 23 de maio, Samuel Campêlo ajitou aqui o assunto. Demos os passos precisos para sua conservação, dirigindo-nos ao governo do Estado, ao ministro da Viação e ao ministro da Marinha. Nesse interim, escrevi um estudo histórico em que restabeleci a origem do nome Malakoff, dado á torre. Aproveitando a visita do ministro da Marinha a Pernambuco, solicitamos, pessoalmente, a sua intervenção em favor da torre e de s. exc. ouvimos palavras confortadôras. Desgraçadamente agora se publica que a torre será mesmo demolida. Parece tratar-se mais de capricho do que de utilidade publica.

Reforma de estatutos: A 29 de maio reuniu-se uma assembléa extraordinaria para tratar da reforma dos estatutos em alguns pontos.

Os sócios presentes se dividiram em dois grupos: os que frequentam o Instituto, que mostram interesse real pela sua existência e pelo seu progresso, votaram preliminarmente pela reforma; os que só aparecem aqui eventualmente, vieram de proposito votar contra. E como o numero dos que não frequentam o Instituto é maior do que o dos que o tem aos ombros, caiu a preliminar, com o voto tambem de alguns confrades que trabalham assiduamente connôco. Fui, a principio, contrário á ideia da reforma, porém abracei depois a corrente revizionista.

Lápide de Frei Caneca — Tendo a Prefeitura cedido á Companhia Alcool-Motor parte do largo em que fôra espingardeado Frei Caneca, a lápide que ali collocámos ficou no terreno murado da Companhia. Os protestos do Instituto tiveram éco nas classes populares. Debalde recorremos á Inspeçôria de monumentos, que opinara pela collocação da lápide no centro da rua Vidal de Negreiros, um pouco distante do ponto em que se armára a fôrca. Assim, tivemos de entrar em acôrdo: aceitar a mudança da lápide para ponto accessivel ao publico, não afastado do local em que tombara Frei Caneca e aprovar a idéa dum monumento aos mártires de 1824, no centro da rua Vidal de Negreiros. E a lápide foi collocada fóra do muro da Alcool-Motor, mas o monumento nem se quer se começou.

Largo das Cinco Pontas — Ligada á questôo da lápide de Frei Caneca, estava o nome da praça em que os republi-

canos de 1824 foram martirizados. Estava mascarada com o nome de praça Capitão Vilarim. Pedimos ao Conselho municipal e obtivemos a restauração do nome tri-secular de praça das Cinco Pontas, para toda a extensão que outrora o possuira.

Casa da moeda — Sabido que em Pernambuco funcionou a Casa da moeda, no periodo colonial e havendo duvidas sobre a sua localização, procedi a estudo de investigação histórica, chegando á conclusão de que o prédio que ela occupava em 1700-1702 é o sobrado que tem hoje o numero 125, na rua da Moeda.

Forte do principe Guilherme — Não ha vestijios desse forte levantado pelos holandezes nos Afogados e ao qual tanto se referem os historiadores. O nosso confrade Naasson Figueiredo estudou-o com empenho e chegou a conclusões positivas, do que terá o Instituto oportunamente conhecimento.

A velha matriz de Goiana — O iconoclasmo dos reformadores pretendeu destruir a velha matriz de Goiana, fundada no primeiro seculo. Dei o alarme no Instituto na sessão de 26 de junho. O assunto extravazou para as colunas dos jornaes diários, havendo quem pretendesse justificar o atentado. Felizmente o bom senso falou mais alto e a velha matriz, hoje sob a guarda dos prêtos da antiga cidade, continua e provavelmente continuará de pé.

Curso pratico de história de Pernambuco — Com a reforma da instrução primaria e os preceitos da escola ativa, a directoria do ensino ordenou ao professorado da capital a frequencia ao Instituto para o estudo das nossas coleções. Divididos em turmas, aqui estiveram aos domingos, com prévio avizo, os professores do Recife. A cada turma fez o nosso consócio Cardozo Aires uma preleção sobre a história de Pernambuco. Guiei-as atravez de nossas coleções dando informes sobre cada um dos nossos objetos.

Biblioteca — Temos a satisfação de dizer que parte da nossa bibliotheca já se acha catalogada, graças á dedicação do sr. Olimpio Costa Junior a quem atraimos ao nosso gremio e em quem confiamos para o término do trabalho.

Revista — Nossa revista continua em atrazo devida á affluencia de trabalho gráfico na Imprensa Oficial, onde é composta e impressa, graças do patrocínio do governo do Estado á nossa instituição.

Esta simples resenha é bastante para demonstrar que o

Instituto continua a ser uma caza de trabalho e bem digno do acatamento que todos lhe dispensam.

## 1930

Já sabeis que meus relatórios são simples notas. Não atemorizam os ouvintes.

Durante o ano social realizamos justamente 24 sessões, das quaes uma de assembleia geral, para a eleição da mēsa directōra; uma extraordinaria a 17 de setembro para prestar homenagem a d. Flora de Oliveira Lima — a excelsa viuva de Oliveira Lima, e uma solene, para o nosso culto aos heroes de 1824. Não foi possivel realizar as sessões publicas a 27 de janeiro e de 6 de março, devido ás obras por que estava o predio passando.

---

No movimento de sócios tivemos as seguintes alterações:

Foram admitidos: general Alberto Lavenère, como efectivo, o qual não chegou a empossar-se; Zenon Leite e d. Flora Cavalcanti de Oliveira Lima, como correspondentes; José António Caminha e conde Francisco Matarazzo, como bemfeitōres. Faleceram: desembargador Henrique Capitolino Pereira de Mello, efectivo; senador Corrêa de Brito, efectivo; Herman von Iering, correspondente; Henrique Morize, correspondente; Solidonio Attico Leite, correspondente; Afonso de Freitas, correspondente; Celso Florentino Henriques de Souza, honorario; cardeal Joaquim Arcovêde, honorário. Julio Pires Ferreira, efectivo e Alexandre José Barboza Lima, honorário.

---

Dentre as ofertas de maior realce, havidas durante o ano, podemos destacar: o tinteiro que pertenceu ao Padre Roma, revolucionario de 1817 arcabuzado na Baía; uma coleção de armas de fôgo; a espada do general Flodoaldo Caliope; um peixe fóssil da serra do Araripe; a chave de prata doirada — insignia de gentil-homem do Visconde de Suassuna; uma coleção de medalhas militares; o lavabo da igreja da Boa Viagem, desta Capital; a mēsa em que Joaquim Nabuco, quando menino, tomava o café matinal no engenho Massangana; a gargalheira ainda em uso no quartel de Igarassú, apreendida pelas fôrças revolucionárias vindas da Paraíba a 4 de outubro de 1930; um dos fragmentos da bandeira do Forte de Copacabana, da revolução de 1922.



Tendo sido construido o palacio da Justiça no local em que existiu o forte Ernesto, fundado pelos holandêses, o Instituto assinalou a memória do forte com uma placa de bronze.

Igualmente, reconstruida para Bibliotheca pública a antiga cadeia, onde estivera prêso Frei Caneca, o Instituto memorou o caso com outra placa de bronze.

---

Em junho, o sr. M. Ribeiro publicou uma correspondencia no *Diario de Pernambuco* com a noticia de que em terras de Carnaiba de Flôres fôra descoberta uma necrópole talvez milenária, pela profundidade em que se encontravam os esqueletos e pela inconsistência dêstes. O Instituto communicou o facto ao govêrno, pedindo mandar estudar o assunto por pessoas competentes, recordando o interêsse que em toda a parte despertam os descobrimentos arqueológicos mas, infelizmente, nem sequer têve resposta, perdendo-se, assim, oportunidade de enriquecêr o nosso acêrvo historico.

---

Chegada aqui a noticia de que o govêrno federal não abandonara o velho projecto de demolir a Tôrre Malakoff, o Instituto empregou todos os meios em favôr de sua conservação, quer officando imediatamente ao ministro da Viação, quer conferenciando com o ministro da Marinha, em sua visita ao norte, quer provocando um movimento de opiniao pública contra o atentado. Toda a documentação nesse sentido será publicada no numero da Revista que se encontra no prelo.

No entanto, inimigos do Instituto, em correspondência enviada daqui para o *Jornal do Brasil*, publicaram na Capital Federal que a Tôrre ia sêr demolida com a aquiescencia e o apoio do Instituto!...

---

Outro movimento de iniciativa do Instituto foi evitar a descaracterização da matriz da Soledade.

Parece que êsse atentado não se realizará. O prefeito revolucionario do municipio baixou um ato em defêsa dos edi-

fícios históricos e artisticos segundo o qual nenhuma licença será concedida para renovações nesses edificios sem o visto da Inspectoria Estadual dos monumentos nacionaes. E a pessoa que hoje exerce o cargo de Inspector é a mesma que levantou aqui o brado contra a projectada realisação...

---

Fomos, entretanto, máis infelizes quanto á igreja da Madre de Deus. O Instituto fez o que estava ao seu alcance para que não a descaracterizassem. Recorreu ao sr. Arcebispo e recorreu ao govêrno. Denunciou que a planta da remodelação não podia sêr aprovada. Infelizmente, porém, o representante do govêrno concordou com os iconoclastas e o atentado está em via de conclusão.

---

Cabe-me, neste relato, assinalar a reforma material do nosso edificio.

Nosso salão de honra ficava na parte que corre paralela á rua do Hospicio. Mas o rumôr do transito perturbava de continuo nossos oradôres. E ao mêsmo tempo tinhamos necessidade de espaço para as nossas galerias.

Empreendemos, então, uma reforma, de que resultou mudarmos o salão de honra para outra parte do edificio ao abrigo dos inconvenientes notados na anteriôr. Esfôrço hercúleo porque o fizemos sem capital, contando com o crédito particular do nosso tesoureiro, que levantou um empréstimo no Banco Auxiliar, de que somos ainda devedôres de vultosa quantia.

---

Fundado em 1862, pode dizêr-se que o Instituto atravessa hoje sua fase de ouro, o que se deve ao movimento revolucionario operado no paiz.

Pugnando pela creação da Inspectoria estadual de monumentos nacionaes e pela creação do museu official, o Instituto esperava têr nessa Repartição pública um eficaz colaboradôr do seu programma. Creando-a, o govêrno depôsto entregou sua direção a pessoa que repeliu nos primeiros atos a colaboração do Instituto e se constituiu perseguidôr dèste a ponto de propôr ao govêrno medidas de que resultaria o fechamento do velho sodalicio, do que tenho documento autentico em meu podêr.

Victorioso o movimento revolucionário de outubro e elevado á chefia do govêrno o sr. Carlos de Lima Cavalcanti, um dos seus primeiros atos foi estabelecêr a concordancia do Instituto com a Inspectoria de monumentos e o Museu pernambucano, collocando, como traço de união, o secretario perpetuo do Instituto como diretor da Repartição official, de modo que Inspectoria de monumentos e Instituto archeologico hoje se confundem e amanhã, logo que seja possivel reunir tudo num só edificio, estarão fundidos.

A seguir vieram atos de consagração aos principios por que nos batiamos e de prestijio direto á ação do Instituto.

Melhor do que minhas palavras é conveniente transcrevê-los:

Nota official do dia 15 de outubro: "O govêrno faz constar que prohibe terminantemente se deem a avenidas, ruas, praças, logradouros publicos, estações, cidades, municipios, vilas e localidades, grupos escolares etc. do Estado nomes de pessoas vivas, quaesquer que sejam os serviços pelos mesmos prestados á causa revolucionaria. Igualmente fica prohibida a apposição, nas Repartições publicas, de retratos de autoridades, durante a sua permanencia nos cargos."

A 11 de novembro eram dadas instrucções aos Prefeitos e destas consta: "Não é permitido pôr nome de pessoas vivas em ruas, praças, logradouros publicos ou escolas, sejam quaes forem as homsnagens devidas a essas pessoas. Os nomes existentes em condições taes devem ser substituidos por outros tradicionaes ou dos grandes mortos ou de datas de significação nacional, estadual ou municipal, de maneira criteriosa e capaz de ensinamento civico á geração presente e ás porvindouras".

Finalmente, o "Ato n. 261, de 22 de novembro de 1930 — O Interventôr Federal no Estado, tendo em vista o integral cumprimento de suas determinações no sentido de não consentir em homenagens a pessoas vivas por parte dos poderes publicos ou do funcionalismo publico; e attendendo ainda a que deve presidir, na escolha de nomes para lugares, ruas, grupos escolares, logradouros publicos etc. o criterio de não ofendêr a tradição e de homenagear somente aqueles que pelo seus meritos pessoas e serviços prestados ao paiz, realmente mereçam consagração; RESOLVE determinar: a) que sejam retirados de todos os departamentos da administração publica, quer do Estado quer dos municipios, os retratos, por



ventura apostos de pessoas vivas, sendo os mesmos entregues ao homenageado ou aos que prestaram a homenagem; b) que toda a vez que se tratar de pôr nomes em lugares, ruas, logradouros publicos etc. seja ouvido sobre o assumpto o Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, instituição digna de todo o acatamento e que ha longos annos vem dedicando os seus esforços em prol da conservação do nosso patrimonio historico”.

Deante de tal reconhecimento por parte dos poderes publicos, pode hoje o nosso Instituto, no limiar de 70 anos de existência e trabalhos, cantar vitoriôso como Rouget de Lisle:

“Le jour de gloire est arrivé”.

---



# Actas das sessões

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 5 DE JANEIRO DE 1921

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Samuel Campêlo, J. A. Correia de Araujo, Oscar Brandão, Morales de los Rios, Bezerra Leite, Turiano Campello, conego Henrique Xavier, Antonio da Cruz Ribeiro, general Rego Barros, Nunes de Mello, Felipe Monteiro, capitão J. A. Marques e Sant'Anna Araujo foi aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario declarou, antes de lêr o expediente, que o dr. F. A. Pereira da Costa o procurara pedindo para manifestar aos consocios sua gratidão pelas homenagens que lhe foram prestadas por occasião de seu natalicio. Leu, a seguir, um officio do governador do Estado dr. José Bezerra communicando haver reassumido o cargo; um cartão de cumprimentos do socio honorario general Joaquim Ignacio; um officio do Instituto Historico do Pará felicitando-nos pela inauguração do nosso edificio social; um officio do Instituto Historico do Rio Grande do Sul communicando a sua fundação e outro do sr. Jeronymo Pires de Carvalho, prefeito de Cabrobó, offerecendo amostras de minerio de ferro de uma jazida existente a um kilometro da cidade de Belem, séde do municipio. Foram registradas, além disso, as seguintes offertas: Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará; fasciculo, 2.º e 3.º da revista illustrada *Amazonia e Asibis*, contos archeologicos de Ruy Nobre.

O presidente declarou que o Instituto se fez representar no desembarque do governador dr. José Bezerra, que lhe communicou ter trazido para o nosso museu a caneta com que o sr. presidente da Republica assignou os ultimos decretos relativos a melhoramentos de Pernambuco, devendo combinar-se o dia da entrega daquella caneta.

O coronel Cruz Ribeiro justificou a falta do socio desembargador Silva Rego.

O presidente disse que o fim especial da presente reunião era ouvir o dr. Morales de los Rios na prestação de suas contas, como contractante do edificio social. O dr. Morales, obtendo a palavra, leu extenso e minucioso trabalho acompanhado de documentos, no sentido de demonstrar as despesas effectuadas com o dinheiro que recebera; disse que orçara as obras em 35 contos mas o estado de ruina do edificio o obrigou a obras de consolidação; houve trabalhos não orçados, como a fachada, motivo porque a verba fôra excedida. Referindo-se ao parecer da commissão de contas justifica pequenas verbas que foram levados a seu debito e por fim declara que, tendo sido assaltado por molestia antes da ultimação dos trabalhos e com alguns adiantamentos em seu poder, é o Instituto credor da quantia de 3:141\$060, de que será indemnizado.

A seguir, dá explicação sobre o incidente das brochuras que estavam em seu poder, lamentando que uma parte da imprensa tivesse commentado o facto, dando-lhe proporções extraordinarias e prejudicando-o no seu credito.

Finda a leitura do referido trabalho em hora adiantada, após alguns debates, o presidente declarou que o Instituto só poderá deliberar, depois de ouvida a commissão de fundos e orçamentos, a qual entregará os originaes da defeza escripta, logo que as receba do dr. Morales; tendo este pedido alguns dias para dactylographar dita defeza.

Nada mais havendo a tratar foi levantada a sessão. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalvanti**, presidente; **Mario Melo**, 1.º secretario; conego **Henrique Xavier**, 2.º secretario.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 21 DE JANEIRO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios desembargador Silva Rego, drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Esmaragdo de Freitas, Morales de los Rios, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro e Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão.

Lida a acta da anterior falou sobre ella o dr. Morales de los Rios achando que a palavra indemnisar dava idéa de pre-



juízo e elle não ia indemnisar o Instituto mas sim entregar o saldo que tinha em seu poder.

O 1.º secretario leu o seguinte expediente: uma carta do consocio Sebastião Galvão agradecendo ter sido designado com os drs. Manoel Cicero e Carlos Porto Carreiro para representar o Instituto nas homenagens aos ultimos imperadores do Brasil; officio do consul americano pedindo informações sobre dados estatisticos dos estados do Nordeste e um officio da commissão organisadora do 7.º Congresso de geographia, a seguir na Parahyba, encarecendo a adhesão do Instituto. Foi resolvido adherir desle já ao referido congresso, ficando a designação do representante para ser resolvida depois.

Acusou ainda o 1.º secretario as seguintes offertas: — “A representação nacional em face da constituição” pelo dr. Cassiano Machado Tavares; “Os contractos relativos ás obras do nordeste brasileiro” pelo dr. Paulo Frontin e Revista marítimo brasileira.

Os srs. Estevão Pinto, dr. Amaro Pedroza, Antonio da Cunha Ferreira Baltar e Francisco Tavares offereceram varias moedas de prata, nickel e bronze, sendo que a dadiva do ultimo attingiu a 35 moedas de cobre e 3 de nickel.

Passando-se á ordem do dia foi lido o parecer da commissão de fundós e orçamentos sobre a conta corrente apresentada pelo dr. Morales de los Rios. A commissão é de parecer que, desde que o dr. Moraes recolha o saldo de 3:342\$260 que elle confessa ser devedor ao Instituto, seja dada quitação. Discutido o parecer pelos socios Morales, quanto a expressão confessa, Silva Rego, Mario Melo e Esmaragdo de Freitas, foi o mesmo aprovado.

O presidente mandou que, nos termos do parecer, o thezoureiro dêsse quitação ao dr. Morales, cuja competencia tecnica, elogiou e agradeceu ao constructor os esforços que empregara na transformação do predio social. O dr. Morales, agradecendo, disse que ia escrever minucioso relatorio para em qualquer tempo o Instituto fazer valer os seus direitos, visto que as bemfeitorias valorizaram duplamente o predio.

O presidente com approvação unanime da casa, manda registrar em acta um voto de jubilo pela passagem do anniversario de d. Sebastião Leme, arcebispo metropolitano.

O dr. Mario Melo diz que ha tempos propoz que se solici-tasse da Prefeitura do Recife a restauração dos nomes das ruas do Imperador, da Imperatriz e da princeza Izabel, sua proposta não teve andamento.

Veio depois o decreto abolindo o banimento e a Republica prestou condigna homenagem á memoria dos soberanos Pedro II e Thereza Christina. Em S. Paulo foram restauradas nomes imperiaes. Era o momento de Pernambuco manifestar-se,

Posto em discussão o assumpto o dr. Esmaragdo lembra que as placas deviam ter os nomes dos ultimos imperadores—o que foi approvedo.

Para commemorar no dia 27 do corrente o 59.º anniversario da fundação do Instituto o presidente designou para falar como orador official o socio monsenhor Pereira Alves e o socio dr. Samuel Campêlo para fazer o elogio dos consocios fallecidos durante o anno findo.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Melo**, 1.º secretario; conego **Henrique Xavier**, 2.º secretario.

## SESSÃO MAGNA DE 27 DE JANEIRO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's 19 e 1/2 horas, sob a presidencia do dr. Pedro Celso, tendo á direita o representante do dr. governador do Estado, e o dr. Mario Melo, primeiro secretario, e á esquerda o coronel Fonseca Galvão, commandante interino da Região Militar e o conego Henrique Xavier, segundo secretario, abriu-se a sessão commemorativa de mais um anniversario do Instituto, fundado em 1862 e da expulsão dos hollandezes de Pernambuco.

O dr. presidente proferiu ligeiro discurso sob a data e terminou por dar a palavra ao 1.º secretario para ler o relatório dos trabalhos sociaes no anno anterior, o que o dr. Mario Melo fez lendo trabalho substancioso e brilhante.

Em seguida teve a palavra o dr. Armando Gayoso, official de gabinete do governador do Estado, que pronunciou bello e sugestivo discurso offerecendo ao Instituto a caneta de ouro com que o Presidente da Republica assignou os ultimos actos referentes a melhoramentos de Pernambuco.

O presidente agradecendo a dadiva disse que o Instituto não só guardaria essa reliquia, como ensinaria aos posteros que ella era um instrumento de progresso e um attestado de patriotismo dos srs. drs. **Epitacio Pessoa** e **José Bezerra**.

Foi então dada a palavra ao monsenhor Deão Pereira Alves, orador official da festa, que pronunciou empolgante discurso analogo á data.

Por ultimo o dr. Samuel Campêlo fez em linguagem fluente e elevada o elogio dos socios fallecidos no anno social.

Do Instituto estiveram presentes os socios acima citados e mais Cruz Ribeiro, Fonseca Oliveira, Felipe Monteiro, Carlos Pereira da Costa, Sant'Anna Araujo, Esmaragdo de Freitas, Lins e Silva, Nylo Camara e João Claudio Campêlo.

No salão de entrada tocou a banda de musica do 21.º de caçadores, gentilmente cedida pelo commandante da Região. Fizeram-se representar o Prefeito do Recife e as principaes autoridades.

Antes e depois da sessão foi muito visitado o museu do Instituto. (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **Henrique Xavier**, 2.º dito.

---

#### SESSÃO ORDINARIA DE 1.º DE FEVEREIRO DE 1921

##### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's dezenove horas presentes os drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Cornelio da Fonseca, Oscar Brandão, Turiano Campêlo, conegos Henrique Xavier e João Uchôa, Menna da Costa, foi aberta a sessão. Justificou a falta o socio dr. Ubaldo Gomes de Mattos.

Lidas e approvadas as actas das sessões anteriores foi pelo 1.º secretario accusado o seguinte expediente: officio do secretario geral do Estado remettendo copia de um telegramma do Instituto Historico Brasileiro pedindo informações para o "Dicionario historico e geographico brasileiro"; convite do Centro civico seis de setembro para uma sessão magna a realisar-se em 13 do corrente; officio do chefe da Fiscalisação das Obras do Porto do Recife pondo a disposição do Instituto uma peça de artilheria e uma ancora do extineto arsenal de marinha; carta do dr. Carlos Porto Carreiro dizendo que, com o dr. Sebastião Galvão, representou o Instituto nas homenagens prestadas no Rio aos ex-imperadores do Brasil; officio do Instituto historico da Bahia communicando eleição e posse de sua directoria.



Quanto ao telegramma do Instituto historico brasileiro o 1.º secretario informou que remetteu em maio do anno passa-sa a synthese historica, geographica e ethnographica de Pernambuco para o "Diario brasileiro", tendo sido entregue. Para attender ao convite do centro civico o presidente designou representantes os drs. Oscar Brandão, Cornelio da Fonseca e Samuel Campêlo.

Foram accusadas as seguintes offertas: "Santa", novela cearense pelo autor Pedro Ferreira; "Revista de Historia" pela Sociedade portugueza do Instituto Historico da Bahia; Relatorio do dr. Annibal Freire; Revista da Faculdade de Direito do Recife; Annaes do observatorio nacional do Rio de Janeiro.

Os srs. Sylvio Chartron, Apolonio Peres e dr. Amaro Pedroza offereceram uma medalha commemorativa do 4.º centenario do Brasil, moedas portuguezas de prata e moedas de cobre, prata e bronze da exposiçào municipal de 1917.

Passando-se a ordem do dia o conego Xavier indagou se o Instituto providenciou sobre o pedido de mudança de nomes das ruas 15 de Novembro, Floriano Peixoto e 7 de Setembro, respondendo o 1.º secretario que officiou ao Prefeito conforme a proposta approvada, notando ainda communicaçào sobre o assumpto.

O dr. Mario Mélo diz que o sr. Moysés Florivaldo, redactor do **Jornal do Recife**, possui um velho prelo de madeira em que foram impressas os primeiros exemplares do **Diario de Pernambuco**, hoje o mais antigo da America Latina, e cuja authenticidade é attestada por Pereira da Costa; propõe, com approvaçào unanime, que o Instituto se dirija aquelle cavalheiro afim de obter o alludido prelo para o museu do Instituto.

O conego João Uchôa propõe que o Instituto colloque numa urna distincta os crancos dos padres João Ribeiro e Tenorio, heroes de 1817 e que figuram em nosso museu.

O dr. Mario Mélo lembra que o autor da idéa poderia obter do clero meios para a execuçào do projecto.

Consultada a meza sobre o estado em que se acha o monumento do arrayal velho o 1.º secretario informou que o dr. Anselmo Piretti está tratandõ da doaçào do terreno; o monumento está prompto mas depende ainda de obter-se um conto de réis para seu assentamento, não dispondo o Instituto actualmente dessa quantia.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a sessão. (Assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Melo**, 1.º secretario; conego **Henrique Xavier**, 2.º dito.

## SESSÃO DE ASSEMBLEA GERAL EM 17 DE FEVEREIRO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's dezenove horas reuniu-se o Instituto em assemblea geral para a edição de sua nova directoria, tendo comparecido os socios drs. Pedro Celso, Neto Campello, Mario Melo, Samuel Campêlo, Esmaragdo de Freitas, Amaro Pedroza, Bezerra Leite, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro e Nunes de Mello.

O 1.º secretario fez a leitura dos artigos dos estatutos referentes a eleição e procedida esta, em escrutinio secreto, deu o seguinte resultado: para presidente, dr. Pedro Celso dez votos e dr. Pereira da Costa um; 1.º vice presidente, desembargador Silva Rego onze votos; 2.º vice presidente, dr. Neto Campello nove votos, conego João Uchôa um e dr. Pereira da Costa um; 3.º vice-presidente, dr. Zeferino Agra cinco votos, dr. Pereira da Costa quatro, drs. Neto Campello e Esmaragdo de Freitas um cada um; 2.º secretario, conego Henrique Xavier nove votos e capitão J. A. Marques, dois; adjuntos de secretarios, Manoel Arão oito votos, drs. Cornelio da Fonseca e Esmaragdo de Freitas quatro cada um e Felipe Monteiro tres; oradores, monsenhor Pereira Alves dez votos, dr. Samuel Campêlo seis, dr. França Pereira quatro; adjuntos de orador, capitão J. A. Marques oito votos, dr. Oscar Brandão cinco, dr. França Pereira quatro, drs. Ubaldo Gomes de Mattos, Bezerra Leite e Corrêa de Araujo um cada um; thezoureiro, Cruz Ribeiro nove e Sant'Anna Araujo dois. Tendo havido empate para adjuntos de secretarios procedeu-se a novo escrutinio, que deu o resultado de dr. Cornelio da Fonseca seis votos e dr. Esmaragdo de Freitas, cinco. Comissões: de fundos e orçamentos, dr. Zeferino Agra dez votos, conego Jeronymo de Assumpção e Sant'Anna Araujo sete cada um, conego João Uchôa e dr. Fonseca Oliveira quatro cada um; de estatutos, Manuel Arão e dr. França Pereira oito votos cada um, dr. Fonseca Oliveira cinco, dr. Bezerra Leite dois, Felipe

Monteiro um; de redação da revista drs. Pereira da Costa e Mario Melo, dez votos cada um, dr. Gonçalves Maia nove, dr. Annibal Fernandes, um; de manuscriptos, Eustorgio Wanderley dez votos, Gaspar Rigueira oito, Ambrozio Leite seis, conego Jeronymo Assumpção e Felipe Monteiro dois cada um, Sant'Anna Araujo um; de historia e geographia, drs. Neto Campello, Julio Pires e Silva Rego oito votos cada um, dr. Carlos Pereira da Costa, quatro, drs. Esmaragdo de Freitas e Augusto Rodrigues um cada um; de archeologia e ethnographia, d. Pedro Roeser, drs. Arnobio Marques e João Peretti onze cada um; de admissão de socios, conego Henrique Xavier, dez votos, dr. Samuel Campêlo e capitão J. A. Marques sete cada um, Sant'Anna Araujo trez e dr. Esmaragdo de Freitas dois.

Usando da palavra o dr. Samuel Campêlo apresentou renuncia dos cargos para os quaes foi eleito, allegando falta de tempo para exerce-los, o que não foi accedido pela casa.

O presidente proclamou então os novos eleitos convidando-os a tomar posse, o que foi feito.

O dr. Neto Campello communicou achar-se doente o socio Sant'Anna Araujo e requereu a nomeação de uma commissão para visita-lo, sendo designados os drs. Neto e Samuel Campêlo e o coronel Cruz Ribeiro.

Por fim o dr. presidente designou o dr. Esmaragdo de Freitas para fazer uma conferencia em 6 do anno proximo, anniversario da revolução de 1817 e encerrou a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavaleanti, presidente; Mario Melo, 1.º secretario; conego Henrique Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO MAGNA DE 6 DE MARÇO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

Em commemoração a data da revolução republicana de 1817, o Instituto em conjuncto com a Liga contra o analfabetismo, fundada pelo mesmo Instituto ha quatro annos passados realizou uma brilhante sessão civica que foi muito concorrida, tendo comparecido o tenente Djalma Ribeiro representando o general commmandante da região militar, o dr. Candido Duarte, representando o prefeito do municipio, o tenente José Pereira de Carvalho representando o commantante da força publica estadual, o dr. Carlos Xavier Paes Barreto,



representante do Instituto historico do Estado de Espirito Santo, exmas. familias, pessoas de destaque social, representantes da imprensa, etc.

A's dezenove e meia horas o presidente dr. Pedro Celso abriu a sessão, dirigindo ao auditorio patriotico e bella allocução.

Deu depois a palavra ao apreciado e talentoso belletrista dr. Esmaragdo de Freitas que pronunciou formosa conferencia que foi muito applaudida.

Em seguida teve a palavra o dr. Christiano Cordeiro orador official da Liga Pernambucana contra o anaphabetismo, que por espaço de vinte minutos, prendeu a attenção da assistencia, sendo muito cumprimentado ao terminar.

O presidente saudou o dr. Carlos Xavier socio correspondente que se achava presente pela primeira vez e é orador do Instituto historico do Espirito Santo. Em agradecimento o dr. Carlos Xavier disse que estava ausente de Pernambuco há treze annos mas sempre presente pelo coração, sentia-se orgulhoso assistindo a esta reunião e desvanecido com as palavras do sr. presidente, pedindo permissão para felicitar o instituto pela solennidade que commemorava.

Em seguida o dr. Oscar Brandão fez um vibrante discurso que despertou enthusiasmo. Por fim o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.

Assignaram o livro de comparecimento os socios: drs. Pedro Celso, Silva Rego, Neto Campello, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Oscar Brandão, Esmaragdo de Freitas, José de Barros Lima, Candido Duarte, Bezerra Leite, Carlos Xavier, conego Henrique Xavier, monsenhor Pereira Alves, Euclides Fonseca, Felipe Monteiro e Mena da Costa. (Assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego Henrique Xavier, 2.º dito.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 17 DE MARÇO DE 1921

### Presidência do dr. Pedro Celso

A's dezenove horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Samuel Campêlo, Carlos Pereira da Costa, Fernando Barroca, Oscar Brandão, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Gaspar Regueira, e Menna da Costa, abriu-se a sessão.

Justificaram faltas o desembargador Silva Rego e Sant'Anna Araujo

Lidas as actas das sessões anteriores foram aprovadas sem debate.

O 1.º secretario leu o seguinte expediente: carta do dr. Anselmo Piretti enviando a escriptura da doação de uma faixa de terras do seu sítio ao Instituto para erecção de monumento do arrayal do Bom Jesus, terreno avaliado em 500\$00, conforme consta da mesma escriptura — o presidente determinou que fosse lançada em acta um voto de profundo agradecimento ao doador e decidiu que a meza lhe fosse, pessoalmente, manifestar a gratidão do Instituto; officio da Sociedade de Medicina communicando desistindo de alugar uma das salas do Instituto para seu funcionamento; carta de d. Joanna Claudia de Mello, genitora do joven Viriato Claudio de Mello, morto na guerra europêa como voluntario do exercito americano, communicando que viria pessoalmente trazer ao Instituto a bandeira dos Estados Unidos que cobrira o cadaver do seu filho e lhe fora enviada pelo governo daquelle paiz; officio do Instituto geographico da universidade real hungara, em Debreezen, pedindo um auxilio por estar aquelle paiz reduzido á miseria em virtude da guerra.

Foram registrados as seguintes offeras: "Primeiro congresso de protecção á infancia"; "Boletim da Academia Nacional de Historia" e varios catalogos; um merakitã (jade) ornamento de indios encontrado em Flores pelo preparatoriano Sebastião da Silva; um fossil encontrado na serra do Araripe, contendo quatro peixes, oferta do dr. Mario Melo; uma pistola com que o voluntario pernambucano Maximiano Rodrigues de Araujo fez a campanha do Paraguay, por Sant'Anna Araujo.

O dr. Mario Melo declarou, relativamente ao officio do secretario geral do Estado lido na sessão anterior, que o secretario perpetuo do Instituto historico brasileiro lhe telegraphara dizendo haverem todos os Estados accusado contribuição especial para o "Dicionario historico, geographico e ethnographico brasileiro" menos Pernambuco; que, entretanto o governo telegraphou ao mesmo Instituto dizendo que a contribuição enviada pelo declarante era esposada pelo Estado, ficando assim sanada a falta.

Tambem declarou o dr. Mario Melo que fizera transportar de sua casa, offerecendo ao Instituto, cerca de mil volumes que pertenceram á sua bibliotheca; o presidente mandou re-

gistrar na acta um voto de agradecimento e lembrou que se poderiam reunir esses volumes em um só estante, com o distico de bibliotheca Mario Melo — o que foi aprovado.

O dr. Samuel Campêlo communicou que em companhia do dr. Oscar Brandão representara o Instituto na sessão magna do "Centro Civico 6 de Setembro", realizada no theatro Santa Izabel e que, em companhia do dr. Neto Campello e coronel Cruz Ribeiro visitara o consocio Sant'Anna Araujo, que se acha doente.

O conego Henrique Xavier, em nome da commissão promotora da festa para a inauguração do altar-mór da matriz de S. José, convidou o Instituto para assistir dita festa; foi nomeada para tal fim uma comissão composta dos drs. Mario Mélo, Oscar Brandão e Samuel Campêlo.

O dr. Carlos Pereira da Costa leu o seu parecer sobre a antiga proposta do dr. Samuel Campêlo para que o Instituto adoptasse os dez mandamentos, civicos formulados pelo conhecido homem de letras Coelho Neto, accitando a proposta e lembrando que os mandamentos deviam ser escriptos em pergaminhos e enviados para o Rio afim de receberem a assignatura authographa de Coelho Neto e depois então collocados em um quadro no salão do instituto, o que foi aprovado unanimemente.

O presidente diz que, como é sabido, todos os recursos do Instituto foram gastos na remodelação do predio social; a vida tem encarecido continuamente; os trabalhos typographicos estão por preço triplicado, motivo porque a Revista do Instituto tem diminuido o numero de paginas, tornando-se menos interessante; lembra que agora que o Congresso Estadual e o Conselho Municipal estão abertos deve o Instituto dirigir-se a um e a outro, bem como aos respectivos chefes executivos, expondo a situação, afim de que o Estado augmente a subvenção dada á Sociedade e o Municipio restabeleça a que fôra dada no inicio da Republica e que depois fôra suspensa devido as condições financeiras; a idéa foi unanimemente aprovada, ficando a каза de providenciar sobre o assumpto.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1. secretario; conego Henrique Xavier, 2.º dito.



## SESSÃO ORDINARIA DE 31 DE MARÇO DE 1921

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's dezenove horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Silva Rego, Samuel Campêlo, Carlos Pereira da Costa, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Eustorgio Wanderley e Menna da Costa, abriu-se a sessão, tendo faltado com causa justificada os drs. Bezerra Leite, Neto Campello e o major Sant'Anna Araujo.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, passou-se ao expediente que constou de: um officio do Instituto de Sciencias e Letras, recentemente fundado nesta cidade, pedindo permissão para funcionar em uma das salas do Instituto, o que foi entregue á deliberação da meza; um numero da "Revista Maritima Brasileira" offerecido pela respectiva direcção; o numero 34 da "Revista do Instituto do Ceará"; os "Annaes do primeiro congresso de protecção a infancia"; uma bandeira brasileira que pertenceu a 1.<sup>a</sup> escola do sexo masculino do bairro de Santo Antonio, regida pelo professor Augusto José Mauricio Wanderley e que figurou nas festas promovidas nesta capital em homenagem á promulgação da data de 13 de maio; descripção completa dos festejos escolares havido nesta cidade por occasião da referida promulgação em 1888; estatutos do extincto "Clube dramatico familiar" e varios diplomas do mesmo clube e da "Sociedade propagadora da instrucção publica" datada de 1872, offertas feitas pela familia daquelle professor.

Foram lidos um telegramma do dr. Fernandes Lima, governador do Estado de Alagoas, e um cartão do consocio conego Jeronymo Assumpção enviando pezames pelo fallecimento do consocio capitão J. A. Marques.

O presidente lembrou que breve passará pelo porto desta cidade o consocio general Joaquim Ignacio, em viagem para o Rio, devendo o Instituto ir cumprimenta-lo.

O dr. Mario Mélo communicou que o consocio dr. F. A. Pereira da Costa soffreu ha dias um accidente que o levou ao leito e que elle, secretario perpetuo, visitou o digno consocio em nome do Instituto.

O dr. Samuel Campêlo lembra que passando a data natalicia do consocio Sant'Anna Araujo devia o Instituto mandar cumprimenta-lo; sendo para esse fim nomeada uma com-

missão composta dos drs. Samuel Campêlo, Carlos Pereira da Costa e Menna da Costa.

O presidente communica a casa o fallecimento do prestimoso consocio vice-orador capitão dr. José Antonio Marques, faz o elogio do morto e diz que o Instituto se fez representar no enterro e nas missas do 7.º dia, e, em signal de pezar foi a sessão levantada. (assignados)— **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **H. Xavier**, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINARIA DE 14 DE ABRIL DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Silva Rego, Samuel Campêlo, Cornelio da Fonseca, Oscar Brandão, Conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Ambrozio Leite e Nunes de Mello, abriu-se a sessão.

Foi justificada a falta do consocio Sant'Anna Araujo.

Lida e aprovada a acata da sessão anterior foi tambem lido um officio do Instituto Historico do Rio Grande do Sul communicando haver remettido o primeiro numero de sua revista.

Foram acusadas as seguintes offeras: "Revista maritima brazileira"; o **Espositor**; o **Estandarte**; a bandeira americana com que foi coberto o cadaver do voluntario pernambucano Viriato Claudio de Mello; "Catalogo de philologia classica e archeologica" e uma medalha commemorativa da inauguração da estatua do conde da Boa Vista, no Recife, offera do consocio dr. Zeferino Agra.

O presidente communicou que, com os drs. Gonçalves Maia e Zeferino Agra, procurara o dr. José Bezerra, governador do Estado, a quem expusera a situação financeira do Instituto, mostrando-lhe que a subvenção dada pelo governador era a mesma do tempo da monarchia, não obstante estar quadruplicado o preço de tudo; o governador acolheu bem o pedido e prometteu solicitar do Congresso que duplicasse a subvenção. Em virtude disso convinha dar um numero especial da nossa Revista, em 1922, commemorativa do Centenario da Independencia Patria.

O dr. Mario Mélo disse que, por circumstancias conhecidas, o Instituto não podia executar o programma em tempo

apresentado para a commemoração daquelle centenario; convinha entretanto, organizar-se um programma de theses sobre o desenvolvimento de Pernambuco, nos cem annos decorridos, para serem discutidos pelos socios que se offeressem ou pelos que fossem designados por parte do Instituto. Sobre o assumpto se manifestaram os drs. Cornelio da Fonseca, Samuel Campêlo, Oscar Brandão, Silva Rego e Pedro Celso ficando aprovado: 1.º que as dissertações deveriam ser entregues até, no maximo, o dia 31 de dezembro do corrente anno; 2.º que cada dissertação devia ser a mais synthetica possível, não ultrapassando de cincoenta folhas escriptas em um só lado; 3.º que a nenhum trabalho fosse publicado antes de examinado se estava em condições e que se o caso de haver mais de uma dissertação sobre a mesma these fosse escolhida a julgada melhor; 4.º que se, no prazo de trinta dias, nenhum socio procurasse se inscrever para dissertar qualquer das theses, que ficariam na Secretaria as suas disposições, o Instituto as distribuiria aos que lhe afigurassem mais competentes.

O thezoureiro Cruz Ribeiro apresentou o balancêto das despezas do anno de 1920 pelo qual se verificou que o Instituto dispendeu 77:338\$000, havendo um saldo de 40\$370 e mais duas apolices de um conto de réis, cada uma; o balancêto foi á commissão de fundos para emittir parecer.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINARIA DE 28 DE ABRIL DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Neto Campello, Cornelio da Fonseca, Oscar Brandão, Samuel Campêlo, conego Henrique Xavier, monsenhor Joaquim Silva, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite, abriu-se a sessão.

Faltaram com causa justificada os socios drs. Alfredo Gama e Thomé Gibson.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, foram acasadas as seguintes offertas: — uma medalha de prata de trez



patacas, do anno de 1810, pelo sr. Antonio Ribeiro Filho; uma medalha commemorativa do primeiro centenario da fundação da loja maçonica "Seis de Março de 1817" pela mesma loja; a bandeira brasileira que cobriu o caixão do embaixador Joaquim Nabuco, pelo dr. Zeferino Agra; o "Album de Sergipe" pela Bibliotheca publica de Aracajú; "Inventorias e testamentos" (cinco volumes) pelo governo de S. Paulo e varios volumes pelo senador João Lyra.

O dr. Mario Mélo diz que o sr. José Theophilo de Albuquerque, do engenho Itapissuma de Cima, escrevera ao dr. Neto Campello sobre a naturalidade do patriota de 1817 Amaro Gomes Coutinho, que, por pesquisas feitas e indagações, não nasceu na Parahyba mas sim em Pernambuco. Elle, dr. Mario, conhece descendentes daquelle patriota, os quaes sabem, por tradição da familia, que o mesmo fôra creança para a Parahyba mas não nascera alli; propunha que se fizesse uma investigação completa sobre o assumpto. Depois de falarem os drs. Neto Campello, Cornelio da Fonseca e Samuel Campêlo ficou resolvido que, a bem da verdade historica, fosse solicitada a cooperação do Instituto historico parahybano.

O socio Sant'Anna Araujo, depois de agradecer as homenagens que lhe prestou o Instituto por occasião do accidente de que fôra victima e pelo seu natalicio, disse saber da existencia de um palanquim na matriz de Santo Antonio, do Recife, obra d'arte rarissima. O dr. Neto Campello opina que o Instituto deve sollicitar os bons officios do consocio monsenhor Silva, vigario daquelle freguezia, no sentido de ser o palanquim recolhido ao muzeu do Instituto. Monsenhor Silva declara que não tem intervenção na Irmandade e louvou o interesse com que esta tem conservado aquelle tradicional objecto, recusando offeras valiosas por elle. Ficou deliberado que o Instituto nomeasse uma commissão para se dirigir á mesa da Irmandade, sendo designados o dr. Neto Campello, o major Sant'Anna Araujo e o tenente Ambrozio Leite.

O dr. Samuel Campêlo diz que tambem existe um palanquim no engenho Gaipiô, de Ipojuca, propriedade do dr. Ambrozio Machado, por intermedio de quem deve o Instituto procurar recolher dito objecto ao seu muzeu, o que é unanimemente aprovado.

O socio Ambrozio Leite propõe que se colloque uma lapide commemorativa no local em que foi instalado em Olinda, o curso juridico. O dr. Neto Campello acha prematura a

proposta porque a homenagem deve ser prestada, no centenario do facto, em 1927, pela geração que nessa epoca cursar a Academia de Direito. Ficou resolvido que, oportunamente, se os estudantes, não collocassem a lapide, o Instituto o fará.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignado) **Pedro Celso Uehôa Calvacanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **Conego H. Xavier**, 2.º dito.

### SESSÃO ORDINARIA DE 12 DE MAIO DE 1921

#### Presidencia do dr. Pedro Celso.

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Silva Rego, Neto Campello, Oscar Brandão, Cornelio da Fonseca, Conego Henrique Xavier, abbade d. Pedro Roeser, Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo e professor Euclydes da Fonseca e Eustorgio Wanderley, abriu-se a sessão. Lida e aprovada a acta da sessão anterior o 1.º secretario, leu, na hora do expediente, uma carta do dr. Ambrosio Machado lamentando que não exista mais no engenho Gaipiô o palanquim que o Instituto desejava para o seu muzeu; um officio da Irmandade do Sacramento da matriz de Santo Antonio declarando que a andorinha em que outrora se conduzia o Viatico ficará no consistorio da Igreja para ser admirada pelos irmãos presentes e futuros, motivo porque a não cede para o muzeu do Instituto; um officio do Circulo das Bellas Artes, communicando que vai fazer exposiçãõ de arte e pedindo um dos Salões do Instituto para realizal-a; cartas dos consocios drs. Joaquim Nunes de Oliveira, França Pereira, Thomé Gibsou, monsenhor Pereira Alves e Pedro Soares justificando suas faltas à sessão. Foram accusadas as seguintes offertas: — uma moeda com effigie do marechal Floriano Peixôto, uma moeda de cobre do 2.º imperio pelo snr. Ozidio Martins Pereira; uma moeda franceza e outra allemã, encontrada em Verdun, pelo sr. Sylvio Nery da Fonseca; um volume dos annaes do Gremio dos professores primarios do Recife, correspondentes a 1883 e 1884, pelo professor Eustorgio Wanderley; um volume da "Methaphisica versus phenomenismo" pelo autor, conego Florentino Barboza; dois volumes da "Revista da historia de Portugal" e um da "Liga Maritima Brasileira" pelas respectivas redações.



Tratando-se do pedido do Circulo de Bellas Artes, foi concedido.

O socio Sant'Anna Araujo presenteou, em nome do sr. José Jeronymo de Souza Azevedo, o Instituto com uma copia da acta da sessão inaugural da exposição de productos de Alagoas ao Ceará, em 1861, e noticias de jornaes da epoca, por onde se vê que foi o padre Francisco João de Azevedo o inventor da machina de escrever.

Passando-se á ordem do dia, o presidente, attendendo ás inscripções e á competencia de cada um, distribuiu, com aprovação da casa, as theses a serem dissertadas para serem publicadas em 1922, do modo seguinte: — Ethnographia. I — Tribus que habitavam Pernambuco na epoca de seu descobrimento, costumes e usos, estado actual — dr. Bianor de Medeiros; II — A raça negra em Pernambuco, seus usos e costumes — dr. Lins e Silva; III — O portuguez, o hollandez, o francez, o inglez, o italiano e individuos de outras raças, contingente com que contribuíram em Pernambuco para a formação do typo brasileiro. — dr. Raul Azedo. Historia Politica — I — Descobrimto de Pernambuco, feitorias antes á chegada do primeiro donatario — dr. Oliveira Lima; II — Duarte Coelho e seus descendentes, fundação de Igaracú e Olinda — dr. Rodolpho Garcia; III — Governo hollandez em Pernambuco — dr. Sebastião Galvão; IV—Quilombos dos Palmares, seu inicio e seu fim — Manuel Arão; V — Guerra dos mascates, Bernardo Vieira de Mello — dr. Arthur Muniz; VI — A republica em Pernambuco, seu desenvolvimento a partir de 1710 e como foi instituida em 1889 — dr. Carlos Porto Carneiro; VII — A republica de 1817 — Vicente Themudo; VIII — Revolução contra o regimen absoluto — dr. F. A. Pereira da Costa; IX — Confederação do Equador — monsenhor Pereira Alves; X — Revolução de 1848 — dr. Gonçalves Maia. Historia religiosa — I — Religião catholica — conego Carmo Baratta; II — Religiões acatholicas — professor Jeronymo Gueiros; III — Religião dos indios e dos negros, credices populares — abade d. Pedro Roeser. Historia administrativa — I — Donataria, capitania, provincia, estado, periodos anormaes — dr. Fernando Barroca. Historia militar — I — Como se constituíram em Pernambuco as primeiras forças regulares, principaes feitos das armas pernambucanas no regimen colonial, no provincial, nas guerras externas — marechal Dantas Barreto. Historia judiciaria — I—A justiça no tempo dos donatarios, dos hollandezes e dos capitães ge-



neraes; ouvidores, comarcas, tribunaes — desembargador Silva Rego. Historia economica e financeira — I—Historia economica de Pernambuco desde o regimen colonial, systema tributario, sua evolução, divida publica — dr. Andrade Bezerra; II—A industria em Pernambuco, sua evolução — Apolonio Peres; III—Commercio, sua evolução, importação, exportação, instituições commerciaes — Othon Lynch B. de Mello; IV—Agricultura, sua evolução, productos principaes — dr. Ignacio de Barros Barreto; V—Pecuaria — Gaspar Peres; VI—Viação — dr. Ubaldo Gomes de Mattos. Historia litteraria — I—A poesia desde Bento Teixeira, a historia, o romance, a critica litteraria, associações litterarias — conego Xavier Pedroza; II—O jornalismo, primordios, evolução da imprensa—dr. Oscar Brandão; III—O theatro desde Jorge de Albuquerque Coelho — dr. Samuel Campêlo; IV—As sciencias em Pernambuco, na sua evolução, ramos que foram e são cultivados, associações sicientificas — dr. Octavio de Freitas. Historia das artes — I—As artes em Pernambuco, a missão artistica de Mauricio de Nassau, ramos que foram e são cultivados, associações artisticas — professor Eustorgio Wanderley; Historia da instrucção — I—A instrucção em Pernambuco a partir da chegada dos jesuitas, a escola militar em Pernambuco, influencia do seminario e do curso juridico de Olanda em todo o norte do Brasil, instrucção primaria, secundaria, superior, artistica e profissional — dr. Pedro Celso. Historia parlamentar — I—Assembléa lègislativa hollandeza no Recife, Pernambuco nas còrtes de Lisbôa e no parlamento nacional, historia do poder legislativo do Estado, conselhos de provincia, assembléa provincial, congresso estadual — dr. Neto Campello.

É nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (Assignados) Feôro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mêlo, 1.º secretario; conego Henrique Xavier, 2.º dito.

### SESSÃO ORDINARIA DE 26 DE MAIO DE 1921

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Silva Rego, Mario Mêlo, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo. Manuel Arão, Ambrozio Leite e Eustorgio Wanderley, abriu-se a sessão.

Justificaram suas faltas os socios drs. Zeferino Agra e Thomé Gibson.

Lida e approvada a acta da sessão anterior foram lidos, no expediente, officios dos socios mosenhor Pereira Alves, Othon Bezerra de Mello e Eustorgio Wanderley communicando que dissertariam sobre as theses que lhe foram distribuidas e um convite do centro academico de commercio de Pernambuco para as conferencias que vai realizar na Associação dos Empregados no Commercio.

Foram acusadas as seguintes offertas: pelo coronel Domingos de Araujo Ferraz os seus livros "O molhe de Olinda", "O porto de Pernambuco" e "Navegação nacional" e pelo dr. Sylvio Bocanera Junior o seu folheto "Nacionalidade ou indianismo?".

O conego Henrique Xavier communicou que o conego Xavier Pedroza vai dissertar sobre a these que lhe foi designada, devendo depois mandar por escripto a resposta ao officio que lhe foi dirigido nesse sentido.

O socio Sant'Anna Araujo declara que o Instituto visitou o general Joaquim Ignacio em sua passagem ultima pelo Recife.

O presidente diz que o Instituto tambem se fez representar na festa da inauguração do Instituto de sciencias e letras de Pernambuco.

O socio Manuel Arão communica que o Instituto o incumbira ha tempos de conseguir a retirada do nome de Luiz do Rego de uma das ruas desta capital; somente agora pudera cumprir o compromisso tomado, apresentando ao Conselho Municipal um projecto que foi logo subscripto pela maioria, mandando substituir o nome do carrasco dos heroes de 1817 pelo do embaixador dos revolucionarios — Antonio Gonçalves da Cruz Cabugá. Está certo de que o projecto será approvado e obterá a sanção do executivo municipal. O presidente declara que o Instituto fica satisfeito e agradecido, mandando registrar em acta um voto nesse sentido.

Pelo 1.º secretario foi lido o parecer da commissão de fundos e orçamentos approvando os actos do thezoureiro no anno de 1920; posto em discussão o mesmo parecer foi unanimemente approvado.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINARIA DE 9 DE JUNHO DE 1921

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Gervasio Fioravanti, Samuel Campêlo, conego Henrique Xavier, Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão.

Justificaram falta os socios drs. Cornelio da Fonseca e Fonseca de Oliveira.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario procedeu a leitura do expediente que constou de uma carta do dr. Raul Azedo declarando que aceitava a incumbencia de dissertar sobre a these que lhe foi distribuida.

Foram acusadas as seguintes offertas: pelo sr. Manuel do Nascimento Rego Monteiro duas bandeiras da extincta sociedade musical "Sete de Setembro", a qual existiu nesta capital; pelo sr. Luciano Cezar Vareda, treze moedas de prata e cobre; pelo sr. Carlos Malheiros Dias, alguns fasciculos da "Historia da colonização portugueza", pela bibliotheca nacional de Costa Rica, um volume do seu "Boletim"; pela viuva do consocio Alfredo de Carvalho, o busto deste, em marmore; livro de actas e demais documentos que serviram áquelle fim.

A seguir o 1.º secretario leu dois officios do socio correspondente José Theophilo Carneiro de Albuquerque — um contendo dados genealogicos sobre o tenente Diogo Soares de Albuquerque Filho, revolucionario de 1824 e outro sobre a naturalidade de Amaro Gomes Coutinho, heroe parahybano de 1817, mas que pela tradição de familia deveria ter nascido no engenho Mereré, de Goyanna, deste Estado de Pernambuco.

O socio dr. Gervasio Fioravanti justificou as faltas que dera em sessões anteriores.

Foram mandados inserir na acta votos de pesar pelos falecimentos dos socios correspondentes monsenhor Raymundo Fenna Forte e coronel Pinto da Fonseca e pela morte da genitora do consocio dr. Eduardo de Moraes.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Melo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.



## SESSÃO ORDINARIA DE 27 DE JUNHO DE 1921

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Neto Campello, Cornelio da Fonseca, Samuel Campêlo, Fonseca de Oliveira, conego Henrique Xavier, Sant'Anna Araujo e Nunes de Mello, abriu-se a sessão.

Justificaram suas faltas os socios drs. Gervasio Fioravanti, Oscar Brandão, Zeferino Agra e professor Eustorgio Wanderley.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o expediente constou de uma carta do Instituto commercial de Rio Claro, São Paulo, pedindo as publicações nossas para sua bibliotheca; um cartão do socio dr. Eduardo de Moraes agradecendo a manifestação de pesar feita pelo Instituto quando do fallecimento de sua genitora.

Foram acusadas as seguintes offeras: catalogos varios e um exemplar da "Geographia do Brazil para acompanhar o mapa geologico do Brazil" pelo professor John Casper Bran-ner.

O dr. Pedro Celso, em nome da Liga contra o analfabetismo, convidou o Instituto para assistir á conferencia que vai pronunciar, sabado proximo, o professor Edgard Mendonça.

O dr. Mario Mélo communica que tem recebido varios pedidos de S. Paulo e Bahia para a remessa de uma reprodução do retrato do coronel José de Barros Falcão de Lacerda, heroe de Pirajá e das revoluções de 1817 e 1824, mas infelizmente o Instituto não possui o retrato daquelle heroe, motivo pelo qual fez uma publicação pela imprensa, no sentido de obter informações sobre o assumpto.

O socio Sant'Anna Araujo tratou da discussão havida em alguns jornaes do Recife sobre a venda do palacio episcopal da Soledade, consultando si não devia o Instituto manifestar-se a respeito. O dr. Mario Mélo disse que o Instituto poderia dar voto sobre a questão technica se fosse consultado quanto a tradição, estando, porem, a discussão no terreno religioso e tendo sido provocada por um membro do clero, tomando caracter particular nella não devia o Instituto intervir — o que foi unanimemente aprovado.

O presidente designou o socio dr. Samuel Campêlo para

fazer o discurso official da sessão solenne de 2 de julho proximo.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO SOLEMNE DE 2 DE JULHO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's dezenove horas, reuniu-se o Instituto para commemorar a data da proclamação da Confederação do Equador, sob a presidencia do dr. Pedro Celso, que pronunciou ligeiro discurso explicando o motivo da sessão e dizendo que todos os povos procuravam inspirar-se nos actos de seus antepassados. Hoje, mais do que nunca, deviamos olhar para os dias decorridos; todas as nações civilizadas do mundo, depois do sanguinolento cataclismo que enluctou a Europa, procuram preparar-se para uma paz consolidada, garantia do futuro; o Brasil deve garantir-se tambem para um lugar condigno nesse concerto e assim cumpre que nos robustecemos com fé na Patria, procurando os exemplos dignos de nossos maiores.

Dada a palavra ao orador official dr. Samuel Campêlo este leu bem elaborado trabalho em que dava explicação de 2 de julho na historia patria: na Bahia a consolidação da independência do Brazil, resultado para o qual tanto concorreram os pernambucanos commandados por José de Barros Falcão de Lacerda, o heroe de Pirajá, revolucionario de 1817 e de 1824; em Pernambuco, a reunião das Provincias do Norte constituindo-se uma confederação republicana contra o despotismo de Pedro I. Tinha duvidas sobre qual dos feitos de 2 de julho seria de maior significação historica, si o da Bahia unificando o imperio, si o de Pernambuco, subdividindo-o para felicidade de uma região abandonada. (Nesse ponto de seu discurso a sala ficou ás escuras por uma interrupção geral no serviço de iluminação da cidade e o orador concluiu de improviso sua oração). Explicou o que fôra a Confederação do Equador, como se originara, quaes os seus cabeças e mostrou o fim que elles tiveram — uns expatriados, para salvar a vida, outros enforcados para salvar a honra.

O auditorio aplaudiu o orador com prolongada salva de palmas.

Assignaram o livro de presença os socios drs. Pedro Celso, Silva Rego, Samuel Campêlo, Mario Mélo, Bezerra Leite, major Sant'Anna Araujo e Felipe Monteiro, estando presentes tambem muitas familias e outras pessoas gradas. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **H. Xavier**, 2.º dito.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 21 DE JULHO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Cornelio da Fonseca, conegos Henrique Xavier e Jeronymo de Assumpção, professor Eustorgio Wanderley e Sant'Anna Araujo foi aberta a sessão.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores, o 1.º secretario deu conta do seguinte expediente: — carta de despedidas do arcebispo d. Sebastião Leme; officio do Instituto Geographico da Bahia pedindo auxilio para a construcção de seu edificio; officio do Instituto Historico do Rio Grande do Sul agradecendo a remessa de livros para a sua bibliotheca; officio do secretario geral da commissão organizadora do VII Congresso de Geographia acusando o recebimento da adhesão do Instituto e carta do dr. Bianor de Medeiros excusando-se por não ter tempo de escrever a these que lhe fôra distribuida.

Foram acusadas as seguintes offertas: "O vinculo entre o Estado e os funcionarios", "Inventarios e testamentos" (cinco volumes) publicação do governo de S. Paulo; duas moedas de cobre pelo professor Eustorgio Wanderley; uma moeda de bronze commemorativa da sagração do primeiro cardeal da America Latina, pelo arcebispo d. Sebastião Leme; o esboço da estatua de Wanderkolk pelo sr. Caetano da Costa Moreira.

O conego Jeronymo Assumpção justificou suas faltas á sessões anteriores e agradeceu o comparecimento a seu desembarque quando regressou do interior do Estado onde fôra convalescer.



O dr. Mario Mélo justificou a ausencia do socio dr. Bezerra Leite.

O presidente designou os socios drs. Cornelio da Fonseca, Bezerra Leite, professores Eustorgio Wanderley, Gaspar Regueira e major Sant'Anna Araujo para comparecerem ao embarque do arcebispo d. Leme e convidou a directoria para incorporar-se á commissão.

O dr. Mario Mélo lê uma carta do socio correspondente dr. Luiz Estevam sobre a naturalidade de Marcilio Dias, que está sendo reivindicado para o Sul, quando elle nasceu em Pernambuco, conforme affirmam alguns escriptores; propõe que se investigue, no ministerio da Marinha, se será possivel fazer-se luz sobre o assumpto, pois nos assentamentos de praça deve existir algo a respeito.

O presidente designa o socio dr. João Aureliano Corrêa de Araujo para substituir o dr. Bianor de Medeiros na dissertação da these para o livro do Centenario.

Foi mandado lançar em acta um voto de pezar pelo fallecimento de d. Henriqueta Cavalcanti, sogra do consocio dr. Oliveira Lima.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; Eustorgio Wanderley, 2.º secretario ad-hoc.

---

#### SESSÃO ORDINARIA DE 4 DE AGOSTO DE 1921

##### Presidencia do dr. Pedro Celso

A' quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Neto Campello, Samuel Campêlo, professor Eustorgio Wanderley, Cruz Ribeiro e Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão, convidando o presidente o socio Eustorgio Wanderley para servir de 2.º secretario por ter faltado o effectivo e seus suplentes.

Justificou sua ausencia o desembargador Silva Rego.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o expediente constou de uma proposta apresentando para socio correspondente o dr. Mario da Veiga Cabral, autor da "Chorographia do Brazil" e da "Historia do Brazil" e de um telegramma do dr. Alfredo Pinto, ministro do Interior, pedindo copia

de retratos dos precusores da Independencia, inclusive Bernardo Vieira de Mello.

A proposta foi á commissão de syndicancia e quanto ao pedido do ministro informou a secretaria não haver retrato de Bernardo Vieira mas sim de outros precusores. O professor Eustorgio Wanderley declarou que organizara o esboço de um quadro historico em que se vê Bernardo Vieira, cujo typo fôra reconstituído de acordo com informações prestadas pelo saudoso major José Domingues Codeceira. Determinou o presidente, de acordo com a casa, que se mandasse a reprodução photographica do quadro e de outros proceres da independencia, uma vez que o ministro os quer para a commemoração da independencia patria.

A' Secretaria communicou que o dr. Caio Pereira offerera á colleção do Instituto uma moeda portugueza de prata.

O socio Sant'Anna Araujo fez sciente á casa que a commissão designada comparecera ao embarque do arcebispo d. Sebastião Leme.

O dr. Mario Mélo communicou que escrevera para o Setimo Congresso de Geographia a reunir-se na Parahyba e ia remetter a seu destino uma memoria historico-geographica sobre o Recife e outra sobre o Monte dos Tabocas, esta ultima acompanhada de um mappã em que se localisa com segurança o espigão, visitado pelo autor, em que se feriu a primeira batalha dos insurrectos pernambucanos contra os invasores hollandezes.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; dr. José Cornelio da Fonseca, suplente de 2.º secretario.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 1.º DE SETEMBRO DE 1921

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Cornelio da Fonseca, Carlos Pereira da Costa, Esmeragdo de Freitas, coronel Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro, Ambrozio Leite e Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão.

Justificaram suas ausencias os drs. Samuel Campêlo, Bezerra Leite e Correia de Araujo.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior passou-se ao expediente que constou de: uma carta do socio 2.º secretario conego Henrique Xavier pedindo licença por ter de retirar-se da capital durante dois mezes; uma carta do chefe do gabinete do ministro da Marinha communicando que, segundo investigações feitas no archivo d'aquelle ministerio, o imperial marinheiro Marcilio Dais nasceu em S. José do Norte, da antiga provincia do Rio Grande do Sul.

Foram acusadas as seguintes offertas: uma cedula de 10\$000 do Imperio, pelo dr. Affonso Neves Baptista e uma moeda de prata de 1780, pelo dr. Oswaldo Cabral de Mello.

O 1.º secretario communicou que o socio Domingos de Sampaio Ferraz passava a residir no Rio de Janeiro e assim ia para a classe dos correspondentes; antes de se retirar, porém, offerecera ao Instituto copia do "Itinerario de Frei Caneca", documento da revolução de 1824, colhido pelo general Abreu e Lima.

O dr. Carlos Pereira da Costa communicou que enviara ao Congresso de Geographia a reunir-se em breve na Parahyba o seu trabalho "Chorographia da Parahyba", 2.º volume que pretende escrever sobre chorographia do Brazil.

Lido parecer favoravel da commissão de admissão foi eleito socio correspondente o dr. Mario da Veiga Cabral.

O socio Felipe Monteiro communica que por proposta sua, do professor Rodolpho Lima e do dr. João Motta a escola Pinto Junior vae offerecer á bibliotheca do Instituto varios volumes encadernados de jornaes de Pernambuco.

O dr. Mario Mélo disse que o Instituto ha annos resolveu levantar um monumento no local em que existiu o forte de Arrayal (sitio hoje do dr. Anselmo Peretti); mandou preparar o monumento que é de granito, já tendo o dr. Peretti cedido o local por escriptura publica. O Instituto não dispõe de meios para erguer dito monumento e por isso vem propor que se apelle para o patriotismo do coronel Lima Castro, prefeito do Recife, no sentido de completar a obra, calculando que a despeza será de um conto de réis — o que foi aprovado unanimemente.

O presidente declara que aquelle prefeito tambem pretende erigir um monumento no jardim 13 de maio, conforme lhe disse acrescentando que desejaria ouvir o Instituto a respeito do assumpto.

O dr. Esmaragdo de Freitas communica a casa o fallecimento do general Thaumaturgo de Azevedo, presidente da



Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e socio correspondente deste Instituto, sendo deliberado que se levantasse a sessão em signal de pezar e se telegraphasse áquella Sociedade dando pezames.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Calso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; José de Barros Lima, servindo de 2.º.

## SESSÃO ORDINARIA DE 22 DE SETEMBRO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Neto Campello, Jose de Barros Lima, Samuel Campêlo, general Rego Barros e Sant'Anna Araujo foi aberta a sessão.

Não tendo comparecido o 2.º secretario nem seus suplentes o presidente designou o socio dr. Barros Lima para ocupar aquella cadeira. Foram justificadas as faltas dos socios drs. Fonseca Oliveira, Thomé Gibson e do coronel Cruz Ribeiro.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o expediente constou de: um officio do consocio Eduardo de Lima Castro, prefeito do Recife, communicando que attendia ao pedido do Instituto e punha a disposição deste a quantia de um conto de réis para a conclusão do monumento do Arrayal Velho; uma carta do suplente de secretario dr. Cornelio da Fonseca communicando que viajava para o Rio de Janeiro, onde pretendia se demorar durante dois mezes e pedindo justificação de faltas durante esse tempo; carta do dr. Ezequiel Ubatuba pedindo collaboração para a "Illustração Brazileira", de que é director; um officio do dr. Jayme Coimbra que assumira a Delegacia da Exposição do Centenario, em Pernambuco; e um projecto apresentado á Assemblêa Legislativa de Minas Geraes sobre o modo porque aquelle Estado deve festejar o 1.º centenario da nossa Independencia.

Foram offertados á bibliotheca do Instituto: — os volumes 20 a 24 dos "Inventarios e testamentos", publicação do Archivo official de S. Paulo e o n. 100 do "Boletim do Corpo de Ingenieros do Perú".

O presidente determinou que se registrasse em acta um

voto de agradecimento ao prefeito do Recife por mais um serviço prestado ao Instituto (auxílio ao monumento do Ar-rayal).

O dr. Mario Mélo declara que recebera telegramma do Instituto Historico do Rio de Janeiro dizendo que d. Emilia Freitas Henriques havia offertado áquelle Instituto um retrato a oleo do general Barão de Victoria, o qual se achava em poder da familia Joaquim Couceiro, aqui em Recife, e pedindo que remetesse dito retrato a bordo do vapor Pará. Procurando dar cumprimento ao mandato soube que era desejo da familia Couceiro offerecer dito retrato a este Instituto, tendo, entretanto, precedido a doação de d. Emilia Freitas Henriques, neta daquelle general, não podia resolver o caso por si mesma porque agira como procuradora do Instituto Brasileiro, de que tambem é socio. Procurara uma solução harmonica e fazia essa communicação para evitar duvida futura.

O dr. Samuel Campêlo declara que empregados da "Great Western" desejam offerecer ao Instituto um retrato do general Francisco Glycerio; — o presidente autorizou o declarante a entender-se, a respeito, com aquelles empregados.

O dr. Neto Campello propõe que o Instituto manifeste seu regosijo pela escolha de Ruy Barboza para a Côte Internacional de Justiça — o que é aprovado..

O dr. Mario Mélo diz que a 26 de outubro proximo transcorre o primeiro centenario da expulsão de Luiz do Rego, ultimo governador portuguez em Pernambuco e das forças portuguezas aqui então existentes, bem como da eleição da junta governativa — factos que podem ser considerados como a independencia de Pernambuco porque a 7 de Setembro de 1822 já Pernambuco se governava por uma junta autonoma cleita pelos pernambucanos, que haviam tomado armas contra o absolutismo. Todos os documentos dessa revolução iniciada em Goyanna se acham no archivo do Instituto. Propõe, com aprovação unanime, que o Instituto festeje a 26 de outubro este feito, que é uma independencia de facto, confirmada posteriormente com o feito do Ypiranga.

Por propostas dos drs. Neto Campello e Pedro Celso foram inseridos na acta votos de pesar pelo fallecimento dos srs. Cunha Rabello e Juvencio Mariz, pernambucanos de tradição historica e padre Valdevino Nogueira, socio correspondente do Instituto.

O socio Sant'Anna Araujo pediu que fossem apresentados

pezames ao socio dr. Fonseca Oliveira pela morte do seu sogro, o que foi aprovado.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; Samuel Campêlo, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 6 DE OUTUBRO DE 1921

### Presidência do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Silva Rego, Mario Mélo, Neto Campello, Gervasio Fioravanti, Samuel Campêlo, coronel Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro e Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão. Tendo faltado o 2.º secretario e seus suplentes, foi designado o dr. Samuel Campêlo para ocupar aquella cadeira.

Achando-se presente o dr. Eurico de Goes, autor do livro "Symbolos nacionaes", membro do Instituto Historico Brasileiro, que veio a Pernambuco estudar o scenario da guerra contra os hollandezes para um trabalho historico que pretende escrever, o presidente convidou-o a tomar parte na sessão.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o 1.º secretario acusou a oferta de uma moeda de prata de trez patacas (\$960) cunhada em 1814, donativo do sr. João Didier, residente no Rio de Janeiro.

O dr. Mario Mélo declarou que fôra procurado pelo sr. Joaquim Couceiro o qual lhe disse que tornava effectiva, sob todos os aspectos, a doação que, do retrato do Barão de Victoria, fizera ao Instituto Historico Brasileiro a viuva Freitas Henriques, pelo que elle declarante remetteu dito retrato áquelle Instituto, por intermedio do commandante do paquete Pará.

O presidente diz que tendo na sessão passada o dr. Mario Mélo proposto a commemoração a 26 do corrente do primeiro centenario da revolução emancipacionista, em virtude da qual fôra extincto regimen absoluto em Pernambuco e estando elle Mario Mélo mais a par do acontecimento pelos estudos que tem feito dos manuscriptos existentes, designava-o para realizar uma conferencia na sessão solenne daquelle dia, devendo falar tambem um dos oradores da casa.

O dr. Eurico de Goes, obtendo a palavra, agradece as pa-



lavras com que foi saudado, no começo da sessão, pelo presidente e reafirma os fins de sua visita a Pernambuco.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO SOLENNE DE 26 DE OUTUBRO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's vinte horas, presentes varios socios e outras pessoas gradas, o dr. Pedro Celso, assumindo a presidencia, fez ligeiro discurso sobre a data commemorativa do primeiro centenario da queda do absolutismo em Pernambuco e instituição do primeiro governo nacional e sobre o dever que temos de assignalar os factos historicos de nossos antepassados, para exemplo das gerações presente e futura.

A seguir subiu a tribuna o orador official da solennidade, dr. Mario Mélo. O illustre e talentoso conferencista começou dizendo que o Brasil se separou de Portugal a 7 de Setembro de 1822 mas desde 26 de outubro de 1821 estavam quebrados os elos que prendiam Pernambuco ao absolutismo da metropole portugueza. E dissertou sobre o assumpto illustrando-o com documentos existentes no archivo do Instituto. Pintou o scenario pernambucano desde a chegada do capitão general Luiz do Rego Barreto, vindo com poderes discrecionarios para castigar os revolucionarios de 1817. Descreveu a indole do novo capitão general, revivendo o libello com que o acusa a Historia, para justificar o odio que existia contra elle, a ponto de terem tentado contra sua existencia. Mostrou as preliminares da revolução, idealizada nos carcerees da Bahia pelas proprias victimas de Luiz do Rego, as primeiras tentativas falhadas; descreveu os primeiros dias do movimento, como elle se desenrolou, os combates travados, as negociações, até a victoria dos revolucionarios, que era a sahida de Luiz do Rego do governo, a eleição de um governo nacional e a expulsão das tropas que apoiavam o capitão general portuguez. Livre do despotismo de Luiz do Rego, sem soldado estrangeiro a profanar-lhe o solo, governado por uma junta nacional eleita democraticamente, estava Pernambuco independente, dando mais uma vez exemplo ao resto do Brazil. O que a Ba-

hia só conseguiu em 2 de Julho de 1823, disse o orador, aliás com decisivo auxilio de Pernambuco, conseguiram os pernambucanos a 26 de outubro de 1821, máo grado o concurso da Bahia á causa do despotismo. Perorando, o conferencista lembra rapidamente os feitos historicos de Pernambuco — aqui expulsando os hollandezes contra a vontade da metropole que negociava a entrega do territorio aos invasores; alli manifestando ideia republicana antes que qualquer outro paiz da America; além depondo o governo monarchico e instituindo a republica e conclue: “Com D. Pedro ou sem elle, com o 7 de Setembro ou sem este, com o grito do Ypiranga ou não, Pernambuco estava independente, ainda que separado do resto do Brazil.”

Em seguida pediu a palavra o popular João Laurindo que improvisou entusiastica saudação a Pernambuco.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, tendo no saguão do Instituto tocado uma banda de musica da policia. (assignados) **Pedro Celso Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **H. Xavier**, 2.º dito.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 3 DE NOVEMBRO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Silva Rego, Neto Campello, Gervasio Fioravanti, Samuel Campêlo, conego Henrique Xavier, Manuel Carvalheira, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite, abriu-se a sessão.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores, os drs. Silva Rego e Gervasio Fioravanti justificaram suas faltas á sessão commemorativa do centenario da revolução constitucional de Goyanna.

Foram registradas as seguintes offerlas: um retrato do coronel José de Barros Falcão de Lacerda, pela sua neta d. Dulce Soares do Amaral; um volume “Pensões do Estado” pelo autor, Mario Githay de Alencastro; “Anales do museu nacional de historia natural de Buenos Aires”; “Archivo do museu nacional do Rio de Janeiro”; “O livro de ouro do partido democrata de Alagôas” e “Revista maritima brasileira”.

O presidente entrega um manuscripto encontrado no archivo do ministro Aristides Lobo, em papel timbrado do Se-

nado Federal, contendo a justificação de um projecto que, datado de setembro de 1894, termina reintegrando a antiga comarca do rio S. Francisco ao Estado de Pernambuco; esse documento foi offerecido ao Instituto pelo socio correspondente Silveira Lobo com a seguinte nota: "O autographo do projecto acima fazia parte do archivo de Aristides Lobo e dou testemunho que foi preocupação de Aristides Lobo, desde que se fez a Republica, promover a separação de todos os attentados contra os patriotas percursores do regimen. Com o seu parente e amigo João Barbalho tudo tentou e só lamentamos que ainda hoje nada se haja conseguido. Rio, 12 de setembro de 1919. — (assignado) **Francisco Joaquim da Silveira Lobo.**"

O socio Sant'Anna Araujo diz que com a remodelação do do Palacio do Governo o Estado pretende adquirir novo mobiliario; propõe que o Instituto peça ao governador a mobilia que actualmente existe naquelle para ser conservado no museu do Instituto — ficou-se de agir em tempo oportuno.

O 1.º secretario diz que o thezoureiro, ausente da sessão por motivo justo, declara ter necessidade de contrahir um emprestimo anteriormente autorizado, para pagamento da divida contrahida com a remodelação do predio social; este emprestimo pode ser feito na Caixa Economica, mediante caução de apolices federaes. Discutido e votado o assumpto foi autorizado o thezoureiro a fazer a caução.

O presidente designa o dr. Samuel Campêlo para orador official da festa civica de 10 de novembro corrente e manifesta aos consocios conego Henrique Xavier e Manuel Carvalheira o regozijo da casa pelo regresso do primeiro e visita do segundo.

O dr. Gervasio Fioravanti propõe, sendo aprovado, um voto de pezar pelo fallecimento do historiador cearense João Brigido, o mais antigo socio do Instituto.

O dr. Neto Campello propõe, igualmente, que o Instituto manifeste aos consocios drs. Sebastião Galvão e Enéas de Lucena o seu pezar pelo golpe que acabou de passar perdendo filha e esposa.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados). **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **H. Xavier**, 2.º dito.



## SESSÃO SOLENNE DE 10 DE NOVEMBRO DE 1921

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's dezenove horas, realizou-se a sessão commemorativa do 211.º anniversario do movimento nativista de que resultou o projecto de independencia de Pernambuco, sob a forma republicana.

Abrindo a sessão, o dr. Pedro Celso, presidente do Instituto, pronunciou vibrante discurso sobre a data; disse que ha poucos dias o Instituto celebrou uma das mais nobres conquistas da independencia pernambucana, hoje celebra o renascimento do espirito indomavel de Pernambuco ao amor da liberdade. O Instituto festeja no 10 de novembro a ideia republicana como a 26 de outubro solennizou a ideia de independencia. Pernambuco antecedeu a republica, no Brazil, 170 annos; o espirito de independencia dos nossos antepassados constitue o maior brazão de Pernambuco; o Instituto está reunido, disse, para a obra da evangelização do patriotismo, para sazonar os fructos dos nossos antepassados.

Em seguida concedida a palavra ao dr. Samuel Campêlo, orador official, este começou dizendo que não tivera tempo para escrever um discurso, como lhe competia, mas não deixa de trazer o seu contingente á celebração do feito historico de Bernardo Vieira de Mello com a sua palavra falada. O Instituto é o guarda de nossa historia e no livro dessa historia estão esculpidas quatro datas memoraveis: o 27 de janeiro de 651, quando expulsamos o invasor hollandez; o 6 de março de março de 1817 quando instituiamos o regimen republicano; o 2 de julho de 1824 quando, no Imperio, repetimos o golpe de 6 de março e o dez de novembro de 1710 quando sonhamos com a republica, antes de outro qualquer paiz da America. O orador, sempre feliz no seu discurso, perorou com estas palavras: "que o nome de Bernardo Vieira não desapareça jamais da memoria dos pernambucanos!"

No salão nobre do Instituto, onde se realizou a sessão, estava exposto o esboço do quadro historico — "O sonho de Bernardo Vieira", do festejado pintor pernambucano Eustorgio Wanderley.

Assignaram o livro de presença os socios: drs. Pedro Celso, Silva Rego, Methodio Maranhão, Alfredo Sotero, Sa-

muel Campêlo, Mario Mélo, J. A. Corrêa de Araujo, professor Eustorgio Wanderley, Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo.

No saguão do Instituto tocou uma banda de musica da força publica do Estado. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINARIA DE 14 DE NOVEMBRO DE 1921

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Cornelio da Fonseca, conego Henrique Xavier e Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores, foram reusadas as seguintes offerias: — uma carta autographa do principe d. Luiz de Bragança dirigida ao dr. Martim Francisco, em S. Paulo, e por esta offerida ao Instituto; um apito de barro usado pelos indios do Rio Grande do Norte, offerido por d. Alice Cavalcanti; os tomos 84 a 86 da Revista do Instituto Historico Brasileiro e o folheto "Um grande sabio, um grande patriota e um grande bispo", conferencia do conego José do Carmo Baratta sobre Azevedo Coutinho.

O conego Henrique Xavier se regozija com o Instituto pelo regresso do consocio dr. Cornelio da Fonseca, que se achava no Rio de Janeiro.

O socio Sant'Anna Araujo propõe um voto de pezar pela morte do dr. João Fioravanti, conhecido poeta e irmão do consocio dr. Gervasio Fioravanti, sendo aprovado.

O presidente communica á casa o fallecimento da Princeza Izabel, condessa d'Eu, e após referir-se á mesma recordando o seu passado de serviços ao Brazil, diz que vai encerrar a sessão em homenagem á memoria da redemptora da raça escrava, devendo o Instituto participar do luto nacional e lembra que é chegada a ocasião do governo municipal do Recife restaurar o nome daquella Princeza tirado de uma das ruas da cidade; determinou mais que a secretaria enviasse pezones ao conde d'Eu, o que tudo foi aprovado. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINARIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 1921

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Cornelio da Fonseca, Mario Mélo, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro e Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão. Justificou sua falta o desembargador Silva Rego.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, foram accusadas as seguintes offertas: "Anales do congresso nacional de la industria minera del Peru"; "Revista maritima brazileira"; trez moedas de prata de 960 réis, cada uma, dos annos de 1814, 1817 e 1821, offerecidas pelo sr. Rofles Thortensen e dois pratos de porcelana com escudo dourado, offerecidos pelo socio benemerito dr. Pereira da Costa — um que pertenceu ao capitalista commendador Luiz Gomes Ferreira, genro do dr. Antonio Moraes e Silva, autor do "Dicionario da lingua portugueza" e outro de procedencia ignorada. Pelo sr. Frederico Ramos foi tambem offerecido ao Instituto o archivo que pertenceu ao celebre "Clube do Cupim" e da "Sociedade Nova Libertadora", associações abolicionistas de que foi membro proeminente o seu fallecido pai, coronel João Ramos.

O thezoureiro disse que ainda não fizera o emprestimo autorizado com a Caixa Economica porque esperava por estes dias receber a quota das loterias federaes, com a qual poderá fazer alguns pagamentos mais urgentes.

O dr. Mario Melo disse ter-se entendido com o consocio dr. Eduardo de Moraes sobre a erecção do monumento do Arayal Velho, sendo tomadas as providencias que o autorizam a annunciar a inauguração de dito monumento em janeiro proximo.

O conego Henrique Xavier propõe um voto de agradecimento ao Conselho Municipal e ao prefeito do Recife pela votação e sanção de um auxilio pecuniario ao Instituto na lei orçamentaria do municipio; solicita tambem o pedido de mudança da placa da ex-rua Luiz do Rego e a restauração dos nomes das ruas Princeza Izabel, Imperador Pedro II e Imperatriz Thereza Christina, o que tudo e aprovado.

O presidente communica o fallecimento do consocio general Rego Barros, e diz que em sua memoria vai suspender a sessão, o que faz, com um voto de pezar na acta. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xaxier, 2.º dito.



## SESSÃO ORDINARIA DE 12 DE JANEIRO DE 1922

## Presidência do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mello, Silva Rego, Samuel Campêlo, Oscar Brandão, Fernando Barroca, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Eustorgio Wanderley, Manuel Carvalheira e Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão.

Justificou sua ausencia o socio dr. Cornelio da Fonseca.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o expediente constou de: um officio do XX Congresso de americanistas communicando que ao Instituto foi conferido o titulo de membro honorario e remetendo o respectivo diploma; um officio da exposição nacional sobre os expositores; um convite do Instituto de sciencias e letras para a conferencia do sr. José Simões Coelho sobre a arte de dizer. Foram registradas seguintes offeras: "Revista do Instituto Historico do Ceará" (tomo XXXV); "Archivo do Estado de S. Paulo" (vols. XXIV a XXVI); Relatorio do Real Gabinete Portuguez de Leitura; "Annaes da conferencia de limites inter-estadaes"; "Programma da exposição do Centenario"; "Revista do Instituto Historico do Rio Grande do Norte (vols. XVII e XIX); Relatorio do ministerio da Viação (1919); "Brava gente", por Elysio de Carvalho e "Historia do Rio Grande do Norte" por A. Tavares de Lyra; sete moedas de prata por Elysio Paes Barreto.

O dr. Mario Mello diz que o sr. Elysio de Carvalho, escriptor alagoano domiciliado no Rio de Janeiro, tem publicado artigos e feito conferencias exaltando a historia de Pernambuco e agora mesmo, com o livro "Brava gente" procura mostrar o valor de Pernambuco na historia do Brasil, divulgando os nossos feitos mais notaveis e mostrando o valor dos nossos antepassados; propõe se consigne na acta um voto de louvor ao distincto escriptor, que é socio correspondente do Instituto, o que é aprovado unanimemente.

O presidente communica que ficará prompto, por estes dias, o monumento do Arrayal do Bom Jesus; discutindo-se o assumpto fica deliberado que o Instituto festejará o anniversario da expulsão dos holandezes no dia 27, como tem feito todos os annos, e no domingo que se seguir inaugurará festivamente o monumento, procurando interessar na festa todas as classes.

O desembargador Silva Rego communicou o fallecimento do commendador José Maria de Andrade, provedor da Santa Casa de Misericordia; embora não fosse elle socio do Instituto era um cidadão benemerito e o Instituto não pode deixar de sentir a perda de tão prestimoso e humanitario cavalheiro; propõe, com approvação unanime um voto de pezar pelo seu fallecimento.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

---

### SESSÃO SOLENNE DE 27 DE JANEIRO DE 1922

#### Presidência do dr. Pedro Celso

A's dezenove horas, presentes varios socios, autoridades federaes, estaduais e municipaes, ecclesiasticas, cavalheiros e familias de nossa melhor sociedade, realizou-se uma sessão magna em commemoração aos anniversarios da retirada dos hollandezes e da fundação do Instituto.

Presidiu a sessão, o dr. Pedro Celso que, em substancioso discurso, lembrou como os gregos commemoravam os seus grandes feitos e, tambem, como devem faze-lo os pernambucanos, em cuja historia ha paginas de tanto relevo como nas da historia da Gregia.

Em seguida deu a palavra ao 1.º secretario para ler o seu relatório annual. O dr. Mario Melo tratou do movimento social durante o anno de 1921, no qual foram realizadas 24 sessões, uma das quaes destinada á commemoração do primeiro centenario da independencia de Pernambuco (26 de outubro de 1821); do movimento dos socios; do enriquecimento das colleções do Instituto pela offerta de varios objectos; das pesquisas sobre a naturalidade de Marcelio Dias — que se verificou ser rio-grandense do sul, de Amaro Gomes Coutinho, nascido em Goyanna e não na Parahyba; da questão do nome das ruas do Recife “em que ha consagrações immerecidas e esquecimentos ou mesmo depredações injustificaveis”. Nessa parte o secretario perpetuo mostrou como os inconoclastas republicanos querem romper com o passado procurando relegar ao esquecimento tudo que dizia respeito ao regimen decahido. Assim, os que não admittem o nome de d. Pedro

de Alcantara, de Izabel — a redemptora, de Gastão de Orleans — o vencedor da guerra com o Paraguay, permittindo o nome de Luiz do Rego "algoz dos pernambucanos de 1817" na placa de uma grande arteria da cidade. Continuando trata o secretario da impossibilidade em que se acha o Instituto de promover os festejos de nossa emancipação politica, limitando-se a publicação de um livro sobre Pernambuco geographico, seu desenvolvimento historico, administrativo, etc. Depois de tratar de serviços da secretaria e da execução do monumento do Arrayal Velho conclue com essas palavras: — "é preciso que todos se compenetrem que o Instituto deve ser o reflexo da vida passada de Pernambuco. Estados como S. Paulo, Bahia e Pará possuem museus publicos, archivos para onde governo e particulares mandam tudo o que se relacionam com o passado. Pernambuco, infelizmente, não possui repartição juridica dessa natureza.

Finda a leitura do relatorio obteve a palavra monsenhor Pereira Alves, orador official, que, sob aplausos, pronunciou brilhante peça oratoria de alto valor civico.

Ocupou ainda a tribuna o dr. Oscar Brandão, vice-orador do instituto, para tratar dos socios fallecidos durante o anno: — capitão José Antonio Marques, general Rego Barros, monsenhor Raymundo Penna Forte, marechal Thaumaturgo de Azevedo, coronel Pinto da Fonseca, João Brigido e padre Valdevino Nogueira; o talentoso orador fez o elogio funebre com palavras repassadas de saudades, sendo muito aplaudido.

O presidente encerrou a sessão agradecendo o comparecimento das pessoas presentes e convidou-a para a inauguração, no dia 29 do corrente, do monumento ao Forte real do Bom Jesus.

Tocou durante a sessão a banda de musica do 21.º batalhão de caçadores, gentilmente cedido pelo general commandante do districto, que se fez representar.

Assignaram o livro de presença os socios: drs. Peúro Celso, Silva Rego, Mario Mélo, Oscar Brandão, monsenhor Pereira Alves, conegos Henrique Xavier, Jeronymo de Assumpção, José Estevão Dantas, coronel Antonio da Cruz Ribeiro, J. Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo, Nunes de Mello, (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.



## CERIMONIA CIVICA DA INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO DO ARRAYAL VELHO

Realizou-se no dia 29 de janeiro de 1922, ás nove horas, com toda a pompa, a solennidade da inauguração do monumento do Forte Real do Bom Jesus (Arrayal Velho) mandado erigir pelo Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano, na colina denominada Alto do Céu, na Mangabeira de Cima, arrabalde do Recife, sobre o local em que, no seculo XVII, Mathias de Albuquerque fundou aquelle forte e offereceu resistencia aos hollandezes invasores.

Meia hora antes formaram uma companhia do 21.º batalhão de caçadores e outra da Escola de Aprendizizes Marinheiros.

Havia grande multidão em frente ao monumento e ao delle se aproximarem as autoridades o dr. Pedro Celso, presidente do Instituto, pronunciou breve discurso sobre a homenagem que Pernambuco ia prestar aos heroes que tanto dignificaram o nosso nome e della se tornaram tão merecedores e convidou o dr. Mario Mélo, operoso secretario perpetuo, a pronunciar o discurso inaugural.

Subindo o primeiro degrão do pedestal do monumento o dr. Mario Mélo leu um substancioso e completo trabalho sobre o feito de Mathias de Albuquerque e entregou o monumento á guarda do Prefeito da Cidade, com estas palavras: "Sr. Prefeito — a v. exc. legitimo representante do povo recifense, devotado patricio a quem a cidade tanto deve em beneficios materiaes, entrega o Instituto este singelo monumento erguido a memoria daquelles que tanto nobilitaram Pernambuco no seculo XVII e que, no dizer de monsenhor Pereira Alves, Pernambuco só se ajoelha diante de Deus".

Terminada a oração monsenhor Pereira Alves, vigario capitular, procedeu a benção do monumento e em seguida pronunciou entusiastico discurso enaltecendo a fe christã dos que fundaram o Arrayal do Bom Jesus e seu ardor civico pela defeza do solo sagrado da Patria.

Após falou o coronel Eduardo de Lima Castro, prefeito do Recife, que, em suggestiva allocução mostrou os elos que ligam um povo ao seu passado, o dever que têm todos de cultivar a memoria dos grandes vultos e recordou os grandes feitos; concluiu dizendo que aceitava, como governador da cidade, a offerta do monumento que seria zelado condignamente.

Nesse momento as bandas de musica presentes tocaram o hymno brasileiro e as cornetas a marcha de continencia.

Por fim o dr. Pedro Celso encerrou o acto erguendo um forte viva ao Brazil, que foi correspondido por todos os presentes. E para constar lavrou-se esta. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.<sup>o</sup> secretario; conego **H. Xavier**, 2.<sup>o</sup> dito.

### SESSÃO DE ASSEMBLE'A GERAL EM 9 DE FEVEREIRO DE 1922

#### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Silva Rego, Samuel Campêlo, Cornelio da Fonseca, Oscar Brandão, João Peretti, Bezerra Leite, Fernando Barroca, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, abade d. Pedro Roeser, Ambrozio Leite, conego Jeronymo de Assumpção, Gaspar Rigueira, e Felipe Monteiro, foi aberta a sessão.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores o 1.<sup>o</sup> secretario deu conta do seguinte expediente: uma carta do conde d'Eu agradecendo os sentimentos do Instituto pelo falecimento da Princeza Izabel e um officio do dr. Morales de los Rios remettendo uma piania com a avaliação do predio doado ao Instituto para sua séde social.

Foram acusadas as seguintes ofertas: — pelo dr. Samuel Campêlo "Bibliotheca internacional de autores celebres" (24 volumes), "Historia universal" de Cezar Cantú, "Confederação dos Tamoyos" de G. Magalhães e "Miscelanea"; pelo sr. Severino Dutra de Lyra diversas moedas, uma nota portugueza de 50 centavos e uma apolice da companhia de productos calcareos; pelo dr. Gustavo Pinto uma caixa de typos do "Diario da Tarde", outra do jornal "A Bahia", empastelados na noite de 24 de janeiro de 1912, bem como originaes do mesmo "Diario" do dia do empastelamento e estilhaços de granadas do bombardeio da Bahia, a 10 de janeiro de 1912; pela Escola "Pinto Junior" algumas colleções de jornaes.

O presidente declarou que o fim da reunião em assemblea geral, conforme os estatutos, era a eleição da mesa e das commissões. E procedida a eleição deu o seguinte resultado: para presidente, dr. Pedro Celso, quinze votos; dr. F. A. Pe-



reira da Costa, um; para 1.º vice-presidente, desembargador Arthur da Silva Rego, quinze votos; dr. Neto Campello, um; para 2.º vice-presidente, dr. Neto Campello, quatorze votos; d. Pedro Roeser e dr. Zeferino Agra, um cada um; para 3.º vice-presidente, dr. Zeferino Agra, onze votos; Manuel Arão, dr. Fernando Barroca, dr. João Peretti, conego Jeronymo Assumpção e dr. Neto Campello um cada um; para oradores, monsenhor Pereira Alves, dezeseis votos; dr. Samuel Campêlo, quinze e dr. Bezerra Leite, um; para thezoureiro, António da Cruz Ribeiro, quinze votos, Gaspar Rigueira, um; para 2.º secretario, conego Henrique Xavier, quinze votos; dr. Cornelio da Fonseca, um; para suplentes de oradores, dr. França Pereira, quinze votos; dr. Oscar Brandão, quinze votos; dr. Fernando Barroca, dois votos; para suplentes de secretarios, dr. José Cornelio da Fonseca, quatorze votos; Felipe Monteiro, quatorze votos; Sant'Anna Araujo, quatro votos; para as commissões — de fundos e orçamento, Sant'Anna Araujo, dezeseis votos; dr. Zeferino Agra, quinze votos; conego Jeronymo Assumpção, treze votos; dr. Cornelio da Fonseca, quatro votos; de redação da Revista, dr. Pereira da Costa, dezeseis votos; dr. Mario Mélo, quinze votos, dr. Gonçalves Maia, dezeseis votos; dr. Bezerra Leite, um voto; de estatutos, Manuel Arão, dezeseis votos; dr. Thomé Gibson quinze; Othon Mello, quatorze; Gaspar Rigueira, dois; dr. Oscar Brandão, um; de manuscriptos, Eustorgio Wanderley, quinze votos; Ambrozio Leite, quinze; Gaspar Rigueira, quatorze; dr. Fernando Barroca, quatro; de historia e geographia, dr. Neto Campello, dezeseis votos; desembargador Silva Rego, quinze votos; dr. Carlos Pereira da Costa, quinze; dr. Fernando Barroca, dois; de archeologia e ethnographia, dr. Arnobio Marques, dezeseis votos; dr. Pedro Roeser, quinze; dr. João Peretti, quinze; drs. Oscar Brandão e Silva Rego, um cada um; de admissão de socios, conego Henrique Xavier, drs. Cornelio da Fonseca e Samuel Campêlo, quinze cada um; dr. Fernando Barroca, dois; dr. Mario Mélo, um.

O presidente proclamou eleitos e empossados os mais votados e agradeceu a sua reeleição, promettendo corresponder á proya de confiança que lhe foi renovada.

O abade d. Pedro Roeser entregou á commissão de redação da "Revista" a dissertação de uma these que lhe foi distribuida para a publicação especial que o Instituto vai fazer este anno em commemoração ao centenario da Independencia Patria.



E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 1922

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Silva Rego, Oscar Brandão, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Manuel Carvalheira e Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão. Foram justificadas as faltas dos socios drs. Zeferino Agra, Cornelio da Fonseca, Thomé Gibson, Gervasio Fioravanti, conego Jeronymo de Assumpção e Othon Bezerra de Mello.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior foram acasadas as seguintes offertas: — pelo socio dr. João Peretti, um prato antigo ou um brazão de armas que ainda não foi identificado e uma antiga algema das com que se prendiam escravos; pelo consocio Manuel Carvalheira um projectil de canhão lançado na Capital Federal pela esquadra na revolta de 1893-1894.

O dr. Mario Mélo diz que o socio benemerito dr. F. A. Pereira da Costa, a quem o dr. Oliveira Lima cognominou, em se tratando da historia de Pernambuco, "o mestre de nós todos" tem prompta sua vultuosa obra "Annaes pernambucanos", historia chronologica de Pernambuco, de que alguns capitulos têm sido divulgados esparsamente, no *Diario de Pernambuco*. Não poudo ainda publical-a por lhe faltarem recursos pecuniarios nem tambem não visa com a publicação lucro monetario. Lembra que o governo da Bahia, agora mesmo deu cinco contos de réis ao Dr. Braz do Amaral para rever a publicação das "Memorias historicas da Bahia" e o proprio governo de Pernambuco subvencionou o dr. Mario Rodrigues com doze contos para escrever uma memoria commemorativa. Seria lamentavel que o dr. Pereira da Costa, no fim da vida, deixasse inedito o seu principal trabalho a que se dedicou cincoenta annos de esforços e que Pernambuco se visse privado da publicação de uma obra de tal vulto e tamanha utilidade. Por isso propõe que o Instituto se interesse perante o governo do Estado, para promover a publicação da referida obra. O de-

zembargador Silva Rego, secundando as palavras do dr. Mario Mélo, entende que o Instituto deve interessar-se pela publicação. Aprovado a proposta são designados os drs. Pedro Celso, Oscar Brandão e conego Henrique Xavier para tratar do assumpto com o governador do Estado.

O presidente diz que o Instituto não pode ser indifferente aos serviços prestados a cidade do Recife pelo coronel Lima Castro, prefeito do municipio, serviços que lhe merecem uma justa homenagem da população; propõe se insira na acta um voto de aplausos á sua acção. O conego Henrique Xavier pede seja designada uma commissão para scientificar ao snr. Lima Castro esse aplauso, sendo nomeados para a mesma os drs. Silva Rego, Mario Mélo, e conego Henrique Xavier.

O presidente designa o dr Samuel Campêlo para orador official da proxima commemoração de 6 de Março e encerra a sessão. (assignado) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **Henrique Xavier**, 2.º dito.

---

## SESSÃO MAGNA DE 6 DE MARÇO DE 1922

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's vinte horas presentes varios socios, familias e cavalleiros, o presidente dr. Pedro Celso, ladeado pelos representantes dos snrs. governador do Estado, inspector militar da Região e prefeito do Recife, abriu a sessão pronunciando ligeiras palavras sobre a data que se commemorava da revolução de 1817, fazendo resaltar o heroismo de seus factores e o levantamento de suas idéas, terminando por trazer ao Instituto, como presidente tambem que é da "Liga contra o anaphabetismo" a solidariedade desta pela commemoração do glorioso acontecimento, sendo aplaudido com uma saiva de palmas.

Em seguida subiu a tribuna o distincto jornalista e talentoso advogado dr. Samuel Campêlo, orador escolhido para a solemnidade, o qual leu substancioso e brilhante discurso, que foi muito aplaudido pelo auditorio.

Assignaram o livro de presença os seguintes socios: drs. Pedro Celso, Silva Rego, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Oscar Brandão, Methodio Maranhão, coronel Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro e Saní'Anna Araujo.

Tocou durante o acto uma banda de musica da Força Pública do Estado. (assignado) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **H. Xavier**, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINARIA DE 16 DE MARÇO DE 1922

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Neto Campello, Gervasio Fioravanti, Samuel Campêlo, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Manoel Arão, Sant' Anna Araujo e Manoel Carvalheira abriu-se a sessão. Foram justificadas as faltas dos socios Cornelio da Fonseca, Zeferino Agra, Thomé Gibson, Fonseca Oliveira, Bezerra Leite e conego Jeronymo de Assumpção.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores foi lido o seguinte expediente: — officio da Sociedade de medicina do Recife communicando a eleição e a posse de sua nova Directoria; telegramma do general Joaquim Ignacio agradecendo as saudações do Instituto e reafirmando sua admiração por Pernambuco; convite da Academia Pernambucana de letras para a posse do academico Oscar Brandão. O presidente designou para este fim o dr. Samuel Campêlo, conego Henrique Xavier e major Carvalheira.

Foram acusadas as seguintes offertas: — pelo dr Neto Campello varios titulos e manuscritos que pertenceram ao snr. Francisco de Barros Cavalcanti de Albuquerque; pelo dr. Caetano Galhardo um retrato emoldurado do velho e saudoso democrata dr. João Teixeira, que pertencera a seu pai.

O socio Manuel Arão pediu que fosse designada hora nos dias uteis para que a bibliotheca do Instituto estivesse franqueada ao publico; o 1.º secretario declarou que ainda não havia tomado essa deliberação porque não estava completa a catalogação das obras mas ia dar providencias de acordo com o pedido.

O dr. Mario Mélo disse que na ultima reunião fizera votos para que o governo publicasse os "Annaes pernambucanos" de Pereira da Costa; viu com prazer que o Congresso e o governo estaduaes, num movimento unanime, tomaram a deliberação de não só votar meios para que a obra fosse pu-



Elicada como premiar o autor. Aproveita o ensejo para declarar que o dr. Pereira da Costa completara, neste anno, o seu jubileu literario pois o seu primeiro trabalho foi publicado no "Diario de Pernambuco" de 5 e 6 de agosto de 1872; propõe que o Instituto tome a iniciativa de festejar o referido jubileu, procurando o apoio de todas as associações literarias e scientificas de Pernambuco, o que foi aprovado unanimemente.

O presidente communica o fallecimento do coronel Quintino Galhardo, vulto democrata e abolicionista, cujo nome está ligado a muitos filhos gloriosos de Pernambuco; embora não fosse socio do Instituto a sua morte não podia deixar de ser lamentada pelos pernambucanos; por isso fará inserir na acta um voto de pesar.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; dr. José Cornelio da Fonseca Lima, suplente de 2.º secretario.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 4 DE MAIO DE 1922

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Cornelio da Fonseca, Silva Rego, Samuel Campêlo, Amaro Pedroza, João Peretti, Correia de Araujo, Fernando Barroca e major Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão. Faltaram com causa justificada os socios drs. Zeferino Agra, Thomé Gibson, Gervasio Fioravanti, conego Jeronymo de Assumpção e Othon Bezerra de Mello.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o expediente constou de: um officio do sr. Manuel Braga Ribeiro, do Instituto Historico do Pará, remettendo um geneologico: "De Muirá-Uby a Pomba!" em que prova que o marquez de Pomba era descendente do indio Arcoverde e propondo-se com esse estudo ao titulo de socio; um officio do XX Congresso de Americanistas communicando a proxima reunião em 2 de agosto proximo; um officio do Instituto Historico do Pará pedindo as publicações de nosso Instituto; cartas dos srs. Horacio Serozoppi e Amaro Alves de Almeida, de S. Paulo, no

mesmo sentido. (A' commissão de historia foi remettido o trabalho do sr. Braga Ribeiro para o devido parecer).

Foram acusadas as seguintes offertas: "Revista do Instituto Historico do Rio Grande do Sul" vols. I a III); "Limites entre Alagoas e Pernambuco", publicação do governo do primeiro; "Annaes do archivo publico da Bahía" (anno V, vol. VIII); "Boletim de la bibliotheca de Costa Rica"; um fragmento do fluctuador do avião "Luzitanea", inutilizado no penhasco S. Paulo, na travessia de Lisbôa ao Rio; e a mobilia de jacarandá que existia no palacio do governo do Estado desde o tempo do conde da Bôa Vista, obtida por intermedio do socio benemerito dr. F. A. Pereira da Costa, a qual ficou ornamentando uma sala que tomou o nome daquelle Conde.

O presidente communica a morte do socio dr. John Casper Branner, profundo geologo amigo do Brasil e a quem Pernambuco, especialmente, deve assignalados serviços; fará inserir na acta um voto de pesar.

O dr. Samuel Campêlo diz que o Instituto se representou na posse do socio dr. Oscar Brandão na Academia Pernambucana de Letras. Communica que passará a bordo do Itajubá, com destino ao Congresso de Geographia a reunir-se na Parahyba, o consocio dr. Carlos Xavier Paes Barreto, representante do Estado do Espirito Santo; o presidente nomeia os drs. Samuel Campêlo, Cornelio da Fonseca e conego Henrique Xavier para visitarem aquelle consocio.

O socio Sant'Anna Araujo communica que representou o Instituto nas exequias do dr. José Bezerra.

O presidente declara haver sido procurado pelo presidente da Sociedade de Medicina para numa acção conjuncta commemorar o centenario da Independencia Patria, conforme fôra ulteriormente deliberado; diz igualmente haver-lhe declarado o marechal Dantas Barreto não poder, nos limites de uma synthese, escrever a these que o Instituto lhe confiou, tendo elle presidente solicitado áquelle marechal que a desenvolvesse para publicar em trabalho especial.

O dr. Mario Mélo diz que está em andamento na Camara Estadual um projecto mandando mudar o nome do municipio de Panellas para o de José Bezerra; pede ao Instituto para que se manifeste sobre o assumpto uma vez que se trata do nome tradicional de uma localidade historica. O socio Sant'Anna Araujo diz que não tendo o Instituto intervindo na mudança do nome da rua Imperial para avenida Lima Castro não devia tratar do assumpto. O dr. Samuel Campêlo diz que,

apesar disso, devia o Instituto protestar contra a mudança do nome de Panellas. O dr. Cornelio da Fonseca lembra que, não obstante os pedidos do Instituto, ahí continúa a rua Luiz do Rego. Por fim, colhidos os votos, deliberou-se que o Instituto, em these, é contra essas mudanças de nomes que quebram a tradição; deixa, porém, de tomar iniciativas em casos concretos, porque não tem sido attendido em suas sugestões.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Melo, 1.º secretario; dr. José Cornelio da Fonseca Lima, suplente de 2.º secretario.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 25 DE MAIO DE 1922

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Cornelio da Fonseca, Amaro Pedroza, coronel Cruz Ribeiro, Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão. Justificaram suas faltas os socios drs. Zeferino Agra, Gervasio Fioravanti, Thomé Gibson, conego Jeronymo de Assumpção e Pedro Soares.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, foi acusada a offerta do sr. João Balthazar Paes Barreto da carta de bachelarel de Antonio José Coelho, datada de 21 de maio de 1821, passada pela Faculdade de Canones da Universidade de Coimbra — em pergaminho e excellentemente conservada.

O presidente expõe a casa o que se passou no VII Congresso Brasileiro de Geographia, reunido na Parahyba, onde elle representou o Estado de Pernambuco e o dr. Mario Melo este Instituto. Tratou das memorias apresentadas, dos trabalhos que tiveram os representantes pernambucanos nas commissões, emittindo pareceres; da confiança que lhe deram os congressistas elegendo-o vice-presidente do certamen e designando-o para falar em nome de todos do Instituto Historico Parahybano, bem como da operosidade da commissão organizadora do Congresso á cuja frente se achava o dr. Flavio Maroja e do apoio que ao mesmo deu o dr. Solon de Lucena, presidente da Parahyba, propondo um voto de agradecimento a esses dois vultos notaveis da Parahyba, o que foi aprovado.

Ainda o presidente tratou da visita que ao Instituto fez o



dr. Diogo de Vasconcellos, presidente do VII Congresso de Geographia e representante do Estado de Minas Geraes, a quem levou suas homenagens na passagem pelo Recife. Também alludiu à presença, nesta cidade, do consocio dr. Carlos Xavier Paes Barreto, pernambucano illustre, residente no Estado do Espriito Santo, pedindo que os socios presentes compareçam ao seu embarque quando tiver elle de regressar ao Sul.

O socio Sant'Anna Araujo pede um voto de pezar pelo fallecimento do socio F. H. Menna da Costa, o que é aprovado.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.<sup>o</sup> secretario; dr. José Cornelio da Fonseca Lima, suplente de 2.<sup>o</sup> secretario.

---

#### SESSÃO ORDINARIA DE 15 DE JUNHO DE 1922

##### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Cornelio da Fonseca, Silva Rego, Neto Campello, Samuel Campêlo, major Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite, é aberta a sessão. Justificaram suas faltas os socios drs. Thomé Gibson, Zeferino Agra, conegos Henrique Xavier e Jeronymo de Assumpção, Pedro Soares e Othon Bezerra de Mello.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, foram accusadas as seguintes offertas: pela Dotação Carnegie, "Assignaturas, ratificações, adhesões e restricções ás commissões e declarações da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Conferencias da Paz em Haya"; "Projecto de um tribunal internacional de justiça" "Relatorio annual sobre historia economica e social da guerra mundial"; "Discurso de Elihu Root sobre declarações, direitos e deveres das nações"; Relatorio sobre os progressos e condições do museu nacional dos Estados Unidos (1920); "Lista do atlas geographico Philips", (vol. IV); Catalogo do museu nacional ethnographico (vols. XIV e XV); pelo Instituto Historico da Parahyba o vol. V de sua Revista; pela Academia de Sciencias de Lisboa "Jornal de Sciencias Mathematicas", 3.<sup>a</sup> serie, tomo II, 1920; "Alguns ascendentes de Albuquerque e seu filho" (documentos ineditos); Boletim bibliographico da Aca-

demia de Lisboa, 1.<sup>a</sup> serie, vol. II, 1919; pelo socio Ambrozio Leite uma gravura antiga representando o aprisionamento de Calabar.

O dr. Mario Mélo declarou que o coronel Carlos Lyra, proprietario do *Diario de Pernambuco* e da usina Serra Grande, doara ao Instituto a importancia de um conto de réis, pelo que propunha, de acordo com os estatutos, fosse elle incluído entre os socios bemfeitores, o que foi aprovado.

Relatado pelo desembargador Silva Rego foi lido um parecer da commissão de historia sobre o trabalho do sr. M. Braga Ribeiro candidato a socio correspondente, e sendo tambem favoravel o parecer da commissão de syndicancia foi eleito aquelle senhor.

O presidente diz que o Instituto participou de todas as homenagens prestadas aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral que acabam de atravessar o Atlantico.

Tratou tambem da passagem, nesta capital, do socio correspondente dr. Prado Sampaio, designando uma commissão para cumprimental-o.

O dr. Mario Mélo diz que a pratica tem demonstrado que o numero de socios correspondentes e honorarios não deve ser limitado, como o de effectivos; requer uma assembléa para a reforma dos estatutos, neste ponto, o que é aprovado.

O dr. Cornelio da Fonseca communica a morte do socio correspondente dr. Elpidio de Figueiredo e pede um voto de pesar na acta. Igual homenagem requer o dr. Neto Campello para o dr. João Teixeira que era um pernambucano notavel.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.<sup>o</sup> secretario; conego **H. Xavier**, 2.<sup>o</sup> dito.

---

## ASSEMBLE'A GERAL DE 20 DE JULHO DE 1922

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Neto Campello, Cornelio da Fonseca, Samuel Campêlo, conego Henrique Xavier, Pedro Soares, Sant'Anna Araujo e Cruz Ribeiro, foi aberta a sessão.

Aprovada a acta da sessão anterior, foi lido o expediente que constou de: cartas do Museu Escolar Sarmiento, da Ar-



gentina, pedindo publicações do Instituto; da Bibliotheca Amboriana, de Milão, no mesmo sentido; do dr. Carlos Xavier Paes Barreto offerecendo um exemplar de sua "Corographia do Espirito Santo".

O presidente disse que antes de passar á ordem do dia mandava consignar na acta os votos de: pezar pela morte do dr. Adolpho Cirne que embora extranho ao Instituto era um luminar da sciencia juridica; de regozijo pela solução pacifica do caso politico de Pernambuco, graças aos esforços do dr. Octavio Tavares, autor da idea da pacificação e do orador da casa monsenhor Pereira Alves; ainda de regozijo pela nomeação do socio dr. Neto Campello para director da Faculdade de Direito do Recife.

Tambem o conego Henrique Xavier disse que o governo de Venezuela honrou o secretario dr. Mario Mélo com a nomeação do consul daquelle paiz, em Pernambuco.

O dr. Neto Campello agradeceu a prova de carinho que lhe faziam e requereu que o Instituto se fizesse representar nas homenagens que serão prestadas á memoria do dr. Adolpho Cirne, ex-director da Faculdade, e apresentou suas despedidas por ter de seguir para o Rio de Janeiro sabbado proximo, afim de tomar parte nos trabalhos do Conselho de Ensino. O presidente nomeou representantes para áquellas homenagens e para o embarque do dr. Neto Campello.

O conego Henrique Xavier lembrou que estava a chegar ao Recife o novo arcebispo d. Miguel Valverde; o presidente convidou os socios presentes a comparecerem ao desembarque do arcebispo.

Passando-se á ordem do dia disse o presidente que a pratica havia demonstrado não ser util ao Instituto a limitação do numero de socios correspondentes e honorarios, devendo perdurar somente quanto aos effectivos. O dr. Mario Mélo apresenta então a seguinte emenda: "Proponho fique assim redigido o artigo 3.º dos nossos Estatutos: — o Instituto compor-se-á de cinco classes de socios: I—effectivo, em numero de cincoenta; II—correspondentes; III—honorarios; IV—benemeritos; V—bemfeitores, sem numero limitado mas observadas as exigencias da nossa lei fundamental para as elições dos candidatos. Seja eliminado o art. 75 dos estatutos, visto haver fallecido o escripturario Antonio Pimentel."

Sendo posta em discussão foi a emenda aprovada unanimemente.

De acordo com o art. 8.º dos estatutos a mesa do Instituto



atendendo ao alto valor scientifico do notavel descobridor da dirigibilidade aerea, no dia do seu natalicio, propoz para socio honorario o sr. Alberto Santos Dumont; tendo igualmente em vista o valor do sr. Conde d'Eu, decano do Instituto Historico Brasileiro, propoz fosse elle eleito socio honorario; o que foi aprovado.

O thesoureiro apresentou o balancete do anno findo, que foi á commissão de fundos e orçamentos para dar parecer.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **H. Xavier**, 2.º dito.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 3 DE AGOSTO DE 1922

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Oscar Brandão, conego Henrique Xavier, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite, foi aberta a sessão. Justificou sua falta o dr. Cornelio da Fonseca.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior foram accusadas as seguintes offertas: "Fac-simile dos documentos do senado da camara do Rio de Janeiro" pela Prefeitura do Districto Federal; "Inventario das armas e petrechos bellicos que os hollandezes deixaram na provincia de Pernambuco em 1654" pelo dr. Carlos Lyra, filho; "Boletim n. 1 da entomologia agricola brasileira"; "A fronteira do sul" pelo autor sr. J. Rezende da Silva; "Divisão judiciaria e administrativa de S. Paulo"; "Dr. Carlos Alberto de Menezes" pelo padre Bernardo Wedemayer; "Pernambuco no seculo XIX" pelo autor, sr. Estevam Pinto e uma moeda de quarenta réis de bronze, cunhada em 1823, pelo dr. Odilon Nestor.

Pela mesa do Instituto foram propostos e unanimemente aceitos socios honorarios os srs. Arthur de Sacadura Cabral e Gago Coutinho, vencedores da travessia aerea do Atlantico, de Lisboa ao Rio de Janeiro.

Foi tambem proposto socio effectivo o dr. Estevam Pinto indo a proposta ás commissões de historia e de syndicancia.

O socio Sant'Anna Araujo, em nome da commissão de fundos e orçamento, communicou que na proxima sessão apresentará parecer sobre as contas do anno findo.

O dr. Mario Mélo declarou ter combinado com o socio d. Pedro Roeser, abade do mosteiro de S. Bento, serem retirados da igreja dos Guararapes, onde se estão estragando, os dois paineis historicos que ali existem e serem recolhidos ao Instituto, depois da abadia tirar uma copia em tela, a oleo, para figurar naquella igreja.

O presidente communica que o Instituto se fez representar no desembarque do arcebispo d. Miguel Valverde.

O dr. Samuel Campêlo disse que não obstante o Conselho Municipal do Recife ter votado a transferencia do nome de Luiz do Rego para avenida Cruz Cabugá a placa com o nome daquelle continúa na rua respectiva; pede que o Instituto solicite providencias a respeito, o que é aprovado.

O dr. Mario Mélo diz ter sido o autor da proposta das festas ao consocio benemerito dr. Pereira da Costa por occasião de seu jubileu literario, a cinco do corrente; aquelle dr., porem, pediu-lhe agradecer ao Instituto a homenagem que lhe ia prestar mas, como a data coincide com a vespera do primeiro anniversario da morte de sua querida esposa, pedia que a mesma não se realizasse.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) Arthur da Silva Rego, presidente em exercicio; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 24 DE AGOSTO DE 1922

### Presidencia do desembargador Silva Rego

A's quinze horas, presentes os socios drs. Silva Rego, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Cornelio da Fonseca, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão. Justificaram suas faltas os socios conego Jeronymo de Assumpção e dr. Thomé Gibson.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, constou o expediente de: uma carta do marquez de Figueirôa, de Machiol, pedindo a cohesão do Instituto para a festa annual da Raça, a realizar-se em Espanha; carta pastoral de d. Miguel Valverde saudando seus diocesanos; uma proposta para socio correspondente d. Adolpho Araganés; parecer da commissão de fundos e orçamentos sobre as contas do anno de 1921, que assim conclue: "A commissão louva os esforços empregados pelo



actual thesoureiro coronel Antonio da Cruz Ribeiro pela liquidação feita com o dr. Morales de los Rios, proveniente das obras de adaptação do predio social e pede seja mencionado na acta um voto de agradecimento ao mesmo thesoureiro pela boa gestão feita. (assignados) Zeferino Agra, conego Jeronymo de Assumpção, Sant'Anna Araujo."

Posto a voto foi este parecer unanimemente aprovado.

O dr. Mario Mello communica que o dr. Pedro Celso, tendo sido nomeado representante de Pernambuco no XX Congresso de Americanistas, lhe pediu dissesse á casa haver embarcado para o Rio de Janeiro, tendo por isso passado a presidencia ao desembargador Silva Rego, 1.º vice-presidente.

O dr. Cornelio da Fonseca disse que passaria domingo proximo por esta capital a ex-familia Imperial do Brazil; propunha mandasse o Instituto uma commissão cumprimentala a bordo. O conego Henrique Xavier declara que no mesmo vapor embarcaria para o Rio de Janeiro o consocio orador monsenhor Pereira Alves. O presidente designa os drs. Cornelio da Fonseca, Mario Mello e conego Henrique Xavier para representarem o Instituto em ambos os casos.

Tratando-se da commemoração do centenario da Independencia Patria o presidente declara que varios jornaes incitam o Instituto a tomar a iniciativa dos festejos mas, segundo nota publicada na imprensa, nada poderemos fazer. Procuramos, em tempo, tomar a iniciativa e os poderes publicos nos negaram os recursos necessarios. Agora seria impossivel organizar um programma de festa na altura de acto; isto não quer dizer que o Instituto se torne alheio ou indifferente á commemoração. Ao contrario, deve participar della como adherente. Ocorre-lhe uma idéa: o governo federal, por suggestão do Instituto Historico Brasileiro, creou o museu historico nacional. Este Instituto possui um museu historico em inicio; como em S. Paulo, na Bahia e em outros Estados, poderia o governo de Pernambuco, de acordo com o Instituto e aproveitando os elementos deste, fundar o museu historico pernambucano, dando-lhe organização e incremento para que possa ser um dos melhores do Brazil, attendendo-se ao brilhante passado do nosso torrão natal. Si o governo attender as suggestões do Instituto poderemos a 7 de Setembro proximo inaugurar esse museu, solennemente. Sendo acolhida as suas palavras com aplausos unanimes o presidente declarou que iria em commissão com os drs. Mario Mello, Samuel



Campêlo e conego Henrique Xavier aos poderes publicos solicitar a creação do referido museu.

O dr. Samuel Campêlo propoz um voto de agradecimento ao dr. Octavio Tavares, prefeito do Recife, por haver mandado retirar as placas da antiga rua Luiz do Rego, hoje avenida Cruz Cabugá, conforme desejos do Instituto, o que foi aprovado.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Arthur da Silva Rego, presidente em exercicio; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 14 DE SETEMBRO DE 1922

### Presidencia do desembargador Silva Rego

A's quinze horas presentes os socios drs. Silva Rego, Mario Mélo, Cornelio da Fonseca, Fonseca Oliveira, conego Henrique Xavier, Sant'Anna Araujo, Ambrozio Leite e Candido Costa, abriu-se a sessão. Foram justificadas as faltas do conego Jeronymo de Assumpção e do dr. Thomé Gbsbon.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior foram acasadas as seguintes offertas: — pelo sr. J. A. Lyra Andrade as esporas que pertenceram ao capitão Barros Lima (o Leão Coroado); pelo vigario Anizio Torres Bandeira de Flores, vinte e nove moedas antigas; pelo sr. Joaquim Dias Nogueira, dois fosseis do territorio do Acre; pelo sr. Alfredo Mello, uma moeda brasileira commemorativa da coroação de d. Pedro II; um exemplar do hymno "Pernambuco á Independencia", letra de d. Edwirges Sá Pereira e musica de Mario do Carmo Santos e um exemplar do "Monumento historico" (II vol.) de Candido Costa.

Foi lido um parecer da commissão de historia e geographia sobre o livro "Pernambuco no seculo XIX", com que o sr. Estevam Pinto se candidatou a socio effectivo do Instituto, bem como pareceres da commissão de syndicancia favoraveis a este e ao sr. Adolpho Araganés de la Encarnacion, secretario perpetuo da Real Academia de Bellas Artes e Sciencias Historicas de Toledo, para socio correspondente, sendo ambos aprovados.

O presidente declara que, conforme ficou resolvido, foi a mesa ao governador do Estado para lhe sugerir a creação do

museu historico de Pernambuco; s. excia. declarou que não officializaria o museu do Instituto mas o subvencionaria para torna-lo praticamente accessivel ao publico, desenvolvendo-o o quanto possivel, em cuja expectativa ficamos.

O dr. Cornelio da Fonseca diz que, segundo sugestões do Instituto, o Conselho Municipal do Recife cogita de restaurar os nomes de algumas ruas, graças a iniciativa do nosso consocio Manuel Arão; propõe se agradeça a attitude do Conselho lembrando que na restauração referida fiquem as denominações ruas do Imperador Pedro II, da Imperatriz Thereza Christina e da Princeza Izabel, o que é aprovado.

O socio Sant'Anna Araujo communica o fallecimento do jovem Aluizio Campello, filho do dr. Neto Campello, 2.º vice-presidente do Instituto; o presidente designa o conego Henrique Xavier, o dr. Cornelio da Fonseca e o major Sant'Anna Araujo para apresentarem pezames áquelle consocio.

O dr. Mario Mélo diz que falleceu o dr. Diegues Junior, presidente do Instituto historico alagoano; o dr. Cornelio da Fonseca communica a morte do socio honorario Conde d'Eu; o presidente manda lançar na acta votos de pesar e telegrapha ao Instituto alagoano e á familia imperial nesse sentido.

O snr. Candido Costa diz que é portador das saudações do Instituto historico do Pará; o presidente agradece e pede que, em seu regresso leve as homenagens deste Instituto áquelle.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Arthur da Silva Rego, presidente em exercicio; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 12 DE OUTUBRO DE 1922

### Presidencia do desembargador Silva Rego

A's quinze horas presentes os socios drs. Silva Rego, Mario Mélo, Neto Campello, Fonseca Oliveira, Samuel Campello, Oscar Brandão, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite é aberta a sessão. Justificaram suas faltas os socios drs. Cornelio da Fonseca, Thomé Gibson, Zeferino Agra, conego Jeronymo de Assumpção e Pedro Soares.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior e expediente consta de uma circular da "Associação conservadora de los

monumentos archeologicos de Yucatan", Mexico, communicando sua fundação; proposta para socio correspondente em favor do sr. J. Bezerra da Silva, autor do livro "Fronteiras do Sul", que vai a commissão de admissão de socios.

Foram acusados as seguintes ofertas: — "La declaracion de los derechos y deberes de las naciones" adoptada pelo Instituto Americano de Decreto Internacional; Projecto of. an international cont of justice"; "Kulburgeographic von Brazilim von r. B. Brandt; "Assumptos de actualidade sobre finanzas da Bahia; "Festa do centenario" pelo dr. Ruy do Amaral; Revista Maritima Brasileira, anno XLII, n. 3.

O dr. Mario Mélo diz que o governador do Paraná em circular aos demais governadores dos outros Estados, pedia a extinção das bandeiras estaduais, tendo recebido a adhesão de varios collegas. O governador de Pernambuco, porém, respondeu que o nosso pavilhão é tradicional e conserva-lo é render preito de homenagem aos que se imolaram por uma independencia antes de 1822. Essa resposta do actual governador synthetisa o pensar de todos os pernambucanos que sabem cultivar a memoria de seus prohomens; requer que se registre na acta um voto de louvor a essa attitude do dr. Severino Pinheiro e se mande uma commissão levar-lhe o apoio do Instituto pelo seu acto. O dr. Samuel Campêlo aplaude a proposta do dr. Mario Melo e propõe que se faça uma circular aos governadores, aos jornaes e aos congressistas transcrevendo o decreto que creou a bandeira pernambucana; tanto a proposta como o aditivo foram aprovados. O presidente nomeiou os drs. Mario Mélo, Samuel Campêlo e Oscar Brandão para a commissão requerida pelo primeiro.

O conego Henrique Xavier communicou que a commissão nomeada para sentimentar o dr. Neto Campello cumprira a incumbencia.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINARIA DE 26 DE OUTUBRO DE 1922

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Samuel Campêlo, Gervasio Fioravanti, Cornelio da Fonseca, conego Henrique Xavier e Sant'Anna Araujo foi aber-



ta a sessão. Justificaram suas faltas os drs. Thomé Gibson, Zeferino Agra, conego Jeronymo de Assumpção e Othon Mello.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior o expediente constou de um officio do dr. Sergio Loreto communicando ter assumido o exercicio do governo do Estado; um officio do Instituto historico parahybano communicando a eleição e posse da sua nova directoria; um officio do dr. Alcides Bezerra communicando haver assumido a direcção do Archivo Publico Nacional.

Foram acusadas as seguintes offertas: Revista do Instituto Historico do Espirito Santo; pelo dr. Samuel Campêlo o estandarte nacional do extinto Tiro n. 187 da confederação, bordado pelas senhoras de Jabatão e offerecido áquella sociedade; pelo socio Sant'Anna Araujo o estandarte de um antigo club desta capital.

Foi proposto e aceito socio honorario o general Candido Rondon, que deve passar em breve por esta cidade e por isso o presidente convidou os socios presentes a irem cumprimentá-lo á bordo.

O dr. Pedro Celso diz que depois de seu regresso do Rio de Janeiro é a primeira vez que comparece ao Instituto; começa por felicitar á casa pela nobre attitude pugnando pela manutenção da bandeira do Estado. Tambem está ao lado do Instituto, segundo telegramma publicado, monsenhor Pereira Alves, actualmente em S. Paulo. Lembra o nome de Oliveira Lima, autor dos **consideranda** do decreto da bandeira pernambucana. O Congresso internacional de historia americano, onde teve a honra de representar o Estado e o Instituto, considerou aquelle nosso eminente conterraneo "um orgulho não só do Brazil como de toda a America". Depois de tratar da importancia do Congresso, disse ter este resclvido a elaboração da historia geral da America, obra que será publicada a 12 de outubro de 1925. Diz que trouxe do Congresso o incentivo e o conselho da fundação de um museu historico em Pernambuco — idéa exequível para o fim de desenvolver e melhorar a **tentativa do museu** que já existe. Refere-se a publicação de uma parte do dicionario historico brasileiro, cujo estudo relativo a Pernambuco foi confiado ao dr. Mario Melo e a publicação do III volume do dicionario historico e corographico de Pernambuco pelo consocio dr. Sebastião Galvão. Felicita Pernambuco pela inauguração do novo periodo de administração do Estado e ao Instituto pela escolha do seu socio desembargador Silva Rego para um posto de alta relevancia nos nego-

ciós publicos. Designa os drs. Mario Mélo, Samuel Campêlo e major Sant'Anna para, com elle presidente, apresentarem as homenagens do Instituto aos drs. Sergio Lorêto e Silva Rego.

O dr. Samuel Campêlo congratula-se com o Instituto pelo regresso do dr. Pedro Celso.

O socio Sant'Anna Araujo propõe que o Instituto manifeste ao consocio dr. Neto Campello seu pezar pelo fallecimento do cunhado deste, senador dr. Araujo Sobrinho, o que é aprovado.

E nada mais havendo a tratar á encerrada a sessão. (assignados)— Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.<sup>o</sup> secretario; dr. José Cornelio da Fonseca Lima, suplente do 2.<sup>o</sup> secretario.

---

### SESSÃO ORDINARIA DE 15 DE JANEIRO DE 1923

#### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Cornelio da Fonseca, Samuel Campêlo, coronel Cruz Ribeiro, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite abriu a sessão. Justificaram suas faltas os drs. Esmaragdo de Freitas, Gervasio Floravanti, Zeferino Agra, Thomé Gibson, conego Henrique Xavier e Jeronymo de Assumpção.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior passou-se ao expediente que constou de um officio do "Centro Pernambucano do Rio de Janeiro" apoiando a attitude do Instituto quanto á conservação da bandeira de Pernambuco; outro do "Centro pernambucano do Ceará" no mesmo sentido; outro da "União pernambucana de Curitiba" tambem no mesmo sentido; carta do general Joaquim Ignacio ainda no mesmo sentido.

Foram registrados as offertas: da Academia de Lisboa "D. Pedro V e seu reinado"; pelo coronel Cyriaco Pereira a cruz de pedra que existia na fortaleza de Itamaracá.

O dr. Cornelio de Oliveira regosija-se com o Instituto pela escolha do consocio conego Henrique Xavier para occupar uma cadeira na Camara Estadual.

O consocio Sant'Anna Araujo communica que a commissão nomeada deu desempenho a sua incumbencia vizitando os drs. Sergio Loreto e Silva Rego.

O dr. Mario Mélo diz que em nome do Instituto assumiu

o compromisso de se associar a Academia pernambucana de letras e ao Instituto de Scienciais e Letras na homenagem que se vai prestar a monsenhor Pereira Alves pela sua nomeação para bispo de Natal.

Communicou tambem que o Instituto recebera a visita do dr. Leite e Oiticica, presidente do Instituto historico de Alagoas.

O dr. Samuel Campêlo requer que o Instituto participe das homenagens que vão ser prestadas aos aviadores Pinto Martins e Hinton, tendo o presidente para esse fim nomeado os drs. Samuel Campêlo, Mario Mélo e Cornelio da Fonseca.

O presidente designa monsenhor Pereira Alves para orador official da sessão de 27 do corrente e o dr. Oscar Brandão para falar sobre os socios fallecidos durante o anno findo.

E nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.

---

## SESSÃO MAGNA DE 27 DE JANEIRO DE 1923

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's vinte horas reuniu-se o Instituto para commemorar a data de sua fundação e a restauração de Pernambuco do dominio hollandez.

Ocupando a presidencia, ladeado do dr. Sergio Lorêto, governador do Estado, do coronel Ciriaco Pereira, commandante da Região Militar, do dr. Antonio de Góes, prefeito do Recife, do desembargador Silva Rego, chefe de policia, do dr. Mario Mélo e conego Henrique Xavier, secretarios do Instituto, o dr. Pedro Celso abriu a sessão com um ligeiro discurso no qual agradeceu a presença de quantos se achavam presentes para render homenagem aos heroes da epopea gloriosa de nossa historia e pediu ao dr. Sergio Loreto que, na qualidade de governador do Estado, se dignasse presidir a sessão.

Acceptando o encargo o governador disse que agradecia a distincção e se congratulava com o Instituto pelas datas que se celebravam; desde sua mocidade costumava frequentar o Instituto, onde se culturava a religião do patriotismo e, como governador do Estado, não podia deixar de render suas homenagens a uma sociedade de tanto valor.



Teve depois a palavra o dr. Mario Mélo, secretario perpetuo, para ler o relatório dos trabalhos do anno social findo, o que elle fez em substanciosa peça que bem prova a sua operosidade.

Em seguida foi dada a palavra ao orador official, monsenhor Pereira Alves, que proferiu brilhante e suggestiva oração, que mereceu applausos prolongados.

Teve ainda a palavra o dr. Samuel Campêlo, que, de accordo com os Estatutos, faz o elogio dos socios fallecidos durante o anno.

Não havendo mais quem quizesse usar da palavra levantou-se o dr. Sergio Loreto e com elle todo o auditorio. Disse que antes de encerrar a sessão queria agradecer ao orador official, que evocou o passado, tratou do presente e predisse o futuro. Monsenhor Pereira Alves referiu-se ao sacrificio que elle fizera para assumir o governo de Pernambuco; ninguem melhor que o orador do Instituto sabia que elle nunca ambicionou governar o Estado; apenas attendeu ao apelo que lhe fizeram em momento difficil — espera que os homens de patriotismo o ajudem a levar a cruz ao Calvario.

E, sendo muito aplaudido encerrou a sessão, tocando a banda da força publica o hymno do Estado.

O salão do Instituto estava repleto de pessoas gratas. (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; conego **H. Xavier**, 2.º dito.

---

## SESSÃO DE ASSEMBLE'A GERAL EM 15 DE FEVEREIRO DE 1931

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Samuel Campêlo, João Peretti, Cornelio da Fonseca, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro, Eustorgio Wanderley e Sant'Anna Araujo abriu-se a sessão.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior foi proposto que passasse para a classe de socios honorarios monsenhor Pereira Alves, que deixa de residir em Recife por ter de assumir o bispado de Natal.

O socio Sant'Anna Araujo communica que se acham enfermos os consocios drs. Fonseca de Oliveira e Eduardo de

Moraes, pelo que o presidente nomeia o dr. Samuel Campêlo, o professor Eustorgio Wanderley e o major Sant'Anna Araujo para visita-los.

O dr. Mario Melo communica que foi recolhido ao museu do Instituto um obuzeiro que estava na fortaleza do Brum e fôra anteriormente doado ao Instituto pelo general Joaquim Ignacio, muito concorrendo para isso os esforços do capitão Horacio Campello, do estado maior da Região; o presidente mandou registrar na acta um voto de louvor ao referido capitão.

Ainda o dr. Mario Mélo disse haver sido procurado pelo sr. Ducasble Filho que possui uma rica colleção numismatica e desejava vende-la ao Instituto; è, de facto, valiosa a colleção mas, infelizmente, não dispomos de verba para adqueri-la. O presidente lembrou que se devia fazer um apêlo ao governador do Estado para a aquisição respectiva, o que foi aprovado.

Passando-se a eleição da nova directoria, deu o seguinte resultado: presidente, dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti; 1.º vice-presidente, dezembargador Arthur da Silva Rego; 2.º vice-presidente, dr. Manuel Neto Carneiro Campello; 3.º dito, dr. Gervasio Fioravanti; 2.º secretario, conego Henrique Xavier; suplentes de secretarios, dr. José Cornelio da Fonseca Lima e J. Felipe Monteiro; thezoureiro, Antonio da Cruz Ribeiro; oradores, drs. França Pereira e Samuel Campêlo; suplentes de oradores drs. Oscar Brandão e Fernando Barroca; comissão de revista, drs. Pereira da Costa, Mario Melo e Gonçalves Maia; commissão de admissão de socios, conego Henrique Xavier, drs. Cornelio da Fonseca e Samuel Campêlo; comissão de manuscriptos, professores Eustorgio Wanderley, Gaspar Rigueira e Alfredo Ambrozio Leite; comissão de historia e geographia, drs. Silva Rego, Neto Campello e Carlos Pereira da Costa; comissão de archeologia e ethnographia, d. Pedro Roeser, drs. João Peretti e Arnobio Marques; comissão de fundos e orçamento, dr. Zeferino Agra, conego Jeronymo de Assumpção e Sant'Anna Araujo.

O presidente proclamando eleitos os que tiverem maioria de votos, deu posse aos presentes agradecendo a confiança de seus pares reelengendo-o mais uma vez.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Melo, 1.º secretario; conego H. Xavier, 2.º dito.



## SESSÃO ORDINARIA DE 1 DE MARÇO DE 1923

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Samuel Campêlo, Gervasio Fioravanti, Cornelio da Fonseca, Oscar Brandão, conegos Henrique Xavier e Jeronymo de Assumpção, e o major Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão. Justificaram suas faltas os socios drs. Thomé Gibson e Zeferino Agra.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior o 1.º secretario deu conta do seguinte expediente:— carta do socio dr. Eugenio Gudín pedindo licença por ter de ausentar-se do Estado; convite do Congresso internacional de protecção da natureza, a reunir em Paris. Offertas: "Horas de prisão" de Gonçalves Maia, pelo autor; "Synthese historica das finanças do Brazil" por seu autor, o senador Tavares de Lyra; "Anuario do observatorio do Rio de Janeiro" para 1923; Mensagem do dr. J. J. Seabra, governador da Bahia; Revista Maritima brasileira; "Americo Brasileiro; e pelo sr. Arthur Lewin uma medalha de prata commemorativa da abolição da escravatura.

O conego Jeronymo de Assumpção, em nome do cabido olindense, communica a trasladação dos restos mortaes do arcebispo d. Luiz de Britto, que foi presidente do Instituto, da igreja do Carmo de Olinda para a Cathedral e convida o Instituto para se fazer representar nessa homenagem. O dr. Samuel Campêlo diz que o Instituto tambem deve se representar na sagração do bispo de Natal, monsenhor Pereira Alves, socio dos mais distinctos do Instituto. O presidente designa os drs. Mario Mélo, Samuel Campêlo e major Sant'Anna Araujo para ambas as solennidades.

O dr. Gervasio Fioravanti enpossa-se do cargo de 3.º vice-presidente e agradece a eleição, dizendo ter grande amor por Pernambuco e por isso mesmo está prompto a prestar todo seu concurso ao Instituto.

O presidente communica que a senhora Paula Tuhm, brasileira residente em Berlim, escreveu, por seu intermedio, ao governador do Estado, dizendo possuir duas gravuras em metal, representando scenas da guerra hollandeza, ambos do seculo XVII.

O socio Sant'Anna Araujo diz que na igreja da Estancia, existem quasi em abandono, dois retratos a oleo de vultos



da guerra hollandeza; propõe que o Instituto solicite a quem competir a remoção dos referidos retratos, bem como de outros objectos de arte para o nosso museu. O dr. Mario Mélo diz que na matriz do Recife devem existir umas estatuetas de apóstolos, que estavam no demolido arco da Conceição, as quaes poderiam ser removidos para o museu do Instituto; o presidente encarrega o secretario de procurar obter os objectos citados.

E nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão. (assignada) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **Samuel Campêlo**, servindo de 2.º secretario.

---

### SESSÃO SOLENNE DE 6 DE MARÇO DE 1923

#### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's vinte horas reuniu-se o Instituto para commemorar o 160.º anniversario da revolução republicana de 1817.

Presidiu os trabalhos o dr. Pedro Celso que, abriu a sessão, pronunciou ligeiro discurso sobre a data. "Se desta vez não resoam neste recinto as notas alegres do hymno do nosso culto patriotico, diz o presidente, é que o crepe de extensa magoa envolve nesta hora o coração do Brazil; desapareceu na voragem da morte o grande campeador das liberdades patrias, nas pelepas da intelligencia — o magno vulto representativo da nação e da raça — o grande Ruy Barboza".

Deu depois a palavra ao orador official dr. França Pereira, tendo o acatado homem de letras lido eloquente e bem elaborado discurso, sendo muito applaudido.

E, por fim, o presidente agradeceu a comparencia das pessoas presentes e encerra a sessão. (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **Samuel Campêlo**, servindo de 2.º secretario.

---

### SESSÃO ORDINARIA DE 5 DE ABRIL DE 1923

#### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Gervasio Fioravanti, Neto Campello, coronel Cruz Ribeiro e major Sant'Anna Araujo

abriu-se a sessão. Não tendo comparecido o 2.º secretario nem seus supplentes, o presidente designou o dr. Samuel Campêlo para ocupar a cadeira. Justificaram suas faltas os socios drs. Thomé Gibson, Zeferino Agra e conego Jeronymo de Assumpção.

Lidas e aprovados as actas das sessões anteriores o 1.º secretario deu conta do seguinte expediente: — officio do governador dr. Sergio Loreto offerecendo ao Instituto a colleção de moedas e cédulas que pertenceu ao sr. Alfredo Ducasblé, a qual fôra adquerida pelo governo para esse fim; officio do conego Henrique Xavier, 2.º secretario, pedindo cinco mezes de licença; officio do sr. Ernesto de Vasconcellos, de Portugal, offerecendo um exemplar dos trabalhos geodesicos effectuados na ilha de S. Thomé pelo capitão de fragata Gago Coutinho; officio do sr. Elysio de Carvalho, secretario geral do Instituto Varnhagen, communicando a sessão inaugural dessa sociedade a 17 de fevereiro ultimo.

Foram acusadas as seguintes offertas: — pelo dr. Neto Campello um escudo com as armas da Republica o qual fôra offerecido em 1391 pelos empregados e operarios do arsenal de guerra do Rio de Janeiro ao generalissimo Deodoro da Fonseca, depois de sua eleição para presidente da Republica — objecto que por morte de Deodoro foi offerecido ao barão de Lucena e pelos herdeiros deste ao dr. Neto Campello, um mappa denominado "as cinco partes do mundo" com os retratos de Pedro I, José Bonifacio e Floriano Peixoto, com as armas e bandeiras do Imperio e da Republica, de todos os estados do Brazil e as bandeiras de todas as nações; duas oleographias, homenagem dos brazileiros á memoria de Pedro I; um exemplar do serviço de inspecção e fomento agricolas na exposição do Centenario, acompanhados do relatorio do director e mais trez exemplares relativos á produção dos municipios de Pernambuco e Bahia; nove exemplares da puericultura no Brasil, cultura da batata ingleza, methodo e processos para a fabricaçã do assucar e cultura da canna; dictionario abreviado de plantas forrageiras, insectos nocivos e uteis ao algodoeiro, plantas floresas, criação de galinhas, o coqueiro e o combate ao ophidismo; trez exemplares do recenseamento e cinco exemplares da Estatistica; pelo Instituto historico brasileiro os dois primeiros volumes do dictionario historico, geographico e ethnographico do Brazil; pela viuva do general Apolinario



Maranhão a rozeta de cavalleiro da ordem de Christo, a cruz de commendador da mesma ordem, a medalha militar de bravura, instituida em 1868, a cruz de guerra da campanha do Paraguay, com passador n. 5, as quaes pertenceram aquelle general; pelo sr. Barbosa Neto, director d'A Voz de Goyanna, uma bala espherica encontrada a 72 annos passados no monte Pitimbu' e attribuida aos navios francezes que traficavam para o Brazil.

E' lida e aprovada uma proposta da meza considerando o dr. Sergio Teixeira Lins de Barros Loreto socio bemfeitor, de accordo com os estatutos, em virtude de valiosa offerta feita ao Instituto.

O dr. Mario Melo justifica a seguinte indicação, que depois de discutida, foi aprovada unanimemente: — "Centenario da confederação do Equador. Considerando que transcorre no anno vindouro o primeiro centenario da revolução republicana conhecida na Historia como "Confederação do Equador" — movimento federalista levantado contra a prepotencia do primeiro imperador e que tanto honra Pernambuco e as provincias que se associavam a sua sorte; considerando que devemos commemorar condignamente essa data, como fizemos com a da revolução republicana de 1817; proponho que o Instituto se dirija ao governo do Estado solicitando-lhe a iniciativa da commemoração e alvitando-lhe as seguintes sugestões: a) o governo abrirá concurrencia em todo o Brazil para a publicação da melhor "Historia da Confederação do Equador" designando trez historiographos de notoria competencia, deste ou de outros estados, para a formação do jury; (os originaes serão entregues até 31 de dezembro deste anno; da obra premiada será feita uma edição de 5000 exemplares; o classificado em 2.º logar terá o premio de 2.000\$000; todos os originaes, mesmo das obras não classificadas, ficarão pertencendo ao Instituto; caso não se apresentem candidatos ou nenhuma obra seja julgada merecedora de publicação, o governo incumbirá um dos membros do Instituto, de reconhecida idoneidade e capacidade de trabalho, para colligir, anotar e publicar os manuscritos existentes no archivo do mesmo Instituto e na Bibliotheca publica sobre o assumpto, devendo o annotador, em prefacio fazer a synthese do movimento; a pessoa incumbida terá, pelo seu trabalho, depois de impresso, a gratificação de 3.000\$000; nesta ultima hypothese, o governo custeará a impressão de 3000 exemplares da Revista do Instituto,



a qual será dedicada inteiramente ao facto historico de 1824; b) o governo promoverá os meios mais efficazes de levantar um monumento aos heroes de 1824; ou, ao menos, uma herma a frei Caneca, o mais popular dos chefes da revolução e cuja morte tragica — espingardeado por não haver carrasco nem condemnado que o quizesse enforcar — tornou, para sempre, sympathica e veneravel sua memoria, associando á herma os frades do Carmo, ordem a que pertencia frei Caneca; e) o governo mandará cunhar duzentas medalhas de bronze, commemorativas da passagem do 1.º centenario, tendo no reverso a bandeira ou o escudo da Confederação do Equador; d) o governo solicitará a União a emissão de um sello postal commemorativo, a exemplo do que se fez em 1917 e 1922; e) o governo procurará de accordo com o Instituto, meios de realizar festas publicas commemorativas, a 2 de julho de 1924, convidando para dellas participarem as antigas provincias que, em 1824, ligaram sua sorte a de Pernambuco; f) o governo envidará esforços, recorrendo ao legislativo ou ao judiciario, uma vez que fallharam as tentativas de arbitragem ou plesbicio, no sentido de ser effectuada a reivindicacão para Pernambuco da antiga comarca de S. Francisco, desannexada “provisoriamente” para que seus habitantes não ficassem contaminados pelo virus republicano de 824; g) o governo promoverá uma exposicão commemorativa de productos de Pernambuco e envidará meios de inaugurar o museu historico de Pernambuco”.

O presidente communica que visitou o consocio Pereira Alves, bispo de Natal, em nome do Instituto e faz votos pelo seu completo restabelecimento; sabendo que se acha tambem doente o consocio dr. Cornelio da Fonseca designa o dr. Samuel Campêlo e o major Sant’Anna para visita-lo.

O dr. Samuel Campêlo communica que a commissão nomeada compareceu á transladação dos restos mortaes do saudoso presidente dr. Luiz de Britto.

O socio Sant’Anna Araujo declara haver visitado o socio dr. Fonseca Oliveira, cujo estado de saúde ainda não é satisfatorio.

O dr. Nelo Campello declara haver obtido do prefeito do Districto Federal a remessa das publicações feitas por aquella prefeitura, em commemoração do centenario da Independencia; lembra que o Instituto deve dirigir-se ao dr. Sergio Araujo pedindo as publicações feitas pela Exposicão;

declara mais que representou o Instituto nos funeraes de Ruy Barboza.

O dr. Gervasio Fioravanti diz que deve embarcar no proximo sabbado o senador Manuel Borba, grande bemfeitor do Instituto, o presidente nomeia os socios Gervasio Fioravanti, Sant'Anna Araujo e Mario Mélo para comparecerem ao embarque, diz que tambem irá e convida os socios presentes para levarem suas despedidas aquelle consocio.

O socio Sant'Anna Araujo pede um voto de pezar na acta pela morte do dr. Alcedo Marrocos, socio correspondente, o que é aprovado; o dr. Neto Campello diz que o Instituto deve procurar recolher os ineditos que deve ter deixado o dr. Marrocos.

E nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão. (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **Samuel Campello**, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 26 DE ABRIL DE 1923

### Presidência do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, coronel Cruz Ribeiro, major Sant'Anna Araujo e tenente Ambrozio Leite o primeiro assumiu a presidencia e abriu a sessão. Tendo faltado o 2.º secretario e seus suplentes o presidente designou o dr. Samuel Campêlo para ocupar a cadeira.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior o secretario perpetuo deu conta do seguinte expediente: — officio do 1.º secretario da Camara dos deputados deste Estado communicando que, em attenção ás ponderações do Instituto sobre a mudança do nome o autor do projecto combinara dar o nome de Belem de Cabrobó ao municipio de Cabrobó; officio da Faculdade de Direito do Recife offerecendo o ultimo n. da Revista daquela Faculdade.

Foram tambem registrados as ofertas do numero de abril "America brazileira"; o de maio d' O Expositör; "Katalog 520 kulw, Hersemann de Leipzig; Revista Maritima Brazileira, numero de fevereiro; a commenda da ordem da Roza que pertenceu ao dr. Amaro Bezerra Cavalcanti, offerta da viuva;

e um distinctivo da loja maçônica "Obreiro do Porvir" de Nazareth.

O dr. Mario Mélo communica que esteve com o vigário do Recife combinando a remoção das estatuas que existiam no demolido arco da Conceição o que só poderá ser feito depois de obtido licença do arcebispo e traz ao conhecimento da caza que o esculptor João Confalonieri está executando um busto em marmore de frei Caneca para offerecer ao Instituto.

O dr. Samuel Campêlo requer (sendo aprovado) que se insira na acta um voto de regosijo pelo restabelecimento do consocio monsenhor Pereira Alves e outro de louvor ao dr. Mario Mélo pela sua attitude em relação ao caso de Cabrobó.

O consocio Sant'Anna Araujo communica o fallecimento de uma filha do dezembargador Silva Rego, 1.º vice-presidente do Instituto, propondo um voto de pesar, o que é aprovado.

O presidente diz que o Instituto perdeu, no dr. José Cornelio da Fonseca Lima, ultimamente fallecido, um dos seus melhores elementos; o Instituto fez-se representar no enterro e deverá comparcer ás homenagens funebres que lhe vão ser prestadas. Em signal de pesar encerra a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; Samuel Campêlo, servindo de 2.º secretario.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 7 DE JUNHO DE 1923

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Neto Campello, Gervasio Fioravanti, Mario Mélo, coronel Cruz Ribeiro e major Sant'Anna, o primeiro assume a presidencia, convida o ultimo para servir de 2.º secretario e abre a sessão.

Não estando lavrada a acta da sessão anterior deixou de ser lida.

Foram registradas as seguintes offertas: quatro collares festivos e um braselête de indios cachinanás, nos limites do Amazonas com Matto Grosso, trazidos pelo socio corres-



pondente Paulo Eleutherio; duas medalhas da loja maçônica "Cavalheiros da Cruz".

Achando-se presente o illustre pernambucano dr. Ulysses Brandão, que reside no Rio de Janeiro e aqui se acha colhendo notas para a historia da Confederação do Equador, o presidente convidou-o a assistir e tomar parte na sessão. O dr. Brandão expõe os fins de sua missão a Pernambuco e lê alguns capitulos sobre o trabalho que está elaborando.

O presidente communica que o Congresso Estadual aprovou e o governador sancionou uma lei de auxilio ao Instituto para commemorar o primeiro centenario da Confederação do Equador, mais ou menos nos termos da proposta do dr. Mario Mélo, já aprovada pela casa; é preciso que o Instituto tenha um entendimento com o governo para combinar a commemoração, antes de organizar seu programma e para este fim designa os socios drs. Neto Campello, Silva Rego, Mario Mélo, Zeferino Agra, aos quaes se juntará.

O dr. Neto Campello disse que, quando foi proclamada a Republica, retiraram da Faculdade de Direito do Recife e mandaram para o Instituto um retrato a oleo de Pedro II; agora a Faculdade vae completar a galeria de retratos de chefes de Estado e reclama aquelle retrato, que não fará falta ao Instituto porque este possui outros do mesmo monarcha; o assumpto foi para ser discutido noutra sessão.

O presidente communica o fallecimento do socio dr. Joaquim da Fonseca Nunes de Oliveira, diz que o Instituto se fez representar nos funeraes e vai levantar a sessão, com um voto de pezar na acta, o que foi aprovado. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; Samuel Campêlo, servindo de 2.º secretario.

---

## SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 1923

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Gervasio Fioravanti, Methodio Maranhão, Samuel Campêlo, coronel Cruz Ribeiro, major Sant'Anna Aranjo e tenente Ambrozio Leite, o primeiro assume a presidencia e declara aberta a sessão, designando o dr. Sa-

muel Campêlo para 2.<sup>a</sup> secretario, na falta deste e seus sup-  
plentes. Justificaram suas faltas os socios drs. Thomé Gib-  
son, Zeferino Agra e conego Jeronymo de Assumpção.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores o 1.<sup>o</sup> secretario acusa o seguinte expediente: — um officio da se-  
cretaria geral do Estado de Alagoas remettendo o Album de  
Alagoas; officio da loja maçonica Philotimia offerecendo  
um seu distinctivo para a colleção do Instituto; offerta de  
um pequeno canhão para festejos sanjuanescos, remettido  
pelo dr. Cicero Brazileiro de Mello, delegado do Recife.

O presidente offereceu a consideração da casa os se-  
guintes votos, que foram aprovados: — de sympathia á co-  
lonia italiana no transe porque passaram as populações si-  
cilianas com a erupção do Etna; de condolencia á colonia  
allemã pelo lamentavel desastre que, em terras brazileiras,  
victimou os aviadores allemães que emprehendiam o raid  
Cuba—Rio de Janeiro; de aplausos ao deputado José Boni-  
facio pela sua iniciativa de erigir-se na capital da Republi-  
ca um monumento commemorativo dos precursores da Re-  
publica no Brazil, no qual figuram os heroes mais represen-  
tativos da revolução pernambucana de 1817 e um apello ao  
mesmo deputado e á bancada pernambucana para que se es-  
forcem no sentido de ter o logar que lhe compete, no proje-  
ctado monumento, Bernardo Vieira de Mello; e de congratu-  
lações ao socio dr. Mario Melo, pela reparação que lhe deu  
o governo da Republica reintegrando-o no cargo publico  
que desde muito exerce e de que o privara injustificavel  
perseguição politica.

Depois o presidente nomeia o dr. Samuel Campêlo e ma-  
jor San'Anna Araujo para com elle, em commissão, convidar  
as autoridades para a sessão de dois de julho proximo, de-  
signando o dr. Mario Melo para pronunciar o discurso official  
e o dr. Samuel Campêlo para oferecer o diploma de socio  
bemfeitor ao dr. Sergio Lorêto.

O primeiro secretario acha que tendo o zelador Amaro  
Braga committido infidelidade no desempenho de seu cargo,  
abusando da confiança que lhe depositava, se vira na conti-  
gencia de o despedir, dando conhecimento a policia do suce-  
dido; acrescentou que o referido ex-zelador, conforme con-  
fessou na policia, desviou e vendeu a peso muitos exemplares  
da Revista do Instituto, dentre elle todo o restante da edição  
de 1922; posteriormente averiguou que o mesmo ex-zelador  
desviara, ainda, dois volumes do Dicionario historico brasili-

leiro, os quaes estavam trancados na secretaria, tendo, portanto, se servido de chaves falsas, o tympano do salão nobre, uma tesoura de metal fino, vinte e seis cadeiras de junco e varias lampadas electricas. O dr. Gervasio Fioravanti propõe, e é aprovado, que se peça ao dr. chefe de policia remessa das diligencias policiaes para juizo, afim de ser denunciado o infiel guarda, podendo o Instituto designar um dos seus socios, que seja advogado, para auxiliar a promotoria publica.

O dr. Methodio Maranhão communica que tendo reedificado a casa que a tradicção aponta como nella tendo nascido frei Caneca mandou fazer uma lapide comemorativa e em tempo inaugurarã com assistencia do Instituto.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **Samuel Campêlo**, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO SOLEMNE DE 2 DE JULHO DE 1923

### Presidencia do dr. Pedro Celso.

A's vinte horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Silva Rego, Neto Campello, Gervasio Fioravanti, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Lins e Silva, Annibal Fernandes, Methodio Maranhão, professor Eustorgio Wanderley, D. Pedro Roeser, Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo e Rodolpho Lima, o primeiro tendo aos seus lados os drs. Sergio Lorêto, governador do Estado, Samuel Hardman, secretario geral do Estado, Antonio de Góes, prefeito do Recife, coronel João Nunes, commandante da Força Publica, commandante Olavo Machado, capitão do porto, major Sebastião Moura, representante do commando do referido militar, conego Ambrozino Leite, representante do arcebispo, capitão Velho Sobrinho, commandante da Escola de Aprendizizes Marinheiros, dr. Sergio Lorêto Filho e dr. José de Góes Cavalcanti, administrador da Recebedoria do Estado, abriu a sessão dizendo que o Instituto tinha um duplo objectivo — commemorar o 99.º anniversario da Confederacão do Equador e acolher em seu seio o dr. Sergio Lorêto; por uma feliz coincidencia a data tambem correspondia à reintegracão do Brasil em sua nacionalidade,



para o que muito concorreu Pernambuco com seus filhos ao mando de José de Barros Falcão de Lacerda, heroe de Pirajá, promovido no proprio campo de batalha.

A seguir concedeu a palavra ao dr. Mario Mélo para proferir o discurso official sobre a data e este occupando a tribuna, durante quarenta minutos, num estudo sobre a confederação do Equador, as suas causas, o seu fim, o intuito dos revolucionarios, tanto historico como sociologicamente, explicou que a revolução de 1824 não era separatista, tanto que depois de combinado entre as provincias do norte, estas convidaram suas irmãs do sul para o movimento, que visou a forma republicana federativa.

Occupou depois a tribuna o dr. Samuel Campêlo que, recordando os serviços prestados ao Instituto pelo dr. Sergio Loreto, como governador, quer offerecendo uma colleção numimastica, quer providenciando para o maximo realce do centenario da Confederação do Equador, no anno proximo, traçou os dados da vida publica daquelle dr. e terminou por lhe offerecer o diploma e o distinctivo de socio bemfeitor.

Por fim levantou-se o dr. Sergio Loreto para agradecer; disse que se sentia muito bem ao lado dos que zelam as tradições de Pernambuco, especialmente no dia em que se glorificava os que se sacrificaram pela liberdade; secundando o conceito do orador official sobre o objectivo da revolução de 1824, frisou que o intuito dos revolucionarios não era dividir a patria mas livra-la de certas tutelas; era obra de justiça glorificar os heroes que sonharam a republica federativa; desde estudante vê com admiração este Instituto, guarda do nosso passado, das nossos glorias, por isso recebe satisfeito o titulo que lhe dá direito de collaborar ao lado dos que zelam as tradições de Pernambuco.

Não havendo mais quem quizesse usar da palavra o presidente encerrou a sessão, com um viva ao Brazil unido e a banda de musica da força publica, que havia tocado o hymno de Pernambuco á abertura dos trabalhos, executou o hymno nacional brasileiro no encerramento dos mesmos. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mello, 1.º secretario; Samuel Campêlo, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 26 DE JULHO DE 1923

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Methodio Maranhão, Gervasio Fioravanti, professor Gaspar Rigueira, Ambrozio Leite e Sant'Anna Araujo foi aberta a sessão. Foi convidado para servir de 2.º secretario o dr. Samuel Campêlo por terem faltado o effectivo e seus suplentes. Justificaram suas faltas os socios drs. Thomé Gibson, Zeferino Agra e conego Jeronymo de Assumpção.

O 1.º secretario acusou ás seguintes offerlas: — uma medalha de bronze commemorativa do raíd Maceió—Rio de Janeiro dos jangadeiros alagoanos, remetida pelo governador de Alagoas; “Geographia do Maranhão” de Fran Paxeco; “Boletim da Academia Nacional de Historia do Equador”; “Escriptos” de Francisco Xavier, Eugenio Santa Cruz y Espejo; “Anuario Estadístico de la Republica de Chile” (18 volumes); Revista do Instituto Historico do Pará (IV vol.) e Anuario Estadístico de S. Paulo (20 volumes).

O presidente declara que o Instituto já deu os primeiros passos para a commemoração do Centenario da Confederação do Equador, estando publicados os respectivos editaes para a Historia da Confederação e o monumento a frei Caneca.

O dr. Gervasio Fioravanti adverte que no edital para a Historia não se cogitou da hypothese de aparecer algum conconcorrente que não deseje figurar com o proprio nome, sim com pseudonymo, resolvendo o Instituto que dada essa hypothese, o candidato seria aceito do mesmo modo e seu trabalho admitido a julgamento.

O socio Sant'Anna Araujo communica a eleição do socio correspondente padre Severino Vieira de Mello para bispo do Piahy, propondo um voto de regosijo em acta, o que é aprovado e propõe um voto de pezar pela morte do dr. Alvaro Uchôa, pae do presidente do Instituto, o que tambem é aprovado agradecendo o presidente.

O dr. Gervasio Fioravanti communica a morte do grande poeta Guerra Junqueiro propondo um voto de pezar e requerendo que a sessão seja levantada em homenagem á memoria do grande abolicionista pernambucano dr. Alfredo Pinto, que foi notavel vulto politico da Republica e acatado

jurisconsulto, o que foi aprovado. (assignados)— **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mário Melo**, 1.º secretario; **Samuel Campêlo**, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 9 DE AGOSTO DE 1923

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os drs. Pedro Celso, Mário Melo, Samuel Campêlo, Gervasio Fioravanti, Methodio Maranhão, Eduardo de Moraes, major Sant'Anna Araujo, tenente Ambrozio Leite e Nunes de Mello, abre-se a sessão. Não tendo comparecido o 2.º secretario, nem os seus suplentes, o presidente designa o dr. Samuel Campêlo para ocupar o cargo. Justificaram suas faltas os socios drs. Thomé Gibson, Zeferrino Agra, professor Eustorgio Wanderley e coronel Othon Mello.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores o 1.º secretario deu conta dos seguintes trabalhos recebidos: — "Archeologia e Historia" (vol. 1) da Associação de Archeologia de Portugal; "Boletim da Academia Nacional do 7quadro; "O Tiberê", vol. commemorativo do centenario da Independencia do Brasil"; Venebamba", mappas de *Max Uhle*; Autobiographia do monsenhor Pedroza.

A seguir o mesmo secretario leu um officio do dr. Samuel Hardman, secretario geral do Estado, em que pede o parecer do Instituto sobre o requerimento do pintor Dakir Parreiras para um quadro historico relativo á bandeira da revolução de 1817; posto o assumpto em discussão o dr. Gervasio Fioravanti propõe seja nomeada uma comissão de que façam parte os socios drs. Pereira da Costa, Mário Melo e Eduardo de Moraes para emitir parecer. O dr. Eduardo de Moraes diz que dará seu parecer verbalmente pois embarcará nestes dias para o Rio de Janeiro e sua opinião é, resumidamente, a seguinte: aceita as clausulas do pintor Dakir Parreiras para a execução do quadro, ficando, porém o governador autorisado a contractar com este ou com quem maiores vantagens offerecer para isso. O presidente explica que o pintor Dakir se propôz a executar o quadro mediante autorisação legislativa em que é citado nominalmente, não cabendo, portanto, essa inovação; demais trata-se apenas de uma



deferencia do governador em solicitar a opinião do Instituto. O dr. Mario Mélo diz que julga desnecessaria a nomeação de uma commissão agora, pois, o pintor Dakir não acompanhou sua proposta de nenhum esboço do quadro; o Instituto nada tem a ver com a parte economica da execução do quadro; presta-se, pergunta, o assumpto para a execução de um quadro historico? responde pela affirmativa; essa deve ser a resposta do Instituto ao governo; si Dakir tivesse feito acompanhar a sua proposta de um esboço do quadro caberia então ao Instituto examinar esse esboço e verificar se estava de acordo com a historia, isto é, si o local fôra bem apanhado, si a indumentaria estava de acordo com a epoca, si as personagens figurantes estavam em relação com o que descrevem os coevos, etc. assim deve o Instituto responder que o assumpto se presta, pela sua magnificencia, para um quadro historico mas só dentro de um esboço desse quadro poderá ser dado parecer sobre a verdade historica. Posto a votos foi o parecer do dr. Mario Mélo aprovado unanimemente.

O dr. Eduardo de Moraes requereu que se declarasse no edital de concorrência para o monumento a frei Caneca que a abertura de dita concorrência versaria quanto a praso e custo para a execução de dito monumento, tendo em consideração a idoneidade comprovada dos proponentes; o presidente declara que o edital que está sendo publicado foi aprovado pelo governo do Estado, que é quem vai contribuir com as despesas, não cabendo ao Instituto fazer mais alterações, além disso, sendo expressão do edital que será a execução contractada com esculptor idoneo que melhores vantagens oferecer, não está excluído a idea de concorrência, ao contrario, essas vantagens só poderão ser conhecidas mediante concorrência. O dr. Eduardo de Moraes insiste pela aprovação de seu requerimento porque quer que fique bem clara a clausula de nova concorrência. Tomam parte em debates os Drs. Gervasio Fioravanti, Methodio Maranhão, Mario Mélo e Samuel Campêlo, todos em apoio ás palavras do presidente. O dr. Samuel Campêlo propõe seja aprovado o requerimento do dr. Eduardo Moraes, logo que a execução do projecto depende de aprovação dos maquetes que foram apresentadas e em tempo oportuno será tomado em consideração dito requerimento quanto a exigencia de nova concorrência, o que foi aprovado unanimemente tendo antes se retirado o dr. Eduardo de Moraes. Para representar o Instituto no embarque deste o presidente nomeia os socios

dr. Samuel Campêlo, major Sant'Anna Araujo e tenente Ambrozio Leite.

Ainda o presidente declara que fará inserir na acta um voto de pesar pelo fallecimento do presidente dos Estados Unidos, sr. Harding, do que dará sciencia ao consul americano.

E nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; J. Felipe Monteiro, suplente do 2.º secretario.

### SESSÃO ORDINARIA EM 23 DE AGOSTO DE 1923

#### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Samuel Campêlo, major Sant'Anna Araujo, J. Felipe Monteiro e Ambrozio Leite abriu-se a sessão. Justificaram suas faltas os socios drs. Gervasio Fioravanti, Zeferino Agra, Thomé Gibson, conegó Jeronymo de Assumpção, Cruz Ribeiro e Olhon de Mello.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o expediente consta de um officio do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro lamentando não possuir mais nenhum exemplar da medalha cunhada em commemoração ao tricentenario de Camões; remessa do Boletim n. 39 do Instituto Geographico do Mexico; dos annaes do 1.º congresso de agricultura do nordeste; da Revista Maritima Brazileira (maio) e da America Brazileira (agosto) e uma photographia da primeira machina de escrever inventada pelo padre parahybano Francisco João de Azevedo que a expoz no Rio de Janeiro em 1869, onde obteve medalha de ouro.

Tendo sido enviado á meza, pelo thezoureiro, o balancête do anno de 1922 o presidente remeteu á commissão de fundos e orçamento para lavrar parecer.

O 1.º secretario disse que, em virtude de ter sido dispensado, por motivos conhecidos, o zelador Amaro Braga, que fazia a cobrança de mensalidades, esta se achava muito irregular, pelo que propunha fosse todos os socios considerados quites até 30 de junho ultimo, procedendo o novo zelador a cobrança, a partir de 1.º de julho, o que foi unanimemente aprovado.



O presidente disse que estando em remodelação a praça da Republica, onde outrora lançara o Instituto a pedra fundamental do monumento aos heroes de 1817 e desejando o prefeito embellezar aquelle logradouro era oportuno cogitar-se em erigir o monumento projectado. O dr. Mario Melo, discutindo o assumpto, lembrou que o Instituto, em 1917, abriu uma subscrição para levantar o monumento, a qual alcançou algum exito, se bem que a quantia arrecadada estivesse longe do orçamento; tendo o governo do Estado sido autorisado pelo Congresso a edificar um predio para a sede do Instituto em pagamento do que lhe foi tomado para construcção do jardim da praça Joaquim Nabuco, o governador Manuel Borba adquiriu o antigo collegio Ayres Gama, com o fim de o adaptar e entregá-lo ao Instituto, com o que concordaram todos os socios; aconteceu, porem, que o dr. Borba deixou o governo sem poder, por motivos aineios a sua vontade, realizar aquella adaptação. Seu substituto, obsecado com ideas de economia, não cumpriu a promessa daquelle. O Instituto viu-se na contingencia de fazer, ás suas custas, a adaptação, para poder ocupar o predio e nessa adaptação gastou não so suas economias, como teve de lançar mão, com o consentimento dos subscriptores, da importancia arrecadada para o monumento e, infelizmente, ainda ha dividas a pagar, provenientes dessa adaptação, que compelia ao governo. Assim, a sua vez, não pode mais o Instituto tomar a iniciativa da ereção do monumento; entretanto como indemnisação ás despesas que o Instituto fez com a adaptação do predio, poderia o Governo do Estado, de acordo com o do Municipio do Recife, tomar a iniciativa de levantar o monumento aos heroes de 1817, estando certo que nenhum outro Municipio do Estado deixaria de concorrer com seu auxilio para essa divida de honra do povo pernambucano. Aceito esse alvitre, resolveu a casa delegar poderes ao presidente para tratar do assumpto com os chefes do executivo do Estado e dos municipios.

O socio Ambrozio Leite declarou que a commissão nomeada comparecera ao embarque do consocio dr. Eduardo de Moraes, que seguiu para o Rio de Janeiro.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.  
(assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **Manuel J. de Sant'Anna Araujo**, servindo de 2.º secretario.



## SESSÃO ORDINRIA DE 4 DE SETEMBRO DE 1923

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mello, Gervasio Fioravanti, Samuel Campêlo, coronel Cruz Ribeiro e major Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão. Na ausencia do 2.º secretario e seus suplentes o presidente convidou o major Sant'Anna Araujo para ocupar a cadeira, o que foi aceito, justificaram suas faltas os socios drs. Zeferino Agra e Thomé Gibson, conego Jeronymo de Assumpção e coronel Othon Mello.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior foram accusadas as seguintes offeras: — pelo dr. Zeferino Agra uma grande medalha de bronze, encontrada pelo sr. Gaspar Florentino no quintal da casa n. 10 da rua da Mangueira, desta cidade (a referida medalha tem no verso dois escudos justa postos: um representando uma torre e dentro desta um R e outro um monticulo circulado de onze estrellas e acima duas mãos acertadas em signal de amizade; circulam esses emblemas os dizeres "concours musical de romans et de bourg de peage. 8-9 aout 1880". No reverso toda a moeda é circulada por uma palma); pelo sr. Henrique Calderon uma grande tela de 2,80 v 1,20, reprodução do quadro do grito do Ypiranga que existe no museu de S. Paulo.

O thesoureiro Cruz Ribeiro declarou que, tendo recebido na Delegacia Fiscal a quota de loterias, saldou debitos antigos do Instituto, oriundos da adaptação do predio, conforme documentos que apresenta.

O 1.º secretario disse que o Conde da Boa Vista possuia uma grande medalha de ouro oferecida pelo governo britânico, por um favor especial que aquelle titular prestara quando na presidencia da provincia; essa moeda estava em poder de sua filha e era objecto de cubiça de varios colleccionadores; tendo fallecido ultimamente aquella senhora devia o Instituto empregar esforços para que a referida medalha ficasse incorporada ao patrimonio artistico de Pernambuco e não tivesse a sorte da espada de ouro do mesmo titular e de outros objectos que têm sahido do Estado para o estrangeiro. O presidente encarregou o secretario de proceder ás indagações necessarias para providenciar oportunamente.

O dr. Gervasio Fioravanti propõe, sendo aprovado, um

voto de pesar pelo fallecimento da esposa do socio professor Gaspar Rigueira Costa.

O presidente recapitula o phenomeno seismico occorrido ultimamente no Japão e que repercutiu dolorosamente em todo o mundo civilisado e diz que vae levantar a sessão com um voto de pesar profundo pela grande catastrophe que assolou o povo amigo. (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **Samuel Campêlo**, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 20 DE SETEMERO DE 1923

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Neto Campello, Mario Mélo, Gervasio Fioravanti, Samuel Campêlo, Methodio Maranhão, coronel Cruz Ribeiro e major Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão. Na falta do 2.º secretario e seus suplentes o presidente designou o dr. Samuel Campêlo para ocupar a cadeira.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior o 1.º secretario deu conta do seguinte expediente: officio do Instituto historico de Alagoas convidando para se fazer representar na inauguração de sua nova sede, convite da Academia mineira de letras para uma festa literaria, remessa de catalogos, da Richardson Cia. e da Maconilas Cia; Boletim da Academia de Medicina do Rio de Janeiro; Relatorio do Gymnasio Pernambucano; varios exemplares encadernados de jornaes da antiga provincia de Pernambuco (oferta da escola normal Pinto Junior, do Recife); Revista de religião, de S. Paulo; o presidente declara que tendo chegado tarde os convites não pode mais providenciar para a representação, mandando agradecer.

Lido e aprovado o parecer da commissão de fundos e orçamento sobre o balanço de contas de 1822.

O dr. Mario Mélo diz que lendo o projecto do orçamento do Ministerio do Interior encontrou a subvenção de 40 contos de réis ao Instituto historico brasileiro; seis contos aos do Pará, Rio Grande, do Norte, Parahyba e cinco ao da Bahia; sendo o de Pernambuco o mais antigo é justo que se pleiteie igual favor; propõe que nos dirijámos á bancada pernambuco-



cana solicitando uma emenda ao referido orçamento neste sentido.

O dr. Neto Campello lembra que o melhor é telegraphar ao reator do orçamento; o dr. Gervasio Fioravanti propõe seja a mesa autorizada a providenciar de modo que lhe parecer mais viavel, o que é aprovado.

O presidente diz que se projectam festas ao primeiro anniversario do governo do dr. Sergio Loreto, que tão amigo se tem mostrado do Instituto, acha que este deve manifestar adhesão, o que é aprovado.

E nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão. (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **Samuel Campêlo**, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 25 DE OUTUBRO DE 1923

### Presidência do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Samuel Campêlo, Mario Melo, Fernando Barroca, coronel Cruz Ribeiro e major Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão.

Na falta do 2.º secretario a seus suplentes o presidente designou o dr. Samuel Campêlo para ocupar a cadeira.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior o 1.º secretario acusou o seguinte expediente: — circular da Academia de letras do Espirito Santo communicando sua installação; convite a comissão organizadora do XXI congresso internacional de Americanistas a reunir-se em Gotenboy (Suecia) em 1924; circular do Instituto historico parahybano communicando a eleição da nova directoria; officio da Escola de engenharia deste Estado enviando o exame de um aerolitho remetido pelo Instituto; officio do prefeito do Recife designando o dr. Domingos Ferreira para representar o municipio na concorrência dos projectos para o monumento a frei Caneca; carta do socio general Joaquim Ignacio agradecendo as felicitações enviadas por motivo de sua liberdade; convite da escola veterinaria de Olinda para as manifestações que vão ser prestadas a d. Pedro Roeser pelo seu jubileu sacerdotal.

Foram acusados as seguintes ofertas: — Revista academica de Manaus; Relatorio dos trabalhos do conselho interi-



no do governo da Bahia em 1823; "El libro amarillo do go-  
verno de Venezuela"; Boletim do museu paulistano.

Pelo presidente foi communicado que o Instituto se fi-  
zera representar em todas as festas promovidas em homena-  
gem ao dr. Sergio Loreto.

O dr. Fernando Barroca propõe que o Instituto se as-  
socie ás manifestações ao consocio d. Pedro Roeser trans-  
mittindo-lhe um telegramma e consignando na acta um voto  
de congratulações. O dr. Samuel Campêlo propõe identico  
acto de solidariedade ás festas ao dr. Miguel Couto no Rio;  
sendo ambas as propostas aprovadas.

O presidente designa o dr. Methodio Maranhão para fa-  
zer uma conferencia na proxima sessão de 10 de novembro.

E nada mais havendo a tratar é encerrada a sessão. (as-  
signados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Ma-  
rio Mélo, 1.º secretario; conego Henrique Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO SOLENNE DE 10 DE NOVEMBRO DE 1923

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's vinte horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Ger-  
vasio Fioravanti, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Methodio Ma-  
ranhão, canego Jeronymo de Assumpção, Cruz Ribeiro, Sant'-  
Anna Araujo, Ambrozio Leite, representantes do Gover-  
nador do Estado, do Commandante da região milí-  
tar, do chefe de policia, dos prefeitos de Recife e Olinda, do  
arcebispo, além de grande numero de outras pessoas gradas,  
o dr. Pedro Celso abriu a sessão pronunciando ligeiro discurs-  
so sobre a data que se commemorava.

Em seguida concedeu a palavra ao dr. Methodio Maranhão,  
que occupou a tribuna por espaço de cincoenta minutos, lendo  
substancioso trabalho em que se estudou com justeza a socieda-  
de de 1710 e os factos que determinaram o movimento conhe-  
cido na historia pela guerra dos mascates.

Não havendo mais quem queira usar da palavra o presi-  
dente encerra a sessão, agradecendo a presença do auditorio.  
(assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario  
Mélo, 1.º secretario; conego Henrique Xavier, 2.º dito.

## SESSÃO ORDINARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1923

## Presidencia do dr. Pedro Celso

Às quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Gervasio Fioravanti, conego Henrique Xavier, Cruz Ribeiro e Sant'Anna Araujo foi aberta a sessão.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores, o 1.º secretario deu conta do seguinte expediente: — telegramma do dr. Bernardino de Souza communicando que o Instituto historico da Bahia celebrou um trabalho sobre o padre Brayner, heroe da guerra da Independencia, do qual trabalho foi oferecido um exemplar ao Instituto; duas cartas do pintor Pedro Americo, dirigidas ao naturalista dr. Luiz Jacques Brunet, offerta do sr. Julio de Sá Brunet, com a seguinte explicação: "o dr. Brunet encontra na Parahyba o joven Pedro Americo; precisando de um desenhista para seus trabalhos e tendo noticiado que um rapazito intelligente sabia desenhar, chamou-o para acompanhá-lo; trouxe-o para Pernambuco e recommen-dou-o ao Imperador; dahi o inicio da carreira artistica do grande pintor Pedro Americo." Acusou mais a oferta da "A guerra entre o Brazil e a Republica Argentina em 1827" e "A guerra da Independencia" pelo sr. Alencar Salgado dos Santos.

O presidente communica á casa o fallecimento do consocio dr. F. A. Pereira da Costa, diz que o Instituto compareceu ao enterro, tendo elle presidente falado em despedida á beira do tumulo, fez-se representar nas missas de 7.º dia, leu telegrammas de pezames do governador de Alagoas, do bispo de Natal, do Instituto historico da Parahyba, dos drs. Carlos e Luiz Estevam e termina dizendo que o Instituto não devia circumscrever-se a essas homenagens.

O dr. Mario Mélo leu, então, a seguinte indicação, que foi unanimemente aprovada: "considerando que o dr. F. A. Pereira da Costa, fallecido a 22 do corrente, era o decano dos socios do Instituto e um dos seus benemeritos, com retrato em nossa galeria; considerando que era elle autor de mais de cincoenta trabalhos sobre Pernambuco, alguns dos quaes ineditos — e entre estes os "Annaes pernambucanos", a sua obra maxima e "Dicionário de Pernambuco"; considerando que devemos prestar á sua memoria homenagens especiaes a que o seu amor a Pernambuco e a este Instituto fez jus, proponho: a) que o Instituto celebre, dentro de 30 dias, de sua morte,



uma sessão funebre; b) que envide todos os esforços junto ao governo do Estado para a publicação dos "Annaes pernambucanos", cujos originaes foram adquiridos para este fim, em virtude de autorisação legislativa; c) que o Instituto solicite á familia do morto a oferta de manuscriptos ineditos sobre Pernambuco, afim de serem publicados na "Revista"; d) que solicite-se, igualmente, um exemplar de cada um dos seus trabalhos publicados para ter na bibliotheca do Instituto, em estante denominada "Pereira da Costa" a obra completa do socio que maior numero de livros e folhetos publicou sobre a tradição, a historia e a geographia de Pernambuco; e) que em sua memoria seja levantada a presente sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; Samuel Campêlo, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 10 DE JANEIRO DE 1924

### Presidencia do dr. Pedro Celso

Às quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, coronel Antonio da Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite, assumiu o primeiro a presidencia e servindo o segundo e terceiro de secretarios, abriu-se a sessão.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior o 1.º secretario acusou o recebimento de um officio do dr. Carlos Pereira da Costa declarando que o seu finado pai deixara apenas um exemplar de cada uma de suas obras publicadas e quanto aos manuscriptos não os offerecia ao Instituto por serem patrimonio da familia.

Foram registrados as seguintes offertas: alguns exemplares de obras antigas pelo dr. Armando Gayoso; trez moedas de cobre pelo sr. Renato de Alencar e um curioso especimen de cará pelo dr. Pedro Callado.

Pelo 1.º secretario foi declarado que encerrando-se a 31 de dezembro ultimo o concurso para a "Historia da Confederação do Equador" apenas se apresentou o dr. Ulysses Brandão; o presidente designou os drs. Mario Mélo, França Pereira e Correia de Araujo para lavrarem parecer sobre o trabalho apresentado.

O presidente disse que, infelizmente, foram regeitadas as



maquettes para o monumento commemorativo do 1.º centenario da "Confederação do Equador", conforme o parecer que foi publicado pelo *Diario de Pernambuco*: não ha mais tempo para uma nova concorrência: irá entender-se com o governador do Estado sobre o melhor meio de fazer-se a commemoração.

O dr. Mario Mélo apresenta á casa o fac-simile de uma medalha popular que o sr. M. Bankowsky pretende mandar gravar em commemoração áquelle centenario.

O presidente declara que devido as férias não poude effectuar-se a sessão de homenagem ao saudoso consocio F. A. Pereira da Costa, o que ficaria para melhor oportunidade.

O dr. Mario Mélo apresentou o nome do arcebispo d. Miguel de Lima Valverde para socio honorario, que foi aprovado.

O socio Sant'Anna Araujo communicou o fallecimento do socio dr. Antonio de Almeida Pernambuco, requerendo um voto de pesar, que foi aprovado.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo** e padre **Henrique Xavier**, secretarios.

---

## SESSÃO SOLENNE DE 27 DE JANEIRO DE 1924

### Presidencia do dr. Sergio Loreto

Em commemoração a data de sua fundação e da restauração de Pernambuco do dominio hollandez, reuniu-se o Instituto, sob a presidencia do exmo. sr. dr. Sergio Loreto, governador do Estado, ladeado pelos srs. arcebispo d. Miguel Valverde, coronel Cyriaco Lopes Pereira, commandante do Região Militar, dr. Antonio de Góes, prefeito do Recife, dr. José de Góes, secretario da Fazenda, dr. Annibal Fernandes, secretario da Justiça, desembargador Silva Rego, chefe de policia; dr. Amaury de Medeiros, director da Saude Publica; dr. Coaracy de Medeiros, official de gabinete do governador, capitão D'Agostini, ajudante de ordens, dr. Mario Mélo e conego Henrique Xavier, secretarios do Instituto.

O dr. Pedro Celso proferiu ligeiro discurso sobre a data e saudou d. Miguel Valverde pela sua investidura de socio honorario, entregando-lhe o respectivo diploma.

O dr. Mario Mélo leu o relatório dos trabalhos annuaes.

O dr. França Pereira, orador official, pronunciou formoso discurso sobre a data, sendo muito aplaudido.

O dr. Samuel Campêlo em brilhante oração fez o elogio dos socios fallecidos durante o anno social.

O arcebispo d. Miguel Valverde, em discurso imaginoso, agradeceu a sua eleição.

Assignaram o livro de presença os socios drs. Pedro Celso, Gervasio Fioravanti, Silva Rego, Sergio Loreto, Mario Mélo, José de Barros Lima, França Pereira, Bianor de Medeiros, Aníbal Fernandes, Samuel Campêlo, conego Henrique Xavier, Antonio da Cruz Ribeiro, Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite.

Durante a solennidade tocaram duas bandas de musica. (assignados) — **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo** e conego **H. Xavier**, secretarios.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 7 DE FEVEREIRO DE 1924

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Gervasio Fioravanti, Methodio Maranhão, Fernando Barroca, Zeferino Agra, Oscar Brandão, conegos Henrique Xavier e Jeronymo d'Assumpção, Felipe Monteiro e Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão.

O presidente teve palavra de pesar pelo fallecimento de Wilson, grande vulto americano, Theophilo Braga, polygrapho portuguez e Zeferino Galvão, literato pernambucano; os dois últimos socios do Instituto.

Deixou de realisar-se a eleição da nova directoria por falta de numero legal de socios.

O dr. Mario Mélo disse que fôra o autor do projecto de commemoração do centenario da Confederação do Equador; em virtude da desclassificação das **maquettes** para o monumento a Frei Caneca estava o programma alterado; era preciso refundi-lo e tratar dos festejos com tempo de ser aproveitado algo. Dentro do orçamento votado pelo Congresso do Estado e do credito aberto pelo governo apresentava um novo programma: — em linhas geraes, cogita de um congresso regional de historia das antigas provincias que formavam a referida Con-

federação, envidando o governador do Estado esforços para que compareçam pessoalmente os próprios governadores dos Estados que, em 1824, si uniram a Pernambuco; o Instituto convidará os seus congêneres; com o projecto do congresso regional ha uma lista de theses officiaes a serem distribuidas e discutidas; cogita o novo projecto da officialisação do museu do Instituto, o qual, com um pequeno auxilio do governo, para adaptação, conservação, augmento de pessoal, estaria exposto diariamente ao publico. O projecto sugere mais uma exposição industrial e pecuaria, por parte do governo, podendo convidar-se para a mesma os Estados que tomarem parte na Confederação; as festas, se o programma fôr approvado e adoptado, durarão cinco dias: de 2 a 6 de julho e começarão por uma missa no pateo em que frei Caneca foi exauctorado ou no qual foi executado, devendo haver tambem exercicios e canticos patrioticos em todas as escolas do Recife, inauguração de um grupo escolar com o nome de frei Caneca; excursões, se vingar a idéa do Congresso de historia, banquete aos congresistas, etc.

O dr. Methodio Maranhão pediu fosse incluido no programma a inauguração da placa da casa em que nasceu frei Caneca e que, se fosse afastada a idéa do Congresso regional, que entretanto merecia seu apoio, persistisse o Instituto ao projecto do monumento a frei Caneca para ser inaugurado no dia 13 de janeiro de 1925, data do espingardeamento do frade patriota. Ficaram adiados a discussão e votação do assumpto, e, em seguida, foi levantada a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; Oscar Brandão, servindo de 2.º.

#### SESSÃO DE ASSEMBLEA GERAL (2.ª CONVOCAÇÃO) EM 14 DE FEVEREIRO DE 1924

##### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Oscar Brandão, Fernando Barroca, Carlos Pereira da Costa, Samuel Campêllo, Gervasio Fioravanti, Bianor de Medeiros, professor Gaspar Rigueira Costa, conego Jeronymo d'Assumpção, Sant'Anna Araujo, Felipe Monteiro, Cruz Ribeiro e Eustorgio Wanderley, abriu-se a sessão, sob a presidencia do primeiro, servindo o segundo e terceiro de secretarios.



Lida e aprovada a acta da sessão anterior, com uma rectificação relativa a um voto de pesar pelo fallecimento da senhora Dulce Galvão, filha do consocio dr. Sebastião Galvão, foram lidos: um telegramma do Instituto Historico do Pará dando pezames pela morte dos consocios drs. Pereira da Costa e Gonçalves Maia; um officio do socio Annibal Fernandes offercendo o vol. I da Historia da Colonisação Portugueza e um officio do Centro Parahybano agradecendo ter o Instituto cedido uma de suas salas para as sessões preliminares de sua installação.

Por proposta da meza, tendo em vista a exposição do secretario perpetuo, foi eleito socio bemfeitor o sr. Alfredo Couceiro, a quem deve o Instituto a organização, classificação e catalogação da colleção numismatica.

Foi proposto socio correspondente, indo á respectiva commissão para dar parecer, o sr. Honorio Souza Sylvestre, professor de geographia do collegio Pedro II, do Rio de Janeiro, autor de varios trabalhos sobre a geographia do paiz.

O presidente apresenta seus cumprimentos ao dr. Bianor de Medeiros, consocio que residindo na capital do paiz, nunca se esquece do Instituto; o dr. Bianor agradece e, aproveitando a oportunidade, diz que em excursão ao interior do Estado, teve ensejo de encontrar, no engenho Pindorama, de propriedade do coronel Joaquim Cavalcanti, trez cartas autographas do marechal Floriano Peixoto, lembrando ao possuidor dessas cartas que devia archiva-los no Instituto, o seu amigo as entregou para esse fim.

Passando-se á ordem do dia foram eleitos, em eserutino secreto, presidente, dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, 1.º vice-presidente, dezembargador Arthur da Silva Rego; 2.º dito dr. Manuel Neto Carneiro Campello; 3.º dito dr. Gervasio Fioravanti Pires Ferreira; oradores, drs. Luiz de França Pereira e Samuel Campello; suplentes, drs. Fernando Barroca e Oscar Brandão; 2.º secretario, conego Henrique Xavier de Farias; suplentes, professor Eustorgio Wanderley e J. Felipe Monteiro; thezoureiro, Antonio da Cruz Ribeiro; commissão de Revistas drs. Mario Mélo, Methodio Maranhão e Samuel Campello; commissão de syndicancia, conego Henrique Xavier, dr. Thomé Gibson e Othon Bezerra de Mello; commissão de trabalhos historicos, drs. Silva Rego, Neto Campello e Carlos Pereira da Costa; commissão de finanças, dr. Zeferino Agra, conego Jeronymo de Assumpção e Sant'Anna Araujo; commissão de ethnographia, abade d. Pedro Roeser, drs. Arnobio Marques e

João Peretti; comissão de manuscritos, dr. Turiano Campello, professor Gaspar Regueira e Ambrozio Leite.

O presidente agradece a renovação de seu mandato e dá posse aos eleitos que se acham presentes.

O dr. Oscar Brandão comunica á casa o fallecimento do consocio dr. José Gonçalves Maia e pede para elle uma manifestação de pesar na acta. O presidente declarou que logo que o Instituto teve conhecimento da triste noticia mandou hastear a bandeira em funeral; fez referencias aos relevantes serviços prestados por Gonçalves Maia ao Instituto e nomeou Oscar Brandão, Sant'Anna Araujo e Eustorgio Wanderley para, em comissão, assistirem ás missas em suffragio daquelle illustre consocio; oportunamente trataria de inaugurar seu retrato na galeria do Instituto e, em signal de pesar, levantou a sessão. (assignados) — Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo e conego H. Xavier, secretarios.

## SESSÃO SOLENNE DE 6 MARÇO DE 1924

### Presidencia do dr. Pedro Celso

Em commemoração ao anniversario da proclamação da republica de 1817, reuniu o Instituto, sob a presidencia do dr. Pedro Celso, ladeado pelos srs. capitão Alfredo d'Agostini, representante do governador do Estado, coronel Cyriaco Lopes Pereira, commandante da Região Militar e seus assistentes, capitão Horacio Campello, tenentes Euclides Braga e Cleto Campello Filho, desembargador Silva Rego, chefe de policia, e os secretarios dr. Mario Mélo e conego Henrique Xavier.

Abrindo a sessão o presidente pronunciou algumas palavras analogas á data.

Em seguida deu a palavra ao orador official dr. Fernando Barroca, que, por espaço de 30 minutos, leu eloquente discurso, bastante aplaudido.

Assignaram o livro de presença os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Fernando Barroca, Lins e Silva, Gervasio Fioravanti, Samuel Campêlo, Bezerra Leite, Silva Rego, conegos Henrique Xavier e Jeronymo d'Assumpção, Felipe Monteiro, Cruz Ribeiro e Sant'Anna Araujo.

Tocaram em recepção duas bandas de musica militares. (assignados) — **Pedro Celso Uchoa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **João Felípe Monteiro**, suplente de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 20 DE MARÇO DE 1924

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Gervasio Fioravanti, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Oscar Brandão, major Sant'Anna Araujo e tenente Ambrozio Leite, abriu-se a sessão, servindo o ultimo de 2.º secretario, por não terem comparecido o effectivo e seus suplentes.

No expediente foram lidos : convite da Associação commercial do Recife para a recepção que vae offerecer aos intinerantes do cruzador "Italia"; telegramma do Instituto historico da Parahyba dando pezames pela morte do consocio dr. Arthur Muniz; officio do prefeito de Villa Bella offerecendo um fuzil encontrado na fazenda da Poldrinha; pelo sr. Oscar Pires foram offerecidos dois numeros raros da Revista do Instituto.

O presidente designou os drs. Mario Mélo e Oscar Brandão para, com elle presidente, representarem o Instituto na festa da Associação Commercial.

O dr. Samuel Campêlo diz que a turma de escoteiros que está fazendo o raid Pernambuco S. Paulo tem colhido na viagem algumas curiosidades; propõe o Instituto se dirija ao presidente da Associação dos Escoteiros pedindo para o muzeu do Instituto esses objectos, bem como o livro da viagem; igualmente propõe procurar o Instituto obter da colonia italiana, para a nossa collecção, exemplares das moedas que vão ser distribuidas em commemoração ao cruzeiro do "Italia"; — ambas as propostas foram aprovadas.

O presidente communica á casa o fallecimento dos socios dr. Arthur Muniz e general Joaquim Ignacio; o Instituto compareceu, por varios socios ao enterro do saudoso Arthur Muniz e não só telegraphou á familia do general Joaquim Ignacio, como se fez representar nas homenagens funebres; consultou á casa se consentia que fosse a sessão levantada em homenagem á memoria desses companheiros o que foi unanimemente aprovado. (assignados) **Pedro Celso Uchoa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **J. Felipe Monteiro**, suplente de 2.º secretario.



## SESSÃO ORDINARIA DE 24 DE ABRIL DE 1924

## Presidencia do dr. Pedro Celso.

A's quinze horas presentes os drs. Pedro Celso, Mario Mério Mêlo, Samuel Campêlo, Gervasio Fioravanti, conego Jeronymo de Assumpção, Cruz Ribeiro e Sant'Anna Araújo, abriu-se a sessão, servindo o ultimo de 2.º secretario por não ter comparecido o effectivo nem seus suplentes.

Na hora do expediente foi lido um convite da Sociedade de Geographia do Cairo para o Congresso de geographia a realisar-se ali, no anno vindouro.

1.º secretario communica que o governo do Estado ha resolveo imprimir a "Historia da Confederação do Equador" nas officinas da Imprensa Official, sob as vistas d'elle

O thezoureiro apresentou o balancete da receita e despesa do anno de 1923, o qual foi á commissão de contas para estudo.

O dr. Samuel Campêlo diz que o Governo adquiriu as colleções de jornaes do sr. Sant'Anna Araujo para a bibliotheca do Instituto, segundo parece; é conveniente, portanto, que o Instituto tome providencias para as continuar em ordem.

O sr. Sant'Anna Araujo requer seja lançada na acta um voto de pesar pela morte do dr. Nilo Peçanha; o presidente communica que logo que teve conhecimento da morte desse estadista, socio correspondente do Instituto mandou hastejar a bandeira em funeral; não só achava justo o voto de pesar requerido, como attendendo aos serviços prestados á nação pelo illustre morto encerrava os trabalhos em homenagem e sua memoria. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.º secretario; **João Felipe Monteiro**, suplente de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 3 ABRIL DE 1924

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario, Samuel Campêlo, coronel Antonio da Cruz Ribero, J. Felipe Monteiro, Domicio Rangel, Nunes de Mello, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite, foi aberta a sessão.

Lidas e aprovadas as actas das quatro sessões anteriores o 1.º secretario deu conta do seguinte expediente: — officio do Instituto Geographico da Bahia communicando que vae commemorar o 1.º Centenario da Confederação do Equador; contas da Delegação de Escoteiros, neste Estado, comunicando que o livro de viagem dos escoteiros que foram a S. Paulo e as notas colhidas por estes em viagem serão recolhidas ao Instituto; — offertas: “Laureis insignes” de Elysio de Carvalho; “Documentos interessantes de S. Paulo”. vol. XLV; “Revista do muzeu de La Plata”, vol. XXVII.

O 1.º secretario diz que tendo o Instituto incumbido o socio Eustorgio Wanderley de apresentar um esboço para o sello commemorativo, este deu conta da incumbencia, organizando um desenho, com a seguinte explicação: — “O sello commemorativo do 1.º Centenario da Confederação do Equador tem os seguintes caracteristicos — é um rectangulo de 0,021 X 0,018, impresso em tinta azul sobre fundo branco, por serem estas as cores da bandeira de Pernambuco; no angulo esquerdo, ao alto, lê-se a palavra Brazil e no direito, tambem ao alto, as datas 1824-1924, separado por um pequeno traço; no angulo inferior a palavra Correio e no direito, tambem inferior, um pequeno escudo com o algarismo 200 e logo abaixo as letras Rs. Ao centro do rectangulo ha uma elypse cujo eixo maior está no sentido vertical e dentro dessa elypse a bandeira da revolução de 1824, representada com a conservação da heraldica: linhas horisontaes symbolisando fundo azul e sobre este um quadrado pontilhado que significa dourado; sobre o quadrado uma corôa circular branca symbolisando prata, onde estão escriptas as palavras Independencia, Liberdade, União, Religião. Em diagonal aparecem sobre a corôa circular as extremidades de feixes de varas em linhas verticaes symbolisando vermelho. Dentro da zona branca ha uma circumferencia em linhas horisontaes symbolisando azul e sobre ella uma cruz, em linhas verticaes symbolisando vermelho. Cortando a circumferencia vê-se uma zona branca e sobre a mesma circumferencia treze estrellas pentagonaes brancas. Dos lados do quadrado á direita um ramo de algodão e á esquerda uma canna de assucar. Ao centro acima do quadrinho aparece uma pequena mão, symbolisando mando, apontando uma fixa branca com a palavra Confederação e redeada de seis estrellas brancas — as seis provincias que formaram a Confederação. De um e d'outro lado, fora da elypse, palmas de coqueiro.



Tanto a descripção com o desenho foram remetidas ao consocio deputado federal dr. Correia de Britto, indicado pelo governador do Estado para tratar do assumpto com o ministro da Viação, podendo este aproveitar o projecto na integra ou tomal-o para base.

O presidente decalara que, tendo em vista os dotes oratorios do nosso consocio bispo d. José Pereira Alves ia convidalo para orador official da commemoração do Centenario da Confederação, o que foi aplaudido.

O dr. Mario Mélo apresenta a seguinte indicação, que é aprovada com uma emenda do sr. Domicio Rangel: — “propenho que o Instituto renove ao Governo, agora que está aberto, o Congresso, o pedido de aproveitar a commemoração do Centenario da Confederação do Equador para a organização do muzeu historico de Pernambuco, sob as seguintes bases — I — o governo entregará ao Instituto, desde logo, a importância de vinte contos de réis a que correspondia a verba orçada para a erecção do monumento a frei Caneca, cujo numero foi suprimido da commemoração por terem sido regeitados os projectos apresentados, afim de que seja feita immediata aquisição de mobiliario apropriado para as sessões, bandeiras, catalogação, etc.; II O governo, em proposta do orçamento solicitará a verba de dez contos annuaes para o augmento, conservação e pessoal do muzeu, que o Instituto se propõe a manter sem prejuizo da actual subvenção, destinada a outros fins; III O governo empregará seus bons officios juntos aos prefeitos municipaes, ás commuidades religiosas e ás repartições publicas para enriquecimento das colleções do muzeu e enviará meios para que não continue a dispersão do patrimonio artistico de Pernambuco; IV O muzeu será constituído pelo que já existe no Instituto, será por este mantido e dirigido pelo 1.º secretario que terá auxiliar remunerado; V O muzeu estará exposto todos os dias ao publico, mesmo nos domingos e feriados; VI Annualmente, o director do muzeu apresentará relatorio ao governo dando contas do movimento do mesmo, das despezas feitas com a subvenção e propondo as medidas que julgar necessarias”.

O snr. Nunes de Mello diz que a Delegacia Fiscal está promovendo a mudança do archivo; nelle ha livros curiosos para a historia de Pernambuco e que, por terem mais de cem annos poderão ser cedidos ao Instituto mediante um entendimento com o Delegado Fiscal; — o presidente designa o snr.



Ambrozio Leite para tratar do caso com a autoridade competente.

O presidente declara que designou o dia 21 de maio proximo para a sessão em homenagem a Pereira da Costa.

O dr. Mario Mélo communicou á casa o fallecimento do socio correspondente Principe de Bonaparte, membro do Instituto de França, e presidente da Sociedade de Geographia de Pariz, pedindo um voto de pezar.

O presidente diz que, apesar de não ser socio do Instituto, o dr. Silva Ferreira era um medico humanitario e sua morte deixou grande sulco em nosso meio social, propunha tambem um voto de pezar pela sua morte.

O dr. Samuel Campêlo apresenta identica proposta quanto ao tragico desaparecimento do aviador brasileiro Euclydes Pinto Martins. Esses votos foram aprovados sendo, em seguida, levantada a sessão. (assignados) Mario Mélo, servindo de presidente; França Pereira, servindo de 1.º secretario; João Felipe Monteiro, suplente de 2.º secretario.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 15 DE MAIO DE 1924

### Presidencia do dr. Mario Mélo

A's quinze horas, presentes os socios drs. Mario Mélo, França Pereira, Samuel Campêlo, Sant'Anna Araujo, Felipe Monteiro, Domicio Rangel e Nunes de Mello, tendo faltado o presidente e os vice-presidentes, assumiu a direcção dos trabalhos, na forma dos Estatutos, o socio mais antigo presente, que era o dr. Mario Mélo e que convidou o dr. França Pereira para servir de 1.º secretario.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior, o expediente constou de um officio do dr. Carlos Domingues, secretario do Centro Pernambucano no Rio de Janeiro, dizendo que aquelle Centro ia commemorar o centenario da Confederação do Equador, tendo convidado para oradores os drs. Sebastião Galvão, Ulysses Brandão e Francisco Solano; uma carta do mesmo communicando que o conde Pereira Carneiro obtivera do Barão de Studart copia do IV volume da "Nobiliarchia pernambucana", correndo as despezas por conta do dr. João do Rego Barros, que ia offerecer uma copia ao Instituto; offerta duma copia dum documento de 1824 pelo sr. Pedro Sal-

gado e offerta dos seguintes trabalhos: "Boletim" do Museu Nacional do Rio de Janeiro, vol. I n. 2; Jornal de Medicina de Pernambuco, ns. 3 a 5; Corographia do Ceará pelo Barão de Studart e catalogo da casa Letousir Jané, do Pariz.

Foi lido um telegramma do deputado Correia de Britto avisando que o ministro da Viação havia aprovado o projecto do sello commemorativo ao centenario da Confederação do Equador.

Procedeu-se em seguida a leitura de uma carta de d. José Pereira Alves, bispo de Natal, declinando do convite para orador official das festas do centenario da Confederação por estar marcada uma visita apostolica para a mesma epoca. E' indicado o dr. França Pereira para substitui-lo.

O socio Sant'Anna Araujo lê o parecer da commissão de contas, subscripto por toda a commissão, aprovando o balancete da receita e despeza do Instituto em 1923; posto a votos é o parecer aprovado.

O dr. Samuel Campello lembra que se discute, actualmente, um nome para a futura capital do Brazil; o deputado estadual alagoano dr. Moreno Brandão apresentou uma indicação justificada áquella assemblea, no sentido de ser escolhido o nome Guararapes; propõe não só que o Instituto secunde a iniciativa daquelle deputado como envide esforços para que o Congresso de Pernambuco, a bancada pernambucana no Congresso e o Centro Pernambucano no Rio de Janeiro trabalhem por esse objectivo, o que é aprovado.

O dr. Mario Mélo relata que no local onde se está construindo o palacio da Justiça existiu um forte hollandez; justifica a seguinte proposta, que é aprovada: "Proponho que se solicite do governo do Estado collocar na parte norte do palacio da Justiça em construcção uma lapide commemorativa com os seguintes dizeres — "Neste local existiu o Forte Ernesto, construido pelos hollandezes no inicio de sua dominação, para defeza do porto norte de Moritzstadt (Mauriciopolis ou villa Mauricia) Memoria do Instituto Archeologico, em 1924."

O socio Sant'Anna Araujo lembra que está sendo reconstruido o edificio do antigo armazem Martins, onde outr'ora fôra a pharmacia imperial do sr. Gameiro e que ostentava na fachada a corôa imperial; conviria que o Instituto recolhesse a seu museu essa corôa; o sr. Domicid Rangel recorda que nesse edificio nasceu o general Portocarrero, herôe do forte de Coimbra, na guerra do Paraguay. A casa aprova não

só que se procure obter a dita corôa, como que os reconstructores aponham uma lapide commemorativa do nascimento daquelle heroe.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; João Felipe Martins, suplente de 2.º secretario.

---

SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM A' MEMORIA DO  
DR. F. A. PEREIRA DA COSTA  
EM 21 DE MAIO DE 1924

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's 20 horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, França Pereira, Samuel Campello, Gervasio Fioravanti, Carlos Pereira da Costa, major Sant'Anna Araujo e João Felipe Monteiro, além de varias outras pessoas gradadas.

O dr. Pedro Celso, assumindo a presidencia, convidou os representantes da familia Pereira da Costa a tomarem assento a seu lado, e pronunciou ligeiro discurso em que expoz o fim da reunião.

Deu em seguida a palavra ao orador official dr. França Pereira, que leu substancioso discurso, exaltando os meritos do illustre confrade a quem prestavamos homenagem.

Usando da palavra o dr. Carlos Pereira da Costa agradece a homenagem prestada á memoria de seu pai, em nome de toda a familia.

Foi lido um telegramma do Instituto Historico da Parahyba associando-se a homenagem. E nada havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; João Felipe Monteiro, suplente de 2.º secretario.

---

SESSÃO ORDINARIA DE 29 DE MAIO DE 1924

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Melo, Carlos Pereira da Costa, coronel Cruz Ribeiro,



major Sant'Anna Araujo, J. Felipe Monteiro e Domicio Rangel foi, pelo primeiro, aberta a sessão.

Lidos e aprovados as actas das sessões anteriores, o expediente constou de: carta do consocio dr. Corrêa de Britto, reiterando os termos do telegramma sobre a aprovação do sello commemorativo do 1.º centenario da Confederação do Equador; officio do Instituto Historico do Rio Grande do Sul communicando que vae ser tambem alli commemorado o centenario da mesma Confederação; offertas: pelo dr. Pedro Celso, dos distinctivos dos Congressos de Geographia da Bahia e Bello Horizonte e do Congresso Internacional de Americanistas; pelo sr. Sant'Anna Araujo uma grande medalha de bronze, commemorativa do recenseamento de 1920 e outra de alumínio commemorativa da exposição internacional de 1922, no Rio de Janeiro; pelo dr. Mario Mélo uma moeda de alumínio e outra de prata, emissões brasileiras de 1924; pelo dr. Carlos Pereira da Costa treze numeros da "Revista de Historia" e pela Sociedade de Geographia de Tokio os ns. 418 a 421 do seu jornal.

O dr. Mario Mélo diz que ha um movimento, capitaneado pelo conde Affonso Celso, para a repatriação da imagem de N. S. do Brazil, imagem que se venerava na igreja da Penha do Recife e que daqui foi levada para a Europa, em momento de commoção politica — propõe que o Instituto se associe ao movimento; não se diga que o Instituto está se preocupando com assumpto religioso mas sim pugnando pelo restabelecimento de uma tradição, o que é aprovado.

O presidente diz que se avizinha a data da commemoração da Confederação do Equador e infelizmente ainda não ha um programma definitivamente assentado; pode adiantar que a Historia da Confederação está com sua publicação muito adiantada em impressão e é bem possivel que cheguem por todo o mez de junho as plaquetas de bronze encomendadas em Pariz; está assentado tambem que os estabelecimentos de ensino participarão das festas mas a commemoração não deve se restringir a isso. O sr. Sant'Anna Araujo lembra um concerto no theatro Santa Izabel, quando neste se realizar a sessão publica annunciada. O dr. Carlos Pereira da Costa julga preferivel seja a sessão realizada na propria séde do Instituto.

O dr. Mario Mélo diz que o Instituto já organizou mais de um programma; nenhum logrou aprovação plena; desapareceu a idea do monumento aos heroes de 1824, cahiu a idéa

de um Congresso de historias, ficou sem solução a lembrança do museu historico, foi adiada a exposição geral; o desenvolvimento de qualquer programma depende de despezas; a medida mais acertada será o presidente conferenciar com o governador do Estado sobre o assumpto, saber com que rendas pecuniarias podemos contar para as festas, para podermos deliberar, o que é aprovado.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo e conego H. Xavier, secretarios.

#### SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE JUNHO DE 1924

##### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campello, Carlos Pereira da Costa, João Coelho Brandão, professores Euclides Fonseca e Eustorgio Wanderley (este suplente de 2.º secretario), Cruz Ribeiro, Sant'Anna Araujo, Ambrozio Leite e Nunes de Mello, abriu-se a sessão.

O presidente disse que a sessão era publica pois o socio correspondente dr. Coelho Brandão ia ler um trabalho de interesse geral; assim compareceram varias pessoas extranhas a casa entre ellas o capitão D'Agostine, ajudante de ordens e representante do governador do Estado.

Dispensada a leitura da acta da sessão anterior, devido a exiguidade de tempo, o presidente deu a palavra ao engenheiro Coelho Brandão, que apresentou á casa um grande mappa de Pernambuco para elle organizado com muitas minucias e a seguir leu bem documentado trabalho sobre limites de Pernambuco com Alagoas, refutando o memorial apresentado pela delegação alagoana á Conferencia de Limites. Mostrou, baseado em seus levantamentos topographicos, que as pretenções alagoanas são calcadas em documentos precarios ou imaginaveis, como uma lagôa dos Cavallos, que figura nos mappas alagoanos mas não existe *in loco*. O que existe são duas serras dos Cavallos, bem distantes.

Finda a leitura desse trabalho, pelo qual o presidente felicitou o autor e retirando-se as pessoas extranhas, continuou a sessão o turno normal.



O 1.º secretario lê um officio da Associação Brasileira de imprensa communicando que commemorará o 1.º centenario da Confederação do Equador, inaugurando em sua sede o retrato de frei Caneca; um officio do dr. Samuel Hardman, secretario da Agricultura, offerecendo ao Instituto as pedras com que foram lithographados os *bonus* da Exposição Geral do 1.º centenario da Confederação; foi offertado pelo secretario da Justiça o "Anuario do ensino em Pernambuco".

O presidente declara que conferenciara com o governador do Estado e este resolveu avocar a si a organização do programma da commemoração do centenario da Confederação com a collaboração do Instituto; as festas propriamente õitas, constarão de uma missa campal celebrada pelo arcebispo, no local em que foi arcabuzado frei Caneca, com um sermão patriotico por d. Pereira Alves, bispo de Natal e socio do Instituto; de uma parada militar; de uma passeiata civica pelas escolas; do lançamento solenne da pedra fundamental do palacio da justiça; de uma recepção no palacio do governo, e de uma sessão magna com concerto, no theatro Santa Izabel, designando o governador o seu secretario dr. Annibal Fernandes, socio do Instituto, para orador official.

O dr. Samuel Campêlo lembra que do rasgamento da estrada que vae até Bôa Viagem resultaram trez avenidas: uma dellas tem o nome de Cabanga, em recordação a essa prata, aliás logar historico pela existencia dum forte hollandez; outra, pela sua situação, terá naturalmente o nome de avenida Beira-mar; resta uma que, sem baptismo do Conselho Municipal, chamam Manuel Borba, mas foi agora chrismada como avenida Ligação. O senador Borba já tem o seu nome numa avenida do Recife (antiga rua da Intendencia) não sendo plausivel duas avenidas na mesma cidade com o mesmo nome, sob pena de confusão; propõe se solicite do Conselho Municipal denominar "Confederação do Equador" a uma das novas avenidas, o que é unanimemente aprovado.

O socio Ambrozio Leite communica que se entendeu com o Delegado Fiscal interino sobre os livros antigos da Delegacia Fiscal, tendo este lhe pedido que aguardasse a chegada do effectivo, para deliberar-se sobre o assumpto.

O dr. Carlos Pereira da Costa offerece ao Instituto um exemplar do "Mosaico pernambucano", nova edição de um trabalho de seu pai e, em nome de d. Maria do Carmo Santos Barboza, o hymno do centenario da Confederação do Equador.



dor, letra do dr. Maviael do Prado, com o pedido de ser cantado pelas escolas no dia da commemoração.

O professor Eustorgio Wanderley communica constar que se pretende demolir a igrejinha da Estancia, fundada por Henrique Dias; protesta contra esta falta de amor ás tradições. O presidente diz que se estenderá com o prefeito do Recife para que seja conservado esse monumento historico.

A requerimento do major Sant'Anna Araujo é aprovado um voto de pezar pelo fallecimento do socio bemfeitor, coronel Carlos Lyra e nomeada uma commissão para representar o Instituto nas homenagens que forem prestadas ao operoso pernambucano, sendo, em seguida, encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo e conego H. Xavier, secretarios.

#### SESSÃO ORDINARIA EM 26 DE JUNHO DE 1924

##### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Gervasio Fioravanti, Mario Mélo, Samuel Campello, major Sant'Anna Araujo e tenente Ambrozio Leite, o presidente abriu a sessão convidando o ultimo para servir de 2.º secretario, por terem faltado o effectivo e seus suplentes.

Na hora do expediente o 1.º secretario leu uma carta do engenheiro Brandão Cavalcanti propugnando pela conservação da capella da Estancia e juntando uma planta topographica, em virtude da qual pode a rua ser prolongada, sem sacrificio do templo alli levantado por Henrique Dias; um officio do dr. Antonio de Goes, prefeito do Recife, dizendo que a prefeitura não cogita de demolir tal igreja; telegrammas dos Institutos historicos da Bahia e do Pará sobre a commemoração da Confederação do Equador.

Offertas: "Ensaio diplomatico" pelo autor, dr. Heitor Lyra; "O espirito militar paulista" pelo autor, coronel Pedro Dias de Campos; "Historia Geral das bandeiras paulistas" pelo autor, dr. Affonso A. Taunay; "Fennia", n. 44, orgam da Sociedade de Geographia de Helsingford; um estudo do dr. Joaquim Alevano Bandeira de Barros sobre a Confederação do Equador.

Foram propostos: para socio effectivo o professor Jero-

nymo Gueiros, autor de um trabalho historico publicado na revista do Instituto e para socios correspondentes os drs. Argêo Guimarães, diplomata brasileiro com exercicio em Bogotã, Solidonio Leite jurista de nomeada, e Diogo Carbonell ministro da Venezuela no Rio de Janeiro; estas propostas foram à commissão respectiva para dar parecer.

O dr. Mario Mélo apresenta seu parecer sobre os trabalhos feitos pelo pintor Tucuman por occasião da mudança da sede do Instituto e, ao mesmo tempo, pede autorização para mandar fazer um estrado para o salão nobre, afim de dar saliencia á mesa directora dos trabalhos, o que é aprovado.

O presidente declara que, de acordo com o governo, já providenciou sobre a missa campal e ornamentação da praça, onde a mesma vai ser dita, no dia commemorativo da Confederação do Equador.

O dr. Mario Mélo diz que numa recente visita a Goyanna ali viu uma lapide da sepultura de Hieronymo Cavalcanti de Albuquerque com o brazão d'armas desse cavalheiro, trabalho do seculo XVII; propõe que o Instituto se dirija ás autoridades respectivas para recolher ao seu museu essa preciosidade, o que é aprovado.

O presidente communica á casa o fallecimento do socio correspondente dr. Manuel Dantas, luminar do Instituto Historico do Rio Grande do Norte e diz que vai lançar em acta um voto de pesar; igual homenagem pede o dr. Gervasio Fioravanti em relação ao dr. Aurelino Leal, membro do Instituto Historico Brasileiro e notavel criminalista; aprovados ambos os votos foi suspensa a sessão por nada mais haver a tratar. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo e conego H. Xavier, secretarios.

---

SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR,  
EM 2 DE JULHO DE 1924

Presidencia do dr. Sergio Loreto

A's 20 horas, no theatro Santa Izabel do Recife, em presença dos srs. drs. Sergio Loreto, governador do Estado, Samuel Hardman, Annibal Fernandes, José de Goes, secretarios da Agricultura, Justiça e Fazenda, Antonio de Goes, prefeito,



Neto Campello, director da Faculdade de Direito, Antonio Vicente, representante do senador Manuel Borba, Eurico Chaves, representante do presidente da Republica; Olympio de Menezes, representante do deputado Solidonio Leite, Luiz Cedro, representante do deputado Francisco Solano, Ageleu Domingues, representante do deputado Mario Domingues, Coaracy de Medeiros, representante do deputado Bianor de Medeiros, Henrique Capitulino, representante do deputado Joaquim Daniel de Mello, Davino Pontual, representante do deputado Costa Ribeiro, Jose Bezerra Filho, representante do senador José Henrique, deputados Sebastião do Rego Barros, Octavio Tavares, Joaquim Bandeira, Cunha Mello, juiz federal, Julio Tavares, representante do governador do Rio Grande do Norte, Samuel Hardman, representante do governador de Alagoas, Moracs Rego, representante do governador do Maranhão, Odilon Nestor, representante do presidente da Parahyba, Mario Mélo, representante da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Historico Braziliro, da Associação Brasileira de Imprensa, dos Institutos historicos da Parahyba e da Bahia, e de d. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, Arruda Falcão, representante do Instituto Historico do Pará, Soares de Amorim, do Instituto Historico do Rio Grande do Norte; Gonçalves Guerra, representante do Centro Pernambucano do Rio de Janeiro, Marcionilo Pedroza, pela prefeitura de Agua Preta; José Eustachio, pela prefeitura do Brejo; Julio Tavares, pela prefeitura de Bom Conselho e Pedra; Sergio Loreto Filho, pela prefeitura de Boa Vista, Armando Gayoso, pela prefeitura de Cabrobó; Celso Galvão, pela prefeitura de Caruarú; Gomes Porto, pela prefeitura de Escada; Annibal Fernandes, pela prefeitura de Floresta e Nova Exú; Arruda Falcão, pela prefeitura de Gamelleira; Armando Gayoso, pela prefeitura de Granito; Souto Filho, pela prefeitura de Garanhuns, Cunha Rabello, pela de Goyanna; Pedro Tavares, pela de Itambé; Sá Pereira, pela de Leopoldina; Fernando Ferreira, pela de Nazareth; Lins e Silva, pela de Ouricury; Ismael Gouveia, pela de Paimares; José Julião, pela de Pau d'Alho; Brandão Cavalcanti, pela de Tacaratú; Candido Marinho, pela de Villa Bella; Florentino dos Santos, presidente do Senado Estadual; deputado Corrêa de Britto, Silva Rego, chefe de policia, coroneis Joaquim Moreira pelo senador Roza e Silva e deputado Annibal Freire, João Pessoa de Queiroz, representante do municipio de Triumpho; Salustiano Cavalcanti, designado do de Aguas Bellas; Ulysses Lins de



Albuquerque, do de Alagôa de Baixo; Salviano Machado, do de Bezerros; Euclides Celso, do de Barreiros, Augusto Lucio, do de Correntes; Rodolpho Moraes, do de Gravatá; Antão Borges, do de Gloria de Goytá; Joaquim Cavalcanti, do de Ipojuca; Manuel de Aquino, do de Limoeiro; Augusto Ramos, do de Olinda; Herculano Bandeira, do de Iguarassú; José Fortunato Pacheco, do de S. Bento; Galdino Figueiredo, do de Salgueiro; padre Rocha Carvalho, do de Taquaritinga; Jader de Andrade, do de Timbauba; conego Henrique Xavier, presidente da Camara Estadual e representantes dos municipios de Flores e Serinhãem; d. José Pereira Alves, bispo de Natal; Loyo Neto, representante do Conselho Municipal do Recife; Thaumaturgo de Farias, administrador das Docas do Porto; representantes de todos os jornaes do Recife, dr. Fraga Rocha, representante das escolas de Medicina e Propagadora, capitão Horacio Campello, representante do comandante da Região Militar; dr. Ageu Magalhães, representante do deputado Agamenon Magalhães, além de muitas outras pessoas gradas e familias, estando o theatro literalmente cheio, o presidente do Instituto, dr. Pedro Celso, depois de cantado o hymno do Estado por um côro de alumnas da Escola Normal, dirigiu breves palavras ao auditorio e convidou o dr. Sergio Loreto para presidir a sessão.

Este o fez e deu a palavra ao dr. Annibal Fernandes, orador official, o qual pronunciou substancioso discurso sobre o feito historico que se commemorava, sendo muito aplaudido.

E foi encerrada a sessão ao som do hymno nacional.

Do Instituto estiveram presentes os socios drs. Sergio Loreto, Pedro Celso, Mario Mélo, Annibal Fernandes, Corrêa de Britto, Neto Campello, Samuel Campello, Antonio Vicente, Gervasio Fioravanti, d. Pereira Alves, conego Henrique Xavier, professor Eustorgio Wanderley, major Sant'Anna Araujo e outros que não assignaram o livro de presença. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; João Felippe Monteiro, suplente de 2.º secretario.

#### SESSÃO ORDINARIA DE 10 DE JULHO DE 1924

Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Neto Campello, Gervasio Fioravanti, Samuel

Campello, Corrêa de Britto, Methodio Maranhão, conego Henrique Xavier, Sant'Anna Araújo, Felipe Monteiro, Ambrozio Leite e Nunes de Mello, foi aberta a sessão.

Lidas e aprovadas as actas das sessões anteriores, o dr. Gervasio Fioravanti pediu ficasse consignado que o Instituto empregasse todos os esforços para que fosse erecto um monumento aos heroes de 1824.

Foram acusadas as seguintes offeras: — "Historia das religiões, no Piauhy", pelo autor, dr. Hygino Cunha; "Independencia ou Morte", pelo autor, padre J. Tiburcio; "Lista geral dos bachareis e doutores da Faculdade de Direito do Recife", pelo dr. Henrique Martins.

São eleitos e proclamados socios, depois de aprovados os respectivos pareceres das commissões competentes, o professor Jeronymo Gueiros (effectivo) e drs. Solidonio Leite, Ageu Guimarães e Diogo Carbonell (correspondentes).

O dr. Corrêa de Britto offerece ao Instituto, em nome do director dos correios, a primeira folha impressa na Casa da Moeda, do sello commemorativo da Confederação do Equador; o presidente agradece aquelle socio os bons serviços por elle empregados junto ás autoridades competentes para a emissão de tal sello.

O dr. Samuel Campello entrega á mesa um retalho do jornal "A Voz de Goyanna", que trata da lapide do capitão-môr Jeronymo de Albuquerque e propõe se interesse o Instituto pela erecção da herma de frei Caneca, no centenario de seu fuzilamento, a 13 de janeiro vindouro, ficando o presidente de se entender com o poder competente.

O dr. Mario Mello diz que teve noticia da existencia de preciosissimos documentos para a historia de Pernambuco, no archivo publico da Bahia; escreveu ao director daquelle archivo, dr. Borges de Barros e deste obteve confirmação; propõe se entenda o Instituto com o governador da Bahia afim de obter copia de taes documentos, o que é aprovado.

O dr. Gervasio Fioravanti communica que a Faculdade de Direito do Recife prestou homenagem, em sua ultima congregação de professores, ao centenario da Confederação do Equador.

O socio Nunes de Mello fez apreciações sobre os ultimos acontecimentos que se estão desenrolando no sul da Republica, sendo, porem, perturbado por apartes de todos os lados, uma vez que não cabe ao Instituto analysar factos de character politico hodierno; o presidente põe termo ao inciden-

te declarando que ao Instituto cabe apenas lamentar, como lamenta, tenha sido perturbada a paz do Brasil.

O socio Sant'Anna Araujo trata do fallecimento do general Vespasiano de Albuquerque, pernambucano notavel, e requer, o que é aprovado, um voto de pezar.

Nada mais havendo a tratar, é encerrada a <sup>a</sup> sessão. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.<sup>o</sup> secretario; **João Felipe Monteiro**, suplente de 2.<sup>o</sup> secretario.

### SESSÃO ORDINARIA DE 24 DE JULHO DE 1924

#### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios, drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campello, Methodio Maranhão, Osear Brandão, major Sant'Anna Araujo e J. Felipe Monteiro, abriu-se a sessão.

Lida e aprovada a acta da sessão antecedente, o expediente constou de um officio do major Argentino Indio do Brazil Salgado indagando de um obuzeiro que existia na fortaleza do Brum e fôra recolhido ao museu do Instituto; uma carta do ministro do Perú, no Rio, convidando o Instituto para participar do Congresso Scientifico Pan-americano a reunir-se em Lima, em dezembro proximo e das offerlas: "Revista do Instituto Historico Brasileiro", vol. de 1921; "La Geographia", orgam da Sociedade de Geographia de Pariz.

O dr. Methodio Maranhão indaga o que pretende o Instituto fazer no centenario da morte de frei Caneca; o presidente declara que, por iniciativa do dr. Samuel Campêlo, o Instituto tratara do assumpto em sessão anterior, ficando elle presidente de se entender com o governador do Estado.

O dr. Samuel Campêlo lembra que a 2 de dezembro vindouro completa-se o centenario natalicio de Pedro II, que foi protector dos institutos historicos, o Instituto resolve, oportunamente tratar do assumpto.

O presidente communica o fallecimento do dr. Rodolpho Araujo, pernambucano illustre, e manda lançar em acta um voto de pezar, encerrando a sessão. (assignados) **Pedro Celso Uchôa Cavalcanti**, presidente; **Mario Mélo**, 1.<sup>o</sup> secretario; **João Felipe Monteiro**, suplente de 2.<sup>o</sup> secretario.



## SESSAO ORDINARIA DE 7 DE AGOSTO DE 1924

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Methodio Maranhão, major Sant'Anna Araujo, tenente Ambrozio Leite e Felipe Monteiro, abriu-se a sessão.

Lida e aprovada a acta da sessão antecedente, o 1.º secretario communica que além do officio do major Argentino Indio do Brazil Salgado, lido á casa na sessão anterior, recebeu um outro do mesmo official de intimação para entregar um morteiro que existe no mesmo Instituto; respondeu que aquelle morteiro fôra doado ao Instituto pelo general Joaquim Ignacio, quando no commando da região militar; sobre o assumpto o presidente se entendeu com o coronel Bento Muler actualmente commandante da região, o qual fez cessar a intimação, affectando o caso ao ministro da Guerra.

Ainda o 1.º secretario communicou que, tendo recebido das officinas graphicas do Estado, uma certa quantidade de exemplares da obra "Confederação do Equador", os havia distribuido pelos socios do Instituto, associações historicas do paiz e bibliothecas publicas, remettendo quinhentos exemplares ao autor.

A seguir lê uma carta do dr. Ulysses Brandão em que este offerece um manuscripto com a geneologia da familia de Manuel de Carvalho Paes de Andrade e communica ter recebido de d. Philadelphia, filha sobrevivente de Manuel de Carvalho, para o museu do Instituto, as unicas reliquias que possue daquelle heroe: — um sinete com o monograma em pedra fina e as insignias maçonicas — esta ultima bordada a ouro, presente da maçonaria portugueza, antes da Independencia do Brazil.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Dr. Methodio Maranhão, vice-presidente em exercicio; Mario Mélo, 1.º secretario; João Felipe Monteiro, suplente de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 24 DE AGOSTO DE 1924

## Presidencia do dr. Methodio Maranhão

A's quinze horas, presentes os socios drs. Methodio Maranhão, Mario Mélo, Samuel Campêlo, conegos Henrique Xa-

vier e Jeronymo de Assumpção, Eustorgio Wanderley, Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo, Domicio Rangel, Ambrozio Leite e Nunes de Mello, abriu-se a sessão.

Lida e aprovada a acta da sessão antecedente, o expediente constou de uma carta do dr. Ulysses Brandão offerecendo ao Instituto o premio de cinco contos de réis que lhe coube pela feitura de um livro sobre a Confederação do Equador; uma carta do sr. Napoleão Reys, do ministerio do Exterior, remettendo copia de duas cartas do tenente coronel H. P. Fawcett, do exercito inglez, nas quaes este explorador archeologo, diz ter encontrado no Brazil vestigios de uma civilização pre-cabralina e de cidades extinctas, propondo-se a organizar uma commissão ingleza-brazileira para o necessario estudo.

Offertas; pelo sr. Esdras Faria uma medalha brazileira de 1839, premio de instrução primaria; pelo dr. Raphael Xavier uma moeda de prata de 600 réis, cunhada para circulação no Brazil, em 1756; pelo sr. José Nunes de Mello uma moeda brazileira, de prata, de 960 réis, cunhada em 1814; pelo sr. Sant'Anna Araujo duas photographias da escola de Pernambuco, fundada no Rio de Janeiro a 2 de julho ultimo; pelo dr. A. Carneiro Leão o seu livro "Os deveres da nova geração"; pelo dr. Vicente Licinio Cardozo o seu livro "Vultos e ideas"; pela Sociedade de Geographia de Tokio o vol. 34 de sua revista.

São lidas, apoiadas, discutidas e aprovadas duas propostas da mesa no sentido de serem declarados socios bemfeitores o dr. Ulysses Brandão que doou ao Instituto a quantia de cinco contos e o sr. João Confalonieri, que executou e offereceu ao Instituto o busto em marmore, tamanho natural, de frei Caneca.

O sr. Sant'Anna Araujo diz que o dr. Ulysses Brandão além daquella doação concorreu de modo eficiente para o alevantamento do nome de Pernambuco com um trabalho intellectual de valor, sem poupar sacrificios nes despezas, pelo que propunha fosse seu retrato collocado na galeria do Instituto, o que foi aprovado.

O dr. Samuel Campêlo refere-se a viagem dos escoteiros pernambucanos, numa travessia a pé, até S. Paulo, pelo interior do paiz; diz que esses jovens provaram a punjança da nossa raça e mostraram seu valor e resistencia: voltando para Pernambuco lembraram-se de offerecer ao Instituto não só o livro de viagem, como os objectos ethnologicos encontra-

dos na travessia; propunha que o Instituto os recebesse em sessão especial, o que foi aprovado.

O sr. Sant'Anna Araujo apresenta á casa as despedidas do consocio dr. Corrêa de Britto, que segue para o Rio; o presidente designa os socios Sant'Anna Araujo, Domicio Rangel e Nunes de Mello para representarem o Instituto no embarque e encerra a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo e conego Henrique Xavier, secretarios.

## SESSÃO ORDINARIA DE 18 DE SETEMBRO DE 1924

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Gervasio Fioravanti, Methodio Maranhão, conego Henrique Xavier, Felipe Monteiro, Eustorgio Wanderley e Sant'Anna Araujo, foi aberta a sessão.

Lida e aprovada a acta da sessão antecedente, o expediente constou de: uma carta do dr. Ulysses Brandão agradecendo as homenagens que o Instituto lhe prestou; carta do dr. Carlos Pereira da Costa pedindo que o Instituto concorra com exemplares de suas obras publicadas e a colleção de sua revista para a secção que vai inaugurar na "Exposição Geral"; officio do 3.º Congresso Scientifico "Pan-americano", a reunir-se em Lima, communicando ter sido a inauguração do dito congresso transferido de 16 de novembro para 20 de dezembro do corrente anno; carta da commissão executiva do certamen scientifico-literario ibero-americano communicando que será celebrado o dia da raça em 1925, em Buenos Aires, pedindo apresentação de trabalhos de acordo com o programma que envia e a instituição de um premio, que deverá ser anunciado até 12 de outubro proximo; telegramma do dr. Paulo Rodrigues pedindo informações sobre a marcha do acordo de limites Pernambuco-Ceará, no congresso legislativo do Estado; e officio do dr. França Pereira solicitando parecer do Instituto sobre o seu livro "Terra paterna".

Offertas: "Ha cem annos...", pelo autor, dr. Euzebio de Souza, e o n. 32 da Revista da Academia Brasileira de Letras.

O presidente nomeiou os drs. Gervasio Fioravanti e Ma-



rio Mélo e o professor Eustorgio Wanderley para darem parecer sobre o livro do dr. França Pereira.

E' lida e vai á commissão de syndicancia uma proposta para socio cõrrespondente do dr. Fernando Soares Brandão, advogado e jornalista pernambucano, residente no Rio de Janeiro.

O presidente declara que, em nome do Gymnasio Pernambucano, offerece ao Instituto uma velha secretaria de jacarandá, estylo antigo e de valor historico.

O professor Eustorgio Wanderley lembra que o arcebispo d. Miguel Valverde segurá para a Bahia nesses dias; o presidente nomeia o conego Henrique Xavier, o professor Eustorgio Wanderley e o major Sant'Anna Araujo para representarem o Instituto no embarque.

O socio Sant'Anna Araujo communica á casa o fallecimento, no estrangeiro, do illustre diplomata pernambucano dr. Pedro de Araujo Beltrão, cunhado do consocio dr. Oliveira Lima e o mais antigo socio honorario do Instituto; o presidente manda lançar em acta um voto de pezar a levanta a sessão. (ssignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; João Felipe Monteiro, suplente de 2.º secretario.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 29 DE OUTUBRO DE 1924

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios Drs. Pedro Celso e Mario Mélo, professores Gaspar Regueira e Eustorgio Wanderley, João Felipe Monteiro, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite, abriu-se a sessão.

Lida e aprovada a acta da sessão antecedente, constou o expediente de: circular do Instituto Historico Parahybano communicando a eleição e posse de sua nova directoria; pareceres das commissões respectivas sobre o livro "Terra paterna" e a admissão do socio correspondente dr. Fernando Soares Brandão.

Offertas: pelo Instituto Historico Brasileiro os vols. 142 e 143 de sua revista; pelo socio correspondente dr. Alberto Lamego os seus livros "A academia brasileira dos renascidos" e "A terra goytacá"; pelo sr. Corbiniano Vilaça uma

medalha de prata "ao genio" e "á applicação" com a effigie de Pedro II, em alto relevo, premio da Academia de Bellas Artes do Rio de Janeiro e uma medalha de bronze "Brazil-Uruguay", homenagem da commissão militar da republica do Uruguay aos militares brazileiros que tomaram parte na campanha contra o Paraguay; pelo dr. Pedro Celso uma apolice de 300 rs. da companhia exploradora de productos calcareos; pelo dr. Joaquim de Goes Cavalcanti um grande retrato emoldurado de José de Alencar.

Posto em discussão foi unanimemente aprovado o parecer sobre o livro "Terra paterna" do dr. França Pereira, considerado trabalho de alto valor patriotico; tambem foi aprovado o parecer proclamando socio correspondente o dr. Fernando Soares Brandão.

O dr. Mario Mélo diz que, em companhia do dr. Pedro Celso e do major Sant'Anna Araujo, apresentou despedidas, em nome do Instituto, ao consocio d. Pereira Alves, bispo de Natal, que seguiu para sua diocese.

O presidente communicou á casa o fallecimento, no Rio de Janeiro, de d. Philadelphia de Caes Paes de Andrade, filha do patriota Manuel de Carvalho, e manda lançar em acta um voto de pezar.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo e conego Henrique Xavier, secretarios.

---

## SESSÃO ORDINARIA DE 23 DE OUTUBRO DE 1924

### Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Samuel Campêlo, Methodio Maranhão, conego Henrique Xavier, Domicio Rangel, Sant'Anna Araujo e Ambrozio Leite foi aberta a sessão.

Lida e' aprovada a acta da sessão antecedente, o expediente constou de: carta do dr. Ulysses Brandão communicando a morte de d. Philadelphia de Carvalho Paes de Andrade, a cujo enterro compareceu em nome do Instituto; telegramma de d. Sebastião Leme, pedindo apontamentos sobre



o padre Azevedo, lido como o inventor da machina de escrever; carta do dr. Fritz Holm candidatando-se ao titulo de socio correspondente com o seu livro "Minha aventura nestoriana na China".

Offertas: pelo sr. J. Campello copia de uma planta de "Fernando de Noronha", traçada em 1798 por José Fernandes Portugal; pela dra. Amelia Cavalcanti um exemplar completo das "Obras completas de frei Caneca", um exemplar de sua these inaugural e um retrato de Tobias Barreto, por ella desenhado; pelo socio dr. Solidonio Leite os seguintes trabalhos de sua lavra: "Cardeal Arcoverde", "Erros imperdoaveis", "Lei da imprensa", "Lei da imprensa e os livros dactilicos", "Do nome commercial e suas garantias", "A revista do Supremo Tribunal e o seu suposto contrato", e "O dr. Antonio de Souza Macêdo e a Arte de furtar", pelo dr. Oliveira Telles, "Missão tobiatica no Recife" e "Mensagem do dr. Gracho Cardozo"; pelo sr. Arsenio Lydio de Oliveira, "La Nacion", numero commemorativo da independencia do do Brazil.

E' lida e vai á commissão de syndicancia uma proposta para socio correspondente do dr. Fritz Holm, escriptor dinamarquez, autor de varios trabalhos historicos e socio de diversas associações scientificas europeas e americanas.

O presidente communica que representou o Instituto nas homenagens prestadas ao governador do Estado e ao prefeito do Recife, no 2.º anniversario de seus governos.

O dr. Mario Mélo communica que o Instituto está representado na Exposição Geral de Pernambuco pela sua colleção de medalhas e moedas, com 297 exemplares differentes e por alguns mapas antigos e modernos, duas bandeiras dos voluntarios pernambucanos na guerra do Paraguay, diversas armas de indios e alguns objectos raros.

O presidente diz que tendo sido a referida Exposição commemorativa do centenário da Confederação do Equador e havendo excedido a esportativa geral é de justiça registrar em acta um voto de louvor ao dr. Samuel Hardman, seu principal organizador, o que foi aprovado.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Dr. Gervasio Fioravanti, vice-presidente em exercicio; Mario Mélo, 1.º secretario; M. G. de Sant'Anna Araujo, servindo de 2.º secretario.



## SESSÃO ORDINARIA DE 30 DE OUTUBRO DE 1924

## Presidencia de dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Turiano Campello, major Sant'Anna Araujo, tenente Ambrozio Leite e Felipe Monteiro, foi aberta a sessão.

Na hora do expediente foram acusadas as seguintes ofertas: "La Geographie" (julho e agosto de 1924) pela redacção; "Colombo" pelo dr. Vicente Licinio Cardozo; "Os miseraveis" de Victor Hugo pela sra. d. Thereza Medeiros; "Cabi-á" pelo padre Hugo Meuse; e "O processo do negociante João Antonio Barrozo contra o governo do Paraguay" pelo dr. Ulysses Brandão.

O presidente communica que se acha em Recife o professor dr. Prado Valladares, do Instituto Historico da Bahia, a quem visitou em nome do Instituto.

O dr. Mario Melo diz que passa amanhã o primeiro centenario da morte de Tristão Gonçalves, presidente do Ceará ao tempo da Confederação do Equador e grande alliado de Manuel de Carvalho; refere-se as homenagens que os cearenses lhe vão prestar no local em que elle tombou na lucta e propõe se associe o Instituto espiritualmente a essas homenagens, o que é aprovado.

O sr. Sant'Anna Araujo lembra que no proximo dia 10 de novembro commemora-se o anniversario da republica olindense de 1710; o presidente convida todos os socios para, naquella se dia se reunirem nas ruinas do senado de Olinda, onde, em annos anteriores, a população olindense tem commemorado o feito.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; M. J. Sant'Anna Araujo, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 13 DE NOVEMBRO DE 1924

## Presidencia do dr. Pedro Celso

A's quinze horas, presentes os socios drs. Pedro Celso, Mario Mélo, Neto Campello, Gervasio Fioravanti, Samuel Campêlo, professor Eustorgio Wanderley, Ambrozio Leite e

Sant'Anna Araujo, abriu-se a sessão. Justificaram suas faltas o conego Henrique Xavier e o dr. Augusto Rodrigues.

Na hora do expediente foram lidas uma carta do dr. Fernando Soares Brandão agradecendo sua eleição para socio correspondente e copia de uma carta do dr. Olyntho Victor sobre o padre Azevedo, a quem se attribue o invento da machina de escrever.

Offertas: pelo dr. Coelho Brandão varias amostras de mineraes pernambucanos, com a competente classificação; pelo conego João Carneiro um instrumento indigena para uso caseiro — pedra lavrada — encontrado no sub-solo, no lugar Cavallo Morto, em Bello Jardim, deste Estado; pelo dr. Manuel Lopes Machado uma pia da igreja das Necessidades, que existia em Duarte Coelho, em Olinda.

Foi lida e remettida a commissão de syndicança uma proposta para socio correspondente do dr. Vicente Licinio Cardozo, autor do trabalho, "Colombo" e outras obras historicas.

Lido e submettido a discussão foi aprovado o parecer concedendo o titulo de socio correspondente ao dr. Fritz Holm.

O dr. Mario Mélo communica que se entendeu com a commissão organizadora da Exposição do Estado para que, finda esta, os mineraes que nella figuram, sejam recolhidos ao museu do Instituto, o que lhe foi promettido.

O dr. Pedro Celso diz haver lido numa revista scientifica que o sr. Raymundo Lopes, do Maranhão, descobriu no lugar Cajary, districto de Penalva, daquelle Estado, vestigios de uma cidade lacustre, o que foi confirmado com o facto de haver tambem o mesmo encontrado, no fundo do lago, resto de louça de uma civilização prehistorica, segundo parecer do dr. Arthur Neiva; isso descoberta é tanto mais importante quanto nada se sabia de habitações lacustres na America do Sul.

O sr. Ambrozio Leite communica que no dia 10 ultimo representou o Instituto nas homenagens a Bernardo Vieira de Mello, em Olinda, tendo orado junto aos escombros do antigo Senado.

O dr. Samuel Campêlo propoz, o que foi aprovado, um voto de louvor ao patricio e consocio Santos Dumont pela passagem de mais um anniversario da navegação aerea, facto que foi commemorado na França; outro ao commandante Quadros Varella, capitão do porto do Recife, por haver obti-

do a conservação da torre Malakoff, condemnada á demolição; fez ainda votos para que á fiscalização das obras do porto, advogasse o desejo do Instituto de conservar a fortaleza do Brum.

O dr. Gervasio Fioravanti propoz que, em virtude de se acharem exottados alguns numeros da revista do Instituto em que foram publicados interessantes trabalhos, entre elles os do dr. José Hygino, fossem os mesmos trabalhos republicados, o que foi aprovado.

O dr. Neto Campello traz ao conhecimento da casa a noticia do fallecimento do illustre pernambucano dr. Hermínio do Espirito Santo, presidente do Supremo Tribunal Federal, pedindo fosse lançado em acta um voto de pezar, o que é aprovado.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. (assignados) Gervasio Fioravanti, vice-presidente em exercicio; Mario Mélo, 1.º secretario; M. J. Sant'Anna Araujo, servindo de 2.º secretario.

## SESSÃO ORDINARIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 1914

### Presidencia do dr. Gervasio Fioravanti

A's quinze horas, presentes os socios drs. Gervasio Fioravanti, Mario Mélo, Methodio Maranhão, Zeferino Agra, major Sant'Anna Araujo e Domicio Rangel, assumiu o primeiro a presidencia, na qualidade de vice-presidente que é e convidou o major Sant'Anna Araujo para servir de 2.º secretario por terem faltado o effectivo e seus suplentes.

Lidas e aprovadas as actas das ultimas sessões, o expediente constou da leitura de uma copia authentica do termo de vereação da comarca do Recife, de 17 de fevereiro de 1827 e das offertas: pelo director, dr. Mario Ferreira Barboza, "Anuario estatistico da Bahia", correspondente a 1923; pelo actor, almirante Henrique Boiteux, "O capitão de mar e guerra Henrique Antonio Baptista"; pelo bispo d. Antonio Malan, "As missões salesianas em Matto Grosso" e "Carta pastoral", pelo gremio literario do Collegio Militar do Ceará o n. 16 de sua revista "Patria"; pelo dr. Vicente Licínio Cardozo, "A margem da historia da Republica"; pelo dr. Leocadio Corrêa, "Bello sonho"; pelo dr. Cicero Peregrino da



Silva, "Pernambuco e a Confederação do Equador"; pelo serviço sanitario de S. Paulo o seu boletim de janeiro do corrente anno.

Foi lido e aprovado o parecer proclamando socio correspondente o dr. Vicente Licinio Cardozo.

O dr. Mario Mélo justifica a ausencia do dr. Pedro Celso, que, como director do Gymnasio Pernambucano, está occupado nos exames daquelle estabelecimento; a seguir communica que já está de posse da colleção de mineraes que figurava na Exposição Geral e que incumbiu o dr. Manuel Caetano, filho, de proceder a classificação dos mesmos, para o museu do Instituto, tendo encommendado mobiliario proprio para a inauguração da secção.

O dr. Methodio Maranhão diz que é a primeira vez que o Instituto se reúne depois do desastre de que victimou o aviador portuguez Sacadura Cabral e propõe um voto de pesar, o que é aprovado. O major Sant'Anna Araujo diz que é portador de um convite do Hospital Portuguez para que o Instituto compareça ás exequias que aquelle Hospital vae realizar em homenagem ao referido aviador; o presidente designa os srs. Mario Mélo, Sant'Anna Araujo e Domicio Rangel para esse fim.

E nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão. (assignados) Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, presidente; Mario Mélo, 1.º secretario; J. Felipe Monteiro, suplente de 2.º secretario.

---

# Cadastro dos Socios

## EFFECTIVOS (\*)

- 1—Dr. Pedro Francisco Correia de Oliveira—4—8—1887.
- 2—Prof. dr. Manuel Netto Carneiro Campello—18—7—1895;  
honorario a 15—2—1917.
- 3—Prof. Dr. Francisco Pinto de Abreu—9—9—1897.
- 4—Dr. Aãredo Arnobio Marques—1—4—1898.
- 5—Prof. Rodolpho Lima—18—7—1900.
- 6—Dr. Fernando Barroca—11—12—1900.
- 7—Prof. dr. Gervasio Fioravanti Pires Ferreira—... ..  
16—3—1901.
- 8—Dezembargador Eduardo Corrãa da Silva—17—11—1904.
- 9—Dr. Antõnio Vicente Pereira de Andrade—15—5—1906.
- 10—Dr. Alfredo de Albuquerque Gama—15—5—1906.
- 11—Dr. Eduardo de Moraes Gomes Ferreira—17—7—1906.
- 12—Prof. dr. Methodio Maranhão—17—1—1907
- 13—Ambrosio de Barros Leite—18—4—1907.
- 14—Dr. Manuel Turiano dos Reis Campello—7—4—1908.
- 15—Prof. dr. Mario Carneiro do Rego Mẽlo—27—5—1909;  
bemfeitor—25—9—1913.
- 16—Dr. Enãas Pereira de Lucena—25—8—1910.
- 17—Domicio Rangel—31—12—1910.
- 18—Dr. Oscar Brandão da Rocha—31—12—1910.
- 19—Manuel Eugenio da Rocha Samico—12—1—1911.
- 20—Dr. Nylo Dornellas Camara—12—1—1911.
- 21—Augusto Leite Rodrigues—17—8—1911.
- 22—Dr. Candido Duarte—29—2—1912.
- 23—Dr. João Feliciano da Motta e Albuquerque—6—6—1912.
- 24—Manuel José de Sant'Anna Araujo—27—6—1912.
- 25—Dr. José de Barros Lima—1—8—1912.
- 26—Dr. Annibal Fernandes—11—6—1914.

---

(\*) Ha, nesta classe, um excesso de quatro socios.

- 27—Conego Jeronymo d'Assumpção—10—6—1915.  
 28—Conego Henrique Xavier de Farias—15—7—1915.  
 29—Pedro Rodrigues Soares—16—8—1915.  
 30—Dezembargador Arthur da Silva Rego—26—8—1915.  
 31—Prof. Dr. Manuel Antonio de Moraes Rego—8—6—1916.  
 32—Dr. Samuel Carneiro Rodrigues Campêlo—5—10—1916.  
 33—Prof. João Felipe Monteiro—11—1—1917.  
 34—Apolonio Peres—12—2—1917.  
 35—Othon L. Bezerra de Mello—7—6—1917; bemfeitor, —  
 6—3—1919.  
 36—Prof. Dr. Augusto Lins e Silva—22—8—1917.  
 37—Dr. João de Medeiros Peretti—10—11—1917.  
 38—Dr. Amaro Gomes Pedrosa—5—9—1918.  
 39—Dezembargador João Aureliano Correia de Araujo—19—  
 9—1918.  
 40—Dr. Ubaldo Gomes de Mattos—7—11—1918.  
 41—José Pedro Nunes de Mello—18—12—1918.  
 42—Dr. Carlos Augusto Pereira da Costa—24—4—1919.  
 43—Dr. João Bartholomeu Bezerra Leite—10—11—1920.  
 44—Prof. Dr. Estevam Pinto—12—10—1922.  
 45—Dr. Luiz Cedro Carneiro Leão—11—12—1924.  
 46—Prof. Jeronymo Gueiros—10—7—1924.  
 47—Prof. Dr. Manuel Caetano de Albuquerque e Mello Filho  
 — 5—2—1925.  
 48—Prof. dr. Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas—... ..  
 2—6—1927.  
 49—Dr. Luiz Cezario Cardozo Ayres—24—11—1927.  
 50—Naasson Figuerêdo—20—6—1928.  
 Raymundo Paes Barrêto—9—1—1929.  
 Mario Coêlho Pinto—8—5—1929.  
 Zeferino Lima—26—6—1929.  
 Dr. Ulysses Gomes Porto—27—11—1929.

## CORRESPONDENTES

- 1—D. Isabel Gondim—13—9—1883.  
 2—Barão de Sudart—13—4—1886.  
 3—Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva—6—2—1890.  
 4—Dr. Carlos F. C. Porto Carreiro—11—6—1891.  
 5—Dr. João Baptista Perdigão de Oliveira—8—3—1894.  
 6—Dr. Samuel da Gama Mac Dowell—8—3—1894.  
 7—Dr. Arthur Quadros Collares Moreira—27—3—1894.



- 8—Dr. Pedro José de Oliveira Pernambuco—25—7—1895.
- 9—Dr. Bianor de Medeiros—12—12—1895.
- 10—Joaquim Ferreira Chaves—5—3—1896.
- 11—Dr. Optato Nehemias Eustachio Carajuru—28—12—1897.
- 12—Lorjô Tavares—5—7—1900.
- 13—Dr. Aprigio Carlos d'Amorim Garcia—13—7—1900.
- 14—Dr. Theodoro Sampaio—13—9—1900.
- 15—Dr. Olympio Costa—13—10—1900.
- 16—Dr. J. J. Seabra—22—8—1901.
- 17—Dr. José Antonio Gonçalves de Mello—5—1—1902.
- 18—Francisco Agenor de Noronha Santos—25—6—1903.
- 19—Dr. José Pereira Rego—7—7—1903.
- 20—Dr. Alberto Sousa—20—5—1904.
- 21—Dr. Augusto de Oliveira—20—5—1904.
- 22—Bispo d. Severino Vieira de Mello—17—11—1904.
- 23—Bispo d. José de Oliveira Lopes—17—11—1904.
- 24—Dr. Luiz Estevam de Oliveira—17—11—1904.
- 25—Dr. Joaquim Manuel Cardoso de Oliveira—11—1—1906.
- 26—Dr. Virgilio Cardoso de Oliveira—11—1—1906.
- 27—Dr. Nelson de Senna—11—1—1906.
- 28—Dr. Alberto de Faria—11—1—1906.
- 29—Augusto Porto Alegre—31—3—1906.
- 30—Dr. Rodolpho Augusto de Amorim Garcia—15—9—1906.
- 31—Frei Mathias Teves—5—10—1906.
- 32—Dr. João Claudio Carneiro Campello—17—1—1907.
- 33—Alberto Frederico de M. Lamago—26—9—1907.
- 34—Bispo Matheus de Oliveira Xavier—26—9—1907.
- 35—Dr. Max Fleiuss—4—6—1908.
- 36—Manuel Pinto Bandeira da Carvalheira—1—4—1908.
- 37—Dr. Augusto Tavares de Lyra—4—6—1908.
- 38—Dr. Antonio Rodrigues Pereira da Fonseca—14—10—1908.
- 39—Dr. José Leite de Vasconcellos—14—10—1908.
- 40—Dr. João Severiano Carneiro da Cunha—2—9—1909.
- 41—Marquez d'Avila e Bolana—30—6—1910.
- 42—Dr. Paulino Cruz—31—12—1910.
- 43—Dr. Sebastião Paraná—17—8—1911.
- 44—Padre Lenordo Mascello—18—4—1912.
- 45—Dr. Manuel Paulino Cavalcanti—18—4—1912.
- 46—Dr. Alcebiades Furtado—23—5—1912.
- 47—Dr. Antonio Carneiro Leão—27—6—1912.
- 48—Dr. José Mariano Carneiro da Cunha Filho—1—3—1912.
- 49—Dr. José Arthur Boiteux—22—8—1912.

- 50—Dr. Liberato Bittencourt—12—12—1912.  
51—Dr. Emaragdo de Freitas—26—12—1912.  
52—General Eudoro Correia—27—3—1913.  
53—Coronel Gastão Pinto da Silveira—27—6—1913.  
54—Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva—16—6—1913.  
55—Antonio Carlos Moreira Telles—7—2—1913.  
56—Fran Pacheco—27—11—1913.  
57—Dr. Alberto Rangel—18—12—1913.  
58—Dr. Affonso d'Escragnole Tauney—18—12—1913.  
59—Dr. Luiz Gastão d'Escragnole Doria—18—12—1913.  
60—Dr. Alfredo Augusto da Motta—12—1—1914.  
61—Feliciano Accioly Monteiro—12—1—1914.  
62—Joaquim Prado Sampaio Leite—12—1—1914.  
63—Dr. Bernardino de Sousa—12—1—1914.  
64—Major João Buarque Barbosa Lima—22—1—1914.  
65—Dr. Miguel de Leonissa—26—3—1914.  
66—Arcebispo d. Augusto Alvaro da Silva—21—4—1914.  
67—Hypolito Frederico Brian—28—5—1914.  
68—Guilherme da Conceição Foepel—11—6—1914.  
69—Abade d. Pedro Roeser—11—6—1914.  
70—João de Lyra Tavares—7—1—1915.  
71—Dr. Manuel Tavares Cavalcanti—25—2—1915.  
72—Dr. Annibal Velloso Rabello—8—4—1915.  
73—Victor Orban—8—4—1915.  
74—Dr. João Coelho Brandão—8—4—1915.  
75—J. R. Coriolano de Medeiros—10—6—1915.  
76—Dr. Amilcar de Sousa—10—6—1915.  
77—João Luiz Santos—10—6—1915.  
78—D. Juan Pedro Criado y Domingues—15—7—1915.  
79—Dr. Augusto Paredes Nebot—15—7—1915.  
80—Dr. J. Benito Marco e Gordoqui—15—7—1915.  
81—Mario A. Vareliano de Lorena—15—7—1915.  
82—Dr. Antonio Brunelli—15—7—1915.  
83—Dr. Tito U. Lisoni—15—7—1915.  
84—Matheus Augusto de Oliveira—30—9—1915.  
85—José Lucio de Azevedo—21—10—1915.  
86—Meira de Menezes—21—10—1915.  
87—Antonio da Costa Correia Leite—21—10—1915.  
88—Mario de Artagão—21—10—1915.  
89—Felix Pacheco—13—1—1916.  
90—R. D. Commonghane Graham—13—1—1916.  
91—Dr. Francisco Solano Carneiro da Cunha—13—1—1916.

- 92—Dr. Cassiano Tavares Bastos—13—1—1916.
- 93—Padre Florentino Barbosa—13—1—1916.
- 94—Paulo Maranhão—13—1—1916.
- 95—Alves de Sousa—13—1—1916.
- 96—Dr. Flavio Maroja—13—1—1916.
- 97—Dr. Eusebio Nery Alves de Sousa—16—3—1916.
- 98—Dr. Alfredo Pujol—16—3—1916.
- 99—Nestor Pestana—16—3—1916.
- 100—Arcebispo d. Irineu Joffily—16—3—1916.
- 101—Dr. Jeronymo Rangel Moreira—16—3—1916.
- 102—Olympio de Menezes—16—3—1916.
- 103—Prof. Ramon Roca Dordal—8—6—1916.
- 104—Aluizio de Carvalho—28—11—1916.
- 105—Dr. Braz do Amaral—23—11—1916.
- 106—Dr. A. J. de Sousa Carneiro—23—11—1916.
- 107—Dr. Nestor dos Santos Lima—11—1—1917.
- 108—Dr. Luiz Tavares de Lyra—7—3—1917.
- 109—Dr. Claudio Oscar Soares—7—3—1917.
- 110—Padre João de Barros Uchôa—7—4—1917.
- 111—Dr. Severino Otto Bezerra de Mello—7—6—1917.
- 112—Dr. Carlos Xavier Paes Barretto—21—6—1917.
- 113—Dr. Francisco Borges de Barros—21—6—1917.
- 114—Dr. Fidelino de Figueiredo—21—6—1917.
- 115—Dr. José Novaes—7—7—1917.
- 116—Dr. Lauro Sodré—19—7—1917.
- 117—Dr. João Palma Muniz—19—7—1917.
- 118—J. Coutinho de Oliveira—19—7—1917.
- 119—Dr. Henrique Santa Rosa—19—7—1917.
- 120—Dr. Theodoro Braga—19—7—1917.
- 121—Dr. Eladio de Amorim Lima—19—7—1917.
- 122—Dr. José Ignacio da Rocha Pombo—19—7—1917.
- 123—Dr. João do Rego Barros—9—8—1917.
- 124—Dr. Deoclecio Dantas Duarte—10—11—1917.
- 125—Prof. Basilio de Magalhães—23—11—1917.
- 126—General Octavio de Azevedo Coutinho—22—11—1917.
- 127—Dr. Antonio A. Borges dos Reis—13—12—1917.
- 128—Dr. Eugenio Gudín—13—12—1917.
- 129—Dr. Clemente Gaspar Maria Brandenburg—9—1—1918.
- 130—Dr. Paulo Eleutherio—10—1—1918.
- 131—Consul José Manuel Sarmiento—21—5—1918.
- 132—Dr. Helio Lobo—9—4—1918.
- 133—Cap. Thiers Fleming—9—4—1918.



- 134—Augusto Pacheco—13—6—1918.  
 135—Coronel Pedro Dias de Campos—1—8—1918.  
 136—Vicente Themudo Lessa—1—8—1918.  
 137—Almirante Henrique Boiteux—1—8—1918.  
 138—Dr. Targino Neves—1—8—1918.  
 139—Dr. José Rodrigues Sette—1—8—1918.  
 140—Prof. Luiz Pessanha—5—9—1918.  
 141—Dr. Ruy de Gouveia Nobre—3—10—1918.  
 142—Tancredo de Barros Paiva—3—10—1918.  
 143—Dr. José Feliciano da Rocha—28—11—1918.  
 144—Prof. Eustorgio Wanderley—12—12—1918.  
 145—Alfredo Sotero de Faria—18—12—1918.  
 146—Francisco José da Silveira Lobo—20—2—1919.  
 147—R. Lehmann Litsche—20—2—1919.  
 148—Dr. Mario da Veiga Cabral—1—9—1921.  
 149—Manuel Braga Ribeiro—15—6—1922.  
 150—D. Adolfo Arogonés de Encarnación—20—9—1922.  
 151—Prof. Honorio de Sousa Silvestre—26—2—1924.  
 152—Argeu Guimarães—10—7—1924.  
 153—Dr. Diego Carbonell—10—7—1924.  
 154—Dr. Fernando Soares Brandão—2—10—1924.  
 155—Dr. Fritz Holm—13—11—1924.  
 156—Luiz da Camara Cascudo—5—2—1925.  
 157—Prof. José Octavio de Barros—18—6—1925.  
 158—Dr. Antonio de Barros Barreto—20—8—1925.  
 159—Tenente-coronel Emilio Fernandes de Sousa Docca—  
 29—10—1925.  
 160—Padre Geraldo José Pauwelis—14—1—1926.  
 161—João Ribeiro de Barros—2—6—1927.  
 162—Dr. Urbino Vianna—19—9—1927.  
 163—Dr. Antonio Domingos Pinto Filho—13—10—1927.  
 164—Commandante João Velho Sobrinho—27—10—1927.  
 165—Dr. Eurico de Góes—20—6—1928.  
 166—Dr. A. J. Barboza Lima Sobrinho—9—10—1929.  
 167—Prof. Jorge Bertolaso Stella—18—12—1929.  
 168—Zenon Pereira Leite—9—4—1930.

#### HONORARIOS

- 1—Cons. Antonio Gonçalves Ferreira—6—12—1894.  
 2—Dr. Manuel Netto Carneiro Campello—15—12—1917.  
 Eleito effectivo—18—7—1895.

- 3—Dr. José Marcellino da Rosa e Silva—19—2—1903.
- 4—Dr. Xavier da Cunha—24—7—1904.
- 5—Dr. Clovis Bevilaqua—17—5—1906.
- 6—Conde Afonso Celso—26—9—1906.
- 7—Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida—7—6—1908.
- 8—Consul Ernesto de Vasconcellos—30—6—1910.
- 9—Bispo d. José Pereira Alves—27—1—1915.
- 10—Dr. Bruno Lobo—5—10—1916.
- 11—Arcebispo d. Sebastião Leme—11—1—1917.
- 12—Alberto Santos Dumont—21—7—1922.
- 13—Almirante Gago Coutinho—28—7—1922.
- 14—General Candido Rondon—26—10—1923.
- 15—Arcebispo Miguel de Lima Valverde—10—1—1925.

BEMFEITORES

- 1—Dr. Mario Carneiro de Rego Mélo—25—9—1913. Eleito effectivo a 27—5—1909.
- 2—Othon Lynch Bezerra de Mello—6—3—1919. Eleito effectivo a 7—6—1917.
- 3—Candido da Cunha Souto Maior—30—5—1918.
- 4—José Antonio de Sousa—30—5—1918.
- 5—Affonso Viseu—1—8—1918.
- 6—Antonio Ribeiro Seabra—8—1—1918.
- 7—Gervasio Seabra—1—8—1918.
- 8—A. Ommundsen—30—10—1919.
- 9—Coronel Eduardo de Lima Castro—12—2—1920.
- 10—Dr. Anselmo de Medeiros Peretti—12—2—1920.
- 11—Conde Ernesto Pereira Carneiro—10—3—1920.
- 12—Dr. Sergio Teixeira Lins de Barros Loreto—5—4—1923.
- 13—Alfredo Couceiro—14—2—1924.
- 14—Dr. Ulysses de Carvalho Soares Brandão—21—8—1921  
Eleito correspondente a 20—2—1924.
- 15—João Confalonieri—24—8—1924.
- 16—Julio Bello—2—2—1928.
- 17—Dr. Estacio Coimbra—17—2—1929.
- 18—Murillo La Greca—17—2—1929.
- 19—Dr. Olympio Costa Junior—29—1—1930.
- 20—José Camarinha—8—5—1930.
- 21—Conde F. Matarazzo—8—6—1930.

## BENEMERITOS

- 1—Dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti—12—2—1920 Elei-  
to effectivo a 7—6—1894.
- 2—Vago.
- 3—Vago.
- 4—Vago.
- 5—Vago.

## GRANDE BEMFEITOR

Dr. Manuel Antonio Pereira Borba—6—2—1919.  
Eleito bemfeitor a 23—11—1916. -| 11—8—1928.

20 MAR 1978



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)